2021



Anais

3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território

Organizadores:
Adriana Portella, Cristhian Moreira Brum,
Thaís Debli Libardoni e Lorena Maia Resende

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANAIS DO 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIDADANIA, ESPAÇO PÚBLICO E TERRITÓRIO

Organizadores:
Adriana Portella
Cristhian Moreira Brum
Thaís Debli Libardoni
Lorena Maia Resende

Financiadores:

Instituições e Laboratório vinculados:

1º edição

Pelotas/RS 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Portella, Adriana; Moreira Brum, Cristhian; Debli Libardoni, Thaís;
Maia Resende, Lorena. (Org.). (2021). Anais do 3º Congresso Internacional
de Cidadania, Espaço Público e Território. 4Events: Pelotas. 565p.

Disponível em <www.app.4.events/anais>

ISBN: 978-65-993699-3-3

1. Arquitetura 2. Urbanismo. 3. Cidades. 4. Espaços Urbanos. 5. Territórios.
6. Cidadania. I. Portella, Adriana . II. Brum, Cristhian Moreira.
III. Libardoni,Thaís Debli. IV. Resende, Lorena Maia. V. Título.

UFPel CDD - 370

Ficha catalográfica elaborada por 4.events – Sistema de Gestão de Eventos e Cursos

CORPO EDITORIAL

Coordenação

Prof. Dr. Cristhian Moreira Brum

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Adriana Portella

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do LabCom

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Celia Helena Castro Gonsales

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do PROGRAU

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Eduardo Rocha

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenador do LabUrb

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Nirce Saffer Medvedoski

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do NaUrb

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Maurício Polidori

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FaUrb)

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Lorena Maia, Doutoranda
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Thais Libardoni, Mestre
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Consultoria Internacional

Prof. Dr. Ryan Woolrych
School of Energy, Geoscience, Infrastructure and Society
Heriot-Watt University, UK

Professor Edgar Eduardo Roa Castillo
Facultad de Arquitectura
Universidad la Gran Colombia, Colombia

Professor Juan Manuel Garzón Blanco
Facultad de Arquitectura
Universidad la Gran Colombia, Colombia

Professor Fabio Andrés Vinasco Ñustes
Facultad de Arquitectura
Universitaria Agustiniana, Colombia

Arquiteto Alberto Jiménez Ruiz
Universidad de Sevilla, Espanha

Dr. José Martín Gómez Tagle Morales
Gobierno de la Ciudad de Mexico, Mexico

Comitê Técnico

Alissa Xavier Alves

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Amanda Ferreira Garcia

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Adrian Pastore da Cunha

Centro de Ciências Socio-Organizacionais

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Emily Schiavinatto Nogueira

Faculdade de Arquitetura

Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Lauren Nicole Gonçalves Duarte

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcela Milgarejo Souza

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Pâmela Padilha Silveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Mariana Marroni da Rosa
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Thais Libardoni, Mestre
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Lorena Maia, Doutoranda
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Comitê Científico

Profa. Dra. Adriana Portella
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Adriane Borda Almeida
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Aline Montagna da Silveira
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Ana Elisia da Costa
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. André Torres Carrasco
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Antônio Cesar Silveira Baptista da Silva
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Ariela da Silva Torres
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Célia Castro Gonsales
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Celina Britto Correa
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Cristhian Moreira Brum
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Eduardo Grala da Cunha
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Eduardo Rocha
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Fábio Schramm
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Gisele Pereira
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Isabel Salamoni
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Janice de Freitas Pires
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Lígia Maria Chiarelli
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Lisandra Fachinello Krebs
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Louise Prado Alfonso
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Franz
Centro de Engenharias
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Maurício Couto Polidori
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Natalia Naoumova
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Nirce Saffer Medvedovski
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Profa. Dra. Rafaela Bortolini
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Tarcísio Dorn de Oliveira
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Cláudia Eliane Ilgenfritz Toso
Historiadora
Grupo de Pesquisa EMGEOCS e IFP JBarcaro, Brasil

Profa. Dra. Helena Copetti Callai
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Profa. Dra. Lucimery Dal Medico

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil

Professor Edgar Eduardo Roa Castillo

Facultad de Arquitectura

Universidad la Gran Colombia, Colombia

ÍNDICE

LINHA 1 Gráfica Digital e Cidadania **19**

ARTE URBANA IMERSIVA COMO ESTRATÉGIA DE ATIVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DE FLUXO INTENSO: Um estudo do Graffiiti e Realidade Aumentada como propostas de requalificação das sobras urbanas ocasionadas pela ferrovia paulista no bairro da Lapa
Camila De Oliveira Ghendov 20

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO TÉRMICO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EXISTENTES: Uma análise entre os programas Archicad e Energyplus
RAUL BALBINOTI RODRIGUES 29

JOGOS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE REFLEXÃO SOBRE AS CONEXÕES ENTRE IDENTIDADES SONORAS E VISUAIS: Um estudo aplicado à representação de um patrimônio cultural pelotense
Raquel Silveira Da Silva 37

O USO DA ROBÓTICA BÁSICA NO ENSINO: A importância do conhecimento de iluminação natural a moradores de Habitação de Interesse Social.
Eduardo Ductra Bortolotti 43

UMA INTERFACE LÚDICA PARA INTERVIR NA FOTOGRAFIA: Relato de ações extensionistas para promover a reflexão sobre imagens da cidade
Cláudia Andriele Da Costa Freitas 48

LINHA 2 Percepção, Avaliação da Cidade e Turismo **55**

A IMAGEM E A CIDADE: Impactos da subjetividade na construção do espaço urbano
Gabriel Soares Da Costa 56

A MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO Percepção da violência de gênero nos deslocamentos a pé.
Aracele Rocha Mahfuz 61

A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO MODERNO NO AMBIENTE AMAZÔNICO Estudo de caso do conjunto urbano Vila Serra do Navio/AP
Bárbara Ribeiro Couto 66

A percepção do usuário turista em relação à revitalização urbana de áreas portuárias
Tailline Maiara Webber Rauta 72

A POÉTICA DO HABITAR: A narrativa do habitar através do espaço doméstico de um morador idoso unipessoal.
Gustavo Benedetti Santiago 78

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS: AS INFLUÊNCIAS DO DISTANCIAMENTO SOCIAL NO USO E APROPRIAÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS COMERCIAIS EM PELOTAS (RS).
Túlio Matheus Amarillo Souza 85

Algunas consideraciones sobre la experiencia cotidiana de la mujer en el transporte público
Stefany Rodríguez Martinez 92

Apreensões do ambiente urbano pela criança: O mapa afetivo como desvelar das inter-

relações sujeito e espaço livre público
Diego Freire Martins 94

Avaliação Pós- Ocupação de Travessias para Pedestres: Estudo de caso na Av. Fernando Osório, Pelotas/RS
Amanda Ferreira Garcia 100

CAMINHABILIDADE, COMPORTAMENTO E VIOLÊNCIA URBANA. Uma avaliação das ocorrências de furto e roubo à pessoa em vias públicas de Vitória .
Brenda Miurim Dalfior 110

Cidades dentro de cidades
Silvio Frederico Da Silva Chaigar 119

Ciudad, Sociedad y Miedo: El impacto de los territorios de salud en las ciudades y sus relaciones sociales. Universidad La Gran Colombia – Colombia.
Edgar Eduardo Roa Castillo 123

COMPREENSÃO E ENTENDIMENTO DAS CIDADES POR MEIO DA ARQUITETURA E MEMÓRIA URBANA
Matheus Mendonça Da Rocha 130

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO E ENVELHECIMENTO: Aplicação de Diários Fotográficos em Pelotas, Belo Horizonte e Brasília
Thais Debli Libardoni 134

DIAGNÓSTICO URBANO: UMA PROPOSTA COM BASE NA CIDADE DE 15 MINUTOS PARA O BAIRRO PONCHE VERDE, CACHOEIRA DO SUL/RS
Leonardo Lima Santos 141

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CIDADES PEQUENAS: Percepção e apropriação da população de Estrela Velha-RS
Carolaine Lopes Amarante 148

FALTA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E PERMANÊNCIA NA CIDADE DE PELOTAS
Mariana Marroni Da Rosa 155

IDENTIFICAÇÃO DE CORES POR DEFICIENTES VISUAIS: Uma revisão da literatura acerca dos principais Sistemas
Yuri Oliveira Tomberg 157

INTERPRETAÇÃO DA CIDADE: AVALIAÇÃO DO TOMBAMENTO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO
Luísa Pereira Zamin 162

LA CIUDAD DE LOS SENTIDOS
Angie Paola Benitez Naranjo 167

Lacunas na produção acadêmica sobre a temática LGBTQIA+ no campo do turismo: Um ensaio sobre os periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil
Lauren Nicole Gonçalves Duarte 174

MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM LOTEAMENTOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Andressa Viviane Dumke Noviski 182

MAPEAMENTO DISCURSIVO DA EXPANSA O IMOBILIA RIA EM CAMPOS DOS

GOYTACAZES/RJ Subtítulo: Pistas sobre o marketing no mercado imobiliário local entre 2018 e 2020
Paolla Clayr De Arruda Silveira 187

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A REMOÇÃO DE FAMÍLIAS: Um estudo exploratório envolvendo a percepção de crianças
Gabriela Costa Da Silva 196

O BEM-ESTAR E A HABITAÇÃO SOCIAL: Um estudo de caso a partir da percepção do usuário
Talita Marini Brandelli 203

O PROJETO PADRÃO NA ARQUITETURA ESCOLAR ENTRE OS LUGARES E OS NÃO-LUGARES: Centros de Atenção Integral à Criança – CAICs
José Henrique Carlúcio Cordeiro 210

Oásis urbanos uma perspectiva de gênero Parque da Gare – Passo Fundo/RS
Estevan De Bacco Bilheri 217

OS IMPACTOS DA RESTRIÇÃO NA MOBILIDADE PEDONAL DOS IDOSOS PELA COVID-19
Mariana Porto Rotta 223

Participação cidadã e afetividade: O bairro, a memória e a percepção do idoso
Mateus Romualdo 229

PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DA CIDADE SOB OS ASPECTOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL, PROPRIEDADE E BENS DE CAPITAL
Evandro Zanini Moura 237

Percepción de la seguridad a través del diseño de espacios públicos con perspectiva de género.
Rómulo Sevilla Zambrano 241

PERCEPÇÕES E DESDOBRAMENTOS SOBRE A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM BELÉM, PARÁ
Kayan Freitas De Araújo 247

RELAÇÃO ENTRE ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÃO DE ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS
Natalya Cristina De Lima Souza 253

Relações Urbanas Hospitalares: Análise Sistemática Espacial De Um EAS Em Florianópolis/SC
Fernanda Corrêa Da Silva 260

SENSO DE LUGAR NA AVALIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO CONSTRUÍDO: Um estudo na orla da Lagoa dos Patos em São Lourenço do Sul – RS
Andréia Schneid 265

SENSO DE LUGAR NO ENTORNO ESCOLAR - Estudo sobre as relações extramuros de duas escolas no centro de Pelotas - RS
Marina Mecabô 271

TERESÓPOLIS: HOSPEDAGEM, CULTURA E LAZER (PARA QUEM?)
Esther Ribeiro Costa Xavier 276

Towards a Methodology for the Assessment of Urban Environments for Social Wellbeing

Asesh Sarkar 284

Uso e apropriação da cidade como território: Proposta de requalificação e coexistência para o Abringon Rondon 3
Emily Schiavinatto Nogueira 286

LINHA 3 Urbanismo Contemporâneo e Territórios **293**

A MOBILIDADE URBANA COMO PRODUTO DA SOCIEDADE: REFLEXÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS
Arthur De Souza Ostetto 294

AS GALERIAS DE PELOTAS NA COMPOSIÇÃO DO CENTRO URBANO a cartografia no estudo de lugares público-privados
Paula Pedreira Del Fiol 301

Caminhografia Urbana: encontrar, experimentar e escrever com a cidade
Alissa Xavier Alves 306

Desenho Urbano Resiliente e Sustentável: Proposta de Intervenção Urbana no Complexo da Maré (RJ)
Emily Schiavinatto Nogueira 311

DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA, ESTRUTURA URBANA E TAXA DE INFECÇÃO DA COVID-19 NAS REGIÕES URBANAS DE JUIZ DE FORA – MG
Bruna Gouvêa Abrantes 319

ESTRATEGIAS DE MITIGACIÓN FRENTE A LA INDUSTRIALIZACIÓN DEL BORDE COSTERO DE LA BAHÍA DE CORONEL-CHILE
Edgar Eduardo Roa Castillo 327

EXPERIÊNCIAS DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY ATRAVÉS DA COLLAGE
Aline Nascimento Dos Santos 329

FAURB NO BAIRRO
Pâmela Padilha Silveira 334

Mapeamento de graffiiti feitos por mulheres no Centro do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão e de ampliação das análises de táticas nos espaços públicos
Diana Amorim dos Santos da Silva 339

NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E NA UFPEL: Construção de possibilidades no Passo dos Negros - Pelotas
Flávia Pagnoncelli Galbiatti 345

PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA NA CIDADE DE MATA VERDE, MG BRASIL: CASO MATA VERDE, MINAS GERAIS, BRASIL
Carlos Andrés Hernández Arriagada 351

Retos de sostenibilidad en los bordes urbanos de América Latina, Indicadores y procesos evaluados en los estudios de caso de Argentina, Colombia y Costa Rica
Fabián Alonso Sarmiento-valdes 353

SOCIABILIDADE E SEGREGAÇÃO EM SHOPPING CENTERS: Um estudo da percepção de usuários em Pelotas
Laís Becker Ferreira 360

Território de Subjetividades

Carolina Cabreira Magalhães Falcão 365

URBANISMO TÁTICO E PRÁTICAS URBANAS COCRIATIVAS
Felipe Buller Bertuzzi 370

USO DA VIA PÚBICA POR MULHERES: Potencialidades da requalificação urbana
Juliana Casadei 375

LINHA 4 Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos **381**

A relação entre a atividade turística e o processo de gentrificação no Centro Histórico de Paraty / RJ.
Priscyla Árias Torrentes Bastos 382

ARQUITETURA COMO PRÁTICA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA: O CASO DAS HABITAÇÕES DA LAGOA DOS MONÓLITOS
Davila De Melo Laurentino 387

AS VILLAS E CASAS DE CATÁLOGO NO TERCEIRO LOTEAMENTO DA CIDADE DE PELOTAS –RS: RELAÇÕES MORFO-TIPOLÓGICAS
Valentina De Farias Betemps Da Silva 397

CONFIGURACIONES MORFOLÓGICAS Y EL IMPACTO EN LAS DINÁMICAS SOCIO ESPACIALES EN LAS PLAZAS FUNDACIONALES DE LA LOCALIDAD DE FONTIBÓN EN LA CIUDAD DE BOGOTÁ Y CÁQUEZA EN EL DEPARTAMENTO DE CUNDINAMARCA – COLOMBIA
Yeison Esteeven García Rivera 404

DO SONHO DA CASA PRÓPRIA À ILUSÃO DA EXCLUSIVIDADE: narrativas sobre uma construção de cidade
Alice Da Conceição Teixeira 406

ENTRE CONSENSOS E DISSENSOS: CONCURSOS DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS
José Alberto De Oliveira Grechoniak 415

Escolas com projeto padrão de 1930 em contexto de pandemia
Lisiê Kremer Cabral 420

Espacialidade Infantil: Análise das práticas espaciais e os vínculos entre as crianças na Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG
Paloma Pereira Ramiro 426

La ciudad material. Reflexiones en torno a cómo se concibe el patrimonio cultural en los Planes de Ordenamiento Territorial de Bogotá (2000-2019)
Adriana María Suárez Mayorga 436

MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS REFLEXÕES PEDAGÓGICAS DE ABORDAGEM PROJETUAL
Larissa Mörschbächer 442

MUJERES Transporte público
Cristian Alejandro Ocampo Susa 448

O CINEMA E A MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES: Impactos no contexto urbano de Pelotas
Natalia Toralles Dos Santos Braga 451

O QUE ACONTECE QUANDO O RACISMO ESTRUTURAL PLANEJA A CIDADE?

CONTRIBUIÇÕES ARQUEOLÓGICAS PARA PENSAR CIDADES
Adara Guimarães De Souza 456

Pelotas do Cotidiano: Cartografia de uma cidade Sagrada
Martha Rodrigues Ferreira 462

PROBLEMATIZAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL Reflexões e considerações à luz das políticas públicas de moradia promovidas pela esfera federal brasileira
Osmar Fabiano De Souza Filho 470

QUANDO O ESPAÇO SE TORNA PÚBLICO: Park Fiction E A Desprogramação No Projeto Em Urbanismo
Germana Konrath 474

TURISTIFICACIÓN DEL ESPACIO ABIERTO PATRIMONIAL EN TRES CIUDADES MEXICANAS: Guanajuato, Morelia, Mérida
Velia Yolanda Ordaz Zubia 480

USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS: COMPARANDO O CONTEXTO DE DUAS CIDADES
Ana Paula Soares Müller 485

“ANTIGAMENTE A GENTE ANDAVA MAIS LIVRE”: Reflexões críticas sobre segurança e o fazer-cidade de pessoas LGBTQIA+
Gabriela Pecantet Siqueira 494

LINHA 5 Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade **500**

A importância da técnica do cimento penteado no inventário do centro histórico de Bagé-RS
Clarisse Marinho Da Silva 501

ANÁLISE COMPARATIVA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÕES UNIFAMILIARES EM CONDOMÍNIO FECHADO E DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS
Vitória Silveira Da Costa 507

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA TRANSFERÊNCIA DE VAPOR EM PAREDES NO COMPORTAMENTO DAS SUPERFÍCIES INTERNAS DE PAREDES EXTERNAS DE EDIFICAÇÃO HISTÓRICA DO SÉC. XIX
Maritza Da Rocha Macarthy 517

Determinação do estado de degradação da fachada da Escola de Belas Artes (EBA) na cidade de Pelotas/RS
Maitê Ribeiro Moreira 525

Edificações históricas inventariadas da cidade de Santo Ângelo/RS - determinação do estado de degradação
Fernanda Pasqualotti 527

El Proyecto De Pequeños Lugares Públicos Pedagógicos
Luca Bullaro 533

Estudo da influência da substituição parcial do cimento por resíduos de construção civil no desempenho físico de argamassa de revestimento
Ana Paula Sturbelle Schiller 537

ESTUDO PILOTO PARA ANÁLISE DA EQUAÇÃO DO CONFORTO ADAPTATIVO DA ASHRAE 55 APLICADA À EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS LOCALIZADAS NA ZONA BIOCLIMÁTICA 2
Carolina De Mesquita Duarte 544

Método de avaliação do estado de degradação em estruturas de concreto armado
Naurienni Dutra Freitas 552

PATRIMÔNIO INVENTARIADO DE SANTA CRUZ DO SUL-RS Uma investigação sobre a incidência de manifestações patológicas nas fachadas.
Raquel Simoní Hirsch Dos Passos 558

ROOFTOP FARMING COMO PRÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Anandha Dewes Escobar 560

01

Gráfica Digital e Cidadania

Gráficos Digitales y Ciudadanía

Digital Graphics and Citizenship

ARTE URBANA IMERSIVA COMO ESTRATÉGIA DE ATIVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DE FLUXO INTENSO

Um estudo do *Graffiti* e Realidade Aumentada como propostas de requalificação das sobras urbanas ocasionadas pela ferrovia paulista no bairro da Lapa

Camila de Oliveira Ghendov
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo | Brasil
camila.ghendov@belasartes.br

Linha Temática:
(x) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Espaço público; Sobra Urbana; Arte de rua; Realidade Aumentada.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa faz parte de uma abordagem dentro de um grande grupo - Arquitetura, Urbanismo e Design - com foco em espaço público e arte urbana, especificamente sobre intervenções de arte imersiva em praças públicas em zonas comerciais adjacentes à equipamentos de mobilidade urbana com fluxo intenso de pedestres, praças essas que são sobras urbanas, resultantes do traçado da malha viária. Assim, o propósito desta pesquisa é entender de que maneira podemos colocar o cidadão como protagonista de uma interferência no espaço público amparados pela arte, tecnologia e design de equipamentos urbanos.

Para essa pesquisa, estuda-se um recorte territorial no distrito da Lapa, um dos bairros mais antigos da cidade de São Paulo, e que sempre esteve em uma posição estratégica para a evolução da mobilidade urbana paulista e paulistana[1]. A estrutura urbana deste local feita pela implantação de galpões industriais do século XX, e por consequência, a sobreposição caótica de traçados viários (ferrovias, vias de automóveis e linhas de ônibus municipais) que atendem o município, a metrópole e o estado, resultaram em barreiras físicas na escala local que fragmentaram a área em microrregiões e que possuem dinâmicas próprias, sendo duas delas: A Lapa de Baixo (ao norte da ferrovia - estritamente residencial) e a Lapa de Cima (ao sul da ferrovia - estritamente comercial). Em vista disso, a travessia dessas barreiras foram resolvidas sem planejamento com acessos precários feitos por viadutos, passarelas e dois túneis pedonais subterrâneos deploráveis, atingidos pela ausência de vida pública e segurança. Estes túneis

[1] Esse trecho do distrito da Lapa é considerado um dos nós articuladores da capital paulista pois, além de possuir o trecho ferroviário da Linha-7 Rubi e Linha-8 Diamante da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), agrega também o Terminal Lapa administrado pela SPTrans, que atende 37 linhas de ônibus municipais e é conectado ao corredor Pirituba-Lapa-Centro interligando outros terminais de Ônibus Municipais da Zona Norte, Oeste e Centro. A região também possui acessos de veículos à Rodovia dos Bandeirantes, Rodovia Anhanguera e Rodovia Presidente Castelo Branco, bem como a confluência das Marginais do Rio Pinheiros e do Rio Tietê.

inclusive, são popularmente conhecidos como "Túneis do Terror"[2], pois são extensos, estreitos, mal iluminados, sem manutenção eficiente e possuem o pé-direito baixo. Já as áreas de acessos à eles não são consideradas praças pelo mapeamento da Prefeitura de São Paulo e, por isso, não possuem nomes que as identifiquem como um local na cidade.

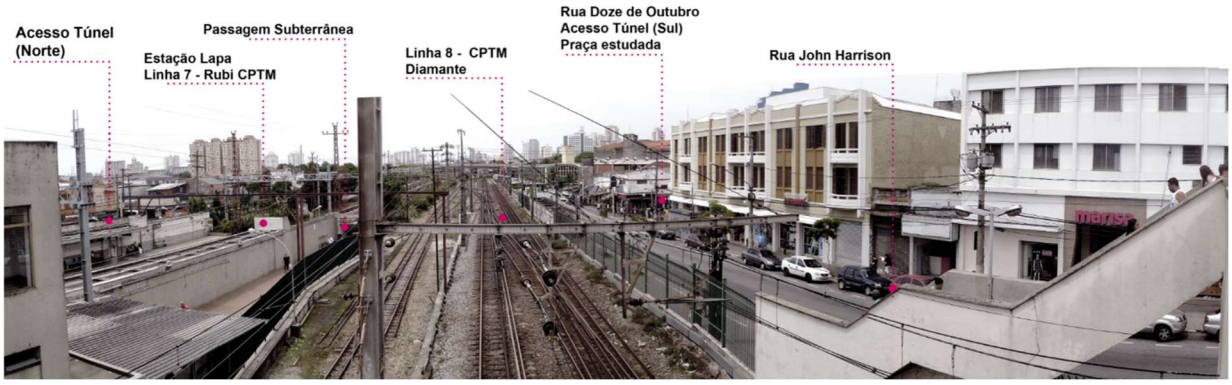


Figura 1: Esquema fotográfico sobre a divisão do bairro, sendo Lapa de Baixo (esquerda) e Lapa de Cima (direita). Fonte: GHENDOV, C. 2013 - adaptado.

Se para o antropólogo Marc Augé, os não-lugares da *supermodernidade* podem ter seu vínculo definido por palavras e painéis que propõem e direcionam o seu modo de usar (AUGÉ, 1994), então os túneis da Lapa e seus acessos, seriam espaços extintos de identidade, ou pontos notáveis apenas pela sua utilidade: a transposição de pedestres sob a linha férrea. Esses são espaços que têm sua vivência restrita às atividades práticas do cidadão com usos e percursos ordenados pelas tarefas do cotidiano, ignorando a experiência do caminhar pela cidade.

> Não seriam estes pontos que mais exigem atenção? Se entendidos como vínculos de um sistema, exigem desenho apurado, para permitir contatos os mais variados. Com a complexidade de atender a diferentes escalas e velocidades, acessos e passagens, esses lugares parecem apontar para uma necessidade de "pontes" e de novos espaços de contatos de tal forma que o caminhar pela cidade possa enfrentar suas diferentes velocidades, entre fragmentos e passagens, e que a conexão não impeça os convívios. E que a escala do mundo não destrua a escala dos lugares. (BOGÉA, 2006. p.187)

Neste estudo, a arte urbana (*graffiti*), a arte digital imersiva (realidade aumentada) e o design de mobiliários urbanos entram como elementos de discussão sobre a criação de espaços interruptores que requalificam o espaço coletivo e estimulam formas experimentais para a vivência da cidade. Para o arquiteto Luiz Telles (2011), a arte urbana não se faz mais representar somente por monumentos enaltecedores da classe dominante nem, tampouco, por objetos com intenção única de “enfeitar” partes da cidade. A arte foi às ruas não somente para tirar da crise os espaços públicos e assinalar o descaso com a cidade contemporânea, mas para contribuir na redefinição e apropriação do espaço público.

[2] Reportagem: Medo na madrugada: Pedestres andam em grupo para evitar assaltos na Lapa. Jornal Bom dia São Paulo, 2018. Disponível em:https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/pedestres-andam-em-grupo-para-evitar-assaltos-em-tuneis-na-zona-oe ste-de-sao-paulo.ghtml. Acesso em: 17/05/2021.

A partir de novas tecnologias informatizadas de mapeamento digital de cidades e criação de ambientes virtuais, novas características têm sido apresentadas para designar espaços. Segundo HUDSON-SMITH, MILTON, DEARDEN e BATTY (2007), a geração desse mundo virtual nos obriga a revisar nossos entendimentos e concepções sobre espaços. Nesse sentido, o mundo virtual atua como espelho do mundo real, sendo possível modificá-lo, redimensioná-lo e transformar qualquer objeto em outro tantas vezes quanto forem necessárias. E algumas tecnologias, como a realidade aumentada contrastam com esse mundo espelho, pois o objetivo é complementar a percepção do mundo físico com a sobreposição de objetos virtuais (AZUMA, 1997).

O município de São Paulo vem buscando entrar no patamar das cidades referências de Smart Cities por meio de projetos de políticas públicas que agreguem tecnologias de mapeamento de dados e divulgação dos mesmos, além da disponibilização de equipamentos urbanos que promovam o acesso público à internet e outras ferramentas digitais[3]. Do mesmo modo, outras políticas públicas do município incentivam a produção artística no ambiente urbano como expressão cultural[4] e formação dos cidadãos[5]. Então, ao propor a arte imersiva como elemento de discussão nesta pesquisa, compreende-se que o *graffiti* pode ser uma ferramenta de imersão com baixa tecnologia, uma vez que, por meio de uma ilustração, ele promove mudanças no microuniverso onde está inserido, incorporando elementos gráficos e paletas de cores em locais não convencionais que proporcionam experiências sensoriais nos pedestres à medida que eles se deslocam nos espaços públicos. Ao estabelecer a conexão do *graffiti* com intervenções digitais, promove-se também ações interativas com os transeuntes nos espaços urbanos, que podem ser feitas com posicionamento de equipamentos de alta tecnologia, como telas, *videomapping* ou uso de eletrônicos pessoais (*smartphones* conectados à internet) com aplicações de realidade aumentada.

[3] Portal Prefeitura do Município de São Paulo (Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia), Acesso à informação (instrumentos de planejamento e acompanhamento da execução das políticas públicas). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/acesso_a_informacao/index.php?p=178760 Acesso em: 28/09/2021

[4] Portal Prefeitura do Município de São Paulo (Secretaria Municipal de Cultura), Acesso à informação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/acesso_a_informacao/index.php?p=16800 Acesso em: 28/09/2021

[5] Portal Prefeitura do Município de São Paulo (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo), Acesso à informação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/acesso_a_informacao/index.php?p=178729 Acesso em: 28/09/2021



Figura 2: Vista da praça estudada a partir da Rua John Harrison. Ao fundo Rua Doze de Outubro, Rua Dr. Cincinato Pamponet e acesso ao túnel pedonal subterrâneo com conexão à Lapa de Baixo e Estação CPTM Linha 7- Rubi. Fonte: Google Maps, 2021.

Assim, a partir de uma definição de recorte territorial feito próximo ao acesso ao túnel subterrâneo sob a ferrovia, ao fim da Rua Doze de Outubro no bairro da Lapa, caracterizado como "sobra urbana", investiga-se nesta pesquisa seu contexto em relação à metrópole paulista, um mapeamento das principais expressões artísticas e culturais no entorno, a natureza do espaço da praça em questão, seu estado atual, além de levantamento de dados de infraestrutura tecnológica dentro do perímetro de 1km da praça em questão.

Esses aspectos serão importantes para elaboração de uma proposta de intervenção e revitalização de um espaço em uma microescala urbana com o redesenho de uma praça pública, e também a proposição de expressões artísticas imersivas, mobiliários, e outros equipamentos que dialoguem com os conceitos discutidos. A fim de promover a apropriação do espaço urbano, por meio de espaços interruptores das tarefas do cotidiano e formas experimentais de cidade vivenciada, onde o usuário possa usufruir, interagir e se reconhecer como indivíduo e cidadão neste local.

METODOLOGIA

A metodologia para esta pesquisa se baseia em três bases: (1) levantamento bibliográfico sobre conceitos de praça pública, sobras urbanas, fenomenologia, arte urbana paulista e realidade aumentada; (2) mapeamento cultural, espacial e tecnológico da sobra urbana e regiões lindeiras ao trecho ferroviário

no distrito da Lapa (Linha 7 Rubi e Linha 8 Diamante da CPTM[6]); (3) e coleta de dados por meio de questionário online feito com 203 pessoas em território nacional, como um demonstrativo de opiniões a respeito do uso de espaços públicos, bem como questões de infraestrutura e atividades em praças públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados foi feita por um questionário online com 203 pessoas, que resultou em um conjunto de diagramas nomeados como *"Você frequenta espaços públicos?", "Qual a melhor definição de praça pública para você?", "Uma praça ideal para você contém…"* e *"O que te atrai em uma praça?".* Esses resultados permitiram analisar a experiência nos espaços públicos, bem como a definição de praças públicas, por meio da visão popular.

A partir destes dados do questionário, acrescidos pelos conceitos levantados no referencial teórico, o resultado desta pesquisa então, foi sugerir de forma ilustrativa e textual, uma revitalização do espaço público definido como 'sobra urbana' em um recorte territorial no distrito da Lapa na cidade de São Paulo, a partir de uma estratégia que utilize a arte de rua como elemento de imersão (grafitti e realidade aumentada) e que possa receber a interação dos transeuntes.

Assim, a intervenção se baseia em cinco diretrizes: (1) Resolver problemas estruturais sobre fluxos de pedestres na microescala urbana; (2) Estimular novos hábitos no espaço público a partir de um conceito artístico-cultural; (3) Estabelecer experiências sensoriais; (4) Criar espaços que promovam a permanência, a contemplação, o convívio social e o entretenimento; (5) Promover experiências de imersão com base em arte e tecnologia;

O que gerou assim, nove estratégias projetuais: (1) abertura de espaços de fluxo; (2) cobertura nos acessos subterrâneos com desenho contemporâneo e adequado para a situação atual da praça; (3) conexão vertical por meio de equipamentos mecânicos (escada rolante) e readequação de rampa; (4) *graffiti* no piso, mapeamento digital dos *grafittis* permanentes e suporte físico para novas intervenções; (5) inserção de mobiliários para descanso, contemplação e convivência; (6) inserção de árvores de sombra; (7) espaço para apresentações performáticas; (8) inserção de materiais quentes (madeira) e transparentes (vidro); (9) proposição de experiências imersivas com realidade aumentada amparadas por aplicações para *smartphones.*

[6] CPTM (Companhia de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo), originalmente ferrovias "São Paulo Railway (1867)" e "Estrada de Ferro Sorocabana (1875)".

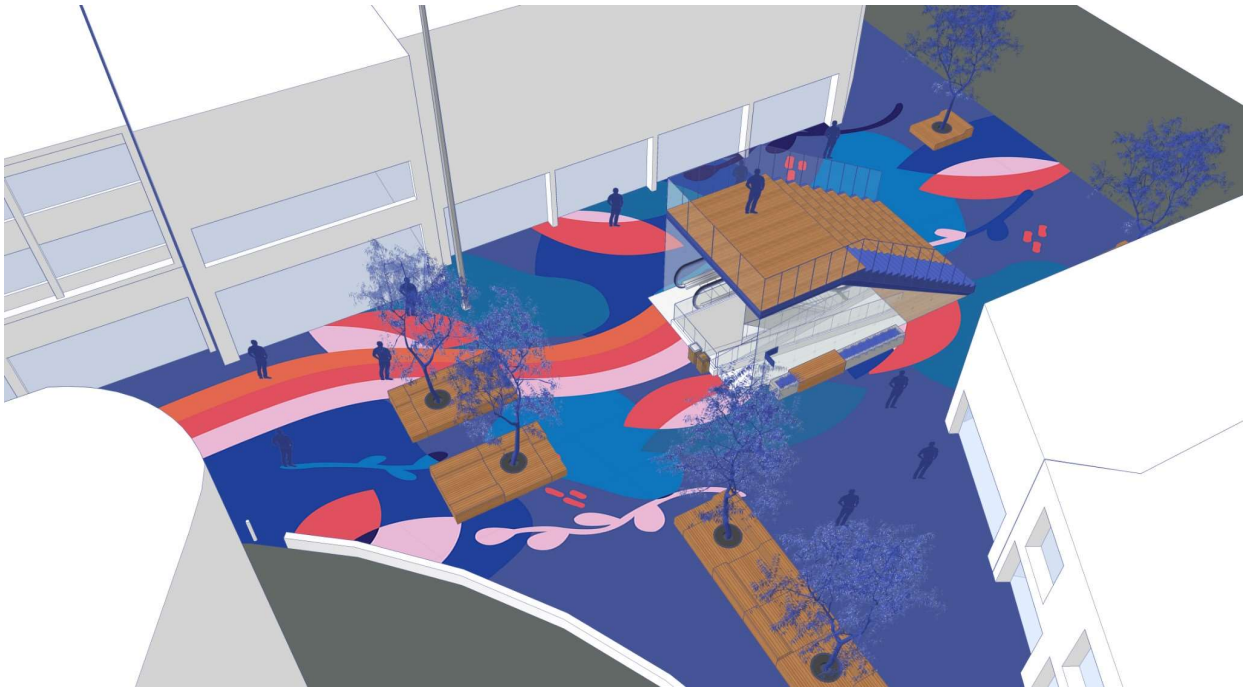


Figura 3: Ilustração de proposta de intervenção urbana com desenho contemporâneo adequado para a situação atual da praça e suporte físico para novas intervenções artísticas. Acima Rua John Harrison, Abaixo Rua Doze de Outubro, Rua Dr. Cincinato Pamponet. Fonte: A autora, 2021.

A realidade aumentada utiliza-se da câmera do celular para captar marcadores com formas de imagens 2D (como ilustrações nas paredes, a fachada dos edifícios e outras imagens planas) ou até marcadores por coordenadas geográficas em pontos específicos da praça. Assim, combinando esses marcadores com um banco de dados de referência é liberada a inserção de um elemento virtual como ilustrações e animações que compõem a arte original de forma interativa. Como teste, foram feitos imagens ilustrativas e um protótipo que utiliza um *graffiti*[7] permanente como marcador e a interação foi inserida em uma plataforma gratuita de Realidade Aumentada onde é possível visualizar mais sobre os personagens que compõem a arte desses artistas.

[7] Intervenção artística no interior da estação Lapa Linha 7-Rubi assinado pelos artistas Osgemeos e Nina Pandolfo.

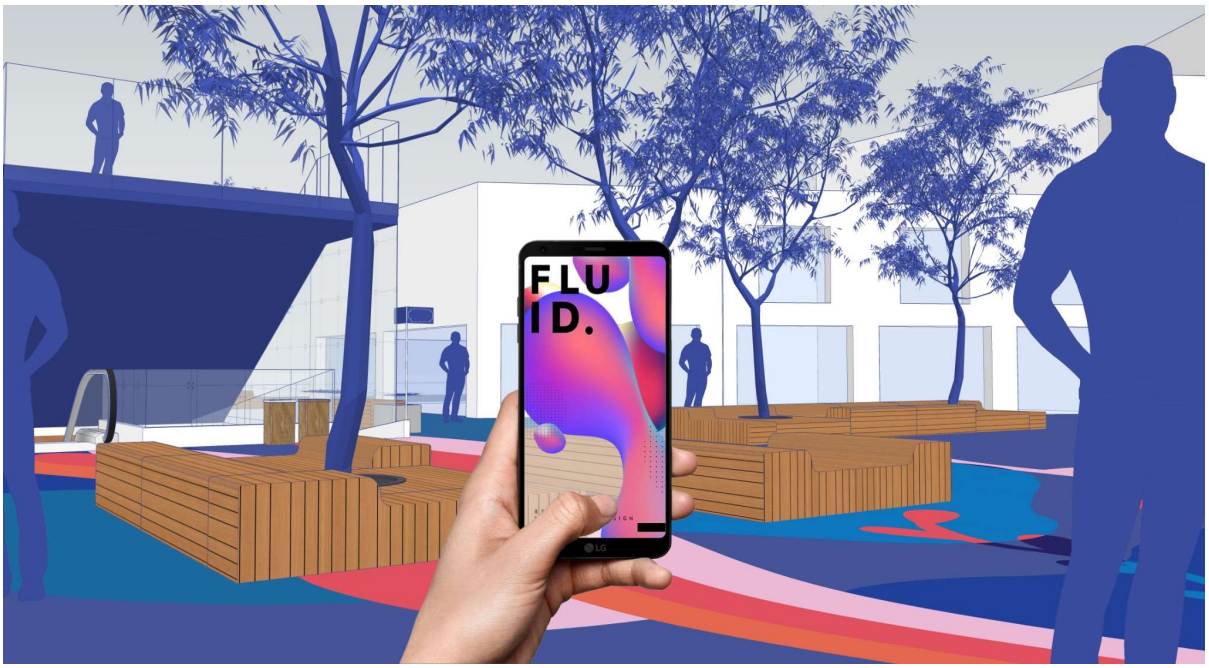


Figura 4: Ilustração de proposta de intervenção urbana com experiências em realidade aumentada baseadas em marcadores de coordenadas geográficas e marcadores 2D, para interação com o local e os *graffitis* existentes no entorno. Vista a partir da Rua Doze de Outubro. Fonte: A autora, 2021.

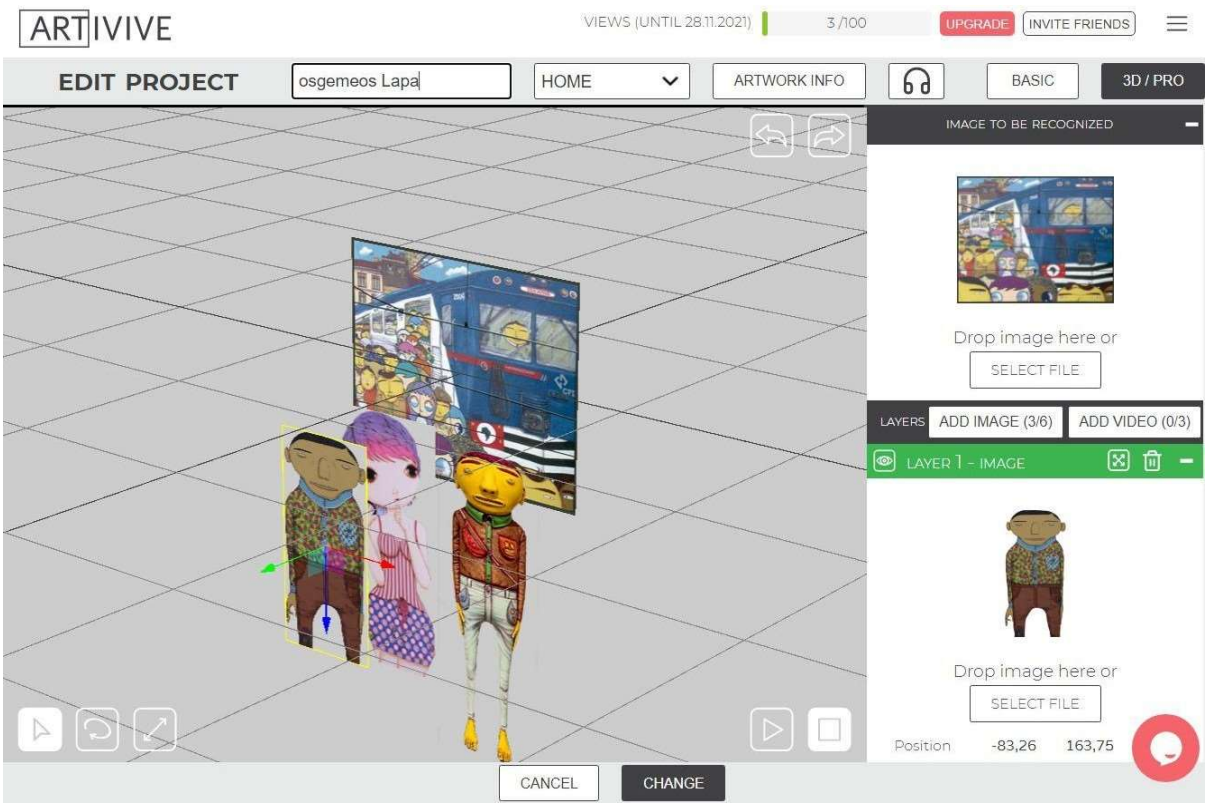


Figura 4: Protótipo de interação com Realidade Aumentada. A fotografia do painel (criada pelos artistas osgemeos e Nina Pandolfo) é utilizada como marcador e ilustrações adicionais com o corpo inteiro dos personagens são inseridas no ambiente digital utilizando a plataforma Artivive. Fonte: A autora, 2021.

CONCLUSÕES

Entende-se que intervenções no espaço público podem receber outros usos e configurações à medida que a comunidade interfere no local. Sugerir essa proposta é importante para trazer a identificação deste espaço e a conexão com pedestres que circulam pelo distrito da Lapa e pelo entorno das estações ferroviárias.

Experiências com realidade aumentada e intervenções com *graffiti* entram no panorama de expressões artísticas e culturais no espaço urbano que podem ser financiadas por meio de editais públicos como ProAC e Pro-Mac[8], ou pelos editais da SPCine[9] que fazem incentivo ao desenvolvimento de conteúdos audiovisuais e tecnologias imersivas.

Esta pesquisa abre, então, a discussão sobre intervenções não convencionais nos espaços públicos, amparadas pela arte e tecnologia, e que podem ser adaptadas a situações urbanas similares.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Editora Papirus, 1994.

AZUMA, Ronald T; **"A Survey of Augmented Reality". Presence: Teleoperators and Virtual Environments.Massachusetts** Institute of Technology. Vol. 6, 1997; 355–385. doi: https://doi.org/10.1162/pres.1997.6.4.355

BAIARDI, Yara Cristina Labronici. **Nó de transporte e lugar: dilemas, desafios e potencialidades para o desenvolvimento de um hub urbano de mobilidade.** Tese (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

BERTOLINI, Luca; SPIT, Tejo. **Cities on Rails: the redevelopment of railway station areas**. London: Routledge, 1998.

BOGÉA, Marta Vieira. **Cidade errante: arquitetura em movimento.** Tese (Doutorado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GHENDOV, Camila. **Inversão: Indústria Manufatureira versus Indústria Criativa.** A arte urbana como estratégia contemporânea sobre o remanescente industrial. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2014.

HUDSON-SMITH, A; MILTON, R; DEARDEN, J; BATTY, M; "Virtual Cities: Digital Mirrors into a Recursive World".
CASA Working Papers 125. Londres, Centre for Advanced Spatial Analysis (UCL). 1-19

MAPA Localidades do Programa WIFI Livre SP na cidade. São Paulo: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, [201-]. 1 mapa digital. Disponível em: https://wifilivre.sp.gov.br/. Acesso em: 17 maio 2021.

[8] Programas de incentivo à produção cultural e artística por meio de renúncia fiscal: ProAC (Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo - Lei nº 12.268/2006); Pro-Mac (Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Prefeitura Municipal de São Paulo - Lei nº 15.948/2013).

[9] A Spcine é a empresa de cinema e audiovisual da Prefeitura de São Paulo com foco no desenvolvimento dos setores de cinema, TV, games e novas mídias. (Disponível em: http://spcine.com.br/)

MEDO na madrugada: Pedestres andam em grupo para evitar assaltos na Lapa. Jornal Bom dia São Paulo, São Paulo, 14 jun. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/pedestres-andam-em-grupo-para-evitar-assaltos-em-tuneis-na-zona-oeste-de-sao-paulo.ghtml. Acesso em: 17 maio 2021.

OLIVEIRA, Maria Clara Mazzo Casarin de. Modificação do espaço e desenho urbano: a futura estação de metrô Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2019.

PIAIA, D. M. **Quando a rua vira point: "Práticas juvenis" e pixadores no centro de São Paulo (2017-2019).** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (São Paulo). CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução Nº 05/CONPRESP/2009. [S. l.], 16 set. 2009.

TELLES, Luiz Benedito de Castro. **Grafite como expressão de arte na paisagem urbana contemporânea: manifestações na cidade de São Paulo.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2011.

TRANCIK, R. What is a lost space? In: [CARMONA, M.; TIESDELL, S]. **Urban design reader.** Oxford; Burlington, MA: Elsevier/Architectural Press, 2007.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO TÉRMICO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EXISTENTES

Uma análise entre os programas Archicad e Energyplus

Raul Balbinoti Rodrigues
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arq.raul@outlook.com

Rafaela Bortolini
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
rafaela.bortolini@ufpel.edu.br

Linha Temática:
(x) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Desempenho térmico; BIM.

INTRODUÇÃO

O extinto Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atual Casa Verde e Amarela, é um programa que promove o enfrentamento contra o déficit habitacional brasileiro. Visando reduzir custos, as residências destinadas aos moradores do programa contam com áreas muito reduzidas e com problemas como baixo desempenho térmico. Ademais, os projetos de moradias são padronizados, sendo assim,muitas vezes não contemplam os diferentes tipos de famílias que vão usufruir da residência depois de construída. Além disso, apesar de existirem requisitos mínimos projetuais para as residências no PMCMV e na NBR 15575, estes não tem se mostrado eficiente para diminuir os problemas supracitados (Logsdon e Fabrício, 2019). Outro fator a se ressaltar é que o padrão dos projetos não muda mediante aos mais variados climas presentes no território brasileiro, o que problematiza ainda mais a situação em relação ao desempenho térmico das residências, pois uma solução adotada para o clima tropical é simplesmente replicada no subtropical, por exemplo.

Segundo Sanches e Fabricio (2009), a manutenção é um aspecto crítico das Habitações de Interesse Social devido ao fato que a disponibilidade de recursos dos moradores a serem investidos em manutenção e reformas é limitada. Dito isso, devido a falta de recursos e a necessidade de reformas, os moradores acabam optando pela autoconstrução, colocando-os em situações de risco e não tirando total proveito do espaço por não ter um profissional habilitado acompanhando o processo.

Além disso, de acordo com a Lei de ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social) a assistência técnica deve cobrir todos os aspectos do projeto, acompanhamento e execução da obra, tarefas dos profissionais do setor, nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. Essa lei garante o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. De acordo com o CAU-RS, essa é uma política que, além de assegurar moradia adequada e segura à população de baixa renda, ainda movimenta a economia e o comércio local, gerando emprego e renda na área da construção civil, melhora a qualidade de vida e diminui os gastos com saúde pública associados às condições de salubridade da habitação. Apesar desta lei existir desde 2008, ainda assim ela é pouco implementada. Para garantir sua implementação é importante tratá-la como um direito social e não uma forma de expandir o mercado no campo da construção civil. (Lessa et al., 2019.)

Ainda nesse contexto, a partir da revisão bibliográfica pode-se constatar a baixa existência de estudos que visam minimizar os impactos causados pela autoconstrução e também a falta de programas para auxiliar os construtores informais com conhecimento dos profissionais da área.

Como constatado por Almeida (2019), o surgimento da NBR 15575:2013 reforçou as discussões acerca do desempenho térmico das edificações habitacionais. Essa discussão avançou também sobre as HIS (Habitações de Interesse Social). Nesse contexto, a tecnologia BIM integra essa análise de desempenho térmico como um facilitador dessa, permitindo uma análise térmica tanto na fase de concepção de projeto como em projetos existentes que precisam de reformas.

Para a análise e simulação termoenergética, existem diversos softwares que possuem interoperabilidade com a tecnologia BIM. Essa análise de desempenho térmico com o uso de tecnologia BIM é parte de um conceito chamado “green BIM”, sendo esse um processo que gerencia as informações da melhor forma possível durante todo a vida útil da edificação visando assim melhorar o desempenho térmico e a sustentabilidade desta (Almeida, 2019).

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise do uso de um software BIM e o EnergyPlus, a fim de auxiliar os projetistas a incorporar a análise de desempenho térmico em HIS existentes e apoiar a prática de assistência técnica habitacional.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em duas etapas. Primeiramente foi realizada uma revisão de literatura, onde foram encontrados e analisados diversos artigos e documentos acadêmicos com assuntos relacionados às seguintes palavras chaves: BIM (Building Information Model); HIS (Habitação de Interesse Social) e Assistência Técnica. A partir disso, foi realizado um estudo de caso com uma habitação de interesse social modelada no software que utiliza tecnologia BIM da empresa Graphisoft, o Archicad. A residência foi modelada no software e, em conjunto com o software EnergyPlus, foi testada a interoperabilidade entre eles e também realizada uma simulação para verificar o desempenho térmico da edificação

RESULTADOS

Segundo Dutra (2017), a ocupação da área onde hoje se encontra o PAC Anglo, em Pelotas, iniciou no final da década de 90. Em geral, os primeiros moradores da área foram filhos e netos de ex- funcionários do chamado Frigorífico Anglo, que existia no local. Ainda, no ano de 2007, o Governo Federal iniciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que permitiu a Prefeitura Municipal de Pelotas promover a requalificação da área em questão.

O PAC foi dividido em duas fases, chamada de PAC1 (2007-2010) e PAC2 (2011-2014). De acordo com Dutra (2017), o primeiro programa foi destinado à famílias com renda entre 0 a 3 salários mínimos. O projeto era responsável por requalificar a área do local por meio da requalificação urbana e provisão de habitação para realocação de 90 famílias em risco e 20 moradias para reversão de precariedade.

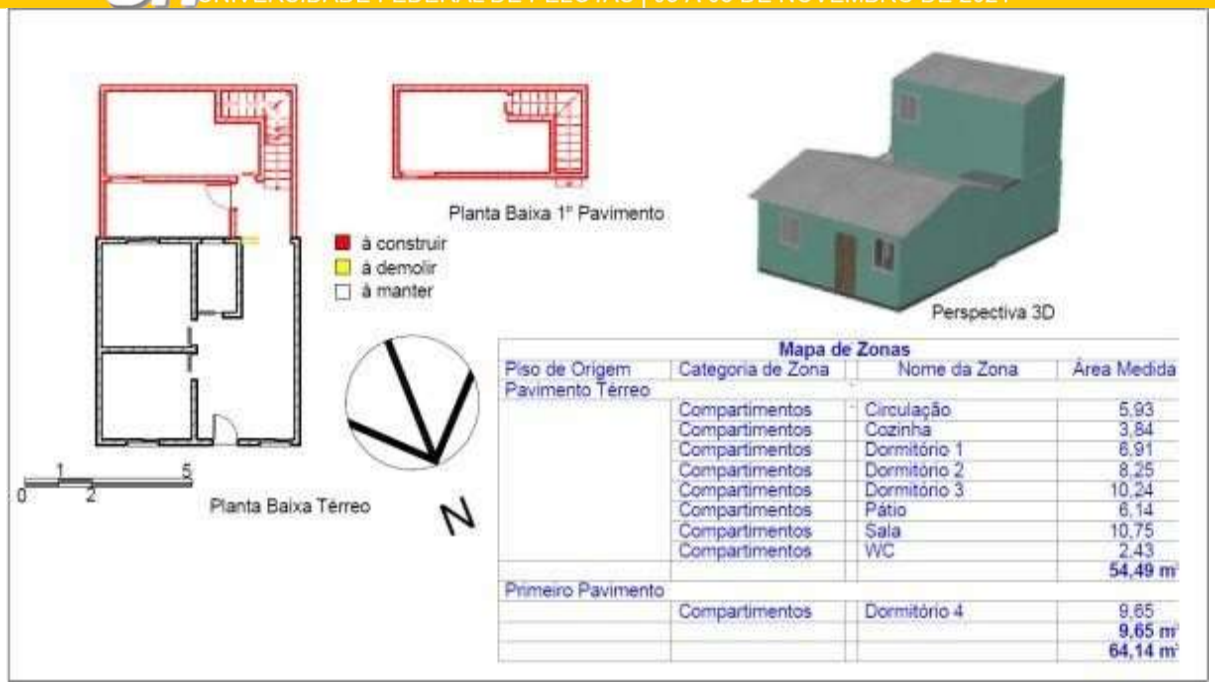
Neste contexto, de acordo com Parlato et al. (2020), em 2013 ocorreu, na cidade de Pelotas, a 5ª Conferência Municipal da Cidade e nela foram expostos dados sobre a problemática habitacional da cidade. De acordo com os dados divulgados (alto índice de moradias consideradas inadequadas) concluiu-se que a cidade de Pelotas, ao invés de construir novas casas, precisava melhorar as já existentes. No loteamento PAC Anglo existem residências de cerca de 36m² formadas por dois dormitórios, sala com cozinha, um banheiro e um pátio.

Dessa forma, foram propostas modificações nas residências visando aumentar o conforto térmico dos usuários e também ampliar a área das residências para abrigar melhor todos os moradores.

A primeira proposta, relacionada ao desempenho térmico das residências, foi oriunda de uma pesquisa realizada por Parlato et al. (2020),onde foi constatado por meio de simulações do nível de conforto térmico das unidades habitacionais que a temperatura interna das residências não estava condizente com a temperatura de conforto térmico. Com isso, foi identificado que o maior problema climático é relacionado à cobertura das moradias. Com isso, o primeiro teste feito no estudo foi a inserção de uma camada de TetraPak® sob o telhado e abaixo de uma camada de ar e também outra camada de Tetrapak® acima do forro de PVC existente. Após inserção e posterior análise foi possível destacar que a transmitância(U) do telhado, que possuía o valor de 1,98 W/m²K passou a ser de 0,49 W/m²K.

Segundo Parlato et al. (2020), a segunda proposta, que visa a ampliação das moradias, baseia-se na ideia de adição. Esse tipo de intervenção adiciona volumes em arquiteturas já existentes e, dessa forma, pode ampliar e também criar novos espaços para os usuários. Nesse contexto, após entrevistas e coleta de dados com os moradores das residências foram desenvolvidas fichas com os dados e também com a modelagem 3D da moradia, visando estabelecer uma relação de confiança entre os pesquisadores e o usuário final.

Nesse contexto, uma das residências do PAC Anglo foi modelada usando a tecnologia BIM no software Archicad para realização de simulações visando assim analisar o desempenho energético da moradia. Este modelo é uma prévia do resultado e ele pode ser observado nas Figuras 1 e 2 de forma mais detalhada. A Figura 1 apresenta a planta baixa da habitação, uma vista em perspectiva do modelo e um mapa de zonas com as áreas de cada cômodo.



Mapa de Zonas

Piso de Origem	Categoria de Zona	Nome da Zona	Área Medida
Pavimento Térreo			
	Compartimentos	Circulação	5,93
	Compartimentos	Cozinha	3,84
	Compartimentos	Dormitório 1	6,91
	Compartimentos	Dormitório 2	8,25
	Compartimentos	Dormitório 3	10,24
	Compartimentos	Pátio	6,14
	Compartimentos	Sala	10,75
	Compartimentos	WC	2,43
			54,49 m²
Primeiro Pavimento			
	Compartimentos	Dormitório 4	9,65
			9,65 m²
			64,14 m²

Figura 1: Representação do modelo BIM. Imagem autoral, 2021.

Valores Chave

Dados de projeto gerais

Nome do Projeto:	Maria Aparecida	
Localização da Cidade:		
Latitude:	31° 46' 34" S	
Longitude:	51° 21' 34" O	
Altitude:	0,00	m
Origem dos Dados Climáticos:	Servidor Strusoft	
Data de Avaliação:	26/01/2021 15:11	

Dados de geometria do edifício

Área do Pavimento Bruta:	**70,27**	m²
Área de pavimento tratado:	**64,17**	m²
Área de Envoltório Externo:	**84,93**	m²
Volume Ventilado:	**173,25**	m³
Proporção de envidraçado:	**3**	%

Dados de desempenho de invólucro do edifício

Infiltração a 50Pa:	**2,26**	ACH

Coeficientes de transferência

	Valor U	[W/m²K]
Média do invólucro do edifício:	**1,53**	
Pavimentos:	**3,95 - 3,95**	
Externo:	**0,78 - 1,92**	
Subterrâneo:	**--**	
Aberturas:	**2,11 - 3,55**	

Valores Anuais Específicos

Energia de aquecimento líquido:	**0,00**	kWh/m²a
Energia de arrefecimento líquido:	**0,00**	kWh/m²a
Energia Total Bruta:	**0,00**	kWh/m²a
Consumo de Energia:	**7,66**	kWh/m²a
Consumo de Combustível:	**7,66**	kWh/m²a
Energia primária:	**23,00**	kWh/m²a
Custo de combustível:	**6,59**	R$/m²a
Emissão CO_2:	**0,00**	kg/m²a

Graus Dias

Aquecimento (HDD):	**438,45**
Refrigeração (CDD):	**3826,58**

Projeto de Balanço Energético



Figura 2: Relatório gerado no Archicad. Imagem autoral, 2021

A Figura 2 apresenta o resultado de uma avaliação térmica da residência realizada dentro do próprio programa Archicad. Pode-se analisar os valores chaves inseridos no programa, principalmente os valores relacionados aos coeficientes de transferência térmica que foram calculados de acordo com a residência em questão. Ademais, o programa Archicad provém neste relatório um “Projeto de Balanço Energético”, o qual permite fazer uma análise comparando a energia fornecida e emitida por mês.

Em uma segunda etapa foi realizada uma análise de como se daria o fluxo de informação entre o Archicad e o software EnergyPlus, de modo a permitir uma análise de desempenho térmica mais detalhada da habitação. No EnergyPlus foram inseridos dados referentes à: (1) propriedades dos materiais; (2) composição dos elementos da construção; (3) número de moradores; (4) eletrodomésticos e uso; (5) lâmpadas e uso; (6) ventilação natural e (7) dados climáticos de Pelotas. No Archicad foram inseridos dados referentes à: (1) transmitância dos elementos (parede e cobertura); (2) tipo de ventilação; (3) número de moradores; (4) eletrodomésticos. Referente aos dados climáticos, foram utilizados dados localizados automaticamente pelo programa mediante a inserção das coordenadas geográficas do projeto (foram utilizadas as coordenadas da cidade de Pelotas) pelo servidor da Strusoft.

Desse modo, foram analisados os processos necessários de exportação/importação de dados entre os softwares Archicad e Energy Plus, para se chegar a uma análise térmica. Para isso, primeiramente foi necessário exportar o arquivo da residência modelada no Archicad no formato “Industry Foundation Classes” (.ifc). Foi necessário exportar neste formato pois o arquivo final, a ser inserido no software EnergyPlus, deve ser no formato “.idf”. Assim, com o arquivo ifc pronto, este foi aberto no software SketchUp para a verificação e exportação em idf. Ao ser aberto no SketchUp, foi possível notar um erro de modelagem o qual foi rapidamente corrigido (Figura 3).

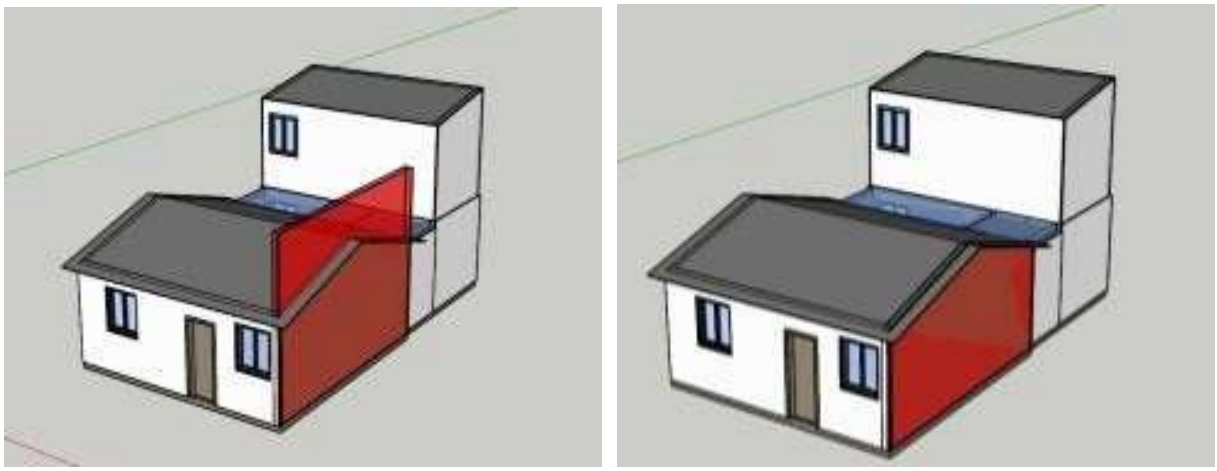


Figura 3: Erro e correção de modelagem após importação em SketchUP. Fonte: Imagem autoral, 2021

Após a correção da modelagem e com a ferramenta do plugin OpenStudio, o arquivo que estava no SketchUp foi exportado para o formato final, em “.idf”. Com o arquivo no formato requisitado pelo EnergyPlus, este foi aberto para verificar quais seriam os dados faltantes no programa e quais dados foram corretamente exportados.

Na situação, foram exportados corretamente ao EnergyPlus dados referentes à: (1) horário e energia gasta em atividades; (2) valores máximos e mínimos de cada atividade; (3) materiais; (4) materiais sem massa e (5) camadas de construção; (6) fatores/proporção de dimensionamento globais de aquecimento e resfriamento e (7) especificação da altura acima do solo. Ainda, foram exportados mais 5 dados os quais não foram utilizados na simulação realizada diretamente no EnergyPlus.

Ademais, pode-se citar as informações que estavam presentes no arquivo do Archicad e que, no processo para gerar uma análise completa, foram notadas como faltantes pelo EnergyPlus. A primeira: não foram contabilizados o número de habitantes da residência; (2) não foram definidas as agendas de uso da residência; (3) a configuração de material não foi exportada corretamente; (4) não foi exportada corretamente a resistência do ar nos materiais; (5) o tipo de vidro das esquadrias não foi exportado corretamente; (6) não foi exportada a informação de camada de ar nos vidros das esquadrias; (7) a edificação foi exportada como um bloco único, sem definição das composições como paredes externas, internas, pisos e telhados; (8) não foi exportado corretamente o detalhamento de superfícies da residência; (9) não foram exportados corretamente as informações acerca dos eletrodomésticos da residência e (10) não foram exportados corretamente os dados correspondentes à abertura máxima de cada esquadria.

CONCLUSÕES

O trabalho avaliou o uso dos softwares Archicad e EnergyPlus, com intuito de avaliar o fluxo de trabalho entre os softwares para ser utilizado em projetos de reforma de habitações de interesse social. Durante a simulação de desempenho térmico foram identificados 3 erros: um erro no período da simulação, um erro no item de construção e também erro nos itens de sombreamento. Ainda, existem dados os quais não estavam presentes no Archicad que também seriam necessários para a simulação. Os dados são informações acerca dos dias do ano que representam feriados, informações sobre o detalhamento de superfícies e também sobre a ventilação natural da residência.

Dessa forma, conclui-se que, visando a análise de desempenho térmico utilizando os softwares Archicad e EnergyPlus, estes não funcionaram da forma esperada, ou seja, não conseguiram realizar um trabalho em conjunto, de modo a falhar no compartilhamento de informações entre os modelos. Ainda, com o estudo realizado, não foi possível verificar se a falha é um problema na interoperabilidade entre os softwares ou somente a perda de dados devido a necessidade de conversão de formato dos arquivos. Portanto, a exportação de modelos digitais a partir do Archicad não é recomendada para a utilização em processos de simulação térmica no EnergyPlus, devido ao retrabalho necessário em realizar correções e inserir configurações essenciais para a simulação.

Como trabalho futuro, serão feitas outras análises de interoperabilidade entre o Archicad e demais softwares de simulação térmica, a fim de possibilitar um fluxo de processo de trabalho mais adequado e dar suporte a projetos de reforma de habitações de interesse social. Ainda, a pesquisa irá prosseguir avaliando o processo de conversão a partir de outros programas de modelagem tridimensional, a fim de verificar se os problemas encontrados foram consequência de falha entre os programas ou apenas na conversão dos arquivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vinicius Gomes De**. A utilização da tecnologia BIM para a análise de desempenho térmico de edificações habitacionais.** 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BLANK-FREITAS, A. C.; AÑAÑA, E. S., SCHRAMM, F. K. Avaliação Pós-Ocupação de habitações de interesse social e a captura de requisitos do cliente final. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO,** 3.; ENCONTRO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO, 6., 2013, Campinas. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2013.

BRÍGITTE, G. T. N.; RUSCHEL, R. C. Operacionalização de parâmetros de projeto por meio do enriquecimento semântico em modelos BIM de habitação de interesse social. **Gestão e Tecnologia de Projetos São Carlos,** v15, n2, p.20-32, 2020.

DUTRA, Janice Jara Conceição. **Construindo a cidade e a cidadania: avaliação da implementação e da satisfação do usuário do PAC Urbanização de Assentamentos Precários no loteamento Anglo, Pelotas, RS.** 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

FREIRE, M. R.; AMORIM, A. L. A abordagem BIM como contribuição para a eficiência energética no ambiente construído. **V TIC**. Salvador, Brasil, 2011.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; PINA, S. A. M. G.; RUSCHEL, R. C.; LABAKI, L. C.; BERTOLLI, S. R.; BORGES, F.F.; FÁVERO, E. (2005). A house design assistance program for the self-building process of the region of Campinas, Brazil: Evaluation through a case study. **Habitat International.** 29. 95-111. 10.1016/S0197-3975(03)00065-1.

LESSA, Lucas Golignac; MEDEIROS, Natália Maria Moura; SANTOS, Marcela Monteiro. Assessoria e Assistência Técnica pelo direito à moradia e à cidade: A contribuição da Taramela para a consolidação de um campo de atuação profissional em Fortaleza, Ceará. 2019. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.** 18., 2019, Natal.

LOGSDON, L.; FABRICIO, M. M.Instrumentos associados de apoio ao processo de projeto de moradias sociais. **Ambiente Construído,** PortoAlegre, v. 20, n. 2, p. 401-423, abr./jun. 2020. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.

MORORÓ, M. S. de M.; ROMCY, N. M. e S.; CARDOSO, D. R.; BARROS NETO, J. de P. Proposta paramétrica para projetos sustentáveis de Habitação de Interesse Social em ambiente BIM. **Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 27-44, out./dez. 2016. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.

OLIVEIRA, F. M.; BITTENCOURT, L. S.; DORIA, D. R. S. Uma ferramenta BIM para simulação de eficiência energética nas fases iniciais de projeto. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção,** v. 11, p. e020003, 15 mar. 2020.

PARLATO, Sara; DOS SANTOS, Luana Helena; LEITZKE, Rodrigo Karini; DA CUNHA, Eduardo grala; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. Melhorias Termo-energéticas em habitações de interesse social: implementação da Assistência Técnica em assentamentos precários. in: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO,** 18., 2020, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2020.

PARLATO, Sara; DOS SANTOS, Luana Helena; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MELHORIAS HABI TACIONAIS NO LOTEAMENTO ANGLO (PELOTAS/RS). In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO,** 6., 2020, Brasília.

SANCHES, I. D. A; FABRICIO, M. M. A IMPORTANCIA DO PROJETO NA MANUTENÇÃO DE HIS. In: **VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GESTÃO DA ECONOMIA DA CONSTRUÇÃO,** 2009, Campinas.

YENERIM, Duyg; CLAYTON, Mark J.; Improving Self-Help Housing in Texas Colonias Using Spatial Agents and Building Information Modelling (BIM). 2013. In: **Proceedings of International Council for Research and Innovation in Building and Construction (CIB) World Building Congress**. Brisbane, Australia.

JOGOS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE REFLEXÃO SOBRE AS CONEXÕES ENTRE IDENTIDADES SONORAS E VISUAIS

Um estudo aplicado à representação de um patrimônio cultural pelotense

Raquel Silva
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
ra334@live.com

Adriane Borda
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adribord@hotmail.com

Luciana Sandrini Rocha
Instituto Federal Sul-rio-grandense | Brasil
lucianarocha@ifsul.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Representação; Patrimônio Arquitetônico; Som; CoSpaces Edu; Jogos Digitais.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva utilizar e pensar o som, característico de um tempo e lugar, como elemento identitário e ativador de memórias sobre um patrimônio cultural. Decorre do desdobramento da produção de representações físicas e digitais relativas ao conjunto arquitetônico e paisagístico do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS. Este entorno preserva exemplares de arquitetura eclética erguida no final do século XIX de valor cultural reconhecido local e nacionalmente. Além de se constituir como centro histórico, esta paisagem urbana continua sendo palco de eventos sociais, políticos e econômicos determinantes para a história deste município.

Em Borda et al. (2020), encontra-se o relato do desenvolvimento de modelos táteis desse entorno produzido por fabricação digital e caracterizado como um recurso assistivo de interesse educativo e cultural. Essas representações táteis foram problematizadas no referido trabalho, frente às suas dimensões comunicacionais, a partir da Teoria da Escalada da Abstração de Flusser (2008). Com essa teoria Flusser realiza uma leitura sobre a evolução dos meios de comunicação produzidos pela cultura humana ao longo da história. Considera que as esculturas são as primeiras obras desta cultura e que, com elas, há a abstração da dimensão temporal, própria do mundo físico. Nele todos os sentidos podem ser aguçados para apoiar a leitura de cada um sobre o mundo, a partir da experiência multissensorial, que depende das capacidades e propósitos de quem interage com ele, seja pelo uso da visão, audição, tato, olfato e paladar, associados ou não. Com a escultura, sobe-se o primeiro degrau da escalada da abstração: do quadridimensional para o tridimensional. Há neste ato representacional da escultura, a apreensão da matéria, para ser informada e transformada em objeto da cultura. O objeto tridimensional permite a interação com o corpo. O segundo degrau da escalada, do tri para o bidimensional, se refere

à abstração dos sentidos de proximidade, com a produção da imagem, que prioriza o sentido de visão (de distância). Neste degrau, a teoria se refere à imagem produzida por meios tradicionais, como o desenho e a pintura. Ao evoluir do desenho para a escrita, sobe-se um outro degrau: do bidimensional ao unidimensional, dimensão atribuída à linha da escrita, da descrição textual. No último degrau desta escalada estão os meios nulodimensionais, nível em que Flusser caracteriza o que nomeia por imagens técnicas (toda imagem produzida por aparelhos, da fotografia tradicional aos meios digitais de representação, computáveis).

Entretanto, Flusser (2008) advertiu que a escalada da abstração se constitui como um modelo 'fenomenológico' da história da cultura, com o propósito apenas para servir de gancho para pensar o problema das tecno-imagens (FLUSSER, 2008). Sob este modelo, a imagem em si é algo capaz de encobrir o mundo e, progressivamente, tornou-se um objeto de adoração e perdeu a propriedade de ser uma mediação e de orientar o homem no mundo. Para Flusser este fenômeno é dialético e "inerente em toda mediação: em vez de os instrumentos funcionarem em função do homem, o homem passa a funcionar em função dos instrumentos" (FLUSSER, [1981a], p.3).

A partir da observação das relações entre o fotógrafo e a câmera fotográfica/aparelho, Flusser afirmou que a humanidade se tornou 'surda' opticamente (FLUSSER, 1998, p.82), subsidiando a compreensão do fenômeno de inflação de imagens (e imagens técnicas) no mundo contemporâneo.

O uso dessa teoria junto ao estudo mencionado facilitou observar os limites e potencialidades desses dispositivos produtores de imagens para comunicar a forma dos espaços abordados. O processo envolveu a delimitação do método da Adição Gradual da Informação (AGI), para construir uma narrativa tátil, em diferentes escalas, sobre a paisagem urbana e a forma das edificações que a configuram. O processo partiu do uso de meios bidimensionais e unidimensionais (um folder de um roteiro turístico com a descrição das principais características das arquiteturas de interesse patrimonial, com o desenho (a mão) e texto associado). Logo, as representações foram produzidas por meios nulodimensionais, com o uso da fotografia tradicional e digital, da modelagem e da fabricação digitais, situando-se assim no último degrau da escalada da abstração, como imagens técnicas. Machado (1998) e Santaellla (2016), respaldam a interpretação de que a fabricação digital possibilita um retorno ao concreto (do nulodimensional ao tridimensional). Tais representações tratam de produzir modelos estáticos cuja alusão ao tempo histórico do lugar exige a associação a outras narrativas para além das táteis e visuais.

O mundo das imagens técnicas tem sido cada vez mais potencializado com a cultura dos jogos digitais, os quais se utilizam de ambientes virtuais que proporcionam experiências com elevado senso de presença, por meio de dispositivos como óculos, capacetes e sensores de realidade virtual. Esta cultura, embora apoiada na exacerbação do uso da imagem, traz o tempo, e com ele adiciona o movimento e pode ir além do meio cinematográfico (sequência de imagens) sob o parâmetro da oportunidade de interação do corpo com o meio. Em contrapartida, valendo-se da distinção entre jogos abertos e fechados, Flusser (1967) alega que, apesar dos jogos digitais serem potentes para reforçar a surdez óptica também podem, fortuitamente, serem concebidos como jogos abertos, com regras e repertórios mutáveis, para pensar outros universos possíveis. Mesmo apoiados nas imagens técnicas, podemos pensar em jogos que auxiliem na provocação de sensibilizar o ouvir, o discernir e o memorizar o som do lugar urbano representado.

Na obra “As Cidades Invisíveis”, Ítalo Calvino (1972) interpreta a cidade de forma subjetiva. A identidade do lugar se manifesta a partir da experiência de cada indivíduo e por meio das memórias coletivas se constrói e reconstrói o imaginário de uma cidade. Altman (1992) corrobora a interpretação de Calvino atribuindo ao som a colaboração na construção de uma realidade imaginária, que por isto faz parte da história, conferindo identidade a um lugar.

Dando prosseguimento ao emprego do método da AGI, este trabalho investiga a identificação e inserção de novas camadas de informação relativas às identidades sonoras a serem associadas a representações digitais de um jogo aberto, como elemento identitário e ativador de memórias sobre um patrimônio cultural.

METODOLOGIA

O estudo resulta da interseção de temas e abordagens teóricas e tecnológicas tratados no âmbito do Projeto MODELA Pelotas e ampliados em atividades propostas em três disciplinas de pós-graduação: (D1) Fundamentos da Docência de Representação Gráfica e Digital, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); (D2) Documentário e Cidade: Narrativas Audiovisuais e Dinâmicas Urbanas, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP); (D3) Laboratórios Virtuais e Aprendizagem Experiencial, do Programa de Pós-graduação em Informática da Educação (PPGIE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Junto à primeira disciplina, a teoria da escalada da abstração é apresentada e realizam-se atividades de produção de objetos de aprendizagem a partir do conceito de Serious Games, jogos de entretenimento que, de maneira imperceptível pelo jogador, foram elaborados com objetivos de aprendizagem específicos e que têm sido utilizados em processos formativos em diferentes áreas (DE CARVALHO, 2015); da segunda advêm reflexões sobre as identidades sonoras dos lugares da cidade; da terceira, a fundamentação teórica e tecnológica para a implementação dos ambientes virtuais interativos.

Por decorrência destas conexões, passou-se à caracterização e associação às representações digitais de novas camadas de informação relativas às identidades sonoras. Para isto fizeram-se necessárias as seguintes ações: identificação e apropriação de plataforma de ambiente virtual tridimensional e interativo com interoperabilidade entre os modelos digitais existentes, transpondo o modelo tátil do entorno da Praça para o modelo virtual; identificação e resgate de repertório de sons digitais desses lugares, em formatos compatíveis com a plataforma; construção de repertório que registre sons atuais e identitários dos lugares representados; implementação dos sons com características lúdicas, com possibilidades de seu acionamento no tempo e no espaço, para associação aos lugares com ações provocativas em diferentes níveis, como um jogo; disponibilização do jogo e experimentação como espaço colaborativo para adição de sons por uma comunidade de jogadores.

O método empregado para compreender e registrar as identidades sonoras atuais refere-se ao de caminhada sonora, com o apoio dos recursos de gravação de amplificação de som. As caminhadas sonoras caracterizam-se como excursões exploratórias cujo principal objetivo é ouvir com atenção os sons dos espaços (WESTERKAMP, 2007 apud MALANSKI, 2018). Pretende-se que a constituição de um repertório do jogo, relativo ao registro histórico de sons associados aos lugares representados, seja feita ao longo do tempo, pelo rastreamento de sons em documentários, acervos de rádio e tv e acervos de colaboradores. Como um jogo aberto e dialógico, o próprio jogador poderá contribuir neste processo, auxiliando o desenvolvimento da investigação. Os jogadores, inicialmente, serão caracterizados por um grupo de estudantes/pesquisadores voluntários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados principais, até o momento, referem-se a uma revisão teórica, referenciada anteriormente, e a um processo de apropriação tecnológica, os quais foram associados para estruturar um ambiente virtual e realizar uma experimentação inicial.

Foi utilizada a plataforma CoSpaces Edu (DELIGHTEX GMBH, 2021), a partir da proposta formativa da disciplina D3. Trata-se de uma plataforma de realidade virtual totalmente baseada na web, com versão gratuita (com recursos limitados) e paga. Sua programação pode ser feita por blocos ou scripts, o que permite a utilização por usuários leigos ou com poucos conhecimentos em programação. É do tipo multiusuária, colaborativa e permite a integração multimídia (imagem, fotos 360º, modelos 3D, áudio, vídeo, links etc.). Disponibiliza biblioteca de conteúdos (objetos, personagens etc.) e admite a interação com objetos de realidade aumentada, sendo acessível também por dispositivo móvel. Possibilita a criação de aulas e tarefas com recursos de gamificação e remixagem.

A fotografia aérea do lugar e os modelos digitais das edificações (exportados do SketchUp, em formato.obj) foram carregados no CoSpaces. Foi realizada uma caminhada sonora exploratória, no dia 24 de setembro de 2021, iniciada às 16h55min, com a produção de dois áudios de 15 e 19 segundos. Estes áudios foram capturados a partir do aplicativo de amplificação de som SmartRecord para Android e inseridos no ambiente virtual por codificação baseada em blocos. O som é reproduzido ao ser acionado pelo mouse sobre um objeto determinado. A Figura 1 ilustra, à esquerda, a maquete física e, à direita, a representação digital. Sobre ela está marcado, em amarelo, o trajeto da caminhada e dois pontos em que se pode acionar o som, um deles a partir de um elemento esférico específico para isto e o outro sobre o próprio edifício, como sinalizado sobre o Mercado Público.

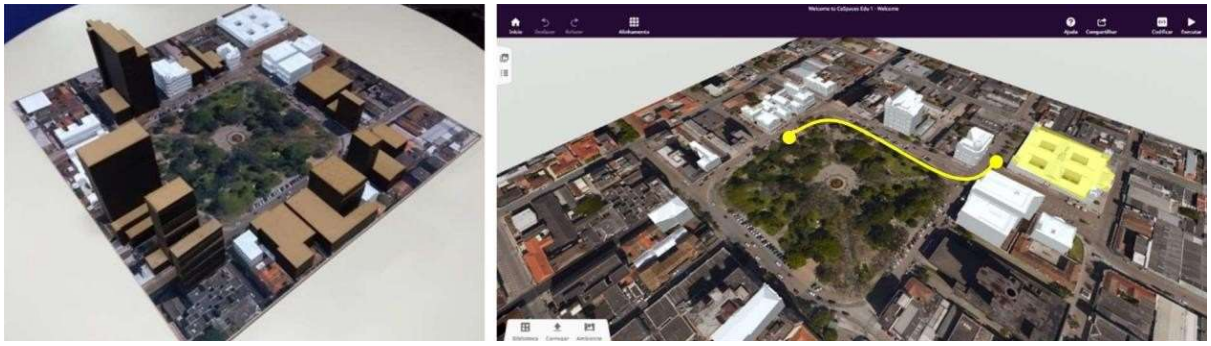


Figura 1: À esquerda, fotografia da maquete física da Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno. À direita, Modelo digital 3D, do mesmo entorno, na plataforma CoSpaces, com a marcação da caminhada sonora. Fonte: foto: Borda et al, 2020; modelo digital: autoras, 2021.

A partir desta exploração inicial entende-se o potencial desse estudo em contribuir com o desenvolvimento do método da AGI, transposto para o meio digital. Configura-se assim uma interface para ativar imagens mentais que estes sons possam provocar. Por tratar-se de imagens mentais, se dissociam, quem sabe, daquelas produzidas pelos aparelhos, embora associadas por sons arquivados na memória deles (sons digitais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturou-se um ambiente virtual para oportunizar a adição de novas camadas de informação junto às representações de um patrimônio cultural pelotense. Amplia-se assim a aplicação do método AGI, anteriormente utilizado para traduzir a forma da paisagem urbana para a experiência tátil. Embora no espaço digital tenha-se eliminado esta possibilidade tangível, busca-se oportunizar e aguçar a experiência com o sentido da audição. As camadas a serem associadas às imagens técnicas, que compõem o ambiente digital, buscarão expressar as identidades sonoras do lugar, a serem capturadas/resgatadas e localizadas no tempo e no espaço. O ambiente virtual tridimensional interativo está preparado para estabelecer um jogo aberto e promover a compreensão dessas possíveis identidades sonoras, para ativar outras imagens que venham sempre transgredir a lógica do controle do mundo pelos aparelhos.

Entende-se que as reflexões flusserianas induzem a buscar alternativas para resgatar informações/dimensões ocultas em uma imagem técnica. Neste caso, para ativar memórias sobre a história do local pela identificação de identidades sonoras. Calvino e Altman apontam para a oportunidade, a partir da introdução de sons característicos de um lugar, da ressignificação dessas imagens, contribuindo para criação de novas memórias e identidades coletivas.

A exploração digital aqui realizada aponta também para a oportunidade de ampliar os recursos assistivos táteis com a adição das mesmas camadas de informação, para contemplar mais possibilidades para a inclusão cultural de pessoas privadas de algum dos sentidos e potencializar o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Rick (ED.). **Sound theory/sound practice.** New York: Routledge, 1992.

BORDA A. S., A.; NUNES, C. dos S.; GOULART, S. C.; SILVA, B. H. Adição gradual da informação sobre um patrimônio arquitetônico: produção de modelos e de sentidos. **Gestão & Tecnologia de Projetos,** [S. l.], v. 15, n. 3, p. 49-63, 2020. DOI: 10.11606/gtp.v15i3.168715. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/168715. Acesso em: 17 out. 2021.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELIGHTEX GMBH. **CoSpaces Edu**. c2021. Página inicial da plataforma. Disponível em: https://www.cospaces.io/edu/. Acesso em: 17 out. 2021.

DE CARVALHO, Carlos Vaz. Aprendizagem baseada em jogos-Game-based learning. In: **II World Congress on Systems Engineering and Information Technology.** 2015. p. 176-181.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: Ensaios sobre uma futura filosofia da fotografia.** São Paulo: Hucitec, 1985.

_____ . **Jogos.** 1967. Disponível em: https://www.cisc.org.br/portal/index.php/pt/biblioteca/viewdownload/15-flusser-vilem/46-jogos.html. Acesso em: 13 out. 2021.

_____ . **O universo das imagens técnicas:** Elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.

_____ . **Imagem-imagem técnica I: leitura da imagem tradicional.** 4 f. Inédito do Arquivo Vilém Flusser. São Paulo (SP Bienal Conference Essays / 3-BIENAL-07_1949). [1981a].

MACHADO, Arlindo. Apresentação. In: FLUSSER, Vilém. **Ensaio sobre a fotografia: para uma filosofia da técnica.** Lisboa: Relógio d'Água,1998. p. 9-18.

MALANSKI, Lawrence M. **Geografia dos Sons Cotidianos: Sonoridades do Calçadão de Londrina.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2018.

SANTAELLA, Lucia. **O paradoxal retorno do concreto.** Eco Pós, v. 19, p. 106-117, 2016.

O USO DA ROBÓTICA BÁSICA NO ENSINO

A importância do conhecimento de iluminação natural a moradores de Habitação de Interesse Social.

Eduardo Ductra Bortolotti
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
eduardo.ductra@gmail.com

Rafaela Bortolini
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
rafaela.bortolini@ufpel.edu.br

Linha Temática:
(x) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Arduino; autoconstrução; iluminação; Tecnologia Social.

INTRODUÇÃO

Programas de Habitações de Interesse Social (HIS) são conhecidos por produzir projetos padronizados em larga escala, desconsiderando a pluralidade familiar e as necessidades dos moradores. As unidades são implantadas sem avaliações acerca dos condicionantes sociais e bioclimáticos do local de inserção. Em vista disso, na tentativa de atender suas necessidades funcionais, os habitantes optam por processos autoconstrutivos e autogeridos: construção de cômodos ao longo do ciclo de vida da edificação, de caráter empírico. No entanto, a falta de conhecimento técnico por parte dos moradores ocasiona em ambientes insalubres, mal iluminados, sem ventilação natural, que não atendem os parâmetros ergonômicos e confortáveis, os quais se espera de uma edificação (BRANDÃO, 2011; KAPP; CARDOSO, 2013).

Neste contexto, visando a autonomia e o fomento do conhecimento, urge a Tecnologia Social (TS). O conceito de TS é vinculado as transformações nas esferas sociais, culturais, econômicas e ao domínio do processo construtivo em comunidades carentes através do auxílio de equipamentos tecnológicos. Ao empregar ferramentas atreladas a TS aos moradores de HIS, é tangível atingir o empoderamento ao estimular o senso crítico e aprimorar o conhecimento técnico, durante as etapas construtivas. Bem como, aperfeiçoar a qualificação profissional e aumentar a renda daqueles indivíduos que tiveram contato com a ferramenta de aprendizado (KAPP; CARDOSO, 2013).

A contextualização de tecnologia social atrelada a atividades lúdicas vem sendo aplicada nas mais diversas modalidades. Entre eles, destacam-se aplicativos como o Como Você Mora (CVM), capaz de auxiliar pesquisadores na implementação de questionários, ensino de termos arquitetônicos técnicos, além de fomentar conhecimento sobre reciclagem e coleta de lixo a moradores de comunidades inseridas nos programas de HIS (VILLA et al., 2020). Outro exemplo de aplicação é o uso de interfaces tangíveis

e impressão 3D para instruir os indivíduos leigos acerca da disposição, dimensionamento e linguagem técnica de desenho sobre mobiliário em suas moradias (SILVA; NUNES; MEDVEDOVSKI, 2021).

A problematização abordada neste trabalho, foca no ensino à população leiga sobre a importância do planejamento vinculado a iluminação natural durante a etapa de construção, para melhor conforto e eficiência energética da edificação. Este trabalho faz parte da linha de pesquisa Gráfica Digital e Cidadania, com o objetivo de apropriação da TS na criação de um dispositivo lúdico de ensino. Tal mecanismo visa o ensino sobre as consequências de ambientes com excesso de radiação solar, bem como os impactos da falta da insolação direta no bem-estar e na indução a criação de ambiente insalubres.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em três etapas: (1) pesquisas bibliográficas sobre o tema abordado; (2) busca por teorias de ensino para embasamento metodológico, tanto no âmbito generalista quanto de caráter focado na programação e despertar cognitivo; (3) definição, construção e programação do sistema e da ferramenta de ensino, visando fornecer as respostas aos usuários.

A primeira etapa consistiu na coleta de dados acerca de conforto térmico, índices de radiação, insolação, processos autoconstruídos e pesquisas de análises de conforto térmico em conjuntos de HIS, no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A segunda etapa resgata a Teoria de Antropológica da Didática – TAD e estruturação do saber, de Chevallard (1991). O autor estrutura o saber em quatro categorias, conhecidas como teoria, tecnologia, técnica e problema.

No âmbito deste trabalho, o saber é estruturado em: a teoria, com o discurso generalista, embasado na Tecnologia Social; a tecnologia, vinculada ao procedimento usado para ensino, proporcionada pelos estudos de Gomes (2010) e Barros (2008) na defesa do desenvolvimento de múltiplos sentidos cognitivos ao ensinar robótica; a técnica caracterizada pelo procedimento de ensino, atribuído por meio do uso do sistema robótico Arduino UNO; e por último, o problema, ligado a habilidade a qual se espera ser adquirida, neste caso, a compreensão da importância da iluminação natural planejada nas edificações.

Para a etapa três se fez a escolha da plataforma Arduino, voltada ao ensino da robótica para iniciantes, por meio da criação e experimentação, através da programação (*softwares*) e da construção de componentes (*hardwares*). A proposta trazida pelo Arduino apresenta custo acessível, diversos componentes físicos para a criação dos *hardwares* e um *software* próprio para a programação: *Integrated Development Environment* (IDE) (“Arduino”, [s.d.]). Para a confecção do protótipo, foi usado o Kit Arduino Iniciante, com uma placa Arduino Uno e a interface IDE para a criação do *script* de programação. No entanto, é possível usar a plataforma *Tinkercad,* desenvolvida pela *Autodesk*, para a simulação virtual dos sistemas de *software* e *hardware.*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de ensino, delimitados na figura 1, se desenvolve através de oficinas destinadas aos moradores de comunidades inseridas em loteamentos de interesse sociais. O projeto vislumbra a implementação por ações de caráter extensionista, mediante oficinas voltadas a estes moradores em situações de assistência. A intenção é que seja possível agregar e compartilhar conhecimentos no âmbito

da informática e arquitetura aos processos empíricos de construção. A proposição de desenvolvimento do artefato consiste na criação do *script* e do objeto de aprendizado, ambos interligando a linguagem da programação e os componentes eletrônicos. As simulações são voltadas a compreensão visual, cognitiva e lúdica do sistema responsivo desenvolvido pelos próprios participantes, para que futuramente, adquiram conhecimentos que poderão ser aplicados no planejamento de suas obras residenciais.



Figura 1: Delineamento diagramado da aplicação do objeto de ensino, bem como as relações entre os moradores e o conhecimento adquirido. Fonte: Autor, 2021.

A primeira etapa da construção do protótipo foi a confecção do *hardware*. Junto com a placa UNO, foram usados: *Light Emitting Diode* (LEDs); resistores; cabos conectivos (*jumpers*); *protoboard* para a união física dos componentes; e sensor de luminosidade. Para que o sistema permitisse uma resposta visual ao usuário, uma escala com a coloração dos LEDs foi definida. A escala foi baseada em: dois LEDs vermelhos em cada extremidade indicando valores com excesso ou insuficiência de iluminação; quatro LEDs verdes, em grupos de dois separados por um LED amarelo, indicando valores considerados bons; um LED amarelo indicando valores considerados ideais ao sistema. A interpretação do índice luminoso é feita mediante o sensor *Light Dependent Resistor* (LDR). O dispositivo permite que a capacidade de resistência varie conforme o fluxo luminoso incidindo sob ele.

Na segunda etapa se deu início ao processo de programação do *script* na linguagem C++, considerada de fácil compreensão. O intervalo de fluxo luminoso lido pela placa UNO varia de 0 até 1023, sendo programado para distribuição uniforme entre os nove LEDs no *hardware.* A resposta que o equipamento proporciona ao usuário ocorre através da indicação luminosa (ligado ou desligado) na escala definida pelos nove LEDs. O valor 0 corresponde a uma edificação em total sombra, enquanto o valor 1023, é atribuído o maior índice de radiação solar obtido no município de Santa Maria, relativo ao mês de dezembro com valor de 665,23Wh/m2 (GRIGOLETTI; FLORES; SANTOS, 2016; GRIGOLETTI; LINCK, 2014). Vale ressaltar que o dispositivo permite a alteração dos parâmetros de radiação, os quais neste trabalho foram atribuídos a Santa Maria, conforme a cidade a qual foi realizado o experimento.

Com o protótipo montado e o script configurado, situações foram simuladas para a obtenção responsiva a radiação em um ambiente interno. As respostas obtidas, como é possível constatar na figura 2, podem ser classificadas em três momentos: insatisfatórias pela falta de radiação, satisfatórias e insatisfatórias

pelo excesso de radiação. O primeiro momento de simulação pode ser correlatado a um ambiente sem iluminação direta ou iluminados através de outro ambiente. O componente criado sinalizou ao usuário um sinal de alerta, na cor vermelha. Já ao segundo momento, a simulação foi realizada com um ambiente considerado adequado, apresentando bons parâmetros de radiação solar incidente sobre o sensor LDR. No entanto, no último momento, a simulação representou um espaço com excesso de radiação, correspondente as orientações mais críticas ou sem elementos de proteção solar.

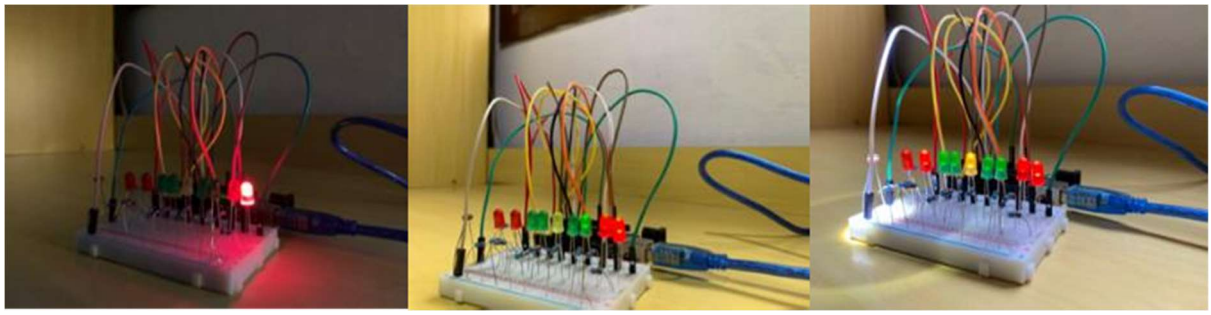


Figura 2: A esquerda, os níveis para ambiente insalubre; centralizado, valores ideais de iluminação; a direita, simulação de um cômodo com incidência de radiação em excesso. Fonte: Autor, 2021.

O retorno obtido mediante o uso do protótipo e dos parâmetros especificados permite que análises possam ser feitas nos loteamentos de HIS localizados em Santa Maria. Apesar do dispositivo não ser voltado a análises mais precisas acerca do conforto térmico, é possível a associação lúdica, que vislumbre o ensino das consequências dos ambientes que recebem muito ou pouca radiação solar. É tangível atribuir ambientes de permanência prolongada para cada situação expressa pelos LEDs, como exemplo de quartos voltados as orientações: oeste ou sul. Nas entrevistas realizadas por Grigoletti e Linck (2014), os moradores haviam confirmado sua insatisfação com o quesito conforto térmico nas épocas mais críticas, pois preferiam permanecer ao exterior. Fenômeno atribuído ao calor excessivo no verão e temperaturas desconfortáveis no inverno, mas sem conhecimento do motivo técnico destes acontecimentos.

Alguns pesquisadores (QUEIROZ et al., 2018; VAZ et al., 2016) incentivam o uso do Arduino na arquitetura para análises de conforto térmico, entretanto, com enfoque a estudantes e docentes, já com conhecimentos sobre o tema. A proposta trazida neste trabalho visa o ensino da comunidade leiga, inseridas em programas de habitação de interesse social, visando o ganho de conhecimento e autonomia em processos de autoconstrução. Em virtude da pandemia vivenciada no Brasil, o cenário atual não propiciou a aplicação ao público alvo. Tal situação faz com que a etapa de experimentação e resposta acerca do uso e didática da metodologia seja postergada, sem data de implementação.

CONCLUSÕES

A metodologia abordada propõe a conexão entre os temas de robótica com eficiência energética em habitação de interesse social, mediante um caráter lúdico e de estruturação teórica que visa o desenvolvimento cognitivo dos moradores de HIS. A temática é de extrema importância para a população inserida na conjuntura de HIS, ao proporcionar autonomia e noções construtivas que permitem a melhoria na qualidade de vida, evitando conflitos e ambientes equivocados, além de melhorar a qualificação profissional. O empoderamento oriundo da Tecnologia Social ampara as esferas técnicas, sociais,

culturais e políticas dos indivíduos inseridos em atividades e oficinas deste contexto fomentador do conhecimento.

REFERÊNCIAS

Arduino. Disponível em: <https://www.arduino.cc/>. Acesso em: 16 maio. 2021.

BRANDÃO, D. Q. Disposições técnicas e diretrizes para projeto de habitações sociais evolutivas. **Ambiente Construído,** v. 11, n. 2, p. 73–96, 2011.

GRIGOLETTI, G. DE C.; FLORES, M. G.; SANTOS, J. C. P. DOS. Tratamento de dados climáticos de Santa Maria, RS, para análise de desempenho térmico de edificações. **Ambiente Construído**, v. 16, n. 1, p. 123–141, 2016.

GRIGOLETTI, G. DE C.; LINCK, G. I. Análise de comportamento térmico de HIS térreas unifamiliares em Santa Maria, RS. **Ambiente Construído**, v. 14, n. 2, p. 109–123, 2014.

KAPP, S.; CARDOSO, A. L. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S.**Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), 2013.

QUEIROZ, N. DE et al. Pared cinética: Una fachada humana y ambientalmente responsiva. Un enfoque de educación en arquitectura. **Arquitecturas del Sur,** v. 36, n. 54, p. 58–69, 2018.

SILVA, A. B. A. DA; NUNES, C. DOS S.; MEDVEDOVSKI, N. S. ENTRE O VIRTUAL E O TANGÍVEL: Parametria de mobiliário para promover processos colaborativos em contextos de habitação de interesse social. **Revista Pixo,** v. 5, n. 17, p. 194–213, 2021.

VAZ, C. E. V. et al. O desenvolvimento de elementos de proteção de fachada responsivos – exploração e controle de um processo. **Gestão & Tecnologia de Projetos,** v. 11, n. 2, p. 73, 2016.

VILLA, S. B. et al. Como você mora: sistema interativo de avaliação pós-ocupação em meios digitais. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 15, n. 2, p. 33–51, 2020.

UMA INTERFACE LÚDICA PARA INTERVIR NA FOTOGRAFIA

Relato de ações extensionistas para promover a reflexão sobre imagens da cidade

Cláudia Andriele da Costa Freitas
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
claudiaandrielef@gmail.com

Pedro Thiago Roque
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
pedronmroque@gmail.com

Adriane Borda Almeida da Silva
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adribord@hotmail.com

Nirce Medvedovski
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
nirce.sul@gmail.com

Linha Temática:
(x) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: digital; Tecnologia Social; Realidade Aumentada; edição de fotografia; imagens da cidade

INTRODUÇÃO

O presente resumo relata o desenvolvimento de uma infraestrutura conceitual e tecnológica para apoiar ações extensionistas, no campo formativo de arquitetura, as quais objetivam provocar a reflexão, de maneira colaborativa com a comunidade em geral, sobre a qualidade dos espaços urbanos. Trata-se da configuração de um método, pensado para caracterizar um jogo digital que motive o compartilhamento e a construção de critérios para potencializar tal reflexão. Este método compreende a aquisição/representação de imagens (fotografias/desenhos), de espaços públicos a serem problematizados a partir da expressão de desejos por meio da edição de imagens digitais em um processo de projeto colaborativo. Os elementos adicionados e os subtraídos da fotografia são caracterizados como peças de um jogo digital e interativo, em diferentes versões, incluindo uma interface gestual. O método, como um todo, se apresenta como um recurso dirigido à sensibilização para a produção de tecnologias sociais associada à exploração de tecnologias digitais. Este recurso tem sido utilizado e validado no âmbito da curricularização da extensão, do ensino de graduação, da pós-graduação e da pesquisa.

O conceito de tecnologia social, de acordo com Kapp e Cardoso (2013), toma como pressuposto a autonomia coletiva. Para tais autores, uma tecnologia adquire o caráter social quando é capaz de promover a aquisição de critérios individuais e de consciência coletiva, necessários para uma transformação social.

Os processos de requalificação de espaços urbanos têm sido apoiados em estudos sobre as relações pessoa-ambiente e sobre a avaliação de desempenho do ambiente construído, junto aos quais se encontram diversos instrumentos e ferramentas de avaliação consagrados (Rheingantz et al, 2009). O método referido neste estudo reúne elementos característicos de alguns destes instrumentos, como do Mapeamento Visual, do Poema dos Desejos (*wish poem*) e o da Seleção Visual (*visual preferences*). Adota uma perspectiva lúdica para buscar motivar mudanças voluntárias de comportamento social, para promover o empoderamento e impulsionar a aquisição de critério frente à qualidade dos espaços urbanos. O método está sendo pensado também para apoiar etapas de execução de diagnósticos sobre um local a ser requalificado. Para isto, pode partir do uso da fotografia como recurso para registrar os aspectos negativos do local (associado ao Mapeamento Visual), sob o ponto de vista dos coletivos aos quais as ações extensionistas se dirigem.

A dinâmica do método, nomeado por MotivAção, é complexa e pressupõe o envolvimento de um grupo de agentes e de tecnologias disponíveis, podendo dificultar o seu uso. Relatam-se aqui as aplicações deste método, inicializadas em 2016, e os resultados até então obtidos, incluindo aplicações neste período de ensino remoto por decorrência da pandemia COVID19. Há o propósito de refletir sobre a sustentabilidade do método e/ou da infraestrutura necessária para a sua aplicação (aplicativo MotivAção).

METODOLOGIA

Este estudo parte da descrição de cada uma das ações extensionistas realizadas com o MotivAção, tanto as que envolveram a aplicação do método propriamente dito quanto aquelas relativas ao desenvolvimento da infraestrutura conceitual e tecnológica necessária para a aplicação do método. Esta descrição é acompanhada de um propósito de sistematização de dados para subsidiar as reflexões sobre aspectos qualitativos dos resultados, com destaque às questões de sustentabilidade.

Sobre os aspectos qualitativos, dá-se prosseguimento aos estudos realizados em Borda et al. (2014), quando foram transpostos os indicadores que caracterizam Tecnologias Sociais indicados por Kapp e Cardoso (2013) para interpretar o método MotivAção, quais sejam: catalisação de processos coletivos; valorização de confronto; valorização dos pequenos ganhos de autonomia; fortalecimento de arranjos cooperativos; concepção do projeto arquitetônico e urbano como processo; contextualização crítica. Incrementa-se o critério de valorização da autonomia em relação à disponibilização, apropriação e acesso às tecnologias digitais, por parte dos estudantes de arquitetura, para garantir a continuidade de uso do método.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira aplicação do método MotivAção encontra-se relatada por GARCIA et al. (2016), e partiu do propósito de conscientização da importância do descarte correto dos resíduos sólidos sob a observação de casos inadequados junto aos espaços urbanos do entorno imediato do local da ação extensionista. Foi realizada com estudantes do sétimo ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ferreira Vianna, Pelotas. O método envolveu três encontros presenciais e foi organizado em 6 etapas:

1) revisão bibliográfica, por parte dos acadêmicos de arquitetura – sobre Tecnologia Social, conceito de jogos e o tema tratado na ação; 2) 1º encontro: estabelecimento de um processo colaborativo entre os estudantes para problematizar o espaço urbano – isto incluiu a identificação/construção de um repertório de imagens de espaços urbanos para o empoderamento dos participantes. Foi explorado o uso de realidade aumentada para introduzir o caráter lúdico e tecnológico da ação; 3) aquisição de fotografias, pelos estudantes da escola, sobre o espaço urbano a ser problematizado em termos de requalificação; 4) 2º encontro: oficina de projeto – os estudantes da escola selecionaram e indicaram a posição de um repertório de elementos urbanos a serem subtraídos ou adicionados à fotografia do espaço. Após o projeto, foi utilizada a estratégia de formar para a edição de imagens, a partir de fotografias do próprio corpo dos estudantes da escola com poses pensadas na simulação do uso do espaço, para serem recortadas digitalmente por eles e constituírem as figuras humanas que foram adicionadas à imagem para que virtualmente agissem sobre o ambiente; 5) produção do jogo digital interativo – os acadêmicos de arquitetura editaram as fotografias conforme o projeto dos estudantes da escola. Isto exigiu conhecimentos de perspectiva e de ferramentas que automatizam e facilitam os ajustes projetivos. Esta etapa contou com o apoio de bolsista de iniciação científica da área de ciência da computação para a implementação do jogo digital (uso da plataforma de jogos *Unity3D*), Oliveira et al. (2016); 6) 3º encontro: momento de interação em que os estudantes da escola puderam jogar digitalmente em interfaces como tablet e computador, além de jogar por meio de interface gestual (dispositivo *Kinect* da *Microsoft* com sensor que capta os movimentos, desenvolvido para ser um console de videogame). Neste momento também ocorreu a avaliação coletiva do processo.



Figura 1: Aplicação do Motiva-Ação na Escola Municipal Ferreira Vianna. Fonte: GARCIA et al.,2016.

A segunda ação foi realizada com estudantes de nono ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Rambo, e tinha como foco discutir a qualidade dos espaços do entorno imediato à escola. As imagens da Figura 2 ilustram os momentos dos encontros e das etapas do processo de produção do jogo digital, descritos anteriormente. Destaca-se que, nesta aplicação do método, os estudantes da escola só experimentaram o jogo na interface de computador e tablet, sem contar com a experiência com a interface gestual (*Kinect*), pelo motivo de ausência de apoio técnico (o projeto já não contava com bolsista da área da computação). Mas, foi adicionado ao método a entrega de uma fotografia física presenteada para cada participante da Escola, gerando um impacto importante, expressado pelo depoimento oral e escrito, de acordo com o relato apresentado em Freitas et al. (2017).



Figura 2: Aplicação do MotivAção na Escola Municipal Padre Rambo. Fonte: FREITAS et al.,2017.

Em 2020 foi possível contar novamente com bolsista da área da computação e avançar no propósito de disponibilização do jogo na web para que os participantes pudessem seguir jogando para além do momento da ação extensionista. Para isto foi necessário um redesenho da interface visual do MotivAção.

Sob esta nova versão, os jogos anteriores já foram disponibilizados na *web* (Figura 3/linha 1) assim como os jogos resultantes de outras três atividades realizadas por estudantes de pós-graduação, junto ao PROGRAU/FAURB/UFPel.As imagens das linhas 2 e 3 da Figura 3, ilustram jogos resultantes de atividades propostas no âmbito de disciplinas de mestrado. Tais atividades foram desenvolvidas no período de distanciamento social, por decorrência da pandemia COVID19, a partir do segundo semestre de 2020.

O jogo ilustrado pela linha 2 foi desenvolvido como demonstrativo para apoiar uma ação extensionista a ser realizada com todas as etapas do método MotivAção. O tema tratado é de intervenção em patrimônio cultural e busca problematizar a paisagem urbana conformada no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS. A proposta da ação é de motivar o estudo da biografia do lugar e a construção de critérios para projetar/preservar cenários para o futuro. Está disponível em https://gegradimotivacao.github.io/PatrimonioCultural/.

O jogo relativo à linha 3 resulta de uma atividade de projeto de requalificação urbana desenvolvida pelos estudantes da disciplina de mestrado. O método foi adaptado para o ensino remoto e simplificado em suas etapas. Todas as edições de imagens foram realizadas pelos próprios estudantes de mestrado e os jogos, embora já acessíveis pela web (https://gegradimotivacao.github.io/CenaBase/), todavia ainda não foram avaliados pelos usuários dos espaços requalificados nas imagens.

Na linha 4 da Figura 3 tem-se a ilustração de um desdobramento do uso do aplicativo. Trata-se da versão digital de um jogo de figurinhas/adesivos a serem coladas em cartões postais. Este jogo resultou de reflexões advindas de uma dissertação de mestrado, Santos (2021), desenvolvida junto ao mesmo programa de pós-graduação já mencionado. Destaca-se que para reproduzir a dinâmica proposta no jogo físico a programação teve que ser adequada, pois diferentemente da lógica do MotivAção, neste caso não havia lugar prédeterminado para situar cada figura sobre os desenhos das paisagens urbanas.

Esta especificidade apontou para outra potencialidade do jogo de interesse formativo no campo dos estudos de representação em perspectiva. Este jogo está sendo explorado em disciplina de graduação para provocar a percepção dos efeitos da perspectiva por meio do controle da localização de figuras humanas nos diferentes planos de profundidade. Este jogo está disponível em https://gegradimotivacao.github.io/CenaTais)

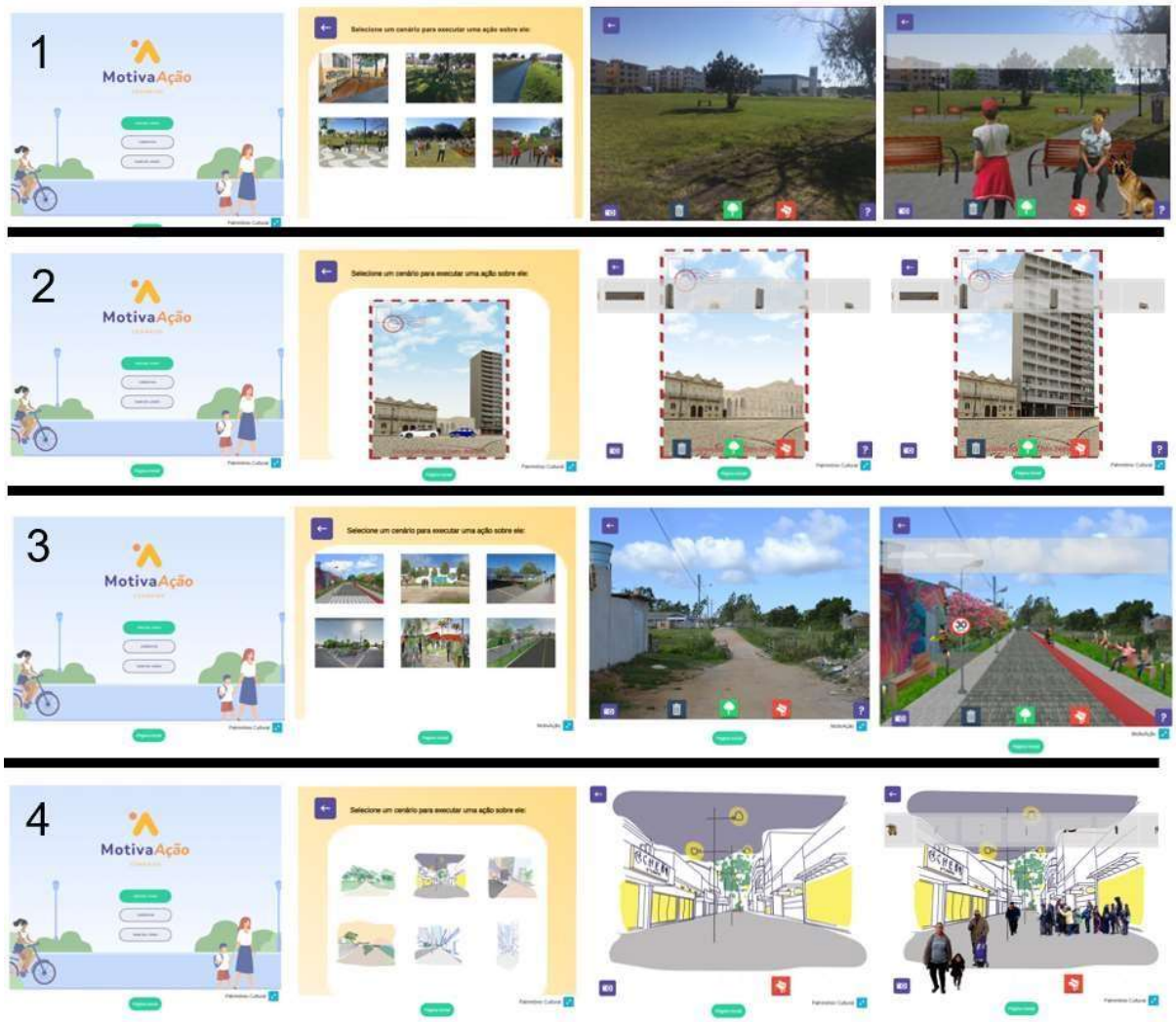


Figura 3: Jogos Digitais disponíveis em https://gegradimotivacao.github.io/. Fonte: Autores, 2021.

Está sendo possível também retomar o investimento para produzir um aplicativo que permita a implementação do jogo pelos próprios estudantes de arquitetura. Desenvolve-se o que se denominou de Construtor, o qual permitirá que pessoas leigas em programação, e não usuárias da plataforma Unity3D, possam produzir o jogo digital. Configura-se como uma plataforma web em framework Laravel, sem a necessidade de inserir códigos da linguagem de programação.

A partir do relato dos resultados das ações avalia-se que o método MotivAção: possibilita a promoção da catalisação de processos coletivos (construção de imagens prospectivas coletivas); valoriza o confronto (incentiva a expressão de desejos advindos de diferentes coletivos sobre o mesmo espaço urbano); valoriza pequenos ganhos de autonomia (apropriação tecnológica por meio de processos formativos/o

construtor permite a autonomia dos estudantes de arquitetura para a geração dos jogos, atribuindo maior sustentabilidade ao método); fortalecimento de arranjos cooperativos (a estratégia lúdica motiva a continuidade das parcerias para as ações extensionistas); concepção do projeto arquitetônico e urbano como processo (compreensão das dinâmicas urbanas e possibilidades de transformação); contextualização crítica (propósito da ação extensionista). Com isto, pode-se caracterizá-lo como infraestrutura para o desenvolvimento de tecnologias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo de método aqui apresentado, bem como a dinâmica para o seu desenvolvimento, exige o estabelecimento de um processo colaborativo entre estudantes de arquitetura e os coletivos envolvidos no âmbito da extensão universitária.

A partir dos relatos das ações compreende-se que o MotivAção oportuniza coletar dados sobre o imaginário dos envolvidos ou, mais ainda, ampliar e provocar este imaginário (relativo ao Poema dos Desejos). O método culmina na disponibilização de jogos para computadores, tablets e para captura de movimento (kinect). O jogador pode remover elementos da cena fotografada. Para isto, tal fotografia deve ser editada previamente pelo próprio jogador, que se constitui como autor de uma versão específica do próprio jogo. A interface permite construir, pelo próprio jogador, um catálogo de elementos urbanos para serem sobrepostos à imagem, compondo o cenário desejado. Com isto, o método tem a pretensão de "motivar a ação" para a requalificação efetiva do local representado, algumas vezes possível através da simples mudança de comportamento do próprio jogador, como pode ser a relação com o lixo ou com a arborização dos espaços públicos.

O método MotivAção, por fim, pode promover aos participantes um olhar mais crítico em relação aos espaços públicos da cidade, além de motivar a preservação de qualidades da paisagem urbana e da memória da cidade. O método pode resultar em uma maneira lúdica para pensar a cidade.

REFERÊNCIAS

BORDA, A..; MEDVEDOVSKI, N..; SOPENÃ, S.; BROD, G.; TEODORO, T. Construção de cenários motivacionais sob a perspectiva de tecnologias sociais. In: **SIGRADI XVIII,** Montevideo, 2014. Design in freedom... Montevideo: Manuel Carballa, 2014. p.493-496

FREITAS, C.; CARDOSO, A.; CARDOSO, J.; SILVEIRA, P.; BORDA, A.. Requalificação dos espaços públicos por meios digitais: Oficina na Escola Municipal Padre Rambo, Pelotas/RS. Pelotas: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2017: **CEC IV,** Pelotas, 2017, Anais..., p. 117-122, 2017. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais/anais-2017/. Acesso em: 11 mar. 2021.

GARCIA, D.; CECCONI, R.; PINTO, G.;BORDA, A.;MEDVEDOVSKI, N. Técnicas participativas de incentivo e conscientização dos moradores na região da balsa para o manejo adequado dos resíduos sólidos. Pelotas: **CEC III,** Pelotas, 2016, Anais..., p. 1-4, 2016.

KAPP, S.; CARDOSO, A. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S. Risco – Revista de Pesquisa Em Arquitetura e Urbanismo. n. 17. p. 94-120. 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83050. Acesso em: mar. 2021

OLIVEIRA JUNIOR, W.; GARCIA, D.; BORDA, A. Desenvolvimento de aplicativo dirigido à motivação para a requalificação urbana baseado em interfaces naturais. Pelotas: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2016 : **CIC XXV,** Pelotas, 2016, Anais..., p. 1-4, 2016. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/cic/anais/anais2016/. Acesso em: 11 mar. 2021.

RHEINGANTZ, P. et al. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

02

Percepção, Avaliação da Cidade e Turismo

Percepción, Valoración de la Ciudad y Turismo

Perception, Evaluation of the City and Tourism

A IMAGEM E A CIDADE

Impactos da subjetividade na construção do espaço urbano

Gabriel Soares da Costa
Universidade Federal Fluminense | Brasil
gabriel_sdcosta@hotmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: imagem; imagem da cidade; Rio de Janeiro; Niterói

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como objetivo realizar diálogos a respeito do que seria "a imagem da cidade", tentando entender como estas imagens se formam através de construções mentais produzidas mediante vivências com os espaços urbanos, de maneira a conhecer suas características, limitações e impactos no cotidiano das pessoas que experimentam o lado concreto descrito por estas abstrações. Essa dualidade entre o concreto e o abstrato, ou entre o campo material e imaterial, decorrente da natureza do próprio ser humano, transborda para o espaço ao redor, retroalimentando-se com o decorrer do tempo.

Por vezes negligenciado, o fator subjetivo é essencial quando se discute a cidade, visto que toda ação humana está envolta na subjetividade intrínseca ao ser: sua cultura, suas ideologias, suas vontades – tudo isso resulta em ações concretas, que podem ser ativas ou passivas, mas ambas gerando consequências práticas, seja no desenho urbano, nos fluxos de transporte, na ocupação territorial, nas desigualdades geográficas e/ou nas políticas urbanas. As "bagagens emocionais" dos seres humanos, que atuam como agentes de transformação constante nas cidades – em diferentes escalas e com níveis de poder diversos – influenciam na tomada de decisão e, por consequência, na fisionomia das urbes.

Utilizando-se de referências do campo da Filosofia, da História, da Arquitetura e do Urbanismo, o artigo busca, de forma breve, traçar pontes de diálogo entre autores que discutem o que seriam essas imagens, como elas se formam, seus impactos reais nas cidades, culminando com os estudos de caso das cidades de Rio de Janeiro e Niterói, escolhidas pela proximidade e familiaridade do autor com ambas.

METODOLOGIA

Pelo tema do artigo tangenciar em diversos pontos a dissertação em andamento do autor, a formulação da pesquisa relativa à discussão do conceito de imagem foi uma das primeiras necessidades identificadas, requerendo atenção específica sobre como deveria ser sua condução. Os diálogos

traçados no artigo são essencialmente teóricos, fundamentados em autores como Kevin Lynch, Marilena Chauí, Kate Nesbitt, Maurício de Abreu, Peter Hall, Merleau-Ponty, entre outros, relacionando os campos da Filosofia, História, Arquitetura e Urbanismo.

Dessa forma, buscou-se entender primeiramente o conceito de "imagem" de forma mais ampla, a partir do campo da Filosofia, e caminhou-se para a relação da "imagem" com o "espaço urbano", entendendo sua ligação com o ciclo de construção das cidades, e a atuação da subjetividade dos seres humanos dentro desse ciclo. Para além dos casos específicos das cidades de Rio de Janeiro e Niterói, comentados em tópico à parte, citou-se outros casos que demonstraram de forma clara o papel da imagem como objetivo norteador das transformações urbanas, ocorridas em lugares como Paris e Brasília, por exemplo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da abordagem proposta, evidencia-se que "imagem" é um conceito amplo, utilizado em diversos campos do conhecimento desde a Antiguidade, sendo recorrente sua relação com conceitos como "percepção", "imaginação" e "reflexo". Considerando a complexidade psicológica dos seres humanos, as imagens surgem como percepções relativas a estímulos externos, sendo lapidadas e transformadas a partir da visão de mundo do ser que a constrói: a imagem, a princípio, é uma ação individual de reflexão que ocorre dentro de cada ser humano, como descrito por Merleau-Ponty:

> Eu comecei a refletir, minha reflexão é reflexão sobre um irrefletido, ela não pode ignorar-se a si mesma como acontecimento, logo ela se manifesta como uma verdadeira criação, como uma mudança de estrutura da consciência, e cabe-lhe reconhecer, para aquém de suas próprias operações, o mundo que é dado ao sujeito, porque o sujeito é dado a si mesmo. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 5)

Porém, a partir do momento que o homem vive em sociedade, essas imagens são comunicadas e desenvolvidas, formando as imagens coletivas: essas imagens são frutos das trocas sociais entre grupos, que imbuídos de similaridades – seja pela cultura, localização, idade, ou outras características em comum – passam a responder aos estímulos de maneira similar, ajudando na construção desse mosaico de imagens, que será tanto maior, quanto mais complexa for a cidade.

Importante ressaltar que apesar de coletiva, a imagem não é única ou necessariamente hegemônica, apesar de casos em que sua propagação se dá de tal forma que se convertem em símbolos - conforme interpretação de Ferdinando de Moura Rodrigues (2005) - de maneira que tornam quase indissociáveis aos locais para certos grupos, como por exemplo, a alcunha de "Cidade Maravilhosa" vinculada à cidade do Rio de Janeiro. Outro ponto a ser notado é que a imagem, como fruto de uma interpretação, nunca representará de forma completamente fidedigna o objeto a que se refere, conforme entendimento de Marilena Chauí: "[...] raramente ou quase nunca a imagem corresponde materialmente à coisa imaginada" (CHAUÍ, 1997, p. 167).

Kevin Lynch, em sua obra "A Imagem da Cidade", discorre sobre a noção de imagem, sua aplicação nas cidades, o modo com que os habitantes a utilizam e a partir disso, busca entender os aspectos que a transformam positivamente. Ele corrobora com o entendimento da individualidade na criação das imagens e de sua complementaridade na formação de um todo imagético que se rebate no espaço urbano, e, a partir de conceitos como "legibilidade " e "imaginabilidade ", propõe uma classificação de elementos físicos e sua relação com a vivência e a percepção gerada em seus habitantes.

Essa imaginabilidade, que pela definição seria a "[...] qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador" (LYNCH, 1997, p.20), seria uma qualidade que diferenciaria de forma positiva as cidades, de maneira que, considerando que a memória é um fator relevante para a consolidação da cultura e da identidade, as mais "imagináveis" seriam aquelas que mais seriam lembradas, portanto, mais diferenciadas dentro do conjunto.

Além disso, dentro de um contexto capitalista de grande concorrência entre as urbes, as imagens se tornaram um ativo a mais na disputa por investimentos, turistas ou por determinados eventos internacionais. Desta forma, a construção de imagens torna-se também menos orgânica, com agentes moldando as cidades contemporâneas para gerarem símbolos rápidos e fortes, que consigam se propagar nas redes urbanas e, a partir do século XXI, nas redes sociais. Segundo Ferrara,

> [...] a segunda metade do século XX sofre o impacto de uma cultura e consumo de massa possibilitados pelo acesso à informação, via televisão, e ao produto, via um processo crescente e diversificado do mundo industrial e da superprodução. Esta realidade traz consequências em todos os prismas da sociedade contemporânea e a imagem da cidade apresenta os sinais inelutáveis desse desafio social. A competitividade do capitalismo industrial, projetando-se sobre a imagem cultural urbana descaracteriza a cidade enquanto espaço público, na medida em que tira todo caráter próprio e declarado de expressão social através do espaço. (FERRARA, 1990, p.8)

Com base nas discussões relacionadas à imagem propostas pelos autores, centrou-se nos estudos de caso das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, observando facilmente as imagens como início e fim de processos de transformação urbana em diversos períodos históricos. Um caso a ser citado é a Reforma Pereira Passos no centro do Rio de Janeiro no início do século XX, que visava desconstruir a "imagem colonial" da capital da República - ligada ao passado - e arquitetar uma nova - referenciada na Paris de Haussmann - conectada à modernidade e ao progresso. Niterói, ex-capital do estado do Rio de Janeiro, também foi palco de reformas profundas no início do século XX – ainda que em escala menor – objetivando solidificar uma imagem vinculada a um futuro, ao mesmo tempo que precisava consolidar uma imagem de capital, visto que a proximidade do Rio de Janeiro ressaltava certas defasagens em relação à vizinha.

Em tempos mais recentes, foco do artigo, discute-se o papel das Olímpiadas 2016 como evento capitalizador de reformas profundas na capital fluminense, embaladas pelo discurso de uma "cidade

olímpica" que renasceria após os Jogos. Em Niterói, comenta-se sobre a construção do Museu de Arte Contemporânea (MAC Niterói) desenhado por Oscar Niemeyer, que serviu como novo símbolo da cidade, alavancado por uma narrativa de cidade "campeã em qualidade de vida" em fins dos anos 1990.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou estabelecer relações entre imagens da cidade e as transformações urbanas, propondo realizar diálogos entre autores de diferentes campos do conhecimento. A contribuição deste artigo está justamente nestes diálogos, que apontam perspectivas diferentes de análise sobre o desenvolvimento de cidades, que aqui foram brevemente relacionadas com os casos de Rio de Janeiro e Niterói, mas que apresentam questionamentos que possibilitam aprofundamentos nas pesquisas de Urbanismo e Arquitetura de maneira geral.

Desta forma, o artigo, e futuramente a própria dissertação, poderão servir como uma fonte a mais sobre o tema das "imagens das cidades", que ainda é profundamente relacionado à obra de Kevin Lynch, e que precisa ser discutido e atualizado considerando o contexto brasileiro, que se diferencia consideravelmente das cidades estadunidenses que foram foco do estudo de Lynch. Sendo assim, mais do que propor definições ou conceitos, o artigo busca entender conexões e propor reflexões sobre o quanto o campo subjetivo afeta materialmente as urbes, atingindo aspectos práticos do cotidiano das pessoas, e que por vezes, esses aspectos são negligenciados ou silenciados, atendendo aos interesses de certos agentes que tem interesse na manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade.** Lisboa: Letra Livre, 1992.

BRUNO, Joana Sarmet Cunha. "O Museu de Arte Contemporânea de Niterói, RJ: uma Estratégia de Promoção da Imagem da Cidade" **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro. Vol.4, N.1/2. Maio/Novembro, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. "As máscaras da cidade". **Revista USP.** São Paulo. Março/abril/maio, 1990.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martis Fontes, 1999.

MOLINA, Fabio Silveira. "A produção da 'Cidade Olímpica' e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro". **R. B. Estudos Urbanos e Regionais.** Rio de Janeiro, Vol.16, N.2, p.63-79, novembro, 2014.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para Arquitetura. Antologia teórica (1965-1995).** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Forma, Imagem e Significado em Estruturas Urbanas Centrais. Centro de Niterói: Projeto de Reestruturação Urbana**. Niterói: EdUFF/ ProEditores, 2005.

A MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO

Percepção da violência de gênero nos deslocamentos a pé

Aracele Rocha Mahfuz
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
araceleceu@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Gisele Pereira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
gisele_pereira@hotmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Percepção; Ambiente e comportamento; Caminhabilidade; Gênero.

INTRODUÇÃO

Para tornar as cidades melhores e mais habitáveis é imprescindível torná-las caminháveis. A caminhabilidade propicia a vitalidade urbana e é, ao mesmo tempo, uma referência para medir tal vitalidade. Cidades que priorizam o espaço público das ruas como elemento-chave de integração econômica e social tendem a ser mais sustentáveis, saudáveis e habitáveis.

Segundo Lynch (1960) a cidade é um produto, especialmente, das pessoas e suas atividades, que, por razões próprias estão sempre modificando a paisagem urbana, a qual pode ter seu significado alterado no tempo conforme as circunstâncias de cada época. Ainda para Lynch (1960), a imagem do espaço urbano poderá ser interpretada de forma completamente diferente para observadores diferentes, contudo parece existir um consenso significativo entre membros de um mesmo grupo. Dessa forma, a identidade do ambiente, criada a partir da imagem do espaço urbano, deve construir no indivíduo o sentimento de se sentir como parte de algo maior com base na consciência de pertencimento em um grupo com o qual partilha um espaço.

Porém, caminhar nas ruas das cidades com tranquilidade é privilégio de poucos. As mulheres são as mais prejudicadas nos deslocamentos a pé, tendo, além de uma experiência negativa e desmotivadora, seu direito de ir e vir, e consequentemente o direito à cidade, ceifados. Para situar o referencial teórico entende-se o gênero como um produto da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. A mulher que será apresentada aqui está relacionada com a percepção subjetiva do que é ser feminina a partir dos diversos espaços onde ela se constrói: na família, no mercado de trabalho, na cidade e nas instituições, como afirma Simone de Beauvoir, ninguém nasce mulher, torna-se (BEAUVOIR,1967). Historicamente excluídas do ambiente público, meninas e mulheres estão mais vulneráveis ao assédio e situações de violência sexual ao se deslocar a pé nos espações públicos.

Segundo Dutra e Machado (2017), a violência contra a mulher é um fenômeno social decorrente das relações de poder e de uma sociedade culturalmente machista e para Galetti (2017), as relações entre estrutura urbana e desigualdade de gênero também propiciam vulnerabilidade às mulheres que circulam, se locomovem e ocupam o espaço público. Ou seja, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade que as mulheres percebem nos espaços urbanos são decorrência das relações de poder.

Para Calió (1997), as diferenças sociais e as relações sexistas conformam o espaço urbano assim como o desenho urbano materializa as desigualdades de acesso a equipamentos, serviços e oportunidades. Logo, se há diferenças entre homens e mulheres, Santoro (2005) afirma que o planejamento urbano não pode ser visto de forma generalista, mas sim compreender o olhar diferenciado das mulheres sobre o espaço e levar em consideração os papéis de produção e reprodução. Para Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho atribui as atividades de produção aos homens e as de reprodução as mulheres, e divide-se em dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Desta construção cultural da divisão sexual do trabalho às mulheres são impostas funções, tarefas, responsabilidades, obrigações, interesses e posturas ditas como específicas ao seu gênero, assim, a elas fica a responsabilidade com a manutenção do lar e com a unidade familiar (MERLI ,2018).

Nesse sentido, trazer a perspectiva de gênero para a paisagem urbana é pensar na cidade sob a ótica de um grupo que, pela formação da sociedade, foi excluído e invisibilizado dos processos econômicos, políticos e de tomada de decisão. Estes processos restringiram a mulher ao espaço privado/doméstico e tornaram os espaços públicos muitas vezes inóspitos a elas.

Com o intuito de aprofundar o estudo entre caminhabilidade e gênero, o presente trabalho está sendo desenvolvido junto ao programa de Mestrado em Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, na linha de pesquisa de Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário e tem relevância diante da necessidade de ampliação da discussão das desigualdades de gênero no âmbito da Arquitetura e da Engenharia, além de ir ao encontro do quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, apresentado na Agenda 2030[1] , o qual busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Dessa forma, o objetivo principal presente trabalho é analisar no desenho urbano se há elementos que possam tornar os espaços públicos mais seguros e acolhedores para meninas e mulheres, incentivando, dessa forma, os deslocamentos a pé.

METODOLOGIA

A presente dissertação se propõe a fazer uma pesquisa qualitativa com enfoque exploratório e descritivo, na qual, através de observações em campo seja possível analisar os fenômenos sob uma perspectiva integrada das relações entre as pessoas e o meio, captando as dinâmicas e todos os pontos de vista

[1] Agenda 2030- é um plano de ações desenvolvido no âmbito da **Organização das Nações Unidas (ONU)**,assinado por 193 países em 2015**.** Ela visa a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental em escala global até o ano 2030. (POLITIZE,2020).

relevantes (GODOY,1995). Até o momento foi aplicado um questionário, de forma remota, em caráter piloto e exploratório. Tal questionário, contendo vinte e oito (28) questões foi dividido em quatro seções: a primeira para entender a relação da respondente com o bairro (suas atividades e formas de se deslocar), a segunda procura avaliar a infraestrutura das calçadas pela perspectiva das usuárias, foram feitas questões sobre iluminação, conservação e acessibilidade, a terceira seção serviu para entender o perfil das respondentes e por fim, na quarta seção foi disponibilizado um espaço para que elas, caso se sentissem à vontade, pudessem compartilhar alguma experiência de assédio ou violência de gênero no bairro. Algumas questões foram apresentadas como múltipla escolha e outras em forma de resposta aberta.

Para a coleta de dados das próximas etapas tenciona-se fazer:

1. Aplicação de questionário de forma remota para que as respondentes possam realizá-lo anonimamente, evitando se sentirem constrangidas, envergonhadas ou com algum desconforto pois o assunto ainda é tratado como tabu para muitas mulheres e;
2. Entrevista Caminhada para compreender a relação entre as mulheres e o ambiente.

Estudo de caso

O local escolhido para o estudo de caso é o bairro Porto, na cidade de Pelotas. O bairro fica localizado na zona sul da cidade onde encontra-se o Porto da cidade. Integra o complexo portuário do Rio Grande do Sul, formado pelos portos de Rio Grande (marítimo), Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira do Sul (fluviais), além da ligação rodo-ferro-hidroviário de Estrela, no rio Taquari. Na época das charqueadas, Pelotas era o principal centro econômico e comercial do Rio Grande do Sul.

Esta região se tornou um atrativo para projetos de desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas, a qual viu, nos grandes prédios desocupados, a possibilidade de aumentar sua área física. Além de melhorar a infraestrutura da Universidade, os investimentos aparecem como um incentivo para a recuperação da região (INCHAUSPE; NETO,2019).

Com a diversidade de moradores que a cada ano chegam pela presença das Faculdades na região, a dinâmica do lugar está a todo momento sendo modificada. A Universidade Federal de Pelotas tem quase 21 mil alunos, oriundos de vários estados brasileiros, de outros países da América Latina, dos quais grande parte, somam-se aos moradores do bairro ressignificando diferentes espaços através de uma ampla gama de atividades lúdicas, políticas, performáticas, esportivas e artísticas como é o caso do “Sofá na Rua” e dos festivais de Grafitte que ocorrem na região do Porto. Tais eventos ocorrem “pela ligação entre a estética produzida pela temporalidade que o conforma como bairro fabril- industrial e sua paisagem urbana que produz um outro tipo de dinâmica: o território enquanto potencial criativo do espaço urbano”. (INCHAUSPE; NETO,2019,p.24).

Além disso, desde 2001, a prefeitura de Pelotas trouxe a discussão da Cidade Universitária dentro do plano Diretor, prevendo um projeto de humanização de uma ampla área da zona do Porto, priorizando o pedestre e fazendo da rua um espaço de convivência (Lei n. 5.502, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de pesquisa encontra-se em fase inicial de revisão bibliográfica e até o momento foi realizada a aplicação de um questionário teste, o qual possibilitou alguns resultados parciais. Tal questionário foi enviado de forma remota, o que se justifica pelo contexto de pandemia e se apresentou como excelente ferramenta pois permitiu que as respondentes se mantivessem anônimas e dessa forma se sentissem mais seguras para tratar de um assunto delicado (assédio e violência de gênero), o qual poderia causar desconforto, medo ou vergonha. Os resultados preliminares, analisados de forma generalista serão base para a criação do questionário definitivo e diretriz para a entrevista caminhada. A desvantagem desse método é que atinge apenas uma parcela das usuárias.

A pesquisa foi respondida por 40 mulheres com faixa etária entre dezoito (18) e cinquenta e nove (59) anos que têm algum vínculo com o bairro Porto de Pelotas. Como previsto, a metodologia atingiu um grupo muito restrito de representação, as respondentes são predominantemente brancas (92,5%) e com ensino superior completo (75%).

Quando perguntadas sobre sua relação com o bairro as principais respostas são: estudantes, moradoras e trabalhadoras respectivamente.

Dentre as respondentes 75 % costumam de deslocar a pé no bairro e a maior parte desses deslocamentos está relacionado com a manutenção da casa como padaria, mercado, etc.

No questionário piloto ao perguntar diretamente se a respondente já havia sofrido assédio sexual, as primeiras respostas foram negativas, optou-se então por fazer um ajuste no questionário: primeiro foi listada várias formas de importunação e em seguida pediu-se para marcar por quais situações daquelas as mesmas já haviam passado e os resultados se modificaram. Quanto as questões de importunação sexual 87,5 % responderam já ter sofrido algum tipo de assédio em espaços públicos, 77,5 % já trocaram de roupa por medo de serem assediadas e 87,5% já deixaram de sair pelo mesmo motivo. Tal situação se deu, provavelmente, porque algumas dessas atitudes são tão naturalizadas que muitas mulheres não conseguem classifica-las como violência de gênero.

Quando perguntadas sobre qual a situação ou o local que mais lhes causavam medo, as respostas evidenciaram que é andar sozinha, principalmente à noite, pela falta de iluminação, pessoas circulando e falta de policiamento. Para sentirem-se seguras as respondentes disseram que procuram andar acompanhadas e evitam alguns locais do bairro.

Sobre a infraestrutura das calçadas, as piores avaliações foram para segurança, onde 57,5% consideraram muito ruim e 32,5% ruim. A iluminação foi considerada muito ruim para 27,5% e ruim para 45% das usuárias

As respostas indicam que realmente essas mulheres se sentem vulneráveis ao percorrer o bairro e que buscam estratégias para deslocarem-se sem sofrer assalto ou assédio: mudam de calçada para evitar grupos de homens parados nas ruas, andam acompanhadas, evitam andar à noite e até se preocupam com o tipo de roupa que estão usando.

Os resultados obtidos através do questionário teste servirão de base para a elaboração do questionário definitivo bem como a para as questões da entrevista caminhada.

CONCLUSÕES

O assédio sexual nos espaços públicos é uma interação bastante frequente no cotidiano das mulheres brasileiras, provoca sensação de desconforto e intimidação da vítima e está ligada intimamente aos estereótipos de gênero.

A violência de gênero fica mais acentuada no espaço público o que inibe as mulheres de circular e se apropriar desses locais, não só para se deslocar, mas também como alternativas de lazer. O questionário teste realizado no bairro Porto em Pelotas, evidenciou o quanto as usuárias sentem-se inseguras em se deslocar a pé principalmente à noite e sozinhas. Sentimento agravado pela falta de iluminação e policiamento no local. Por fim, entende-se que o planejamento urbano e as políticas públicas devem ser expandidos com a promoção do debate sobre gênero para que seja mitigada a violência de gênero no contexto urbano e com isso, espera-se levantar diretrizes para auxiliar no planejamento urbano sob uma ótica feminina para superar a desigualdade de gênero e das diferentes formas de discriminação das mulheres brasileiras, fortalecendo assim a cidadania de mais da metade da população.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo,** v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6o Encontro de Geógrafos de América Latina. **Observatório Geográfico,** 1997. v. 1, p. 1 – 9.

DUTRA, Lara Borges; MACHADO, Línia D. Lopes. A violência de gênero contra a mulher nos espaços públicos. **Revista Jurídica Eletrônica/**Ano 6, Número 8, pg 6-8 Fev/2017.

GALETTI, Camila C. Hildebrand. Direito a cidade e as experiências das mulheres no espaço urbano. **41º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu, 2017.

GODOY,Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007

INCHAUSPE, Ícaro Vasques; NETO, Francisco Luiz Pereira da Silva. O Sofá está na Rua: uma etnografia sobre pontos de encontros e formas de sociabilidades na região do Porto na cidade de Pelotas/RS. **Ponto Urbe,** 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/7656. Acesso: 12/10/2021.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

MERLI, Giovanna Augusto. Lugar de mulher é na cidade: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PELOTAS. **Lei nº 5.502,** de 11 de setembro de 2008. Plano Diretor Municipal de Pelotas.

POLITIZE, **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: quais são as iniciativas brasileiras?** Disponível em: https://www.politize.com.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-e-o-brasil/

SANTORO, Paula. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. Campinas: ABEP. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, realizado em Caxambu- MG

A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO MODERNO NO AMBIENTE AMAZÔNICO

Estudo de caso do conjunto urbano Vila Serra do Navio/AP

Bárbara Ribeiro Couto
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Bfribeiro.au@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Percepção; Comunidade; Patrimônio Moderno; Amazônia; Serra do Navio

INTRODUÇÃO

A pesquisa ocupa-se do tema da percepção da comunidade sobre o patrimônio moderno no ambiente amazônico, com o intuito de discutir a efetividade da participação da comunidade nos processos que envolvem o patrimônio arquitetônico e urbanístico moderno no âmbito nacional. Para tanto, aborda o referido tema considerando suas especificidades regionais, a partir de uma perspectiva que vise a priorização do ponto de vista da comunidade local sobre o patrimônio nacional moderno em que estão inseridos, buscando compreender os valores que estes indivíduos atribuem a esses lugares. Quanto a relevância da presente pesquisa, a mesma se sustenta no fato de que, apesar da premissa que prevê a participação comunitária nos processos de preservação do patrimônio cultural estar consolidada há bastante tempo — consubstanciada legalmente no Brasil, desde a implementação da Constituição Federal de 1988 — não tem se refletido de forma efetiva na prática e representa uma das grandes lacunas da área da preservação do patrimônio no Brasil (FONSECA, 2017).

Dentre os motivos que estão diretamente relacionados com a dificuldade de tornar efetiva a participação da comunidade nos processos de preservação, Fonseca (2017) destaca a existência de um hiato que separa comunidade e patrimônio nacional. O qual deriva da falta de acesso da população aos bens nacionais patrimonializados e da ausência de vínculo e identificação desses indivíduos para com o bem protegido. Colocando em outras palavras, o distanciamento entre comunidade e patrimônio arquitetônico e urbanístico no Brasil é reflexo de práticas que não garantem que o objeto patrimonializado cumpra a sua função e razão de ser de forma efetiva, muito bem expressa na definição de patrimônio histórico proposta por Choay (2011), que é a de ser “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade (...), construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu

passado comum: obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos" (CHOAY, 2011, p.11). Situação essa, que está diretamente relacionada com a dificuldade em se superar o modelo preservacionista[1], o qual ainda prevalece no Brasil (CASTRIOTA, 2007). Fato que ocorre, apesar dos constantes esforços realizados, a exemplo da implementação do inventário participativo e da publicação da Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM) em 2018. Onde está expresso, entre outros pontos importantes, a necessidade de busca por novos caminhos que garantam não apenas a participação, mas a identificação e usufruto da comunidade com o bem protegido.

Além dessas dificuldades, ainda é possível agregar dois fatores que podem ampliar essa distância, que são: as diferenças temporais e plásticas do patrimônio arquitetônico e urbanístico em questão — fator que pode influenciar diretamente a percepção da comunidade, aumentando ou diminuindo esse distanciamento. Como é o caso dos bens modernos, que devido à proximidade plástica as obras contemporâneas, pode não ser percebido pela sociedade em geral como um patrimônio (NASCIMENTO, 2016; RAMOS, 2018) — e as especificidades regionais onde o bem se localiza. A relevância em se considerar o segundo fator, reside no fato de que alguns patrimônios nacionais modernistas são demasiadamente distintos dos casos encontrados nas capitais do sudeste e centro-oeste — onde se concentra a maior parte das obras modernas patrimonializadas (NASCIMENTO, 2016) — como é o caso do contexto amazônico.

Configurando assim um cenário marcado pelo distanciamento entre comunidade e patrimônio nacional que é consequência: da falta de acesso, identificação ou reconhecimento da comunidade sobre o bem em que estão inseridos e também, da incipiência de mecanismos ou instrumentos pautados nas percepções e valores desses indivíduos, que podem variar de acordo com o tipo de patrimônio e as especificidades locais que incidem sobre o mesmo. Fatos que evidenciam a necessidade de tratar da incipiência de mecanismos que considerem as atribuições da comunidade local sobre o patrimônio moderno que estão inseridos e que, busque garantir o envolvimento efetivo desses indivíduos nos processos relacionados a sua preservação, no caso da presente pesquisa, o ambiente amazônico. Problema identificado e do qual deriva seguinte pergunta: A partir da atribuição de valores da comunidade local sobre o patrimônio moderno no ambiente amazônico, como se pode propiciar o envolvimento da comunidade local em ações que visem a preservação do patrimônio que estão inseridas?

O objetivo por de trás dessa indagação, consiste em propor caminhos que propiciem o envolvimento comunitário nos processos de preservação do patrimônio moderno no ambiente amazônico, através da identificação das atribuições da própria comunidade em relação ao bem protegido, ou seja, a partir da percepção da comunidade. Para tanto, optou-se por uma abordagem referenciada nos conceitos e metodologias da psicologia ambiental, disciplina cujo foco de interesse consiste na observância dos processos psicossociais presentes na inter-relação entre indivíduo e o ambiente que estão inseridos (MOSER, 2018; HIGUCHI, KUHNEN, PATO, 2019). Quanto aos conceitos da referida área, considerados

[1] Modelo protagonizado por peritos e onde o ato de "preservar se identificava, quase que automaticamente, com tombar" (CASTRIOTA, 2007, p.13).

mais adequados para evidenciar o que se deseja compreender, destaca-se o sentido de lugar ou *sense of place*. Adotado a partir da vertente que o compreende como um conceito que abrange outros construtos como o apego e a identidade de lugar (JORGESEN; STADMAN, 2001). Variáveis que contribuirão, não apenas para a mensuração do grau de apego e identificação do indivíduo ao patrimônio moderno, mas também, para a identificação das maiores potencialidade e dificuldades da relação estudada. Contribuindo assim, para a proposição de novas estratégias de preservação, uma vez que são reconhecidos como potenciais incentivadores de comportamentos pró ativos e cívicos (CARRUS, SCOPELLITI, FORNARA, BONES e BONAIUTO, 2014). Assim como, propiciar a coesão social e participação dos indivíduos nas questões de planejamento local, quando fomentados (MANZO e PERKINS, 2006).

Sendo assim, para alcançar o citado objetivo geral através do referencial apresentado, traçou-se os seguintes objetivos específicos: (i). Avaliar a situação de preservação do patrimônio moderno no ambiente amazônico selecionado para o estudo de caso (contexto físico); (ii). Levantar informações sobre o contexto histórico, cultural e social em que o patrimônio selecionado se insere; (iii). Identificar e interpretar os valores atribuídos – sentido de lugar – (positivos ou negativos) pela comunidade ao patrimônio moderno no ambiente amazônico que estão inseridas e (iv). Identificar as principais contradições que implicam sobre a relação comunidade local e patrimônio moderno no ambiente amazônico.

METODOLOGIA

A respeito da metodologia empregada na presente pesquisa — que possui caráter qualitativo e fenomenológico — aponta-se que a mesma está sendo desenvolvida a partir de um estudo de caso, cujos critérios para a escolha do campo foram: (i) ser um centro histórico ou conjunto urbano exemplar da arquitetura e urbanismo moderno; (ii) estar situado no ambiente amazônico e (iii) ser um bem protegido a nível nacional, ou seja, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diante desses critérios, o campo definido para a realização do estudo de caso foi o conjunto urbano Vila Serra do Navio (VSN), em razão de ser o único bem modernista tombado a nível nacional inserido no ambiente amazônico (IPHAN, 2019).

O referido núcleo urbano — projetado pelo arquiteto e urbanista Oswaldo Arthur Bratke — foi construído em meados da década de 50 a pedido da empresa mineradora Indústria e Comércio de Minério Ltda (ICOMI), afim de abrigar os seus funcionários (RIBEIRO, 1992). Localizado em uma clareira no meio da selva amazônica, no atual estado do Amapá, a antiga Vila Serra do Navio (VSN)[3] deu origem ao atual município de Serra do Navio (DRUMOND e PEREIRA, 2007), que conta atualmente com uma população de 4.380 habitantes (IBGE, 2010).

Quanto ao que se refere a coleta de dados da presente pesquisa, observa-se que, por se tratar de uma abordagem referenciada na psicologia ambiental, adotou-se um viés multimetodológico, seguindo orientação dos autores da referida área (MOSER, 2018). Para tanto, definiu-se quatro abordagens distintas e complementares que são: (i) a pesquisa bibliográfica e documental; (ii) o levantamento físico;

[3] A antiga VSN foi administrada pela ICOMI de 1960 (inauguração do conjunto) à 1992 (criação do município) (DRUMOND e PEREIRA, 2007).

(iii) entrevistas semiestruturadas e (iv) grupo focal. Onde, as duas primeiras abordagens, objetivam coletar informações sobre o contexto histórico, social e físico de VSN e as duas últimas, coletar informações sobre as percepções, avaliações e comportamentos da comunidade local em relação ao patrimônio moderno, assim como dos representantes das esferas técnicas e governamentais, atores que também são fundamentais nos processos de preservação do patrimônio. Sobre a aplicação dos métodos, em específico as entrevistas e grupo focal, é importante salientar que devido a pandemia de Covid-19[4] as mesmas serão realizadas preferencialmente de forma online.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento foram desenvolvidos: o capítulo de referencial teórico, que incorpora as questões do patrimônio arquitetônico e urbanístico moderno no ambiente amazônico, assim como os conceitos da área da psicologia ambiental que aborda as variáveis — sentido, apego e identidade de lugar — que serão analisadas nas entrevistas semiestruturadas e no grupo focal. O capítulo da metodologia está em fase de finalização, para que em breve se inicie a coleta de dados, in loco para o levantamento físico e online para as entrevistas e grupo focal, previstas para o mês de novembro. A pesquisa bibliográfica e documental, sobretudo a que traz as questões históricas e sociais do conjunto urbano VSN também já foi realizada em grande parte.

Enquanto resultado parcial, referente a pesquisa bibliográfica e documental sobre VSN, foi possível observar uma série de dificuldades que implicam sobre o estado de conservação do referido patrimônio. Entre eles, destaca-se: (i) a insuficiência de recursos financeiros para dar manutenção a estrutura urbana deixada pela empresa; (ii) a chegada de novas empresas para exploração de minério na região, e novos moradores e (iv) a disputa pela propriedade da terra[5] (XIMENES, RODRIGUES, AVELAR, 2018).

Já ao que se refere ao estado de conservação do patrimônio moderno estudado — observados a partir de pesquisa bibliográfica e vista virtual, realizadas pelo *Google Street View* (2012)[6] — contatou-se até o presente momento, que predomina na paisagem de Serra do Navio as descaracterizações, ocupações irregulares e sucateamento da infraestrutura urbana. Sendo as tipologias residenciais e comerciais as mais afetadas (TIRELLO, COSTA, 2017; XIMENES, RODRIGUES, AVELAR, 2018; GOOGLE, STREET VIEW).

Quanto aos reflexos dessa situação — marcada pela degradação e descaracterização do conjunto urbano — e seu impacto na vida dos atuais residentes da antiga VSN, foi possível observar — através de entrevistas exploratórias realizadas no preludio do projeto de pesquisa (no ano de 2019) — que paira sobre os mesmos um sentimento de tristeza com o estado atual do patrimônio estudado. Sentimento que já era registrado em 2007, observado no texto de Drummond e Pereira (2007) que relatam um clima de

[4] A pesquisa foi estruturada considerando o contexto pandêmico, uma vez que iniciou no mesmo período em que medidas de proteção começaram a ser adotadas no Brasil (Março de 2020). Ainda hoje, são mantidos os protocolos de segurança, nos casos em que a pesquisadora necessita ir a campo.

[5] Solucionada somente em 2018 com a implementação da LEI 426/2018 – PMSN, que estabelece as normas para a regularização fundiária no município (XIMENES, RODRIGUES, AVELAR, 2018).

[6] Observa-se que se utilizou o *Google Street View* 2012, pois não existem ainda imagens do município na atualização de 2021.

melancolia e saudosismo, sobretudo nos moradores que vivenciaram o período que o núcleo urbano era administrado e conservado pela empresa.

CONCLUSÕES

Diante do que foi desenvolvido até o momento, percebe-se que não há de fato, como propiciar o envolvimento da comunidade nos processos de preservação do patrimônio sem levar em consideração a percepção da comunidade sobre o mesmo, assim como suas especificidades. Além disso, foi possível observar, que não basta apenas conhecer o ponto de vista desses indivíduos e tão pouco, buscar a criação de um vínculo a partir de valores externos, ou seja, que não são compreendidos pela população. Mas encontrar formas de inserir as atribuições da própria comunidade às abordagens que visam a preservação desses espaços. Caminho que vem sendo conquistado com o desenvolvimento da presente pesquisa, a partir da abordagem interdisciplinar dos conceitos da psicologia ambiental e que tem se mostrado promissor até o presente momento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília,1988.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio.** 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2011.

CASTRIOTA, L.B. **Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas.** Belo Horizonte: FORUM PATRIMÔNIO: ambiente construído e patrimônio sustentável, v.1, n.1, 2007.

CARRUS.G, SCOPELLITI. M, FORNARA. F, BONNES.M, BONAIUTO. M. Place Attachment, Community indentification, and Pro-Environmental Engagement. In: MANZO. L.C, DEVINE-WRIGHT. P, **Place Attachment: advances in theory, methods and apllications.** New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014. Cap.4, p.154-164.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela Póvoas. **O Amapá nos Tempos do Manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**.4ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

GOOGLE SREET VIEW. Serra do Navio. Amapá. Brasil, 2012. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Serra+do+Navio,+AP,+68948-000/@0.9027679,-52.0077156,16z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x8d63788123e03813:0x28f2ec6dbd603af1!8m2!3d0.9010147!4d-52.0040853 . Acesso em: Set. 2020.

HIGUCHI, M. I. G; KUHNEN, A; PATO, C. **Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos.** 1ª Ed. Florianópolis/SC: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/serra-do-navio. Acesso em: Mai 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de Tombamento de Serra do Navio,** 1567-T-08. Brasília, 2010.

IPHAN. **Política do Patrimônio Material Cultural.** Brasília: IPHAN, 2018.

JORGENSEN, B. S; STADMAN, R. C. Sense of Place as an attitude: Lakeshore owners attitude toward properties. 2001. **Journal of Environmental Psychology.** V 21, p 233-248. 2001

LEWICKA, M. Search of Roots: Memory as Enables of Place Attachment. In: MANZO. L.C, DEVINE-WRIGHT. P. **Place Attachment: advances in theory, methods and apllications.** New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014. Cap.4, p.49-59

.

MANZO L. C. PERKINS, D. D. Finding Common ground: the importance of place attachment to community participation and development. **Journal of Planning Literature**, v.20, p. 335-350, 2006.

MOSER, G. A Psicologia Ambiental: competências e contorno de uma disciplina: comentários a partir das contribuições. **Psicologia USP.** São Paulo, v.16, n.1/2, pp.279-294, 2005.

NASCIMENTO, F.B do. **Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016.

RAMOS, F. G. V. Desafios para a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico modernos em São Paulo: O Docomomo no início do século 21. **Revista Arquitextos**, 2018. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.219/7039. Acesso em: Ago. 2020.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio: comunidade urbana na Selva Amazônica.** São Paulo: Editora PINI,1992.

SCANNELL. L, GIFFORD. R. Defining Place Attachment: A tripartite organizing Framework. **Journal of Environmental Psychology,** Victoria. Canada 2009. V 30, p 1-10.

SERRA DO NAVIO (município), **LEI 426/2018 – PMSN, Serra do Navio, 2018**. Disponível em:> http://ap.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/serradonavio/?pagina=abreDocumento&arquivo=3EEE0A5F8C4D. Acessado em: Ago. 2019.

TIRELLO, R. A; COSTA, A. C. S. da. Questões sobre conservação do patrimônio arquitetônico moderno e a Vila Serra do Navio. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção,** Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 75-87, 2017.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. R. B. **Estudos urbanos e Regionais.** V.13, n. 2, p. 135-151, 2011.

XIMENES.J, RODRIGUES. R, AVELAR, W. Vila Serra do Navio: ordenamento territorial e preservação do patrimônio moderno. In**: III SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA NA AMAZÔNIA**. Belém – PA. Anais online do SEMA III, 2018.

A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO TURISTA EM RELAÇÃO À REVITALIZAÇÃO URBANA DE ÁREAS PORTUÁRIAS

Tailline Maiara Webber Rauta
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
tailline.rauta@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Gisele Silva Pereira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
gisele_pereira@hotmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: revitalização urbana; áreas portuárias; turismo em zonas portuárias.

INTRODUÇÃO

As cidades litorâneas tendem, por si próprias, serem cidades turísticas, com suas praias e lagoas, atraindo pessoas para que conheçam e usufruam desses espaços. Além disso, algumas dessas cidades turísticas, possuem outros atrativos que contribuem para a chegada dos turistas, como as cidades portuárias. Museus, o próprio Porto, a riquíssima história, na maioria das vezes, pouco explorada.

Muitas dessas áreas portuárias ao redor do mundo – principalmente nos Estados Unidos e na Europa - passaram por processos de revitalização em seus portos, alterando o público que frequenta, as funções e até os usos (TAVARES et al., 2013). Essa estratégia pode ser classificada como gentrificação – conceito a ser discutido posteriormente – e atrai investimentos, ações públicas e de parcerias público-privado.

Neste contexto, surgiu a questão: como os turistas percebem as cidades portuárias? Podemos citar alguns projetos de revitalização de áreas portuárias como exemplos que agregaram ao espaço outros usos e tornaram a região atrativa para os turistas. O projeto de Puerto Madero, em Buenos Aires, no ano de 1990, foi doado pela cidade de Barcelona, e tornou-se ponto turístico muito forte nos dias de hoje na capital da Argentina, com cinco principais objetivos: converter a área para salvá-la da decadência e deterioração; recompor seu caráter; hospedar atividades terciárias; recuperar a aproximação entre o rio e a cidade; e reposicionar a área central, equilibrando os setores norte e sul (LEVY, 2014).

O Complexo Cultural Estação das Docas, em Belém-PA, no ano de 2000, projeto dos arquitetos Paulo Chaves e Rosário Lima com o objetivo de devolver à sociedade paraense os símbolos de sua memória social e identidade cultural, além da apropriação de espaços públicos pela população, proporcionando cultura e lazer, tornando esses espaços mais seguros e democráticos (TAVARES et al., 2013).

E o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro-RJ, no ano de 2009, quando lançada a Lei Complementar 101, que instituiu a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, com o objetivo declarado de preparar a região para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, bem como desenvolver a área economicamente, criando oportunidades de emprego, moradia, transporte, cultura e lazer para a população local, em uma área que era vista como degrada da cidade (TOLEDO, 2012).

A análise de estudos e revitalizações urbanas concretizadas em áreas portuárias – portos que se encontravam em desuso e as posteriores obras de revitalização – por meio de material bibliográfico, destaca a importância destes projetos para os grandes e médios centros urbanos do país, à medida que criam novas alternativas econômicas e sociais, ressaltam a importância histórica e atraindo turistas que contribuem para a economia local.

Além disso, para análise de estudo de caso, tem-se a cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com seu chamado “Porto Velho”, que por sua vez é um grande espaço com valor histórico-cultural, conformado em linhas gerais, por cinco grandes armazéns e 640 metros de cais (MARTINS, 2014). O cais foi inaugurado no ano de 1872, mas os atuais armazéns datam da década de 1910, quando a Companhia Francesa ampliou o cais (TORRES, 2008).

Levando em consideração a importância histórica que Rio Grande tem para todo o Estado do Rio Grande do Sul, o centro da cidade, próximo ao Porto Velho, sofre de uma falta de exploração, utilização e aproveitamento de seus edifícios históricos, tão gloriosos em sua época de ouro – quando o Porto estava no auge do seu funcionamento – e também sobre com a falta de incentivo para o turismo e para o comércio local.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos usuários turistas em relação às cidades portuárias, explorando os motivos que determinam a escolha do ponto ou cidade turística a ser visitada.

METODOLOGIA

Para a pesquisa ora apresentada, com a finalidade de atender aos objetivos, foram adotados procedimentos metodológicos relacionados aos estudos da percepção ambiental e da relação entre pessoas-ambiente. Classifica-se como estudo exploratório de caráter qualitativo, contando com multimétodos de acordo com Günther, Elali e Pinheiro (2008). Para identificar as diversas possibilidades de potenciais do objeto de estudo, serão aplicados dois métodos, sendo um em forma de questionário e o segundo uma análise de estudo de caso.

A identificação das percepções e expectativas dos usuários em relação ao objeto de estudo se dará nas pesquisas de campo e de opinião, especialmente por meio da aplicação de um questionário online, via Google Forms e análise de um estudo de caso da cidade de Rio Grande, no Rio Grande no Sul, na qual há existência já constatada de uma área portuária abandonada. A partir do cruzamento destas variáveis serão alcançados os resultados da pesquisa.

Até o presente momento, a pesquisa encontra-se na fase de revisão bibliográfica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O interesse pela cultura das cidades e os estilos de vida urbanos tem crescido consideravelmente. O Complexo Cultural Estação das Docas, em Belém-PA, nos mostra que as áreas portuárias, por sua expressiva bagagem histórica e qualidade paisagística, tem concentrado parte dos investimentos em revitalizações. Devido a evolução tecnológica das embarcações, estes espaços utilizados há anos como armazéns de carga, acabam se tornando subutilizados e a recuperação dessas áreas portuárias tornou-se, em muitos casos, a solução para o desenvolvimento de atrativos turísticos.

> O papel da reutilização das áreas portuárias centrais e de suas frentes marítimas é fundamental: num processo de revitalização, intervenções pontuais de qualidade e inseridas a um planejamento estratégico, tendem a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno – o centro – e a cidade como um todo. (DEL RIO, 2001).

Em meados dos anos de 1980, iniciou-se uma discussão pública sobre a valorização da orla de Belém, o que incluía o Porto de Belém, com a ideia de conceder à população a "devolução" da orla e "direito de ver" o Rio (TAVARES et al., 2013). O projeto de revitalização da área incluía quatro armazéns do antigo porto da capital, desativados por sua infraestrutura estar em um estado precário. Em maio do ano de 2000, a Estação das Docas foi inaugurada, apresentando para a população belenense um complexo cultural reunindo gastronomia, cultura, moda e eventos. Com isso, criou-se uma própria imagem da região, valorizando a cultura ribeirinha, viabilizando o espaço para mostrar a identidade paraense e reintegrando a paisagem à cidade (TAVARES et al., 2013).

Em grandes centros urbanos é significativa intervenções que consideram a relação entre cultura e a memória urbana, ficando em evidência em iniciativas como o Projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que trouxe consigo a requalificação da área e um vetor de crescimento econômico da região, criando simultaneamente um "coração cultural" na cidade, conformado principalmente pelo o Museu Cultural do Rio de Janeiro, projeto de Jacobsen Arquitetura, em parceria com a Prefeitura do Rio e a Fundação Roberto Marinho, inaugurado no ano de 2013 e o Museu do Amanhã, projeto de Santiago Calatrava, inaugurado no ano de 2015, duas grandes edificações que agregaram mais valor à área. De acordo com Leopoldo Guilherme Pio, em seu texto "*Cidade e Patrimônio nos projetos Corredor Cultural e Porto Maravilha"* (2014, p. 63),

> O discurso do projeto Porto Maravilha reflete demandas e prerrogativas atribuídas à cultura e à cidade na contemporaneidade. A revitalização é vista, nesse discurso, como estratégia de desenvolvimento urbano e forma de estimular tanto o progresso social quanto a diversidade cultural. Essa diversidade é a base da dinâmica desses espaços e é vista como ingrediente que valoriza o poder informador do patrimônio e dos centros históricos e a fruição estética – o que leva à visão do patrimônio como 'marca das cidades' ou 'instrumento de participação cívica'.

Segundo Pio (2014, p. 62), a "*regeneração cultural das cidades*" se apoia em quatro ações: a busca ativa de status oficial atribuídos pelos organismos internacionais (como a UNESCO); a valorização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico urbano (especialmente centros históricos) e das áreas portuárias abandonadas; a construção de infraestruturas culturais e megaprojetos arquitetônicos; e a promoção da cidade como anfitriã de uma série de eventos culturais ou festivais.

O projeto de revitalização do Porto Maravilha teve como premissas a revalorização do patrimônio cultural tomado, a reconquista de seus espaços urbanos, a melhoria de sua acessibilidade para novos fluxos e a reativação a partir do comércio e serviços na área. Além disso, foi estruturado a partir de núcleos especializados, como transporte, tecnologia e comunicação, habitação e meio ambiente, turismo e entretenimento e turismo e cultura (TOLEDO, 2012).

A capital argentina, Buenos Aires, também teve a história de seu *waterfront*[1] reivindicada, requalificando a área atualmente conhecida de Puerto Madero, rompendo com as barreiras entre o porto e a cidade. Nesse projeto, como também nos outros projetos apresentados, percebeu-se uma necessidade de preservação da individualidade do lugar e da inserção no caráter da localidade. Segundo Levy (2014, p. 02), "o tema da renovação das antigas estruturas arquitetônicas tornarem-se o eixo principal de argumentação em favor da identidade das cidades e da permanência dos significados urbanos".

Puerto Madero, diferentemente de alguns outros locais, é marcado pelos contrastes entre o antigo e o contemporâneo, onde, nas margens do lado oeste, encontram-se os antigos armazéns de tijolos vermelhos revitalizadas, abrigando escritórios, residências, academias, bares, cinemas e restaurantes. E, o setor leste, caracteriza-se por ser uma área totalmente nova, comparado a margem oposta, três vezes maior que o lado oeste, com um novo traçado urbano, abertura de novas ruas, além de grandes e modernas construções. Atualmente, a região tornou-se um dos pontos turísticos mais visitados da capital portenha e também local de grandes negócios.

Além disso, sobre o canal do Dique 3, está localizada a Ponte *de la Mujer*, projeto do famoso arquiteto Santiago Calatrava, que traz para a localidade de Puerto Madero, mais um atrativo turístico por ser um símbolo representativo de uma das maiores tradições da cidade – o tango.

Como lembra Pio (2014, p.60), "os espaços discursivamente construídos como vazios e abandonados justifica a força da potencialidade de aproveitamento". A ociosidade é de certo modo, o que impede que a vocação natural da região seja efetiva, opondo-se a uma cultura de legado, com a intenção de manter a história e o futuro da cidade.

CONCLUSÕES

É importante compreender que as mudanças no setor portuário fizeram com que as atividades ali exercidas tivessem que ser realocadas para novos locais que comportassem a atualização do maquinário e da demanda da época, fazendo com que esses espaços se tornassem "vazios urbanos", mesmo não havendo abandono completo da área, porém, quando há um espaço público que é utilizado apenas por uma parcela da população, pode-se dizer que há um subaproveitamento da área.

Com isso, pode-se concluir que, existe uma grande necessidade de atualização do passado e da memória do local, trazendo renovação e fortalecimento da imagem urbana, criando uma continuidade entre

[1] Termo em língua inglesa, já absorvido na teoria acadêmica brasileira, que remete a espaços localizados de frente a um corpo d'agua significativo.

passado, presente e futuro, para que esses espaços sejam vistos como atrativos. No entanto, para que isso aconteça, é necessário o estabelecimento de parcerias entre poder público e a iniciativa privada, que incluam uma análise equilibrada das novas atividades a serem aplicadas no local.

Toledo (2012, p. 99) já dizia que as regiões portuárias "caracterizam-se como espaços onde demandas são feitas pelos participantes e não como espaços capazes de sustentar negociações, debates e deliberações", mostrando também, que a população que irá utilizar esses espaços deve ser ouvida, pois só assim, será possível criar um espaço cultural que abranja todas as classes sociais e de gênero. Este processo, apesar de complexo, é significativo, pois pode determinar, inclusive, o tipo de cidade que se deseja construir.

Além disso, a zona portuária é vista como um campo de possibilidades e potenciais, com vocação cultural e econômica para atrair turistas e contribuir para uma transformação econômica da cidade como um todo. Porém, isso só acontecerá se houver uma mudança na apresentação desses espaços, isso quer dizer, uma modificação da imagem da cidade em relação ao que os turistas pensam sobre uma área portuária.

A requalificação desses espaços pode ser vista como estratégia de desenvolvimento urbano e forma de estimular tanto o progresso social, quanto a diversidade cultural, com equipamentos e serviços básicos, tecendo uma nova relação com a água, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas, melhorias sociais e a valorização ambiental. Além do resgate da identidade local e do patrimônio material, constituindo uma estratégia para se posicionar como destino turístico e como espaço de visitação para os habitantes da própria cidade.

REFERÊNCIAS

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. **Arquitextos.** São Paulo, ano 02, nº 15.06, 2001.

LEVY, Vivian K. Puerto Madero – reflexões sobre a intervenção. In: **X SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** – SEPesq, Centro Universitário Ritter dos Reis – Uniritter. Porto Alegre, 2014.

MARTINS, Cristiane Alves Branco. **O desenvolvimento da cidade de Rio Grande ao longo de sua história.** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2014.

GÜNTHER, Hartmut. ELALI, Gleice A. PINHEIRO, José Q. **A Abordagem Multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, Definições e Implicações.** Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa- Ambiente. 1ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PIO, Leopoldo Guilherme. "Cidade e Patrimônio nos projetos Corredor Cultural e Porto Maravilha". **Revista Hummus,** Maranhão, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, v.4, n.10, p. 55-65, 2014.

TAVARES, Amada Gama, KIYOTANI, Ilana Barreto. "Recuperando Paisagens: Repercurssões Turísticas e Socais da Revitalização de Áreas Portuárias – A Estação das Docas em Belém/PA". **Revista de Turismo Contemporâneo.** Natal, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, v. 1, n. 1, p.18-37, 2013.

TOLEDO, Mariana Peixoto de. **Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio De Janeiro.** Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro - FGV-RJ, 2012.

TORRES, Luiz Henrique. “Cronologia Básica da História da Cidade de Rio Grande (1737-1947)”. **Biblos,** Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 9-18, 2008.

A POÉTICA DO HABITAR

A narrativa do habitar através do espaço doméstico de um morador idoso unipessoal

Gustavo Benedetti Santiago
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
gustavobenedetti97@gmail.com

Liziane de Oliveira Jorge
Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
lizianej@gmail.com

Nirce Saffer Medvedovski
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
nirce.sul@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: habitar; lar; memória; fenomenologia.

INTRODUÇÃO

Este artigo inicia-se com uma tentativa de elucidar alguns dos múltiplos conceitos de habitar. A etimologia de habitar prescinde do latim habere, que remonta tanto o hábito quanto o sentido de pertencimento. Segundo Brandão (2001), habitação não é abrigo nem alojamento; significa “construir os meios para "habitar em mim", "me ter", "tomar posse de mim mesmo", ou seja, produzir a minha própria identidade”. Enquanto promotora da própria identidade do sujeito, através da habitação “tomamos posse de nossa vida, de nossa história e de nosso destino”. A ideia de que a casa é o mundo pessoal, o cosmos de “nosso canto no mundo” é exaltada por Bachelard (2000), grande filósofo e poeta francês que apresenta em sua obra “A Poética do Espaço” a complexidade do ato de habitar à luz de uma atitude fenomenológica do espírito e da alma, de consciência individual perante o lar. O autor destaca, de forma poética, a relevância dos cômodos, como o sótão, o porão, o quarto e os demais lugares que habitam armários cômodas, gavetas – objetos que povoam os espaços íntimos, pessoais, evocam memórias, lembranças, sentimentos e valores de intimidade.

Para Pallasmaa (2017), o ato de habitar é o “modo básico de alguém de relacionar com o mundo” (PALLASMAA, 2017, p. 7), é um processo espaciotemporal que transforma o lugar físico em uma extensão do ser. Pressupõe um ato simbólico que, além de acolher os corpos e as necessidades físicas dos habitantes, atua em “nossas memórias, sonhos, desejos. [...] Habitar é parte do nosso próprio ser, de nossa identidade” (PALLASMAA, 2017, P. 8).

Embora a casa e o lar sejam interrelacionados, o lar adquire uma complexidade que transcende a materialidade do objeto físico arquitetônico. O lar integra:

> [...] memórias, desejos e medos, o passado e o presente. Um lar também é um conjunto de rituais, ritmos pessoais e rotinas o dia a dia. Não pode se constituir em um instante, pois possui uma dimensão temporal e uma continuidade, sendo um produto gradual da adaptação da família e do indivíduo ao mundo (PALLASMAA, 2017, p. 18).

Pallasmaa (2017) enumera três atributos mentais ou simbólicos ao lar: i. elementos arquitetônicos que remetem à cultura do habitar (entrada, cobertura, lareira); ii. elementos de natureza pessoal que conferem identidade (objetos pessoais de valor sentimental, objetos herdados da família); iii. símbolos sociais ao público exógeno (símbolos de riqueza, educação, identidade social etc.). As lembranças vividas em uma casa são reconfortantes, remetem momentos de intimidade e proteção. A mediação da experiência é suportada também pelos objetos. Para Rodrigues (2009, p. 83), a "casa suporta o mundo pessoal e é o arquivo de experiências e memórias que no espaço, ou naquilo que o preenche (no mobiliário e nos objetos), juntamente com o corpo, nos constrói uma identidade". O mundo dos objetos que estruturam o espaço doméstico fortalece o recando das lembranças: "[...] só eu, em minhas lembranças de outro século, posso abrir o armário profundo que guarda, ainda, só para mim, o cheiro único, o cheiro das uvas que secam na grade. O cheiro da uva!" (BARCHELARD, 2000, p. 33).

Para Bernardes (2010), a casa, simultaneamente, sustenta e possibilita o processo de memória, ela funciona como o ponto fixo para o qual o sujeito sempre retorna e que permanece sempre seu mundo presente, seu reflexo do passado e seu sonho futuro:

> Parece que a casa é a reiteração, muitas vezes indiscreta, da história do habitante, pois lhe dá a cada dia a ilusão de um presente imutável e, portanto, nunca perdido. E mesmo para os transeuntes, a casa parece ser uma expressão de um tempo congelado, com a ironia esfíngica de suas paredes que tudo vêem e que ultrapassam a vida que o habitante encerra. A casa pode ser considerada o exemplo mais trágico e, ao mesmo tempo, o mais feliz da assimilação do tempo ao espaço. (BERNARDES, 2010,p1). (tradução dos autores)

Este trabalho percorre uma trajetória de narrar, à luz de relatos de um morador da terceira idade, a essência do lar e a sua relação com o mundo dos objetos e das lembranças de felicidade e identidade no espaço doméstico.

METODOLOGIA

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior situada no âmbito dos estudos de Avaliação Pós-Ocupação (APO), que investiga o processo de transformação das casas da COHAB Lindóia, no município de Pelotas e as suas relações com as modificações do perfil familiar ao longo de mais de três décadas. Para este artigo, selecionou-se uma única casa para trazer à tona a atitude fenomenológica do "habitar" de um morador que melhor repercute a dimensão da experiência e da poética do habitar.

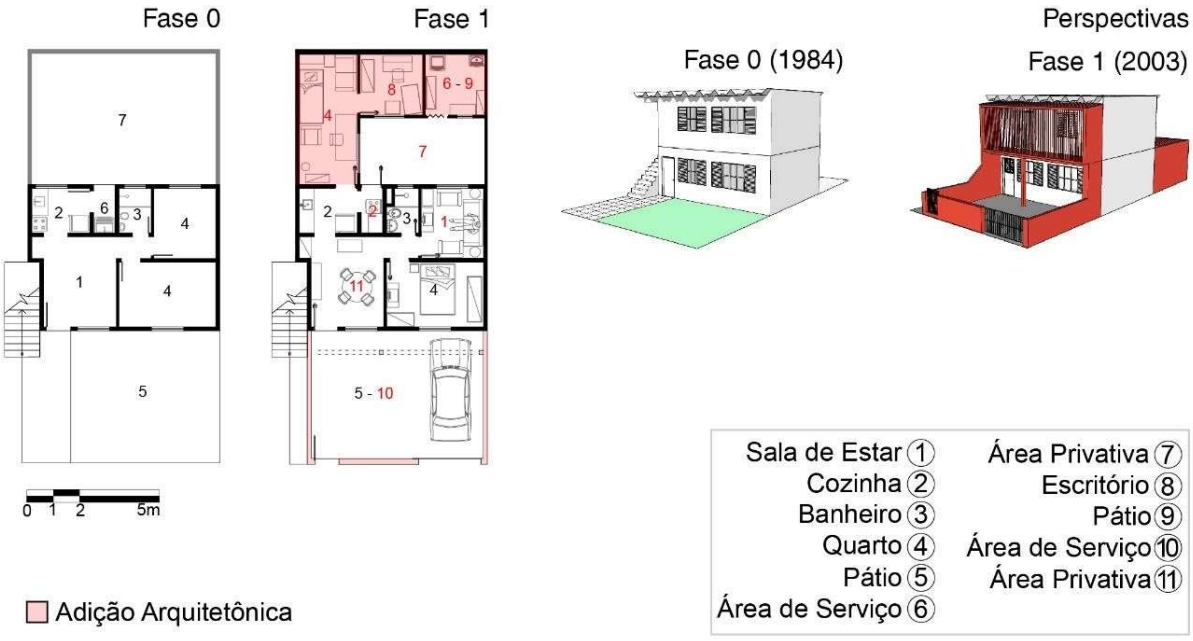
Emprega-se uma narrativa que passeia pelo mundo dos objetos que povoam a casa do morador e resgatam-se trechos da entrevista concedida que revelam, através do mundo dos objetos e do espaço físico da casa, o prolongamento da memória e das lembranças. As fotos da residência do morador ilustram as passagens do texto.

O COSMOS UNIPESSOAL DO SEU JOAQUIM

Seu Joaquim[1] é um senhor de quase oitenta anos que vive só. Reside em uma unidade térrea de dois quartos desde a sua construção. Ostenta um sorriso largo e um semblante de tranquilidade de quem viveu uma vida plena e realizada. O ciclo familiar do seu Joaquim remonta uma família nuclear, de pai, mãe e três filhos. Progressivamente, cada um dos filhos constituiu a própria família em outros estados e municípios. Viúvo há cinco anos, hoje reside só e dispõe de autonomia para conduzir a própria vida. Entretanto, a memória lhe trai em pequenos detalhes que não se recorda, ou pela dificuldade de conectar datas ou operações matemáticas. Por ora nos pergunta “Quantos anos eu tenho mesmo, minha filha?”; “Olhe aqui na minha identidade”. Reafirma a sua idade ao ser recordado que está na plenitude dos seus oitenta anos. Relata que desempenha todas as tarefas do cotidiano sem dificuldade, encontra apoio e solidariedade na rede de amigos da vizinhança e sente-se seguro e acolhido no bairro em que reside.

A casa sofreu uma única reforma, que ocorreu há 15 anos atrás, com acréscimo de três cômodos na parte posterior, para abrigar um quarto multifuncional, um escritório de estudos e uma peça para serviço, armazenamento, depósito de ferramentas e reparos (Figura 1). A casa em fita se transformou em uma casa-pátio, com os novos ambientes orientados para este pátio. A delimitação do limite frontal da casa recebeu um muro baixo, com portão em grade e garagem para abrigar o carro que passeia apenas nos finais de semana (Figura 2).

[1] Nome fictício para assegurar a anonimidade do morador.



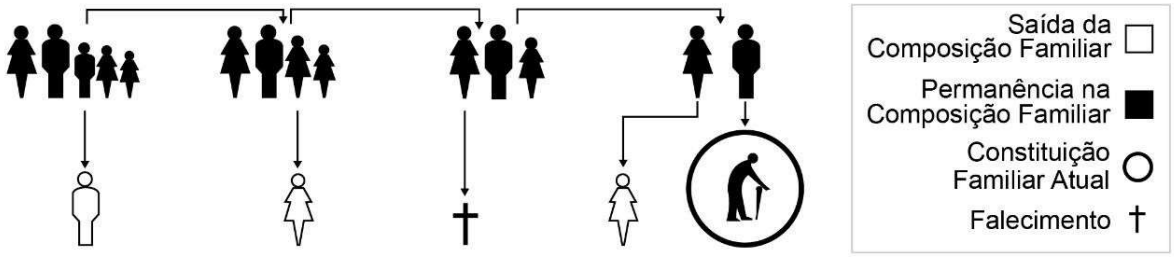


Figura 1: Diagrama das reformas da casa – Unidade térrea. Fonte: Os autores, 2017.

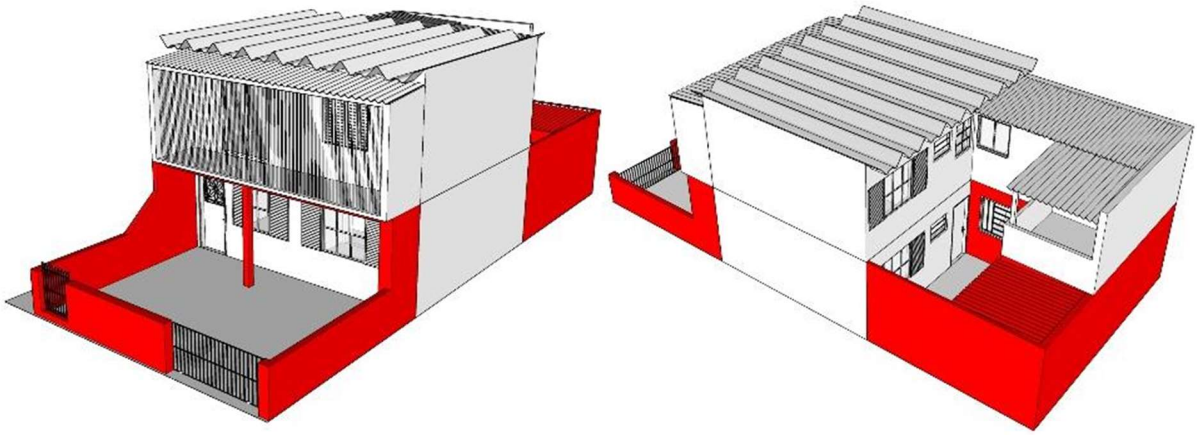


Figura 2: Modelagem da casa com destaque para os acréscimos em vermelho. Fonte: Os autores, 2017.

O cosmos do seu Joaquim é inaugurado pelo mostruário de fotos e porta-retratos que se situam à sala da residência, logo na entrada. Uma mesa com espelho tomado de fotos retrata momentos únicos na trajetória da família: fotos de formatura, natal, cartões de felicitações, desenhos dos netos, mensagens religiosas, recortes de jornal e a faixa do time do coração (Figura 3).



Figura 3: Móveis que sustentam porta-retratos, desenhos e mensagens. Fonte: Os autores, 2017.

A partir de cada foto seu Joaquim nos apresenta a sua família, o seu destino e as conquistas de cada um: a conquista de emprego das duas filhas e do filho, de constituir família e netos, de encontrarem cada um o lugar no mundo. Tem especial admiração pela filha mais nova, a última a sair de casa, que a partir de uma longa trajetória de estudo e dedicação plena, conquistou uma posição de docente em Universidade Federal. O quarto multifuncional foi construído para todos os filhos, e abriga o objeto que nos apresentou com profunda admiração, o armário vertical com porta de correr, repositório de livros e objetos. Ao lado, persiste o cômodo menor construído para uso exclusivo de estudo da filha mais nova, com o armário/estante de computador. Seu Joaquim frisou a importância desse espaço de estudo nas conquistas da filha (Figura 4).



Figura 4: Cômodo multifuncional com a estante vertical ao fundo e ao lado o cômodo de estudo com móvel para estudo e computador. Fonte: Os autores, 2017.

O pátio é o espaço central que desempenha um papel funcional relevante de iluminação e ventilação e abriga uma cadeira antiga em serralheria e as pedras fabulosas de jazidas brasileiras, que são objetos colecionáveis pelo seu Joaquim (Figura 5).



Figura 5: Pátio com a cadeira em serralheria antiga e as pedras brutas naturais do Brasil. Fonte: Os autores, 2017.

Por fim, o morador apresenta a nova área de serviço (também depósito de ferramentas e reparos). Possui um tanque, estante, inúmeros armários, quadro negro e objetos pendurados. A essa altura, compreende-se parte da organização da memória do Seu Joaquim. Frases escritas com giz o recorda de datas importantes, frases de cunho religioso, afazeres e desejos de reencontro e felicidade. A frase "Cida volta a vir me ver" é a consciência que projeta o desejo do reencontro de alguém querido. Esse desejo está vivo na fala do morador que espera ansiosamente, feriados e datas festivas para acolher filhos e netos em visitas e momentos de reencontro (Figura 6). Assim, a vida se reconforta em lembranças e, como diria Bachelard (2000) "fixações de felicidade".



Figura 6: Depósito e área de serviço; frases nos armários. Fonte: Os autores, 2017.

CONCLUSÕES

"Um presente imutável, nunca falecido.... A ironia esfíngica de suas paredes que tudo veem e que ultrapassam a vida que o habitante encerra" (BERNARDES, 2010). Parece ser esse o ponto focal das inter-ações de Seu Joaquim com sua casa: o congelamento do tempo na materialidade do espaço da casa. Há uma redundância na casa de Seu Joaquim: ela transformou-se no testemunho de sua vida, não um testemunho ocasional, mas um testemunho planejado, quase museológico, onde as inscrições sobre o mobiliário formam uma linguagem que transcende os poderes dos objetos de invocação do passado e passam a ser os "registros " das mesmas, num complexo repositório que funde utilidade real do objeto (participação na vida cotidiana) com a evocação da memória dessa vida cotidiana, e como repositório das palavras que evocam essas memórias. Tudo isso torna o caso de Seu Joaquim um exemplar único do acúmulo das múltiplas camadas de significados dos objetos e suas conexões com a permanência de uma vida além da passagem definitiva do tempo.

REFERÊNCIAS

BARCHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BERNARDES, Joana Duarte. Habiter la mémoire à la frontière de l'oubli: la maison comme seuil. **Conserveries mémorielles.**2010. .# 7. Disponível em < https://journals.openedition.org/cm/433?lang=en>. Acesso em outubro de 2021

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Arquitetura e seu combate. Interpretar Arquitetura. **Revista de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo.** Vol. 2, nº 3, dezembro de 2001. Grupo de Pesquisa "Hermenêutica e Arquitetura" da Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível em <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/>. Acesso em julho de 2008.

PALLASMAA. Juhani. **Habitar.** São Paulo, Gustavo Gili, 2017.

RODRIGRES, Sérgio Fazenda. A casa dos sentidos: Crónicas de arquitectura. Lisboa, **ARQCOOP**, 2009.

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS

As influências do distanciamento social no uso e apropriação dos passeios públicos comerciais em Pelotas (RS)

Tulio Matheus Amarillo Souza
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Tulio.sid@gmail.com

Ligia Maria Ávila Chiarelli
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
biloca.ufpel@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Calçada; Espaço público; Uso e apropriação; Acessibilidade espacial; Coronavírus.

INTRODUÇÃO

Na cidade de Pelotas (RS) a manutenção das calçadas cabe aos proprietários dos imóveis (Lei 5832, 2011). Segundo Silva Júnior (2020), quando se passa a obrigatoriedade da manutenção do passeio para o proprietário, o poder público perde o controle da execução e manutenção dos passeios, o que ocasiona a descontinuidade da acessibilidade. O autor ainda argumenta que diante desta controvérsia, a calçada acaba por ser confundida como um espaço que não é público e que pode ser utilizado da forma que os moradores de seu entorno julgarem melhor. Essa situação afeta a vida das pessoas, principalmente quando opasseio é apropriado por usos do comércio, afetando a mobilidade dos usuários. Neste contexto, o problema da presente pesquisa centra-se na necessidade de investigar a forma como o comércio se apropria dos passeios públicos, dificultandoo uso do espaço e as condições de acessibilidade.

Acessibilidade espacial pode ser definida como o ato de chegar em um lugar sem nenhum problema ou obstáculo, de maneira confortável e independente, proporcionando ao usuário a compreensão autônoma da organização e relações sociais que o lugar estabelece, além de usufruir a partir de sua vontade das atividades e equipamentos oferecidos pelo local (DORNELES, 2006).

Qualquer usuário pode vir a apresentar alguma dificuldade de movimentar- se permanente ou temporariamente, e isso pode ser decorrente de vários fatores, como por exemplo, idade, estado de saúde, estatura ,etc. (KLEIN, 2019). A lei federal 13.146 de 2015, conceitua pessoas com mobilidade reduzida como aquelas que apresentam por algum motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção. Segundo Dischinger et. al (2012) são identificados três componentes para que os espaços sejam considerados acessíveis, são eles:

1. Orientação e informação: diz respeito à compreensão dos ambientes e a possibilidade do usuário de deslocar-se e situar-se a partir das informações dadas pelo ambiente;
2. Deslocamento: representa as condições de trânsito e fluxo no ambiente;
3. Uso: corresponde a utilização e condições de uso do mobiliário e equipamentos de um determinado ambiente;

Considerando que a acessibilidade deve satisfazer as necessidades de acesso e uso dos espaços públicos e de circulação, o poder público estabelece algumas legislações e normativas na tentativa de reduzir as barreiras físicas dos espaços urbanos. Contudo muitas delas não são projetadas pensando nas reais necessidades dos usuários. Além disso, a efetivação dessas normas depende da conscientização da sociedade sobre a importância de promover espaços acessíveis. É nesse contexto que este estudo busca contribuir para a discussão do tema, pois investiga elementos, a fim de melhorar a apropriação do espaço de acordo com a adequação a um uso inclusivo e acessível.

Mendonça e Maria (2007) apontam que a utilização do espaço público é determinada conforme as características físicas do meio, juntamente com os desejos e intenções de quem o utiliza. Esses espaços podem sofrer diferentes alterações ao decorrer do tempo, modificando de acordo com a maneira que é utilizado. Assim, se um espaço fosse constituído historicamente como um espaço de comércio, por exemplo, este teria uma carga histórica de uso, o qual muitas vezes não poderia ser apagado (NASHIKAWA, 1984).

Na cidade de Pelotas, segundo dados do portal Pelotas Coronavírus (2020),o setor comercial da cidade foi o setor que mais registrou casos de infecções da COVID-19, estando atrás apenas dos profissionais da área da saúde. Desta forma a Prefeitura criou uma série de medidas de distanciamento social e segurança, visando minimizar a transmissão e manter o comércio ativo no município (PMP, 2020).

Dentre essas medidas é valido citar o distanciamento social, lotação controlada e horários de funcionamento estipulados pela prefeitura (PMP, 2020). Pode-se dizer que com a mudança da infraestrutura urbana, as maneiras de utilização dos passeios públicos também poderão ser alteradas. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é avaliar como os protocolos de segurança contra o Coronavírus alteram o uso e apropriação dos passeios públicos, e se estes alteram as condições de acessibilidade espacial.

METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza um estudo de caso. O estudo de caso trata de uma ampla variedade de evidências (LIBARDONI, 2018). Conforme Yin (2001), a metodologia deve considerar: a pergunta de pesquisa, a existência ou não de controle sobre eventos comportamentais e a temporalidade do acontecimento. Como nesta pesquisa não há controle comportamental e os acontecimentos são atuais, esta abordagem é considerada adequada a sua intenção. Conforme Gil (2007) esta é uma pesquisa aplicada e classifica-se como fenomenológica em relação aos seus objetivos, pois estuda a essência das coisas e como são percebidas no mundo, ou seja, a fenomenologia pode ser entendida como aquilo que se mostra pelos sentidos. Por se tratar de uma pesquisa fenomenológica, esta pode ser enquadrada como uma pesquisa qualitativa, portanto os procedimentos metodológicos devem compreender os fenômenos através de relatos da vida cotidiana dos indivíduos.

A análise foi feita na cidade de Pelotas, mais precisamente na rua Andrade Neves, entre as ruas Tiradentes e Lobo da Costa, em frente à praça 7 de Julho e o Mercado Público Pelotense. Justifica-se a escolha desta área para analise, pois como muitas outras localidades da cidade, esse trecho, em Frente ao Mercado Central, é composto por estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes. Devido a esse fato, antes da pandemia, a calçada era utilizada para expor as mercadorias das lojas ali existentes e contava com a presença de trabalhadores ambulantes. Essa situação dificultava os passeios, principalmente para deficientes ou idosos (SILVA JUNIOR, 2020).

Método de coleta de dados

Esse estudo foi conduzido através de uma comparação de imagens realizadas por fotografias da área estudada antes e durante a pandemia. Segundo Libardoni (2018), fotografias capturam detalhes que passam despercebidos pelo observador, ainda que não representem a experiência total. Os registros fotográficos do período anterior a pandemia utilizada neste estudo são provenientes de outra pesquisa de campo realizada no ano de 2019, por SILVA JUNIOR (2020), na área de estudo aqui abordada. Os registros fotográficos realizados no período pandêmico, foram obtidos no ano de 2020, durante o mês setembro, quando a cidade de Pelotas se encontrava em situação bandeira laranja, com protocolos de distanciamento controlado, segundo o decreto 6.320 da Prefeitura Municipal da Cidade de Pelotas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos registros fotográficos realizados observou-se que antes da pandemia, a calçada era utilizada para expor as mercadorias das lojas ali existentes. Em grande parte, essa situação dificultava o deslocamento para pessoas com mobilidade reduzida (SILVA JUNIOR, 2020), como se observa na Figura 1.



Figura 1: Deficiente visual tem seu trajeto obstaculizado por mercadorias na calçada. Fonte: Foto de SILVA JUNIOR, 2020.

Segundo Klein (2019) as barreiras no espaço público podem ser determinantes quanto a acessibilidade dos ambientes, ou seja, quanto mais barreiras apresenta em determinado espaço, menos acessível ele será. A presença de muitas pessoas circulando também dificulta o trânsito livre. É possível observar também que as informações sobre os serviços comerciais ali presentes também ficam confusos, sendo a poluição visual considerada também como uma barreira informativa (BINS ELYet al., 2006).

Um novo registro fotográfico realizado durante a pandemia, em 14 de setembro de 2020, evidenciou a alteração do fluxo de pedestres, a partir do recolhimneto doas roupas e outros produtos expostos na calçada (Figura 2).



Figura 2: Pedestres na calçada durante a pandemia Fonte: O autor, 2020.

Com base nos pilares da acessibilidade proposto por Dischinger (2012), é válido observar a grande mudança no espaço observado em períodos de isolamento social por conta da diminuição do fluxo de pedestres, mas principalmente a alteração na forma do uso que os lojistas faziam da calçada.

Vale destacar também que a diminuição do fluxo de pessoas no centro comercial nesta época também se deu devido aos horários do funcionamento do comércio que foram diminuídos (PMP, 2020), juntamente com o fato de 57% da população Pelotense ter aderido ao isolamento social, no período entre 28 de agosto e 13 de setembro (DIARIO POPULAR, 2020).

CONCLUSÕES

Conforme foi tratado, a acessibilidade é uma condição a ser garantida que busca qualificar um espaço considerando seus diversos usuários. Para ser considerado acessível, um espaço uma calçada não deve possuir nenhum tipo de barreira e o trânsito de pedestres tem que ser feito de maneira autônoma. Como foi visto, na cidade de Pelotas as barreiras formadas pelas mercadorias expostas, inseridas pelos comerciantes, impediam a livre caminhada no passeio público, tornando-o inacessível mesmo que este possuisse um piso regular. Por conta dos protocolos do isolamento social impostos pelo coronavírus, muitas destas barreiras foram retiradas, unindo as boas condições da calçada a um menor fluxo de

pedestres, atraindo assim outros pedestres e fazendo daquele que antes era considerado somente um espaço comercial, um espaço de interação social e fluxo livre de pedestres. O estudo possibilitou compreender que mesmo uma calçada acessível como aquela avaliada no estudo em questão, pode perder suas características de acessibilidade, quando são colocados obstáculos para a circulação, mesmo que esses sejam efêmeros ou momentâneos. o estudo destacou que a avaliação de acessibilidade não deve se ater somente a registros técnicos, como por exemplo, medidas e levantamentos quantitativos. Evidenciou-se nesse estudo que prover acessibilidade não se refere apenas a projeto e execução de determinados elementos conforme a legislação. É necessário, uma avalição também qualitativa que considere a existência de outros tipos de barreira, mesmo que provisórios e precários ou não previstos em projeto.

REFERÊNCIAS

BINS ELY, V. H. M; DORNELES, V. G; ZOCOCOLI, A; SOUZA, J. C. Jardim universal – Espaço livre público para todos, **14° Congresso Brasileiro de Ergonomia.** Curitiba – PR. out. 2006.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em março de 2021.

DIÁRIO POPULAR. **Índice de isolamento social cai em Pelotas**. Online, disponível em: < https://www.diariopopular.com.br/geral/indice-de-isolamento-social-cai-em-pelotas-154730/>; acesso em setembro de 2020.

DISCHINGER, M. et al. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público.** Florianópolis: MPSC, 2012. 161 p.

DORNELES, V. G. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer**. 2006. 213 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, v. 5, n. 61, p.16-17, 2002.

KLEIN. P. **Avaliação da acessibilidade espacial considerando pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no Parque João Goulart, Santa Rosa, RS**.2019. 238 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Maria.

LIBARDONI, Thaís Debli. **Espaços públicos urbanos & relações intergeracionais : affordances de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas** / Thaís Debli Libardoni ; Lígia Maria Ávila Chiarelli, orientadora. — Pelotas, 2018.

LITHNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Localização comercial no tempo e no espaço: dinâmica na cidade de Pelotas, RS. **V colóquio internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem**. São Paulo, 2016.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira . **As calçadas a partir de um aporte psico ambiental: usos, significados e apropriação do espaço público.** Tese doutoral. Programa Interdepartamental de Doctorado en Espacio Público y Regeneración Urbana: Art, Teoria y Conservación del Patrimonio da Universidade de Barcelona. Barcelona, Setembro de 2014.

NISHIKAWA, A. **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo.** 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

OMS Organização mundial da saúde. Online disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19> pesquisado em agosto de 2020.

PMP. Prefeitura municipal da cidade de Pelotas. Online, disponível em <https://www.pelotas.com.br/> pesquisado em agosto de 2020.

Pelotas coronavírus. Online, disponível em http://www.pelotas.com.br/coronavirus pesquisado em agosto de 2020.

SILVA JÚNIOR, Luiz Gilberto. **Wayfinding e acessibilidade para deficientes visuais: Avaliação do desempenho da caminhada em espaços públicos de Pelotas/RS** / Luís Gilberto Silva Júnior; Adriana Araújo Portella, orientadora. — Pelotas, 2020.

SOUZA MENDONÇA, Eneida Maria. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** vol. 7, núm. 2, agosto, 2007, pp. 296-306. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844614013.

YIN, Robert K.. Estudo de caso: Planejamento e métodos. GRASSI, Daniel (Trad.). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LA EXPERIENCIA COTIDIANA DE LA MUJER EN EL TRANSPORTE PÚBLICO

En Bogotá – Colombia

Stefany Rodríguez Martinez
Universidad Cooperativa de Colombia | Colombia
stefany.rodriguezma@campusucc.edu.co

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
(x) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: mujer; transporte público; cotidiano; genero.

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo expone algunos de los factores que se encuentran inmersos en la experiencia cotidiana de la mujer bogotana en el transporte público, este concepto de lo cotidiano desprendido a partir de lo mencionado por Cristina Sánchez (1996) lo cotidiano se refiere a aquello que puede ocurrir diariamente como comer o trabajar, así como lo que acontece eventualmente como vacacionar o enfermarse. Lo cotidiano, entonces, son todos aquellos aspectos que, aunque no suceden diariamente forman parte de lo "regular. Para analizar esta temática es fundamental también mencionar el concepto del género, la OMS expone que se relaciona con los conceptos sociales de las funciones, comportamientos, actividades y atributos que cada sociedad considera apropiados para los hombres y las mujeres. Por otro lado, la conceptualización de la perspectiva genero se tomará a partir de lo expuesto por María Florencia Cremona (s.f) “la perspectiva de género es una opción política para develar la posición de desigualdad y subordinación de las mujeres en relación a los varones”. Asimismo, en este trabajo se mencionan casos puntuales de mujeres entre los 19 años y 29 años usuarias de algunos tipos de transporte público de la ciudad de Bogotá.

METODOLOGÍA

La investigación empleada para llevar a cabo este trabajo fue de tipo seccional, acompañado de una revisión sistemática de literatura que complementara la información, además de contar con un enfoque cualitativo. La indagación se centra en la experiencia de mujeres usuarias del transporte público entre los 19 años y los 29 años, se emplea la entrevista como técnica de recolección de datos.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

A través de la pregunta realizada a las mujeres entrevistadas se logra recolectar experiencias vividas dentro del contexto de transporte público y las situaciones a las que se ven enfrentadas en su cotidianidad. Sus relatos fueron transcritos y analizados, dando como resultado los siguientes aspectos: las mujeres realizan un numero mas elevado de viajes que los hombres debido a la constante atribución de las acciones de cuidado que se hace a la figura femenina como lo expone el documento de trabajo

titulado “Las Mujeres y el transporte en Bogotá: las cuentas” (2020). De la misma forma se encontró que el experimentar un evento de acoso sexual inmerso en el contexto del transporte público puede ser tan traumático para una mujer que puede ocasionar que decida modificar sus desplazamientos y busquen viajar acompañadas, inclusive reducir el uso del transporte público al aumentar su preferencia por el transporte privado motorizado, o incluso evitar desplazarse (Kash, 2019).

CONCLUSIÓN

Es lamentable ver como las responsabilidades de cuidado de siguen atribuyendo exclusivamente a las mujeres, como el acoso sexual, la violencia de genero se vuelve parte de la cotidianidad, como se normaliza e inclusive como llega a ser aceptado por la sociedad hasta el punto de que son las mismas mujeres las que resignadas deben generar cambios o modificaciones en la forma como realizan sus traslados, además de sentir inseguridad y miedo constante dentro de espacios que se supone deberían ser seguros para todas y todos.

REFERENCIAS

MANCOSO, Marina; LOPEZ, José; MONTOYA, Valentina; QUIÑONES, Lina; GOMEZ, Laura; LLERAS, Natalia; ANDRIAZOLA-STEIL, Claudia; VEGA, Juliana, **Las Mujeres y el transporte en Bogotá:** las cuentas. Bogotá: 2020.

JIRON, Paola; “Implicancias de género en las experiencias de movilidad cotidiana urbana en Santiago de Chile”. **Revista venezolana de estudios de la mujer**. Caracas: Vol.12, N.29, pp. 174-198.

SANCHEZ, María; “Vida cotidiana, vida de mujer. Roles y espacios de participación de la mujer pobre vistos desde la vida cotidiana” **Sociológica: Revista del departamento de sociología.** Ciudad de México: Vol. 11, N.31, pp. 2.

KASH, Gwen; “Always on the Defensive: The Effects of Transit Sexual Assault on Travel Behavior and Experience in Colombia and Bolivia”. **Journal of Transport & Health**. North Carolina: pp. 234 - 246

JIRON, Paola; Zunino Singh, Dhan Dossier; “Movilidad Urbana y Género: experiencias latinoamericanas”. **Movilidad Urbana y Género: experiencias latinoamericanas.** Buenos Aires: N.16, pp. 1-8.

APREENSÕES DO AMBIENTE URBANO PELA CRIANÇA

O mapa afetivo como desvelar das inter-relações sujeito e espaço livre público

Diego Freire Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
diegofreire456@gmail.com

Verônica Maria Fernandes de Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
verolima04@gmail.com

Mateus Romualdo Teles
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
mateusromut@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Mobilidade Ativa; Espaços Livres Públicos; Espaço e Lugar; Mapas Afetivos.

INTRODUÇÃO: A IMAGEM MENTAL DA CRIANÇA E A ESTRUTURA-PARA-AÇÃO NA CIDADE

Este estudo[1] faz parte de uma discussão mais ampla sobre a relação criança-cidade, na qual a criança enquanto um dos grupos mais dominados da sociedade, é geralmente invisibilizada nos processos decisórios do espaço urbano e da coletividade. A criança tem vivenciado cada vez menos o espaço público, sendo deslocada para o plano privado (OLIVEIRA, 2004). Pensar o urbano, é pensar o físico e o social (sociofísico). Fisicamente a cidade é composta de espaços edificados e espaços livres, de natureza pública ou privada. Os Espaços Livres Públicos (ELPs), são as áreas de propriedade comum, como praças e ruas, associados ao lazer e a efetivação da cidadania (QUEIROGA, 2014).

A vivência dos indivíduos nos ELPs se dá por uma inter-relação pessoa-ambiente, mutuamente o ser humano transforma e é transformado por seu entorno (MOSER, 1998), a criança pode transformá-lo em lugar, espaço significativo e simbólico, pelo conhecimento ambiental e laços afetivos (TUAN, 2013). O registro da vivência socioespacial pode se dar pela representação de imagens mentais com mapas mentais criados por Kevin Lynch (1982) e ampliado pelo Instrumento Gerador dos mapas afetivos de Bomfim (2010) que reúne aspectos cognitivo-perceptivo do primeiro e adiciona camadas afetivas.

Ao vivenciar a cidade os indivíduos apreendem o ambiente através do corpo e sentidos, podendo representar e manipular significados sobre ele, por exemplo, imagens mentais. Na criança, com o avançar da idade, as vivências aumentam (da casa, da rua, etc.) e a imagem se complexifica (LYNCH,

[1] Esta pesquisa é parte da dissertação em andamento intitulada “Entre liberdades e restrições: Experiências urbanas na mobilidade de crianças nos trajetos casa-escola-casa em Quixadá, Ceará”. O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

Pode-se acessá-lo pelos mapas mentais que demonstram a imagem do ambiente nas dimensões de identidade, estrutura e significado[1][2] e é representado em desenho ou maquete (LYNCH, 1982). Essa expressão é uma resposta que parte de um indivíduo integral, na qual a relação com o ambiente é, ao mesmo tempo, cognitiva e afetiva (BOMFIM, 2010).

Na criança, o desenho é uma indicação direta do conhecimento, emoções, imaginação e memória. É necessário que o pesquisador acompanhe o processo de produção do desenho. Os sentidos das representações não estão no traço em si, mas na relação entre a linguagem falada aliada as formas e cores usadas no desenho. O imaginário e o real da criança ao desenhar se apresentam na relação entre a percepção e afetos com o mundo (FERREIRA, 1998). Ter essa referência dos sentidos compreendendo como o habitante se implica na cidade já é um indicador da sua ação. A representação é então expressão da ética e cidadania na cidade (BOMFIM, 2010). Quando se fala dessa interação com o espaço sociofísico, encaramos a partir de Berenguer e Corraliza o processo de implicação do ser humano na inter-relação com o ambiente[3].

Essa implicação orienta a estrutura-para-ação em que o sujeito avalia o ambiente, qualifica-o e decide como agir e a postura ética (para que age) sobre ele (BOMFIM, 2010). A ética não referente às subjetividades individuais, mas constructos das vivências das crianças no espaço público visto como parte de sua formação cidadã preocupado com o individual e bem-estar coletivo. Esse processo é essencial para a vida útil do próprio ELP, ao possibilitar a apropriação, podendo desencadear mais aceitação social, manutenção e melhoria (MACEDO, 1995).

DESENHO METODOLÓGICO

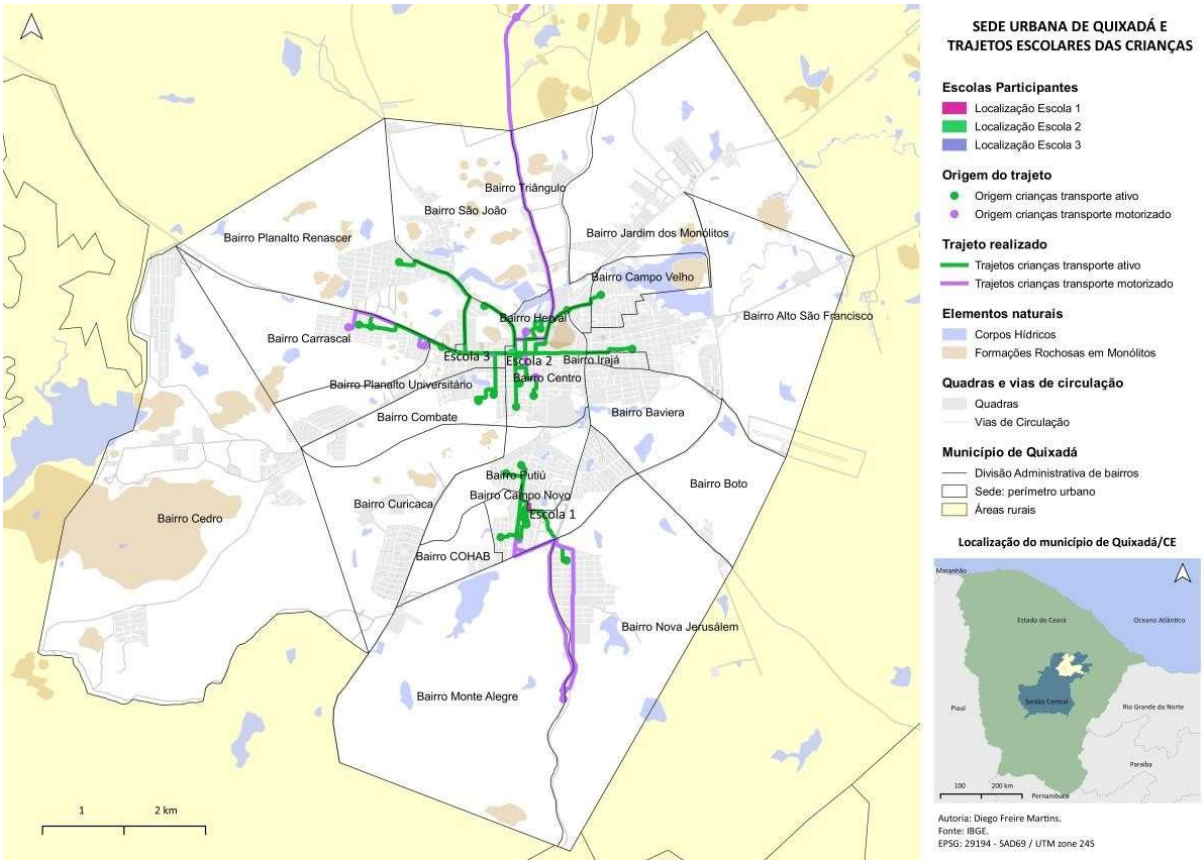
O presente estudo foi estruturado em: (i) produção de mapas afetivos; (ii) criação de subgrupos a partir das experiências de mobilidade; (iii) interpretação de elementos dos mapas afetivos que representaram os ELPs. O período de coleta de campo com participantes foi de janeiro a março de 2020 no município de Quixadá, localizado na região do Sertão Central Cearense (Mapa 1). A partir de estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2020, o município tinha 88,3 mil habitantes, sendo 71% em áreas urbanas e 29% em áreas rurais. Ele é classificado como centro de importância sub-regional pela concentração do comércio/serviços e polo regional de convergência do ensino superior com a instalação de sete campus universitários (IBGE, 2020, 2021).

Escolheu-se o trajeto casa-escola como recorte físico-espacial. Os locais de coleta de dados do presente resumo foram três escolas públicas no perímetro urbano principal, sede do município, em três bairros (Centro, Planalto Universitário e Campo Novo). Buscou-se abranger possíveis diferenças nas

[2] Estrutura: "Relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com os outros objetos"; Identidade: "O que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separável"; e Significado: "Deve ter um significado emocional ou prático para o observador" (LYNCH, 1982).

[3] O processo é: (1) Decifra as comunicações/ informações do ambiente se predispondo ou não e definindo interações; (2) Contribuição para o significado do ambiente afetando sistemas de ações (cognição, comportamento etc.) e psicológicos; (3) Condução do processo de percepção ou conhecimento ambientais (resposta afetiva, orientação, etc.) e cognitivas; e (4) O valor converte os elementos do ambiente em qualidade ou conjunto de significativos, baseando a estrutura-para-ação.

experiências urbanas em função dos níveis de consolidação de urbanização e acesso a equipamentos e ELPs. Foram 36 crianças participantes, sendo 54% de meninas e 46% de meninos. Eles tinham de 8 a 11 anos. Essa faixa representa um estágio do desenvolvimento que tende a ter maior vivência espacial e habilidade de apreensão e representação desse meio (VIGOTSKI, 2011). Assim, para representação dos trajetos foi definido os elementos do Quadro 1.



Mapa 1: Sede urbana de Quixadá e trajetos escolares das crianças. Fonte: IBGE (IBGE, 2020, 2021), adaptado pelos autores, 2021.

1. Representação do trajeto casa-escola		2. Identificação	
Desenho do mapa mental baseado em Kevin Lynch (1982)		Código, Gênero, Idade, Escolaridade e Bairro de residência	
		3. Estrutura	
		Mapa cognitivo de Lynch: (desenho de marcos da paisagem, caminhos, limites etc.); Metafórico: desenho de analogia de sentimento, ânimo da criança.	
4. Significado	**5. Qualidade**	**6. Metáfora**	**7. Sonhos**
Explicação da criança sobre o desenho dela.	Modos de qualificar o trajeto casa-escola por meio de adjetivos e substantivos.	A representação da criança sobre o comparativo do trajeto com algo ou alguma coisa que eles associavam.	Os desejos e anseios para o trajeto e os elementos atribuídos a ele.
8. Interpretação dos pesquisadores			
Interpretação dada pelo investigador a partir das respostas do participante sobre os itens anteriores.			

Quadro 1: Síntese da produção dos mapas afetivos. Fonte: Adaptado pelos autores, 2021, a partir de Bomfim (2010).

Definimos os agrupamentos a partir do modal de transporte, sendo 26 participantes de modais ativos e 10 de modo motorizado. Foi analisado o tipo de desenho (cognitivos ou metafóricos); perspectiva de como a criança via o trajeto (onipotente ou reduzida); elementos do desenho (urbano, natureza, humanos); indicação de signos emblemáticos; estrutura dos mapas mentais de Lynch (1982); significado, qualificações e metáforas dos desenhos sobre os trajetos para os participantes.

AMOSTRA DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta breve amostra apresentada neste resumo foi possível notar que a rua foi a maior protagonista das representações da imagem mental das crianças, reforçando sua centralidade na vivência de infâncias de renda mais baixa, como sabidamente são de crianças matriculadas em escola pública no Brasil. Inclusive, a rua é um dos únicos espaços de socialização e do lazer em áreas de infraestrutura deficitária sendo essenciais para o desenvolvimento das infâncias.

A maioria das crianças, tanto de deslocamentos motorizados quanto ativos, conseguiram realizar uma representação a partir dos elementos da estrutura urbana como as vias e demais usos do solo. No entanto, as crianças de modais ativos demonstraram mais detalhamento dos trajetos do que as de transporte motorizado. No Quadro 2, a criança de modal ativo representou com detalhes o cruzamento de vias, distâncias, usos residenciais e de comércio local.

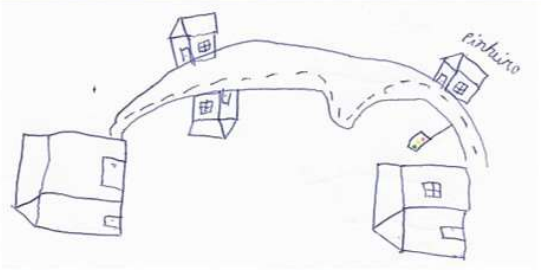
<table>
<tr><td colspan="2">1. Representação do trajeto casa-escola</td><td colspan="2">2. Identificação</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2"></td><td colspan="2">Código: JB0024
Gênero: Menina
Idade: 9 anos
Escolaridade: 5° ano
Área: Bairro Campo Novo (Zona Urbana)</td></tr>
<tr><td colspan="2">3. Estrutura

Cognitivo, elementos da estrutura urbana</td></tr>
<tr><td>4. Significado</td><td>5. Qualidade</td><td>6. Metáfora</td><td>7. Sonhos</td></tr>
<tr><td>"Linha reta do caminho que eu faço"</td><td>"Horrível, feio, destruído e violência"</td><td>"Reto"</td><td>Ela, família e amigas de moto, mas sem policiais, ladrão e políticos.</td></tr>
<tr><td colspan="4">8. Interpretação dos pesquisadores
A criança demonstrou forte conhecimento ambiental do trajeto com protagonismo da rua como ELP e sua relação com os usos do solo: residencial e do pequeno mercado local. O movimento, de carros e pessoas, também é representado no desenho, uma delas tem uma arma próxima à residência. A criança disse já ter presenciado violência através de arrombamentos e assaltos na vizinhança. Isso se relacionou à qualificação negativa do espaço através do ELP e seu contexto como sendo "Horrível, feio, destruído e violência" sobre as ruas. Por ser a menos de 100m da escola, ela disse que não tem escolha a não ser o trajeto que realiza sintetizado na metáfora como "reto", sem movimento. Seu sonho foi andar de moto com familiares e amigos, mas que não houvessem policiais, ladrões e políticos. Ainda assim, relatou andar sem adultos para brincar em ruas próximas.</td></tr>
</table>

Quadro 2: Mapa afetivo de uma menina de 9 anos com deslocamento ativo no trajeto casa-escola. Fonte: Participante do estudo, 2020.

A apreensão da cidade com mais detalhes se dá na baixa velocidade e na escala do pedestre (GEHL, 2013). Entretanto, esse maior conhecimento não representou uma visão mais positiva sobre o ambiente, deu-se mais atributos para julgá-lo. No caso do exemplo do Quadro 2, os ELPs percorridos foram sinônimo do medo e da negatividade. As crianças precisam não só vivenciarem os ELPs, mas esses terem infraestrutura adequada condizente às necessidades dos indivíduos. Objetivamente o trajeto dessa menina é marcado por ruas de pavimentação em pedra tosca, com muitos "buracos", calçadas irregulares e estigmas de violência na cidade – como percebido pela criança.

Já o Quadro 3 mostrou o mapa afetivo de uma criança que se deslocava com o pai de modo motorizado através de motocicleta. Diferente do Quadro 2, essa criança não lembrou dos ELPs com detalhes incluindo a relação com as edificações. A experiência da alta velocidade seria inebriante dificultando a apreensão do ambiente urbano, além de dificultar o desenvolvimento da, como fala Tuan (2013), relação simbólica como lugar diferenciado para o indivíduo.

<table>
<tr><th colspan="2">1. Representação do trajeto casa-escola</th><th colspan="2">2. Identificação</th></tr>
<tr><td colspan="2">
</td><td colspan="2">Código de ID: TM0033
Gênero: Menina
Idade: 10 anos
Escolaridade: 5° ano
Área: Bairro Carrascal (Zona Urbana)</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td><th colspan="2">3. Estrutura</th></tr>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="2">Cognitivo, elementos da estrutura urbana</td></tr>
<tr><th>4. Significado</th><th>5. Qualidade</th><th>6. Metáfora</th><th>7. Sonhos</th></tr>
<tr><td>"As casas, sinal, Pinheiro, Uece e ponte"</td><td>"Legal, porque pulo na moto que eu vou e está ficando bonita"</td><td>"Parece uma estrada de animais"</td><td>Um parque de diversões perto de casa.</td></tr>
<tr><th colspan="4">8. Interpretação dos pesquisadores</th></tr>
<tr><td colspan="4">A rua apareceu como protagonista da imagem mental que foi realizada com poucos detalhes. A criança que percorria de motocicleta 2.2 km para a escola, lembrou do entorno do ELP nos momentos de baixa velocidade: quebra-molas (angulação) e semáforo. Para ela, o trajeto parecia uma estrada de animais devido a infraestrutura precária da via, calçadas e dos vazios urbanos. Esses problemas pareceram positivos para a criança à medida que ela disse que as mudanças de nível em quebra-molas e "buracos" na via causavam "pulos" divertidos na motocicleta. A via principal percorrida passava por requalificação e a criança disse "está ficando bonita". No sonho ela também denuncia a falta de infraestrutura de lazer no próprio bairro.</td></tr>
</table>

Quadro 3: Mapa afetivo de uma menina de 9 anos com deslocamento ativo no trajeto casa-escola. Fonte: Participante do estudo, 2020.

O fato de conhecer menos o ambiente enquanto espaço vivenciado contribuiu para que ela tivesse uma visão menos crítica e, por conseguinte, mais positiva. Os problemas e ausências de infraestrutura de mobilidade e lazer transformaram os ELPs em espaços de aventura e diversão na velocidade. Outrora demonstrou esse como um espaço de poucas relações comunitárias e com as edificações, com exceção do supermercado. Os ELPs foram mais espaços de passagem do que de permanência. Esse trecho urbano, mais próximo da área central da cidade, já apresentava mais praça e ginásios poliesportivos públicos, entretanto, a criança ao não os vivenciar, ocultou dos próprios mapas afetivos.

CONCLUSÕES

A partir das representações dos mapas afetivos notou-se que as crianças tiveram experiências diferentes a depender do modal adotado. Isso atuou sobre o quão forte era a imagem mental na percepção da criança. O conhecimento ambiental sobre os ELPs foi mais detalhado nas crianças de modais ativos do que motorizado. Sendo a rua, sobretudo as vias, a protagonista dos desenhos e ausência de praças e equipamentos de lazer, mesmo quando existiam nos trajetos, um revelador da não vivência das crianças nesses espaços.

As representações além de demonstrarem a estrutura urbana, também indicaram as relações simbólico-afetivas, da ausência notada em parte das crianças de modais motorizados, a rede de ligações pelo detalhamento nos desenhos das crianças de modais ativos. Esses desvelaram a falta de conhecimento como fator que positivou a imagem mental do ELP, enquanto o maior conhecimento proporcionou uma posição mais crítica da criança. Para que mais crianças vivenciem os ELPs, é preciso que esses atendam suas demandas, para que os mesmos possam transformar-se em lugares da aventura e liberdade.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e afetividade:** Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Fortaleza (CE): Edições UFC, 2010.

FERREIRA, Sueli. **Imaginação e linguagem no desenho da criança.** 3. ed. Campinas, SP: Campinas (SP): Papirus, 1998.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Tradução Anita Di Marco. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Quixadá, Ceará. 2021.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/quixada/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. São Paulo: São Paulo (SP): Martins Fontes, 1982.

MACEDO, Sílvio Soares. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente,** n. 7, p. 15–56, 1995.

MOSER, Gabriel. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia,** v. 3, n. 1, p. 121–130, 1998.

OLIVEIRA, Cláudia. **O ambiente urbano e a formação da criança.** 1. ed. São Paulo: Aleph, 2004.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 105, 2014.

SABBAG, Gabriela Mello; KUHNEN, Ariane; VIEIRA, Mauro Luís. A mobilidade independente da criança em centros urbanos. **Interações (Campo Grande),** v. 16, n. 2, p. 433–440, 2015.

TUAN, Yi-FU. **Espaço e lugar:** A perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina, PR: Londrina (PR): Eduel, 2013.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. **Psicologia USP**, v. 21, n. 4, p. 681–701, 2011.

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE TRAVESSIAS PARA PEDESTRES

Estudo de caso na Av. Fernando Osório, Pelotas/RS

Amanda Ferreira Garcia
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
tecnicaamandagarcia@gmail.com

Thaís Debli Libardoni
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
thais_libardoni@hotmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Travessia de pedestres; Mobilidade Urbana; Acessibilidade; Segurança.

INTRODUÇÃO

O direito a cidade é uma questão abordada ao longo de muitos anos, principalmente quando se remete à apropriação dos espaços públicos pela população e à possibilidade dos cidadãos participarem da vida na cidade, como afirma Henri Lefebvre, no seu livro Direito a Cidade (1991). A partir dessa definição de Lefebvre entende-se que a cidade deve ter, em todas suas instâncias, espaços públicos e privados acessíveis, proporcionando segurança e autonomia a todos, incluindo pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

A acessibilidade no Brasil é guiada pela NBR 9050 “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Atualizada em 2020, ela embasa e estabelece critérios a serem seguidos em projetos, construções, instalações e adaptações, seja no meio urbano ou rural. Na norma, acessibilidade é definida como

> Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança, autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2020, p. 02)

Como é possível perceber o tema acessibilidade é muito amplo, complexo e vasto. Aparentemente, essa vastidão acaba por dificultar sua aplicabilidade integral e muitas vezes até parcial nos espaços. Entretanto, a utilização de alguns critérios objetivos propostos pela norma pode auxiliar a mensurar e quantificar o desempenho de certas estruturas urbanas, que potencializam a caminhabilidade.

Com relação à rota acessível e seus principais componentes, a mesma norma define como

> Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixa de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros. (ABNT, 2020, p. 05)

A partir disso e da análise urbana, percebeu-se que as faixas de pedestres representam o ponto de encontro entre pedestres, veículos e ciclistas. Neste ponto, a interação entre os mesmos é alterada por diversos aspectos comportamentais, ambientais e individuais, que podem promover ou prejudicar a segurança do usuário. Assim, há influência de características tanto do pedestre (idade, sexo, capacidades físicas, etc.) quanto do local (infraestrutura, inclinação da via, etc.) e de fatores externos (hora do dia, motivo do deslocamento, etc.) (CCDR-N, 2008). Gualberto e Barbosa (2016) destacam, por exemplo, a menor velocidade de travessia de idosos (velocidade média: 1,07 m/s) e deficientes (velocidade média: 0,93 m/s), se comparada a de outros grupos de usuários.

Desse modo, é possível perceber que apenas em um pequeno ponto, como a travessia de pedestres, pode haver diversas possibilidades de conflitos seja pela velocidade, pela iluminação, pela sinalização, pelo volume de trafego, pelo clima, pelo tempo entre outros. Entretanto, sabe-se que, as Políticas Públicas de Acessibilidade brasileiras nem sempre são suficientes ou eficientes. Mesmo áreas contempladas com obras recentes de acessibilidade e de mobilidade urbana, muitas vezes ainda apresentam pontos considerados críticos em que a acessibilidade é precária (MORANO; SANTIAGO, 2019).

Assim sendo, percebeu-se a necessidade de fazer uma Avaliação Pós-Ocupação em uma área urbana que passou por uma revitalização voltada para a mobilidade urbana recentemente. Para isso, pretende-se realizar um diagnóstico através de critérios estabelecidos com embasamento na literatura. Importante salientar, que esse resumo é um recorte de um trabalho maior, ainda não concluído, com análise no mesmo trecho das calçadas existentes.

METODOLOGIA

A metodologia abordada foi particionada em etapas distintas. Primeiramente ocorreu uma pesquisa bibliográfica, que possibilitou a construção dos critérios a serem empregados para fins de avaliação. Gualberto e Barbosa (2016) estabelecem como critérios mais relevantes em se tratando da infraestrutura no estudo das travessias: função da via (arterial, coletora ou local), circulação (mão única, mão dupla ou mão inglesa), faixas de tráfego (1, 2, 4-8, 12), existência de canteiro central, largura (< 9 metros, 9-15metros, >15 metros), existência de semáforo. Já Jorge et, al. (2020) identificaram critérios qualitativos específicos às travessias urbanas e atributos necessários à valorização e segurança do pedestre, como: Sentido único de fluxo, Iluminação pública, Sinalização horizontal, Velocidade máxima na travessia, Sinalização vertical, Travessia semaforizada, Rampa, Piso regularizado, Tempo de travessia no semáforo, Acessibilidade plena, Calçada movimentada, Uso misto, Visibilidade e Fluxo baixo de veículos.

Dentre esses, foram utilizados: Sinalização vertical, Travessia Não Semaforizada e Semaforizada, Tempo de travessia - em casos de presença de semáforos- Continuidade e Acesso. Em seguida, o estudo se desenvolveu com levantamento de campo e relatório fotográfico.

O estudo se desenvolve na cidade de Pelotas, em um trecho na Av. Fernando Osório, com extensão aproximada de 1 km, com a presença de 4 travessias de pedestres. O ponto escolhido tem relação com a importância da Av. Fernando Osório, por se tratar de uma Via Arterial Estruturante, ou seja, " [...] via que realiza a conexão entre as diferentes regiões urbanas da cidade. Em geral, são vias com pista dupla ou com possibilidade de duplicação. (PLANMOB, 2019, p.18).



Figura 1: Trecho de estudo. Fonte: Autoras, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos são parciais, pois entende se o espaço urbano como um elemento de constante evolução. Até o momento foram analisadas 4 travessias e identificados alguns problemas em cada uma delas. No Quadro 1 pode ser observada, de forma resumida, os itens que foram analisados e identificados em cada uma das travessias.

Trecho	Sinalização Vertical	Sinalização Horizontal	Semaforizada	Não Semaforizada	Tempo de Travessia	Continuidade	Acesso
1	x	x		x		x	x
2		x	x		x	x	x
3	x	x		x		x	x
4	x	x		x		x	x

Quadro 1: Itens identificados nas 4 travessias. Fonte: Autoras, 2021.

Travessia 1

Na Travessia 1, localizada entre um posto de combustível e uma Faculdade, puderam ser observadas, como mostra a Figura 2, nos dois sentidos a presença de sinalização vertical (placa A-32), fixadas no lado direito da via, conforme exigências do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN,2007) Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Vol. 2 pág. 112.



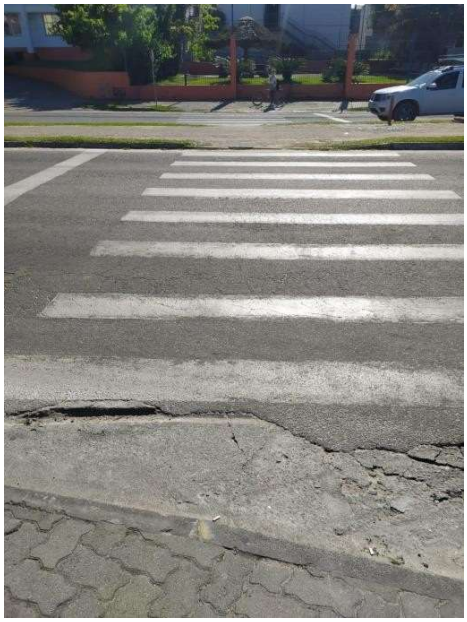


Figura 2: Sinalização Vertical. Fonte: Autoras, 2021.
Figura 3: Continuidade. Fonte: Autoras, 2021.

Já na Figura 3, é possível observar a continuidade da travessia que facilita o deslocamento dos pedestres. Além disso, foram observados alguns problemas no acesso a essa travessia, como desníveis maiores que os permitidos pela NBR 9050/ 2020. Esses desníveis acabam se tornando barreiras para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e/ou pessoas com deficiência.



Figura 4: Desnível. Fonte: Autoras, 2021.

O desnível existente no espaço entre a rampa da calçada e o leito carroçável é de aproximadamente 80mm e não há a presença de faixa de acomodação, conforme indica a NBR 9050 (ABNT, 2020, p. 79).

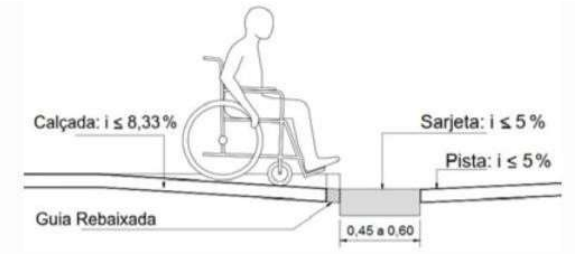




Figura 5: Faixa de acomodação. Fonte: ABNT,2020, p.79**.**
Figura 6: Desnível canteiro. Fonte: Autoras,2021.

Travessia 2

A travessia 2, se encontra entre uma Clínica Médica um Atacado do ramo alimentício. Conforme indicada no Quadro 1, se trata de uma travessia semaforizada, onde foi analisado também o tempo de travessia. O tempo disponível para travessia era de aproximadamente 18 segundos. Considerando o que indicam os cálculos do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume V, p. 60 onde o tempo de travessia é estimado pela equação $Tt = \frac{Lp}{Vt}$ (Tt= Tempo de travessia, Lp= Largura da Pista, Vt= Velocidade do pedestre na travessia m/s). Juntado os conhecimentos dessa equação com a velocidade indicada na NBR 9050, item 8.2.2.2 " O tempo de travessia de pedestres deve estar adequado á marcha de pessoas com mobilidade reduzida de 0,4m/s".

Aplicando a equação:

$$Tt = \frac{30}{0{,}4} = 75\ segundos$$

Ou seja, a velocidade está insuficiente para a travessia de todas pessoas, podendo botar em risco a segurança dos mesmos em uma travessia semaforizada.

Já o acesso a esta travessia mesmo que de forma precária, é nivelado ao piso. Pode se analisar também, na Figura 7, que a grelha de proteção atende aos requisitos quando na posição dos perfis metálicos. Pois, se uma pessoa com utilização de cadeira de rodas for passar pelo local, as rodas ficarão no sentido perpendicular a grelha.




Figura 7: Grelha de proteção. Fonte: Autoras, 2021.
Figura 8: Rampa precária. Fonte: Autoras, 2021.

Já a Figura 8, identifica a precariedade do acesso quanto a pavimentação. Porém, há uma rampa facilitando o acesso e nivelando o ao piso.

Em relação a continuidade, observou-se que a circulação do local não funciona de maneira funcional. Pois a circulação dos pedestres atravessa a circulação das bicicletas. Porém, a diferença de alturas da travessia de um lado para outro são de 33 cm, vencidos através de uma rampa de aproximadamente 4m. Inclinação essa de 8,25%. Por esse motivo, entende-se essa descontinuidade, pois serve para nivelar o local. Como mostra a Figura 9.

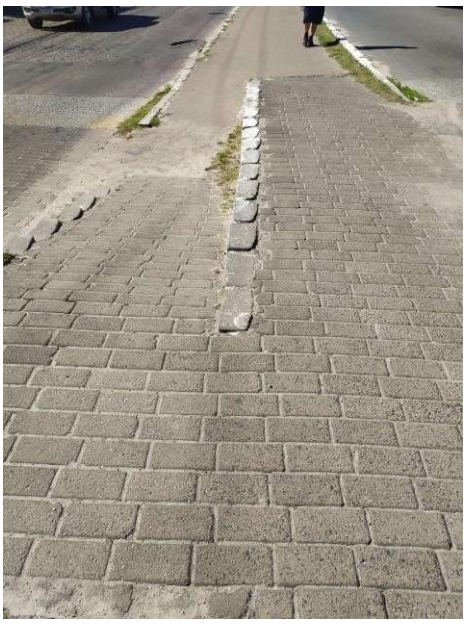


Figura 9: Rampa niveladora. Fonte: Autoras, 2021.

Travessia 3

A travessia 3, localizada entre uma escola e uma região caracterizada por comercialização de veículos, assim como a travessia 2 necessita trabalhar o desnível. Prejudicando assim a continuidade.



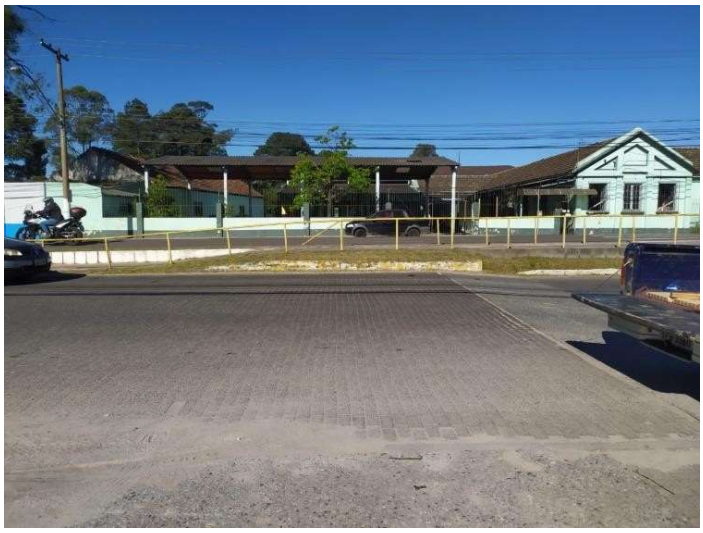


Figura 10: Travessia 3. Fonte: Autoras, 2021.
Figura 11: Vista lateral travessia 3. Fonte: Autoras, 2021.

Salienta-se também a importância da proteção vertical no desnível da travessia, pois se trata de um local comumente utilizado por crianças. A escola existente na frente da travessia se trata de uma escola municipal, a qual caracteriza-se na região pela inclusão de alunos com deficiência. A partir disso, percebe-se o cuidado que a escola teve para seus alunos se sentirem bem-vindos e terem autonomia na travessia. Mesmo que pequena a intervenção da escola acaba por ajudar seus alunos e a comunidade em geral na travessia do local, como pode ser observada na Figura 12.



Figura 12: Intervenção da escola. Fonte: Autoras, 2021.

Travessia 4

A travessia 4, localizada entre um supermercado e um comércio de automóveis, caracteriza-se por ser a melhor travessia do trecho analisado. Tanto em aspectos de sinalização, quanto acessibilidade.



Figura 13: Travessia 4. Fonte: Autoras, 2021.

Embora não tenha a presença de semáforo no local, foram utilizadas algumas estratégias como a faixa elevada e ampla sinalização que fazem com que os motoristas respeitem mais a travessia dos pedestres. É possível observar na Figura 14 e 15, um item já comentado anteriormente sobre a faixa de acomodação (Figura 5). Essa faixa de acomodação

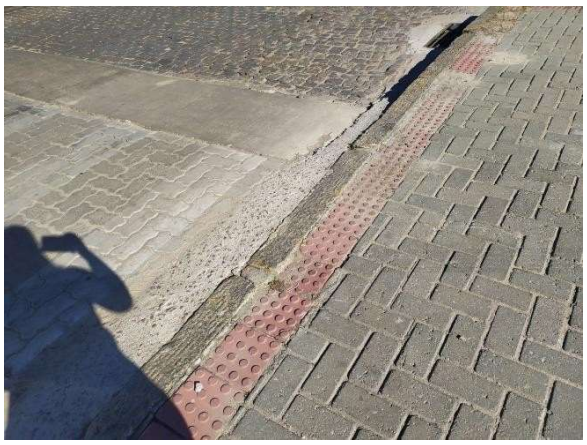




Figura 14: Faixa de acomodação. Fonte: Autoras,2021
Figura 15: Faixa de acomodação canteiro. Fonte: Autoras,2021

É possível observar a sinalização vertical e horizontal conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, na figura 16, e uma proteção vertical utilizada nos entornos da travessia.



Figura 16: Sinalização vertical: Autoras,2021.

CONCLUSÕES

Em vista de tudo que foi exposto, conclui-se que mesmo que a área analisada tenha passado por intervenções recentes, há um déficit muito grande no planejamento das travessias de pedestres quanto á acessibilidade nos trechos. É possível observar, que na travessia 4 que foi a última a ser executada, em 2020, há mais cuidados com a acessibilidade e sinalização, além de possuir a correta utilização de pisos táteis. Além disso, percebe-se também que há um nivelamento maior nessa travessia, que embora seja uma região muito movimentada algumas estratégias como a correta sinalização, acessibilidade e faixa elevada fazem que o espaço seja mais respeitado tanto pelos pedestres, quanto pelos motoristas mesmo que a travessia não seja semaforizada.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

CCDR-N (2008) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. **Manual de Planeamento das Acessibilidades e da Gestão Viária.** Porto: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

CONTRAN (2007) Conselho Nacional de Transito. Vol. 2- Sinalização Vertical de Advertência. **Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.**

GUALBERTO, Frederico; BARBOSA, Heloísa Maria. Estudo dos fatores que influenciam o comportamento de pedestres em travessias de vias urbanas. In: **Congresso Nacional de Pesquisa em Transporte da ANPET,** 30, 2016, Rio de Janeiro. Anais [...] . Rio de Janeiro: ANPET, 2016. p. 1909-1920

JORGE, Liziane de Oliveira; MOSCARELI, Luiza Pinto; RODRIGUES, Julia Volcan; ROTTA, Mariana Porto. ENSAIOS URBANOS PARA A REQUALIFICAÇÃO DE TRAVESSIAS: estudo de casos aplicado à avenida dom joaquim, pelotas/rs. **Pixo**, [s. l], v. 4, n. 12, p. 136-157, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17640/11211. Acesso em: 06 out. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.**1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991

MORANO, Raquel Pessoa; SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. Reflexões acerca das políticas públicas de acessibilidade: uma análise histórica. In: **ENANPUR**, 18, 2019, Natal. Anais [...]. Natal: ENANPUR, 2019. p. 1-1.Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Zilsa-Maria-Santiago/publication/339956321_REFLEXOES_ACERCA_DAS_POLITICAS_PUBLICAS_DE_ACESSIBILIDADE_-Uma_analise_historica/links/5e6fbcc0458515eb5aba5669/REFLEXOES-ACERCA-DAS-POLITICAS-PUBLICAS-DE-ACESSIBILIDADE-Uma-analise-historica.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

CAMINHABILIDADE, COMPORTAMENTO E VIOLÊNCIA URBANA

Uma avaliação das ocorrências de furto e roubo à pessoa em vias públicas de Vitória

Brenda Miurim Dalfior
Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
brendamd10@gmail.com

Liziane de Oliveira Jorge
Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
lizianej@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: violência urbana, caminhabilidade, comportamento, segurança pública, desenho urbano.

INTRODUÇÃO

Caminhar tem se tornado um desafio devido às ameaças de violência urbana, em especial devido aos altos índices de crimes contra a pessoa em vias públicas. No Brasil, esse tipo de crime, em 2019, representou 45,9% dos crimes de roubo, enquanto no Espírito Santo, representou 68,7% de todos os crimes de roubo, acima da média nacional (FBSP, 2020). O município de Vitória registrou, no ano de 2020, o correspondente a 10,22% dos furtos e roubos à pessoa em via pública do Estado (SEPS/ES). Essa condição motivou a especial a investigação dos indicadores dos crimes patrimoniais em Vitória, bem como a sua correlação com os aspectos urbanísticos e suas consequências na qualidade de vida urbana e na erosão dos espaços públicos.

Adota-se como lugar de investigação aproximada o bairro Praia do Canto, microcentralidade do município de Vitória/ES, dotado de uma dicotomia: apesar de possuir atributos qualitativos de caminhabilidade (diversidade de usos, vitalidade, calçadas largas, percursos arborizados, acessibilidade) e mecanismos de controle habituais por parte dos moradores, condições favoráveis à segurança (JABOBS, 2001 e GEHL, 2013), o bairro ocupa o 4º lugar no ranking municipal de crimes de furto e roubo à pessoa em via pública de toda a capital. Soma-se a teoria do Espaço Defensável (NEWMAN, 1972) que introduz o Design como instrumento de prevenção do crime, sendo o conceito ampliado na prática profissional do urbanismo. Assenta-se como uma oportunidade de compreender as relações entre o fenômeno urbano e a segurança, entrelaçamento de natureza complexa e necessária em políticas públicas.

Este artigo é parte de uma pesquisa acadêmica que assume o desafio de analisar a relação do usuário com o espaço público, de modo a observar a qualidade do espaço e da forma urbana, bem como o comportamento dos pedestres.

Caminhabilidade & CPTED

De acordo com a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 2013), nas cidades brasileiras com mais de 60.000 habitantes, 36% das viagens são realizadas a pé até os seus destinos, enquanto 27% são realizadas em transporte individual motorizado e 29%, em transporte público coletivo (Gráfico 1). O alto índice de viagens pedonais demonstra a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que visam minimizar deficiências da infraestrutura urbana, melhorando as condições de caminhabilidade.

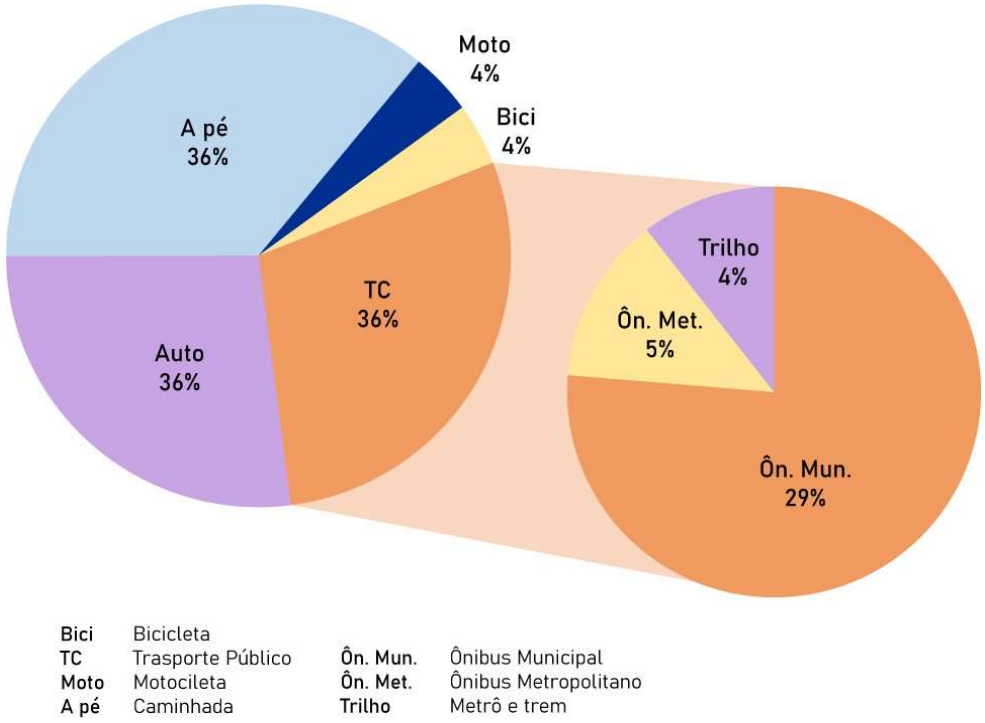


Gráfico 1: Divisão de modal das viagens nas cidades brasileiras. Fonte: ANTP, 2013. Elaborado pelas autoras 2020.

A caminhabilidade (*walkability*), é um indicador que aparece de forma pioneira no trabalho de Chris Bradshaw (1993), ao destacar as características essenciais ao ambiente caminhável: diversidade de usos e atividades; a qualidade do ambiente físico, do desenho urbano e dos elementos naturais e de conforto (vegetação sombreamento, ausência de ruído e pouca exposição ao trânsito de veículos e à poluição); diversidade cultural e econômica; vida cívica. O autor (BRADSHAW, 1993) enumera 10 categorias essenciais para mensurar a caminhabilidade, dentre os quais pode-se destacar:

1. Densidade de pessoas caminhando nas calçadas;
2. Probabilidade de encontrar um conhecido durante a caminhada;
3. Avaliação das mulheres acerca da segurança no bairro;
4. Eficácia do trânsito local;
5. A quantidade de locais significativos nas proximidades que os vizinhos conseguem enumerar;
6. A proximidade e quantidade de espaços públicos (parques, praças área de lazer) na vizinhança;
7. Qualidade das calçadas;

Segundo o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP BRASIL, 2018), o termo caminhabilidade engloba aspectos como as condições e dimensões das calçadas e cruzamentos, atratividade e densidade, segurança pública ou qualquer outra característica que tenha influência na motivação do deslocamento pedonal e a utilização do espaço urbano. A insegurança é algo que habita as ruas das cidades e demonstra como o medo é instalado no cotidiano das pessoas que transitam todos

os dias pelas vias urbanas. Existem vários fatores que contribuem para o incremento da criminalidade e da sensação de insegurança dos cidadãos, como alertam Machado e Neves (2011):

1. Densidades populacionais elevadas, conjugadas com elevadas densidades do parque edificado, particular, mas não exclusivamente na periferia imediata das cidades, onde se localiza boa parte dos bairros sociais críticos;
2. Desqualificação urbanística;
3. Insuficiente oferta de infraestrutura e equipamentos sociais;
4. Presença considerável de famílias desestruturadas;
5. Problemas de integração de imigrantes e minorias étnicas;
6. Problemas de exclusão social e econômica;
7. Taxas de desemprego elevada;
8. Taxa de abandono escolar elevadas;
9. Contrastes sociais com forte incidência territorial, por exemplo, com a proximidade entre bairros, críticos e condomínios fechados/privados.
10. A proliferação de centros comerciais, associada a novas formas de organização do comércio e de consumo.

Segundo Machado e Neves (2011), esses fatores influenciam direta e/ou indiretamente na intensificação ou surgimento de criminalidade, seja ela de diferentes naturezas: crime contra a propriedade, grupal, organizada, violência doméstica, entre outros exemplos.

A Prevenção de Crimes por meio do Design Ambiental – CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) é uma abordagem multidisciplinar relevante para o planejamento e implementação da segurança. Sua contribuição consiste na capacidade de influenciar a decisão de quem vai cometer o crime antes que esse de fato aconteça. Segundo Jeffery (1977), podemos impedir ou diminuir o crime alterando o organismo e/ou ambiente externo. Para a aplicabilidade das estratégias e técnicas da CPTED foram elencados quatro princípios essenciais: controle natural de acessos, vigilância natural, territorialidade e manutenção do espaço novo ou recuperado. Esses princípios salientam que há uma estreita ligação entre arquitetura do projeto e a segurança, sendo necessário planejar e desenhar os ambientes de forma a garantir a segurança e minimizar a violência.

METODOLOGIA

Realizou-se um levantamento bibliográfico de estratégias de CPTED, além de atributos qualitativos de caminhabilidade. Em seguida, foram analisadas as informações criminais relativas às ocorrências dos crimes patrimoniais, advindas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo (SESP/ES) entre os anos de 2015 a 2019, para o contexto de Vitória/ES e para o bairro Praia do Canto. A obtenção dos resultados permitiu a elaboração de um banco de dados e a confecção de mapas temáticos georreferenciados (mapas de calor e de símbolos pontuais) através do software QGis com as ocorrências classificadas por tipo de crime de furto e roubo, a saber: estabelecimentos financeiros, residências, estabelecimentos comerciais, veículos e pessoas. Os dados numéricos também foram manipulados através de procedimentos estatísticos, para a confecção de gráficos, de modo a evidenciar taxas, recortes temporais, assimetrias intraurbanas, horários críticos, incidências durantes os meses e dias da semana, dentre outros.

Os procedimentos metodológicos conciliam uma análise multimétodos: dados estatísticos, análises morfológicas, georreferenciamento, análise comportamental dos transeuntes em trechos de maior

incidência de crimes na escala de bairro de modo a avaliar o comportamento de risco dos pedestres e as características físicas do lugar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada um dos resultados permitiu a compreensão das ocorrências criminais à luz de suas particularidades: os mapas térmicos georreferenciados permitiram a identificação dos bairros e das localidades com a maior concentração dos crimes de furto e roubo à pessoa em via pública, com destaque para vários focos de concentração de ocorrências em vias arteriais e vias coletoras e espacializados em bairros de média e alta renda (Figuras 1 e 2).

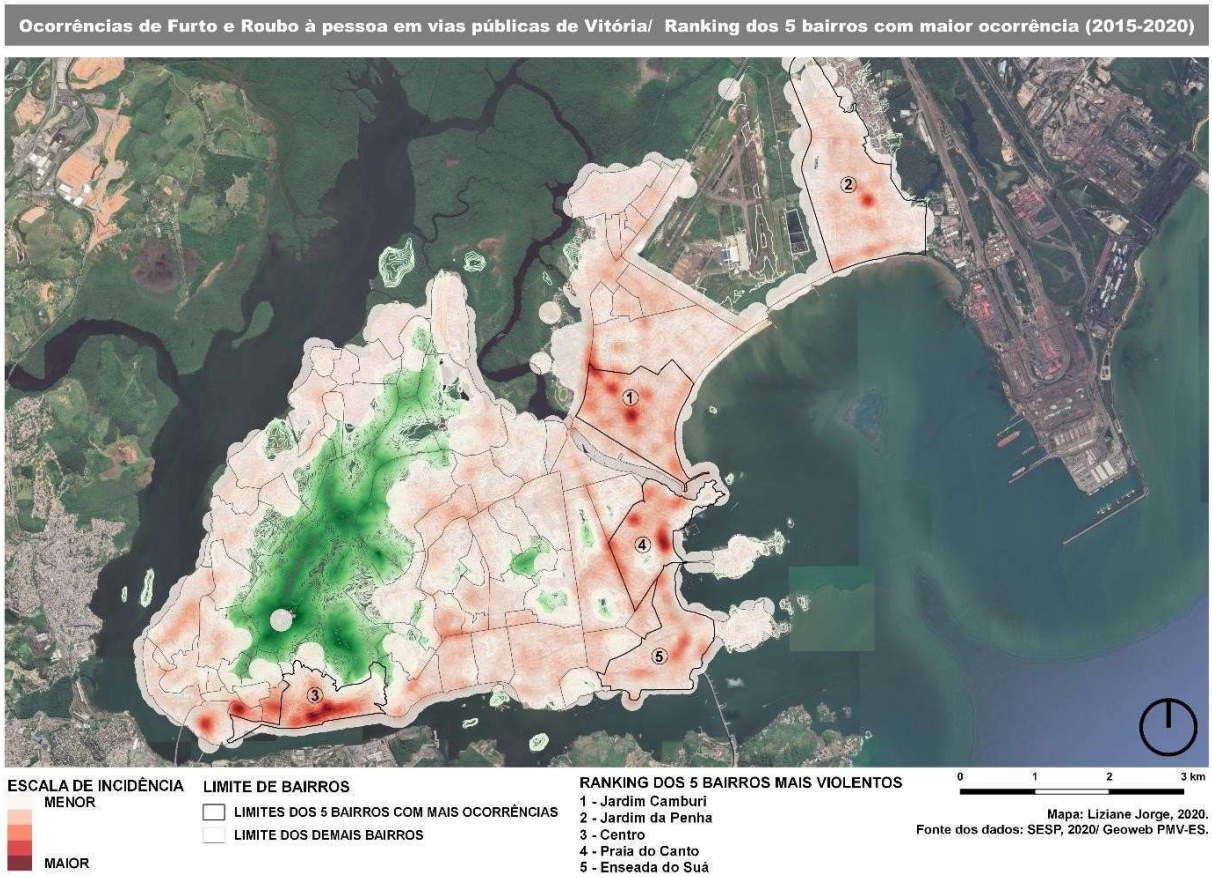


Figura 1: Mapa de furto e roubo à pessoa em via pública (2015 a 2019) com os 5 bairros de maior ocorrência em destaque, numerados por ranking. Fonte: SESEP/ES, 2020. Elaborado pelas autoras,2020.

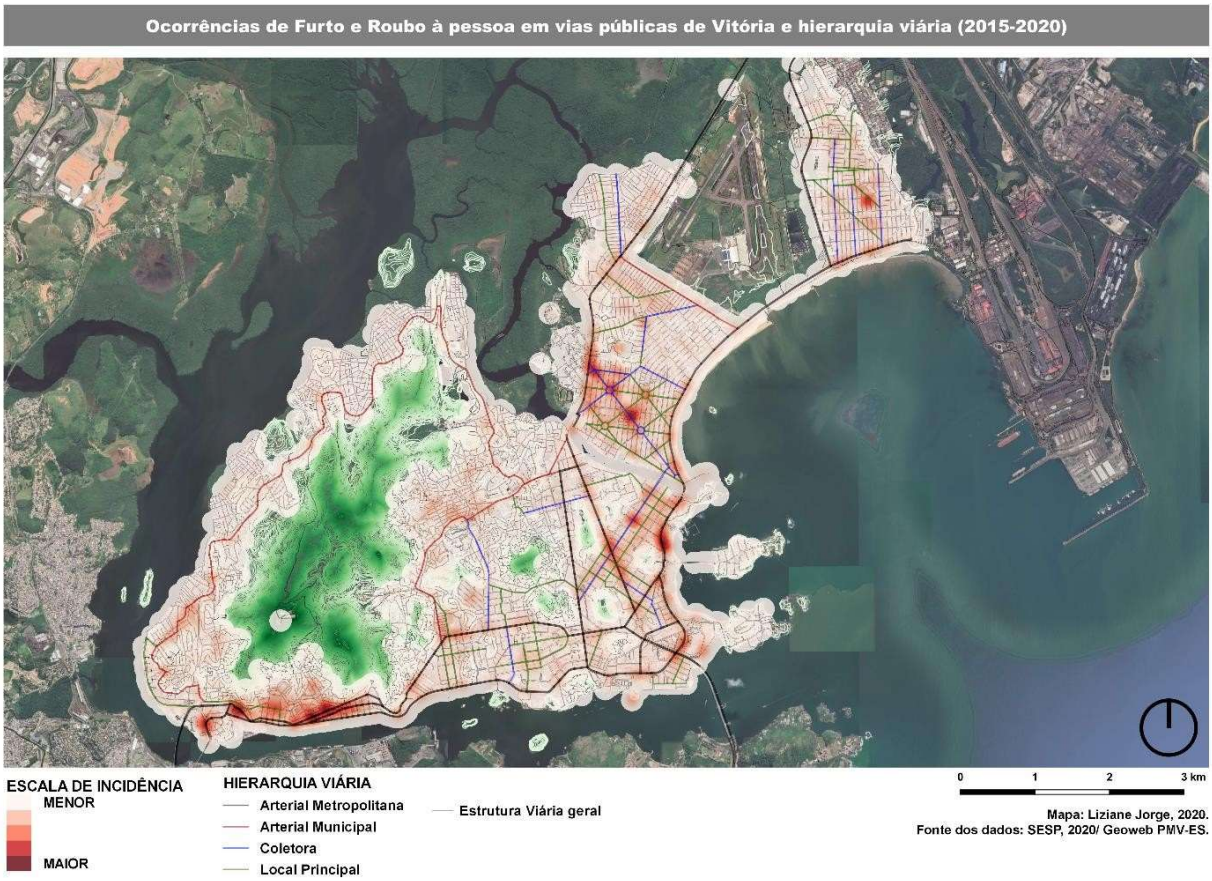


Figura 2: Mapa de furto e roubo à pessoa em via pública (2015 a 2019) e hierarquia viária. Fonte: SESEP/ES, 2020. Elaborado pelas autoras, 2020.

Gráficos diversos viabilizaram o ranqueamento dos bairros de maior ocorrência criminal. A Praia do Canto surpreendeu pela 4ª colocação no *ranking* municipal de crimes de furto e roubo contra a pessoa em via pública (Gráfico 2). De todos os tipos de roubo que se sucedem no bairro, o roubo à pessoa em via pública desponta como o mais recorrente, seguido por roubo de veículos e roubos em estabelecimentos comerciais (Gráfico 3).

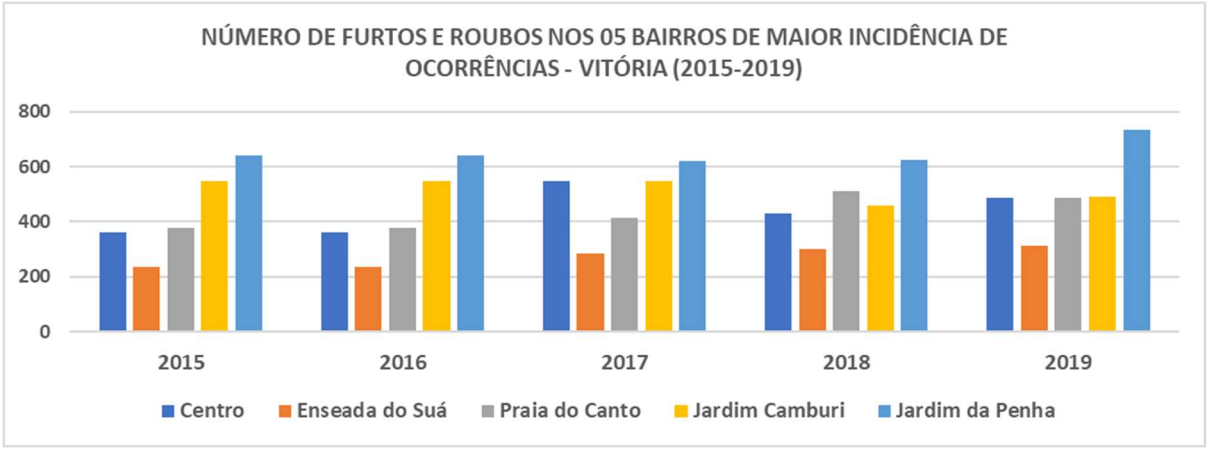


Gráfico 2: Quantitativo de furtos e roubos nos 5 bairros de maiores ocorrências (2015 a 2019). Fonte: Sesp (2020); Geoweb PMV/ES. Elaborado pelas autoras, 2021.

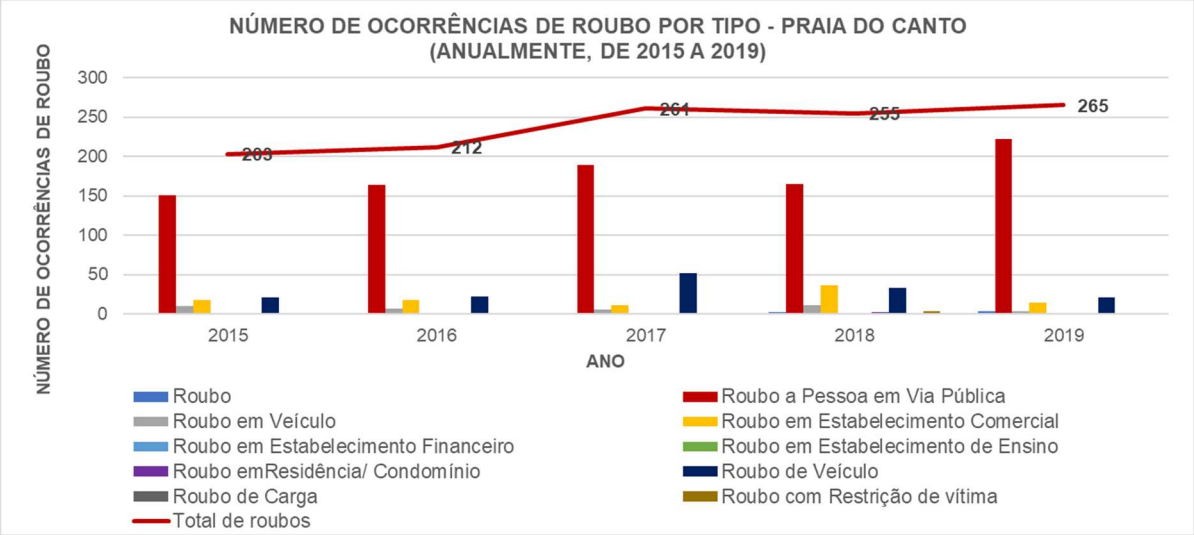


Gráfico 3: Número de ocorrências de roubo na Bairro Praia do Canto, por tipo (2015 a 2019). Fonte: Sesp (2020); Geoweb PMV/ES. Elaborado pelas autoras, 2021.

O mapa térmico da Praia do Canto foi crucial para a seleção dos dois trechos para as visitas in loco (Figura 3). Após a identificação destes, aprofundou-se no estudo dos aspectos morfológicos e arquitetônicos do local. Para cada trecho realizou-se a modelagem tridimensional, o relatório fotográfico e a visita de campo.

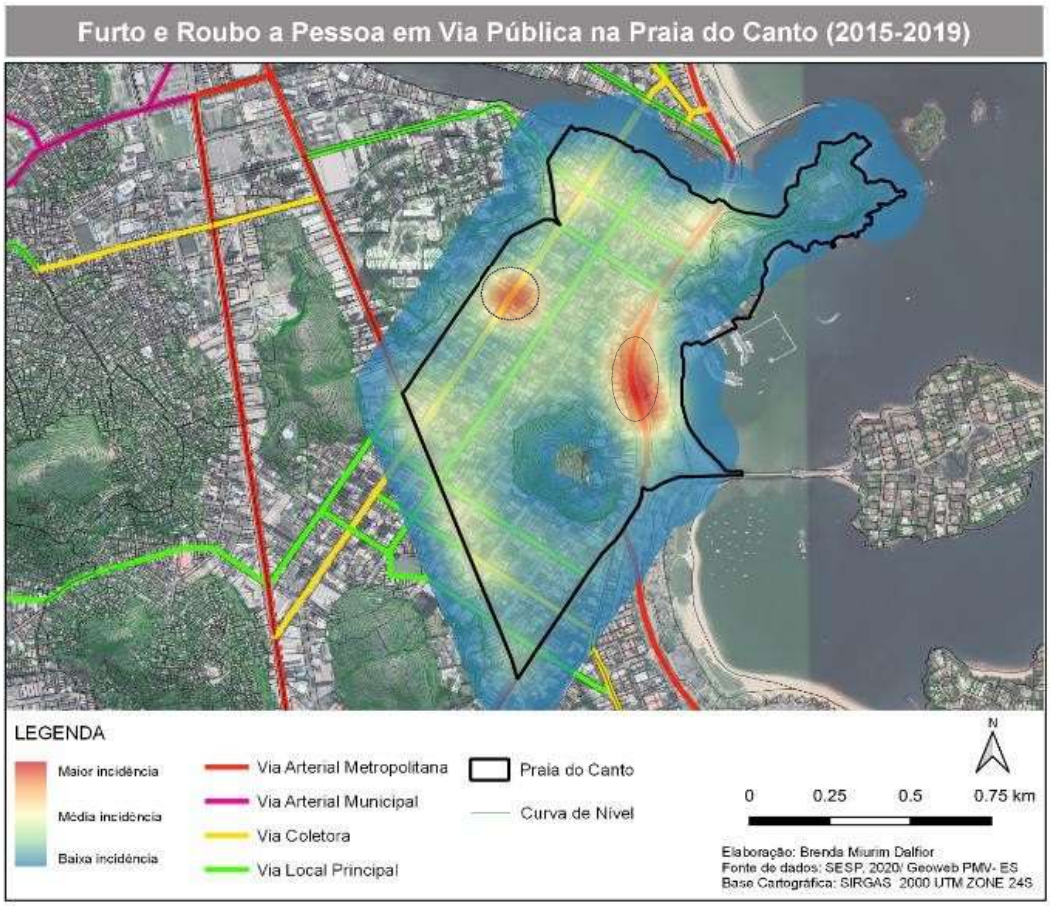


Figura 3: Mapa térmico de furto e roubo à pessoa em via pública na Praia do Canto com os trechos de análise e hierarquia viária. Fonte: Sesp (2020); Geoweb PMV/ES. Elaborado pelas autoras.

O trecho 01 (Figura 4), configurado pelo tecido adjacente à via arterial metropolitana Saturnino de Brito e a orla da Praça dos Namorados, possui o uso do solo residencial multifamiliar de um lado, e um extenso parque linear de uso público de lazer do outro. O gabarito dos prédios atinge 20 pavimentos, dotados de muros e grades no alinhamento dos lotes. Segundo Gehl (2013), os prédios altos são grandes responsáveis pela perda da relação amigável e da vigília natural da cidade, pois a partir do quinto andar perde-se a capacidade perceptiva e sensorial, os eventos são percebidos com mais dificuldade, como falas, gritos e movimentos. Ademais, Gehl (2013, p. 68) alerta: "Outro problema que reduz a vida urbana em torno dessas torres é que as pessoas, em andares mais altos – tanto de apartamentos quanto de escritórios – se aventuram menos na cidade do que aquelas que vivem e trabalham nos primeiros quatro ou cinco andares".



Figura 4: Modelagem tridimensional do trecho 01, bem como a tipologia edilícia predominante na região e os espaços livres de uso público. Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O espaço urbano das vias no trecho 01 dispõe de árvores com copas altas que favorecem o conforto ambiental, boa iluminação e calçadas largas, mas alto fluxo de veículos e ruído extremo. Há uma alta polarização de pedestres para o acesso aos abrigos de ônibus, que conectam destinos metropolitanos, bem como circulação de moradores locais, para usufruir das atividades de lazer e esporte da Orla. A pista larga e a grande quantidade de carros desfavorecem a escala humana; a velocidade da via a 60 km/h, vai ao encontro daquilo que Gehl (2013) denomina de experiência sensorial empobrecedora, desinteressante e cansativa.

Através das visitas *in loco* foram identificados elementos de autoproteção - grades, câmeras, muros, guaritas, ausência de transição entre espaço público-privado – que, segundo Caldeira (2000) equivale aos elementos do sistema prisional e privatização da segurança, recriando cidades de muros (CALDEIRA, 2000).

Quanto ao comportamento dos usuários, foi possível avaliar os códigos corporais: transeuntes descontraídos, pouca atenção aos pertences, conversas ao celular. Para ilustrar este trabalho, escolheu-se um transeunte com uso do celular em plena travessia urbana, o que sinaliza um alvo em potencial. O croqui a seguir acompanha uma narrativa que recria o momento da observação (Figura 5).

Sinal Verde – 22 de janeiro 2021 – 12:34hs

O relógio já marca um pouco mais de 12h em um dia ensolarado de verão, amenizado pelas muitas árvores que embelezam e trazem vida à Avenida Saturnino Rangel de Brito. Na avenida o fluxo médio e constante de veículos parece o habitual, de um lado altos prédios com aproximadamente 13 pavimentos e do outro a praia com ampla faixa de areia e um mar que é um convite a se refrescar. Nesse meio entre um lado e outro pode-se ver vias, faixas, semáforos e bolsões de estacionamento. Em uma dessas faixas avista-se um homem de aproximadamente 1,80m, branco, cabelos castanhos escuros, vestindo uma bermuda azul e uma blusa preta com desenho de uma cauda de sereia parece despojado e despreocupado com o que lhe rodeia. Ele caminha em direção a faixa de pedestres de cabeça baixa , com os ouvidos atentos ao telefone, ele parece alheio a tudo em sua volta. Enquanto ele conversa atentamente ao telefone, uma pessoa se aproxima da faixa e ele desapercebe aos movimentos ao seu redor, sinal verde, passadas rápidas se aproximam, ele finalmente percebe que chegou a hora de atravessar, a vida segue.



Figura 5: Narrativa comportamental realizada na Avenida Saturnino de Britto e Croqui. Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

CONCLUSÕES

O trabalho permitiu a identificação dos lugares de maior risco aos pedestres no município. Na Praia do Canto, apesar da presença de elementos qualitativos à caminhabilidade, lugares de concentração evidenciaram um conjunto de circunstâncias que acabaram favorecendo os atos violentos e ocorrências de furto e roubo: grande movimentação de pessoas e consumidores de alto poder aquisitivo e pouca diversidade social (o que sugere a presença de alvos em potencial); a vigilância natural não ocorre nos trechos visitados (não há fachadas ativas) e é substituída por dispositivos eletrônicos, cercas, muros, guaritas; são escassos os equipamentos comunitários e espaços livres de lazer e cultura nas rotas caminháveis; predominam edifícios altos com pouca comunicação com a escala da rua. A alta exposição de aparelhos eletrônicos e a distração das vítimas evidenciaram comportamento de risco dos transeuntes.

É necessário a aplicação de políticas públicas que visem a melhoria do ambiente: inclusão de usos diversos em trechos monofuncionais, estratégias de *traffic calming,* de modo a favorecer o pedestre, inclusão de equipamentos sociais da orla. O trabalho atua, ainda, como um alerta para gestores e comunidade, de modo a evidenciar lugares de risco e de ações emergenciais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). **Sistema de informações de mobilidade urbana**, 2013.

BRADSHAW, Chris. **Creating – And Using - A Rating System for Neighborhood Walkability:** Towards an Agenda for "Local Heroes." In: 14th Intl Pedestrian Conf. 1993. Ottawa, Canada, 1993. Disponível em: https://www.cooperative-individualism.org/bradshaw-chris_creating-and-using-a-rating-system-for-neighborhood-walkability-1993.htm. Acesso em fev. 2021.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidades de Muros:** Crime, Segregação Cidadania e São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Ano 14. São Paulo: 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em nov. 2020.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP Brasil**). Índice de Caminhabilidade 2.0: Ferramenta.** ITDP Brasil: Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade_Volume-3_Ferramenta-ALTA.pdf. Acesso em fev. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JEFFERY, C. Ray. **Crime prevention through environmental design.** Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1977.

MACHADO, Paulo; NEVES, Ana Verónica. **Segurança Pública e desenvolvimento urbano. A prevenção do crime através do espaço construído.** In: Série Política de Cidades, 7. Lisboa: DGOTDU, 2011. Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/S_Politica_Cidades_7.pdf. Acesso em fev. 2020.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space**. New York: Macmillan, 1972.

SESP/ES - **Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo.**

CIDADES DENTRO DE CIDADES

Arquitetura dotada de sentido

Silvio Frederico da Silva Chaigar
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Silvio.chaigar@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: cidades; urbanismo; arquitetura; percepção

INTRODUÇÃO

A oportunidade do 3º Congresso Internacional de Cidadania, Espaço Público e Território promovido pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, e sediado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAURB da mesma universidade, oportuniza a todos nós que temos vínculos com a arquitetura e as cidades nos depararmos com experiências, visões e expectativas diversas relativas ao mundo urbano que se consolida já que a UN DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) projeta que a população mundial nas cidades crescerá enormemente nos próximos 30 anos, o que elevará a proporção de habitantes em áreas urbanas de 55% atualmente para quase 70% em 2050. Portanto, Logo ali!

Embora de modo online devido a pandemia, o Congresso se realiza em um momento de grandes confluências quanto a diagnósticos que indicam e justificam que o modo como vivemos hoje nas cidades é o que justamente está colocando sob risco irreversível nossa condição de seres humanos, habitantes de um planeta que já não tem como nos suprir das necessidades que são essenciais a nossa sobrevivência como é o caso da água potável, escassa em muitos lugares e pretexto de migrações. E ainda, o rápido aquecimento do planeta que passou a desafiar por todos os recantos as mais bem feitas previsões meteorológicas, quando de forma imprevisível intempéries causam estragos devastadores arrasando não só com bens materiais, mas também, com muitas vidas de todas as espécies.

Se uma palavra pudesse resumir a tudo isso, diria que essa palavra é saturação.

A pesar de tudo, acreditando na vida, em nossa criatividade e capacidade de resiliência, em todos os níveis administrativos estão sendo formuladas com mais ou menos intensidade, propostas e tomadas ações concretas a fim de mitigar os efeitos das transformações socioambientais a que estamos todos submetidos e que requerem urgente atenção nos campos político, econômico, social e ambiental. Ou seja, no modo como habitamos e nos relacionamos nos ambientes construído e natural.

O presente trabalho inscreve-se na linha temática “Percepção, Avaliação da cidade e Turismo” e, tem por objetivo principal utilizando-se da metodologia de leitura dirigida, refletir a respeito da ideia de “planejar cidades saudáveis para toda a população, sem distinção, respondendo a diferentes impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos”, partindo do princípio de que para tanto é preciso também reflexionar sobre o campo profissional da arquitetura e do urbanismo enquanto pratica politica envolta também com a cultura e o humanismo.

Arquitetura dotada de sentido

A crise sanitária colocou em manifesto a importância do papel que joga a arquitetura em nossa saúde. A forma como habitamos nossas casas, a tipologia, a flexibilidade, a acústica ou o conforto térmico de nossa moradia tem falado por si mesmos da qualidade do espaço construído.

A arquitetura é um instrumento que tem tido sempre a capacidade de dar respostas aos cidadãos. E é para eles que tem de oferecer capacidade de adaptação para responder as necessidades atuais e oferecer espaços de qualidade nesse processo de transformação sociais e culturais que estamos vivenciando em escala global.

Refletir a respeito da ideia de planejar cidades saudáveis para toda a população, sem distinção, respondendo a diferentes impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, é também reflexionar sobre o campo profissional da arquitetura e do urbanismo enquanto pratica politica. Pratica politica essa dotada da capacidade de transformação ou regeneração de um dado âmbito da sociedade. Além do mais, se faz necessário acreditar e/ou confiar no desenho como instrumento capaz de resolver problemas complexos através da geração de espaços construídos que de algum modo satisfaçam ao mesmo tempo às necessidades objetivas e subjetivas do ser humano.

Dessa ou dessas premissas, se partiria para afrontar as mudanças necessárias ante os novos paradigmas que já emergiram e estão influindo em nossa condição de ser humano vulnerável e extinguível dentro de um sistema maior e mais forte a ponto de colocar em risco nossa própria sobrevivência.

Um primeiro passo poderia ser o dar-se conta da necessidade de autorreflexão e o reconhecimento da dimensão social na criação de projetos e desenhos sem que se perca de vista o campo de atuação da arquitetura e do urbanismo.

Nesse sentido, Colquhoun (2004), faz esse exercício antes de discutir o espaço urbano nos termos das ideologias da vanguarda do século XX em comparação com noções revisionistas do espaço urbano denominadas por ele como um aspecto da chamada critica pós-moderna. Diz o autor:

> Deixe-me, em primeiro lugar, estabelecer alguns limites ao que entendo por “espaço urbano”. Essencialmente, acredito, existem dois sentidos em que a expressão normalmente é utilizada: no primeiro característico dos geógrafos e sociólogos, o objeto de estudo é o “espaço social” – isto é, as implicações espaciais das instituições sociais. Desse ponto de vista, as características físicas do ambiente construído tendem a ser epifenomenais. No segundo sentido, característico dos arquitetos, o objeto de estudo é o objeto construído propriamente dito, sua morfologia, o modo como afeta nossas percepções, a maneira como é utilizado e os significados que podem evocar (Colquhoun, 2004, p. 209).

A importância dessa colocação feita pelo autor está no fato de o mesmo querer com isso esclarecer que os poderes de causa e efeito estão presentes no processo de produção da arquitetura e que dizem respeito a duas possíveis abordagens do objeto construído que são a que considera as formas independentes das funções e a que considera as funções como determinantes das formas.

Portanto, a habilidade com os instrumentos de intervenção da arquitetura deve estar associada a igual pericia em domínios conceituais aparentemente distantes ou distintos da arquitetura como filosofia, sociologia, história, cinema, literatura, e assim por diante. É dessa interação de conhecimentos que podemos tentar responder questões do tipo o que entendemos por social?; quem está incluído nessa sociedade? Ou ainda, refletirmos a respeito do que a sociedade é ou poderia vir a ser. Questionar como vivemos e os valores com que vivemos e, ai sim, propormos alternativas construtivas que poderiam talvez, se consolidar em intervenções de projeto.

Quando se considera como partes integrantes e/ou constituintes das cidades a cidadania, o território e o espaço público, então se passa a considerar também outros fatores de macro escala que incidem decisivamente nas decisões de projeto / planejamento e que dizem respeito à sustentabilidade do mesmo perante a realidade mais geral do planeta e a capacidade das cidades em resistir aos efeitos nocivos à vida nas cidades, efeitos estes gerados por nosso próprio estilo de vida individual e coletivo.

O mês de outubro, mundialmente, é um mês generoso para com a arquitetura e o urbanismo, já que através da ONU-HABITAT se comemora nos dias 4 e 31 o Dia Mundial do Habitat e das Cidades respectivamente, sendo que como de praxe durante todo o mês existe uma extensa programação envolvendo diferentes órgãos e instituições com conhecimento e poder de decisão na comunidade urbana. O que perpassa no tema geral e nos subtemas que dão suporte as teorias e as praticas propostas é o diagnóstico de que precisamos urgentemente “Adaptar las ciudades para la resiliência climática” ((Nota conceptual; jul /2021) e “Acelerar la acción urbana para un mundo libre de carbono” (Idem).

De outro modo, desde o ano 2016, quando da Conferência Habitat III, uma vez aprovados por 167 Estados membros a “Nova Agenda Urbana mundial” e a “Declaração de Quito”, que a atividade de planejar cidades conta com referenciais que pretendem:

> Compartirmos el ideal de uma ciudad para todos, referiéndonos a la igualdad em el uso y el disfrute de las ciudades y los asentamientos humanos y buscando promover la inclusividad u garantizar que todos los habitantes, tanto de las generaciones presentes como futuras, sin discriminación de ningún tipo, puedan crear ciudades y asentamientos humanos justos, seguros, sanos, accecibles, asequibles, resilientes y sostenibles y habitar en ellos, a fin de promover la prosperidade y la calidad de vida de todos. Hacemos notar los esfuerzos de algunos gobiernos nacionales y locales para consagrar este ideal, conocido com “el derecho a la ciudad”, em sus leyes, declaraciones políticas y cartas (Declaração de Quito, 2016,p.05).

A globalização enquanto realidade objetiva tem propiciado trocas de experiências com o intuito de dar solução a problemas que se replicam por um modelo socioeconômico e cultural que induz a determinado modo de vida na sociedade como um todo. Modelos alternativos têm sido expressados e expostos em contraponto a propostas regenerativas ou postergadoras do modo vigente. As cidades são múltiplas e variadas, enquanto que apropriação e vivencia são o que possibilitam a experiência e a percepção de determinado espaço. Dai que o contemporâneo em arquitetura é o indeterminado, já que o homem enquanto

ser humano nesse momento precisa ser deslocado de sua centralidade no contexto ambiental mais geral. Ou seja, planejar cidade também é reflexionar a respeito de uma cidade dentro da cidade.

METODOLOGIA

O chamamento e os enunciados do congresso foram considerados como uma ideia fornecida previamente aos interessados para discorrem a respeito de conhecimentos e/ou pesquisas a respeito do tema central "como planejar cidades inclusivas". A leitura dirigida aborda diferentes pressupostos teórico-metodológicos, focando em responder a questão central proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar e repensar os modelos arquitetônicos e urbanísticos priorizando tanto o saber técnico, formal e abstrato inerente aos profissionais como as dimensões públicas e cívicas dessas mesmas atividades, abre um leque extenso de alternativas que podem representar uma visão integradora da saúde, economia, meio ambiente, etc. A finitude dos espaços nos leva a refletir que a diversidade da cidadania está no todo, e que no todo está à diversidade da cidadania.

CONCLUSÕES

Planejar cidades é a atividade complexa de concatenar de maneira institucional forma e função expressadas num objeto construído que tem de ser flexível, maleável e extensível a fim de atender o contexto histórico e cultural de uma determinada sociedade. Os modelos ou tipos ideias, referenciais das aspirações mais gerais de uma sociedade totalmente globalizada, tem de serem adaptados de forma particular e criativa a fim de que não se percam as referencias e memórias territoriais que constituem as identidades e modos de vida nos diferentes lugares. Modos de vida que constituem e são constituídos pela cidadania e que dotam de sentido o objeto construído.

REFERÊNCIAS

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura.** São Paulo. Cosac & Naify. 2004.

NACIONES UNIDAS. **Nueva Agenda Urbana.** Quito, Equador, 2017. Disponível em: www.habitat3.org.

CIUDAD, SOCIEDAD Y MIEDO

El impacto de los territorios del miedo en las ciudades y en sus relaciones sociales

Edgar Eduardo Roa Castillo
Universidad la Gran Colombia | Colombia
edgar.roa@ugc.edu.co

Eddie Andrew Martínez Alegría
Universidad la Gran Colombia | Colombia
edgar.roa@ugc.edu.co

Cristhian Moreira Brum
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
cristhianmbrum@gmail.com

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
(x) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: Miedo; Ciudad; Gestión Urbana; territorio; Espacio público

RESUMEN

El propósito del artículo es evidenciar cómo los espacios urbanos constituyen los denominados "territorios del miedo", condición que atañe a los individuos y afecta el desarrollo de la ciudad. El miedo, como emoción primaria ha generado procesos urbanos que afectan grandes ciudades, y paralelamente se consolida como un mecanismo evolutivo de la sociedad, encaminada a un supuesto bienestar.

Este documento evita explicar cómo el miedo configuró las ciudades, a cambio, enfatiza en cómo transforma los espacios urbanos. El lector reconoce a través de textos, tablas, y gráficos las estrategias implementadas, así como, las conclusiones y posibles estrategias de gestión formuladas. Estas últimas, se encaminan a minimizar el impacto de estos espacios urbanos en la sociedad, mejorando las relaciones sociales entre ciudadanos.

INTRODUCCIÓN

En los inicios del poblamiento en la tierra, los primeros andantes, que, si bien no poseían una mente evolucionada, si lograban interactuar con su entorno, este proceso entre la evolución de su anatomía y los procesos conductuales no se desarrolló igualitariamente, (ARRIZABALAGA, 2007) expone que "Durante la mayor parte de nuestro desarrollo evolutivo no se aprecian similares progresos entre la variación anatómica y el cambio conductual". Esto nos puede indicar que, durante su evolución, las relaciones entre la naturaleza y la conceptualización del mundo que lo rodea estaban ligada a su idealización del entorno que habitaba. Pero que es el miedo, en primera medida contextualizamos si el miedo es una emoción o un sentimiento; (DAMASIO, 2010) en su libro "y el cerebro creó al hombre" contextualiza la diferencia entre la emoción y el sentimiento, siendo este parte fundamental en los procesos del hombre.

Damasio expone como las emociones son acciones automáticas ajustadas en la evolución del hombre y que se ven reflejadas en el cuerpo (expresiones, posturas, cambios), mientras que los sentimientos son percepciones en relación mente – cuerpo en un periodo de tiempo determinado al momento que se evoca este. Entonces, entender el miedo en la evolución del hombre y para este caso en el desarrollo en las ciudades, es importante para determinar cómo esta emoción ha influido en especial en el uso de los espacios urbanos y en el contexto de la relación del ciudadano con sus gobernantes, es así, que, en la historia, el miedo ha instaurado procesos en el hombre que lo ha llevado a desarrollar mecanismos de proyección y desarrollo social.

Estos mecanismos de supervivencia llevan al hombre primitivo a relacionarse con otros individuos, De Barandiarán indica que “No existen, pues, pueblos naturales en el sentido propio de esta palabra” (1935, p.) De esta manera nos encaminamos a desarrollar el miedo y como se relaciona con la historia y la evolución de las ciudades, ya orientamos el miedo como una emoción y sobre todo una emoción primaria, “Las emociones primarias se consideran respuestas universales, fundamentalmente fisiológicas, evolutivamente relevantes y biológica y neurológicamente innatas” (BERICAT, 2012). Pero también es importante indicar que la evolución de las ciudades se genera a partir de la relación entre la tecnología, la organización social y la organización política, siendo este el eje primordial en la evolución de las ciudades.

Ciudad y Miedo

Entre las primeras poblaciones que se instauraron en un territorio en torno a la agricultura y la caza tenemos a Merimde-Beni Salama en Egipto, este poblado como lo explica Refaat (2019) citando al egiptólogo Zahi Hawass se hallaron viviendas elípticas prehistóricas localizadas en ambos costados de un camino recto, fueron construidas con barro y algo importante es que los escalones eran de husos de hipopótamos; "Los huesos de hipopótamo se usaron como una escalera durante esa época por su resistencia al tiempo o tal vez como un amuleto para protegerse contra los depredadores".

Ciudades como Ur, Nippur, Uruk, Assur tenían una relación de importancia entre la conexión comercial de la India con Europa lo que impulso en sus pobladores una calidad de vida ejemplar, su desarrollo como ciudad se inscribía dentro de una gran muralla que les permitía alejar las ideas de conquista extranjera y percibir un grado de seguridad, debido a esto, las ciudades fueron encapsuladas , en la India, metrópolis como Harappa, Mohenjo-Daro, lothal, donde su configuración urbana se enmarco en una repartición ortogonal, aun cuando no era bastante reticular en el sentido preciso del vocablo, impero una disposición más ordenada que las configuraciones ambiguas de varios poblados de la era, se establecieron ciertos criterios urbanos que propendían por cierto orden y control visual, edifico una muralla circundante para eludir ataques de enemigos, empero además como aislamiento de las inundaciones (Harappa), (MARTÍN JIMÉNEZ; VÁZQUEZ CIENFUEGOS, 2006) exponen que “El hombre se refugió tras paredes, empalizadas o murallas a partir de los principios de la cultura”.

Estas ciudades terminaron diezmadas por el hacinamiento generado por la falta de espacio, enfermedades y conquistas como las dadas por los arios, que inculcaron un temor enorme en los pobladores hasta el punto de abandonar las ciudades. (RICO 2003).

Para la edad media las ciudades presentan unas configuraciones especiales, vemos como estas se convierten en la base del sistema económico gracias al desarrollo comercial y de la banca, cambian su configuración debido a que muchas de ellas son conquistadas por los romanos, quienes implanta su configuración urbana y cambian el estilo de vida, se desarrollan ciudades a partir de la retícula, pero también de manera orgánica, muchas de ellas se debió a la falta de control en su crecimiento generando un descontrol en el crecimiento de las urbes.

Para las ciudades que experimentaron la revolución industrial y las posteriores, el miedo ha sido un factor en su desarrollo y evolución, Mir, (1971) citando a Munford ha puesto de relieve como las nuevas formas estéticas que influyen inicialmente en el planeamiento de las ciudades "estaban basados, en todos sus aspectos, en profundas transformaciones políticas y económicas". Estas nuevas características impregnaron una serie de cambios en la morfología de las ciudades que eventualmente el ciudadano paso a ser uno más en su configuración y se establecen una serie de usos encaminados a los procesos productivos.

Finalmente, después de 11 de septiembre de 2001, las ciudades que si bien en su morfología no había tenido modificaciones drásticas en las últimas décadas si desarrollaron en su ser procesos sociales que involucran el miedo en la vida cotidiana de sus habitantes, es así que en la actualidad estas configuraciones urbanos están siendo solamente parte de una norma y del cumplimiento de indicadores jurídicos y están dejando a un lado lo más importante, el ciudadano, las nuevas características urbanas se están enfocando a suburbios o complejos fortificados que venden la ilusión de seguridad, en fin, estamos viviendo una época de miedo en todo su esplendor y esto está afectando las relaciones sociales que deberían ser parte del crecimiento social de las urbes.

METODOLOGÍA

Espacio urbano, diseño y apropiación como elemento fundamental del desarrollo comunitario

Las afirmaciones a continuación nacen de los estudios realizados durante la investigación denominada "territorios del miedo y su incidencia en la vitalidad de los espacios públicos de Usme en Bogotá-Colombia y Frederico Westphalen -Brasil". En complemento se estudian diferentes metodologías que articulan estudios sobre legibilidad, vitalidad, seguridad, miedo y calidad del espacio urbano. De esta forma se consolida un estado del arte en el cual resaltan los estudios de (ROW; JACOBS, 1962); (LARUE, 1974); (HILLIER; HANSON, 1988); (VAN MELIK; VAN AALST; VAN WEESEP, 2007) entre otros. Sin embargo, a pesar de los cambios temporales, a través de una matriz conceptual, se concluyó que los referentes tienen los mismos intereses.

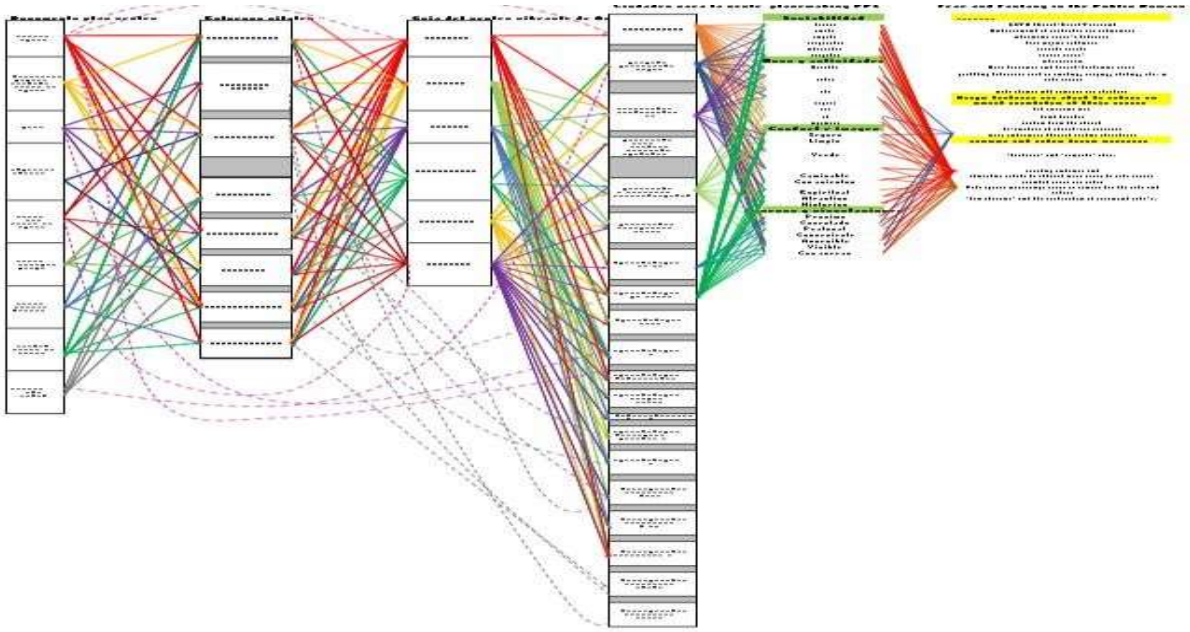


Ilustración 1: Matriz comparativa de referentes formulada para el estudio.

De esta forma se encontró que todos los referentes coinciden en el reconocimiento de los valores del espacio público como lugar para congregarse y vivir el lugar. Sin embargo, (VAN MELIK; VAN AALST; VAN WEESEP, 2007) reconocen que desde las medidas policivas y la seguridad en general se alejan de todo esto, tendiendo a generar lo que (SOJA, 2018) denomina “archipiélagos carcelarios”. Aquellos lugares donde priman las medidas de seguridad enfocadas en controlar todo lo que sucede.

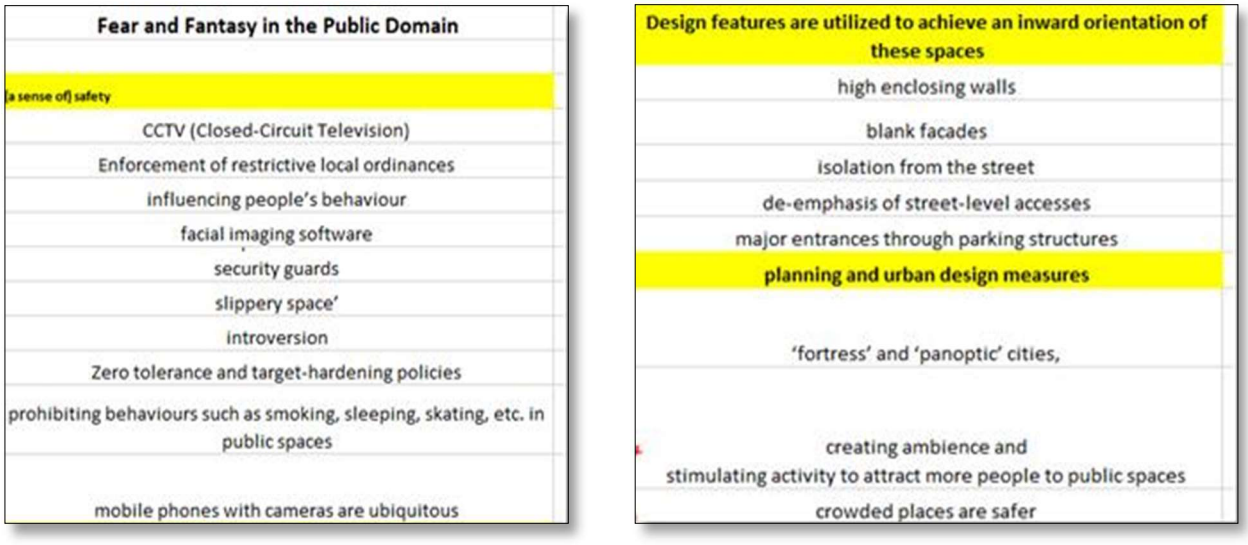


Ilustración 2: Aspecto reconocidos en el artículo Fear and Fantasy in the public domain.

Entre algunas estrategias, resalta la generada por (Australian capital territory goverment, 2000) denominada Act Crime Prevention & Urban Design. En esta se articulan estrategias de diseño urbano como oportunidades para aumentar la sensación de seguridad en las ciudades.

RESULTADOS

¿Qué condiciones generan percepción de seguridad o inseguridad y miedo?

En primera instancia, encontramos que la percepción del miedo a escala de ciudad y de sector y de lugar, se encuentra ligada a una sensación de desorientación, en este sentido se encontró que *cuando la gente no se ubica fácilmente en una ciudad genera una sensación de ansiedad*. Esto nos dirige a lecciones sobre la legibilidad realizadas por (DUNHAM, 1960). De igual forma *la falta de carácter de los lugares implica una pérdida de identidad y ausencia de significado para la comunidad*. Esta condición es latente en sectores planeados con un enfoque funcional como las comunidades cerradas, sectores industriales y centros empresariales de origen moderno.

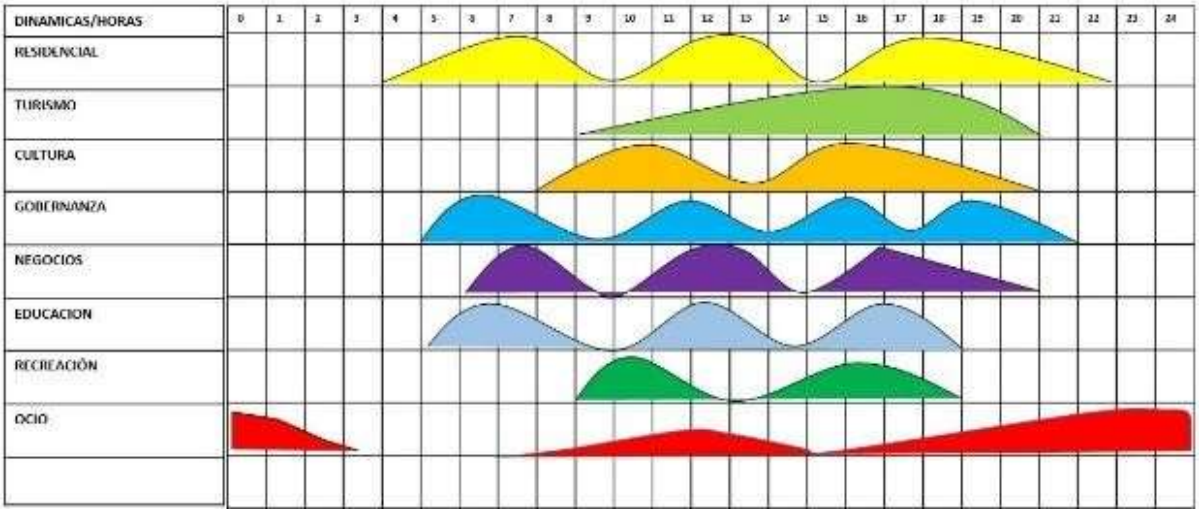


Ilustración 3: Horarios de actividad de acuerdo al uso del suelo en diferentes sectores de las ciudades.

En segundo lugar, encontramos que *las dinámicas afectan significativamente como se perciben los lugares*. Las dinámicas urbanas son la esencia de la vida en un sector, estas determinan la aparición de usos del suelo en un lugar. Un ejemplo de esto puede advertirse la existencia de usos comerciales, servicios en torno a una calle principal conformando una dinámica de ligada a negocios, gobernanza o incluso turismo. *La problemática surge cuando se generan sectores mono-funcionales a modo de clústeres. Aquellos presentan gran movimiento durante el día, así como horarios de uso marcados, por lo que al final de la jornada se convierten en sectores desolados porque la ciudadanía los visita por necesidad no gusto*. Como complemento de lo anterior, encontramos la ausencia del sentido de comunidad y el individualismo, como lo recalca (Lynch, The good City form, 1984), entre otros.

Entre las técnicas de estudio, se incluyeron análisis físicos, gráficos y encuestas a personas de diferentes edades. Permitieron reconocer aquellas situaciones que definitivamente aumentan la topofilia o la topofobia. Entre las condiciones recalcadas figuran condiciones tan comunes como las basuras, los insectos, las multitudes, la oscuridad y el silencio. Situaciones típicas e inherentes a cada persona, dado que, como se ha señalado previamente, *los miedos varían de acuerdo a cada persona, según su edad, su estatus socio-económica, su condición marital, si tienen hijos o no,y claramente de su condición de salud*.

Tabla 1 ¿Que situaciones le producen miedo?

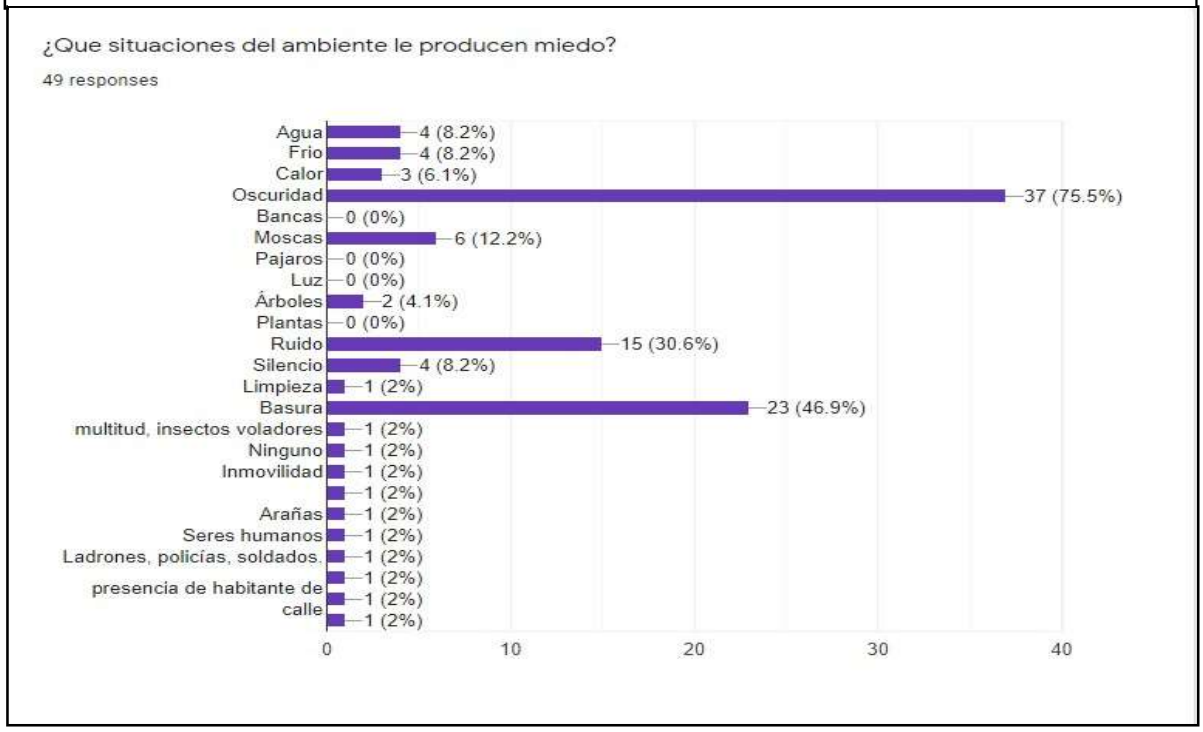


Tabla 1: ¿Que situaciones le producen miedo?

Sin embargo, existen patrones generalizados respecto a aquellas situaciones que propician el miedo en la ciudad. La mayoría de gente ve los parques como un foco de inseguridad que les produce miedo. De igual manera la aparición de rejas y muros, para quienes se encuentran fuera de los espacios protegidos constituyen un peligro latente.

CONCLUSIÓN

Con este artículo se pretende generar una mirada integral del desarrollo urbano como medio para prevenir la aparición de detonantes de miedo en la ciudad. No solo desde una aproximación policiva sino desde una prospectiva que permitirá generar ciudades seguras, saludables e interesantes a corto, mediano y largo plazo, especialmente en el contexto Latinoamericano.

REFERENCIAS

ARRIZABALAGA, Á. R. **Evolución y Conducta**. Arqueoweb, 2007. BERICAT, E. Emociones. p. 1–13, 2012.

DAMASIO, A. Y **el cerebro creó al hombre ¿Cómo pudo el cerebro generar emociones, sentimientos, ideas y el yo**? [s.l: s.n.].

DUNHAM, H. W. The Image of the City Kevin Lynch. Social Problems, 1960. HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space.** The social logic of space, 1988.

LARUE, L. H. **Defensible Space, By Oscar Newman.** Washington and Lee Law Review, 1974.

MARTÍN JIMÉNEZ, V.; VÁZQUEZ CIENFUEGOS, S. **La seguridad tras el muro: ¿una opción defensiva o una solución política?** Historia Actual Online, 2006.

ROW, A. T.; JACOBS, J. The Death and Life of Great American Cities. **The Yale Law Journal,** 1962.

SOJA. **Postmetrópolis**. Sereal Untuk, 2018.

VAN MELIK, R.; VAN AALST, I.; VAN WEESEP, J. Fear and fantasy in the public domain: The development of secured and themed urban space. **Journal of Urban Design,** 2007.

BENTLEY Y OTROS, I. **Entornos vitales**, 1980.

COMPREENSÃO E ENTENDIMENTO DAS CIDADES POR MEIO DA ARQUITETURA E MEMÓRIA URBANA

Matheus Mendonça da Rocha
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
matheusdarocha010@gmail.com

Jéssica Patrícia Tolfo
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
jessica.tolfo@sou.unijui.edu.br

Tarcisio Dorn de Oliveira
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
tarcisio_dorn@hotmail.com

Bruna Fuzzer de Andrade
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
bruna.fuzzer@unijui.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Cidade; sociedade; preservação; patrimônio; história.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das grandes cidades e consequentemente o aumento na concentração populacional, fez com que o homem mudasse a forma de relacionar-se com os espaços urbanos, proporcionando novas reflexões e entendimentos acerca da cidade e das singularidades que a compõe. A preservação e a valorização dos espaços públicos ganham força quando o indivíduo social percebe e compreende a relevância dos mesmo para a sua formação como cidadão. Com o constante desenvolvimento tecnológico surge, a partir do movimento modernista, a necessidade de preservar a história e as memórias, não somente de obras arquitetônicas, mas também, de porções importantes das cidades, conhecidos como centros históricos. Nesse viés é pertinente observar:

> Os centros históricos são locais que possuem um grande acúmulo histórico. Estes centros, além de centros de sociabilidade, são locais onde também acontecem majoritariamente as atividades de comércio e serviços, terminando, com isso por ser locais de muito movimento e interesse econômico. Com o passar do tempo, a cidade vai se expandindo, mas, o centro continua sendo o ponto principal e econômico (SOUZA, 2015, p. 1).

Os espaços dotados de patrimonialidade representam uma porção fundamental para a composição das cidades, sendo lugares que abarcam história, cultura, memórias, identidade e pertencimento. A preservação destas porções urbanas, torna-se relevante, ao passo que, as grandes cidades ao desenvolverem-se descontroem seu legado, dando lugar a novas fachadas e edifícios contemporâneos esmaecendo os elos entre o passado e o presente.

A preservação dos centros históricos representa a valorização de uma memória coletiva e individual, entretanto, dentro de um contexto de desenvolvimento urbano, muitas vezes acaba por ser considerado, de forma equivocada, um empecilho ao desenvolvimento tecnológico das cidades. Desta forma, o presente artigo tem como finalidade dissertar sobre a valorização dos centros históricos e como os mesmos impactam na sociedade, fortalecem os laços com a memória e possibilitam o desenvolvimento das cidades.

METODOLOGIA

Esse resumo expandido foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória quanto à preservação do patrimônio, da identidade e da memória cultural, adotando, assim, uma pesquisa bibliográfica e documental como metodologia. A pesquisa teve como fonte de estudo materiais publicados em artigos, teses, revistas, dissertações e em cartas patrimoniais, as quais abrangiam temas sobre os patrimônios culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao falar em centros históricos, destacam-se as porções das cidades, conjuntos urbanos e demais ambiências que carregam valores históricos e culturais, dotados de memórias coletivas e individuais que merecem ser preservados. Desta maneira, tais espaços urbanos representam partes importantes para as cidades possuidores de valores concretos e subjetivos das pessoas que ali residem/residiram. Estes centros, não somente carregam importância histórica em sua constituição, mas detém parte importante dos comércios locais:

> Redes de lojas, redes de restaurantes e bancos instalam-se em novas construções. Mas bares de bairro, restaurantes típicos e casas de penhores instalam-se em prédios antigos. Supermercados e lojas de calçados geralmente se instalam em prédios novos; boas livrarias e antiquários raramente o fazem. Teatros líricos e museus de arte subvencionados instalam-se em prédios novos. Mas os fomentadores informais das artes – estúdios, galerias, lojas de instrumentos musicais e de material artístico, salas dos fundos onde os negócios de fundo de quintal, de baixo rendimento, permitem travar uma conversa prolongada –, esses se instalam em prédios antigos. Talvez ainda mais significativo, centenas de empresas comuns, necessárias para a segurança e a vida nas ruas e nos bairros e reconhecidas por sua utilidade e pela qualidade do pessoal, conseguem sair-se muito bem em prédios antigos (JACOBS, 2011, p. 131-132).

É perceptível nas cidades a perda de edifícios mais antigos, os quais, muitas vezes, são prédios importantes que retratam história da cidade, para a construção de novos edifícios, quando podia-se apenas ter adaptado o antigo edifício para um novo uso, o que, além de tudo ajudaria em sua conservação. Porém, é notório o descaso da classe empresarial e até mesmo da população em geral ao tocante a preservação, tanto da história quanto da cultura das ambiências e das edificações patrimoniais.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (on-line), o conceito de centros histórico possui uma etimologia muito recente, sendo mencionado na literatura, somente nos anos seguintes à Segunda Grande Guerra, pois passaram a receber atenção de arquitetos e urbanistas. Após os conflitos armados que tiveram fim em 1945, as cidades históricas, destruídas pelos bombardeios, enfrentavam a difícil tarefa de se reinventar, criando novos espaços, junto aos remanescentes.

Após o CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em 1951, foi que a visão de centros urbanos tomou forma, reconhecendo estes espaços como sendo o coração das cidades, pois permitiam o fluxo de pessoas, e proporcionavam novas relações, sendo assim os centros urbanos passaram a ser agentes de integração social, tomando um papel de destaque no urbanismo pós modernista.

> Considerando que os conjuntos históricos fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos, assegurando a presença viva do passado que os modelou, e que esses conjuntos garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade e que, por isso mesmo, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar (Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 1).

Percebe-se que é de extrema importância a salvaguarda do patrimônio histórico e arquitetônico para assegurar a história do passado viva, pois esse faz parte da identidade cultural de uma sociedade, no qual pode-se ver características e costumes dos antepassados. Por isso, deve-se valorizar e preservar esses patrimônios, para assim, preservar também a identidade e a memória cultural das cidades, pois a memória é um combustível para a história, que instiga o homem a saber mais sobre si e sobre seu passado, estimulando-o a querer manter essa história viva.

No que diz respeito a preservação de porções históricas de uma cidade, destaca-se a Recomendação de Nairóbi, escrita em 1976, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, foi o primeiro documento oficial a falar sobre a preservação de conjuntos históricos e buscar harmonia entre os conceitos de preservação e as premissas de uma cidade contemporânea em constante crescimento. Segundo a recomendação, os conjuntos históricos fazem parte de um ambiente cotidiano da população, assegurando a preservação da memória coletiva e individual de cada comunidade, estes conjuntos representam o testemunho tangível de épocas passadas, sendo capazes de não somente preservar a memória, mas também proporcionar novas experiências. Nessa perspectiva:

> A vida de uma cidade é um acontecimento continuo que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que dotam de sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados[...] A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade (Carta de Atenas, 1933, p. 25-26).

As primeiras ideias preservacionistas, no que diz respeito à cidade, surgem a partir do movimento modernista, acompanhado de uma visão progressista, haja vista, que o modernismo acreditava que as cidades deveriam ser recriadas negando o passado e requalificando as cidades para o futuro. Curiosamente, a partir desse pensamento, surgem os primeiros conceitos de preservação. Partindo dessa premissa, uma análise aprofundada sobre a história e a importância dos edifícios merece destaque, não só para se compreender o contexto cujo o qual a edificação está inserida, mas também, tudo o que o prédio em questão pode representar para a população que ali habita.

CONCLUSÕES

Torna-se evidente que a valorização histórica e cultural de um edifício, está intrinsicamente ligada ao que ele representa para uma determinada região ou cidade, porém nem tudo que é antigo merece permanecer. Desta forma compreender a relevância histórica de uma determinada edificação, ou porção da cidade, é fundamental para se distinguir tudo aquilo que deve ser preservado, daquilo que teria seu uso melhor aplicado em uma requalificação ou remodelação. Para que a sociedade tenha uma visão preservacionista faz-se necessário que reconheçam a importância do patrimônio na história, na memória e na identidade cultural da sociedade que ali habita.

Os centros históricos representam uma importante porção do espaço urbano, além de preservar a história da cidade e da sociedade através da arquitetura, de monumentos e de estruturas, também são reconhecidos como ambientes fundamentais para a socialização e o fomento dos comércios locais, sendo que sua preservação mostra-se extremamente importante para salvaguardar a história, cultura, e memória da população, pois, sem dúvida, a melhor forma de preservar é através do uso proporcionando o sentimento de pertencimento das pessoas aos lugares. Deve-se preservar o patrimônio como um período de eventos significativos, os quais acarretaram outros eventos e nos tornaram como somos hoje.

REFERÊNCIAS

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas.** 1933. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

OLIVEIRA, Mariana M. **Património Histórico e Urbanismo:** Algumas problemáticas da preservação e gestão do Património Histórico no planeamento de cidades. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2014. Disponível em: < https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12135.pdf > Acesso em: 22 de set. de 2021.

SOUZA, Cleysi P. **A Importância Dos Centros Históricos Nas Cidades Contemporâneas:** Praça Torquato De Almeida, Pará De Minas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://parademinas.mg.gov.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/mestres_e_conselheiros_-_cleysi_mara.pdf> Acesso em: 20 de set. de 2021.

UNESCO (Nairóbi). **Recomendação de Nairóbi**. 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf.> Acesso em: 24 set. 2021.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO E ENVELHECIMENTO

Aplicação de Diários Fotográficos em Pelotas, Belo Horizonte e Brasília

Thaís Debli Libardoni
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
thais_libardoni@hotmail.com

Lígia Maria Ávila Chiarelli
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
biloca.ufpel@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: construção social de gênero; diários fotográficos; espaços urbanos; feminilização da velhice; percepção.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) admite reflexos da pandemia da Covid-19 na expectativa de vida mundial, mas destaca que as pessoas estão vivendo mais e de forma mais saudável. Em 2019, a expectativa de vida brasileira alcançou 80,1 anos para mulheres e 73,1 anos para homens (IBGE, 2020). A maior longevidade e menor mortalidade feminina conduzem à feminilização da velhice, o aumento quantitativo do sexo feminino na composição do grupo etário idoso (YANNOULAS, 2012).

A importância da discussão da feminilização entre os idosos reside no fato de que o "envelhecer masculino" se diferencia do "envelhecer feminino", dadas as "desvantagens cumulativas" das idosas (DANIEL; SIMÕES; MONTEIRO, 2012). Idosas vivenciam relações de poder assimétricas ao longo do tempo que influenciam no modo de perceber e viver a velhice, conforme o gênero. Para a mulher, a relação entre a passagem do tempo e a sua construção social é mais complexa (FILIZOLA; SIMSON, 2011). Ainda que se reconheça um novo perfil da idosa e a transgressão de muitas barreiras, deve-se compreender os contextos aos quais foi submetida e identificar como se processam no seu discurso permanências e mudanças, considerando o preconceito construído através dos tempos.

O androcentrismo "divide" o poder em: masculino, público, político; e feminino, privado, maternal (BOURDIEU, 1995; LOURO, 1995; SCOTT, 1995 apud CAIXETA; BARBATO, 2004). A construção da imagem feminina como "rainha do lar" (COLLING, 2004) restringe as funções sociais da mulher, erguendo barreiras que afetam comportamentos e percepções sobre a cidade. O espaço urbano é dividido por gênero e idade (TONKISS, 2005) e essa desvantagem cumulativa feminina produz dificuldade em constituir territórios sociais (LIBARDONI, 2018), insegurança, vulnerabilidade (SOUZA, 2019) e discriminação da mulher no lazer de rua (CHALHOUB, 1986), delineando descompensação na construção social do espaço urbano que interfere no direito à cidade de Lefebvre (2001).

A própria ciência moderna negligencia contribuições do feminismo como corpo de conhecimento filosófico-epistemológico. A abordagem feminista científica inicia na metodologia, que influencia investigação e investigados e pode evidenciar questões de gênero. Metodologias sensíveis ao feminismo reconhecem as experiências do investigado como fundamentais na produção do conhecimento. São abordagens qualitativas como pesquisa-ação (NARVAZ; KOLLER, 2006), inerente à *Community Based Participatory Research - CBPR.*

Assim, há de se considerar a experiência como um todo na aplicação de metodologias com idosas. Contudo, a discussão metodológica feminista ainda é escassa, especialmente sobre questões de gênero em situações onde o participante é protagonista. Filizola e Simson (2011) propuseram uma pesquisa-ação com atividade fotográfica a um grupo de idosas, destacando seu interesse e facilidade de aprendizagem, porém sem um comparativo de gênero.

Este trabalho é parte de uma pesquisa desenvolvida por universidades do Reino Unido e do Brasil, de 2016 a 2019, financiada pelo *Economic and Social Research Council-ESRC*. O Projeto *PlaceAge* abordou o envelhecimento em diferentes contextos socioeconômicos através da percepção de idosos e idosas em múltiplos métodos, possibilitando estabelecer um comparativo entre gêneros. Aqui, busca-se refletir sobre metodologias de pesquisa urbana, analisando a influência da construção de gênero na execução de procedimentos metodológicos. Para isso, são interpretados dados provenientes de "Diários Fotográficos" identificando, no discurso de idosos e idosas, diferenças de senso crítico, percepções positivas, limitações quanto à execução da atividade proposta, e seu desempenho no meio urbano.

METODOLOGIA

A pesquisa que deu origem à esse trabalho baseia-se na Percepção Ambiental, entendendo que a relação entre usuário e ambiente considera a bagagem individual que possibilita associações, comparações, acesso a memórias e preferências (BELL et. al. 1990 apud CARMONA et. al, 2003). Delineada como uma *CBPR,* a pesquisa contou com estudos de caso em três cidades britânicas e três brasileiras. Em cada uma, três bairros de diferentes extratos de renda foram escolhidos. Este recorte se concentra nas três cidades brasileiras: Pelotas, Brasília e Belo Horizonte.

Após pesquisa bibliográfica, foram interpretados dados obtidos através de "Diários Fotográficos". Neste método, idosos participam ativamente como portadores de memória (PARK, 2001), recebendo máquinas fotográficas descartáveis, eles registram seu cotidiano livremente, destacando positiva ou negativamente situações, lugares e pessoas. Ao final de uma semana, eles falaram sobre as imagens e os discursos foram classificados a partir do referencial de gênero: (i) experiências positivas na execução da tarefa – prevalência de orgulho; e (ii) experiências negativas na execução da tarefa – prevalência de senso crítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelotas

Em Pelotas, doze diários foram conduzidos, quatro em cada bairro. A Tabela 1 identifica idade e sexo dos participantes e seus comentários referentes à execução da atividade, quando esta não era mencionada, o discurso não era analisado. A Tabela 2 mostra a frequência das categorias nos discursos.

CENTRO	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
JL MASCULINO, 75 ANOS	
"Aqui nós vemos a beleza de nossa praça" (...) "ao receber o convite para participar desse trabalho me senti muito orgulhoso (...) eu sei as necessidades (...) [da] terceira idade (...) eu estou aqui até fotografando e mostrando e falando da minha vida"	
DV MASCULINO, 77 ANOS	
"Olha se eu ajudei estou satisfeito."	
LG MASCULINO, 70 ANOS	
"eu me senti importante, depois veio outra colega de vocês (...) e também fizemos um trabalho." (...) "Peguei um ângulo bom" (...) "me senti importante de fazer um trabalho que acho que vai ajudar bastante (...). Fiz todo o itinerário com o maior prazer, maior satisfação"	"Um fracasso fotógrafo. Não sabe o que tu fez" (...) "Agora tem dois fracassos aí" (...) "Não sei se fiz o que vocês queriam" (...) "fiz o máximo que eu podia fazer, dentro dos meus conhecimentos." (...) "Eu espero que não decepcionei vocês."
DJNG FEMININO, 68 ANOS	
	"(...) a gente vai tirar uma foto e fica todo mundo te olhando, parece que tu está fazendo uma coisa errada" (...) "nunca peguei uma máquina, aí eu apertava, quando via eu estava gravando" (...) "Podia ter tirado mais (...) estão horríveis essas fotos. (...) foi uma coisa nova, que eu nunca tinha feito (...) só que me atrapalhei (...) Que dificuldade pra registrar foto"
FRAGATA	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
RMCF FEMININO, 60 ANOS	
"achei interessante. Tu viu que eu bati aquela (...)"	"o jeito que bati. (...) O colorido dela eu não sei fazer." (...)"essa pode apagar, (...) quando eu estava aprendendo a lidar com a máquina."
SIMD FEMININO, 64 ANOS	
	"Ah é que eu não sei bater [FOTO] assim."
LBR FEMININO, 72 ANOS NM FEMININO, 72 ANOS	
A senhora teve alguma dificuldade para tirar as fotos? "Não".	
NAVEGANTES	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
JF MASCULINO, 63 ANOS	
"foi algo novo (...) nunca imaginava em bater foto. Até achei que nem ia sair tão bem (...) bato foto assim pra mim, agora bater (...) pra fazer uma apresentação, achava que eu não ia sair muito bem."	"não sei bater muita foto, vou tentar bater."
CC MASCULINO, 63 ANOS	
	"Essa aí tu não usa. Tu isolas (...) foi no desligar a máquina"
GLM FEMININO 61 ANOS	
	"Desculpa não ter sido melhor"
MM FEMININO 62 ANOS	
	"não me dou muito pra tá saindo e batendo foto, pedindo pros outros (...) eu achei que não ia sair bem (...) achei que ia sair escura e não bati (...)"

Tabela 1: Experiências na realização dos Diários Fotográficos em Pelotas. Fonte: PlaceAge, 2019.

	TOTAL PARTICIPANTES	TOTAL FALAS ANALISADAS	ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
HOMENS	**5**	**7**	**4 (57,14%)**	**3 (42,86%)**
MULHERES	**7**	**7**	**2 (28,57%)**	**5 (71,43%)**

Tabela 2: Frequência das categorias nos discursos em Pelotas. Fonte: PlaceAge, 2019.

Apenas 28,57% das falas femininas analisadas foram positivas, contrastando com 57,14% das falas masculinas. Em 71,43% das falas femininas o senso crítico prevaleceu, comparadas com apenas 42,86% das falas masculinas. Os homens autocríticos também demonstraram orgulho. Duas mulheres (DJNG, 68 anos; MM, 62 anos) constrangeram-se ao fotografar no espaço público, devido às expectativas da construção de gênero (CAIXETA; BARBATO, 2004). Uma idosa de 84 anos concordou em participar se fosse instruída, mas sentindo-se insegura com o equipamento, escreveu aquilo que fotografaria, adaptando a atividade diante da sensação de incapacidade de executá-la. Já uma líder comunitária (LBR, 72 anos), função de imagem social forte, não hesitou em nenhum momento. Destaque aos homens (JL, 75 anos; LG, 70 anos) que sentiram-se valorizados ao participar do estudo.

Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, foram conduzidos 11 diários: quatro nos bairros Aglomerado da Serra e Anchieta e três no Centro. As Tabelas 3 e 4 apresentam os discursos e a frequência das categorias nos discursos.

AGLOMERADO	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
01RM MASCULINO, 69 ANOS	
	"Era pra eu tirar mais fotos de coisas"
04RM MASCULINO, 65 ANOS	
"É, gostei! (...) "	"As que eu fiz hoje não saíram" (...) "Em vez de eu bater na parte que bate, foi na parte que desliga" (...) " hoje deu vacilo"
02CM FEMININO, 62 ANOS 03CM FEMININO,78 ANOS	
"Adorei!"	"Deu, deu certinho! A menina aquela é muito inteligente sabe, ela tem 8 anos, mas é inteligente". [AJUDA]
ANCHIETA	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
03RM FEMININO,78 ANOS	
"Modéstia parte eu to até boa fotógrafa, olha que linda que ficou essa foto, a máquina ajuda né." (...) "Lindo que ficou." (...) "Não treme nada" (...) "Essa pesquisa tá dando consciência pra gente"	"Ah, porque eu costumo receber alguma coisa e não consigo, não sei qual é..." (...) "Eu queria ter tirado assim (...) mas eu tava assim, com um pouquinho de pressa".
01RM FEMININO,60 ANOS	
	"É eu não fiz extremamente esta parte, (...) eu não testemunhei tudo que é o meu dia a dia".
02RM FEMININO,61 ANOS	
Gostei.	"Eu fui tirando (...) realmente é difícil viu. Não é fácil não" (...) "ficaram furioso comigo que eu tirei foto." (...) "ficam revoltado de eu tá tirando foto lá" (...) "Tem gente que fala, você tá lá tirando a foto e tem gente que fala, isso ai serve pra que. Difícil né. Que que você vai responder pra ela (...)"
04CM FEMININO,61 ANOS	
CENTRO	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
03RM MASCULINO, 81 ANOS	
"os prédios ficam bonitos com o céu" (...) "Eu gostei, tira uma foto, olhar as coisas assim, a maquininha é pequenininha mas é boa pra danado".	
04CM FEMININO,63 ANOS	
"olha que linda." (...) "Quis mostrar os jardinzinhos como tão bonitinho" (...) "eu comentei que eu tava fotografando porque eu ia dar uma entrevista, impressionei com isso (...) é tão rápido (...) a pessoa nem vê que tá sendo fotografada"	"Quis fotografar direito" (...) "Mas eu acho que eu tava com a máquina sem definição alta, apesar de eu tá em um lugar ruim." (...) "Eu esqueci de fotografar a placa dela, porque tava mais interessada em fotografar o pretinho".
01CM FEMININO, 74 ANOS	
"eu acho lindo foto de linha." (...) "Ah, esta foto eu gostei. (...)"	"a que eu queria mesmo, eu não aventurei não" (...) "juro que fiquei com medo de tirar eles agredirem" (...) "Teve uma também que eu não bati não, porque ah não é privacidade demais." "Deus me livre o cara acordar me bater por causa de uma foto".

Tabela 3: Experiências na realização dos Diários Fotográficos em Belo Horizonte. Fonte: PlaceAge, 2019.

	TOTAL PARTICIPANTES	TOTAL FALAS ANALISADAS	ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
HOMENS	**3**	**4**	**2 (50%)**	**2 (50%)**
MULHERES	**8**	**10**	**4 (40%)**	**6 (60%)**

Tabela 4: Frequência das categorias nos discursos em Belo Horizonte. Fonte: PlaceAge, 2019.

Das falas femininas analisadas, 40% eram positivas, comparadas a 50% das falas masculinas. Enquanto isso, 60% das falas femininas analisadas apontaram senso crítico, comparadas à 50% das falas masculinas. Duas idosas (02RM, 61 anos; 01CM, 74 anos) tiveram ações condicionadas à percepção de hostilidade do ambiente urbano, que, tradicionalmente, não é vinculado ao seu gênero (CAIXETA; BARBATO, 2004). Uma idosa reconheceu o sucesso da tarefa devido à ajuda de uma menina de 8 anos, destacando as relações intergeracionais na aproximação dos idosos à tecnologia.

Brasília

Em Brasília, doze diários foram conduzidos, quatro em cada bairro. As Tabelas 5 e 6 apresentam respectivamente: os discursos e a frequência das categorias nos discursos.

ASA NORTE	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
002 MASCULINO, 68 ANOS	
"essa primeira foto é a foto de um pôr do sol, que aqui na quadra nós temos o privilégio de assistir" (...) "Essa foto mostra uma das bênçãos da nossa quadra"	
003 MASCULINO, 66 ANOS	
04MCBS FEMININO, 70 ANOS	
"E tem outra bem bonita também"	"Eu ia tirar pra mostrar mais era uma parte negativa né".
01RLBG FEMININO, 71 ANOS	
"Eu tenho todas essas imagens, (...) está vendo aqui essa parte? (...) olha que beleza." (...) "Olha aqui essa visão, Isolda" (...) "olha que beleza (...) agora olhe o pôr do sol" (...) "Olha que beleza, isso é aqui na quadra" (...) "tem foto aqui, vou lhe mostrar, maravilha"	
ASA SUL	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
PT MASCULINO, 73 ANOS	
NA FEMININO, 60 ANOS	
"Essa é do parquinho os dois, que eu queria mostrar que esta desmatado" (...) "tem mais fotos (...) que eu queria mostrar (...)"	
RF, FEMININO, 65 ANOS	
"É, deixa só eu terminar de mostrar. Não tem muitas não. Aqui eu tirei da fachada dos blocos pra ver toda a fachada padronizada."	
TA FEMININO, 66 ANOS	
"Eu até fotografei isso na porta da escola a calçada."	"(...) ela não apareceu direito, olha a igrejinha" (...) "Eu fotografei de longe (...)"
VILA WESLIAN RORIZ	
ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
MB, FEMININO, 69 ANOS	
"A essa foi a última né, olha que coisa linda. Dá uma olhada nessa imagem. O que é que tu achou?"	"deixa essa [FOTO], ou não pode?" (...) "Pode apagar né. É pode apagar."(...) "eu bati a foto só que não saiu as flores, eu falei, ah não! Pois é, esta foto deixa, deixa esta foto?" (...) "credo, saiu o pregador, como é que fala... Do varal menina, nem tinha visto oh..." (...) "Eu tirei, ficou muito longe não ficou?" (...) "eu queria tirar da sinaleira e não saiu a sinaleira"
LO, MASCULINO, 71 ANOS	
"essa [FOTO] ai mostra aquilo que eu falei" (...) "Foi um prazer participar da pesquisa, (...) o tema é muito importante (...) fico satisfeito de poder colaborar."	
MIV, FEMININO, 71 ANOS	
"eu falei deixa eu tirar uma foto aqui, aí eu tirei, só tava a gente." (...) "tava todo mundo lá pra dentro, aí eu falei deixa eu tirar a foto aqui." (...) "Eu tirei porque eu achei bonito a frente da casa dela"	"Que foto é essa? (...) Acho que não foi eu quem tirei não, foi sem querer mesmo" (...) "Essa aí eu tentei tirar, mas pega sol nessa pedra." (...) "Não sei como é que não saiu aquela (...) Eu tirei duas" (...) "Podia ter tirado mais (...) mas aí todo mundo comendo fica chato né você tirar foto.
MIJ FEMININO,67 ANOS	
"elas: que chique você tá fotografando, e eu falei é um trabalho." (...) "Ah linda, olha como fica o dia, tá amanhecendo, se tá vendo como fica escuro né, lindo demais" (...) "Essa é mais bonita ainda, eu devia ter tirado só uma" (...) "coisa mais linda (...) ai eu falei hoje eles tão aqui, vou fotografar" (...) "Mas a do nascer do sol ficou linda".	"eu nunca gostei de tirar foto, to me sentindo tão envelhecida ultimamente." (...) "não fui eu quem tirei, foi a máquina só, eu andando eu não tirei nenhuma, eu tava com ela com o lado que tava fotografando pra mim." (...) "foi fotografando e (...) nem percebi (...) e não sei o que que eu fiz, sei que saiu" (...) "Não tirei nenhuma minha, eu não gosto de fotografia." (...) "eu fotografei, mas não saiu porque eu tava com o lado errado pro lado deles né." (...) "Esse lado aqui que tava pra mim, (...) então eu tava me fotografando. Ah eu tinha que (...) olhar aqui. Mas (...) na telinha não mostra o que eu vou fotografar (...) É por isso que eu fotografei nadinha" (...) "eu pensei vou fotografar, mas ai tinha muita gente lá, sei lá pode não gostar." (...) "Chamar a atenção, fotografar faz um barulhinho, tirar a atenção deles né."

Tabela 5: Experiências na realização dos Diários Fotográficos em Brasília. Fonte: PlaceAge, 2019.

	TOTAL PARTICIPANTES	TOTAL FALAS ANALISADAS	ORGULHO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA	SENSO CRÍTICO NA REALIZAÇÃO DA TAREFA
HOMENS	4	2	2 (100%)	0 (0%)
MULHERES	8	13	8 (61,54%)	5 (38,46%)

Tabela 6: Frequência das categorias nos discursos em Brasília. Fonte: PlaceAge, 2019.

No bairro de baixa renda Weslian Roriz, alguns participantes tiveram dificuldade manuseando a câmera,

talvez devido ao acesso limitado a tecnologias (FILIZOLA; SIMSON, 2011). Todas as manifestações masculinas foram positivas, mas 38,46% das femininas foram negativas. Uma idosa (MIJ,67 anos), intimidou-se pelas pessoas no espaço urbano, antecipando reações negativas à atividade.

De modo geral, o discurso feminino mostrou forte autocrítica, destacando: (i) Avaliação negativa do material produzido por elas; (ii) Alegação de incapacidade e/ou desconhecimento; (iii) Justificativas para baixo desempenho; (iv) Preocupação com o julgamento dos outros ao realizar a atividade; (v) Intimidação para agir livremente no espaço público; (vi) Relatos abertos sobre dificuldades no processo; (vii) Identificação de sucesso devido à ajuda; (viii) Pedido de desculpas pelo desempenho; (ix) Autoimagem física depreciativa, impedindo autorretratos; (x) Insegurança e vulnerabilidade no espaço público.

As mulheres expressaram sensação de inferioridade; incapacidade e insegurança urbana. O medo de repreensão afetou a atividade, alterando a interação com o espaço urbano. Elas se desculparam pelo desempenho frequentemente, corroborando a tendência em enfatizar na fala a preocupação com o interlocutor (DIAS, 2005). Essas cobranças sobre a mulher baseiam-se numa imagem inalcançável, gerando auto-recriminação excessiva (LOMBARDI, 2006). O excesso de crítica das participantes quanto ao produto final destoa da realidade, pois, devido à sua qualidade, o material foi publicado num livro. A fotografia, ligada à beleza e jovialidade, é desafiadora para mulheres em envelhecimento, pois a representação social do corpo feminino sofre cobranças estéticas (CHEUNG-LUCCHESE; ALVES, 2013), levando uma participante negar se autorretratar.

Em contrapartida, os homens destacaram pontos positivos da sua produção, pois a autocrítica exacerbada vai contra a construção da imagem masculina, que rejeita a hesitação e evita manifestações de fraqueza (NORBERT; SCOTSON, 2000; apud OLIVEIRA, 2004).

A atividade buscava evitar resultados pré-estabelecidos, mas sem um foco feminista, não conseguiu prever que a construção social de gênero levasse a experiências tão diferentes numa mesma tarefa. Assim, poderiam ser adotados procedimentos da pesquisa-formação complementarmente, permitindo mudança de práticas e conscientização dos participantes (PRADA, 2012).

CONCLUSÕES

O processo da construção da imagem de gênero afeta diretamente o desempenho e a execução de atividades cotidianas de diversas maneiras, interferindo, inclusive, na participação em metodologias científicas. O destaque da autocrítica no discurso das idosas e da sua preocupação em suprir as expectativas e evitar o julgamento alheio, indicam uma cobrança própria excessiva que pode resultar na desistência da atividade antes mesmo de que haja alguma tentativa de realizá-la.

As mulheres sinalizam para uma diferença de percepção importante da cidade, capaz de condicionar comportamentos e a prática de atividades. As sensações de insegurança e constante julgamento estão presentes em seus cotidianos como obstáculos ressoantes no espaço urbano, apontando a necessidade de uma perspectiva feminista no enfoque ao direito à cidade. Há de se considerar em estudos urbanos tudo aquilo que priva as idosas de passar por novas experiências, desenvolver interesses, conhecer lugares e ampliar conhecimentos. Também é fundamental buscar metodologias complementares, permitindo a aproximação às realidades sociais vivenciadas pelos sujeitos, realçando diferenças e possibilitando maiores contribuições ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

CAIXETA, J.; BARBATO, S. “Identidade feminina: um conceito complexo”. **Paidéia,** Vol. 14, N. 28, pp.211-220, 2004.

CARMONA, M. et al. **Public Places - Urban Spaces: The dimensions of urban design.** Burlington: Architectural, 2003.

CHALHOUB, S.. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** São Paulo: Brasiliense,1986.

CHEUNG-LUCCHESE, T.; ALVES, C. “Percepção do Corpo Feminino e os Comportamentos de Consumo de Serviços de Estética”. **Organizações em Contexto.** Vol. 9, N. 18, pp. 271-294,2013.

COLLING, A.. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M.; CABEDA, S.; PREHN, D. (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. pp. 13-38.

DANIEL, F.; SIMOES, T.; MONTEIRO, R.. “Representações sociais do Envelhecer no masculino e do Envelhecer no feminino”. ExAequo, N. 26, pp. 13-26,2012.

DIAS, L.. Homem e mulher: estratégias linguísticas diferentes? In: **IX CNLF,** Rio de Janeiro, 2005. Cadernos da CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFIL,2005

FILIZOLA, M.; VON SIMSON, O. “Fotografia e pesquisa-ação: uma experiência”. **Educação Temática Digital.** Vol. 12, N. 2, pp. 211-232,2010.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2019.** Rio de Janeiro: IBGE,2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Frias. São Paulo: Centauro,2001.

LIBARDONI, T.. **Espaços públicos urbanos & relações intergeracionais: Affordances de suporte a jovens e idosos no centro histórico de Pelotas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas,2018.

LOMBARDI, M.. “Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional”. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 36, N. 127, pp.173-202,2006.

NARVAZ, M.; KOLLER, S.. "Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política”. **Psicologia em Estudo.** Vol. 11, N. 3, pp. 647-654,2006.

OLIVEIRA, P.. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: UFMG,2004.

PARK, M. “Possibilidades de uso da fotografia na elaboração de projetos pedagógicos”. **Resgate.** N. 10, pp. 29-58,2001.

PRADA, E.. Metodologias de pesquisa-formação de professores nas dissertações, teses: 1999-2008. In: **ANPED SUL,** 9, Caxias do Sul, 2012, Anais [...]. Caxias do Sul: UCS,2012.

SOUZA, A.. **Mulher, uma força que caminha: um estudo de caso em Brasília e Lisboa.**Tese (Doutorado em Transportes Urbanos) - Universidade de Brasília, Brasília,2019.

TONKISS, F. **Space, the city and social theory: Social relations and urban forms.** Cambridge: Polity,2005.

WHO. **World health statistics 2020: monitoring health for the SDGS.** Geneva: WHO,2020.

YANNOULAS, S.. “Feminilização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria”. **Temporalis.** Vol. 11, N. 22, pp. 271-292,2012.

DIAGNÓSTICO URBANO

Uma proposta com base na cidade de 15 minutos para o Bairro Ponche Verde, Cachoeira do Sul/RS

Leonardo Lima Santos
UFSM Campus Cachoeira do Sul | Brasil
limaleo958@gmail.com

Marilda Monteiro Corrêa
UFSM Campus Cachoeira do Sul | Brasil
mccorrea.arqui@gmail.com.br

Anicoli Romanini
UFSM Campus Cachoeira do Sul | Brasil
anicoli.romanini@ufsm.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Diagnóstico Urbano; Cidade de 15 minutos; Cidade para pessoas.

INTRODUÇÃO

As cidades, ao longo dos anos, passaram por diversas transformações que refletiram, diretamente, na configuração da malha urbana. Em detrimento de um desenvolvimento acelerado muitas passam a perder a sua essência de ser convidativa e de estimular as pessoas a perceber e ocupar o espaço urbano em que vivem. Atualmente, o mundo se encontra num período de incertezas, no que tange a questões de saúde comunitária, em função do COVID-19. Essa crise, despertou a necessidade de se repensar as cidades, em virtude do isolamento social vivenciado pelas pessoas e da dificuldade de acesso aos serviços básicos gerados pela pandemia, situação essa vivenciada por todo o mundo.

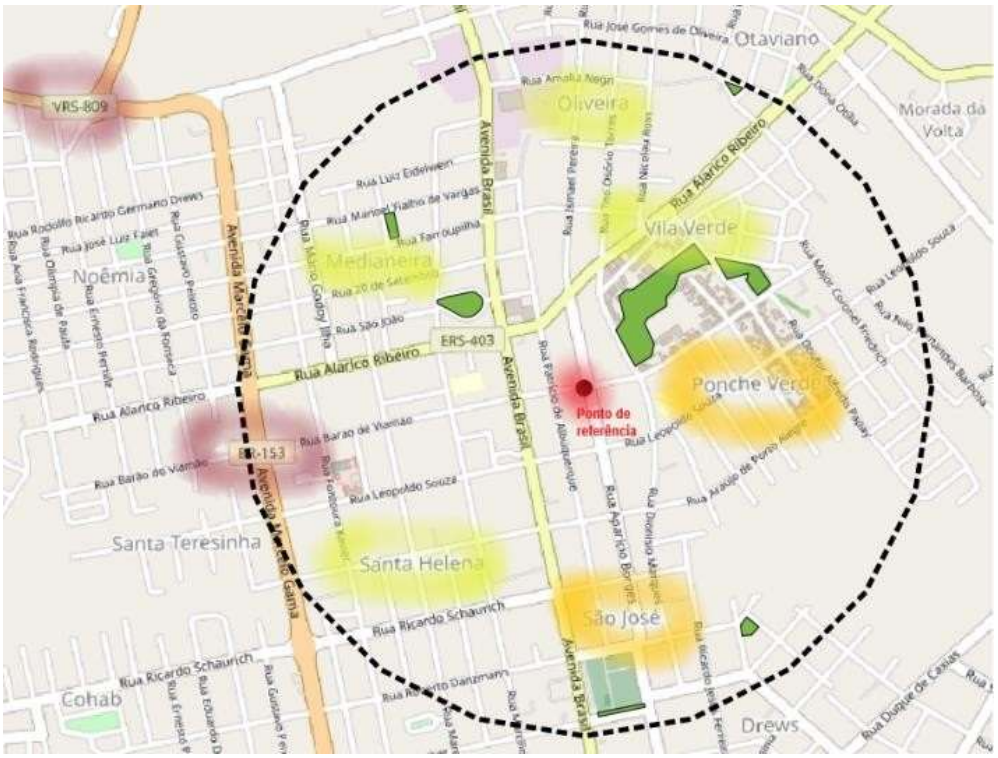
A proposta deste estudo buscou analisar, a partir de um ponto de referência, num raio de 1000 metros, a realidade de um bairro da cidade de Cachoeira do Sul/RS, através da identificação de aspectos potenciais, do mapeamento de equipamentos significativos do lugar como os de saúde, de lazer para família, das áreas verdes e das praças e parques, além da análise da existência de transporte público, de atividades noturnas, considerando as especificidades definidas pelo Plano Diretor (Lei nº 1983, 1983) para as zonas atingidas neste raio.

Se procurou verificar a possibilidade de o cidadão trabalhar e realizar atividades rotineiras locomovendo-se a pé ou de bicicleta em curta distância. Para embasar o estudo buscou-se como referencial: o conceito de “Cidade de 15 Minutos”, proposta defendida pelo professor Carlos Moreno da Universidade Paris. Ele sugere uma mudança no modo de planejar o espaço urbano coletivo, integrando o morador ao seu bairro. Também, nas concepções de Jan Gehl (2013) em seu livro “Cidades para Pessoas”.

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, na primeira etapa delimitou-se a área de pesquisa a partir da escolha de um ponto de referência, considerando um raio de 1000 metros, baseado no conceito de Cidade de 15 Minutos. Foram discutidas questões como: Qual o tempo que se leva para chegar a locais como: supermercado, escola, banco, farmácia, lojas comerciais entre outros; para que se tenha uma otimização do tempo e qualidade de vida? Existem tais equipamentos nesse recorte de área? Quais os problemas e potencialidades identificadas nesse perímetro? Para se chegar as respostas realizou-se uma pesquisa por meio de um diagnóstico urbano.

O município de Cachoeira do Sul/RS possui 81.869 habitantes (IBGE, 2020). O ponto de referência adotado foi a residência de um dos autores, situada à rua Barão do Viamão 1241, nos limites dos bairros Ponche Verde e São José. Para fins de análise, adotou-se como regramento a classificação definida pelos serviços postais, que determina o bairro como sendo o Ponche Verde. O Bairro Ponche Verde possui extensão de 9047025 m2 conforme mostra o Mapa 1 e integra a região denominada Zona Norte da cidade.



Mapa 1: Identificação da área de estudo e ponto de referência. Fonte: Autores, 2021.

A Zona Norte é composta de vias principais de acessos rápidos à cidade e pelas rodovias BR-153, ERS-403 e VRS-809. As ruas principais são bem demarcadas, pavimentadas, com larguras adequadas ao fluxo em ambos os sentidos o que facilita e agiliza o deslocamento, citam-se destas as Avenidas Brasil e Marcelo Gama e as ruas Alarico Ribeiro e Aparício Borges, que apresentam fluxo intenso e contínuo de veículos e pedestres.

Na segunda etapa realizou-se o estudo exploratório com pesquisas bibliográficas em livros, sites e artigos com os temas sobre cidades, planejamento urbano, pandemia. Na terceira etapa, utilizou-se o

Sistema de Informação Geográfica, por meio do *software QGis* disponível na internet, para a elaboração de mapas gerais e específicos com informações geoespaciais e georreferenciadas. O sistema permitiu mapear os pontos de interesse, gerar *buffers* (região demarcada por pontos de interesses de categorias comuns) por segmentos, além de fazer sobreposição das informações. Na quarta etapa, fez-se a elaboração e redação do diagnóstico urbano da região delimitada, levando em consideração as informações compiladas, mapas elaborados e referencial teórico utilizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Situações vivenciadas na pandemia como o isolamento social, o trabalho e a educação sendo realizados em *home office* por uma grande maioria, a redução da mobilidade de pessoas e veículos e a mudança de hábitos na realização de atividades cotidianas apresentou um cenário que exige uma readequação do modo de viver e conviver na sociedade. Nesse contexto, criar alternativas urbanísticas que contribuam para minimizar os riscos de continuidade desta situação, ou como forma de prevenção de outros tipos de calamidades que possam surgir, requer das entidades públicas locais, um pensar estratégico para o desenho das cidades.

Segundo Gehl (2015, p.19), “em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar”. Embora, essa seja a essência para evidenciar o caminhar como compartilhamento do espaço público, corrobora com a ideia da Cidade de 15 minutos, ou seja, existe a necessidade de se repensar as cidades considerando a peculiaridade de cada bairro, porém entendendo-a como um sistema integrado, multifuncional e autossustentável.

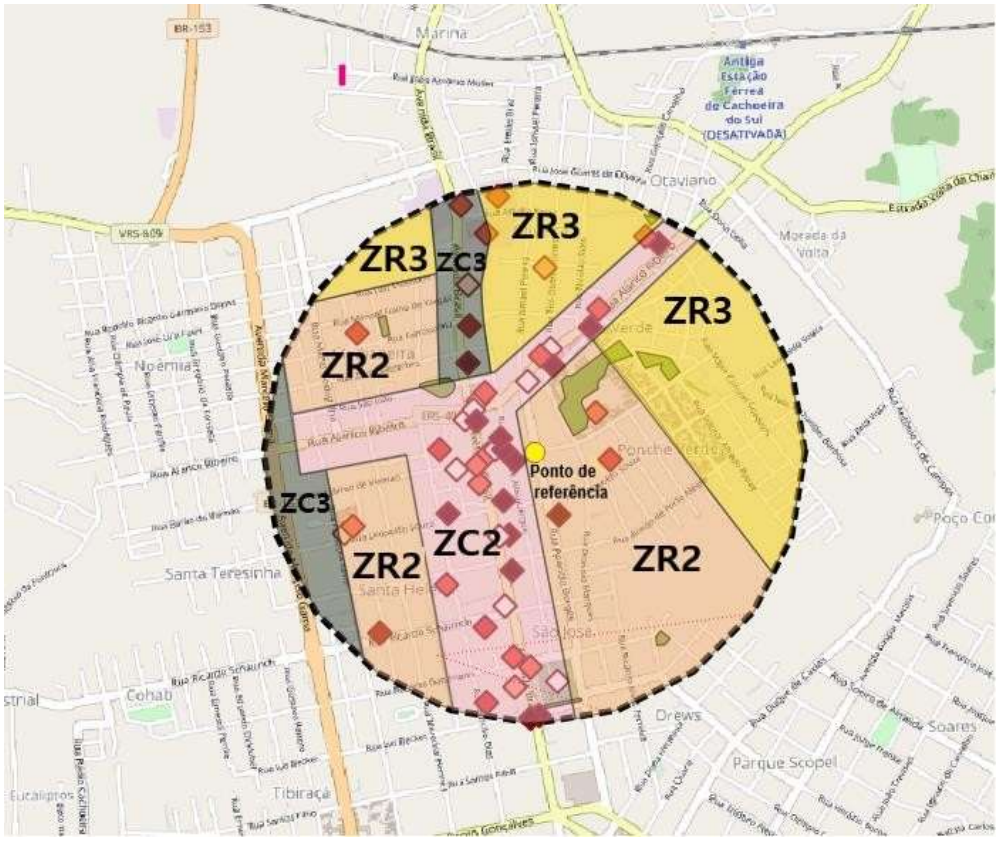
O resultado do estudo analisou o mapeamento na área de intervenção dos pontos de interesse, dos problemas e potencialidades, identificando prioridades e alternativas associadas aos mapas produzidos no *QGis*.

Mapeamento dos pontos de interesse

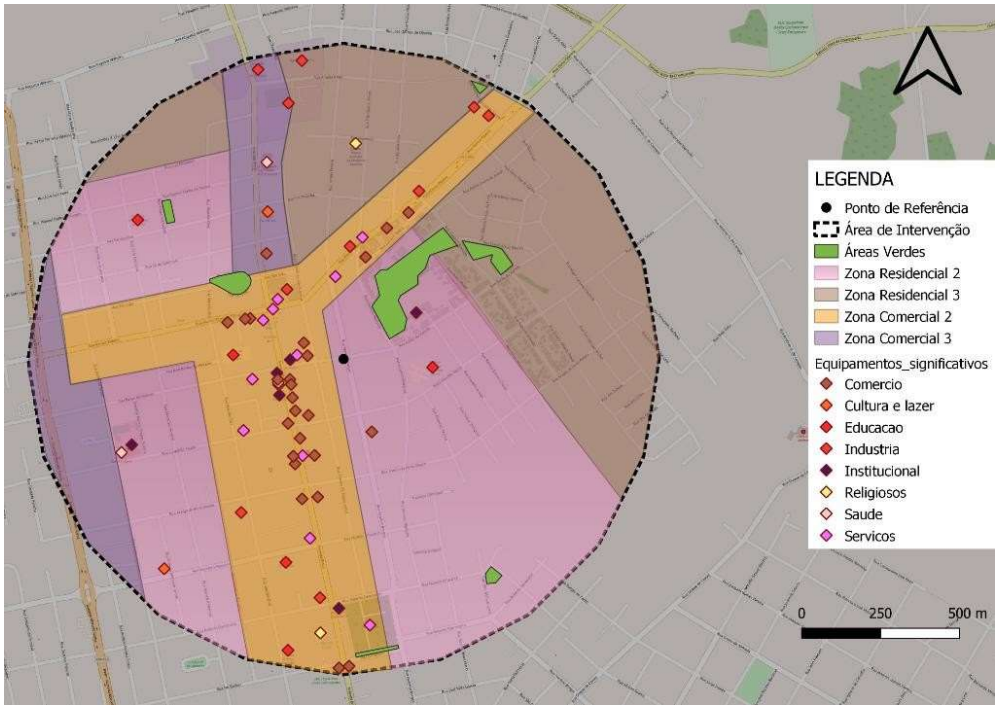
As zonas comerciais de Cachoeira do Sul foram planejadas para atender a comunidade residente nos bairros vizinhos (Mapa 2). A Zona Comercial 2 – ZC2 (Lei nº 1983, 1983) tem como eixo principal a Avenida Brasil e seu entroncamento com a rua Alarico Ribeiro. Nelas existem uma concentração de diversas empresas dos mais variados segmentos (Mapa 3).

Observa-se que, a comunidade nesta região tem suas necessidades atendidas quanto aos aspectos de infraestrutura, comercial e de serviços essenciais, porém ocorre uma lacuna nas opções de lazer e de serviços públicos como escritórios de água (CORSAN), luz (RGE), cartórios e tabelionatos e até mesmo de hospital, que fica situado distante do ponto de referência, mas seu acesso é facilitado através das vias de fluxo rápido.

Com relação as Zonas Residenciais - ZR, ZR3 (Lei nº 1983, 1983), ocorre uma interpolação junto ao eixo das principais ruas, e ambas têm acesso facilitado tanto a ZC2 como ZC3 (Lei nº 1983, 1983). Na área delimitada, a formação do traçado urbano nas zonas residenciais é marcada pela presença de edificações que variam de 01 a 03 pavimentos.



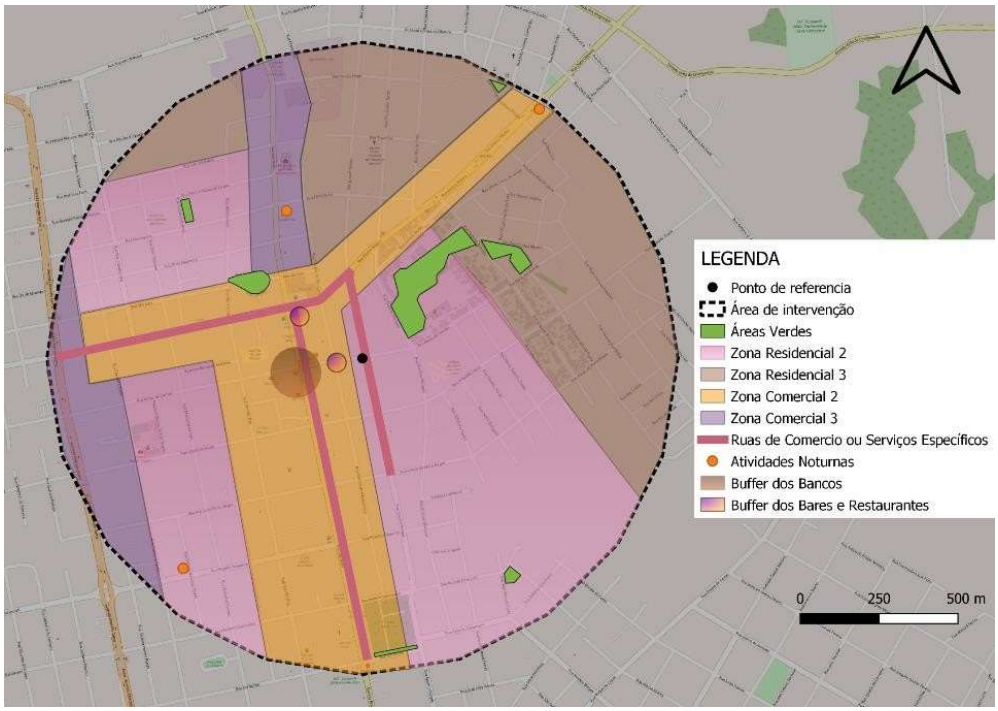
Mapa 2: Identificação das Zonas, segundo Plano Diretor de Cachoeira do Sul/RS (Lei nº 1983, 1983). Fonte: Autores, 2021.



Mapa 3: Pontos de interesse. Fonte: Autores, 2021.

Quanto a tipologia das edificações nas zonas comerciais ZC1 e ZC2 (Lei nº 1983, 1983) são, na sua maioria, para uso comercial, de serviço ou industrial, principalmente, as instaladas na rua Avenida Brasil e Alarico Ribeiro.

Na região analisada (Mapa 4 e Tabela 1), as quatro atividades com maiores percentuais de pontos mapeados foram: comercial com 41,51%, industrial – 18,87%, institucional – 11,32% e educacional com 9,43% e o com menor percentual foi o de esporte – 1,89%. O mapeamento identificou apenas uma parte, porém a mais significativa, dos pontos existentes, visto que a quantidade de empresas é maior que as 53 identificadas no mapa. Através da camada *shapefile* de linha demarcada no Mapa 04 é perceptível que a Avenida Brasil, a Rua Alarico Ribeiro e parte da Aparício Borges possuem em toda a sua extensão diferentes ramos de empresas, além de evidenciar através de *buffer* a concentração da área de bancos, de bares e restaurantes e através de pontos, as atividades noturnas.



Mapa 4: Demarcação da rua de comércio ou serviço, *buffers* dos bancos, bares e restaurantes, atividades noturnas. Fonte: Autores, 2021.

Tipo de equipamento	Quantidade	%
Comércio	22	41,51
Serviços	10	18,87
Institucional	6	11,32
Educação	5	9,43
Cultura e lazer	4	7,55
Saúde	3	5,66
Religiosos	2	3,77
Esporte	1	1,89
Total	**53**	**100**

Tabela 1: Quantidade de pontos interesses mapeados. Fonte: Autores, 2021.

Mapeamento dos problemas e potencialidades

As lacunas mais significativas identificadas no estudo foram a carência de praças e/ou área de lazer, a ausência de equipamentos de permanência de uso coletivo, a concentração de um enorme fluxo de veículo, a falta de uma ciclovia e a não existência de escritórios com função pública, como por exemplo, cartórios e tabelionatos, atendimentos de luz (RGE), água (CORSAN).

Gehl (2015, p.180), enfatiza a relevância do verde nos espaços urbanos pela sua importância estética e sustentável, ao citar que “a presença do verde fala de recreação, introspecção, beleza, sustentabilidade e diversidade da natureza”.

A região apresenta concentração de massa vegetativa em dois pontos e uma praça também arborizada, porém subutilizada, situada um pouco mais afastada do ponto de referência (Imagem 1). Além de um adensamento de árvores distribuídas nos lotes das residências, no percurso das ruas e avenidas principais. O Mapa 5, mostra a relação das zonas residenciais com essas áreas verdes.

A ausência de equipamentos de permanência de uso coletivo, é um problema identificado na área analisada. Não existem espaços aprazíveis para o transeunte esperar por alguém, descansar, ou permanecer e contemplar a movimentação do entorno, quer seja nas vias principais como nas secundárias. Esta inexistência de equipamentos (bancos fixos, degraus de escadas, cadeiras) demonstra que esta região é tipicamente voltada para atividades de movimento e muito pouco para atividades estacionárias. Segundo Gehl (2015, p.134), “o convite deve incluir a opção de se sentar e passar um tempo na cidade. Atividades de permanência são a chave de uma cidade viva”.



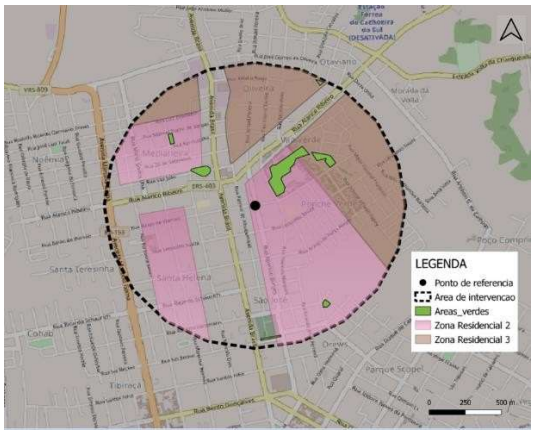
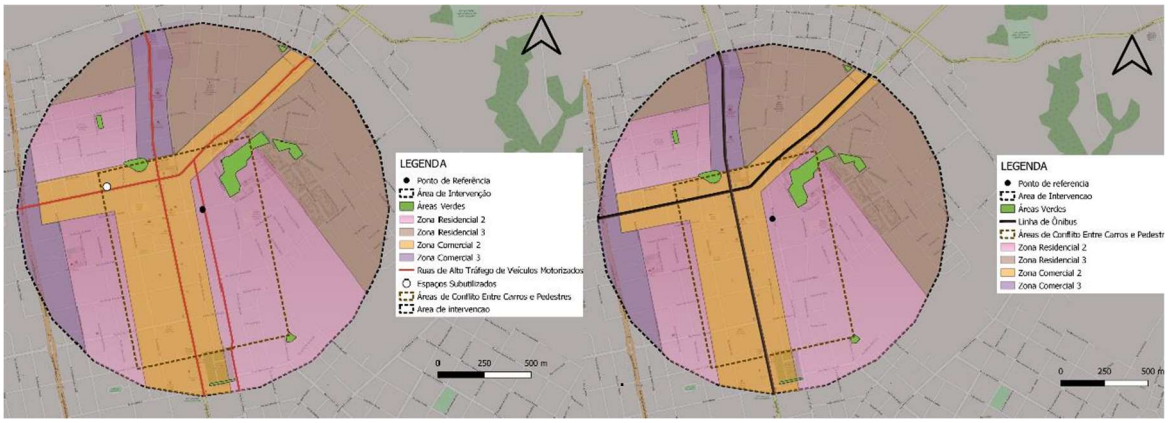


Imagem 1: Vista aérea da delimitação da área de estudo. Fonte: Google Earth, 2021
Mapa 5: Demarcação das Zonas Residenciais e das áreas verdes. Fonte: Autores., 2021

Para reverter esse paradigma “do não permanecer” é preciso adaptar a ideia de Gehl para as cidades, associado a concepção de Cidade de 15 Minutos, de forma a serem aplicadas nos bairros, tornando-os locais de encontro, de uma oportunidade de trocas e de expressão.

Outros pontos negativos identificados e que concorrem entre si são a concentração do fluxo de veículos e a falta de uma ciclovia na área estudada. Os Mapas 6 e 7, destacam, respectivamente, as ruas de alto tráfego de veículos motorizados, e o trajeto da linha de ônibus. A Avenida Brasil e a rua Alarico Ribeiro são os eixos principais, com um tráfego constante em ambos os sentidos gerando um conflito entre carros e pedestres. Com relação as bicicletas, não há espaço específico para seu uso, elas integram o trânsito sem qualquer tipo de segurança.



Mapa 6: Ruas de alto tráfego de veículos motorizados. Fonte: Autores, 2021
Mapa 7: Linha de ônibus. Fonte: Autores, 2021

CONCLUSÕES

Pandemia, isolamento social, direito à cidade [...] nessa escala de palavras, as pessoas estão vivendo desde março de 2020. Muitas indagações surgiram nesse período, sendo algumas delas, a questão levantada neste estudo – como usufruir da cidade e de seus espaços? Os equipamentos existentes no bairro em que resido atendem as necessidades básicas? Considerando os resultados obtidos verificou-se que a área de intervenção possui uma infraestrutura adequada, porém com algumas carências como uma atenção voltada para pedestres e ciclistas.

As propostas para minimizar esse problema seriam a aplicação de uma ciclovia, tirando os ciclistas do meio dos veículos nas faixas e, das calçadas onde põe em risco a integridade dos pedestres.

A instalação de semáforos e faixas de segurança, em pontos estratégicos como bancos, farmácias e mercados, favoreceriam para um fluxo mais rápido de quem anda a pé.

Outras deficiências existentes na região é a ociosidade dos espaços verdes e a ausência de equipamentos que estimulem a permanência das pessoas para descansar, apreciar o entorno ou como local de encontro. Para suprir essa necessidade as soluções indicadas seriam a revitalização dos espaços de áreas verdes, como a pequena praça Antônio de Franceschi Sobrinho, possibilitando assim um espaço fixo de lazer para a população e a instalação de mobiliários urbanos, principalmente, na Avenida Brasil, via de fluxo intenso de pedestre, criando a possibilidade de apropriação dos locais.

Acredita-se que, implementando algumas dessas sugestões é possível entregar à região um aspecto mais acolhedor que atenda os princípios evidenciados no conceito da Cidade de 15 Minutos. Criar um espaço urbano mais funcional, atrativo e adequado as prioridades da comunidade, requer estudo minucioso e aprofundado dos fatores que influenciam na rotina vivenciada no bairro.

REFERÊNCIAS

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. 3. ed,, São Paulo: Perspectiva, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000:** primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEI Nº 1983, de 04 de novembro de 1983. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano da sede do Município de Cachoeira do Sul, institui o novo Plano Diretor, dá nova redação à Lei nº 1649 de 29 de junho de 1977 e dá outras providências. Diário Oficial, Cachoeira do Sul, 04 dez. 2018

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CIDADES PEQUENAS

Percepção e apropriação da população de Estrela Velha-RS

Carolaine Lopes Amarante
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
carolaineamarante19@hotmail.com

Núbia Steffânea Alves Lemos
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
nublemos20@gmail.com

Sabrina de Oliveira Millani Cassarotti
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
sabrina_millani@outlook.com

Samara Baggioto
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
sabaggiotto@gmail.com

Raul Ricardi
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
raulricardi68@gmail.com

Renata Franceschet Goettems
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
renata.goettems@uffs.edu.br

Daiane Regina Valentini
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim | Brasil
daiane.valentini@uffs.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Espaços Livres Públicos; Percepção

INTRODUÇÃO

Cidades pequenas, aquelas com até 20 mil habitantes (SAÚGO, 2O2O), representam 67,7% dos municípios brasileiros (BRASIL, 2021). Neles, a urbanização tardia, a falta de infraestrutura e sistema de gestão urbana dificulta a implementação de políticas voltadas à oferta de espaços públicos democráticos e de fácil acesso à população.

Conforme Magnoli (2006), os espaços livres urbanos são espaços livres de edificação, com apropriação pública e democrática, que atuam como elemento integrador nas relações de conectividade e complementaridade enquanto sistema urbano. Para melhor compreensão da conformação desses espaços,a autora considera três aspectos importantes a serem analisados: cooperação, mobilidade e

entorno. *Cooperação* no sentido das cidades se conjugarem a partir das relações humanas, de suas ações e decisões da sociedade em conjunto; *Mobilidade* visando a necessidade de deslocamento para as atividades cotidianas; e o *Entorno* que são formados pelos edifícios que envolvem os espaços livres, e a qualidade desses. Segundo a autora, tal qualidade depende da relação entre "o cheio e o vazio", e da troca de energia das atividades humanas que circundam esses ambientes. Schlee et al. (2009) aponta que há diferentes definições de "espaço". Segundo os autores, o espaço pode ser visto como uma "herança residual", que é resultante de processos que definem questões específicas de localização, de produção, de memória e significado.

A configuração espacial das cidades e o surgimento de novas formas de modelos urbanos resultantes do contexto econômico e sociocultural, assim como também os aspectos climáticos e ambientais, que se modificam ao longo do tempo, refletem o modo que a população se apropria dos espaços livres públicos, as percepções geradas em relação a eles e nos indicam as possíveis melhorias e intervenções a serem feitas para contribuir nas inter relações urbanas.

Utiliza-se como base de estudo o sistema de espaços livres urbanos, essenciais para a qualidade de vida urbana. São investigadas as percepções e apropriações pelo corpo social, através de processos metodológicos para a verificação das relações sociais, culturais, econômicas e ambientais. Dessa forma, um dos instrumentos de avaliação utilizado no estudo das cidades, se dá pela representação gráfica e mapeamento como modelo de pesquisa e investigação social, caracterizada pelas formas de mobilidade, circulação e apropriação dos espaços vivenciados no cotidiano, levando em consideração também, características biofísicas e climáticas e suas especificidades locais.

Outro instrumento que deve ser destacado é a participação popular, pois permite o aperfeiçoamento e conhecimento sobre os aspectos espaciais e culturais da realidade do município. Ela traz informações da realidade da população e através das perspectivas de localidades diversas. Assim, é uma via de mão dupla, onde a população tem o direito de se expressar, opinar e fiscalizar, bem como tem o dever de participar, exercendo sua cidadania. Mesmo não sendo amplamente conhecida pela população, se faz muito necessária, devendo ser compreendida "como um processo, um exercício pedagógico permanente em que os sujeitos vão aprimorando meios, métodos, estratégias, na medida em que caminham como experiências" (CORREIA, 2003, p. 161) para que, com o decorrer da história, a participação seja ainda maior, sendo assim, possível de forma evolutiva, atender cada vez mais os desejos da população, com as especificidades e necessidades de cada local e região.

Nesse contexto, buscando entender a dinâmica da cidade e suas formas de utilização pelos habitantes, e assim recuperar e melhorar as relações sociais no espaço urbano, este estudo tem por objetivos apresentar os resultados preliminares do projeto de extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim, intitulado "Democratização dos espaços livres públicos em Estrela Velha/RS". Essa iniciativa é proveniente de parceria com a Prefeitura Municipal de Estrela Velha, e o Laboratório de Mobilidade e Logística (LAMOT), da Universidade Federal de Santa Maria, através do projeto de extensão "Planejamento Colaborativo da Mobilidade Urbana".

Serão apresentados neste trabalho os resultados do macro diagnóstico, que corresponde ao entendimento da percepção da população em relação aos espaços livres públicos da cidade de Estrela

Velha-RS. A análise dos resultados proporciona avaliar questões associadas aos condicionantes culturais e socioeconômicos da cidade. Segundo Schlee et al. (2009), o entendimento das características e questões regionais é fundamental para os projetos de transformação nos espaços livres brasileiros, uma vez que estas características se expressam nos conflitos inerentes às paisagens e nas relações de uma comunidade com o espaço em que vive.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do macrodiagnóstico, construiu-se em conjunto com o LAMOT e os agentes públicos um questionário on-line que procurou caracterizar a população respondente, compreender sua percepção com relação aos sistemas de mobilidade da cidade, acessibilidade em passeios públicos e praças, bem como sua relação com o desenvolvimento de atividades em áreas públicas do município. Assim, o formulário de macro diagnóstico estrutura-se em seções: uma primeira seção voltada para a caracterização pessoal e uma segunda seção com questões relacionadas à mobilidade urbana e utilização dos espaços livres públicos. Deste modo, a seção de caracterização pessoal é fundamental para melhor compreender quem está utilizando o espaço e como o espaço relaciona-se com as características, como idade, grau de instrução e outras, deste respondente.

Ele foi disponibilizado de forma *on-line* através de formulário google, divulgado em mídias sociais da prefeitura e em redes de mensagens, além do formato físico que foi disponibilizado nos postos de saúde e na sede da prefeitura municipal. O período de respostas estabelecido foi de um mês (Julho/2021), e atingiu-se 174 respostas válidas. Infelizmente, alguns questionários físicos foram invalidados devido a erros no preenchimento tal como a marcação de mais de uma resposta quando se solicitava apenas uma. Entende-se que o questionário teve um bom alcance e pode refletir um bom grau de confiabilidade (MOMENTIVE INC., 2021). O resultado que será apresentado a seguir foi anteriormente exposto em reunião de trabalho para os agentes públicos e será discutido com base nos estudos de Magnoli (2006), Schlee et al. (2009) e Macedo et al. (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Estrela Velha situa-se na porção central do estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se por uma emancipação recente (1997), pertencendo anteriormente ao município de Arroio do Tigre. Possui uma população estimada para o ano de 2021 de 3.646 habitantes, esta é predominantemente rural segundo dados do Censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2010). Há poucos anos, a cidade vem percebendo um aumento de sua população urbana, e com isso, demandas por espaços livres públicos que permitam a interação social e o fácil acesso à infraestrutura urbana e equipamentos públicos vem surgindo. É nesse sentido que esse projeto vem a somar esforços com os agentes públicos e propõe-se a desenvolver subsídios ao desenvolvimento de projetos urbanos e paisagísticos para os espaços livres públicos do município. Para tanto, conhecer o público para o qual se pretende projetar é de grande importância para que os espaços livres públicos possam ser apropriados por todos, criando memórias e senso de pertencimento com o local. O macrodiagnóstico vem ao encontro dessa necessidade, e permitiu compreender algumas dinâmicas sócio-culturais existentes no município.

Da população participante, 62% eram mulheres, destas 37,74% tinham idade entre 15 e 29 anos e 46,23% tinham idade entre 30 e 44 anos, ou seja, um grupo de pessoas jovens, em idade economicamente ativa. Dos 38% restantes, 37% eram homens, destes 43,75% tinham idade entre 15 e 29 anos e 37,50% entre 30 e 44 anos, também caracterizado por um grupo jovem e em idade economicamente ativa (Figura 1-a). A maioria dos respondentes (41%) mora na área central, alvo desse projeto e os 59% restantes moram em áreas rurais (linhas, distritos ou bairros) mas utilizam o centro com certa frequência, geralmente para acesso a comércio e serviços.

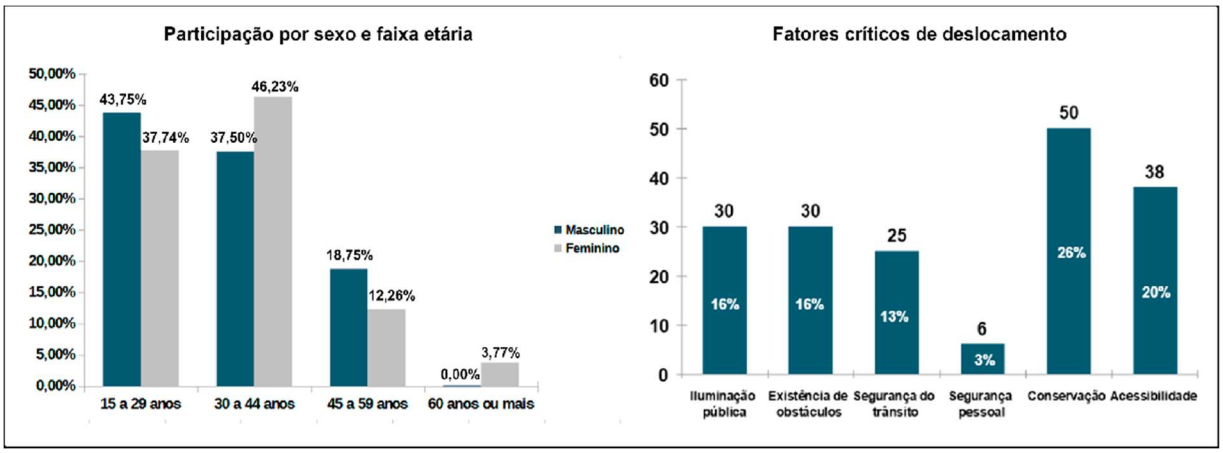


Figura 1: Gráfico da direita (a): Participação por sexo e faixa etária. Gráfico da esquerda (b): Fatores críticos de deslocamento. Fonte: Autores, 2021.

Ao questionarmos a população sobre sua satisfação com os deslocamentos a pé, observou-se que a maioria se sente segura para realizar esse deslocamento, porém cerca de 60% dos respondentes acham que a condição dos passeios públicos está entre ruim e regular. Dos fatores mais críticos (Figura 1-b), há menções a obstáculos e/ou barreiras nos passeios. Desse modo, não surpreende que a conservação das calçadas e a acessibilidade tenham ganhado destaque com 26% e 20% dos apontamentos, respectivamente.

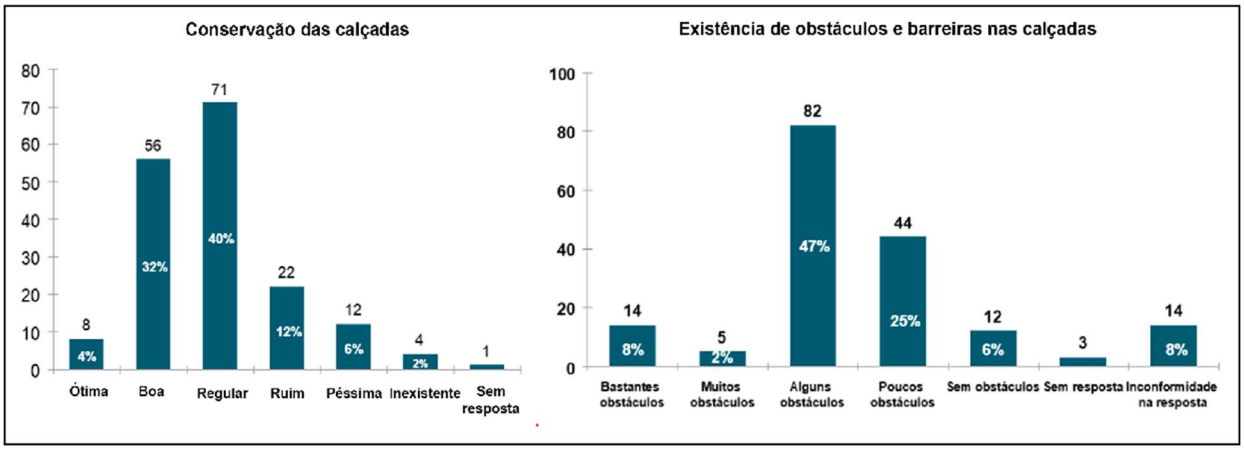


Figura 2: Gráfico da direita (a): Conservação das calçadas. Gráfico da esquerda (b): Existência de obstáculos e barreiras nas calçadas. Fonte: Autores, 2021

Um dos fatores que surpreendeu na análise das respostas foi que 44% (Figura 3-a) dos participantes afirmaram frequentar raramente os espaços de praça ou passeios públicos. Quando associamos essa questão com a disponibilidade de veículos motorizados, observamos que para 82% dos indivíduos o carro é o principal meio de transporte, mesmo para pequenos deslocamentos (Figura 3-b), fato este comprovado pelos agentes públicos na apresentação deste diagnóstico.

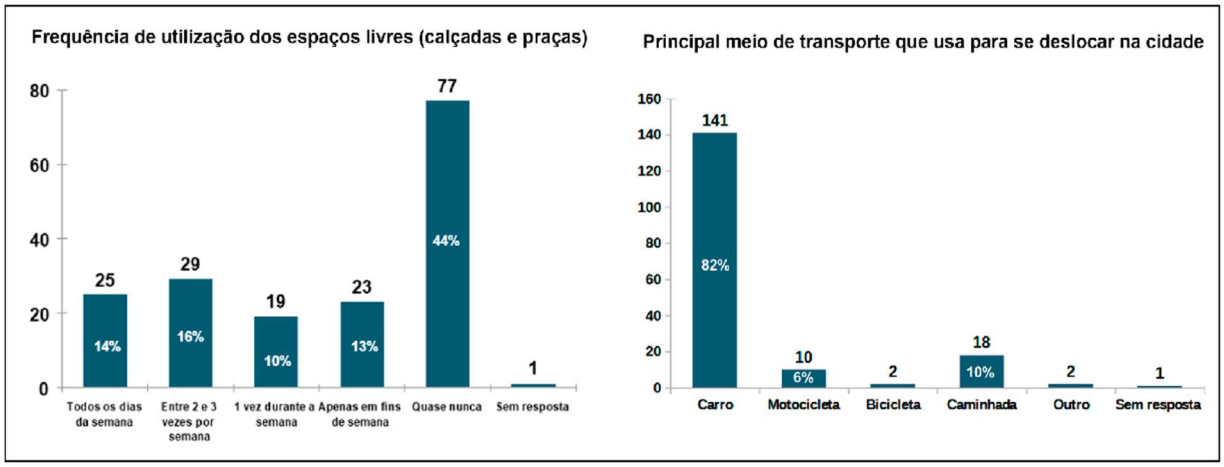


Figura 3: Gráfico da direita (a): Frequência de utilização dos espaços livres. Gráfico da esquerda (b): Principal meio de transporte de deslocamento na cidade. Fonte: Autores, 2021.

Apesar de boa parcela informar que frequenta raramente os espaços livres públicos, ao serem questionados sobre quais espaços mais frequentam, há um grande percentual de pessoas que utiliza a praça central (48% - única praça da cidade) e as calçadas como local de permanência (20%) para atividades relacionadas ao estar e a contemplação, como tomar chimarrão com a família ou amigos.

Outro aspecto que faz refletir sobre a atratividade dos espaços livres da cidade de Estrela Velha, é o fato da maioria dos participantes do questionário informar que não costuma desenvolver atividades esportivas ou de lazer nos espaços livres públicos da cidade. Ao observarmos o gráfico de barras (Figura 4-a), percebemos que para todas as atividades questionadas, há sempre a predominância da não realização desta atividade. Entretanto há atividades relativas ao passeio com a família, caminhadas e passear com cães sendo desenvolvidas e apontadas na resposta “outros”. Nota-se que essas são, em sua maioria, atividades de pouca permanência no espaço público, o que pode indicar que os espaços livres da cidade são carentes de atrativos para a permanência da população no local.

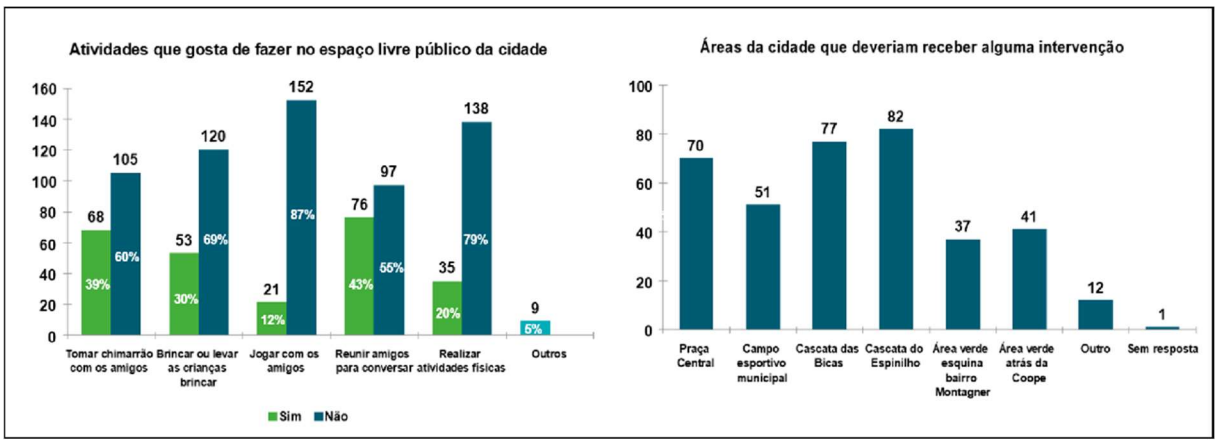


Figura 4: Gráfico da direita (a): Atividades que gosta de fazer no espaço livre público da cidade. Gráfico da esquerda (b): Áreas da cidade que deveriam receber alguma intervenção. Fonte: Autores, 202

Por fim, nota-se (Figura 4-b) que os participantes apontam a praça central e as duas cascatas como locais que deveriam receber alguma intervenção, indicando sua prioridade. Porém, não deixam de indicar a necessidade de intervenção em áreas com o campo esportivo, e áreas verdes no perímetro da cidade.

CONCLUSÕES

A análise das respostas do formulário permitiu perceber que a apropriação dos espaços livres públicos da cidade ainda é tímida. Destaca-se a baixa atratividade dos espaços no que tange às possibilidades de utilização, seja para lazer, permanência, contemplação ou deslocamento. Percebe-se a necessidade de se propor áreas atrativas e acessíveis para que a população possa fortalecer vínculos sociais e culturais.

No final do macrodiagnóstico ficou clara a intenção de melhoria de três espaços chave para o município, sendo eles a praça central e a região rural de duas cascatas que podem ser melhor exploradas pela população, além de permitir a exploração de um turismo rural e/ou de aventura na região. O estudo apontou que a população demonstra interesse na qualificação de espaços livres do município, o que pode contribuir para a qualidade de vida da cidade pequena.

O desenvolvimento do macro diagnóstico também auxiliou no direcionamento das etapas que se seguirão, tais como: (i) avaliação da praça central - questionário de micro diagnóstico; (ii) levantamento de usos e atividades desenvolvidas nos locais de intervenção (praça e cascatas); (iii) compreensão dos entornos imediatos e sua relação com as áreas de intervenção e (iv) interação com a população para compreender suas necessidade, vontades e assim propor uma intervenção que tenha resposta positiva quanto ao uso e a apropriação dos espaços livres públicos da cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ed.). **IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2021.** 27/08/2021 09h00 | Atualizado em 08/09/2021 16h36. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/3146 1-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021. Acesso em: 29 set. 2021.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. **Sinopse. População Residente. Situação domiciliar: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CORREIA, C. Gestão democrática da cidade: construindo uma nova cultura política. In: Ribeiro, L. C. de Q. (org.). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Terra. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

MACEDO, Silvio Soares; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; AKAMINE, Rogério; GONÇALVES, Fábio Mariz; GALENDER, Faby; MEYER, João; SILVA, Jonathas M. P.; DEGREAS, Helena Silva; CUSTÓDIO, Vanderli. **Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil:** produção e apropriação - QUAPÁ-SEL II. In Reflexões sobre espaços livres na forma urbana. São Paulo: FAUUSP, 2018.

MAGNOLI, Miranda. M. **Paisagem e Ambiente:** ensaios. Em busca de “outros” espaços livres de edificação. São Paulo, 2006.

MATOS, Ananda. Participação popular: possibilidades e obstáculos no processo de elaboração do anteprojeto de lei complementar para o novo Plano Diretor Municipal de Paraty. In: TARDIN, Raquel (org.). **Análise, Ordenação e Projeto da Paisagem:** Uma abordagem sistêmica. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018. cap. 3, p. 373-409. ISBN 978-85-9497-034-3.

MOMENTIVE INC. **Calculadora de tamanho de amostra.** Survey Monkey. Califórnia, EUA. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/?ut_source=help_center>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

SAÚGO, Andreia. **As unidades de paisagem do Corede Norte/RS: contribuição metodológica para o entendimento da rede de cidades pequenas.** Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2020 .

SCHLEE, Mônica B. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras - um debate conceitual. São Paulo, 2009.

FALTA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E PERMANÊNCIA NA CIDADE DE PELOTAS

Mariana Marroni da Rosa
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
marianamarroni@gmail.com

Eduardo Carpena Schuch[1]
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
duducarpena99@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: praças; lazer; cidade; Pelotas.

RESUMO

Com base nas variadas problemáticas vivenciadas na cidade de Pelotas e na percepção de déficit em áreas de recreação, se buscou realizar um trabalho qualificando e quantificando os espaços de lazer e permanência da cidade. Embasado em teorias pré-definidas por autores brasileiros (Yurgel e Medeiros) foi feito uma análise crítica sobre momentos de lazer e sua definição e como seriam os espaços propícios para efetivar o bem-estar em um determinado local de ócio.

Lazer é um termo surgido após a Revolução Industrial, - de acordo com Santini - época na qual os trabalhadores destinavam maior parte do seu tempo nas atividades laborais e, para circulação de moeda, é necessário o consumo desses, assim necessitando de um intervalo para consumir todo capital advindo do trabalho. Apesar da origem do termo, não é necessário o consumo de bens para a realização de atividades de lazer.

A definição de lazer varia de acordo com cada autor, já para YURGEL, M. (1983), o lazer é definido como a totalidade de tempo fora do sono, das refeições e do trabalho – tempo que engloba todos comportamentos fora do trabalho profissional ou doméstico.

No entanto, se sabe que independente da grande variedade de significados que essa palavra traz, que é imprescindível um tempo para cada indivíduo destinado a atividade de lazer, podendo esse período ser usado da maneira que considerar melhor. Sabe-se que, especialmente após a revolução dos meios de produção, com cargas horárias exageradas, meios de produção insalubres, necessitou-se ainda mais de espaços para lazer para que a população pudesse espairecer e manter sua saúde mental.

REFERÊNCIAS

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

Entenda por que a cultura e o lazer são importantes para o bem-estar. GaúchaZH.Clickrbs, 2013. Acessado em: 09 de jul. de 2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/ noticia/2013/10/entenda-por-que-acultura-e-o-lazer-sao-importantes-para-o-bem-estar -4313341.html

MACÊDO, N. de C. **Uma Análise sobre os Impactos Decorrentes da Inserção de Estações Metroviárias em Áreas Urbanas: Contribuição Conceitual e Metodológica Através de Estudo de Caso na Cidade de São Paulo.** São Paulo, 2010. 164f. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana, USP.

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano** (2ª edição). Fundação Getúlio Vargas, 1971.

Questionário quantidade/qualidade dos espaços de lazer em Pelotas, 2019. Acessado em: 20 de jul. de 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSchN7SvETr-z09XSC971pu2t5MJhMDyuG41Ox1q45VNGf HWLQ/viewform?fbclid=IwAR3uezcU3-aobRcdygEzjhwbNWQHz2Qvdgg2CAcGG7yKFMid08nLRAb12 H4>

SILVA, I.; MIELKE, G.; NUNES, B.; BÖHM, A.; BLANKE, A.; NARTCHIGALL, M.; CRUZ, M.; MARTINS, R.; MÜLLER, W.; HALLAL, P.. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde** p. 82-92. v. 20 n. 1 (2015)

SANTOS, A. C. M. F., MANOLESCU, F. M. K. **A importância do espaço para o lazer em uma cidade**. 2008, 4p. Artigo apresentado no XII Encontro Latino de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba

YURGEL, M. **Urbanismo e Lazer.** Local de Edição: Nobel, 1983.

IDENTIFICAÇÃO DE CORES POR DEFICIENTES VISUAIS

Uma revisão da literatura acerca dos principais Sistemas

Yuri Oliveira Tomberg
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
tombergyuri@gmail.com

Natalia Naoumova
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
naoumova@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: deficiência visual; cor; sistemas de identificação de cores; inclusão

INTRODUÇÃO

A deficiência visual (DV), a qual se refere à cegueira ou à visão subnormal, compromete o desenvolvimento neuro-psico-físico, mas também social e emocional de seus portadores, uma vez que a capacidade de perceber as pessoas e os objetos ao seu redor é vaga ou imprecisa (RAMSAMY-IRANAH, 2016).

A construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência incentivou a inclusão desses indivíduos na sociedade e, deste então, foram diversos os avanços e transformações nos espaços, equipamentos urbanos, sistemas e meios de comunicação e informação (PIOVESAN, 2010). Apesar disso, a cor, a qual pode ser considerada um dos aspectos mais fáceis de trabalhar e desenvolver, ainda é um dos mais negligenciados, seja por parte do arquiteto e urbanista ou do designer visual, contribuindo assim para inúmeros malefícios, como desvantagens nas atividades diárias, seja ao utilizar instrumentos pedagógicos ou ao escolher um objeto usado no cotidiano, como roupas (HEYLIGHEN et al, 2008). Contribuindo para essas desvantagens, a arquitetura e urbanismo, a qual é experimentada de forma multissensorial, dificilmente considera essas barreiras durante o processo de design (BOWRING, 2007). Os sistemas de identificação de cores tornam-se indispensáveis para a promoção da independência, autonomia e inclusão social dos deficientes visuais. No entanto, pesquisas que contemplem o impacto das cores na vida de quem possui deficiência visual total ou parcial são escassas. No mesmo sentido, são raros os estudos acerca dos sistemas que contribuem para o desenvolvimento de identificação de cores na população que possui este tipo de deficiência (MARCHI, 2019).

O objetivo do presente trabalho foi realizar uma revisão da literatura nacional e internacional com o intuito de reconhecer os principais sistemas de identificação de cores desenvolvidos para portadores de deficiência visual, nos últimos 20 anos, bem como seus pontos positivos e negativos, incentivando assim, a criação de novas estratégias e políticas de atenção às pessoas com deficiência visual.

METODOLOGIA

Segundo Fogliatto (2007), a revisão de literatura reúne ideias oriundas de diferentes fontes, visando construir uma nova teoria ou uma nova forma de apresentação para um assunto já conhecido. Assim, a presente revisão consistiu na busca de publicações indexadas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Coletânea Habitare e Google acadêmico. A partir da definição das palavras-chave ("*visual impairment*" AND "*color*" AND "*architecture and urbanism*" OR *architecture* AND "*accessibility*" OR "*inclusion*"), foram selecionados artigos das bases de dados relevantes para a revisão.

Foram escolhidos artigos científicos, teses e dissertações, as quais tivessem similaridade com a temática, pertencessem ao recorte temporal referente ao intervalo entre 2000 e 2020. Foram incluídas publicações em português, inglês e/ou espanhol, sem duplicidade, completas e com acesso gratuito. A pesquisa e a análise do conteúdo foram conduzidas em quatro etapas: primeiramente, foram selecionadas as bases de dados eletrônicas, posteriormente foram estabelecidos os critérios de inclusão e, então, foram pré-selecionadas, com base no título e no resumo, as publicações de interesse. Por fim, foi realizada a leitura na íntegra, bem como uma análise minuciosa das publicações para a definição dos estudos que fizeram parte desta revisão da literatura.

Os resultados descrevem os principais achados, categorizando os mesmos por ano, local de realização do estudo, metodologia, pontos positivos e negativos do sistema de identificação de cores para deficientes visuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados sete estudos no período compreendido entre 2000 e 2015 e quatro entre 2016 e 2020, sendo a maior parte dos estudos de origem europeia. No Reino Unido, o "*C' System: Smart Labelling for Clothing",* permite que deficientes visuais façam compras de maneira independente, mas o sistema pode ser considerado complexo, devido à variação de cores e padrões, especialmente para crianças pequenas (BELL, 2002). Outro sistema inglês, o "*Sladecolour system*", utiliza formas fabricadas em plástico e aplicáveis para jogar peças de jogos de tabuleiro, gráficos táteis, entre outros. No entanto, apresenta como desvantagem o fato de ser mais apropriado para quem perdeu a visão em uma fase posterior da vida e tem ainda a memória visual da cor (VISION AWARENESS, 2014).

Realizado em 2004, um sistema desenvolvido na Colômbia utilizou linhas associadas às formas da natureza, podendo ser aplicado em obras de arte, materiais didáticos e jogos. No entanto, esse sistema torna-se falho por não estar baseado na Teoria das Cores e por não ser possível representá-lo em uma escala reduzida (MONROY, 2010). Em 2006, um americano criou um código monocromático, associando uma cor a um símbolo de referência. Este sistema permite acessibilidade da cor em produtos como etiquetas de roupas, mobiliário e até mesmo sinais de trânsito. Porém, as letras escolhidas para as referências das cores foram baseadas na língua inglesa, portanto a leitura em outros idiomas fica prejudicada. Além disso, o sistema também possui outras características de interpretação difíceis (TODD, 2006).

Em Portugal, um sistema desenvolvido para daltônicos é utilizado em símbolos gráficos, etiquetas, jogos, lápis de cor, o qual apresenta alto relevo e facilita o reconhecimento tátil (NEIVA, 2008). Outro, utiliza formas geométricas, sendo aplicado a produtos infantis (PIRES, 2011). Ambos os sistemas apresentam como falhas a necessidade de memorização especifica e o demorado processo de aprendizado. Em 2013, no Canadá, foi criado o sistema denominado "*Tactile Colour Communication*", o qual é representado por texturas contrastantes e pode ser utilizado na confecção de mapas, cartões e imagens, bem como na identificação de adesivos e quebra-cabeças. Porém, é um sistema confuso e ainda não foi padronizado mundialmente (TACTILE COLOUR COMMUNICATION, 2013).

Dentre os sistemas mais atuais está o que foi desenvolvido na República de Maurício em 2016. Ele utiliza símbolos de relevo para crianças com deficiência visual, contando com formas simplificadas e não é oneroso. O processo de design dos símbolos foi influenciado pelo conhecimento prévio das crianças, o que pode se tornar uma limitação, já que a referência é muito regional, tornando difícil a propagação do sistema (RAMSAMY-IRANAH, 2016). Além desse, também existe o sistema visual e tátil desenvolvido no Japão em 2018, o qual utiliza pontos em relevo e pontos vazados para identificação de etiquetas de roupas. Um fato extremamente positivo é que ele foi baseado no círculo cromático da Teoria da Cor e apropria dimensões cromáticas como a claridade e saturação. No entanto, é um sistema complexo, com muitas cores em uma única etiqueta e possui dimensões que não permitem ser utilizado em superfícies pequenas (SAGAWA et al, 2019). Além destes, entre os mais atuais, foram identificados apenas dois estudos brasileiros. O Sistema Arduino foi baseado na associação entre sinais sonoros e vibrações, podendo ser utilizado por deficientes visuais e auditivos. Ele apresenta baixo custo, mas alta complexidade de montagem (ALMEIDA & MAESTA, 2017). O mais recente, intitulado "Design Universal de Código de Cores Tátil", utiliza elementos em formato tridimensional com dimensões mínimas e foi inspirado no elemento principal do sistema Braille: o ponto. Ele utiliza a Teoria da Cor como base, mas ainda não foi validado pelo público alvo (MARCHI, 2019).

Com base de dados analisados é possível notar que os estudos observados possuem metodologias de pesquisa limitadas e não apresentavam validação, dificultando assim a sua disseminação. Quando possuía validade interna, o estudo não possuía a externa, impedindo a extrapolação do Sistema para outros países. A validade de um estudo ocorre quando tanto a sua construção, quanto a sua aplicabilidade, permitem fidelidade, efetividade e obtenção dos requisitos necessários para o seu sucesso, independentemente do local do mundo em que for aplicado (JÚNIOR & MATSUDA, 2012). Dois Sistemas apresentam características que falham na validade externa: um porque está baseado na língua inglesa (TODD, 2006) e outro porque utiliza referências muito regionais, o que dificultaria a compreensão de indivíduos de outras culturas ou regiões do mundo (RAMSAMY-IRANAH, 2016).

Os códigos de cores elaborados tinham como objetivo principal atender as necessidades dos portadores de deficiência visual, porém, apesar de estarem fundamentados e possuírem orientações pedagógicas, ainda apresentam dificuldades na aplicação prática e limitações no que tange à amplificação da gama de cores, especialmente por não estarem em concordância com a Teoria da Cor e com a articulação entre esta e o aprendizado e a memorização, tornando os sistemas complexos e, ainda assim, limitados. O tato, o olfato, assim como a audição e a percepção sinestésica, são mais desenvolvidos nas pessoas que possuem deficiência visual, uma vez que elas recorrem a estes sentidos com maior frequência, visando a decodificação e o armazenamento das informações por meio da memória. Assim, a maioria

dos Sistemas identificados estava baseado no tato ou em sinais sonoros e vibrações, não havendo um consenso sobre o melhor tipo de sistema (ROSA & OCHAÍTA, 2000).

Na falta de sistemas validados e disseminados, as pessoas com deficiências visuais utilizam algumas alternativas para identificar e escolher suas roupas, por exemplo. Algumas separam em lotes de roupas da mesma cor para que possam identificar no guarda-roupa, outras usam apenas roupas neutras. Assim, a combinação das peças do vestuário e dos acessórios é baseada no reconhecimento dos diferentes modelos, texturas, formatos e detalhes. No entanto, a maioria necessita da ajuda de terceiros quando precisa comprar a roupa, uma vez que a maioria das lojas não está preparada para receber estes clientes e não possui sistemas, como o de etiquetagem acessível de roupas (SAGAWA, 2019). Assim, há maiores chances de interpretação errônea das cores, a qual pode gerar inseguranças na integração à sociedade, por isso é tão importante dotar estes indivíduos de ferramentas que agreguem segurança, independência, bem como autossuficiência e inclusão social (SANTOS, 2008).

CONCLUSÕES

Foram identificados apenas 11 sistemas de cores nas publicações disponíveis entre os anos de 2000 e 2020. A maioria dos estudos utilizou o tato como principal ferramenta para a identificação do sistema de cores por deficientes visuais, mas a associação entre sinais sonoros e vibrações também foi encontrada. Enfatiza-se a necessidade de estudos mais aprofundados, metodologicamente corretos, ressaltando a importância da construção de um espaço social adequado para deficientes visuais, para que estes tenham maiores independência, autonomia e se sintam realmente incluídos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M; MAESTA D. Sistema de identificação de cores para deficientes visuais e auditivos. **17º CONIC/SEMESP**. Acessado em 14 set. 2020. Disponível em: http://conic-semesp.org.br/anais/files/2017/trabalho-1000025853.pdf.

BELL, C.P. **'C'system: Smart labelling system for clothing.** DBA Inclusive Design Challenge. Helen Hamlyn Research Centre, London, UK. Acessado em 12 set. 2020.

BOWRING, J. **Sensory Deprivation: Globalisation & the Phenomenology of Landscape Architecture.** SintPetersburg: St. Petersburg State Polytechnic University Publishing House. 2007.

FOGLIATTO, F. SILVEIRA, G. **Diretrizes para elaboração do Referencial Teórico e Organização de Textos Científicos**. Adaptado por José Luis Duarte Ribeiro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia Programa de pós-graduação em engenharia de produção, abril de 2007.

JÚNIOR, José Aparecido Bellucci; MATSUDA, Laura Misue. Construção e validação de instrumento para avaliação do Acolhimento com Classificação de Risco. **Rev Bras Enferm,** Brasília, v. 65, n. 5, p. 751-757, set-out, 2012.

MARCHI, S. **Design universal de código de cores tátil: contribuição de acessibilidade para pessoas com deficiência visual**.2019. Tese - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná.

MONROY, C. Sistema Constanz. **Lenguaje del Color para ciegos: Enseñanza Táctil, Geometría y Color, Juegos Didácticos para Ninõs Ciegos**. 2010. Acessado em 12 set. 2020. Disponível em: http://www.sistemaconstanz.com/wpcontent/uploads/2015/.

NEIVA, M. **ColorAdd: Color identification system**. Acessado em 12 set. 2020. Disponível em: http://www.coloradd.net/imgs/ColorADD-Sobre-Nos_0315.pdf

PIOVESAN, F.. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Saraiva, 2010, p.223-224.

PIRES, F. N. **Código de Cor para Pessoas com Deficiência Visual – caso de estudo com crianças dos oito aos dez anos de idade - FO.CO**. Dissertação (Mestrado em Design do Produto), Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

RAMSAMY-IRANAH, S., Rosunee, S., & Kistamah, N. Introducing Assistive Tactile Colour Symbols for Children with Visual Impairment: A Preliminary Research. **Designing Around People,** 65–74, 2016.

ROSA, Alberto; OCHAÍTA, Esperanza. **Psicologia de la Cegueira.** Alianza Editorial S.A. Madrid, 1993.

SAGAWA K.; OKUDERA, S.; ASHIZAWA, S. A Tactile Tag to Identify Color of Clothes for People with Visual Disabilities. **Springer Nature Switzerland.** Eds.: IEA 2018, AISC 824, pp. 1420–1427, 2019.

TACTILE COLOUR COMMUNICATION. **About Tactile Project.** Acessado em 10 set. 2020. Disponível em: http://tactile.org/.

TODD, G. **Color Identification System**, 2006. Patent US2006169783 A1.

VISION AWARENESS. **Slade colour indicating buttons.** 2014. Acessado em 12 set. 2021. Disponível em: www.visionawareness.co.uk/ sladecolour.htm.

INTERPRETAÇÃO DA CIDADE

Avaliação do tombamento como ferramenta de preservação

Luísa Pereira Zamin
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
luisazamin21@gmail.com

Tarcisio Dorn de Oliveira
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Bens; Cultura; Patrimônio; Histórico.

INTRODUÇÃO

A arquitetura passa por diversas transformações ao longo do tempo incorporando características, épocas e influências nas mais diversas esferas (sociais, econômicas, culturais, políticas, etc.) desde os primórdios até a contemporaneidade dotadas de perceptíveis riquezas deixadas para as futuras gerações. Uma característica marcante dos dias atuais são as intervenções feitas em edificações de cunho histórico sem nenhum conhecimento a respeito de restauro e como deve-se proceder uma intervenção na mesma. Dessa maneira, percebe-se a necessidade da preservação e proteção do patrimônio arquitetônico, para que a história das cidades não seja perdida nem alterada com a destruição dos bens.

Nessa perspectiva de salvaguarda o tombamento de bens surge como uma possibilidade pela preservação, mesmo ainda existindo muitas divergências entre órgãos públicos e profissionais da área. A falta de conhecimento a respeito da importância patrimonial é um dos fatores que leva à descaracterização e demolição dos bens, tratando-os como simples edificações omitindo sua história. Assim, o ensaio intenta refletir sobre a importância da preservação do patrimônio edificado tendo o instrumento de tombamento como tal possibilidade trazendo como exemplos o Centro Histórico e Urbanístico de Ouro Preto / MG e as Missões Jesuíticas / RS.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho é estruturada, por meio dos procedimentos, através de uma pesquisa bibliográfica e documental. Souza, Oliveira, Alves, (2021, p.65), trazem que a pesquisa bibliográfica "(...) baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado". Já a pesquisa documental estabelece-se ao passo que "(...) recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc" (FONSECA APUD TUMELERO, 2019, ONLINE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preservação do patrimônio, memória e características das cidades, bens edificados e culturais é um assunto relevante e que vem ganhando cada vez mais ênfase.Isso ocorre porque, uma das formas de manter as memórias dos povos e as características arquitetônicas das cidades é através da preservação, na qual essa vem associada do tombamento de edificações consideradas relevantes, sejam por cunho cultural ou morfológico. Em meados de 1375, foi instalado em Lisboa / Portugal o Arquivo Nacional Português em uma torre da muralha para guardar todos os livros de registros. A partir desse feito surge a palavra tombamento como ato de registro e conservação de um bem (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, on-line).

Para que houvesse normas e diretrizes sobre o tombamento foi elaborado o primeiro decreto que garante a proteção e preservação do patrimônio brasileiro, o Decreto-Lei 25 de 1937 que regulamenta essa ação, sendo ele vigente até os dias atuais. É de suma importância salientar que um tombamento pode ocorrer nas quatro esferas, sendo elas municipal, estadual, federal e mundial. O decreto supracitado comenta que:

> O Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana (IPHAN, on-line).

Complementando o Decreto-Lei 25 de 1937, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil também traz artigos que articulam sobre o tombamento. Carvalho (2011, p.117) discorre que:

> (...) em seus artigos 5, XXIII e 170, III, a função social da propriedade é destacada, por isso se pode entender que a propriedade tombada visa a garantir a proteção ao patrimônio histórico e cultural do país. O art. 216 preceitua taxativamente quais as formas de cultura que podem ser alcançadas pelo instituto do tombamento; e, dentre outros, o artigo 30, inciso IX que dispõe da competência para promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local (BRASIL, 1988). Portanto, a política de preservação do patrimônio cultural e natural da humanidade instituída pela UNESCO (1946) e, mais tarde, a Convenção de 1972 e suas determinações colaboraram indiretamente com o tombamento das nossas cidades históricas. A UNESCO, em 1968, incluiu a cidade de Ouro Preto na lista de Patrimônio da Humanidade (CARVALHO, 2011, p.117).

Para que um bem possa ser tombado, é imprescindível que ele esteja inserido em um contexto de preservação para uma comunidade, dessa forma não será aplicável ao interesse individual de alguém. Após julgado que o bem está inserido em um contexto de preservação, o mesmo deverá ser classificado quanto a seguinte categoria: bens móveis e imóveis; sendo os bens móveis fotografias, mobiliários ou figuras e os bens imóveis a cultura, edificações ou ainda uma cidade. O propósito de se tombar um bem é garantir que ele não seja demolido ou descaracterizado, assim, sua história ficará preservada para as próximas gerações (IPHAN, on-line). Tomaz (2010, p.5) traz uma importante reflexão a respeito à preservação, comentando sobre as demolições e a substituição de edificações antigas por novas, com o estilo da época em questão:

> Ao historiador cabe a tarefa de recuperar essa memória. A história oficial lembra-se de preservar e cultuar apenas a memória do vencedor, produzindo documentos e construindo monumentos relacionados apenas a personalidades políticas de grande vulto cujos nomes são dados a ruas e praças, e desta forma a memória do país se torna a memória do dominador e de seus feitos. É ofício do historiador dar voz aos vencidos, não admitindo que essa rica herança da diversidade humana seja relegada ao esquecimento e silenciada pelo poder do vencedor (TOMAZ, 2010, p.5)

A solicitação para que um bem seja tombado pode ser efetuada por qualquer indivíduo, porém apenas o governo estadual, a união e a Unesco podem realizar a ação de tombar. Porém um fato que deve ser observado são as diferenças entre tombamento e desapropriação, uma vez que tratam de coisas diferentes. Miranda (2019) traz que desapropriar é retirar algo de alguém com finalidade pública e ou social na qual deverá ser paga uma indenização a quem teve seu bem retirado. Diferente disso, o autor avança sobre o ato de tombamento ao entender que é um mérito ao bem no qual serão necessárias algumas medidas que contenham alguns usos para a melhor preservação, porém não há a perda do bem por parte de seu dono. Após ser realizada a protocolização dos bens e ele ser analisado e vistoriado pelos órgãos - União, Unesco ou Governo Estadual, eles serão inscritos no Livro dos Tombos. Existem quatro livros e um bem pode ser inscrito em um ou mais de um livro. Segundo a Repinte (2019), os quatro livros são,

> Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico — registra itens pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, bem assim os monumentos naturais; Livro do Tombo Histórico — trata das coisas de interesse histórico e obras de arte histórica; Livro do Tombo das Belas Artes — responsável por artes eruditas de caráter estadual, nacional ou estrangeira; Livro do Tombo das Artes Aplicadas — cuida das obras que se incluírem na categoria das Artes Aplicadas, nacionais e estrangeiras (REPINTE, 2019, on-line).

O Brasil abarca muitos bens culturais tombados mundialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e hoje são prestigiados e visitados por diversas pessoas. Trazendo o garimpo como característica marcante, a cidade de Ouro Preto / Minas Gerais é conhecida pela sua arquitetura exuberante com características barrocas e uso exacerbado do ouro e pedras preciosas. A riqueza cultural e material que a cidade abrange - como demonstra a Figura 1 - foram fatores que levaram o seu Centro Histórico e Urbanístico considerado Monumento Nacional no ano de 1933. Cinco anos mais tarde, esse bem foi tombado pelo Iphan e ainda mais tarde, no ano de 1980 entrou para os bens declarados patrimônio mundial da UNESCO (IPHAN, on-line). Outro lugar mundialmente conhecido e com grande significado são as Missões Jesuíticas, Figura 2, localizadas em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo que retrata a ocupação jesuítica e a cultura do povo étnico Guarani. Sendo esse bem tombado no ano de 1938 pelo Iphan, como patrimônio nacional (IPHAN, on-line).





Figura 1: Centro Histórico e Urbanístico de Ouro Preto. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, on-line.
Figura 2: Missões Jesuíticas. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, on-line.

São vários os locais com bens de caráter histórico que poderiam ser tombados, porém muitos não se enquadram nos requisitos. Dessa forma, há uma necessidade por parte da população como um todo preservar a história da sua cidade, protegendo os bens que ali existem, evitando intervenções errôneas que apenas farão a descaracterização da edificação e salvaguardando suas características e sua integridade como um todo. A necessidade de uma forma de preservar e proteger o patrimônio existente se faz necessária principalmente na contemporaneidade. Isso ocorre pelo fato da despreocupação com a história das cidades e locais que têm valoração tanto local como mundial. O tombamento de bens considerados de caráter histórico vem para salvaguardar a importância dos mesmos.

CONCLUSÕES

O despreparo de muitas políticas públicas faz com que seja imprescindível a atuação de arquitetos e urbanistas e historiadores dentro das prefeituras, uma vez que é ela que terá um canal de comunicação com os órgãos públicos que tratam dos bens arquitetônicos e culturais. Dessa forma, além de ter um olhar voltado à preservação do patrimônio e a busca pela implementação de novas medidas, mais rígidas, para que os bens não sejam afetados e descaracterizados, deve-se trabalhar também com os moradores da cidade. A inclusão das pessoas na vida das cidades e sua história, se faz de suma importância, visto que, com o entendimento sobre o patrimônio, mais pessoas irão auxiliar na salvaguarda dos bens da cidade, sendo eles tombados ou não.

A atuação ativa dos profissionais na comunicação com a população em geral será a forma de manter a história das cidades vivas através das edificações. Porém o estudo do patrimônio e a sua importância devem começar desde cedo, na qual, uma forma disso seriam as atividades realizadas nas escolas, trabalhando com as crianças e inserindo elas na vida da cidade. O estudo da preservação começando desde a educação infantil com teatros, cartilhas e palestras faz com que cada vez mais pessoas se interessem pelo assunto e juntas se unam para realizar o trabalho frequente de conservação da história através dos bens.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Antonio Carlos de. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. **Revista Museologia e Patrimônio,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 117-126, 2011. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/195/158. Acesso em: 28 set. 2021.

IPHAN**. Bens Tombados**. [S.l.], [s/d]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em: 17 set. 2021.

IPHAN. **Centro Histórico de Ouro Preto (MG).** [S.l.], [s/d]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30. Acesso em: 28 set. 2021.

IPHAN. **Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, Ruínas de São Miguel das Missões (RS).** [S.l.], [s/d]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39 . Acesso em: 28 set. 2021.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Municípios podem tombar bens culturais de propriedade dos estados e da União.** [S. l.], 5 jan. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jan-05/municipios-podem-tombar-bens-culturais-estados-uniao. Acesso em: 17 set. 2021.

REPINTE, Repinte. **Tombamento de patrimônio histórico: o que é e como funciona?.** [S. l.], 29 jul. 2019. Disponível em: http://repinte.com.br/blog/tombamento-de-patrimonio-historico-o-que-e-e-como-funciona/. Acesso em: 17 set. 2021.

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA. **Tombamento - Conceitos.** [S.l.], [s/d]. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4. Acesso em: 17 set. 2021.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais, v. 20, ed. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: file:///home/chronos/u-1fd8dc50f1a78fb30d9ff189b0cc59b9dd3a01c2/MyFiles/Downloads/2336-8432-1-PB.pdf.Acesso em: 30 jul. 2021.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasi. Fênix - **Revista de História e Estudos Culturais,** Minas Gerais, v. 7, p. 1-12, 2010. Disponível em: https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/260/245. Acesso em: 28 set. 2021.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa Documental:** conceito, exemplos e passo a passo. [s.l], 1 out. 2013. Disponível em https://blog.mettzer.com/pesquisa-documental/. Acesso em: 21 set. 2021.

TURISMO OURO PRETO. **Por que Ouro Oreto se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade.** [S. l.], 21 nov. 2019. Disponível em: https://www.turismoouropreto.com/blog/por-que-ouro-oreto-se-tornou-patrimonio-cultural-da-humanidade. Acesso em: 17 set. 2021.

LA CIUDAD DE LOS SENTIDOS

Estudio de los comportamientos humanos en el espacio público mediante las experiencias sensoriales como estrategia de planeación para el diseño de espacio público

Angie Paola Benitez Naranjo
Universidad la gran Colombia | Colombia
Angiepaola.benitez@ulagrancolombia.edu.co

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
(x) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: ciudad; espacio público; háptica; hábitat; percepciones.



Figura 1: imagen del proyecto. Angie Paola Benítez, 2020

INTRODUCCIÓN

La construcción de las ciudades, a lo largo del tiempo, ha determinado que los fragmentos urbanos [1] cambien sus usos de manera constante debido a las necesidades de las personas que los habitan; esta caracterización de las ciudades ha conllevado a una segregación de la comunidad en las decisiones de diseño y cuidado del espacio público, generándose un deterioro y abandono de los lugares urbanos, volviéndolos inseguros, sucios, oscuros y con poco uso; por esta razón, las condiciones del lugar se convierten en un problema social y cultural que rompe la interacción de la comunidad con su espacio público, lo que induce a una resignificación del espacio público, puesto que la ciudad ha llevado las relaciones sociales a los espacios privados y controlados, por lo que las comunidades experimentan una agorafobia (miedo a la ciudad) porque no la viven, no la sienten y no la sueñan.

Igualmente, otros factores ligados al desenfrenado crecimiento no planificado de las ciudades y los diferentes problemas sociales y económicos que afectan a los países latinoamericanos, como la inseguridad, la pobreza y la falta de oportunidades laborales, desencadenan a su vez en un proceso de desintegración social del territorio reflejado en el espacio público donde se hacen notorias las fronteras físicas, los límites invisibles, la sectorización espacial, la desconfianza y los ámbitos de miedo que modifican la experiencia del individuo al ser sesgada precisamente por las condiciones del lugar.

Todas estas características marcan una situación física del territorio y determinadas condiciones sociales de sus habitantes, ambos temas con profundas implicaciones para el desarrollo urbano y que requieren de minuciosos análisis para el mejoramiento de la calidad de vida de las personas.

La investigación realizada buscó las dimensiones del aporte de la háptica en la planeación del espacio público en la ciudad contemporánea, generando unos lineamientos de planeación para lograr espacios públicos de calidad para el disfrute de sus habitantes, mediante estudios de caso replicables, para entender y enfatizar la importancia de la experiencia háptica en el diseño de nuevas ciudades y en la reconstrucción de los espacios públicos en las ciudades ya habitadas diseñando así una metodología pedagógica que permita planear espacios públicos confortables a partir de la experiencia háptica.

Es por ello que para esta investigación fue importante preguntarse: ¿Cómo interviene la experiencia háptica en el uso del espacio público de la ciudad?, ¿Qué aporta a la planeación el uso de la háptica como estrategia para diseñar espacios públicos de calidad?

Para resolver dichos cuestionamientos la investigación analizó los diferentes cambios de la ciudad contemporánea basados em el estudio de caso, Bogotá - Colombia; de acuerdo con la Asociación Nacional de Centros comerciales (Acecolombia) en los últimos años se han inaugurado alrededor de 60 centros comerciales por año en Colombia, y en caso contrario de acuerdo al programa “cómo vamos” de la alcaldía distrital de Bogotá los metros cuadrados de espacio público de la ciudad por habitante han disminuido debido a la gran oferta de la construcción y según la encuesta de percepción de “Bogotá como vamos” los usuarios de la ciudad prefieren los centros comerciales para el esparcimiento por que generan

[1] Los fragmentos urbanos son aquellos lugares vacios y abiertos dentro de la ciudad, delimitados por las edificaciones (Jacobs, 2007), donde se puede transitar sin restricciones.

seguridad, dejando los pocos espacios de esparcimiento de la ciudad como los parques, abandonados y/o deteriorados.

La ciudad del Siglo XXI tiene 4 objetivos importantes, la vitalidad, la seguridad, la sostenibilidad y la salubridad (Gehl, 2004), es mediante estos objetivos que la investigación realizada buscó ser parte integral de la construcción de la ciudad como elemento articulador de las relaciones humanas con la naturaleza, el espacio público y el disfrute de la ciudad, por eso analizó las sensaciones, emociones y percepciones de los usuarios de la ciudad para crear unos lineamientos de planeación que permitan cambiar el diseño de espacio público acorde a las necesidades de sus usuarios.

METODOLOGÍA

La investigación fue un estudio sobre las emociones, sensaciones y percepciones que genera en los seres humanos el espacio público, como un proceso descriptivo y exploratorio para definir el aporte de la háptica y la construcción de lineamientos de planeación para el diseño de espacio público de calidad. Se realizó en tres etapas; en la primera etapa se hizo un análisis conceptual de las definiciones que tienen los ciudadanos sobre el concepto de lugar y espacio público a partir de la háptica y las emociones realizadas mediante las encuestas y un de taller de cartografía social, la segunda etapa comprendió la construcción de los lineamientos de planeación sustentados en los resultados de la etapa anterior y la tercera etapa correspondió al método creado con las conclusiones de la recolección de datos, de manera que fuera un instrumento didáctico para el uso de todos los ciudadanos.

Se realizó mediante la escogencia de las cinco localidades más inseguras de Bogotá, lo cual se soporta en los factores recurrentes propuestos por Contreras (U.N, 2017) entre ellos la investigación realizada por el economista David Leonardo, estudiante de la Maestría en Estadística de la Universidad Nacional de Colombia y un estudio del 2018 de la fundación Bogotá cómo vamos, que eligen el espacio más representativo de cada localidad con base en los siguientes factores recurrentes:

Conectividad: Los lugares escogidos dentro de cada localidad tienen una conectividad de escala metropolitana, resaltando entre sus vías clasificación v0, v1, v2 y v3; y cobertura en acceso por medio de todos los sistemas de transportes.

Reconocimiento social del espacio: Por una parte, este reconocimiento se estudia desde la connotación de diseño histórico. Por otro lado, son las actividades de cada lugar las que marcan una caracterización del espacio.

Diseño: Este factor es medido a partir de la multiplicidad de usos, de las actividades que se presentan en el sector y de los lineamientos de diseño histórico.

Haciendo seguimiento de estos factores, los lugares seleccionados para los casos de estudio corresponden a tres escenarios planteados para el estudio de la emoción, la sensación y la percepción del espacio público. (hapticidades).

El primer escenario se corresponde con los estudios de caso 1, 2, 3 y 4, y es el espacio público existente, ya construido, demarcado por los factores recurrentes anteriormente mencionados – Conectividad, Reconocimiento Social del Espacio y Diseño-. El segundo escenario es el espacio público simulado, correspondiente al caso de estudio 5, donde se busca observar cómo grandes centros comerciales han propuesto la recreación del espacio público en su interior, captando así la atención de la población. Como tercer escenario se encuentra la inexistencia de espacio público de esparcimiento; se realizó un ejercicio de cartografía social en Sierra Morena de la localidad de Usme de Bogotá, para conocer la percepción de la población ante la inexistencia del espacio evaluado.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

Tomando como puntos de partida los planteamientos de Juhani Pallasma en Habitar desde el tacto, el diseño emocional de Donald Norman y la ingeniería kansei de Nisuo Nagamachi como extensiones de embodiment o aprender desde el cuerpo, se realizó un análisis de las maneras de habitar el espacio público de ciudad teniendo en cuenta las emociones y la háptica, sobre la base de los resultados obtenidos en las encuestas, la observación interpretativa y el taller de cartografía social detallados en la metodología, con el propósito de comprender los estímulos emocionales y sensoriales que tienen los usuarios del espacio público de Bogotá, en los tres escenarios planteados.

Con base en los resultados del ejercicio investigativo se encuentra que la háptica cumple un papel primordial ya que permite afianzar y tener una lectura física desde el interior de cada espacio. Por estas evidencias, en la búsqueda de una planeación adecuada para el espacio público de la ciudad, debe utilizarse la planeación táctica como una estrategia clave para atraer a las personas a usar su ciudad en cada uno de sus espacios.

En razón de esto, se presentan algunos principios básicos desde las dimensiones humana, físico espacial y sostenible que son clave para revitalizar la ciudad y facilitar que las experiencias citadinas sean agradables para todos los ciudadanos, Como acción culminante y con el propósito de plantear una propuesta metodológica que recoja los factores clave surgidos de los resultados con los usuarios directos de los espacios investigados, los elementos teóricos valiosos estudiados y los lineamientos expresados para tener en cuenta en el diseño de futuros deseables, se presenta una metodología para la planeación humanista del espacio público llamada PAUME que nace como una guía pedagógica para plantear una serie de acciones pedagógicas a manera de actividades que contribuyan a la planeación de ciudad logrando diseñar espacios funcionales, usables y placenteros.

Concepto de la metodología PAUME

La metodología PAUME es un paso a paso para la planeación del espacio público mediante una guía pedagógica que se fundamenta en la háptica. Es una propuesta que, a través de una serie de pasos puedan activarse los receptores sensoriales y evaluar el espacio; su propósito general es el planteamiento de una serie coherente y cohesionada de acciones que contribuyan a la planeación del espacio público desde el sentir de los posibles usuarios, logrando que sea funcional, usable y placentero.

Teniendo los siguientes propósitos específicos:

1. Planeación a partir de las necesidades e intereses del usuario para lograr la atracción de los sentidos.
2. Generación de zonas innovadoras y recreativas para el descanso, el esparcimiento y la permanencia a partir de experiencias vitales.
3. Reconocimiento de las emociones, las sensaciones y las percepciones de la comunidad.
4. Incorporación de la naturaleza y el confort como elementos clave de la planeación.
5. Creación de espacios sociales con el fin de alcanzar la apropiación y el vínculo.

Fases del proceso y sus competencias: Con base en lo propósitos planteados, se generaron una serie de pasos como estrategias pedagógicas para ayudar a que cualquier persona que quiera cambiar su espacio público, lo planee de una manera háptica para que sea funcional, usable y placentero.



Figura 2: Fases de acción método PAUME. Angie Paola Benítez, 2020

CONCLUSIONES

De acuerdo con la percepción de los lugares desde la perspectiva háptica, y respondiendo a las preguntas de investigación ¿Cómo interviene la experiencia háptica en el uso del espacio público de la ciudad? y ¿Qué aporta a la planeación el uso de la háptica como estrategia para diseñar espacios públicos de calidad?, es primordial entender que los sentidos son el primer contacto para la generación de un vínculo entre las personas y sus espacios. Aquí es donde interviene la experiencia háptica en la ciudad debido a que la conexión del ser humano a partir del canal sensorial permite, no sólo la experimentación de lo que compete directamente a la vista, al tacto, al oído y al olfato, sino a todos los mundos que se desenvuelven a través de ellos; por ende, se concluye:

- La háptica aporta a la planeación todos los elementos para poder entender como planear y diseñar el espacio público para el disfrute de los usurarios por medio de espacios funcionales, usables y placenteros que inviten a usar todos los sentidos en el lugar
- La resignificación del espacio público parte de que las relaciones sociales son trasladados a los edificios privados logrando romper el carácter de la congregación social en la ciudad.
- La agorafobia y la sensación de inseguridad son elementos que deben considerarse en políticas urbanas y planeación, puesto que son el principal factor del abandono de la ciudad.
- El centro comercial, nace como un actor urbano debido a la agorafobia que sufren las ciudades, lo que reconfigura las posibilidades de intercambio y no permite la construcción de ciudadanía.
- La incorporación de háptica en modelos de planeación de ciudad es de vital importancia para revertir el proceso de resignificación del espacio público dónde la ciudad contemporánea se convierte sólo en alamedas, grandes autopistas, y espacios privatizados en el cual los ciudadanos son extranjeros en su propia ciudad.
- El primer contacto háptico de los sujetos con el espacio público pertenece a la naturaleza del lugar.
- Es necesario tener en el espacio público zonas innovadoras que llamen la atención de todos los sentidos.
- El espacio público debe ser un lugar que brinde seguridad y confort a los habitantes de manera que sea una invitación no declinable para que las personas accedan a su utilización.
- El sentido táctil, es decir, habitar desde el tacto, es imprescindible para la aprehensión del espacio público, porque la conciencia corporal involucra la percepción de todos sentidos como una extensión del cuerpo para aceptar o no algún lugar. Esta lectura hace que el diseño sea un éxito o un fracaso puesto que, si los espacios públicos están diseñados para la atracción y el contacto, las personas lograrán apropiarlos y usarlos.
- A través de la háptica, la ciudad adquiere un sentido importante para el cuerpo pues permite disfrutar de una amplia comodidad y de una apropiación de su espacio.
- Cada estímulo sensorial permite que las personas acepten o no un lugar; por ello, es importante que los usuarios sientan la atracción del espacio para que no sea abandonado.
- El instrumento Método PAUME, abre las puertas para planeaciones futuras basadas en la investigación de lo emocional, sensorial y experiencial, permitiendo utilizar las fases del proceso para transformarlas de acuerdo a las necesidades del sujeto con el entorno.

REFERENCIAS

Asociación Nacional de Centros Comerciales ACECOLOMBIA (2017), citado en Moreno Rincón, M (2017). Análisis de los beneficios económicos y sociales percibidos con la puesta en marcha de Cacique El Centro Comercial y de Negocios P.H. en Bucaramanga y su área Metropolitana. Trabajo de grado. Medellín: Universidad EAFIT.

BOGOTÁ, C. V. (2018). Informe de indicadores de calidad de vida de Bogotá.

Cámara de Comercio de Bogotá. (2016). Seguimiento y evaluación al Plan de desarrollo distrital, Bogotá Humana 2012-2016. Bibliotecadigital.ccb.org.co: https://bibliotecadigital.ccb.org.co/handle/11520/2871.

Funez, A.S. (2013). Búsqueda de los sentidos a través de la Arquitectura: Un proceso de investigación. Revista Arte y movimiento, (8).

Gehl, J. (2006). La humanización del espacio urbano. Barcelona: Reverte. Gibson, J. (1977). The concept of affordances. Perceiving, acting, and knowing, 1. Pallasmaa, J. (2006). Los ojos de la piel. Barcelona: Gustavo Gili.

Pallasmaa, J. (2009). Tocando el mundo. Arquitecturas del Sur, (36). Pallasmaa, J. (2012). La mano que piensa. Barcelona: Gustavo Gili.

Pérez, D. (2013). Habitar desde el tacto: Juhani Pallasma y la superación del oculocentrismo en la teoría arquitectónica. AUSART: Journal for Research in Art, 1(1), 33-39.

Sassen, S. (1997). La ciudad global: una introducción al concepto y su historia. Brown Journal of World Affairs, 11(2), 27-43.

Arias, F., Szerman, N., Vega, P., Mesias, B., Basurte, I., Morant, C., ... & Babín, F. (2013). Estudio Madrid sobre

Waldenfels, B. (2005). El habitar físico en el espacio. In Teoría de la Cultura: un mapa de la cuestión (pp. 157-178). México: Fondo de Cultura Económica.

Yory, C. M. (1999). La planificación estratégica y la participación de los actores sociales locales. Interações (Campo Grande), 1(1).

Zumthor, P. (2014). Pensar la Arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili.

LACUNAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIA+ NO CAMPO DO TURISMO

Um ensaio sobre os periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil

Lauren Nicole Gonçalves Duarte
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
lnicoleduarte@hotmail.com

Gisele Silva Pereira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
gisele_pereira@hotmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: turismo; LGBT; produção acadêmica; disseminação do conhecimento; diversidade.

INTRODUÇÃO

Em 1993, há apenas 28 anos, a Organização Mundial da Saúde - OMS - deixava de listar a homossexualidade como uma doença mental, para qual haveria tratamento (DIETER, 2012); em 2019, há apenas 2 anos, a mesma organização passou a desconsiderar, também, a transsexualidade como tal (PSICOLOGIA, 2019). Uma breve análise dessas afirmações é suficiente para escancarar como as questões de gênero e de sexualidade ainda são pouco debatidas e estudadas no mundo contemporâneo. Se isso ocorre até mesmo no campo da saúde - como visto sobre a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1993) - o que acontece nos demais centros acadêmicos e do conhecimento, como no Turismo?

O presente estudo busca analisar o quanto a temática LGBTQIA+[1] vem sendo discutida e abordada nas produções acadêmicas vinculadas aos periódicos nacionais do turismo, mais especificamente, dos programas de pós-graduação brasileiros em turismo O objetivo é investigar tais produções e apresentar dados que corroboram o que já é sabido: há uma grande lacuna no conhecimento acerca de tal temática.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da proposta apresentada, foram investigados os 8 periódicos vinculados aos 11 programas de pós-graduação nacionais relacionados à área do turismo (Figura 1).

[1] Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (Travestis, Transexuais, Não-binários e Crossdressers), Queer, Intersexuais, Assexuais e Agêneros, e as demais variações de orientação e de gênero.

Periódico	Início	Vinculação – PPG
Turismo em Análise	1990	Turismo, Universidade de São Paulo [USP]
Turismo: Visão e Ação	1998	Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí [UNIVALI]
Caderno Virtual de Turismo	2001	Turismo, Universidade Federal Fluminense [UFF] [publicação em parceria com outras instituições]
Revista Hospitalidade	2004	Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi [UAM]
Turismo e Sociedade	2008	Turismo, Universidade Federal do Paraná [UFPR]
Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade	2009	Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul [UCS]
Cenário	2013	Turismo, Universidade de Brasília [UnB]
Revista de Turismo Contemporâneo	2013	Turismo, Universidade Federal de Rio Grande do Norte [UFRN]

Figura 1: Periódicos vinculados a Programas de Pós-Graduação (PPG) com área básica Turismo.
Fonte: PEREIRA; CAMILOTTO & DE CONTO, 2018.

O material apresentado foi elaborado através de uma pesquisa quantitativa com abordagem descritiva, amparada em referenciais bibliográficos. Assim, após a seleção dos periódicos, foi realizada uma busca dentre todos os conteúdos publicados e disponíveis para acesso digitalmente até o início de setembro de 2021, quando foi feita a curadoria das publicações. Seis expressões foram escolhidas para filtrar o material encontrado: “LGBT”, “turismo LGBT”, “homossexualidade”, “homoafetividade”, “orientação sexual”, e "diversidade" (esses termos poderiam ocupar tanto o papel de palavra-chave, nos artigos, como também poderiam fazer parte de discursos). Em seguida, os artigos, e demais tipos de publicação que tinham relação com alguma expressão citada acima, foram novamente verificados, individualmente, para identificar demais informações a seu respeito. No total, foram analisadas 3.472 publicações.

RESULTADOS

Como produto da pesquisa, foi verificado que as revistas dos programas nacionais de pós-graduação em turismo ainda apresentam uma grande lacuna referente às questões envolvendo gênero e sexualidade. As buscas realizadas nos sites dos periódicos selecionados resultaram em dados bastante negativos sobre a realidade das produções acadêmicas nas últimas décadas. A revista mais antiga que foi analisada foi a Turismo em Análise, de 1990, e, como pode ser visto na Figura 2, foi aquela mais problemática, com zero publicações envolvendo a temática abordada no estudo; a exceção foi na busca pela palavra “diversidade”, onde houve material relacionado, porém, como será visto à frente, esse resultado é apenas simbólico e ilusório. Infelizmente, essa não foi a única revista com zero publicações.

A Revista de Turismo Contemporâneo, uma das mais recentes, de 2013, também apresentou material somente relacionado à palavra “diversidade”. Se, no caso da Revista Turismo em Análise, esse resultado pode até mesmo ser explicado pela idade do periódico, o qual surgiu em um momento de maiores tabus envolvendo questões LGBT, o que justifica a ausência de conteúdos na Revista de Turismo

Contemporâneo? Aliás, no que está se baseando essa contemporaneidade apontada no nome do jornal, se não há abordagem de tópicos atuais e importantes ao turismo e à sociedade como um todo? Lastimavelmente, não foi possível encontrar respostas que esclareçam ou que refutem tais observações.

Os periódicos mais bem relacionados - ainda que com pouquíssimas publicações encontradas sobre o assunto estudado - foram: Revista Rosa dos Ventos, Turismo e Hospitalidade; e Revista Cenário. Ambas se destacando no que diz respeito aos termos "LGBT" e "Turismo LGBT" que foram buscados.

	TURISMO EM ANÁLISE	TURISMO: VISÃO E AÇÃO	CADERNO VIRTUAL DE TURISMO	REVISTA HOSPITALIDADE	TURISMO E SOCIEDADE	ROSA DOS VENTOS TURISMO E HOSPITALIDADE	CENÁRIO	REVISTA DE TURISMO CONTEMPORÂNEO
LGBT	0	1	0	2	1	4	4	0
Orientação Sexual	0	1	1	0	0	1	0	0
Homoafetividade	0	0	0	0	0	0	0	0
Turismo LGBT	0	1	0	2	1	4	4	0
Homossexualidade	0	1	2	0	0	3	0	0
Diversidade	12	13	19	11	5	21	3	4
Total de Textos	736	700	632	258	295	547	153	151

Figura 2: Quadro dos periódicos analisados e resultados de busca dos itens citados.
Fonte: Autoras, 2021.

Diversidade - no turismo

O termo com mais publicações relacionadas, dentre as expressões elencadas, foi "diversidade", como mostra a Figura 2. Isso, entretanto, não significa que o percentual de itens encontrados com alguma relação a essa palavra tenha sido expressivo. Na verdade, em todos os 8 periódicos estudados, as porcentagens ficaram abaixo de 5% - a Revista Hospitalidade foi a melhor colocada, com apenas 4,26%. Esse resultado, porém, não deve ser encarado como final, uma vez que "diversidade" é uma palavra que pode ser encontrada em situações e temas bastante plurais. Diante dessa percepção, a pesquisa individual dos artigos que surgiram relacionados à expressão foi fundamental para que uma análise adequada acontecesse e mostrasse a realidade. Assim, foi verificado que "o tipo" de diversidade a que a maioria expressiva dos trabalhos encontrados se referem não é o mesmo buscado no estudo. A figura 3, abaixo, traz a lista de artigos que possuem verdadeira ligação com o tipo de diversidade procurada na pesquisa; é notável que, a partir desse novo recorte, a nova porcentagem relativa ao termo "diversidade" se torna meramente simbólica, passando dos 4,26% para menos de 0,50%. Mudando de um total de 88 publicações para apenas 4; uma queda de aproximadamente 96%.

Revista	N.º de publicações com a palavra "diversidade"	N.º de publicações com a palavra "diversidade" relativo ao tema	Artigo
1. Turismo: Visão e Ação	13	0	-
2. Rosa dos Ventos, Turismo e Hospitalidade	21	2	Turismo Gay-Friendly: Segmento de Demanda Latente / Gay-Friendly Tourism: Latent Demand Segment. Palavras-chave: Turismo. Segmentação. LGBT. Gay-friendly. Santa Maria-RS, Brasil 2018 --- O Comportamento do Turista LGBT com Relação ao Consumo em Viagens de Lazer / LGBT Tourist Behavior Regarding Leisure Travel Consumption. Palavras-chave: Turismo. Hedonismo. Parada do Orgulho LGBT. São Paulo-SP, Brasil 2019
3. Turismo e Sociedade	5	0	-
4. Revista Hospitalidade	7	0	-
5. Cenário	3	1	Lazer e turismo LGBT em Brasília/DF sob a perspectiva da hospitalidade Palavras-chave: Turismo. LGBT. Hospitalidade. Lazer. Brasília 2018
6. Turismo em Análise	11	0	-
7. Revista de Turismo Contemporâneo	4	0	-
8. Caderno Virtual de Turismo	19	1	Parada gay de São Paulo: evento de compromisso social ou uma grande festa na Avenida Paulista? Palavras-chave: Parada Gay; Homossexualidade; Compromisso Social 2006

Figura 3: Quadro dos artigos vinculados ao termo "Diversidade" com relação ao tema estudado.
Fonte: Autoras, 2021.

Essa análise demonstra como a palavra diversidade ainda é pouco utilizada abordando as questões de gênero e de sexualidade nas produções acadêmicas vinculadas ao campo do turismo no Brasil. Tal resposta causou considerável estranhamento às autoras, uma vez que a atualidade vem tratando cada vez mais sobre a pluralidade relacionada à temática LGBTQIA +; com a utilização da palavra diversidade, em discursos orais e escritos, crescendo significativamente e comumente se referindo às causas de gênero e de sexualidade. Uma simples busca no Google traduz a realidade nas pesquisas feitas, mostrando como o termo ainda é majoritariamente relacionado apenas a alguns contextos (Figura 4).



Figura 4: *Print Screen* da caixa de buscas do *Google* relativo à palavra "diversidade".
Fonte: Autoras, 2021.

LGBT e Turismo LGBT - no turismo

Os termos pesquisados que trouxeram resultados mais positivos foram LGBT e Turismo LGBT, ambos com mesma quantidade de publicações relacionadas e, inclusive, encontrados nos mesmos materiais (Figura 5). Ou seja, os artigos que utilizaram "LGBT" no seu conteúdo são os mesmos que também possuem "Turismo LGBT" no material. Porém, apenas 5, dos 8 periódicos estudados, possuíram resultados na busca realizada sobre os dois termos (Figura 2).

Assim como no caso da palavra "diversidade", os números não foram expressivos, inclusive, as porcentagens foram inferiores a 3%, com a Revista Cenário marcando 2,61% e liderando. Porém, quanto às expressões LGBT e Turismo LGBT, não houve mudança significativa de percentual quando as publicações foram analisadas individualmente (diferentemente do que ocorreu na busca por "diversidade"). Na verdade, apenas na Revista Cenário houve mudanças, com uma queda de aproximadamente 25%, uma vez que, das 4 publicações encontradas na busca geral relativa às expressões LGBT e Turismo LGBT, 3 possuem, de fato, relação com a temática investigada. Assim, a porcentagem citada, sobre a Revista Cenário, mudou de 2,61% para 1,97%.

Revista	N.º de publicações com a palavra "diversidade"	N.º de publicações com a palavra "diversidade" relativo ao tema	Artigo	Palavras-chave e Ano da Publicação
1. Turismo: Visão e Ação	1	1	Turismo GLS e o perfil do seu público consumidor na Região Norte do Paraná.	Palavras-chave: Turismo GLS, homossexualidade, segmentação de mercado. Ano: 2011
2. Rosa dos Ventos, Turismo e Hospitalidade	4	4	O Comportamento do Turista LGBT com Relação ao Consumo em Viagens de Lazer / LGBT Tourist Behavior Regarding Leisure Travel Consumption.	Palavras-chave: Turismo. Hedonismo. Parada do Orgulho LGBT. São Paulo-SP, Brasil. Ano: 2019
			Turismo Gay-Friendly: Segmento de Demanda Latente / Gay-Friendly Tourism: Latent Demand Segment.	Palavras-chave: Turismo. Segmentação. LGBT. Gay-friendly. Santa Maria-RS, Brasil. Ano: 2018
			As Viagens e as Experiências de Fronteira na Transgressão do Armário Gay - Travel and Border Experiences in Transgression of Gay Closet.	Palavras-chave: Turismo. Turismo LGBT. Relatos de Viagem. Homossexualidade. Armário gay. Ano: 2017
			Por um Mundo Mais Amoroso e Autopoiético! Reflexões Amorcomtur! Durante a Pandemia Covid 19 / For a More Loving and Autopoietic World! Reflections Amorcomtur! during Pandemic Covid-19.	Palavras-chave: Turismo; Amorcomtur!; Amorosidade; Autopoiese; Covid-19. Ano: 2020
3. Turismo e Sociedade	1	1	O Papel do Marketing no Turismo LGBT: Um Contributo Exploratório no Contexto Português.	Palavras-chave: Turismo; Comportamento do Consumidor; Marketing de Turismo; LGBT. Ano: 2018
4. Revista Hospitalidade	1	1	Consumo Conspícuo: Perspectiva de Fidelização do Consumidor LGBT no Setor de Turismo Brasileiro.	Palavras-chave: Consumo Conspícuo; Consumidor LGBT; Fidelização do cliente; Setor de turismo brasileiro. Ano: 2018
5. Cenário	4	3	Turismo LGBTQ+ > Aplicação bibliométrica na pesquisa científica dos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil (1997 ™ 2019).	Palavras-chave: Turismo LGBTQ , Sexualidade, Dissertações, PPGTUR, Bibliometria. Ano: 2021
			Lazer e turismo LGBT em Brasília/DF sob a perspectiva da hospitalidade	Palavras-chave: Turismo. LGBT. Hospitalidade. Lazer. Brasília. Ano: 2018
			Conjugalidade, parentalidade, regulação da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays e transgêneros no Brasil	Palavras-chave: Turismo. Ano: 2013.

Figura 5: Quadro dos artigos vinculados aos termos "LGBT" e "Turismo LGBT" com relação ao tema estudado. Fonte: Autoras, 2021.

Importante ressaltar que a escolha do acrônimo "LGBT[2]", em vez de LGBQIA+, foi feita por ser a sigla ainda mais popularmente utilizada para se referir à tal parcela da sociedade de modo inclusivo e respeitoso.

[2] Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (Travestis, Transexuais, Não-binários e Crossdressers).

Homoafetividade, Homossexualidade e Orientação Sexual - no turismo

Os termos pesquisados que trouxeram piores resultados - até mesmo nulos - foram: homoafetividade, homossexualidade e orientação sexual; sendo que "homoafetividade" não gerou resultado de busca em nenhum dos periódicos analisados no estudo. As outras duas expressões possuíram correspondência, ainda que de maneira bastante irrisória. Tal produto foi um pouco impactante, uma vez que "homossexualidade" é uma palavra que ainda é confundida como sinônimo para LGBT (e siglas mais específicas como LGBTQIA+) em discursos orais. Além disso, a homoafetividade, ou a afetividade não heterocisnormativa, é, por vezes, esquecida nas produções de conhecimento, pois permanece a noção de que as relações que se distinguem das normas sociais há muito instauradas na sociedade atual, são puramente sexuais, libidinosas, erradas e imorais. Talvez essa seja uma explicação para a inexistência de material relacionado a tal termo nos conteúdos da pós-graduação em turismo - e demais centros do saber.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante citar que antes mesmo da pesquisa ser iniciada, já era imaginado que os dados resultantes da investigação seriam desanimadores, uma vez que a temática estudada ainda é pouco abordada nos centros acadêmicos do turismo, como um reflexo da sociedade em geral. Assim, o estudo buscava, de certo modo, encontrar elementos que refutassem as ideias mais generalistas e negativas iniciais, através de dados concretos e fundamentados, que seriam obtidos durante a pesquisa. Previsivelmente, dessa forma, as informações encontradas ao longo do estudo, apenas serviram para corroborar os pensamentos individuais das autoras, pautado nas suas experiências particulares, de que a questão LGBTQIA+ ainda é pouco presente no campo do turismo, com uma quantidade tão-só simbólica de material produzido acerca do tema.

Diante da quantidade expressiva de conteúdo geral publicado pelas 8 revistas investigadas, os resultados obtidos no recorte investigado apenas escancaram o cotidiano atual. Um dos dados mais impactantes desse estudo foi relativo à palavra "diversidade" e às publicações que lhe envolviam. Como apresentado anteriormente, foi necessário realizar um recorte no recorte, uma vez que a pluralidade de significados que "diversidade" pode adotar é bastante significativa. No entanto, se acreditava que essa multiplicidade de sentidos e de contextos que envolviam "diversidade" fosse contemplar a temática LGBTQIA+. O que não ocorreu. Isso traduz, em dados quantitativos obtidos na pesquisa, as experiências sociais do cotidiano, onde há uma diversidade aceitável e outra omitida e/ou desnecessária - até mesmo, problemática. Os textos que possuem relação com essa palavra abordam temas como acessibilidade universal, deficiências intelectuais e/ou físicas, religião, sustentabilidade, etnicidade, questões de raça, dentre outros tópicos de extrema importância para o turismo. No entanto, as questões de gênero e de sexualidade parecem ainda não ser categorizadas como uma diversidade relevante no campo do turismo.

REFERÊNCIAS

DIETER, Cristina. “As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional”. **Instituto Brasileiro de Direito de Família** [Internet], 2012. Acesso em 13 de setembro de 2021. Disponível em: https://ibdfam.org.br/_img/artigos/As%20ra%C3%ADzes%20hist%C3%B3ricas%2012_04_2012.pdf.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** CID 10. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 1993.

PEREIRA, Gisele; CAMILOTTO, Samara; DE CONTO, Suzana. “Produção do conhecimento sob a dimensão ambiental em eventos turísticos e megaeventos esportivos: uma análise dos periódicos vinculados a programas nacionais de pós-graduação em Turismo”. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**. Caxias do Sul: Vol. 10, N.1, pp. 153-168.

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS.** 2019. Acesso em 19 de julho de 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializaoms/.

MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM LOTEAMENTOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Andressa Viviane Dumke Noviski
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
andressanoviski5@gmail.com

Nirce Saffer Medvedovski
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
nirce.sul@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Percepção; Resíduos Sólidos Urbanos; Ambiente e Comportamento; Síndrome de Diógenes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está sendo desenvolvido no mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. O tema da pesquisa em questão é o manejo cotidiano dos resíduos sólidos urbanos em áreas de habitação de interesse social e o impacto sobre a qualidade de vida dessas comunidades. Estas áreas concentram parte significativa da população brasileira, e além disso, o aumento constante no percentual de resíduos sólidos produzidos atualmente com o avanço da industrialização e dos índices de consumo, agravam os riscos ambientais causados pela inadequação no cuidado urbano quanto aos resíduos produzidos.

O crescimento acelerado das cidades e o modelo de vida atual que se baseia em consumo e produção de bens, gera um grande número de resíduos, que segundo os dados da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, no Brasil saiu de 67 milhões de tonelada em 2010 para 79 milhões de tonelada em 2019 (ABELPRE, 2020). Como afirma o autor Marques (2005), são escassas as atividades humanas que não geram resíduos e por isto, este tem se tornado um dos maiores problemas ambientais na atualidade. Considera-se também a falta de locais adequados para este fim, devido ao crescente processo de urbanização (PEREIRA; CURI, 2013).

A inadequação na disposição dos resíduos sólidos urbanos é um dos fatores que auxilia no aumento dos problemas e da degradação ambiental. Segundo o próprio Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/UNEP (2013), quando dispostos de maneira inadequada, os resíduos causam uma série de riscos ambientais como a poluição do solo, do ar e das águas, afetando a qualidade de vida da população em geral. É necessário também observar que, se estes fatores já impactam no meio ambiente, maiores são os impactos em áreas que já sofrem devido a precarização e a falta de urbanização.

Em loteamentos precários, denominação utilizada para representar assentamentos urbanos inadequados e ocupados por moradores de baixa renda (BRASIL, 2005), esse fator é agravado pelo descuido da comunidade quanto ao acúmulo de lixo nas ruas e em pontos específicos que não são os da coleta seletiva promovida pelos órgãos públicos, observando que esta muitas vezes não ocorre no perímetro

do loteamento. Segundo Maricato (1996), são exatamente as áreas mais frágeis do ponto de vista ambiental e que por esse motivo jamais deveriam ser ocupadas, as que mais sofrem devido a influência da falta de infraestrutura adequada.

Ferreira (2008), afirma ser do Estado o papel de promover o desenvolvimento da infraestrutura nas cidades. Entretanto, aspectos que se relacionam principalmente ao gerenciamento de resíduos sólidos, são muitas vezes esquecidos dentro dos projetos e das abordagens de soluções para loteamento urbanos, tornando isto ainda mais frequente dentro do contexto de padrões desiguais nas cidades atuais (MONTE-MÓR; COSTA, 2002).

Entretanto, não é somente nas áreas públicas que se concentra o acúmulo de resíduos sólidos e de materiais inutilizados, também se encontram em grande parte das residências, o que pode gerar maiores riscos à saúde. Os autores Almeida e Ribeiro (2011), afirmam existir uma síndrome denominada Diógenes (SD) que se caracteriza pela quebra de padrões sociais, que podem ser observados no descuido pessoal e da habitação, além do acúmulo de objetos e resíduos. Portanto, para compreender questões relacionadas a este fator é necessária uma abordagem multidisciplinar sobre os problemas sociais e psicológicos aos quais os moradores estão expostos devido a situação de vulnerabilidade social.

Sendo assim, o problema de pesquisa a ser estudado é a falta de parâmetros para o manejo adequado dos resíduos sólidos em loteamentos populares promovidos por programas habitacionais e o descaso por parte da população residente sobre a convivência com os resíduos no cotidiano de suas residências. Dessa forma, a pergunta de pesquisa é como o projeto se desenvolve para atender as necessidades da população residente referente ao manejo dos resíduos sólidos urbanos e ainda, como os moradores se relacionam com os resíduos produzidos e acumulados na área.

Para isto, busca-se analisar o processo de disposição e destinação dos resíduos sólidos em áreas de habitação de interesse social, partindo de dois aspectos. Primeiramente, o tratamento desenvolvido pelo setor público, identificando as propostas destinadas a atender este espaço. E nesse contexto, identificar também como o programa habitacional implantado contempla as propostas para fins de tratamento dos resíduos sólidos urbanos e de que modo foram executadas para obter êxito na área. Já o segundo aspecto, é o manejo cotidiano dos resíduos sólidos pelos moradores, visando compreender como ocorre o acúmulo nas residências e qual o entendimento dos habitantes sobre as situações de risco e prejudiciais à saúde as quais estão expostos devido ao impacto da presença dos resíduos em áreas urbanas.

Com isso, o objetivo desta pesquisa é propor possíveis melhorias e intervenções que busquem êxito para o manejo de resíduos sólidos em loteamentos precários de habitação de interesse social. Os objetivos específicos são: Analisar como ocorre o manejo cotidiano dos resíduos sólidos produzidos em loteamentos precários, identificando assim o processo de disposição, coleta e os pontos de acúmulo na área; avaliar até que ponto a infraestrutura urbana é adequada para o recebimento do veículo que realiza a coleta; verificar o grau de envolvimento e conhecimento do processo pelos moradores, além de entender a relação criada entre estes e o manejo dos resíduos sólidos em busca de conhecer a realidade do loteamento; e compreender a relação entre a carência material e a necessidade de acúmulo de objetos pelos moradores.

METODOLOGIA

A pesquisa enquadra-se na área de Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário, sendo assim, a metodologia utilizada neste trabalho é baseada na área da Percepção Ambiental, com enfoque no estudo do comportamento ecológico, denominado pelas autoras Pato e Campos (2011), como as ações que visam proteger o meio ambiente e diminuir o impacto ambiental causado pelas atividades do cotidiano. Será realizada de forma exploratória, pois busca maior proximidade com o problema para torná-lo mais evidente (GIL, 2007). E está dividida em dois eixos, primeiramente sendo desenvolvida a revisão da literatura, com pesquisa documental e bibliográfica. E em seguida a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas, questionários e ainda, desenvolvimento de mapas comportamentais da área analisada.

Será realizada a análise do objeto de estudo, o loteamento Anglo, na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, que recebeu intervenção do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) – Urbanização de Assentamentos Precários do Governo Federal. A área foi determinada devido a situação de precariedade e vulnerabilidade em que os moradores residem, apesar do investimento realizado anteriormente no local para realocação das famílias que até então viviam em situação de extrema inadequação habitacional, além disso é notório o acúmulo de resíduos em pontos específicos do loteamento e dentro das próprias residências.

Segundo Rheingantz (2009), as entrevistas buscam averiguar fatos, opiniões e sentimentos, afim de conhecer a conduta dos habitantes e além disso, o uso de entrevistas não estruturadas possibilita maior aprofundamento sobre as percepções e atitudes da população. Já os questionários, oportunizam um número maior de respondentes em busca de avaliar o perfil dos mesmos, juntamente com a opinião geral dos moradores sobre o assunto (RHEINGANTZ, 2009). Por fim, os mapas comportamentais são um instrumento baseado no registro de observações sobre o ambiente, auxiliando na compreensão do local e de seu cotidiano a partir do comportamento dos usuários e das atividades realizadas na área (RHEINGANTZ, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se encontra em fase inicial com a realização do levantamento bibliográfico e documental. Além disso, iniciou-se a fase de contato com o objeto de pesquisa a partir da observação do ambiente, onde é notória a presença de acúmulo de resíduos pelas ruas e principalmente em pontos específicos. Com a participação voluntária no projeto de extensão de Melhorias Construtivas em Habitações de Interesse Social no loteamento PAC Anglo, foi possível realizar a observação do ambiente interno das residências, onde encontraram-se diversas casas com acúmulo excessivo de resíduos inutilizados pelos moradores. Ainda, foram aplicadas previamente e de forma inicial, três perguntas no Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) em parceria com o projeto de extensão em questão, buscando captar respostas sobre a coleta de resíduos, a frequência de passagem do recolhimento pelo bairro e os pontos onde os moradores realizam o descarte. Atualmente, os dados estão em fase de análise.

Durante o desenvolvimento, esta pesquisa buscará analisar e compreender as relações estabelecidas entre os moradores e o manejo de resíduos sólidos juntamente com o conhecimento sobre seu

tratamento adequado e a realidade atual no loteamento Anglo após a implantação do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, vindo a conhecer as semelhanças e diferenças existentes entre esta área e o restante da cidade. Com isso, entender a importância de medidas que ampliem o cuidado e o conhecimento da população residente e que garantam o direito básico dos moradores de acesso à uma melhor qualidade de vida.

CONCLUSÕES

A relevância desta pesquisa se dá pela presença de áreas semelhantes em diversas cidades brasileiras e que atualmente ainda não contam com soluções adequadas aos problemas urbanos referentes ao manejo cotidiano dos resíduos sólidos, os quais não foram equacionados pelos programas e projetos habitacionais governamentais. Considerando também que, o crescente número de resíduos produzidos e acumulados em áreas urbanas devido o modelo de vida atual é agravado em loteamentos precários pela falta de informação e conscientização dos moradores. Enfatiza-se ainda que, o acúmulo e o descuido com os resíduos sólidos são muitas vezes banalizados e minorados, deixando assim de evidenciar os riscos aos quais expõem a população, bem como compreender que o manejo inadequado e o acúmulo de objetos pode ser entendidos como reflexo dos problemas sociais e psicológicos aos quais os moradores estão expostos devido a situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020**. 2020.

ALMEIDA, R.; RIBEIRO, O. **Síndrome de Diógenes: revisão sistemática da literatura**. Revista Portuguesa de Saúde Pública, 2011, p. 89-99.

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação.** Brasília: Cadernos M. Cidades nº 4, 2005.

FERREIRA, Z. **Programa de Aceleração do Crescimento: a execução orçamentária e financeira.** XIII Congresso Internacional del CAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARQUES, J.R. **Meio Ambiente Urbano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005.

MENEZES M. T. **Tratamento de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2014.

MONTE-MÓR, R; COSTA, H. **Urbanization & Environment: trends and patterns in contemporary Brazil**. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E. e COSTA, H. S. M. Population and environment in Brazil: Rio +10. Campinas, 2002.

PATO, C. M. L; CAMPOS, C. B. **Comportamento Ecológico**. In: CAVALVANTE, S; ELALI, G. A. Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

PEREIRA, S; CURI, R. **Modelos de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.** In: LIRA, W; CÂNDIDO, G. (Orgs.) Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa. Campina Grande, 2013.

RHEINGANTZ, P. A., et al. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

UNEP - UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Guidelines for National Waste Management Strategies:** Moving from Challenges to Opportunities. 2013.

MAPEAMENTO DISCURSIVO DA EXPANSÃO IMOBILIÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Pistas sobre o marketing no mercado imobiliário local entre 2018 e 2020

Paolla Clayr de Arruda Silveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense | Brasil
paolla.silveira@iff.edu.br

Leticia Maia Pimentel Pereira da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense | Brasil
leticia.pimentel@gsuite.iff.edu.br

Ana Carolina de Carvalho Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense | Brasil
carolina.c@gsuite.iff.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: expansão urbana; crescimento imobiliário; marketing imobiliário

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz parte dos resultados provenientes do Projeto de Iniciação Científica em andamento junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, vinculado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. O foco para este congresso está em demonstrar os resultados encontrados até o momento sobre o marketing no mercado imobiliário na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ entre 2018 e 2020, através da forma como determinados conceitos são abordados dentro da estratégia de vendas, à luz da semiótica.

Que o mercado imobiliário impacta o território urbano, em termos de mobilidade urbana, segregação espacial, gestão dos resíduos sólidos, além do debate habitacional, de saúde e bem-estar, não é nenhuma novidade em cidades brasileiras. Como Maciel (2013, p. 2) diz, “todo empreendimento passa por uma sequência de planejamento, implantação e comercialização”, e durante esse processo é possível identificar quais condicionantes estão sendo usados como iscas a determinada parcela da sociedade.

Maciel (2013) explica que esses fatores poderiam ser esquematizados em três classes, sendo os pragmáticos (quando se vinculam aos caracteres técnicos da construção), os legais (ao mostrar dizeres sobre aspectos do direito), e os intangíveis (nas condições dos desejos, das particularidades individuais de cada sujeito).

Esses elementos vão sendo potencializados conforme o público-alvo esperado para determinada construção, dando ênfase às características que melhor engajariam as pessoas no interesse pelo imóvel

em questão, então, o texto é considerado um objeto linguístico-histórico, e, neste trabalho, buscou-se a enunciação que se inscreve no campo da publicidade enquanto objeto, pois como afirma Charadeau (p. 20), "o mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação". Nesse aspecto, Sant'Anna (2002) afirma que o estudioso desses elementos discursivos deve retomar algumas ferramentas para desenvolver análises de textos produzidos nas mais diferentes esferas da vida social e com todas as abrangências das tipologias textuais verbais e/ou não verbais.

METODOLOGIA

Os objetos de análise são resultados de busca através da internet e registro fotográfico de ações publicitárias expostas pela cidade. Inicialmente os dados foram agrupados por empreendimento, para melhor detalhamento de cada caso, com as informações de nomenclatura, ano de lançamento e situação das obras, localização, além de preço médio para venda, servindo como reconhecimento para propostas estratégicas. Para cada empreendimento foram classificados os elementos verbais e não-verbais presentes em cada anúncio, como a descrição das imagens que serviram de fundo para esses discursos, podendo assim proporcionar a busca por correlações entre as informações fornecidas ao consumidor e a maneira como são apresentadas, numa perspectiva semiolinguística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados alcançados até o momento mostram, na Figura 1, a distribuição dos empreendimentos por ano, onde fica evidente a queda nos lançamentos imobiliários no ano de 2020, quando o mundo experenciou o pior momento da pandemia de Covid-19, com sinais de retomada para 2021.

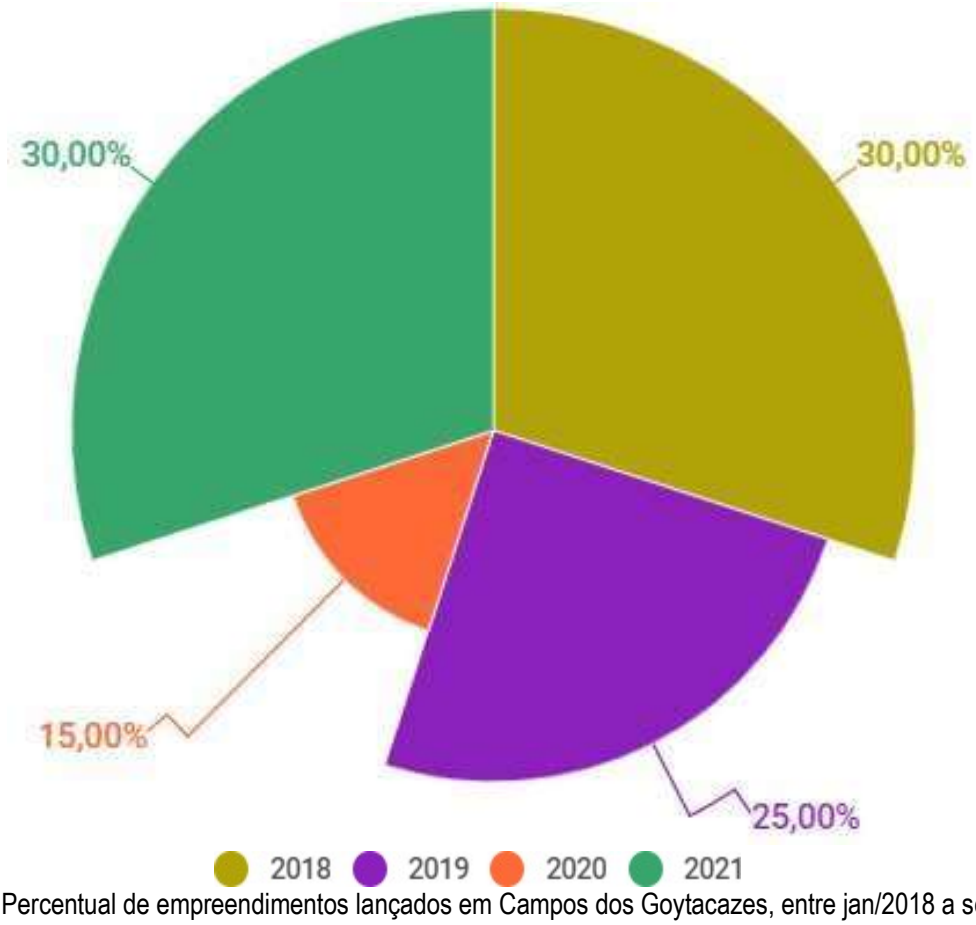


Figura 1: Percentual de empreendimentos lançados em Campos dos Goytacazes, entre jan/2018 a set/2021.
Fonte: Autoria própria, 2021.

Até a presente data, foram mapeados 20 empreendimentos imobiliários, porém, por se tratar de uma pesquisa em andamento, os dados a partir daqui englobam somente os anos de 2018 até 2020, por considerar que 2021 poderia comprometer as análises diante do fato de ainda estar acontecendo.

Como já mencionado na Metodologia, as informações de valor de venda e tipologia construtiva também foram levantadas, proporcionando a montagem da Figura 2, que correlaciona os valores de venda com os modelos, demonstrando que os loteamentos possuem os menores preços enquanto os apartamentos seguem atingindo as mais variadas faixas de preço.

Outro dado interessante é o valor das casas prontas para morar, que aparecem entre os valores mais baixos (R$ 100 a R$ 150 mil) e também nos mais elevados (R$ 300 a R$ 350 mil). Essa relação tipologia versus valor de venda tem um impacto direto com a localização desses empreendimentos, que abrangem os modos de viver de cada bairro e buscam se alinhar a renda familiar dessa região.

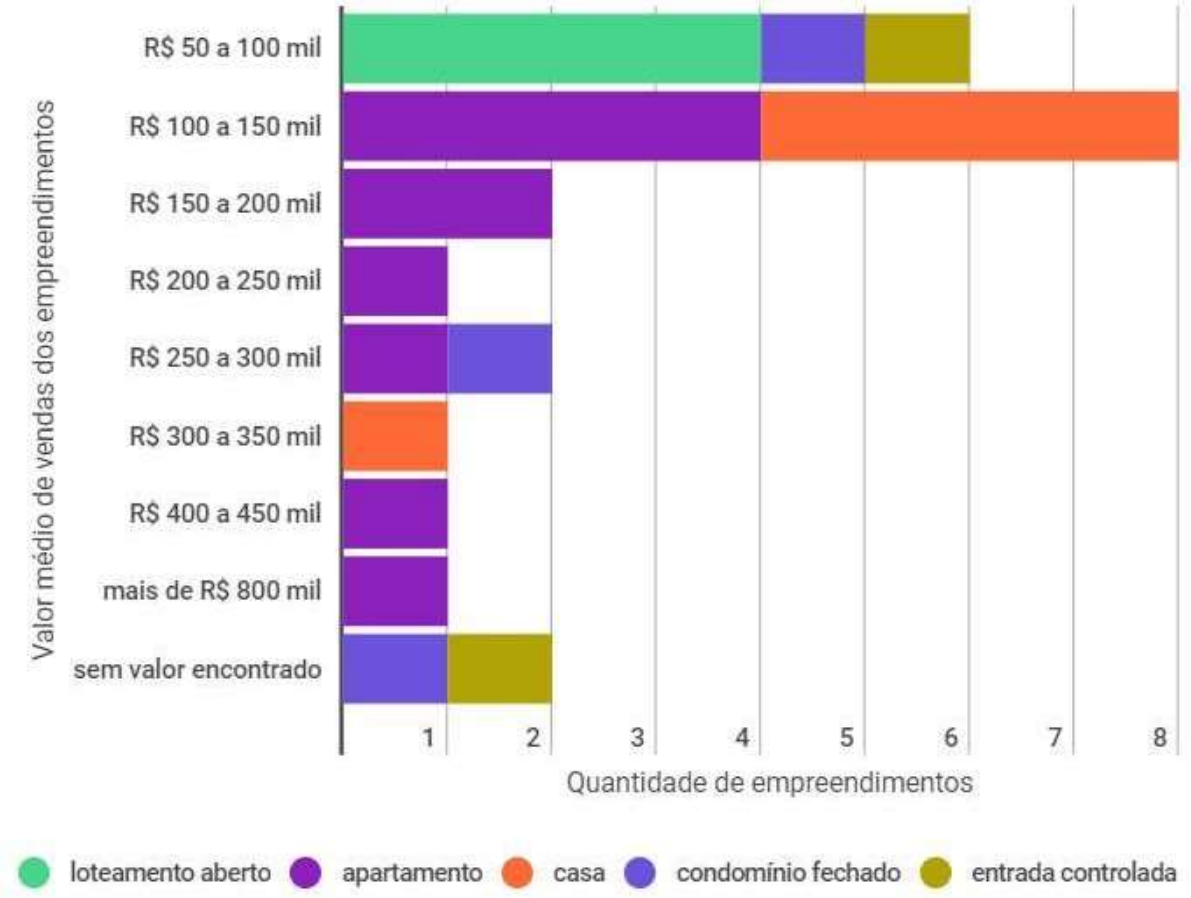


Figura 2: Percentual de empreendimentos lançados em Campos dos Goytacazes, entre jan/2018 a set/2021. Fonte: Autoria própria, 2021.

Tratando da expansão urbana da cidade pelo viés enunciativo em que os empreendimentos fazem de si para o outro, faz-se importante o desenvolvimento de mapas que os situem no tecido urbano, como na Figura 3, a fim de perceber visualmente os vetores de investimento de capital e expansão, assim como traçar o paralelo entre esses vetores e os elementos contidos nos anúncios de publicidade, sempre na tentativa de revelar elementos tangíveis e intangíveis no processo.

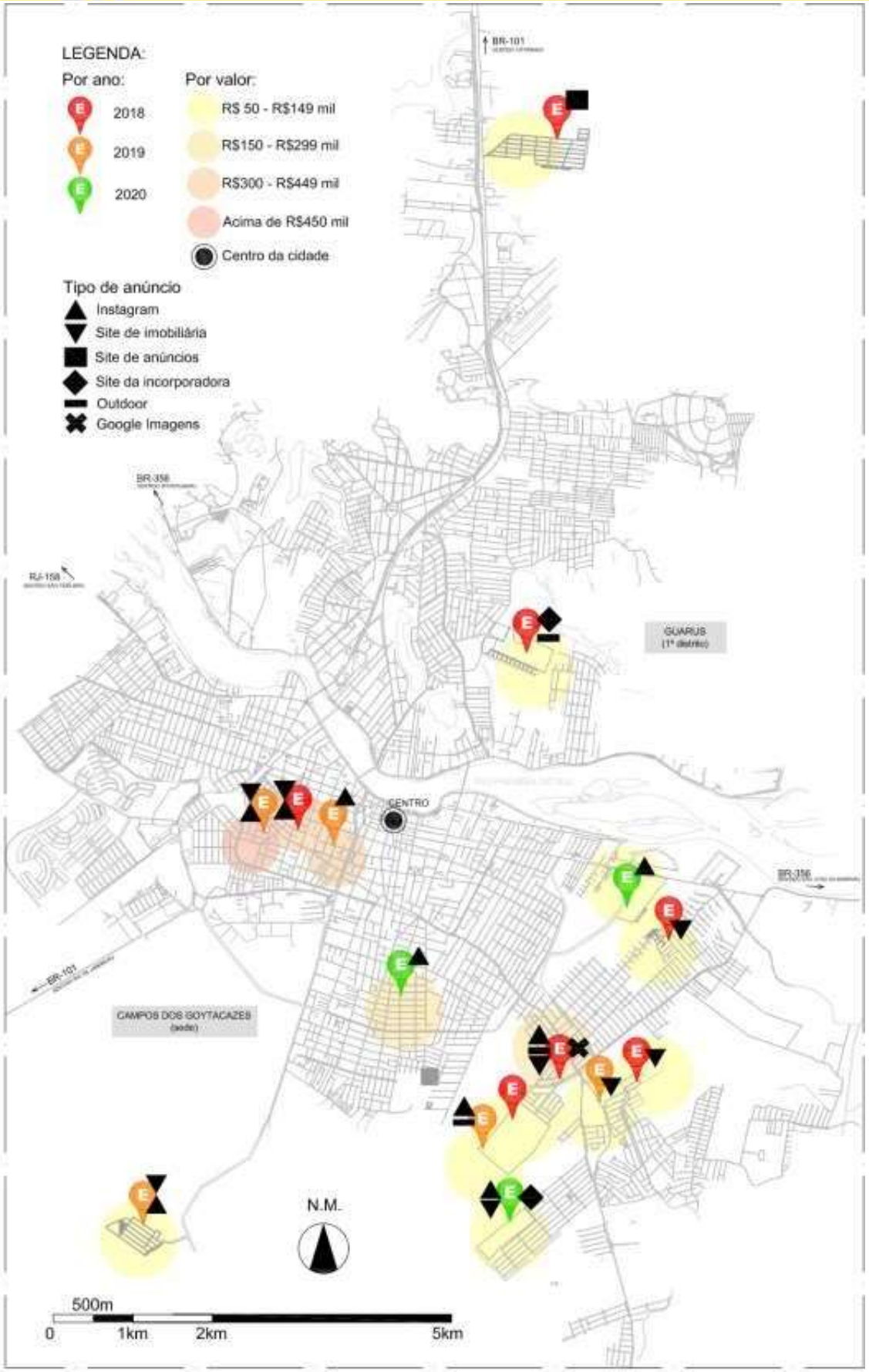


Figura 3: Mapa de localização dos empreendimentos entre 2018 e 2020 em Campos dos Goytacazes. Fonte: Autoria própria, 2021.

Na Figura 3 há o cruzamento de quatro variáveis: o ano de lançamento, a localização, valor médio de venda e tipo de anúncio encontrado referente ao empreendimento, sendo possível traçar alguns paralelos.

É visível que, em termos territoriais, os investimentos imobiliários acontecem com maior frequência na sede da cidade de Campos, enquanto do outro lado do rio, o distrito de Guarus recebe poucos empreendimentos habitacionais. Os locais mais distantes possuem o valor médio de venda inferior quando comparado aos situados na região central, sendo 2018 marcado pelo maior quantitativo de empreendimentos distante da centralidade. Outro elemento interessante está na relação da localização, do valor médio de venda e dos tipos de anúncios encontrados. É possível notar que outdoors estão presentes nos empreendimentos mais baratos, de forma a alcançar pessoas que circular pela cidade e podem se interessar pelo imóvel.

O Instagram aparece com frequência em muitos desses imóveis. Partindo desses dados, as análises de anúncios desses imóveis e a forma como os desejos, interesses e outros bens intangíveis são abarcados nesses informes de modo a capturar a clientela podem ser apresentados. Um primeiro ponto interessante a observar, é o meio de divulgação onde esses anúncios foram encontrados ao longo do processo de pesquisa.

Na Figura 4, considerando a busca pelos anúncios está acontecendo em 2021, é possível perceber que os empreendimentos mais antigos na amostra, em 2018, possuem maior capilaridade nas distribuições de seus anúncios, estando espalhados na rede por meio de diferentes ferramentas, mesmo que em poucos números. Essa multiplicidade de meios de divulgação se dá pelas características pós-entrega das obras, onde começam as situações de revenda pelo primeiro comprador, ações de ofertas especiais, renegociação de propostas, atualização de preços, entre outras razões.

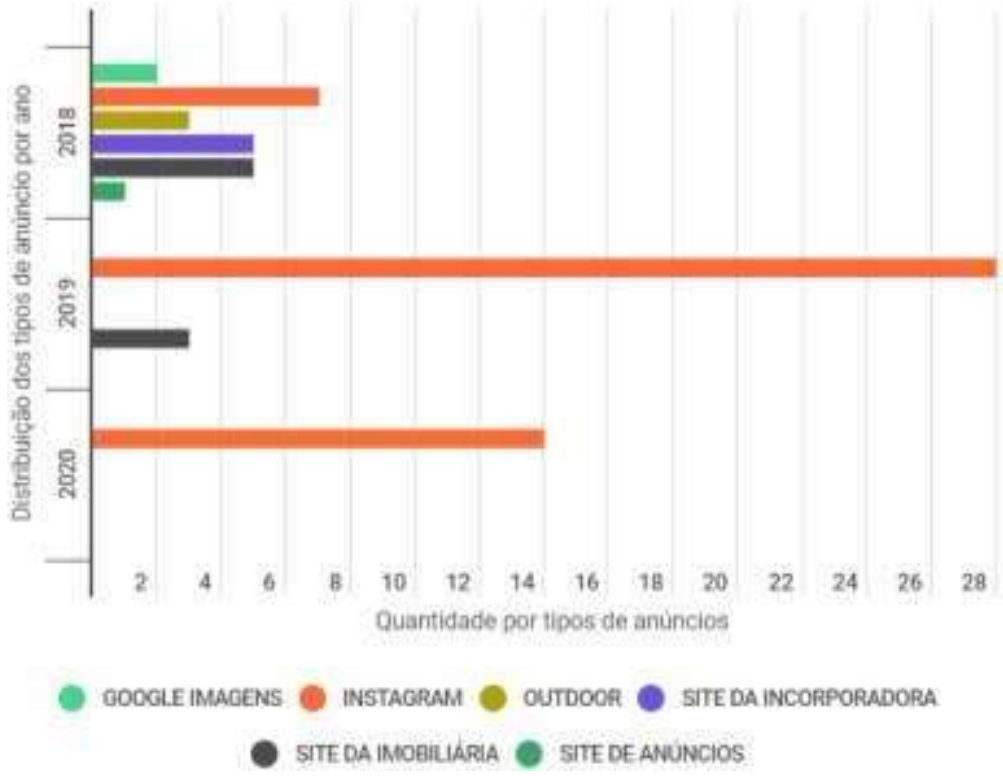


Figura 4: Distribuição dos anúncios conforme as fontes em que foram encontrados, por ano. Fonte: Autoria própria, 2021.

Já em 2019 a rede social Instagram ganhou força como meio de divulgação de produtos e serviços pelo alto número de contas vinculadas, assim como as estratégias de mídia paga e comercializável dentro da plataforma, algo que se mantém para empreendimentos de 2020, indo de encontro à tendência mundial de adesão às redes sociais com potencial para negócios. Outro dado relevante é que foram encontrados outdoors em 2021 fazendo propaganda sobre os empreendimentos de 2018, como numa ação de repescagem de clientes.

Após essa compreensão das fontes e mídias onde esses anúncios estavam expostos, foi possível organizar as imagens contidas neles por categorias, a fim de identificar quais imagens são as mais utilizadas, mais apelativas, etc. O gráfico a seguir permite fazer algumas leituras interessantes.

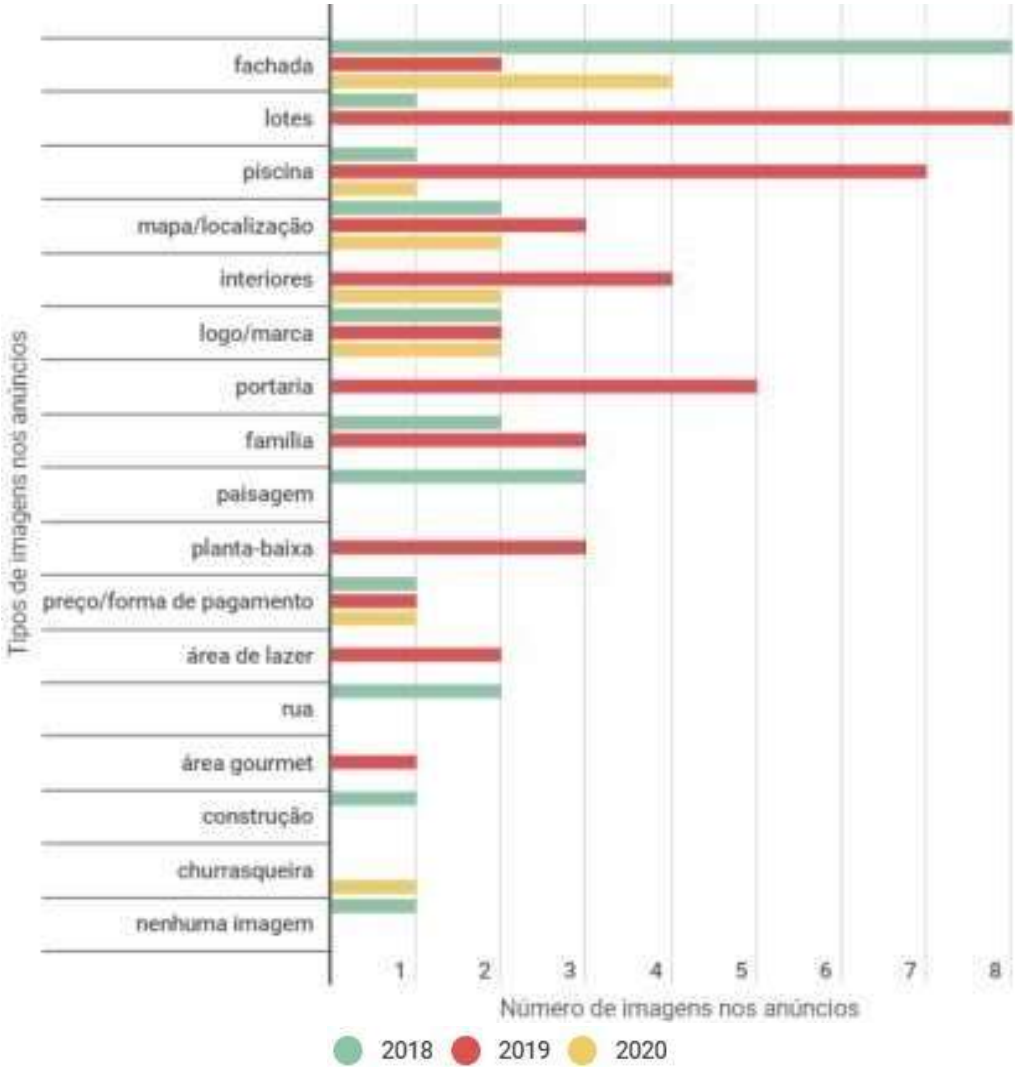


Figura 5: Tipos de imagens usadas nos anúncios pesquisados, por ano. Fonte: Autoria própria, 2021.

As maiores incidências são de fachadas, os lotes, piscina, portaria, interiores e localização, algo dentro da padronização do marketing para empreendimentos imobiliários, afinal, é o que vende. É fácil perceber a incidência de anúncios com fachadas dos empreendimentos em 2018, e que foi diminuindo no período de 2019 a 2020, justamente por serem lançadas tipologias de loteamentos abertos ou dentro de condomínios, onde a fachada não é objeto parte dos projetos de venda: a ideia é deixar por conta da imaginação do cliente a casa com a fachada dos sonhos. Nesse sentido, as imagens dos lotes ficam em segundo lugar nesse ranking devido às ações de loteamento para novos bairros na cidade.

Interessante observar como os valores de venda e forma de pagamento continuam em menor proporção com no intervalo de tempo, uma vez que pode ser considerada como uma informação a ser dada para o cliente de uma maneira menos diretiva, a fim de não afastar um potencial comprador. O marketing necessita do interesse do público-alvo e a divulgação prévia de valores atua como uma barreira nessa aproximação de vendas.

Outro elemento de destaque são as categorias de piscina, churrasqueira, interiores e fachadas em 2020, ano em que a pandemia de covid-19 provocou uma mudança nas formas de ocupação dentro e fora das residências, devido às condições de afastamento social que evidenciou a falta de espaços de lazer e convívio entre as pessoas, seja na própria residência ou em espaços públicos. Logo, esses elementos ganham uma dimensão intangível que antes poderia ser tida como secundária, e não como fundamental. Segundo a reportagem do jornal Metrópoles, a procura por imóveis com varanda e quintal cresceu 128% e 96%, respectivamente, se compararmos maio de 2020 com o mesmo período de 2019. Essa tendência pode ser notada também pelas imagens presentes nas ações de marketing imobiliário da cidade de Campos.

De modo a melhor visualizar essas categorias como índices de significado, foram reunidas por finalidade em grupos maiores, na Figura 6. Nota-se a ênfase dos anúncios em elementos estéticos (como fachada e interiores), seguidos de aspectos sobre localização (através de mapas de localização que mostram os comércios perto dos imóveis, a distância da região central, etc.), lazer (mostrando áreas gourmet e piscina) e perfil social (através das fotos de famílias, casais, crianças, por exemplo).

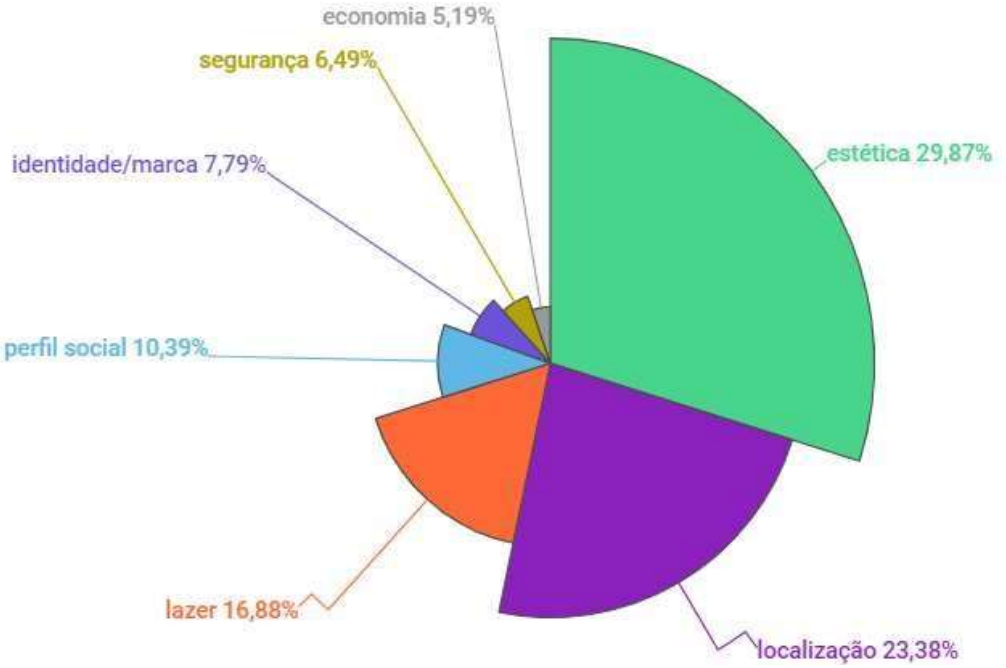


Figura 6: Classificação geral das categorias por interesse entre 2018 e 2020. Fonte: Autoria própria, 2021.

As menores incidências estão na divulgação da marca, mas que se destacam por serem ações para apresentar uma construtora que não era conhecida pela população e a empresa se vê na necessidade de mostrar seus potenciais, crenças e missão. Os valores de venda estão entre os índices com menores incidências, podendo ser justificado pelo potencial de afastamento dos compradores. No entanto, surpreende a segurança também ficar entre os últimos itens trabalhados nos anúncios, principalmente pelas questões de violência na região urbana da cidade.

Outro viés que está sendo abordado dentro do projeto de pesquisa é a avaliação das nomenclaturas adotadas para esses empreendimentos, podendo ser tabelado da seguinte maneira.

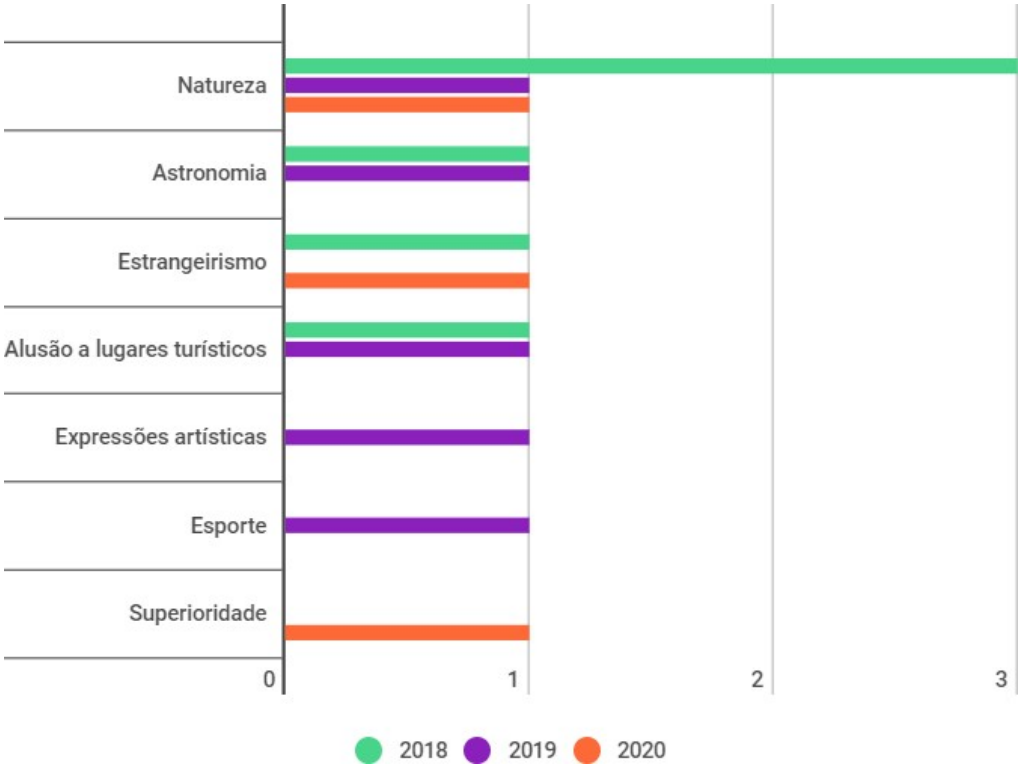


Figura 7: Classificação geral das categorias por interesse entre 2018 e 2020. Fonte: Autoria própria, 2021.

É interessante como os nomes vinculados à natureza, como o Loteamento Cidade Jardim e o Condomínio Jardim das Acácias, aparecem com maior frequência em 2018, mas diminuem nos anos seguintes, dando vez para outras escolhas associadas às expressões artísticas, como o Edifício Renassaince; ao esporte, como o Edifício Roland Garros; ou lugares turísticos, como o Residencial Veneza e o Condomínio Jardim de Athenas. Outro aspecto notável foi o surgimento de nomes que indicariam superioridade, como o Parque Imperial, que traz o diferencial da exclusividade, podendo toma-lo como estratégia.

Muitas outras análises são possíveis, principalmente quando se observam anúncios ano a ano ou caso a caso, que poderão ser apresentados em outra oportunidade, com maior maturidade da pesquisa.

CONCLUSÕES

Netto (1979, p. 9) afirma que muitas cidades não são simples proposições espontâneas: foram até certo ponto planejadas. É desse pensamento que se derivou a investigação desse projeto de pesquisa, por considerar que existem muitos outros elementos, tangíveis e intangíveis, que contribuem para essa formação urbana.

Nesse contexto, as investigações ainda em andamento, procuram elencar de que forma a mídia publicitária tem provocado o interesse dos compradores em determinados empreendimentos, vendendo imaginários e atuando como balizador na produção do espaço urbano, definindo, através do que anuncia, quem mora e como mora, desde a escolha dos nomes dos imóveis até as imagens e chamadas que constam nos panfletos.

REFERÊNCIAS

CHARADEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização.** São Paulo: Contexto, 2019.

MACIEL, Carlos A. **Arquitetura, indústria da construção e mercado imobiliário ou a arte de construir cidades insustentáveis.** In: Vitruvius, 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.163/4986>. Acesso em 14 mai. 2021.

NETTO, J. Teixeira Netto. **A Construção do Sentido da Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

METRÓPOLIS. **O novo morar:** pandemia faz dobrar a procura por casas e imóveis com varanda. 19/12/2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/o-novo-morar-pandemia-faz-dobrar-a-procura-por-casas-e-imoveis-com-varanda . Acesso em 16 set. 2021.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda:** teoria, técnica e prática. São Paulo: Pioneira, 2002.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A REMOÇÃO DE FAMÍLIAS

Um estudo exploratório envolvendo a percepção de crianças

Gabriela Costa da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
gs.arq@hotmail.com.br

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Gisele Pereira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
gisele_pereira@hotmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: megaeventos esportivos; remoções; percepção; Copa do Mundo.

INTRODUÇÃO

Megaeventos esportivos têm o poder de realizar grandes intervenções urbanas nas cidades-sede, que abrangem investimentos em vias públicas, transporte, equipamentos urbanos e espaços públicos (RAEDER, 2010), as quais são planejadas para atender não só aos jogos, como a população a longo prazo (HILLER, 2007). No entanto, o histórico dos megaeventos indica que para proceder a execução de algumas intervenções é necessário a remoção de algumas famílias da sua moradia. Nesse sentido, as Olimpíadas de Seul (1988) tiveram 15% da população desalojada, com 48 mil edifícios residenciais destruídos. Nas Olimpíadas de Atlanta (1996), 15 mil pessoas foram removidas e nas de Pequim (2008) 1,5 milhões de pessoas (NEDER, 2011 apud MARCELLINO, 2013). No Brasil, as remoções atingiram aproximadamente 250 mil pessoas para atender à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 (ANCOP, 2014). Ainda, para as Olimpíadas de Tóquio 2020, 370 famílias foram removidas para a construção do Estádio Nacional, das quais 60% tinham mais de 65 anos (BOYKOFF; GAFFNEY, 2020).

Estas remoções ocorrem devido às famílias atingidas não terem o registro do terreno, sem considerar a moradia como um direito humano. No Brasil, para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, quando houve o pagamento de indenizações, estas contemplaram apenas a benfeitoria (residência) (ROLNIK, 2014). Em outras situações, houve o pagamento do aluguel social, no valor de R$ 500,00, ou bônus moradia, correspondendo até R$52.000.00 (CASTRO; NOVAES, 2015). Logo, os valores pagos impossibilitaram a permanência das pessoas no bairro ou até mesmo na mesma cidade, dificultando o acesso à saúde e educação e proximidade com empregos (FARIAS, 2014; ROLNIK, 2014; JUNIOR, 2015). À vista disso, o sentimento de vizinhança é desfeito, visto que seu conceito se trata de uma interação social, considerando o indivíduo dentro de um grupo social de amigos, parentes ou vizinhos (LIGUORI; GONZÁLEZ, 2018).

Nesse sentido, tem-se o conhecimento de que as remoções provenientes de megaeventos esportivos impactam a vida das famílias removidas de forma negativa (p. ex., SILVA, 2016; OLIVEIRA, 2018; LIGUORI; GONZÁLEZ, 2018). No entanto, tais pesquisas consideram apenas a percepção de adultos, revelando a necessidade de estudar como esta situação é percebida por crianças que convivem com o processo de remoção. Assim, é objetivo deste artigo investigar a percepção de crianças acerca da Copa do Mundo de 2014 a fim de identificar sua relação com os direitos humanos perante às remoções.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado na Avenida Tronco, localizada no bairro Cristal em Porto Alegre, cujo entorno imediato é caracterizado pela ocupação por famílias de baixa renda. Para atender à Copa do Mundo de 2014, foi projetada a duplicação de 6,5km desta avenida (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019) com o objetivo de ter uma rota alternativa que ligasse a zona sul da cidade com a área central e zona norte, servir como apoio nos dias dos jogos e propiciar um legado social (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2010) por meio de um projeto habitacional para as 1.469 famílias atingidas pelas remoções resultante desta obra (Figuras 1 e 2) (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019). Tal duplicação teve início em 2012 com o intuito de ser entregue em 2016, contudo, esta obra não foi concluída e o novo prazo para sua finalização é 2022 (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2021).





Figura 1: Avenida Tronco, Porto Alegre, em 2014. Fonte: SECOPA, 2014.
Figura 2: Projeto da Avenida Tronco, Porto Alegre. Fonte: SECOPA, 2014.

O trabalho de campo consistiu na aplicação de mapas mentais com crianças de sete anos de uma escola localizada no próprio bairro, onde estudavam crianças que já haviam sido atingidas pelas remoções e não moravam mais no local, bem como aquelas que estavam à espera do reassentamento e as que não sofreram remoções, mas conviveram com o problema. Essa idade foi escolhida em razão de a criança desenvolver processos de pensamento lógico, que podem ser aplicados em problemas concretos, bem como a capacidade de ter argumentos corretos para suas respostas, os quais podem ser expressados por meio do desenho (WADSWORTH, 1997), que deixam transparecer suas emoções, traumas, pensamentos e opiniões (DI LEO, 1985). Antes dessa idade, o desenho é um modelo interno e não é visto como as coisas realmente são, uma vez que a percepção das crianças tende a ser centrada, sem a compreensão da realidade de maneira integrada (DI LEO, 1985; WADSWORTH, 1997).

A aplicação dos mapas mentais ocorreu no dia 29 de setembro de 2014, no turno da tarde, na escola em que estas crianças estudavam, cujo material de desenho foi todo fornecido, tais como: folhas, tintas, lápis de cor, giz de cera, canetinhas, réguas, pincéis, cola colorida e lantejoulas. Logo, foi solicitado para as 12 crianças presentes na turma que desenhassem "o que acharam da Copa do Mundo em Porto Alegre", o que resultou em 37 desenhos (Figuras 3 e 4). Dentre estas 12 crianças, uma já havia sido removida e outras três estavam esperando para o reassentamento.





Figura 3: Aplicação dos mapas mentais com crianças da escola da Avenida Tronco, Porto Alegre. Fonte: PORTELLA, 2014.
Figura 4: Criança desenhando na escola da Avenida Tronco, Porto Alegre. Fonte: PORTELLA, 2014.

Os mapas mentais foram analisados seguindo as ideias de Di Léo (1985) e Bédard (2013) para melhor compreender os desenhos infantis. A colocação do desenho na folha, o traço, as cores, os personagens, os tamanhos dos elementos foram crucialmente avaliados para a interpretação dos mapas mentais (DAVIDO, 1972). Ainda, as explicações dadas pelos donos dos desenhos foram consideradas, ajudando o melhor entendimento desses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os três desenhos realizados pela criança que já foi removida indicam a capacidade de superação. No primeiro desenho, a criança se coloca à esquerda da folha caminhando em direção a uma taça. A presença da linha de base, as cores e a expressão alegre vinda da personagem indicam suporte, força e felicidade. Adicionalmente, a taça localizada à direita, faz alusão à vitória do megaevento, visto que o patriotismo também segue no segundo desenho, onde a bandeira do Brasil ocupa a folha inteira, com a presença de corações, flores e estrelas, o que transmite a ideia de alegria, felicidade e amor. O último desenho também assinala elementos positivos, como a presença da linha de base, flor em forma de coração e borboleta, indicando suporte e alegria (Figura 5).

Dentre as três crianças que estão em processo de remoção, uma delas também indica a capacidade de superação. Os dois primeiros desenhos são caracterizados pela falta de estrutura, linha de base e elementos que compõem um desenho, o que indica a falta de suporte, certamente relacionada à família. Houve a tentativa de desenhar a bandeira do Brasil, entretanto, em todas elas a criança utilizou tons escuros de azul e preto, o que indica forte tendência a apresentar uma criança depressiva. No entanto, o último desenho nos mostra o oposto de ambos citados, parecendo não ser da mesma criança, devido

às características bem distintas dos anteriores. O desenho apresenta uma linha de base, o que mostra o suporte, a presença de flores coloridas, simbolizando a alegria e felicidade, e o sol sorridente, localizado no centro, indicando o momento atual (Figura 6). Logo, a sequência que é feita cada desenho, é uma forma de mostrar a superação ou a tentativa dessa devido aos problemas enfrentados pela família, visto que essa criança sofreu processo de remoção e atualmente mora com seus avós enquanto seus pais saíram do bairro.



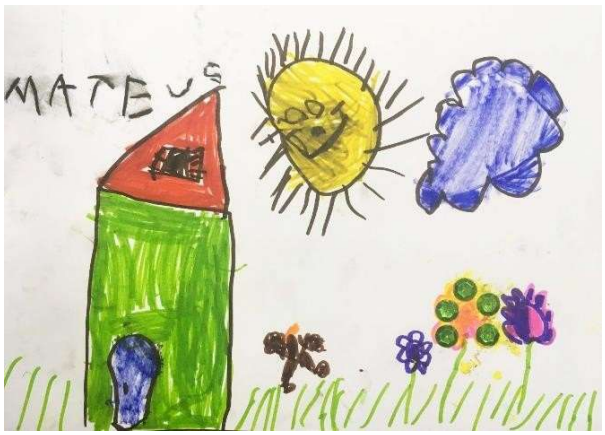


Figura 5: Desenho de uma criança removida – arco- íris, flor e a criança. Fonte: criança 6, 2014.
Figura 6: Desenho de uma criança a ser removida – sua casa. Fonte: criança 7, 2014.

Por outro lado, as outras duas crianças que serão reassentadas fizeram cinco desenhos, os quais são caracterizados pela ausência de uma linha de base e todos os personagens são desenhados sem a presença do rosto, mãos e pés, o que indica falta de suporte, insegurança e incapacidade de resolver os problemas (Figura 7). Adicionalmente, dois desenhos têm o predomínio da cor preta e vermelha, o que representa o inconsciente e ao mesmo tempo a angústia (Figura 8).







Figura 7: Desenho de uma criança a ser removida – campo de futebol e a criança. Fonte: criança 8, 2014
Figura 8: Desenho de uma criança a ser removida – bola de futebol, sol e arco-íris. Fonte: criança 10, 2014.
Figura 9: Desenho de uma criança que não foi removida – sua casa e família. Fonte: criança 2, 2014

Em relação às oito crianças que não serão removidas, cinco não indicam sentimentos bons. Uma das crianças fez oito desenhos, sendo o maior número de trabalhos comparado às demais crianças. O aluno também foi o que mais apresentou hiperatividade, cantando e falando muito durante a execução do

desenho, tendo relação com a ideia de atrair olhares, de se destacar e se prevenir contra o isolamento. Sete desses desenhos são muito riscados, o que significa que há uma certa agressividade procedente de um determinado acontecimento. Em todos os desenhos há a ausência de uma linha de base, o que sugere ausência de suporte. Adicionalmente, as figuras humanas são todas estereotipadas, indicando uma criança insegura e deprimida (Figura 9). Estas características também estão presentes nos 11 desenhos realizados pelas demais quatro crianças, bem como o predomínio de vermelho e preto em dois dos desenhos, que indica um vazio afetivo e uma criança introvertida. Ainda, a presença de quadrados e círculos compreende a solidão.

Por outro lado, três crianças que não serão removidas realizaram sete desenhos, os quais possuem a presença de linha de base, animais, flores e corações, os quais mostram a alegria da criança. A presença da casa representa as emoções vividas, indicando, nesse caso, que as visitas são bem vindas (Figura 10). O sol, centralizado na folha, exibe a segurança, equilíbrio e comportamento social adequado, sendo identificado através das cores (Figura 11). Os desenhos com a presença de indivíduos com mãos e pés também indica que a criança se sente segura e capaz de resolver os problemas presentes. Ainda, a bandeira do Brasil no centro da folha indica o patriotismo no atual momento, o que faz alusão à aceitação do megaevento.





Figura 10: Desenho de uma criança que não foi removida – casa, animais e árvore. Fonte: criança 1, 2014.
Figura 11: Desenho de uma criança que não foi removida - sol. Fonte: criança 3, 2014.

CONCLUSÕES

Portanto, os resultados revelam que 58,33% (7 de 12) das crianças que conviveram com as remoções forçadas foram negativamente afetadas pela Copa do Mundo de 2014. Tal número se refere às crianças que mostram nos seus desenhos elementos indicando solidão, carência afetiva, agressividade, inferioridade e falta de suporte dado pela família. Tais características estão presentes nos desenhos realizados por duas crianças que serão reassentadas e por cinco que continuarão morando no bairro, mas convivem com as remoções. As demais crianças (41,67% - 5 de 12) mostram em seus desenhos a superação ou pelo menos a tentativa dessa diante da problemática, a tranquilidade frente ao futuro, a segurança, equilíbrio e confiança. No entanto, nos desenhos de três crianças há nítido o conhecimento das dificuldades enfrentadas, mas a partir da sequência dos trabalhos há o sinal da resiliência.

Logo, a maneira com que as remoções provenientes de megaeventos esportivos são tratadas é percebida de forma negativa não só pela maioria da população adulta, como evidenciado em alguns estudos (p. ex., SILVA, 2016; OLIVEIRA, 2018; LIGUORI; GONZÁLEZ, 2018), como também das crianças que convivem com essa realidade. Esta experiência, que pode causar traumas emocionais e psicológicos às crianças, reafirma a importância de tratar as remoções com base nos direitos humanos e à moradia, de modo a considerar o vínculo dessas crianças com a escola e seus amigos.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS DA COPA E OLIMPÍADAS. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2014.

BÉDARD, Nicole. **Como interpretar os desenhos das crianças.** São Paulo: Editora Isis, 2013.

BOYKOFF, Jules; GAFFNEY, Christopher. The Tokyo 2020 Games and the End of Olympic History. **Capitalism Nature Socialism,** vol. 31, n. 2, pp. 1-19, 2020.

CASTRO, Demian Garcia; NOVAES, Patrícia Ramos. Copa do Mundo 2014 e os impactos no direito à moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. In: JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Brasil:** os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015. pp. 79-103.

DAVIDO, Roseline. **A descoberta do seu filho pelo desenho**. Brasil: Editora Artenova S.A., 1972.

FARIAS, Airton de. **Uma história das Copas do Mundo:** Futebol e sociedade. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

HILLER, Harry. Post-event Outcomes and the Post- modern Turn: The Olympics and Urban Transformations. **European Sport Management Quarterly,** vol. 6, n. 4, pp. – 317-332, 2007.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. **Brasil:** os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015. pp. 21-40.

LEO, Di. **A interpretação do desenho infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LIGUORI, Fernanda Pereira; GONZÁLEZ, Rubén Camilo Lois. Remoções no Rio de Janeiro: conflitos de território e territorialidade para os megaeventos esportivos. In: XV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Barcelona, 2018. Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Proceedings... Barcelona: Universidade de Barcelona, 2018. pp. 1-25.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Legados de megaeventos: abordagem geral**. Legados de megaeventos esportivos. Campinas**: Papirus, 2013. pp. 9-18.

OLIVEIRA, Acricia Colemberg de. O legado de megaeventos para as cidades-sede. **Pixo Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade,** vol. 2, n. 5, pp. 129-141, 2018.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Assinado contrato para obras de reassentamento da Tronco**. Prefeitura de Porto Alegre, 2019. Disponível em: < https://prefeitura.poa.br/smdse/noticias/assinado-contrato- para-obras-de-reassentamento-da-tronco>. Acesso em: 9 out. 2021.

_____. **Prefeito busca soluções para a reurbanização da Avenida Tronco**. Prefeitura de Porto Alegre, 2010. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=132014>. Acesso em: 9 out.

_____. **Prefeito vistoria obras de duplicação da Avenida Tronco.** Prefeitura de Porto Alegre, 2021. Disponível em: < https://prefeitura.poa.br/smoi/noticias/prefeito-vistoria-obras-de-duplicacao-da-avenida-tronco>. Acesso em: 9 out. 2021.

RAEDER, Sávio. **Jogos e cidades:** ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo editorial, Carta Maior, 2014.

SILVA, Gabriela Costa da. **O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares:** a questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

WADSWORTH, Barry. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget:** fundamentos do construtivismo. São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

O BEM-ESTAR E A HABITAÇÃO SOCIAL

Um estudo de caso a partir da percepção do usuário

Talita Marini Brandelli
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
talita.brandelli@ufpel.edu.br

Tais Marini Brandelli
Centro Universitário Univel | Brasil
tais.brandelli@univel.br

Taiane Marini Brandelli
Universidade Católica de Pelotas | Brasil
taianebrandelli@hotmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Bem-estar; Impactos; Habitação Social; Avaliação Pós Ocupação.

INTRODUÇÃO

O governo brasileiro instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, a fim de cumprir o direito constitucional à moradia e ao acesso a melhores condições de habitabilidade (MALTA; CORREA, 2018). Entretanto, por ser pautado por metas quantitativas, o PMCMV acabou priorizando a economia e limitando a qualidade arquitetônica e construtiva (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Conforme Moreira (2020), as principais críticas ao PMCMV são: foco na quantidade de habitações, o que não representa a qualidade dos espaços, dos materiais e técnicas construtivas; falta de participação popular no processo de concepção do projeto; falta de incentivos que promovam reconhecimento, identidade e vizinhança; desarticulação com o entorno imediato e com a cidade como um todo. Dessa forma, segundo Villa, Bortoli e Oliveira (2020) os moradores têm convivido com instabilidade estrutural, falta de estanqueidade a chuvas e ventos, desconforto térmico, privacidade insatisfatória, entre outros impactos.

A demanda do déficit habitacional estimulou a utilização de sistemas construtivos inovadores, como as paredes de concreto armado moldadas no local e consolidou um segmento de habitação popular com o uso de tipologias padrão, com caráter construtivo em processo de série (FERREIRA; PEREIRA, 2012). Diante disso, as unidades habitacionais foram sendo replicadas no amplo território nacional sem que haja adequação aos aspectos climáticos, topográficos e sociais (MALTA, 2021).

As paredes de concreto armado apresentam um desempenho não adequado para a zona bioclimática 2 brasileira, de acordo com Carvalho (2012), este sistema pode ser considerado adequado ao uso para o período de verão, apesar de sugerir-se a utilização de artifícios que melhorem o seu desempenho; porém, para o inverno se apresentou inadequado, sendo necessário mudanças na concepção projetual das habitações, com melhor aproveitamento da radiação solar e uso da massa térmica.

Além disso, a falta de desempenho acústico do sistema, principalmente quando utilizado em casas geminadas, pouco favorece a individualidade. O conforto acústico deve ser visto como uma necessidade ligada à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida (BORGES, 2013) e a privacidade é um requisito que os moradores desejam (NETO, 2009).

O ambiente construído afeta o bem-estar físico e mental dos usuários, o que pode trazer, a longo prazo, consequências para a qualidade de vida (STEEMERS, 2015; ARAÚJO; VILLA, 2020).As habitações populares atualmente atendem de maneira mínima as necessidades básicas das pessoas, gerando uma falsa sensação de bem-estar (ARAÚJO; VILLA, 2020; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2015). A concepção dos projetos dos programas governamentais pouco considera essa relação, deve-se olhar o usuário final, que é o maior interessado na habitação (MALTA, 2021), e buscar estratégias que aumentem a adaptabilidade, com uma abordagem centrada na real necessidade dos usuários (BAKER; STEEMERS, 2019; STEEMERS, 2015).

O governo britânico, através de evidências relacionadas ao comportamento dos indivíduos, desenvolveu uma importante ferramenta com estratégias para o bem-estar, o “Five Ways to Wellbeing” (5W), ou cinco formas de bem-estar. São ações acessíveis para ajudar, apoiar e melhorar a qualidade de vida da população, que consistem em: conectar, ser ativo, tomar conhecimento, continuar aprendendo e doar (AKED; THOMPSON, 2011). O 5W pode ser relacionado ao ambiente construído e adaptado à realidade brasileira de forma que a habitação possa influenciar no bem-estar, se tratam de ações de fácil desenvolvimento (ARAÚJO; VILLA, 2020).

A Avaliação Pós Ocupação (APO) destaca-se como uma importante ferramenta na obtenção de dados relativos ao ambiente construído, tem como ênfase a percepção ambiental, e o questionário é a ferramenta mais efetiva para atingir tal objetivo, por se tratar de um instrumento que coleta os dados diretamente com o usuário (ONO et al.,2018, VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2015).

Procura-se investigar os impactos incidentes sobre as habitações após um período considerável de ocupação, visto que, conforme Bortoli e Villa (2020), os impactos imprevistos se manifestam no decorrer dos primeiros 5 anos de uso e derivam os efeitos ou respostas negativas que acabam por influenciar o bem-estar dos moradores. A investigação, na percepção do usuário, do grau de incômodo gerado ao longo do tempo de uso da moradia, resulta na identificação das potencialidades e limitações da tecnologia construtiva utilizada e a partir dessa identificação é possível gerar avanços na qualidade das futuras moradias entregues.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico desenvolvido do estudo de caso elencado foi a aplicação de questionários de impacto aos usuários das unidades habitacionais baseados na metodologia utilizada por Villa, Bortoli e Oliveira (2020). O questionário foi elaborado em formato de 59 perguntas fechadas, trata-se do primeiro instrumento aplicado na APO em questão. Composto por duas partes, na primeira o usuário respondente escolhe quais os efeitos negativos – impactos – identificados por ele até o momento, e indica o seu nível de incômodo gerado por tal ameaça, e a segunda parte para traçar o perfil do usuário respondente.

O questionário foi baseado no estudo de Araújo e Villa (2020), subdividindo as ameaças causadas em cinco grupos: baixo padrão construtivo, redução da área da unidade residencial, sobreposição de atividades em um mesmo cômodo de forma negativa, localização periférica do conjunto residencial e dificuldade em se adaptar a unidade residencial. Cada um dos grupos possui então uma lista de efeitos negativos, os quais o respondente teria que identificar e indicar o grau de incômodo.

Os questionários foram aplicados do dia 23/06/21 até o dia 26/06/21, em razão da situação pandêmica o meio de aplicação foi a plataforma web, o questionário foi produzido no Google Forms e enviado a todos os moradores em uma rede social do condomínio, sendo que de 239 pessoas que tiveram acesso houverem 70 respondentes, contabilizando 14,2% do total da amostra da pesquisa - composta por 492 unidades habitacionais.

O objeto de estudo dessa pesquisa é o Residencial Moradas Pelotas 2, localizado em Pelotas/RS, que apresenta as seguintes características: implantação horizontal, subsidiado pelo PMCMV, unidades unifamiliares térreas e geminadas, construído em paredes de concreto armado, ocupado há 5 anos, localizado na zona bioclimática 2 brasileira.

O residencial possui 492 unidades habitacionais com área de 43,58 m². Os painéis de vedação são executados em concreto armado convencional moldado in loco, sendo que as paredes internas possuem 8 cm e as externas 10 cm de espessura; não possuem revestimento (reboco) ou qualquer tratamento termo acústico, sendo revestidos com massa texturizada e pintura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito ao perfil dos moradores, a maioria possui entre 18 e 35 anos (66%), um total de 78% possui renda entre 1 salário mínimo e 5 salários mínimos. A maior parte dos atuais moradores residia anteriormente com parentes ou em imóveis alugados e 74% avalia a residência atual como melhor ou muito melhor do que a anterior. Constatou-se também que 77% das famílias são proprietárias através do financiamento do PMCMV. Somente 27% das famílias moram na unidade habitacional há um período de 4 a 5 anos, um índice baixo para a confiabilidade da pesquisa que tem como base a percepção do usuário após um intervalo considerável de tempo, visto que se baseia no grau de incômodo de impactos imprevistos.

Em relação à primeira ameaça do questionário, baixo padrão construtivo (Figura 1), comprovando o que Neto (2009) relata, os resultados mostraram que uma grande parcela dos moradores se incomoda com o excesso de ruídos externos dentro de casa (85%). O problema de desempenho acústico está ligado principalmente aos indicadores conectar, continuar aprendendo e tomar conhecimento, o que gera

dificuldade em atividades de concentração e autoconhecimento, como estudar e ler (68%). Os ruídos podem gerar desentendimentos e má convivência entre os vizinhos (21%) e interferir na privacidade dos moradores (54%), sendo assim 41% das pessoas afirmam que têm dificuldade em realizar atividades que gostem por causa da privacidade precária. As unidades habitacionais geminadas são separadas por uma parede de concreto armado com 10 cm de espessura que não superam o forro em altura, o que explica o desconforto acústico e a falta de privacidade.



Figura 1: Ameaça - baixo padrão construtivo. Fonte: Autores, 2021.

Além disso, 60% dos moradores sofrem algum grau de incômodo pelo excesso de frio no inverno/outono e 58% pelo excesso de calor no verão/primavera. Tendo em vista que o residencial está implantado na zona bioclimática 2 brasileira e possui uma camada fina de concreto como painel externo de vedação, as amplitudes térmicas internas intensificam-se, corroborando com Carvalho (2012) e Ferreira e Pereira (2012). A má qualidade das esquadrias utilizadas nos dois dormitórios acarreta em infiltração de ar, podendo ocasionar impacto não apenas no desempenho térmico, mas também no desempenho acústico desses ambientes.

A edificação foi construída sob fundação rasa - radier, 62% afirmam que a umidade ascendente causa incômodo em algum nível, sugerindo problemas de impermeabilização da fundação. 71% afirmam que não há qualquer incômodo por problemas de ventilação/circulação de ar no interior das unidades, em contrapartida, quase a totalidade das pessoas reclamam do aparecimento de mofo e bolor (93%).

A cobertura é constituída de telhas cerâmicas, estrutura metálica e forro de gesso acartonado. Essa concepção indica potencial possibilidade de ausência de estanqueidade a chuvas e ventos. 39% dos moradores afirmam sentir incômodo com a infiltração de água da chuva pelo telhado e 63% admite preocupação com a segurança quando chove.



Figura 2: Ameaça: redução da área da unidade residencial. Fonte: Autores, 2021.

No que se refere à segunda ameaça, redução da área da unidade residencial (figura 2), a maioria se incomoda com a falta de espaço e ao considerar os tipos familiares predominantes no conjunto habitacional, pequenas, de uma, duas ou três pessoas (97%) o resultado se agrava.

Relativo à terceira ameaça, sobreposição de atividades em um mesmo cômodo de forma negativa, de acordo com os dados, um grande número se incomodar com a falta de privacidade entre os moradores, porém isso não parece gerar graves problemas na convivência familiar. Em virtude do espaço insuficiente para todos os moradores, o desenvolvimento de diferentes atividades ao mesmo tempo e em um mesmo cômodo acaba por prejudicar o pleno desempenho dessas atividades. Tais problemas impactam negativamente os indicadores de bem-estar conectar, continuar aprendendo e tomar conhecimento.

No tocante à quarta ameaça, localização periférica do conjunto residencial, os resultados respaldam que a implantação da HIS acaba se desarticulando do entorno imediato, do bairro e da cidade, como é dito por Moreira (2020).



Figura 3: Ameaça - dificuldade em se adaptar a unidade residencial. Fonte: Autores, 2021.

E, por fim, quanto à quinta ameaça (figura 3), dificuldade em se adaptar à unidade residencial, a maior parte diz não sofrer com falta de identidade com a sua casa (70%). Apesar disso, 76% vê a necessidade de reformar ou melhorar a unidade habitacional para se identificar com o ambiente construído e 73% dos moradores reformaram suas casas. Tal fato é consonante a Baker e Steemers (2019) e Steemers (2015), os quais afirmam que os projetos de HIS não consideram as transformações esperadas durante o seu ciclo de vida. A importância de os moradores terem um grau de controle sobre o ambiente construído, para ter a sensação de familiaridade e pertencimento, também é reforçada através dos resultados obtidos, reiterando Araújo e Villa (2020). Apesar da necessidade de unidades unifamiliares mais resilientes, o espaço condominial parece ser considerado satisfatório para grande parte dos usuários.

Finalmente, tem-se que 61% dos moradores consideram sua casa boa e 31% a avaliam como muito boa, comprovando que as pessoas acabam por acreditar na falsa sensação de bem-estar que as HIS geram, conforme citado por Araújo e Villa (2020), Amore, Shimbo e Rufino (2015) e Villa, Saramago e Garcia (2015).

CONCLUSÕES

A utilização do modelo de Araújo e Villa (2020), baseado na análise britânica do 5W, no presente estudo em Pelotas evidenciou as limitações das habitações subsidiadas pelo PMCMV. Confirmou-se a problemática de que tais moradias pecam na qualidade construtiva criando ambientes pobres arquitetonicamente e pouco resilientes. A monotonia tipológica dos projetos, as dimensões incompatíveis com as necessidades dos usuários, a localização periférica dos conjuntos habitacionais e o baixo padrão construtivo, comprometem a capacidade do ambiente de resistir e adaptar-se aos impactos impostos pelas mudanças ao decorrer do tempo.

É possível concluir que o ambiente construído das habitações não permite o desenvolvimento de forma satisfatória dos cinco geradores de bem-estar, o que repercute negativamente na qualidade de vida dos mesmos.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. **Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AKED, J.; THOMPSON, S. **Five ways to wellbeing: new applications, new ways of thinking,** in which this project features as a case study. July 2011. Disponível em: https://neweconomics.org/2011/07/five-ways-well-new- applications-new-ways-thinking. Acesso em 26 jun. 2021.

ARAUJO, G. M.; VILLA, S. B. A relação entre bem-estar e resiliência na habitação social: um estudo sobre os impactos existentes. **Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 141-163, 2020.

BAKER, N.; STEEMERS, K. **Healthy homes**: designing with light and air for sustainability and wellbeing. London. London: RIBA Publishing, 2019.

BORGES, R. M. **Análise de Desempenho Térmico e Acústico de Unidades Habitacionais Construídas no Conjunto Habitacional Benjamin José Cardoso em Viçosa - MG**. Dissertação (Mestrado em Geotecnia; Saneamento ambiental) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

BORTOLI, K. C. R. de; VILLA, S. B. Adequação ambiental como atributo facilitador da resiliência no ambiente construído em Habitações de Interesse Social. **Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 391-422, jan./mar. 2020.

CARVALHO, P. P. **Desempenho térmico de habitações unifamiliares de interesse social com paredes de concreto armado na zona bioclimática 2 brasileira**. Dissertação (Mestre em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

FERREIRA, C. C.; PEREIRA, I. M. Avaliação de desempenho térmico de habitação de interesse social de acordo com a NBR 15575, para as diversas zonas bioclimáticas. In: **Encontro Nacional De Tecnologia Do Ambiente Construído**, 14., 2012, Juiz de Fora. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2012.

MALTA, G. S. **Habitação de interesse social em light steel framing no Brasil:** avaliação da percepção do usuário sobre a moradia. Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

MALTA, G. S., CORREA, M. A. P. da C.. Aspectos da nova lei de regularização fundiária urbana no brasil e a contextualização do histórico urbano brasileiro. **Perspectivas em Políticas Públicas**, 2018. Páginas 117-146. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/3465. Acesso em: 26 jun. 2021.

MOREIRA, S. O que é Habitação de Interesse Social? 2020. **ArchDaily Brasil.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/925932/o-que-e-habitacao-de-interesse-social. Acesso 26 jun. 2021.

NETO, M. F. F. **Nível de conforto acústico**: uma proposta para edifícios residenciais. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

ONO, R. et al. **Avaliação Pós-Ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design**: da teoria à prática. São Paulo: Oficina de Texto, 2018.

STEEMERS, K. Architecture for well-being and health. **Daylight & Architecture,** Jul. 2015. Disponível em: http://thedaylightsite.com/architecture-for-well-being-and-health/. Acesso em: 26 jun. 2021.

VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. C. P.; GARCIA, L. C. **Avaliação Pós-Ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida:** uma experiência metodológica. Uberlândia, 2015.

VILLA, S.B.; BORTOLI, K.C.R; OLIVEIRA, N.F.G. **Resiliência no Ambiente Construído em Habitação Social**: Métodos Digitais de Avaliação Pós Ocupação. VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília. 2020.

O PROJETO PADRÃO NA ARQUITETURA ESCOLAR ENTRE OS LUGARES E OS NÃO-LUGARES

Centros de Atenção Integral à Criança – CAICs

José Henrique Carlúcio Cordeiro
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
joseccordeiro@yahoo.com.br

Lisiê Kremer Cabral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
lisikcabral@yahoo.com.br

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Sentido de lugar; Percepção; Arquitetura escolar; Projeto padrão; Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC).

INTRODUÇÃO

A partir do início da primeira república no Brasil, em 1889, a educação pública utilizou amplamente a prática de projetos de arquitetura padrão para suas instituições. Esse modo de projeto visa economia e agilidade construtiva, através da racionalização do projeto, porém sua utilização pode provocar danos nas características locais e identitárias na comunidade onde é instalado (KOWALTOWSKI, 2013). O projeto padrão é a repetição de um projeto arquitetônico em diferentes localidades (FRAMPTON, 2003).

O ambiente é uma fonte de estímulos sensoriais para o indivíduo que nele habita, que provocam sensações, emoções e comportamentos, instigando outras relações entre as pessoas e o ambiente. Há, portanto, uma relação dinâmica e bidirecional entre indivíduo e ambiente (GÜNTHER, 2011). A interpretação sobre esses estímulos dependerá dos aspectos fisiológicos dos indivíduos, de sua interação com o espaço e de suas características psicológicas relacionadas à sua formação na sociedade (PALLASMAA, 2011). Dessa forma, as pessoas têm a capacidade de rearranjar mentalmente o espaço o qual terá um valor simbólico atribuído (LYNCH, 1988).

A percepção do espaço pelo indivíduo ocorre a partir da captação do estímulo ambiental e de sua interpretação (OLIVEIRA, 2002) e consiste nas ações de sentir o espaço, entendê-lo e avaliá-lo de forma contínua (RAPOPORT, 1990). Assim, através do tempo, é estabelecido o vínculo entre o ser humano e o espaço, por meio de sua habitação e apropriação, de maneira que o espaço é dotado de valor e significado, transformando-o em lugar (CAVALCANTE; ELALI, 2011).

Enquanto o termo espaço remete à neutralidade do ambiente físico no seu aspecto geográfico espacial, lugar se refere às representações e aos significados atribuídos ao espaço por seus habitantes. Lugar é o ambiente identificado como estrutura de referência, com valor atribuído, identidade e representação, para o indivíduo (CASTELLO, 2007).

O lugar é uma criação morfológica ambiental individual e particular, originado no vínculo com o espaço (CASTELLO, 2005), que remete à estabilidade do ambiente como refúgio do ser (TUAN, 1998, p. 7). Espaços que não estabelecem vínculo afetivo com seus usuários, que são carentes de representatividade para seus habitantes, são denominados como não-lugares (AUGÉ, 2001) e podem ocasionar nos indivíduos o surgimento de uma identidade superficial e frágil (GAITE, 2003).

As pessoas estabelecem vínculo com os lugares em quatro dimensões que se interpolam: (i) dimensão física, que trata das características físicas e morfológicas do lugar; (ii) dimensão simbólica, que remete aos significados subjetivos, históricos e culturais do lugar; (iii) dimensão relacional, referente às relações entre pessoas e ambiente que ocorrem no lugar e (iv) dimensão funcional, que remete a função do lugar para com as pessoas. A transformação do espaço em lugar envolve a combinação entre essas quatro dimensões, resultando em identificação e representação do indivíduo pelo lugar (CAVALCANTE; ELALI, 2011).

A relação pessoa-ambiente é consolidada com a integração entre diferentes sensações humanas que envolvem a apropriação do espaço, o apego ao lugar e sua representatividade. Nota-se uma característica abstrata nessa composição de sentimentos, de modo que são agrupados em um único termo: sentido de lugar (MAY, 1970 apud SHAMAI, 1991). O sentido de lugar é a conexão entre os indivíduos e o espaço e é formado a partir das experiências sociais que integram a representatividade e a apropriação pelo espaço. (JORGENSEN; STEDMAN, 2001).

Este trabalho aborda o problema das escolas de projeto padrão, que não levam em consideração as particularidades do local onde são inseridas, podendo ocasionar problemas identitários nos indivíduos que habitarão esse tipo de espaço. Dessa forma, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: como implementar no projeto padrão de arquitetura escolar elementos e características que remetam ao sentido de lugar?

Logo, tem-se como objetivo propor um conjunto de recomendações para materializar no projeto padrão de arquitetura escolar características que remetam ao sentido de lugar, de forma que seja possível evocar sentimentos de apego e pertencimento ao invés de provocar o surgimento de uma identidade superficial, temporária e frágil em seus usuários.

Os objetivos específicos são: (i) identificar o contexto histórico e os modelos das escolas de projeto padrão no Brasil, construídos até o final do século XX; (ii) analisar a construção do sentido de lugar a partir da arquitetura escolar padronizada; (iii) avaliar como a arquitetura escolar de projeto padrão é percebida por seus usuários, em um estudo de caso; (iv) identificar conflitos e dificuldades de apropriação do usuários que tenham provocado adaptações e reformas na edificação escolar objeto de estudo e (v) identificar as características do espaço escolar que gerem sentimentos de apego e pertencimento às pessoas que o utilizam.

METODOLOGIA

Conforme Seamon e Gill (2016), percebe-se que a pesquisa que trata da transformação do espaço escolar de projeto padrão em lugar é qualitativa e fenomenológica, pois a descrição da experiência visualizada em campo permite conhecer as relações pessoa-ambiente possibilitando uma interpretação de suas motivações e consequências. Assim, para responder à pergunta de pesquisa será realizado estudo de caso, em uma escola pública de projeto de padrão, na cidade de Pelotas/RS. Essa escolha foi tomada tendo em vista a observação e o contato direto com o objeto estudado, possibilitando a verificação da real existência do problema e sua análise de forma exploratória, descritiva e qualitativa.

Castello (2007) aponta que a investigação sobre a transformação do espaço em lugar deve levar em consideração métodos que analisem os aspectos envolvidos nesse processo. Dessa forma, levando em consideração as 4 dimensões do lugar descritas anteriormente, este trabalho terá apoio nas seguintes ferramentas metodológicas: (i) pesquisa bibliográfica e documental para investigar o contexto histórico das escolas de projeto padrão; (ii) observação e levantamento físico para analisar as características físicas do objeto de estudo; (iii) entrevistas semiestruturadas com funcionários-chave da escola para identificar a percepção dos usuários quanto aos elementos e características que possam consolidá-la enquanto lugar; (iv) grupos focais para examinar as relações entre os habitantes locais e a escola analisada.

As entrevistas e os grupos focais, por causa do contexto de pandemia devido à COVID-19, serão desenvolvidos de forma remota, com a utilização de aplicativo de videoconferência. As visitas exigidas para a aplicação dos demais métodos serão realizadas obedecendo todos os protocolos sanitários exigidos pelas autoridades. Até o momento foram realizadas visitas de observação e entrevistas preliminares com dois funcionários-chave que trabalham no CAIC Pelotas/RS.

Pelotas, cidade localizada na região sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, é referência em educação pública no sul do estado, apresentando 89 escolas municipais (PELOTAS, 2021), 54 estaduais (RS, 2021), um Instituto Federal e uma Universidade Federal. Dessas escolas, três possuem projeto de arquitetura padrão: Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, administrada pelo estado; Centro Integrado de Educação Pública, também responsabilidade do estado e o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), gerida pelo município. Dentre essas instituições, foi selecionado como estudo de caso a escola CAIC, único exemplar na cidade originado de um programa implementado a nível federal.

O CAIC é uma escola de projeto padrão que fez parte de um programa federal dos anos 1990, o qual tinha o propósito de aumentar o desenvolvimento social de comunidades carentes em municípios distribuídos em todo país. Inicialmente chamado de Centro Integrado de Apoio à Criança (Figura 1), o projeto arquitetônico foi desenvolvido por João Filgueiras Lima, o Lelé, que adotou elementos pré-fabricados em argamassa armada, permitindo uma construção modulada (KOWALTOSKI, 2013). Por causa de uma crise no governo federal do Brasil, em 1992, o projeto teve seu nome alterado, tornando-se então CAIC (SOBRINHO; PARENTE, 1995). De 1992 até 1995, quando houve o encerramento do programa, foram construídos 357 CAICs no Brasil (BRASIL, 1997), sendo 21 no Rio Grande do Sul (SILVA, 2014).

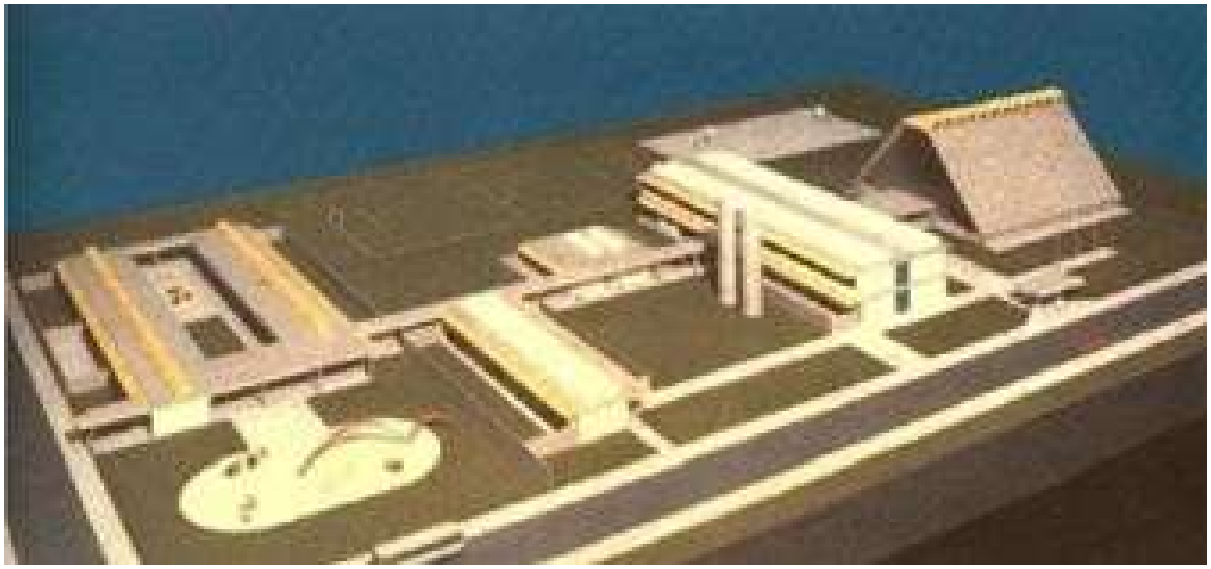


Figura 1: Maquete dos Centros Integrados de Apoio à Criança. Fonte: GOULART, 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CAIC de Pelotas (Figura 2) fica localizado no sub-bairro Pestano e foi construído pela empresa Conesul Consórcios, sendo finalizado e entregue no ano de 1995 e inaugurado pelo Ministério da Educação em 1996. Nos primeiros momentos de operação da escola, a ideia de uma proposta de escola com turno integral foi abandonada, sendo instalado em seu prédio a já existente Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Caruccio.



Figura 2: Centro de Atenção Integral à Criança, Pelotas/RS. Fonte: AUTOR, 2019.

O projeto original da instituição foi proposto em quatro blocos (Figura 3), ligados em sequência através de circulações horizontais. O primeiro bloco é destinado às práticas desportivas; o segundo, único com dois pavimentos, contempla as oficinas de laboratório e artísticas, área de serviços e salas de aula; o terceiro bloco serve às áreas destinadas à saúde e oficinas do trabalho e o último, visado à educação infantil. Observa-se que o programa apresenta elevada atenção às atividades de cunho social, o que corrobora o argumento da escola estar relacionada com o desenvolvimento social de sua comunidade.

Sua forma, dimensões e materiais construtivos evidenciam grandeza e monumentalidade, destoando de seu entorno, povoado por edificações majoritariamente residenciais e de menor porte.

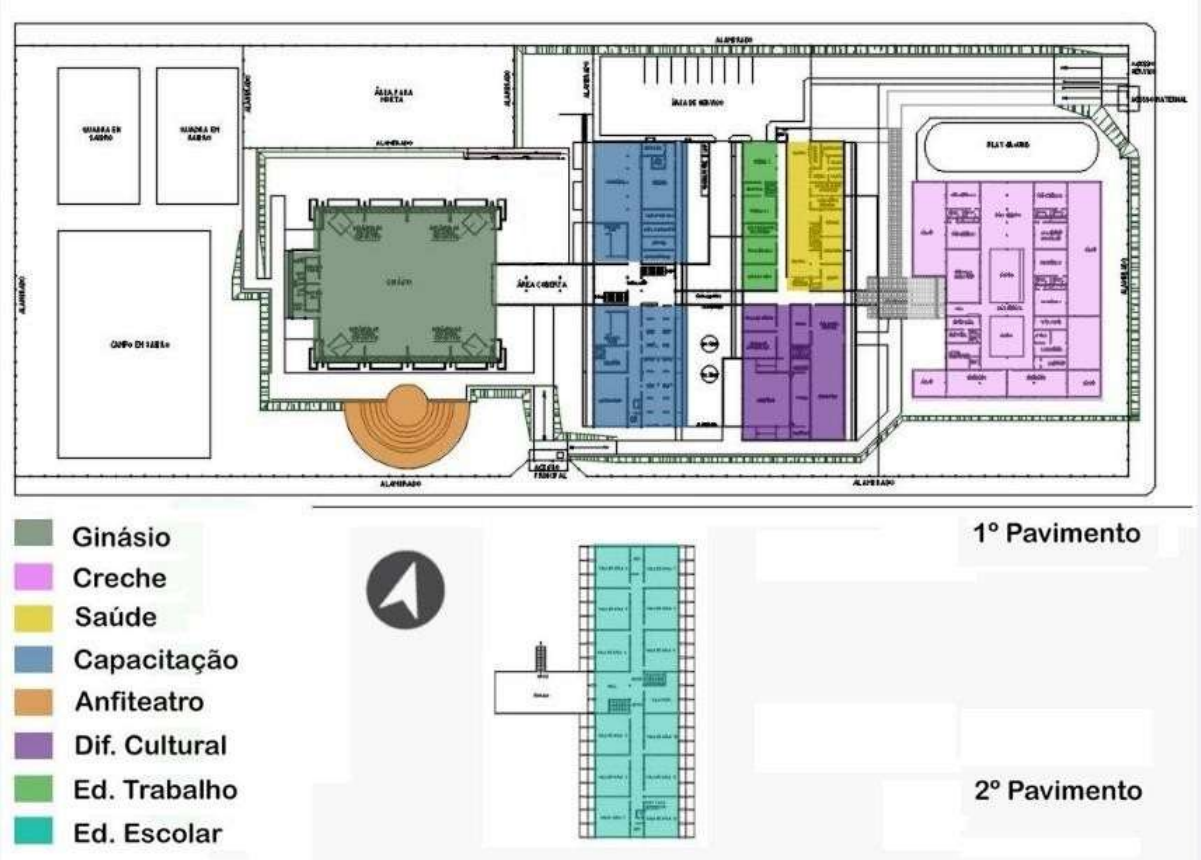


Figura 3: Setorização do CAIC Pelotas/RS, 1993. Fonte: Acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Caruccio. Adaptado pelo Autor, 2019.

A partir das entrevistas preliminares exploratórias com dois funcionários da escola, pôde-se identificar apreço para com a edificação, conhecimento a respeito de sua história e a percepção de tratar-se de uma edificação com forma e programa diferenciados, quando comparada a outras instituições de ensino do município. Nessas entrevistas pôde ser observado pontos negativos da edificação relacionados ao conforto térmico, implantação no lote e infiltrações, que podem ser admitidos pelo projeto padrão, que não levou em consideração as características climáticas, de implantação, ou acesso à mão de obra para a tecnologia construtiva adotada, que podem ter dificultado a apropriação do espaço, porém, que foram contornadas com adaptações e reformas.

CONCLUSÕES

A utilização do projeto padrão na arquitetura escolar teve motivação na economia e agilidade construtiva. Entretanto, a estandardização dos hábitos e culturas em localidades distintas pode provocar perdas de características culturais onde esse tipo de projeto é instalado. O padrão na arquitetura impõe um modelo de usuário, que pode não corresponder com a realidade, proporcionando dificuldades na apropriação do espaço e, consequentemente em sua transformação em lugar. A qualidade em um projeto de arquitetura está relacionada com a interação do projetista com seus usuários e num projeto padrão essa interação é inexistente.

A partir dos resultados iniciais deste trabalho nota-se que a edificação do CAIC de Pelotas é apreciada e apropriada por seus usuários. Até o momento, a investigação sobre o sentido de lugar mostrou que é necessário tempo e utilização do espaço para a apropriação do indivíduo, de modo que nas escolas padrão as reformas e adaptações para adequar o ambiente às necessidades locais e culturais de seus usuários podem ser representantes de apropriação. A contribuição final deste estudo pretende apresentar formas de melhorar edificações escolares de arquitetura padronizada a partir do posicionamento de seus usuários, e assim, trazer qualidade para a edificação.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas/SP: Papirus, 2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão 468/97 - Plenário - Ata 30/97.** Processo nº TC 016.305/96-5. Data da sessão: 06 de agosto de 1997. Disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CDec%5C19970608%5CGERADO_TC-19482.pdf. Acesso em: 4 de junho de 2020.

CASTELLO, Lineu. **A Percepção De Lugar:** repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre/RS: PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTELLO, Lineu. Place. In: CAVES, Roger W. (Ed.). **Encyclopedia of the City.** London: Routledge, 2005, pp. 350-351.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna.** São Paulo/SP: Martins Fontes, 2003. GAITE, Arnoldo. Diseño y Región: arquitectura apropriada. Buenos Aires: Nobuko, 2003.

GOULART, F. Mariana. **Conforto térmico no colégio de aplicação pedagógico da universidade estadual de Maringá:** Proposta para melhoria do desempenho térmico de um antigo CAIC. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo. São Carlos/SP, 2014.

GÜNTHER, Hartmut. Affordance. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011. p. 21-27.

JORGENSEN, B. S; STEDMAN, R. C. Sense of Place as an attitude: Lakeshore owners attitude toward properties. 2001. **Journal of Environmental Psychology**. V 21, 2001, pp. 233-248.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura Escolar:** o projeto do ambiente de ensino. São Paulo/SP: Oficina de Textos, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1988.

OLIVEIRA, Beatriz S.O que é Arquitetura? In: DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane R.; RHEINGANTZ, Paulo A. (org). **Projeto do Lugar:** colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro/RJ: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002. p. 135-142.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PELOTAS. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. **Portal Municipal da Educação e Desporto - Escolas.** Pelotas/RS, 2021. Acessado em setembro de 2021. Online. Disponível em: http://site.pelotas.com.br/educacao/portal/escolas/

RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria Estadual de Educação. **Busca de escolas.** Porto Alegre/RS. Acessado em setembro de 2021. Online. Disponível em: https://educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas

RAPOPORT, A. **The Meaning Of The Built Environment:** a nonverbal communication approach. Tucson: The University of Arizona Press, 1990.

SEAMON, D.; GILL, H. K.; Qualitative Approaches to Environmental-Behavior Research: understanding environmental and places experiences, meanings, and actions. In: GIFFORD, R. (Edit.) **Research Methods For Environmental Psychology**. 1th ed. Hoboken: Jon Wiley & Sons Ltd, 2016. p. 115-135.

SHAMAI, Shmuel. Sense of Place: an empirical measurement. **Geoforum**. Great Britain: Vol 22, n. 3, pp. 347-358, 1991.

SILVA, Janice R. **Nas profundezas do mar de oportunidades: um estudo.** Dissertação de Mestrado - Universidade de Federal de Pelotas. Pelotas/RS, 2014.

SOBRINHO, José A; PARENTE, Marta M. CAIC: Solução ou Problema? Texto para discussão nº 363. **Repositório do Conhecimento do IPEA.** Brasília/DF: Janeiro de 1995.

OÁSIS URBANOS UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Parque da Gare – Passo Fundo/RS

Estevan de Bacco Bilheri
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
estevan.bilheri@hotmail.com

Kayan Freitas de Araújo
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
araujofkayan@gmail.com

Cristhian Moreira Brum
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
cristhian.brum@ufpel.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: LGBTQIA+; Preconceito; Percepção; Oásis Urbano.

INTRODUÇÃO

Com o êxodo rural, o crescimento e adensamento populacional está aumentando de modo desenfreado nas cidades, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 55% da população mundial vive nos centros urbanos, ressaltando que até o ano de 2050 esse número será de 70%. Esses altos índices populacionais transformam as cidades em “mares de concreto”, tornando a vida urbana um cenário frenético, onde as pessoas têm cada vez mais pressa para se locomover. Este cenário ocasiona à população doenças psicológicas como estresse, ansiedade e irritabilidade, além daqueles causados pela poluição urbana, cada vez mais elevada nas cidades.

Diante do caos urbano ainda há quem procure válvulas de escape e recorrem às áreas verdes, consideradas oásis urbanos, sendo eles espaços que promovem o lazer, esporte e descanso. Fornecem benefícios para a saúde física e mental da população. Para eles convergem diferentes personalidades e comunidades, proporcionando encontros conflituosos ou pacíficos. Nesse sentido o artigo tem o enfoque em demonstrar como o preconceito influencia na maneira com a comunidade LGBTQIA+ [1] percebe e se relaciona nesses oásis urbanos. Em um primeiro momento é discorrido sobre a origem desses espaços, em um segundo momento é explicada a relação da percepção ambiental.

Advento dos oásis urbanos

Antes de adentrar no assunto é preciso entender o conceito que constitui os parques urbanos, a palavra parque significa terreno extenso e arborizado. Sendo que para Costa (2005), os espaços públicos de lazer, diversão e pratica de esporte, são ambientes para relaxar do estresse cotidiano. Nestes aspectos são direcionadas uma série de identidades que visam relações informais.

[1] Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, “Queer”, Intersexuais e Assexuais.

A história desses espaços se perdeu com o passar do tempo, entretanto, é possível traçar uma linha cronológica a partir da ideia de "paraíso prometido" apresentado no contexto bíblico, tendo como sequência os jardins suspensos da Babilônia. Mas a arte de Jardinocultura[2], surge em dois locais: a China e o Egito (LABODA, ANGELIS, 2005). Os parques definidos como equipamentos públicos surgiram das experiências francesas e inglesas, de modo a ter seu princípio associado à urbanização do século XIX (SCOCUGLIA, 2009). Nota-se que o surgimento dos parques urbanos está atrelado à revolução industrial, que tornou a vida urbana frenética. Com isso, surge a necessidade de ambientes abertos e áreas verdes nas cidades.

Esse processo de urbanização aconteceu tardiamente no Brasil, apenas no início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa. A partir disso, houve a reestruturação das velhas cidades, principalmente na antiga capital Rio de Janeiro, recebendo investimentos e recursos (SILVA, PASQUALETO, 2013). Com esse investimento para o desenvolvimento e embelezamento da cidade, o primeiro parque foi criado, o Passeio Público localizado entre a Lapa e a Cinelândia foi projetado por Valentim da Fonseca e Silva em 1783 (LADEIRA, 2021).

Entretanto, é a partir dos anos 80, com a estruturação de movimentos ecológicos que reivindicam a qualidade do ambiente. Com essas reivindicações foram executadas as requalificações das áreas degradadas, com o propósito de melhorar a atmosfera urbana para elevar a qualidade de vida. Os parques planejados possuíam percursos para ciclistas e pedestres reforçando a ligação com áreas verde (FRIEDRICH, 2007). Os parques adquiriram novos usos atraindo novos públicos, interagindo de formas e modos distintos, se apropriando do espaço como um oásis no conturbado meio urbano.

Na segunda década do século XXI as cidades estão em constante desenvolvimento e crescimento, de forma a afetar diretamente à população, uma vez que a qualidade de vida está relacionada a diversos fatores, entre eles: infraestrutura, o desenvolvimento econômico e social, além de questões ambientais. Em linhas gerais, as áreas verdes urbanas são imprescindíveis para o bem estar da população (LOBODA, ANGELIS, 2005).

Percepção e gênero

Notório são os benefícios dos oásis urbanos para a qualidade de vida para a população, mesmo que cada pessoa tenha sua percepção sobre esses espaços. Em geral, a percepção é um "fator fundamental para a avaliação da relação do homem com o espaço onde ele vive e como ele visualiza o mundo externo. O estudo da percepção vem auxiliando na compreensão da relação homem/natureza, homem/ambiente construído" (MELO, LOPES, SAMPAIO, 2017). As relações com o meio ambiente têm influência direta com os sentimentos, expectativas e valores atribuídos a estes equipamentos públicos. Portanto a importância do papel das emoções na constituição do pertencimento e significados atribuídos ao ambiente. (COSTA, COLESANTI, 2011; MELO, LOPES, SAMPAIO, 2017).

Nesta concepção sobre a influência dos sentimentos para a percepção do local, o acrônimo LGBTQIA+ tem suas expectativas e sentimentos alterados pelo preconceito. Pois a visibilidade de pertencer à comunidade, torna o usuário alvo da intolerância e repúdio, de modo a impedir a criação de vínculos de pertencimento. Buscando pela proteção o indivíduo se condiciona a viver na invisibilidade (VIANNA,

[2] Conjunto de técnicas agronômicas e urbanísticas, para conservar e planejar os jardins.

COPPIETERS, 2017), com a repreensão da sua personalidade, condiciona a pessoa em um estado de constante alerta e cuidado, impedindo o pleno uso do local.

A relação usuário/ambiente construído se agrava de forma negativa quando se trata da população transgênero e travestis. Pois sua trajetória nos espaços públicos é marcada pela exclusão e marginalização, além de ser um espaço mais permissível à declarações discriminatórias, principalmente por homens heterossexuais. Tal fato afeta a relação e percepção sobre os espaços públicos para esta comunidade, bem como a apropriação do lugar (MARIN, et.al, 2017; CAMPOS, et.al, 2019).

Além disso, é negado ao acrônimo manifestar algo intrínseco para o ser humano o afeto. Essas relações banais para casais cis-hétero[3], entre elas: o caminhar de mãos dadas, o abraço deitado no gramado, a troca de carinhos e o beijo, relações presentes no cotidiano da vida de casais (VIANNA, COPPIETERS, 2017). Para casais LGBTQIA+, demonstrar afeto em público é um risco, pois há o julgamento e a hostilidade, podendo ocorrer agressões físicas e verbais. Sendo assim, o desfrutar de maneira plena dos parques públicos se torna algo inviável para esses casais.

Desse modo, considerando o acima exposto, esse artigo visa debater como o preconceito e o medo influenciam de forma negativa na percepção e interação da comunidade LGBTQIA+ em parques urbanos localizados em cidades. Para essa finalidade foi escolhida a cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, selecionada por ter alto fluxo de pessoas de outras regiões, pois é um polo na área da saúde e educação.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza exploratória, pois tem maior afinidade com o problema de pesquisa. Sendo de caráter flexível quanto às respostas, de forma a possibilitar considerações variadas (GIL, 2002). Para alcançar o objetivo descrito, a metodologia aplicada é baseada na Percepção Ambiental, com o enfoque na percepção de gênero. O procedimento metodológico, consiste na aplicação de questionários, sendo ele um instrumento de coleta de dados com uma série de perguntas, tendo ele vantagens como, economia de tempo, atinge maior número de pessoas de modo simultâneo e a obtenção de respostas mais rápidas e precisas (MARCONI, LAKATOS, 2002).

O objeto de estudo escolhido para o desenvolvimento, é o Parque da Gare, localizado na cidade de Passo Fundo, ao norte do estado do Rio Grande do Sul. O Parque da Gare é o maior dentro da cidade, passou por uma reforma no ano de 2016, com isso passou a dispor variedade de usos e atrativos. O local atrai uma diversidade de pessoas, que se apropriam do espaço de diferentes formas, como a organização de piqueniques, mateadas e jogos.

A aplicação do procedimento metodológico aconteceu no mês de junho de 2021, de forma online pelo aplicativo "*Google Forms*". As perguntas foram selecionadas com base no embasamento teórico desenvolvido, consistindo em questões de múltiplas escolhas e de respostas curtas. Cabe ressaltar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi disponibilizado. A pesquisa considerou a participação de 48 voluntários, entre eles 14 mulheres, 32 homens e 2 pessoas que não se enquadram no padrão

[3] Cis-hétero: relação entre pessoas cisgêneros, ou seja, que se identificam completamente com o seu gênero, e heter

binário. A idade varia entre 18 anos até 41 anos, sendo uma faixa etária diversificada que frequenta o Parque da Gare.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à questão de gênero e sexualidade, sendo que 51,1% dos voluntários se identificaram como gays, 13,1% como lésbicas, 31,1% como bissexuais, 4,2% não binário e apenas 2,1% transgênero. A baixa participação de pessoas transgêneros e travestis é um dado preocupante, pois destaca uma deficiência em oferecer e garantir os direitos sociais, no que tange a população "T" como também são denominados. Pois o sistema regulador dos espaços urbanos é opressor, machista, transfóbico, racista e classista (MARIN, et.al, 2017). O sistema impede que a comunidade se aproprie dos espaços públicos com liberdade.

Sobre a frequência em que o parque é utilizado, a maioria os entrevistados são frequentadores do espaço público, uma minoria não utiliza do espaço de lazer, sobre este último grupo foi inquirido o motivo pela não utilização, e obteve-se o seguinte depoimento: "Eu nunca sofri preconceito, mas tive vários amigos que não usam mais o parque por medo" (pessoa a). O desuso do ambiente é atribuído à reincidência de percepções negativas acumuladas, como cita Costa e Colesanti (2011): às experiências acumuladas originam atitudes e orientam ações.

A Gare oferta uma diversidade de usos e espaços, a pesquisa levantou questões sobre os locais em que a comunidade LGBTQIA+ mais se apropria, o espaço mais citado é o espaço contemplativo próximo ao lago. Entretanto, a maior frequência não significa maior conforto como retratado na pesquisa de Vianna e Cappieters (2017). Nesses espaços públicos, o acrônimo LGBTQIA+, utiliza da invisibilidade e camuflagem para se enquadrar nos padrões heteronormativos, evitando a visibilidade e possibilidade de sofrer preconceito.

O uso da invisibilidade dentro do parque da Gare, fica evidente pois 97,8% dos entrevistados não sofreram nenhum tipo de LGBTfobia. Entretanto, esta invisibilidade é uma forma de violência, pois causa impactos negativos na vida destes indivíduos (VIANNA, COPPIETERS, 2017). Quando condicionado à visibilidade, a expressão da violência e do preconceito é evidenciada, como retrata este depoimento: "preconceito nunca me ocorreu, mas já tive um caso em que eu estava em um encontro com outra mulher (também sou) e sofremos assédio, um homem estava olhando para nós e se masturbando" (pessoa b).

Os resultados coletados sobre a demonstração de afeto dentro do parque apontam que 51% dos voluntários afirmaram sentir medo, seja pela possibilidade de agressões ou por julgamento. Neste sentido, o depoimento constata esta proibição, "nunca tive a experiência de demonstrar afeto dentro do parque pelo simples motivo de ter medo de sofrer algum tipo de ataque LGBTfóbico. Pois não sabemos quem será o agressor e menos ainda se alguém virá nos prestar ajuda ou apoio" (pessoa c). Essa proibição imposta pelo medo, defere com a pesquisa de Vianna e Coppieters (2017), pois para casais LGBTQIA+ é negado e repudiado o afeto em público, situação que não ocorre com casais cis-hétero, que é possibilitado essa experiência de forma natural.

Neste sentido o comportamento da comunidade LGBTQIA+ é alterado, pela imposição dos padrões sociais. Sendo assim, sua percepção sobre ambiente coletivo é manchada pelo preconceito, alterando sua relação com o mesmo, como afirma Costa e Colesanti (2011). Portanto as relações com o meio ambiente estão ligadas às experiências físicas e emocionais com o meio.

CONCLUSÕES

A partir da compreensão do ambiente do Parque da Gare e a percepção dos usuários LGBTQIA+ é possível traçar que para a apropriação dos espaços fica condicionada a invisibilidade, sendo essa uma forma de violência. Neste sentido as manchas do preconceito estão enraizadas na personalidade do indivíduo, obrigando a esconder sua sexualidade a fim de evitar a LGBTfobia. Infelizmente para pessoas travestis e transgêneros a invisibilidade não é uma opção, sendo assim o preconceito é direto, impedindo que essas pessoas se utilizem do espaço, pelo acumulo de percepções negativas.

Neste sentido, observa-se uma carência em políticas públicas que garantam que o acrônimo desfrute dos espaços públicos de lazer, de forma plena, pois o medo é uma condição imposta para esta comunidade, não permitindo que os vínculos de pertencimento sejam criados.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Dalvan A; MONDARDO, Heitor C.; PIRES, Rodrigo O. M. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde Florianópolis, SC. **Saúde debate.** Rio de Janeiro, v.43, n.8, p. 79 – 90, 2019.

COSTA, Benhur P. Por uma geografia do cotidiano sobre as tênues apropriações do espaço urbano: microterritorializações em parques e praças de Porto Alegre/RS. **Anais do X Encontro de Geografos da América Latina.** São Paulo, p. 3667 – 3691, 2005.

COSTA, Renata G. S.; COLESANTI, Marlene M. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Re' e' Ga'**. Curitiba, p. 238 – 251, 2011.

FREDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e regional) – Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LABODA, Carlos R; ANGELIS, Bruno L. D.; Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência.** Guarapuava, p. 125 – 139, 2005.

LADEIRA, Leonardo. Passeio Público: Rio de Janeiro. Acesso em 10 de jun. 2021. Disponível em: http://www.passeiopublico.com/index.html.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A, v.5, 2002.

MARIN, J. F.M; CORREIA, K.C; ALVES, N. C. B; NERES, R.N.B; SILVA, W. S. Análise da inserção das pessoas transgêneros, travestis, mulheres transexuais e homens trans na cidade e o desfio na garantia de seus direitos. **Direito à cidade: vivencias e olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual.** p. 18 – 24, 2017.

MELAZO, Guilherme C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e trilhas**. Uberlândia, n.6, p. 45 – 51, 2005.

MELO, Hérica S.; LOPES, Wilza G.; SAMPAIO, Dayanne. Os parques urbanos na história da cidade: percepção, afetividade, imagem e memória da paisagem. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. v.5, n.32, 2017.

MENDES, Maria G.S.; HARTMANN, Rebeca S.; COSTA, Regina A.R. A. Debates e reflexões sobre os direitos da diversidade sexual e de gênero. **Comissão da diversidade sexual e de gênero da OAB.** Pernambuco, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. Acesso em 28 de set. de 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. O parc de la Tête d' Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade. Acesso em 08 de jun. 2021. Disponível em: https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/10,113/20.

SILVA, Janaina B.; PASQUALETTO, Antônio. O caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século XXI. **Estudos**. Goiana, v.40, n.3, p. 287 – 298, 2013.

VIANNA, Rodolfo; COPPIETERS, Luiza. A cidade hostil ao afeto LGBT. **Direito à cidade: vivencias e olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual.** p.54 – 57, 2017.

OS IMPACTOS DA RESTRIÇÃO NA MOBILIDADE PEDONAL DOS IDOSOS PELA COVID-19

Mariana Porto Rotta
Universidade Católica de Pelotas | Brasil
marirotta@gmail.com

Liziane de Oliveira Jorge
Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil
lizianej@gmail.com

Nirce Saffer Medvedovski
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
nirce.sul@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Deslocamento a pé; isolamento social; saúde urbana.

INTRODUÇÃO

Diante do diagnóstico de um tipo de infecção respiratória em Wuhan, a China notificou a Organização Mundial da Saúde (OMS), em dezembro de 2019, sobre uma doença respiratória aguda grave, transmitida por uma nova variação do Corona vírus e denominada COVID - 19. A partir de então, o cotidiano da população foi diretamente afetado pelas medidas sanitárias, particularmente o distanciamento social.

O presente trabalho aborda o comportamento e a percepção dos idosos, diante do distanciamento social instaurado em decorrência da pandemia. O objetivo é identificar como as restrições estabelecidas afetaram o seu comportamento e compreender a percepção desse grupo social sobre os aspectos de deslocamento e diminuição de interação.

Para os cientistas, a saúde mental é um fenômeno urbano contemporâneo impactado por fatores sociais e ambientais, capazes de prevenir ou eclodir transtornos mentais, principalmente a depressão e a ansiedade. Segundo Sherman et. al. (2011), sentimentos de solidão, desânimo e sintomas depressivos são agravados quando há restrição do idoso ao ambiente doméstico e ausência de convívio social. Nesse sentido, uma rede de relacionamentos, amizades e lazeres é fundamental para a sensação de bem-estar e redução de sintomas depressivos em idosos.

A situação de solidão e desamparo presenciada nos centros urbanos é uma realidade vivenciada por muitas pessoas, em especial por idosos que constituem a denominada família unipessoal. Sabe-se que hoje o Brasil possui uma proporção de 12,4% de arranjos familiares unipessoais urbanos, com representação de idosos acima de 60 anos em 38,6% desses arranjos, distribuídos em 20,8% acima de 70 anos, 8,5% entre 65 a 69 anos e 9,3% entre 60 a 64 anos (IBGE, 2011). Berquó (2007) aponta uma

sequência de eventos e acontecimentos que acometem os indivíduos na terceira idade que culminam com a unipessoalidade familiar feminina ampliada, tais como a viuvez, a expectativa de vida feminina sete vezes maior que a de homens, as menores expectativas no mercado matrimonial. A autora usa a expressão pirâmide da solidão para se referir a esse recorte de unipessoalidade na terceira idade.

Cavalcante, Mourão e Teixeira (2018) apontam os danos decorrentes da privação da liberdade pessoal de ir e vir que muitas vezes condiciona uma relação de dependência de outrem para a realização das necessidades mais básicas, o que conduz um estado de sofrimento ou depressão. Essa perda da mobilidade, carrega uma gama de estados subjetivos, uma vez que a mobilidade não se resume à ação, mas envolve necessidades, desejos e sentimentos. Complementarmente, a mobilidade cotidiana envolve a oportunidade de vivência e apropriação simbólica dos espaços públicos, bem como "a construção de vínculos sociais que exercem impacto sobre a identidade social e de lugar dos citadinos. [...] Permite cruzar as histórias de vida individuais com a história da cidade e nos autoriza a contar a nossa história a partir dos lugares" (CAVALCANTE, MOURÃO E TEIXEIRA, 2018, p. 145).

Alguns estudos (CHANDRABOSE et al, 2019; SALDIVA, 2018) comprovam as vantagens da caminhada para a saúde dos indivíduos, como perda de peso, controle de doenças cardiovasculares e diabetes mellitus, fortalece a musculatura e os ossos, sendo uma preparação para a autonomia nos estágios mais avançados da vida (SALDIVA, 2018). Andar proporciona interação, estimula a autonomia e o sentido de comunidade entre os idosos, que devido às restrições motoras podem sofrer com confinamento (OMS, 2005; DORNELES, 2006; PFUTZENREUTER, 2014; PORTELLA, WOOLRYCH, 2019).

Segundo o documento da Walk 21 (2006), andar tem grande relevância e o ato de "caminhar é a primeira coisa que um bebê deseja fazer e a última coisa que um idoso deseja renunciar". Deslocar-se a pé, se estende além de uma categoria da mobilidade ativa, andar permite perceber, apropriar-se, compreender e analisar os lugares da cidade.

METODOLOGIA

O trabalho é um estudo de caso realizado na área central da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), classificado como o segundo no país com maior proporção de habitantes com mais de 60 anos, além de ser terceira maior cidade do Estado (IBGE, 2011).

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado concluída, que tem como objetivo, identificar o comportamento e a percepção de risco de pedestres idosos nos cruzamentos com intensos fluxos de circulação em avenidas estratégicas da cidade de Pelotas. Selecionou-se, para este artigo, a Rua General Osório, em destaque na rede de mobilidade municipal, pois é um importante eixo viário que conecta as macros regiões do Centro e das Três Vendas (Figura 1). Localizada na região central da cidade, a rua possui grande fluxo de pessoas e veículos, intensificado pelo trajeto do transporte coletivo e também pela diversidade no uso do solo, que atrai indivíduos em decorrência da grande oferta de comércio e serviços.

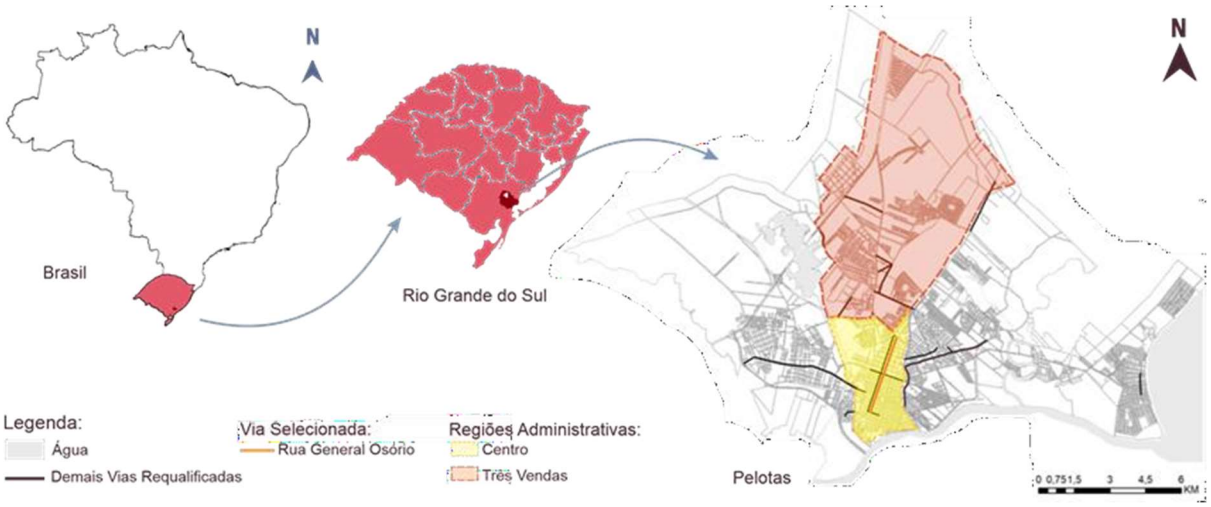


Figura 1: Área urbana de Pelotas com destaque para as regiões administrativas, vias reestruturadas e a Rua Gen. Osório. Fonte: Autores, 2020.

A Rua Gen. Osório é classificada como Coletora Preferencial e foi modificada através de obras provenientes do edital de requalificação viária, no ano de 2015. Através de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento foram investidos 9 milhões de reais para renovação de 3.284,00m. Algumas das intervenções realizadas foram: a construção de uma faixa exclusiva para ônibus, pavimentação asfáltica, alargamento das calçadas, guarda corpo, rampas, pisos táteis, bancos, iluminação, sinalização, entre outros elementos (Figura 2) (PELOTAS, 2018).

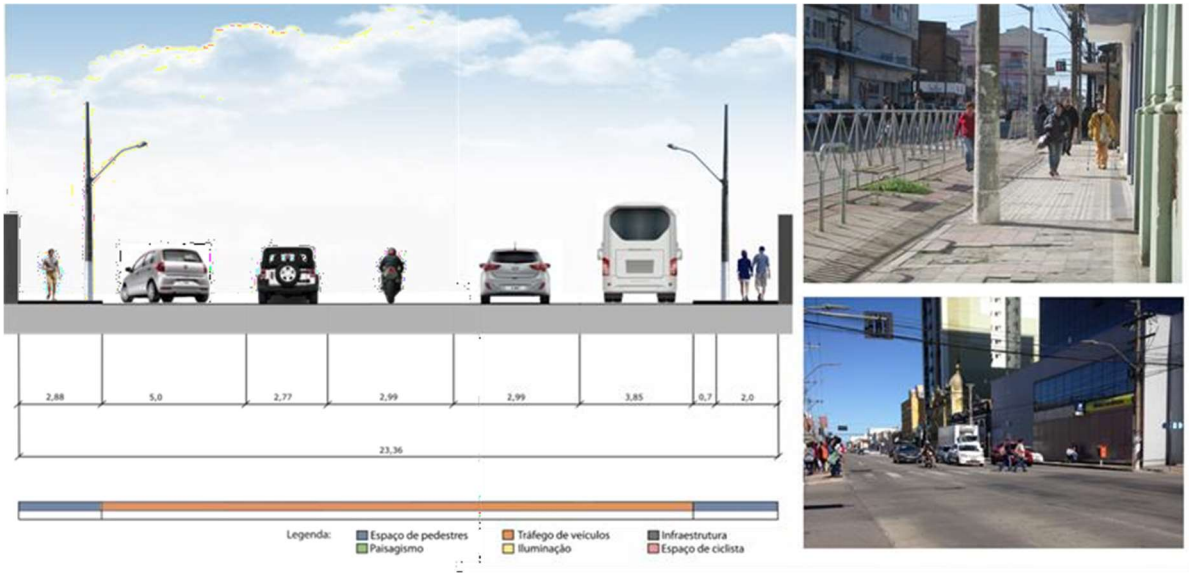


Figura 2: Seção transversal e imagens da Rua Gen. Osório. Fonte: Autores, 2020. Fonte: Autores, 2020.

Diante das incertezas e das medidas sanitárias adotadas pelas autoridades, foi necessário adaptar a aplicação dos métodos originalmente previstos que seriam efetuados presencialmente para uma opção mais viável no momento de intensas restrições na circulação. Assim a entrevista por telefone/celular foi identificada como uma ferramenta eficiente e apropriada para contatar os idosos, em substituição ao campo, no momento de restrição das atividades e, no segundo momento, retomou-se a visita in loco.

Procurou-se diagnosticar como o isolamento afetou os idosos com relação à caminhabilidade no período da quarentena e compreender como as medidas modificaram suas rotinas, sendo aplicados dois tipos

de entrevistas, realizadas em momentos diferentes de isolamento social. No primeiro momento foram feitas entrevistas semiestruturada por telefone com idosos, que anteriormente já haviam colaborado com a pesquisa "Projetando lugares com os idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento"[4]. A partir dos quarenta e dos contatos disponibilizados foi realizada a seleção de dez participantes com base em dois critérios: que residissem próximo à rua estudada, devido a vivência e familiaridade e o segundo, que aceitassem em colaborar.

As dez primeiras entrevistas foram realizadas em momentos que coincidem com a restrição do comércio em geral. No segundo momento, foram realizadas entrevistas in loco com indivíduos selecionados ao acaso em diferentes intersecções da via, em um período de maior flexibilização das atividades. No terceiro momento, já no mês de Julho de 2020, foram realizadas pelo telefone mais 10 entrevistas, quando foi declarado Estado de Calamidade Pública e o aumento das restrições impostas pelo Governo do Estado.

As entrevistas consideram aspectos diversos da mobilidade: origem-destino; familiaridade com a via; hábitos nas travessias; percepção de risco; e os efeitos da COVID-19 e a percepção do trânsito durante o período da pandemia, bem como expectativas da mobilidade em um contexto de pós-pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas realizadas totalizaram entre as duas formas efetuadas, *in loco* e pelo telefone, 40 participantes, 18 homens e 22 mulheres com idades entre 60 e 92 anos.

As respostas obtidas, a partir das perguntas relacionadas ao período de quarentena, que abordavam a forma como os indivíduos de idade avançada sentiam-se durante as restrições do isolamento social, e como suas rotinas de deslocamentos foram impactadas, indicaram que alguns idosos são resistentes às condições de restrições estabelecidas como exposto neste trecho: *"Eu saio todos os dias, [...] me protejo e vou."* (entrevistada, 74 anos). Alguns se consideram bem adaptados *"Eu gosto de tá em casa [...] eu vejo pessoas estressadas, neuróticas com isso aí, [...]."* (entrevistada, 74 anos). Outros ao contrário, percebem fatores nocivos nas mudanças que impactam a forma como vivem na cidade *"[...] eu não sai nunca, [...] depois eu comecei a me angustiar demais aí eu comecei a ir no caixa eletrônico, [...] eu podendo ir lá eu já fico feliz porque ai eu pego um solzinho, dou uma caminhada [...]."* (entrevistada, 72 anos). O deslocamento a pé é utilizado como um recurso para minimizar a inquietude identificada pela idosa, caminhar também proporciona uma sensação de satisfação na entrevistada, apesar de todo contexto vivenciado.

Outro aspecto que foi observado nos depoimentos dos idosos que informaram morar sozinhos é uma percepção mais pessimista sobre o isolamento, estes indivíduos demostraram medo e insegurança referente à doença. *"Ai pra mim tá difícil né, porque eu tenho uma estrutura muito boa, mas se não tinha entrado em depressão porque eu moro sozinha [...]."* (entrevistada, 75 anos). No trecho a seguir mostra-se as atividades realizadas pelas entrevistas para combater e reduzir essas sensações *"[...] lamento profundamente nunca ter feito, por exemplo, garimpar na internet. [...]."* (entrevistada, 82 anos) e *"[...]tem que conversar, fazer oração, fazer o que? [...]."* (entrevistada, 77 anos).

[4] Esta investigação mencionada é coordenada pela Dra. Adriana Portella (BR) e Dr. Ryan Woolrych (UK), que busca explorar o envelhecimento em diversos contextos urbanos, sociais e culturais em três cidades no Brasil, no Reino Unido e recentemente na Índia. Ver: https://wp.ufpel.edu.br/placeageproject/

Alguns idosos sentem falta de caminhar para exercerem suas atividades cotidianas *"Eu sinto vontade de caminha [...] pra, pra (risos), pra fica melhor né?"* (entrevistada, 78 anos). Além disso, a dependência de outras pessoas para realizarem suas atividades e tarefas também desgasta e aumenta a sensação de impotência e angústia *"[...] liguei pedindo o remédio e meu sobrinho foi lá agora de manhã pega, [...], eu digo ah que bom, porque eu não quero sair pra rua [...]."* (entrevistada, 75 anos).

Quanto aos aspectos relacionados à movimentação/circulação nas ruas, a alta velocidade e o intenso fluxo de veículos foi um fator mencionado pelos entrevistados como empecilho no deslocamento seguro, mas a expectativa de retorno à "normalidade" referente à circulação de pedestres e veículos é frequentemente mencionada *"[...]eu acho desagradável, preferia que tivesse o movimento que sempre teve."* (entrevista, 72 anos). Sobre a percepção de risco dos pedestres ao atravessar as vias com as restrições estabelecidas, percebeu-se que alguns idosos não identificaram nenhuma alteração quando se deslocavam na rua, outros por sua vez, notaram que a redução de circulação dos veículos e a intensidade de fluxo beneficiou o ato de atravessar a rua.

Aspectos como o medo e a angústia em relação ao futuro também são mencionados. *"[...] eu quero sair e não posso, tenho medo né, da doença [...] porque não é só o rosto, você tem a mão onde você toca [...] tá difícil sabe, mas enfim a gente tem que enfrentar [...]"* (entrevistada, 75 anos).

CONCLUSÕES

As entrevistas por telefone mostraram-se eficientes para atingir o objetivo proposto diante do distanciamento social estabelecido, além de fornecer uma quantidade relevante de informação a respeito dos temas abordados.

Algumas entrevistas apontam um estado de desanimo e angústia diante: da perda da liberdade, da restrição ao espaço doméstico, do pouco contato com a natureza, com as práticas cotidianas, que são determinantes na consolidação de hábitos, práticas culturais e prazeres citadinos relacionados ao convívio social e à relação com o mundo exterior.

O medo e a angústia em relação ao futuro também são recorrentes nas conversas, assim como a esperança e a crença que tudo logo voltará ao cotidiano pré-pandemia. Conclui-se que a necessidade das cidades proporcionarem ruas seguras para a caminhada já era uma demanda relevante, e a partir da pandemia revelou-se a emergência em incorporar soluções voltadas para a mobilidade ativa, segura e em situações de distanciamento social adequado. Assim, quando os idosos saírem às ruas, será possível sentir novamente os benefícios e as sensações que o ato de caminhar proporciona.

REFERÊNCIAS

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: Uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. A. **História da vida privada no Brasil.** V. 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 412-437.

CAVALCANTE, S.; MOURÃO, A. R. T.; FERREIRA, K. P. M. Mobilidade. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. (orgs.). **Psicologia Ambiental. Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CHANDRABOSE, M.; CERIN, E.; MAVOA, S.; DUNSTAN, D.; CARVER, A.; TURRELL, G.; OWEN, N., GILES-CORTI, B.; SUGIYAMA, T. (2019). Neighborhood walkability and 12-year changes in cardio- metabolic risk: The mediating role of physical activity. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity,** 16(1), 86.

DORNELES, V. G. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2011.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: nov de 2019.

PELOTAS. **Site Oficial da Prefeitura Municipal de Pelotas**. 2019. Disponível em: www.pelotas.rs.gov.br, (acesso em: nov. de 2019).

PFUTZENREUTER, A. H. **Viver a cidade, envelhecer na cidade. Os espaços públicos como interface para o envelhecimento pessoal.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Machenzie, São Paulo, 2014.

PORTELLA, A. A.; WOOLRYCH, R. **Ageing in place: narratives and memories in theUK and Brazil / Envelhecendo no lugar: narrativas e memórias no Reino Unido e no Brasil**. 1. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2019. v. 1. 304p .

SALDIVA, P. **Vida Urbana e Saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles.** São Paulo, Contexto, 2018.

SHERMAN, A. M. et al. **The contribution of social support and social strain to depressive symptoms in African American, Native American, and European American women.** Journal of Social and Personal Relationships, 2011. 28(8), pp. 1104–1129. Disponível em: https://doi-org.ez43.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0265407511406895. Acesso em out. 2020.

WALK21. **International Charter for Walking Retrieved**. 2006. Disponível em: www.pedestrians-int.org/images/IFP/pdf/key_doc/charter_EN.pdf (acesso em: 28 de março 2018).

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E AFETIVIDADE

O bairro, a memória e a percepção do idoso

Mateus Romualdo Teles
Universidade Federal de Pelotas |Brasil
mateusromut@gmail.com

Diego Freire Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
diegofreire456@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas |Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Idosos; Percepção; Afetividade; Espaço Urbano; Participação Cidadã.

INTRODUÇÃO

A conexão estabelecida com a vida urbana é um meio relevante de manter uma sociedade ativa, principalmente dentro da perspectiva de um grupo etário que vai se desligando e se isolando de atividades de sociais, como os idosos. O Serviço Social do Comércio desenvolve uma atividade há mais de 30 anos, por meio do Trabalho Social com Grupos (TSG) onde pauta-se na admissão da velhice como forma diversa de existir e opondo-se aos estereótipos negativos associados a essa etapa da vida. Tratam-se de ações pautadas na promoção e no fortalecimento do envelhecimento ativo, entendido como "o processo de otimização de oportunidades para a saúde, a aprendizagem ao longo da vida, a participação e a segurança para melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem." (ILC, 2015, p. 44).

Esse estudo foi pautado e realizado a partir do projeto "Cidadania Ativa: uma nova realidade para o idoso", que é uma das ferramentas exitosas que busca fortalecer a autonomia e o protagonismo da pessoa idosa através de uma metodologia horizontal e participativa, que consiste em idosos trabalhando para idosos. O projeto possui 11 anos de existência e beneficia mais de 400 idosos residentes em Fortaleza e na Região Metropolitana. Em 2019, o enfoque desta investigação foi a relação desses grupos de idosos com o território onde habitam, entendendo que a interação entre as pessoas com base nos afetos e no ambiente, impacta no modo como cada um experimenta o envelhecer.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza como pessoa idosa, aquele que atinge os 60 anos de idade em países subdesenvolvidos, ampliando até 65 anos nos países desenvolvidos. O mundo está envelhecendo rapidamente, onde o número de pessoas com 60 anos ou mais dobrará, passando de 11% em 2006, para 22%, em 2050, uma vez que a população idosa também acompanhará o ritmo dos mais jovens, com um cenário de aumento populacional (OMS, 2009). Porém, esses avanços no aumento dessa população não constituirá um progresso para a humanidade, se não for aliado às melhores

condições de vida para essa população mais velha, desde a aceitação por parte das outras idades e que a sociedade e o poder público possam incluir o idoso na participação ativa em sua comunidade (BERTINI, 2006).

Em 2007, a OMS trouxe princípios do Envelhecimento Ativo às cidades no "Guia Global das Cidades Amigas do Envelhecimento". Desenvolvido pela OMS, o projeto teve início em 33 cidades no mundo todo (World Health Organization, 2007) a partir de oito eixos temáticos: Participação Social, Respeito e Inclusão Social, Participação Cívica e Emprego, Comunicação e Informação, Apoio Comunitário e Serviços de Saúde, Espaços ao ar livre e Edificações, Transporte e Habitação (Figura 1).



Figura 1: Eixos temáticos do projeto cidade amiga do idoso. Fonte: http://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf

O guia ressalta que apesar de que essas características tenham um potencial e devam ser levadas em consideração na construção de uma cidade amiga do envelhecimento, deve-se principalmente ouvir cada realidade e cada população, pois existem também falhas, barreiras e até sugestões que são manifestadas pelos usuários de determinado espaço dentro da aplicação de qualquer metodologia participativa (O'SULLIVAN, MULGAN E VASCONCELOS 2010).

No contexto urbano, muitas vezes o idoso não é incluído nos processos de transformação de uma cidade, onde percebe-se no formato e na intenção dos equipamentos urbanos oferecidos a estes. A forma como se pensa a cidade, deve contemplar o que pensa a pessoa idosa, seu direito de ir e vir, a sua forma de construí-la, de até lembrá-la, uma vez que todos esses direitos básicos podem facilmente trazer uma relação de perda de identidade e de condição simbólica-afetiva dos espaços para com os cidadãos (HOLANDA, 1995; BERTINI, 2006; BOMFIM 2003).

De fato, espaços urbanos que incluem a população na sua construção a fim de uma ação/transformação, proporcionam lugares mais humanizados e com equidade social, gerando então formas de sociabilidade mais intensas para o idoso. Isso também traz uma maior autonomia e liberdade deles na cidade, potencializando uma estima positiva a esses espaços (BOSI, 2004). Essa ação-transformação e estima de lugar provém de uma potência de ação (SAWAIA, 2014) para a transformação das realidades pelas populações nos espaços. Afinal, não há como se pensar em mudanças sem pensar o território, logo, estimar o lugar relaciona-se com o cuidado com quem nele vive (BOMFIM, MARTINS & LINHARES 2015).

Com base no senso de lugar, Moranta e Pol (2005) colocam que a construção social destes lugares se dá a partir dos vínculos entre a pessoa e o espaço fazendo com que os estes se constituam a partir das relações e dos afetos que existem ali. Deste modo, compreender o sentido de lugar é vital para definir como as pessoas estão conectando as suas experiências entre elas mesmas e com os lugares à sua volta. A afetividade é uma dimensão mediadora nesse processo ação-transformação. As pessoas não se afetam sozinhas, e é por isso que a afetividade é um termômetro para a ética, política e cidadania (SAWAIA, 2000; BOMFIM, 2010). Ou seja, levar em consideração o idoso e seus afetos na cidade é pensar nessa potência de ação do mesmo no espaço e ainda, suas possibilidades de ir e vir nesse ambiente contribuindo também para o encontro com outros de sua idade, assim como de outras gerações (BERTINI, 2006).

A partir das transformações sofridas pela maioria das cidades brasileiras de médio a grande porte, nota-se que muitas delas sofrem com a perda de referências urbanas (PEDROSO DE SOUSA e FERNANDES, 2019). Neste contexto, os idosos por em muitos casos ter estabelecido um laço afetivo decorrente à sua vivência nos espaços da cidade, sentem as modificações temporais do lugar com as quais muitas vezes não se adaptam e acabam perdendo a relação e o vínculo estabelecido (BOMFIM, 2010), acarretando assim, algumas consequências negativas ao nível psicológico e dos comportamentos destas populações (SAWAIA, 2011; QUINTAS, 2010; SOUSA e ALMEIDA, 2001). Assim, surge a pergunta: Como a percepção dos idosos a partir de seus afetos para com o bairro podem contribuir com a potencialização dos lugares? Logo, este estudo teve como objetivo geral, **investigar a percepção dos idosos com relação ao bairro a partir de suas relações afetivas com os lugares.**

METODOLOGIA

O estudo tem caráter exploratório com abordagem qualitativa, pois pretende a partir da aproximação com os idosos do bairro em estudo, entender as percepções dos mesmos baseado na sua participação no espaço a partir dos afetos. A metodologia adotada foi a dos Mapas Mentais em conjunto ao Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) aplicados com os idosos. Lynch (1997), teceu uma base conceitual sobre a relação do indivíduo com o ambiente a partir dos chamados Mapas Mentais, estes como expressão do mundo simbólico que atravessa essa relação. É um instrumento baseado na elaboração de desenhos ou relatos de memória onde representam ideias de imagens que uma pessoa ou um grupo têm de um determinado ambiente. Como complemento aos Mapas Mentais, Bomfim (2010) desenvolveu uma metodologia de apreensão dos afetos através de recursos imagéticos (metáforas e desenhos) como elementos básicos para a elaboração e compreensão dos chamados mapas afetivos.

O estudo pode revelar os sentimentos que permeiam a vivência cotidiana dos idosos no bairro, através das imagens de pertencimento, agradabilidade, insegurança e destruição elucidadas pelos mapas afetivos. Para a presente análise, tomou-se como estudo de caso, o bairro Vicente Pinzón na cidade de Fortaleza - estado do Ceará /CE (Figura 2). Esse bairro, localiza-se na Regional 2 da cidade e foi escolhido como recorte deste estudo pois é a regional que congrega a maior concentração de idosos da cidade com aproximadamente 33.338 (Figura 3), a partir dos dados do censo demográfico pelo IBGE de 2010.

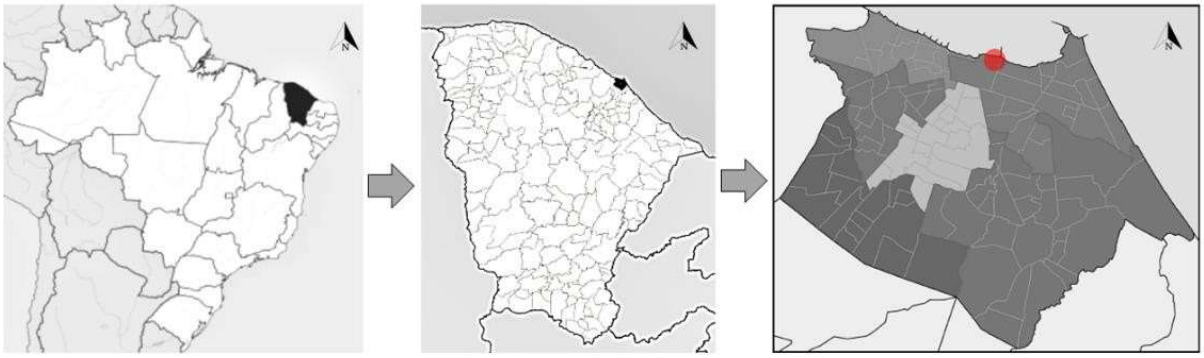


Figura 2: Localização de Fortaleza/CE. Fonte: Google Earth, adaptado pelos autores, 2021.

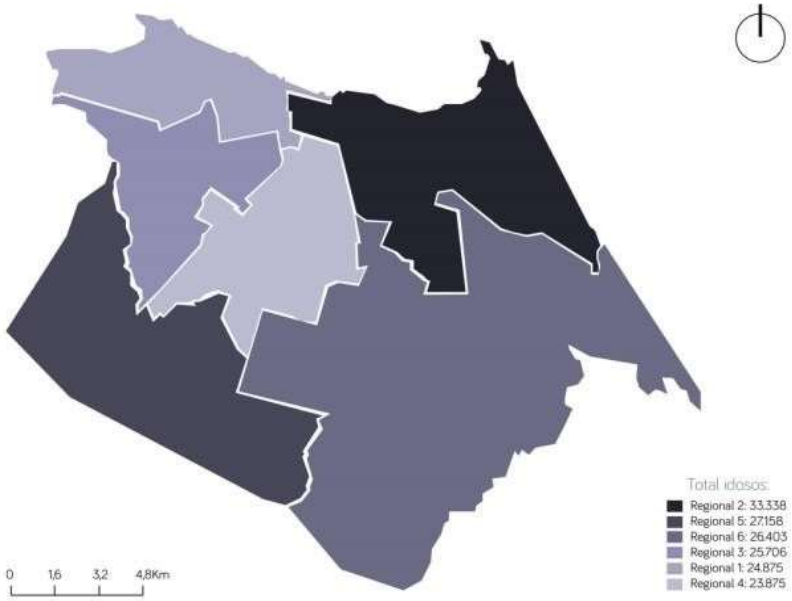


Figura 3: Número de idosos por regional. Fonte: Google Earth, adaptado pelos autores, 2021.

A aproximação com os idosos e aplicação dos mapas afetivos, deu-se na Associação dos Idosos do Mucuripe Oscar Verçosa, conhecida como Casa da Dona Tatá, no bairro em questão. Para facilitar a confecção dos desenhos e o entendimento das subjetividades que pudessem ser relatadas a partir disso, realizamos a aplicação em 3 grupos com 4 idosos e 1 jovem voluntário (aplicador), totalizando 12 aplicações. As dimensões apresentadas para essa análise são: identificação do respondente, estrutura do desenho, significado, qualidade, sentimento, metáfora e sentido (Figura 4). Bomfim (2003, p.144) construiu o seguinte quadro orientador acerca dessa análise:

Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimentos	Metáfora	Sentido
Nº: **Sexo:** **Idade:** **Escolaridade:** **Cidade:** **Tempo de residência (quando não originário)**	* Mapa cognitivo de Lynch: desenho de monumento, caminhos, limites, confluência e bairros. *Metafórico: desenho que expressa, por analogia, o sentimento ou estado de ânimo do respondente.	Explicação do respondente sobre o desenho.	Atributos do desenho e da cidade, apontados pelo respondente.	Expressão afetiva do respondente ao desenho e à cidade.	Comparação da cidade com algo pelo respondente, que tem como função a elaboração das metáforas.	Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidades e sentimentos).

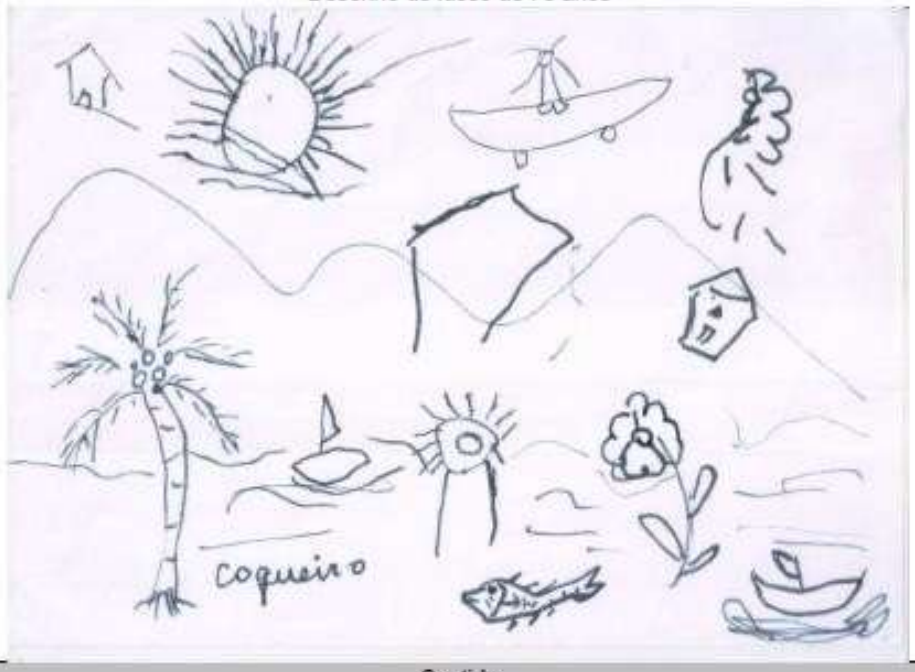
Figura 4: Processo de categorização para a elaboração do mapa afetivo. Fonte: Bomfim, 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação afetiva com o lugar pôde ser melhor compreendida ao longo da realização das oficinas e rodas de conversa nos encontros com os idosos, em que eles puderam elencar equipamentos relevantes do ponto de vista afetivo e usual, tais como igreja, mar, praças, centro comunitário, mercado, entre outros. No Mapa Afetivo 1 (Figura 5), o idoso desenhou o sol, o mar, os coqueiros, o peixe, a casa e relatou que lembra do bairro como um lugar onde tinha sua fonte de renda (pesca), mas que também podia se utilizar do rio para banhar e ter suas atividades de convivência com a comunidade, demonstrando assim **pertencimento** e **agradabilidade.** Destacou ainda, que a maioria dos braços do rio que vinha do mar onde lembra que trabalhou, não existem mais ou estão poluídos. Entendeu-se também que a relação da casa com a praça também era muito forte em seus relatos, mas que muitas vezes não sentia mais vontade de ir mostrando uma **insegurança**, adjetivando-a de mal iluminada, sem local para sentar, sem arborização suficiente ou mobiliário urbano, dentre outros.

Identificação	Estrutura
Nº: 1 **Sexo**: Masculino **Idade**: 78 anos **Escolaridade**: Ensino Fundamental incompleto **Cidade**: Bairro Vicente Pinzón – Fortaleza/CE – morador do bairro a 50 anos	Metafórico (peixe, rio, sol, barco, flores)
Significado	**Qualidade**
Representação do bairro como local de vivência e trabalho;	Apesar da insegurança, é um lugar agradável e que lembra família, onde grandes laços com os vizinhos e comunidade;
Sentimento	**Metáfora**
Pertencimento, agradabilidade, insegurança e medo;	Casa-Família;

Desenho do idoso de 78 anos



Sentido
É um lugar que apesar de remeter a insegurança e medo, é também sentir-se em casa e acolhido;

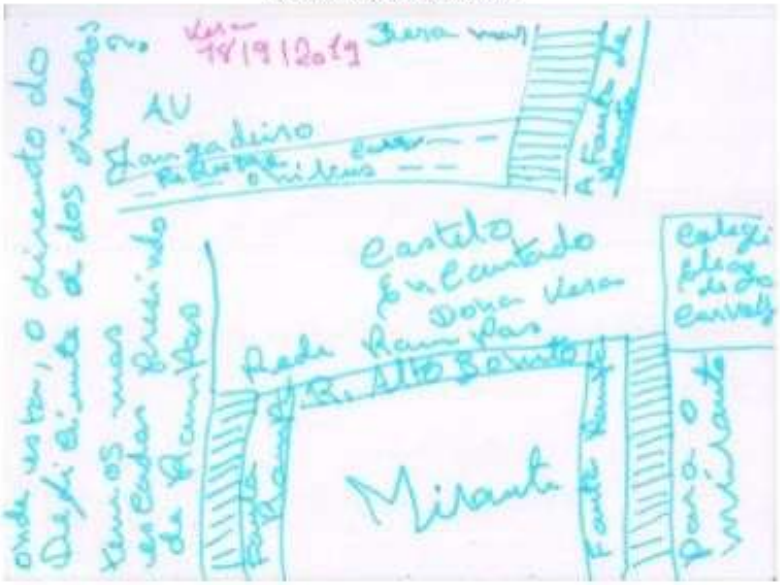
Figura 5: Mapa Afetivo 1. Fonte: Teles, 2021.

No Mapa Afetivo 2 (Figura 6), traz um relato importante através não só de desenhos, mas de escritas, onde demonstra a não satisfação de uma idosa moradora com a **acessibilidade comprometida** do bairro. Ela destaca em seu desenho, lugares importantes para ela, como a praça do mirante, onde diz que vários idosos caminhavam em vários horários do dia, mas que com a grande quantidade de apenas escadarias, muitos deixaram de ir. Porém, foi identificado no desenho possibilidades de percursos (mesmo comprometidos), relatados pela idosa como os mais fáceis de chegar até o local, como alternativa para outros idosos que assim como ela, tinha mobilidade reduzida.

Pelo que fora dito, vimos como uma diretriz (alternativa) destacada pela própria moradora, a partir de sua percepção, apropriação e limitações nos espaços do bairro, onde mais uma vez vê-se a importância de ouvir a população e torná-la parte da ação transformação dos ambientes, trazendo a possibilidade de dotá-lo de significado.

Identificação	Estrutura
Nº: 2 Sexo: Feminino Idade: 67 anos Escolaridade: Ensino Fundamental completo Cidade: Bairro Mucuripe – Fortaleza/CE – moradora do bairro a 67 anos	Metafórico (Escadas, Percursos e Esperas)
Significado	**Qualidade**
A dificuldade de andar, mas mesmo assim tentar;	Apesar das inúmeras barreiras encontradas, a falta de lugar pra sentar e a insegurança, temos locais que sempre queremos estar;
Sentimento	**Metáfora**
Impotência, Insegurança, Apego;	Casa – calçada;

Desenho da idosa de 67 anos.



Sentido
A Casa – Calçada tem a relação estabelecida com os vizinhos, mas também subjetivamente sentir a praça como parte da calçada, apesar de não ser tão próxima; E ainda, com a dificuldade de locomoção por conta da acessibilidade comprometida, esforçar-se para continuar estabelecendo essas relações;

Figura 6: Mapa Afetivo 2. Fonte: Teles, 2021.

Esses dois Mapas foram escolhidos dentre todos os outros, pois faziam um breve resumo das conversas e percepções obtidas pelos idosos dentro dos grupos. Percebemos então que, apesar de muitas modificações feitas no bairro ao longo do tempo sem levar em consideração os usuários e o simbolismo que o lugar carrega, os idosos ainda guardam muitas de suas memórias afetivas com relação aquele lugar.

CONCLUSÕES

Partindo da aplicação de uma metodologia participativa e afetiva, foi possível levantar questões que não seriam observadas se os dados fossem coletados de forma técnica, como, por exemplo, a necessidade de uma ação integrada nos espaços públicos que trate da sensação de segurança. O imaginário dos entrevistados foi muito fértil e precisa, apenas com a troca de relatos entre os idosos, muitos deles conseguiram traduzir em desenhos, escritas e falas uma caracterização geral do bairro, os lugares que sentem falta, os que continuam a utilizar apesar das dificuldades e como a comunidade colabora para a fim de apropriar-se destes espaços e manter as relações.

A partir das discussões aqui trazidas e do reconhecimento do assunto pelas instâncias governamentais, surge uma série de desafios sobre como efetuar políticas públicas e intervenções urbanas que reconheçam a potencialidade da população idosa, observada neste estudo aqui apresentado. Ou seja, os resultados obtidos indicam a vontade dos idosos de agir de maneira cidadã, demonstrar insatisfações e ser partícipes no processo de melhoria das relações pessoa/ambiente.

REFERÊNCIAS

BERTINI, Fátima Maria Araújo. **Centro de Fortaleza, lugar de transformações**: O idoso e os afetos implicados. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e Afetividade**: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo, 2003.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; MARTINS, Ana Kristia da Silva; SILVA, Debora Linhares da. **Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade.** In: MACHADO, Frederico Viana; MASSOLA, Gustavo Martineli; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (Orgs.). Estado, ambiente e movimentos sociais. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2015. p. 284-302.

BOSI, E. **Tempo vivo da memória** - ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2004.

Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC). **ENVELHECIMENTO ATIVO**: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Centro Internacional de Longevidade Brasil. 1ª edição, 2015.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

MORANTA, Tomeu Vidal; POL, Enric. **La apropiación del espacio**: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. Universidad de Barcelona. Facultad de Psicología Anuario de Psicología. v. 36, n.3, p. 281-297, 2005.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas**. Fundação Calouste Gulbenkian (Trad.). Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <http://apps.who.int>. 2009.

O'SULLIVAN, Carmel; MULGAN, Geoff; VASCONCELOS, Diogo. **Innovating better ways of living in later life:** Context, Examples and Opportunities. Londres:The Young Foundation, 2010. 39 p. Disponível em: <https://youngfoundation.org>. Acesso em: 31 mai. 2021.

PEDROSO, E. S. R.; DE SOUSA, I. C. A.; FERNANDES, N. F. S. Anais VI CIEH... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/53060>. Acesso em: 25/05/2021

QUINTAS, S. (2010). **Percepção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo**": Histórias ocultas de uma realidade do Porto. Manuscrito não publicado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

SAWAIA, B. B. (2011). **Da consciência à potência de ação:** um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana. In W. Galindo & B. Medrado (Orgs.), Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO (pp. 35-51). Recife: Editora Universitária UFPE.

SAWAIA, B. B. (2014). **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In B. B. Sawaia. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (11a ed., pp. 99-119). Petrópolis, RJ: Vozes.

SILVA, D. L. da.; BOMFIM, Z. Á. C. **Relações entre a Estima de Lugar e a construção dos Projetos de Vida de jovens adolescentes de escolas públicas de Fortaleza/CE** - um estudo avaliativo. Pesqui. prát. psicossociais [online]. 14 (1), 1-20. 2019.

SOUSA, F., & ALMEIDA, S. M. D. (2001). **E se perguntássemos aos Sem-Abrigo?!!** Satisfação e necessidades percepcionadas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. Análise psicológica. 19(2), 299-312.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, PR: Eduel, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2007). **Global age-friendly cities: a guide.** Genebra: Who Press. 82 p. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/publications/Global_age_ friendly_cities_Guide_English.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DA CIDADE SOB OS ASPECTOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL, PROPRIEDADE E BENS DE CAPITAL

Evandro Zanini Moura
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
evandro.zanini@sou.unijui.edu.br

Tarcisio Dorn de Oliveira
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
tarcisiodorndeoliveira@gmail.com

Flavia Vieira Guedes Zulato
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
flavia.zulato@sou.unijui.edu.br

Sérgio Luís Allebrandt
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | Brasil
allebr@unijui.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Propriedade territorial; Bem de capital; Sociedade.

INTRODUÇÃO

Por se tratar de questões relacionadas a divisão territorial, por meio do Estado, faz-se necessário a consulta de teóricos como Rousseau (1762) que aborda questões fundamentais ao estabelecimento do Estado, as formas de acumulo e manutenção do poder; poder este necessário para que se respeite decisões no regramento territorial como estabelecimento de divisas e logradouros, sem os quais logo após o estabelecimento dessas regras a falta de respeito a ordem estabelecida faria com que as pulsões motivassem a ações de mudança das regras e a eventual ocupação irregular de áreas, sejam devolutas (área que ainda são do Estado) ou sobre áreas particulares.

Neste ponto, também é pertinente, recorrer a Mill (1879) que trata de questões de critério moral e utiliza o princípio de que para aumentar ou reduzir o bem-estar das partes, ou neste caso apenas da parte, que quando afetada tende a utilizar qualquer recurso para alcançar o bem-estar. A teoria social de Mill aborta o bem, o belo, a felicidade, as vantagens. Essa corrente filosófica social propõe que o bem tem de ser feito ao maior número de pessoas, entretanto vamos analisar no âmbito pessoal a aplicação deste conceito.

Antes será preciso analisar as questões de poder que Rousseau aborda, e as relações sociais decorrentes do utilitarismo de Mill com a manutenção deste poder, para tanto faz-se necessário a consulta de Bourdieu (1991) na descrição do Poder Simbólico que determinada sociedade atribui aos símbolos que consagram este poder e a forma de valoração de território como bem de capital.

Para o conceito de utilidade aplicado ao objeto, será preciso compreender como se estabelece a ocupação territorial como bem de capital, como se atribui valor ao território, essas questões foram esclarecidas por Smith (1776) em linhas gerais ao abordar como se compõe "A Riqueza das Nações", para o território Brasileiro ancora-se em Rolnik (2006) para a busca da compreensão de como e quando no Brasil o território passou a ser um bem de capital e ainda hoje como se atribui e mantem os valores sobre parcelas de território tratado por Martins (1979).

O objetivo desta pesquisa é avançar na compreensão da propriedade territorial como bem de capital e os impactos diretos e indiretos que causam na sociedade, objeto este que passa desapercebido as mazelas da sociedade capitalista e pressionam as classes sociais que por sua vez buscam soluções as demandas ocupacionais sem se aperceber que a causa da pressão social está relacionada à desconsideração das ações de governo para a distribuição igualitária do território o que deveria ser uma ação de Estado.

METODOLOGIA

O presente estudo compõe-se de uma pesquisa básica através de uma revisão bibliográfica. A partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado, pretendendo assim, proporcionar uma reflexão aos leitores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de propriedade remonta aos primórdios da história humana o qual seria possível uma busca desde o surgimento da agricultura, devido a necessidade de justificar porque o homem necessita de território. Portanto a descrição da ocupação territorial passa pela descrição ou mapa de localização, o que decerta forma ocorre em nossos dias quando o possuidor de determinado terreno apresenta do mapa que as vezes está registrado ou contém símbolos suficiente para sua validação. Mas a concessão de território para agricultar ou ocupar tem um recorte um pouco mais distante para a organização social que conhecemos.

O surgimento do sistema feudal e declínio

O sistema político, econômico e social conhecido com feudalismo se desenvolveu lentamente principalmente no período do Império Romano e predominou na Europa Ocidental entre o início na Idade Média e meados do século XIII e foi teorizado por Charles-Louis de Secondat "o Barão de Montesquieu", este sistema se baseava na concessão de terras a vassalos para seu cultivo em troca de pagamentos em serviços mútuos, onde os vassalos forneciam os produtos ao feudo e o feudo oferecia segurança aos vassalos, formando assim uma invenção romana as cidadelas.

Desta forma, a aquisição de territórios ocorriam de pelo menos duas formas, primeira o senhor feudal que tivesse um exército podia dominar demais senhores feudais ao seu redor e aumentar seu território sem responder a igreja sendo tratado como herege, ou segundo por meio de uma "autorização divina" concedida pelo Papa o senhor de terras podia guerrear com outros feudos e adquirir seus territórios, como quase todos os feudos na Europa Ocidental eram obedientes a religião cristã, relativamente houve um longo período de paz entre os feudos, ocorrendo pequenos acontecimentos referente a territórios que costumeiramente eram resolvidos por bulas papais.

A Propriedade Territorial como Bem de Capital

As indagações dos teóricos no fim do sistema feudal e inicio do sistema capitalista determinam o objeto a ser pesquisado. Para Proudhon em seu livro "O que é a propriedade?" (1810 p. 21) "a propriedade é um roubo", pois para ele o bem passa a ficar indisponível aos demais, ele é subtraído da sociedade para aquele que logrou êxito em retê-lo, esta afirmação é interessante porque isto ocorre com o bem-imóvel, tornando-se propriedade de outrem ele passa a ficar indisponível aos demais da sociedade, sem permissão de acesso, ou seja privado não mais público.

Já para Rousseau (1762), o direito de propriedade concedido ao primeiro ocupante é constituído através do contrato social atribuído ao Estado. Então, a propriedade se legitima pelo primeiro ocupante o qual extrai subsistência do território e que pelo trabalho e cultivo deste território são indícios legais do direito de propriedade. Por essa razão Rousseau é chamado contratualista, porque essa aquisição originária não ocorre de forma legal ou cerimonial religiosa, não existe uma lei que concede o registro a validação do objeto, é um acordo daqueles que pesam ser ocupantes por direito.

CONCLUSÕES

Observa-se que o homem tem o direito natural da ocupação espacial/territorial e que sua legitimação se dá por um contrato social onde um grupo de pessoas reconhece o direito de ocupação por meio do trabalho e subsistência deste território, e o território pode ser transformado em propriedade "que é um roubo" pois deixa de ser público e passar a ser privado.

O fato social do direito de propriedade no Brasil em vigência a presente data, mostra que é necessário empenho para que essa questão de acesso igualitário seja compreendida e aprimorada. De acordo com o Ministério das Cidades 50% dos lares brasileiros são irregulares, esse direito fundamental de habitar/ocupar o espaço não traduz a imagem do direito, da moral e da civilidade que se anunciava nos primórdios dos estados nacionais e nem de longe das igualdades pretendidas pelas democracias.

Sendo assim, é fundamental a disseminação do conhecimento dos direitos das quais se anunciou a implantação dos estados nacionais de direitos democráticos, em especial ao direito de acesso igualitário ao território, e por fim o direito à propriedade e hereditariedade. Esses princípios democráticos são pouco difundidos e reconhecidos pelos habitantes de estados nacionais nos substratos sociais, mas muito explorados politicamente como utopia do próximo candidato.

A alforria das classes sociais vulneráveis dependem do conhecimento, para a libertação da exploração de ideologias políticas, econômica e social do direito fundamental; a demagogia da concessão do direito do ser humano deve ser deixado aos poucos de ser explorado, não por uma prática moral e cívica e sim pela falta de necessidade, quando a maioria souber como acessar o seu direito por meio das instituições administrativas a concessão desse direito deixa de ser de uma ação liderada e passa para a esfera individual pendendo todo o poder simbólico sobre o objeto.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. (1989). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

MARTINS, J. d. (1979). **O Cativeiro da Terra.** São Paulo: livraria Editora Ciências Humanas, USP.
PROUDHON, P.-J. (1998). Que é propriedade?. Porto Alegre, RS: L&PM Editores.

ROLNIK, R. (2006). **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte - MG: PUC Minas Virtual.

ROUSSEAU, J.-J. (1762). **Do Contrato Social.** Trad. Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2003.

SMITH, A. (1776). **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. (Trad. port.) São Paulo - SP: Nova Cultural, 1996.

PERCEPCIÓN DE LA SEGURIDAD A TRAVÉS DEL DISEÑO DE ESPACIOS PÚBLICOS CON PERSPECTIVA DE GÉNERO

Parque los Cedros, Guayaquil - Ecuador

Rómulo Sevilla Zambrano
Universidad Laica Vicente Rocafuerte | Ecuador
rsevillaz@ulvr.edu.ec

Juan Sánchez Naranjo
Universidad Laica Vicente Rocafuerte | Ecuador
jsanchezn@ulvr.edu.ec

Carolina Morales Robalino
Universidad Laica Vicente Rocafuerte | Ecuador
lmoralesr@ulvr.edu.ec

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
(x) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad
Palabras claves: espacio público; percepción de la seguridad; perspectiva de género

INTRODUCCIÓN

El presente estudio busca obtener una propuesta de diseño con perspectiva de género mediante el análisis urbano-ambiental y la percepción de la seguridad en el Parque Los Cedros, ubicado en el sector Urdesa Norte de Guayaquil-Ecuador. Esta propuesta plantea la conservación y utilización de sus espacios dentro de los 1838.09 m2 de extensión, considerando las necesidades de espacio público, analizados en un radio de 500m.

Percepcion de la seguridad en el espacio público

Según Pérez, E. (2004). La percepción del espacio público varía en los diversos grupos de la población llegándolo a percibir y definir como espacios que pertenecen a todas las personas; por ende, éstos deben ofrecer actividades que permitan generar sentido de pertenencia para promover el cuidado por parte de todos los habitantes.

Un ejemplo de esto es el parque la Jardinera- Chile, una propuesta de Parque Feminista de Espacios Públicos con Perspectiva de Género, que busca una mayor integración y soberanía de la mujer en todas sus formas, donde se contribuya a un espacio de desarrollo social y personal, que busca la emancipación tanto dentro y fuera de estos espacios para la obtención de recursos, que busque mayores procesos de participación y contribuciones al desarrollo sostenible. Otro ejemplo de este sería la Plaza Feminista Infantil d´en Baró, ubicada en Barcelona, España, que es un espacio lúdico que visibiliza y acompaña las tareas de cuidado de las personas que habitarán en el sector, con el objetivo de mejorar la habitabilidad de los barrios.

Desde el punto de vista de Páramo, P. Et.al. (2018). Se concibe la habitabilidad y percepción del Espacio Público desde 2 puntos: interior y exterior. Es decir, desde el lugar donde se ubican los distintos equipamientos y usos de estos espacios. Desde la perspectiva de las necesidades humanas en su visión acerca de los espacios públicos como medios satisfactores de necesidades humanas, el espacio público no se ha considerado un lugar que pueda ser habitado, sino transitado. Por ello, el diseño tiene un papel importante en la realización de ciertas actividades que atraen a las personas y permiten las diferentes interacciones sociales tanto en el entorno físico como en sus edificaciones. (Zapata, A., Zapata, Ramírez, C. & Rodríguez, G., 2016)

Espacios públicos con perspectiva de género

El objetivo de estos espacios públicos con perspectiva de género, es que se tenga en cuenta la diversidad real que caracteriza a los espacios urbanos, así lograr hacer posible que el derecho a la ciudad sea un derecho humano para todas las personas, desde la diferencia, pero no desde la desigualdad. Por ello, se debe establecer un sistema de mediciones que promuevan la igualdad de condiciones en todas las demandas, sin excluir el conocimiento local y las experiencias de las personas como fuente de conocimiento para las decisiones urbanas (Muxí, Z., 2011).

¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?

Según el Manual Práctico para una señalización urbana igualitaria de la Federación Española de Municipios y Provincias, (2009) la ausencia de las mujeres en el espacio público y de la toma de decisiones en como poder organizarlo, deviene en la configuración de dichos espacios que no se adapta a sus necesidades y uso cotidiano, para lograr hacer visible la igualdad entre hombres y mujeres como derecho a la ciudad y sus espacios. La ausencia de figuras féminas revela que, bajo la muestra de universalidad en la concepción de la ciudad, hay un orden androcéntrico que se reproduce con falsa neutralidad.

Esta nueva propuesta surge como una respuesta ante los diversos cuestionamientos de la escasa integración y toma de decisiones de las mujeres, que busca visibilizar y dar valor a las mujeres dentro de los distintos espacios urbanos, así mismo buscar aportes que puedan mitigar problemas ambientales y sociales a nivel local, que logre dar nuevas oportunidades de habitad y desarrollo en espacios para todos.

METODOLOGÍA



Mediante una metodología de revisión bibliográfica, se identifican las variables demográficas, geográficas, intrínsecas y de comportamiento, de los habitantes de las zonas para poder acceder al grado percepción de la seguridad de los servicios propuestos. Como parte de la caracterización del usuario, se determina una población total de 14.321 habitantes, con 51% de hombres y un 49% de mujeres, con predominancia de edad entre los 30 a 64 años, y un estatus social en que el 54% de la población es económicamente activa. Con respecto a las encuestas, se realizaron preguntas referentes a la percepción para medir el grado de dificultad en la zona a intervenir, donde aproximadamente el 80% mantiene una perspectiva de inseguridad y poco uso a causa de la criminalidad, un 89% nos dice que no hay la suficiente áreas verdes e iluminación y un 93% afirma que no hay las suficientes actividades de recreación ni contenedores para la recolección de desechos. Con esta información se procede a realizar un diagnóstico cuantitativo a través de fórmulas de los indicadores y encuesta a la población para definir las variables vinculadas al territorio y las necesidades de la población sobre el espacio público.

Entre los indicadores empleados se encuentran: Percepción del Verde Urbano, Permeabilidad de Suelo, Accesibilidad de Viario Público Peatonal, Dotación de Contenedores, Accesibilidad a Infraestructuras, Espacios Urbanos y Equipamientos que se adecuen a las necesidades, Entre las preguntas de la encuesta se mide el grado de Participación Comunitaria para la Implementación del Urbanismo con Perspectiva de Género, y la Percepción de Seguridad sin estigmatizar el género de las poblaciones.

RESULTADOS Y DISCUSIONES

Entre los resultados obtenidos, se evidencia que la presencia de vendedores ambulantes sumados al comercio informal y los recicladores, brindan un aspecto de inseguridad sobre el espacio público; principalmente por los desperdicios que se desechan sobre la calle. La falta de contenedores de basura en el sector hace que se produzca un foco de infección y mal olor, donde se crea mayor contaminación visual y ambiental. Por esto es necesario que un urbanismo con perspectiva de género plantee la dotación de contenedores de basura y puntos de recogida cada cierta distancia para evitar el desorden del sector; así mismo estos contenedores pueden guardar las características de reciclaje para promover una economía circular y que los recicladores tengan un punto directo de selección.



Figura 1: Render externo del parque. Fuente: Morales-Robalino C, Sánchez J, Sevilla R., 2021

Otro resultado se evidencia en la falta de actividades diversas dentro del parque, lo que provoca que las personas tengan temor a que les pueda suceder algo en dicho espacio público, ya que el encontrarse desolado, este espacio se convierte en un escenario propicio para la delincuencia y otras actividades ajenas la recreación. Por ello, se plantea un programa diverso de actividades que promuevan la interacción a través del agua, las zonas verdes y las canchas multifuncionales que pueden servir también de comercio itinerante.



Figura 2: Render interno del parque. Fuente: Morales-Robalino C, Sánchez J, Sevilla R, 2021.

Otro aspecto importante es la ausencia de poda, de arbolado alto que no interfiera en las visuales y superficies verdes, esto genera por un lado que no exista un microclima que invite a la avifauna y a las personas que disfrutan de la naturaleza; y por otro a que se mantenga una concepción de espacio público verde. Esta propuesta plantea vegetación que actúe como un regulador en el clima y ayude a que la población tenga un espacio ambientalmente saludable.



Figura 3: Render interno del parque. Fuente: Morales-Robalino C, Sánchez J, Sevilla R, 2021.

El miedo está incorporado en muchas formas como percepción en el espacio público. La percepción femenina de seguridad está basada en aquellos factores que la hacen sentir parte de la comunidad y que le brindan protección aun cuando no conozcan a las personas de su alrededor. Otros indicadores que lograron incrementar sus valores debido a la propuesta, son los siguientes:

INDICADORES	CRITERIOS	OBJETIVO	RESULTADOS
Percepción del Verde Urbano	Ampliación de árboles del sector que disminuiría las islas de calor permitiéndolo ser más agradable las áreas devolviéndoles el confort visual.	Acera >30% volumen verde->50%	89%
Permeabilidad de suelo	Uso de concreto permeables y mayores áreas verdes en la franja de servicio para la absorción del agua.	>10%	89%
Accesibilidad del Viario Público	Incremento de espacio de aceras de manera general alrededor de la zona con 3.00M de circulación libre.	Acera >2,5m y Pendiente <5%->90%	81%
Accesibilidad a infraestructuras, Espacios Urbanos y Equipamientos que se adecúen a las necesidades	Tener más actividades de inclusión y socialización que generen cohesión social, como espacios de diversión para niños y adultos, área de comercios, mayor iluminación dentro y fuera del área, etc.	>60%	91%
Participación Comunitaria para la Implementación del Urbanismo con Perspectiva de Género	Tener espacios funcionales dentro del parque cuyos usos prioritarios ayuden a una mayor participación a la comunidad en distintos horarios.	>60%	93%

CONCLUSIONES

Esta propuesta de diseño se crea a través de ejes lineales para una correcta accesibilidad, distribución y flujo en el lugar de intervención. Estos ejes configuraron una trama geométrica en el piso, dando mayor vitalidad y conexión al espacio público a través de zonas comerciales, de recreación, de descanso y de contemplación de la naturaleza. Además se proyecta jerarquizar estas zonas y darle sentido de pertenencia bajo colores complementarios, por ejemplo, el amarillo naranja es área infantil, seguido del fucsia que es el área de integración social, el amarillo que son actividades de ejercicio y relajación, como eje central un espejo de agua con interacción al público, área de picnic que durante la noche se transforma en un área de cine al aire libre, dos locales comerciales y una cancha de actividades múltiples cubierta de una lona tensada de PVC.

Con este diseño, se logra identificar tres áreas de atención en los espacios públicos que afectan la sensación de seguridad de los ciudadanos y el nivel de confianza de las personas hacia las instituciones encargadas. El proceso de identificación debe venir de la mano de herramientas cualitativas que permitan ampliar estas referencias, sobre todo para medir el grado de seguridad que puede generar este tipo de planteamientos.

Con respecto a la limpieza del parque se quiere habilitar diferentes espacios con contenedores de usos mixtos con espacios destinados para el reciclaje, que busque gestionar así mismo un modelo sustentable, considerando la proximidad de las diferentes áreas cercanas al parque; que sean las mismas personas de la comunidad que se conviertan en veedores del cumplimiento de las mismas, que las zonas donde había acumulación de desecho por falta de infraestructura se implemente una jardinera, con el fin de que estos espacios que antes fueron utilizados para residuos, tenga un carácter verde.

Reducir la percepción de inseguridad del espacio público, se basa en mejorar las actividades de cohesión social del espacio público; justamente la implementación de espacios multifuncionales mejora la participación de las personas por el programa de actividades que se ofrece. Por último, aportar al aumento de la vegetación, corredores y superficies verdes, con una selección de especies nativas como endémicas del sector, mediante el cual lleve a utilizar especies de tipo exóticas no invasores para así potenciar los servicios ecosistémicos, y que dinamicen el paisaje en el espacio, donde se mantenga una relación directa con el alcanzar un desarrollo sostenible en el espacio público.

REFERENCIAS

MARTÍNEZ, Muxi; CASANOVAS, Roser; CCIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta & GUTIERREZ, Blanca, ¨¿Que aporta la perspectiva de Género al Urbanismo? ¨. **Feminismo/s.** Ciudad: Alicante, Vol., 1., P. 105- 109, 2011.

PÉREZ, Edmundo, ¨La Percepción del Espacio Público¨. **Bitácora Urbano Territorial.** Bogotá, Vol. 8 Núm. 1., P. 27 - 31, 2004.

PÁRAMO, Pablo; BURBANO, Andrea; JIMÉNEZ, Bernardo; BARRIOS, Verónica; PASQUALI, Carlota; VIVAS, Fabiola; MOROS, Oscar; ALZATE, Mónica; JARAMILLO, Juan & MOYANO, Emilio, ¨La habitabilidad del Espacio Público en las ciudades de América Latina¨. A**vances en Psicología Latinoamericana**. Rosario. Vol. 36. Núm. 2., P. 345 - 362, 2018.

ZAPATA, Ana; RÁMIREZ, Carmen; RODRÍGUEZ, Gerardo, ¨El miedo como mensaje. La percepción femenina de seguridad en el Espacio Público¨. **Políticas Sociales Sectoriales, Vivienda y Desarrollo Urbano.** Ciudad de México. Vol. 3. Núm. 3., P.793 - 820, 2016.

GONZALEZ, Ángeles; BIENCINTO, Natalia; CHILLIDA, Ana. **Manual Práctico para una señalización urbana igualitária.** España, 2009.

MEYER, Francisca, **Parque la Jardinera.** Proyecto de Titulación para Arquitecta del Paisaje, Universidad Central de Chile. Chile, 2020.

SAREE, Equal, **Plaza d´en Baró.** Proyecto de remodelación urbana, Ayuntamiento de Santa Coloma de Gramenet. España, 2019.

PERCEPÇÕES E DESDOBRAMENTOS SOBRE A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM BELÉM, PARÁ

Kayan Freitas de Araújo
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
araujofkayan@gmail.com

Estevan de Bacco Bilheri
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Estevan.bilheri@hotmail.com

Verônica Garcia Donoso
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
veronica.donoso@ufsm.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Percepção; Espaços públicos; Segurança; Intervenções urbanas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Plano de Bairro para o Conjunto Jardim Maguari” apresentado à Faculdade Estácio de Belém, o qual propôs elaborar diretrizes urbanísticas para melhorar aspectos do ambiente urbano com ênfase nos problemas locais e emergentes. Nesse sentido, a pesquisa se concentra em compreender as percepções sobre a sensação de segurança nos espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari, localizado no bairro Coqueiro - Belém (PA), e seus desdobramentos em relação à dinâmica urbana em uma perspectiva temporal.

O Conjunto Jardim Maguari (Figura 1) é um projeto de incorporação imobiliária da década de 1970 que, conforme a caracterização do território na zona do ambiente urbano em que está inserido (ZAU 4 e ZAU 6 - IV), consiste em um espaço urbano de predominância residencial, atividades econômicas dispersas, infraestrutura não consolidada e equipamentos públicos exíguos (BELÉM, 2008). Além disso, o conjunto habitacional coexiste com outros padrões de ocupação no bairro como condomínios fechados e loteamentos irregulares, configuração urbana que acentua a segregação socioespacial e evidencia alguns fatores que limitam o direito à cidade. O projeto urbano do conjunto habitacional se caracteriza principalmente pela tipologia horizontal, sistema viário integrado, setorização das funções urbanas, traçado urbano ortogonal e disponibilidade de áreas verdes.

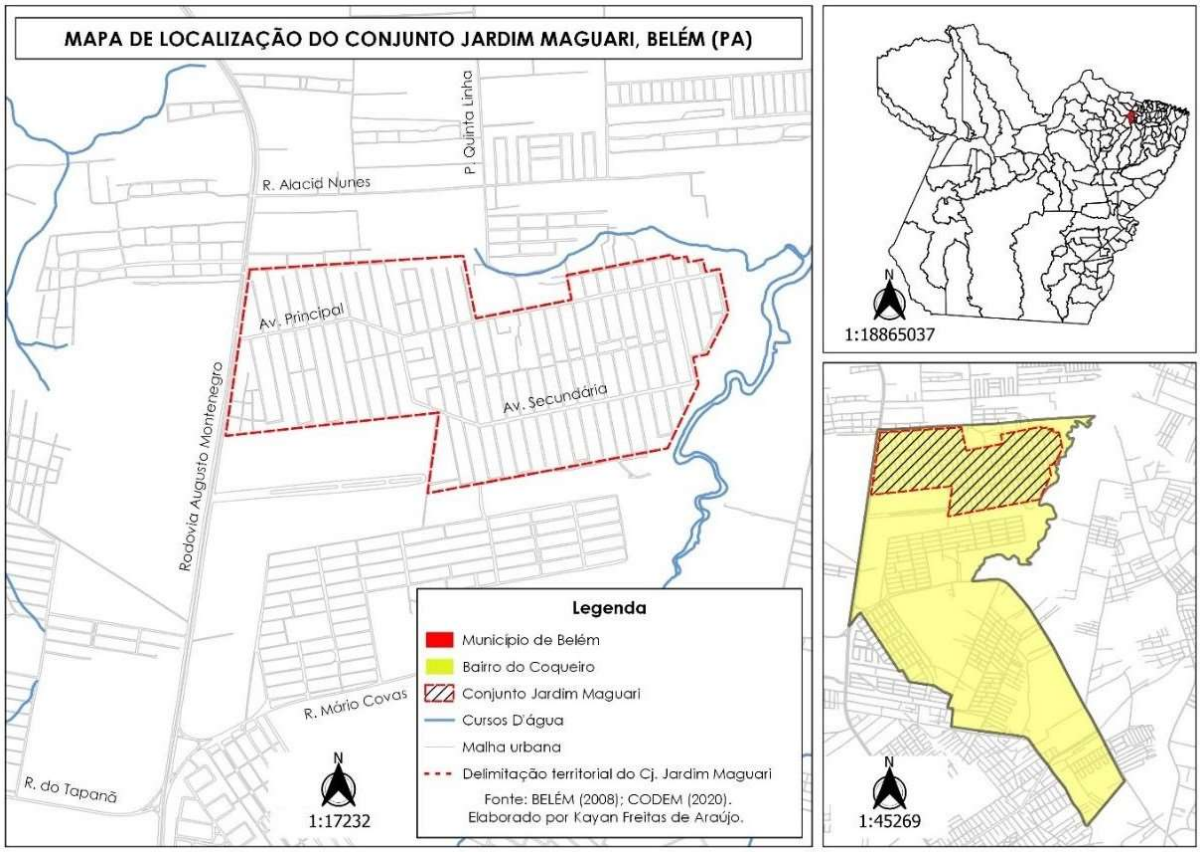


Figura 1: Mapa de localização do Conjunto Jardim Maguari. Fonte: BELÉM, 2008; CODEM (2020). Org.: Araújo et al, 2021.

De acordo com os últimos dados divulgados com base no Anuário Estatístico de Belém (2012) referente à segurança pública, o bairro Coqueiro está classificado como o sexto bairro com maior índice de criminalidade entre os 71 bairros que compõem o município de Belém. O índice elevado rebate sobre a sensação de segurança da população, especialmente nos espaços públicos do bairro em análise, onde as pessoas se encontram mais vulneráveis às práticas de violência urbana. A pesquisa realizada com 111 voluntários que frequentavam os espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari no final do ano de 2019 e início do ano de 2020 aponta que 58,5% dos entrevistados afirmaram se sentir inseguros devido a reincidência de assaltos, principalmente no turno noturno, enquanto 35,1% voluntários informaram se sentir razoavelmente inseguros e apenas 6,3% afirmaram se sentir seguros.



Figura 2: Intervenções urbanas feitas por moradores do Conjunto Jardim Maguari. Fonte: acervo dos autores, 2020.

O reflexo da falta de segurança pública é percebido em ações estratégicas no espaço público (Figura 2) que objetivam proporcionar maior segurança aos usuários, entre as mais recorrentes estão o fechamento de vias locais que restringe ou controla o acesso de pessoas aos espaços públicos, de forma a aumentar a sensação de segurança, no entanto, apenas para um grupo específico de moradores; e as intervenções urbanas colaborativas como alternativa à qualificação de espaços públicos degradados que servem de aporte às práticas de violência urbana e consumo de drogas ilícitas.

Inicialmente, ainda na década de 1970, os lotes residenciais eram delimitados por um muro baixo (1,10 metros de altura) que permitia um campo de visão amplo e interação com o espaço público; anos depois, percebe-se que esses muros foram estendidos até uma altura aproximada de 2,5 metros; em um outro recorte temporal posterior, câmeras de segurança e cercas elétricas são os principais equipamentos de segurança para reforço da segurança devido ao aumento na sensação de insegurança por moradores devido as ocorrências de assaltos elevadas. Atualmente, outra medida mais radical foi acordada entre grupos específicos de moradores (vizinhanças), o fechamento de ruas locais, configuração espacial que as assemelha à condomínios fechados. A Figura 3 apresenta essa evolução:

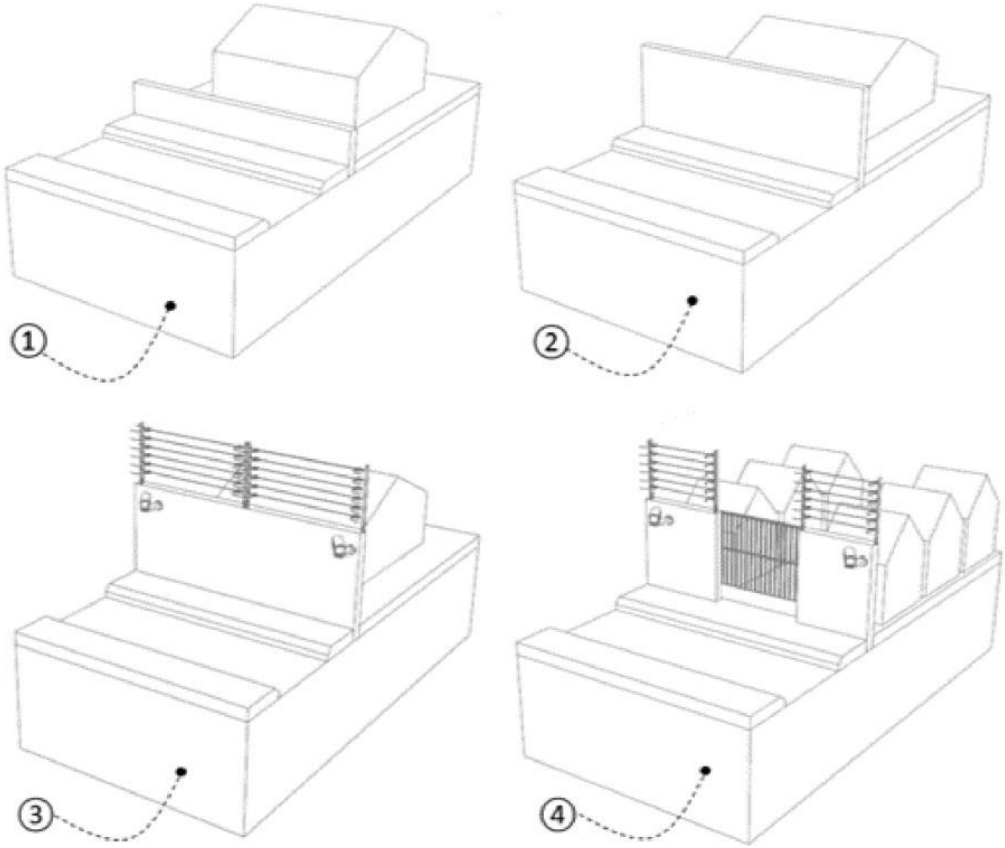


Figura 3: Esquematização do processo evolutivo das habitações decorrente das percepções sobre a sensação de segurança no Conjunto Jardim Maguari. Fonte: Araújo, 2020.

De acordo com o apurado na mídia e com moradores envolvidos na ação que resultou no controle de acesso de algumas ruas local do Conjunto Jardim Maguari, a intervenção no espaço público é contrária à determinação da Secretaria de Urbanismo de Belém (SEURB), a qual recomendou a desobstrução da via pública por meio do Ministério Público (G1 PARÁ, 2019). Por outro lado, os moradores beneficiados com o fechamento das ruas denotam o aumento na sensação de segurança que acaba por induzir o uso mais frequente do espaço público, assim, as pessoas costumam sentar-se à porta de casa, brincar, caminhar e praticar exercícios físicos na via pública com tranquilidade.

Em consulta pública realizada com 149 voluntários, 47% não concordam com o fechamento das vias por restringir o direito de ir e vir; 28,2% defendem o fechamento por proporcionar maior segurança; e 24,8 % não tem uma opinião formada sobre o assunto. No entanto, a porcentagem que apoia a ação é de maioria de pessoas que se beneficiam por morar ou frequentar as áreas que passaram a ser restritas. Nesse contexto, trama-se um espaço público contraditório, onde para garantir sensação de segurança e a qualidade do ambiente urbano para um grupo menor (e de maior poder aquisitivo), vitima-se grupos sociais mais vulneráveis economicamente.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, institui no artigo 209 que: "transpor, sem autorização, bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares, deixar de adentar as áreas destinadas à pesagem de veículos ou veículos ou evadir-se para não efetuar o pagamento de pedágio" configura inflação grave, sujeito a multa. Além disso, transcende-se ao direito de ir e vir, promulgado na constituição de 1988, artigo 5, inciso XV.

Para o planejamento de cidades seguras é importante considerar a modelação de espaços públicos convidativos, que estimulam a permanência de pessoas, sobretudo pedestres, de modo a estabelecer uma relação de vigilância mútua. As habitações e edifícios interagem com o ambiente urbano em conjunto com estratégias que promovem a ocupação das ruas em sintonia com a estrutura urbana local, de maneira a influenciar o aumento na sensação de segurança (GEHL, 2013; JACOBS, 2011).

Gehl (2013, p. 91) defende que para "sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada". Com base na teorização e crítica sobre os atributos de cidades para pessoas e ao padrão de planejamento urbano do urbanista Jan Gehl e da ativista política Jane Jacobs, respectivamente, elaborou-se diretrizes voltadas à mitigação dos problemas locais referentes à segurança pública, são elas: a dinamização do comércio em regiões ou vias públicas propicias a esse uso para estimular a ocupação, permanência e, consequentemente, o aumento na vitalidade desses espaços públicos, além do controle da densidade demográfica e do adensamento urbano vertical como estratégias para manter o espaço público humanizado.

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida por meio de visitas exploratórias, nas quais são foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e questionário *online* em período anterior ao contexto pandêmico provocado pela disseminação do coronavírus (Sars-CoV-2), portanto, a coleta de dados corresponde a uma amostra de percepções sobre os espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari antes das alterações na dinâmica urbana. Em geral, tanto as entrevistas quanto o questionário foram aplicados entre janeiro e fevereiro de 2020, mas conduzidos de formas diferentes, de acordo com seu respectivo propósito.

As entrevistas foram realizadas com moradores, comerciantes e transeuntes para análise qualitativa do espaço público. Dentro desses grupos, foi abordada a percepção de homens e mulheres, assim como crianças, adultos e idosos, de forma a extrair dados aproximados e coesos à realidade local e que expressasse diferentes percepções sobre um mesmo lugar. O questionário aplicado busca medir a sensação de segurança dos usuários por meio de uma escala de valores, sendo este de acesso público e online como forma de alcançar um número maior de voluntários. Contudo, o uso combinado dos métodos busca resultados mais contundentes que auxiliem no desenvolvimento de novas pesquisas e fomentem discussões sobre o conteúdo apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado desta pesquisa pode ser entendido como indicador de qualidade do ambiente urbano referente ao recorte territorial em análise. Cardoso et al (2013) afirma que "a vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança podem ser concebidas como indicadores apropriados e de grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas". A convergência ou a aproximação de percepções sobre a sensação de segurança apontam a formação de um novo imaginário sobre o lugar que influencia na ocupação e apropriação de espaços públicos. A partir de uma análise temporal, é possível acompanhar a evolução na insegurança dos usuários nos espaços públicos do conjunto habitacional e compreender as transformações na paisagem urbana relacionados a esse aspecto.

Os desdobramentos da falta de sensação de segurança por parte dos usuários consistem em ações espontâneas e táteis que buscam mitigar o problema, no entanto, em alguns casos, essas ações se encontram desalinhadas às diretrizes e normas urbanísticas preconizadas à região e são deliberadas sem ciência de órgãos públicos ou acordo entre os moradores em geral, algumas dessas ações são: intervenções urbanas colaborativas, restrição de acesso às vias públicas e a formação de fachadas inativas. Como resultado disso, percebe-se um dicotomia entre o processo gradual de segregação socioespacial que limita o direito à cidade à grupos vulneráveis socioeconomicamente, os quais ainda se sentem inseguros no espaço público, de forma a ter uma percepção contrária à de grupos específicos que promovem essas intervenções com arbitrariedade, os quais se favorecem com as ações realizadas em prol da sensação de segurança.

As percepções sobre a sensação de segurança nos espaços públicos do conjunto habitacional seguem duas linhas principais: a primeira consiste em percepções negativas decorrentes da degradação dos espaços públicos e formação de espaços ociosos, denotada por usuários que não se beneficiam das intervenções majoritariamente; enquanto a segunda consiste em percepções moderadas e positivas pautadas na sensação de segurança e tranquilidade em áreas tratadas pelos próprios moradores. Ambas as situações afirmam o território como espaço de lutas, contradições e resiliente.

Em linhas gerais, o trabalho é contínuo, portanto, periodicamente é analisado o avanço das ações sobre o espaço urbano na tentativa de compreender a proporção dos impactos provocados com as transformações na paisagem urbana em uma perspectiva temporal.

CONCLUSÕES

A partir da compreensão do ambiente construído por meio de percepções de usuários sobre a sensação de segurança é possível elaborar diretrizes urbanísticas na escala do bairro para mitigar os problemas atuais com coesão ao contexto urbano e social da região, de maneira a evitar processos autônomos sobre o espaço urbano, isto é, sem assessoramento técnico, que podem desencadear novas problemáticas no território.

As percepções dos usuários sobre o espaço público é vista neste trabalho como a maior aproximação possível com a realidade para entender os problemas do conjunto habitacional, pois, nesse caso, a vivência do espaço público permite um aprofundamento na análise urbana. Contudo, os resultados de pesquisa procuram promover discussões sobre os impactos de ações espontâneas sem assessoramento técnico nos espaços públicos que alteram o cotidiano da população em geral.

REFERÊNCIAS

BELÉM. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor do Munícipio de Belém, e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, [2008]. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N865508_plano_diretor.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos da presidência da república, [1997]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro; SEIBEL, Erni José; MONTEIRO, Felipe Mattos; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. **Revista Brasileira de Segurança Pública.** São Paulo, v. 7, n. 2, 2013, pp. 144-161.

G1 PARÁ. **MP recomenda que vias públicas fechadas por portões sejam liberadas.** Disponível em: http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-1edicao/videos/t/edicoes/v/m precomenda-que-vias-publicas-fechadas-por-portoes-sejam-liberadas/7735101/. Acesso em: 27 set. 2021.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e a vida das grandes cidades.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

PREFEITURA DE BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1510. Acesso em: 27 set. 2021.

RELAÇÃO ENTRE ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÃO DE ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS

Natalya Cristina de Lima Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil
natalyalimasouza@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: percepção, espaços de transição, campi, formação, vinculação

INTRODUÇÃO

O sentimento de pertença e a apropriação do lugar (POL, 1996) são objetos de estudo comuns àqueles que discutem os processos de percepção do ambiente e comportamento sócio espacial, notadamente dentre as investigações associadas à Psicologia Ambiental. Seja na escala da casa ou cidade, a dinamicidade atribuída aos fenômenos impõe que sejam entendidos como dialéticos, tratando de relações de contraste ou complemento entre pares opostos, tais como: ordem/caos; individual/coletivo; familiar/estranho; repouso/movimento (DOVEY, 1985; ELALI; PINHEIRO, 2013). Considerando a coexistência dessas polaridades, o conceito de "fenômenos gêmeos" (VAN EYCK, 1962) pauta a prática de projeto a partir da alternância equilibrada de elementos que estruturam e qualificam o espaço, entre eles: alto/baixo; claro/escuro; aberto/fechado; dentro/fora; público/privado; cheio/vazio (BARONE, 2002). Nesse contexto, Van Eyck reforçou a necessidade da definição de espaços "in-between" para cuidarem da comunicação e intermediação de metades complementares (BALSINI, 2014), os quais são tão importantes quanto os opostos, pois atuam "enquanto termo de excepcional carga semântica espaço-social, capaz de traduzir um ritual humano de trânsito entre âmbitos contrários, como um limiar entre realidades opostas" (RAMOS; NASLAVSKY, 2020, p. 7).

Em ambientes de ensino superior, especialmente em campi com complexa estrutura urbana, a setorização dos edifícios acadêmicos é feita através de ordenação territorial que os interconectam com um Sistema de Espaços Livres (SEL) que envolve, dentre várias atividades, possibilidades de: acesso; circulação; convívio; contemplação; lazer e apoio (MACEDO, 2010; SARMENTO, 2017). Portanto, dentro desse SEL existem zonas "in-between" (neste estudo compreendidas como "espaços de transição"), localizadas nas fachadas e passagens entre o interior e exterior de um edifício ou conjunto de edificações. Tais espaços são responsáveis por equilibrar a alternância entre ambientes de configurações opostas, promovendo permeabilidade em termos de trocas visuais, sociais e térmicas (CHUN; KWOK; TAMURA, 2004; BALSINI, 2014; SCOPEL, 2016).

Pela importância do seu papel, os espaços de transição suscitam análises quanto a capacidade de melhorar ou dificultar o sentimento de pertença, influenciando (e influenciados pelos) diferentes modos de uso e apropriação. Além disso, pelas condições de infraestrutura e em função das intenções das Instituições de Ensino Superior (IES), em muitas situações eles são tratados como espaços de formação, visto que alguma eventual "falha no cumprimento dos critérios espaciais primitivos poderia causar uma

diminuição de ocupação, o que resultaria em um impacto negativo sobre a qualidade do aprendizado" (ZENGEL; KAYA, 2011, pp. 60-61). Diante desse entendimento, esta pesquisa partiu das seguintes questões: Quais atributos dos espaços de transição contribuem com a formação e vinculação dos estudantes universitários? Como esses atributos estão sendo investigados recentemente?

Utilizando como base um breve estudo sobre discussões recentes no contexto do ensino universitário, este resumo expandido tem por objetivo identificar publicações que tratam das dimensões sociais, físicas, culturais e simbólicas associadas aos espaços de transição em ambientes universitários. O material é parte do estado da arte da tese em desenvolvimento no PPGAU-UFRN, com título provisório "Experiências e potencialidades nos espaços de transição dos cursos de arquitetura e urbanismo brasileiros" e a justificativa para essa investigação parte da necessidade de reunir trabalhos que estudaram os atributos desses espaços, atualizando o debate sobre a importância do suporte que oferecem ao ensino presencial.

METODOLOGIA

Para investigar as percepções das potencialidades dos "espaços de transição", é necessário delimitar alguns dos conceitos envolvidos, pois, como parte de um SEL, eles possuem características diversas podendo ser identificados com outras nomenclaturas, de acordo com as noções de escala espacial e variações de uso/percepção. Tal refinamento aconteceu por meio de uma revisão sistemática narrativa, partindo do exame qualitativo da relação entre estudos sobre tópicos diferentes, através de uma interconexão (BAUMEISTER, 2013; SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019).

Para tanto recorreu-se à consulta de textos disponibilizados em bases de dados nacionais e internacionais de, periódicos, teses, dissertações e anais de congressos. A seleção das palavras-chave se deu por "busca avançada" em língua inglesa, considerando cruzamento dos potenciais sinônimos e termos equivalentes (Quadro 1). A estratégia foi alternar as palavras, utilizando operadores booleanos para encontrar todas no corpo do texto ou ao menos uma.

Espaços de transição	e	Espaços educadores	e	Atributos
Transitional **or** In-Between Spaces		University **or** College		Informal Learning Spaces
Living **or** Common Area	**and**	Higher Education	**and**	Creative Spaces
Shared Circulation **or** corridors		Campus		Place attachment

Quadro 1: Palavras-chave buscadas. Fonte: A autora, 2021.

A delimitação temporal compreendeu o intervalo entre 2000 e 2021 e foram selecionadas para leitura as publicações ligadas a área de Arquitetura e Urbanismo que tratassem sobre espaços comuns e de circulação em IES. Inicialmente, foram escolhidos trinta textos para leitura integral, que foram agrupados para posterior refinamento. O próximo tópico resume os principais achados da análise da literatura que embasa a construção da problemática e referencial empírico da tese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as duas últimas décadas, nota-se um aumento, na área da Arquitetura e Urbanismo, de publicações sobre a influência dos espaços sócio físicos e seu simbolismo no processo de formação no ensino superior. As abordagens são diversificadas, mas destaca-se uma literatura preocupada em informar sobre estratégias que vão além dos aspectos construtivos e consideram a percepção dos

usuários, novas pedagogias e questões tecnológicas (TEMPLE, 2007; OBLINGER; OBLINGER, 2006). Desse modo, incluem também preocupações que consideram a dualidade entre espaços de aprendizagem formal – seguindo limites físicos e temporais; e informal - em ambientes que suportam atividades individuais ou colaborativas realizadas entre o horário das aulas (JAMIESON, 2009).

Autoras como Boys (2009) e Berman (2020) enfatizam que, no caso das universidades, as fronteiras entre a aprendizagem formal e informal não são visíveis claramente, pois os estudantes combinam várias atividades em um mesmo espaço. Nesse caso, é comum considerarem os espaços de transição como exemplos de ambientes de aprendizagem informal. As recomendações sobre esses espaços consideram que sejam distribuídos em escalas variadas formando um "cluster" (FISHER, 2005), de modo que possam ganhar valor simbólico de acordo com as intenções dos usuários em realizar atividades individuais, coletivas, práticas ou de descanso (JAMIESON, 2009). E, como apenas sua disponibilização não garante o potencial formativo, alguns pesquisadores se dedicaram a investigar criticamente suas condições de uso, possibilidades de apropriação e particularidades das instituições.

Assim, para expor o que já foi estudado até o momento, serão apresentados dez trabalhos que analisaram as características dos espaços comuns e de circulação em campi (Quadro 2). Como não há uma nomenclatura em comum que os identifique, a análise se divide a partir do enfoque das percepções em dois atributos: para formação e para vinculação.

Agrupamento	Autores	País da Universidade participante
Atributos para formação	Souter et al. (2011)	La Trobe University, Austrália
	Ibrahim e Fadzil (2013)	Public University, Malásia
	Bratuškins, Treija e Babris (2018)	Riga Technical University, Letônia
	Souza (2020)	UFRN – Campus Central, Brasil
	Silveira, Costa e Carvalho (2016)	UFPI – Campus Ininga, Brasil
	Oliveira, Ferreira e Medeiros (2021)	UFRN – Campus Central, Brasil
Atributos para vinculação	Zengel e Kaya (2011)	Dokuz Eylül University, Turquia
	Popenici e Brew (2013)	Universidades não identificadas, Austrália e Nova Zelândia
	Maia e Bonfim (2009)	UFCE – Campus Benfica, Brasil
	McLane e Kozinets (2019)	Florida State University e University of Louisiana, Estados Unidos

Quadro 2: Referências selecionadas. Fonte: A autora, 2021.

Em geral, os estudos combinam observação em campo (anotações/fotos) com as opiniões dos usuários (questionários/entrevistas). Eles envolvem as dimensões sócio físicas dos espaços de transição, relacionando percepção e comportamento dos usuários (atividades, permanência, sociabilidade) com as características construtivas (tipologias, orientação e conforto) ou de design (mobiliário, materiais e recursos). Aqueles que tratam dos atributos para formação abordam a contribuição para aprendizagem informal e criatividade, e sobre a vinculação, como as instituições influenciam na manifestação da afetividade e pertencimento ao lugar.

Atributos para formação

Sobre o papel dos espaços de uso comum e circulação para aprendizagem informal, alguns autores (SOUTER et al., 2011; IBRAHIM; FADZIL, 2013) se preocuparam em coletar (por *surveys* e fóruns) as perspectivas dos estudantes quanto as preferências de uso. Os resultados apontam para a necessidade de se integrar tipologias variadas que apoiem práticas individuais e coletivas: alguns internos, como bibliotecas e salas de uso comum; e outros externos ou parcialmente abertos, como "*pockets* (IBRAHIM; FADZIL, 2013) ou *eddy* (SOUTER et al., 2011) *spaces*"[1].

Quanto ao suporte para a atividade criativa, ao entrevistar estudantes de Arquitetura, as pesquisas de Bratuškins, Treija e Babris (2018) e Souza (2020) revelaram que átrios ou pátios, quando periodicamente transformados por práticas que expõe trabalhos ou instalações temporárias, oferecem vivacidade (com estímulos visuais e sonoros) que atraem pessoas, promovendo diálogo e permanência. Ainda, estimulam a criatividade não apenas dos participantes, como dos transeuntes que se inspiram pelas releituras dos lugares e liberdade de uso do espaço.

Com relação a possibilidade de integrar atividades variadas (socialização, alimentação, descanso), os estudos de Silveira, Costa e Carvalho (2016) e Oliveira, Ferreira e Medeiros (2021) compararam o uso de áreas de convivência cobertas e descobertas nos campi. As conclusões mostraram que enquanto algumas áreas são satisfatórias, outras são subutilizadas ou não suportam um número maior de usuários por problemas na oferta de mobiliário, recursos tecnológicos (conectividade e tomadas) e sombreamento. A leitura das referências desse grupo contribui para constatar que a avaliação dos usuários sobre a adequação dos espaços de transição às atividades realizadas auxilia na identificação de carências e potencialidades. Além disso, reforçam a necessidade de se preocupar com as transformações dos processos de ensino-aprendizagem considerando uma filosofia centrada no estudante.

Atributos para vinculação

Como demonstrado no tópico anterior, os estudos sobre os espaços comuns e de circulação em campi consideram que integrar diversas atividades e tipologias espaciais podem contribuir para o aprendizado e criatividade dos estudantes. Os trabalhos a seguir revelam que, além das dimensões sócio físicas que podem promover conforto, prolongando a permanência, é importante considerar aspectos culturais e simbólicos para compreender como impactam o sentimento de pertencimento.

A pesquisa de Zengel e Kaya (2011) investigou o "sentido de lugar" (ALTMAN; STEA, 1992) dos espaços compartilhados ao analisar o conforto espacial e as características e humor dos usuários. Foram consideradas opiniões de dois grupos de estudantes (calouros e concluintes) sobre o hall de entrada, corredores e pátios internos. As diferenças de percepções entre os alunos novos/antigos revelam como o tempo de permanência contribui para formação do senso crítico e facilitam no apontamento dos principais problemas. Além disso, as questões do tipo "escala Likert" auxiliaram para indicar que quando muitas respostas sobre satisfação se concentram na coluna do meio, os participantes têm pouca vinculação com o lugar, pois não fornecem informações precisas.

[1] A ideia dos autores ao apresentar os termos "*pocket* (bolso) ou *eddy* (redemoinho) spaces" é de fazer uma metáfora sobre o uso de espaços de circulação, ao adicionar neles pequenos locais agregadores, que possibilitem a parada (por tempo indeterminado) sem atrapalhar a fluidez das outras pessoas.

O trabalho de Popenici e Brew (2013) contribuiu para demonstrar que a vinculação com os ambientes universitários pode ser influenciada pela cultura organizacional, ao esclarecer como a mensagem hierárquica disponibilizada nos espaços de transição pode impactar na liberdade de uso e apropriação do espaço. Especialmente, quando mantém alto sinais de vigilância, com recomendações institucionais (avisos e câmeras) ou dificultam a expressão dos estudantes (murais subutilizados ou paredes brancas).

As investigações sobre os atributos para vinculação também podem se basear em aplicação ou desenvolvimento de métodos que identificam aspectos simbólicos baseados nas experiências. O trabalho de Maia e Bonfim (2009) utilizou o "instrumento gerador de mapas afetivos" (BONFIM, 2003) para relacionar representações imagéticas (desenhos e metáforas) com a linguagem verbal dos participantes entrevistados. McLane e Kozinets (2019) produziram um modelo conceitual com base na estrutura de "seis processos de *place attchment*" (SEAMON, 2002) e nos "quatro domínios da experiência (PINE; GILMORE, 1999). Ambos processos permitiram reunir os resultados em categorias sintetizadas em palavras-chave, relacionando aspectos subjetivos e sócio físicos.

Os trabalhos analisados neste grupo mostram que, como as características dos espaços comuns e de circulação tendem a ser heterogêneas, as análises sobre vinculação precisam se adaptar ao contexto de estudo e às percepções dos grupos participantes. Desse modo, constata-se que a adoção de multimétodos com viés etnográfico e fenomenológico proporciona uma abordagem do problema em escala dinâmica, que engloba dimensões múltiplas dos espaços de transição.

CONCLUSÕES

A revisão sistemática narrativa apresentada neste resumo buscou relacionar como os estudos sobre espaços de transição podem contribuir para uma conexão com outros temas, como atributos para formação e vinculação. Reforça-se que a diversidade de nomenclaturas e tipologias atribuídas a esses espaços exigiram que a busca por referências englobasse termos correlatos, o que aponta para a necessidade de uma utilização mais rigorosa da terminologia que os identifique. Apesar disso, os estudos ajudaram na compreensão de que pesquisas que tratam das experiências universitárias precisam ter uma investigação abrangente, com apoio de técnicas que complementam as percepções dos usuários. Como inovação, o levantamento dos trabalhos amplia o debate sobre o tema e dá suporte para a tese em desenvolvimento, que investiga a influência dos espaços de transição e suas características potencialmente educadoras e criativas em CAUs brasileiros. O fato das escolas de arquitetura possuírem características particulares de programa, mas geralmente se situarem em edifícios com formas e volumes diversos (PREISER; NASAR; FISHER, 2007; SHATAROVA, 2020), torna necessário que, nos próximos passos, seus atributos sejam analisados em estudos de caso que capturam a percepção dos usuários e da pesquisador/a, a partir de um método etnotopográfico (DUARTE, 2010), investigando experiências que revelam o valor desses espaços nos contextos sociais, simbólicos e cultural coletivo.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, I.; SETHA. L, (Eds). **Place attachment, human behavior and environment:** Advances in theory and research. Vol. 12. New York: Plenum Press. 1992.

BALSINI, A. **Espaços de transição:** entre a arquitetura e a cidade. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

BARONE, A. **Team 10:** arquitetura como crítica. São paulo, Annablume: Fapesp, 2002.

BAUMEISTER, R. Writing a literature review. In: PRINSTEIN, M.; Patterson, D. (Eds.), **The portable mentor:** Expert guide to a successful career in psychology. New York: Springer Science+ Business Media, 2013, pp. 119-132.

BERMAN, N. A critical examination of informal learning spaces, Higher Education Research & Development, 39:1, 2020, pp. 127-140.

BOMFIM, Z. **Cidade e Afetividade**: Estima e Construção dos Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2003.

BOYS, J. Beyond the beanbag? Towards new ways of thinking about learning spaces. **Networks Magazine**, n. 8. 2009, s/p.

BRATUŠKINS, U.; TREIJA, S.; BABRIS, M. Non-formal education in architecture: Latvian experience. **Journal of Architecture and Urbanism,** 42(1), 2018, pp. 46–51.

CHUN, C.; KWOK, A.; TAMURA, A. Thermal comfort in transitional spaces—basic concepts: literature review and trial measurement. **Building and Environment,** n 39, 2004, pp. 1187-1192.

DOVEY, K. Home and homelessness. In: ALTMAN, I.; WERNER, C. (Orgs). **Home environments**. New York: Plenum, 1995, pp. 180-192.

DUARTE, C. Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro, 2010, s/p.

ELALI, G.; PINHEIRO, J. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, S.; ORNSTEIN, S. (Orgs). **Qualidade ambiental na habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

FISHER, K. **Pedagogy & Space**: Aligning Learning & Learning Environments, 2005.

IBRAHIM, N.; FADZIL, N. Informal setting for learning on Campus: usage and preference. **Procedia – Social and Behavioral sciences**. n. 105, 2013, p.344-351.

JAMIESON, P. The serious matter of informal learning. **Planning for higher education,** 2019, p.18-25.

MACEDO, S. QUAPÁ-SEL: Um projeto de pesquisa em rede. In: **I ENANPARQ: Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território:** percursos e prospectivas, 2010. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2010.

MAIA, C.; BONFIM, Z. Apego e qualidade de vida no Campus de Benfica. In: **Anais do Encontro Nacional da Abrapso.** Maceió, AL, Brasil. 2009.

MCLANE, Y.; KOZINETZ, N. Spatiality, experiences, and the formation of place attachment at campus student life centers. **College Student Journal,** vol. 53, no. 1, 2019, pp. 78-98.

OBLINGER, D.; OBLINGER, J. **Educating the net generation.** Boulder, CO: EDUCAUSE, 2006.

OLIVEIRA, Y.; FERREIRA, A.; MEDEIROS, R. Espaços de convivência e sua influência na vida universitára: um estudo do Centro de Tecnologia da UFRN. In: **Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,** Brasília, DF, Brasil. 2021, pp.1168-1186.

PINE, B.; GILMORE, J. **The experience economy**: work is theatre and every business a stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

POPENICI, S; BREW, A. Reading Walls on University Corridors. In: VICARS, M.; MCKENNA, T. (org.). **Discourse, power, and resistance Down Under.** Rotterdam: Sense Publishers, 2013, pp. 145–156.

POL, E. La apropiación del espacio. In: ÍÑIGUEZ; L.; POL, E (Eds.), **Cognición, representación y apropiación del espacio.** Colelecció Monografies Psico-Socio-Ambientals, vol. 9, 1996, pp. 45-62.

PREISER, W.; NASAR, J.; FISHER, T. **Designing for Designers:** Lessons Learned from Schools of Architecture. New York: Fairchild Pblications, 2007.

RAMOS, J.; NASLAVSKY, G. **Construindo com pouco no Nordeste brasileiro**: Conexões Armando Holanda–Aldo van Eyck. Arquitextos - Vitruvius, 2020.

SARMENTO, B. R. **A qualidade ambiental de espaços livres em campi:** Um estudo na UFPB e UFRN sob a ótica da Avaliação Pós-Ocupação. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2017.

SCOPEL, V. Espaços de transição: o elo conector entre o edifício e a cidade. In: **VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**, Barcelona: DUOT, 2016.

RELAÇÕES URBANAS HOSPITALARES

Análise sistemática espacial de um EAS em Florianópolis/SC

Fernanda Corrêa da Silva
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
fernandacorrea.silva96@gmail.com

Cristhian Moreira Brum
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
cristhianmbrum@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Urbano; Método SWOT; Hospital.

INTRODUÇÃO

As edificações de ambientes assistenciais de saúde não estão relacionadas apenas às suas características funcionais, que consistem em solucionar problemas específicos de construção, como também com a sua localização e distribuição na cidade, área de abrangência e influência no entorno. Cabe a esses edifícios estabelecerem um caráter de lugar, para criar ou potencializar a interação entre os indivíduos e o ambiente, fazendo a relação entre a arquitetura e a saúde.

Segundo Carvalho (2014), o planejamento da programação arquitetônica de um projeto é significativo em razão das setorizações e de usos da edificação de saúde. Portanto, é indispensável a delimitação de acessos diretos e indiretos no ambiente urbano das edificações de saúde, visto que a própria logística exige que seus zoneamentos sejam sinalizados e marcados para que seus serviços possam ocorrer de forma eficiente, proporcionando ao usuário do EAS – Estabelecimento Assistencial de Saúde - a orientação clara e sensação de pertencimento ao lugar.

Os EASs possuem um impacto significativo no ambiente do seu entorno, consequentemente é necessário estar atento, por exemplo, ao sistema de transportes da região, à acessibilidade, aos acessos dos deambulados [1], das ambulâncias e serviços, aos espaços exteriores verdes para espera e descanso de acompanhantes. Os edifícios não devem se basear apenas nas suas funções e nas características específicas internas, mas também na sua relação com o meio urbano.

De acordo com Matias (2017), a localização dos hospitais deve priorizar áreas residenciais, pois proporcionam melhores condições em termos de sossego, silêncio e infraestrutura existente, possuem menos poluição e trânsito de veículos, e não dispõem de muitos odores e vetores de doenças. Nesse sentido, independentemente de sua posição na estrutura urbana, o EAS deve primeiro seguir uma lógica de planejamento eficiente e apropriado com sua capacidade e relevância.

[1] Deambular é um termo técnico de enfermagem muito utilizado e significa andar, caminhar.

É necessário analisar a implantação do EAS no meio que está inserido, procurando compreender a relação que se estabelece entre a edificação e a sua vizinhança na perspectiva da estrutura do município, dos equipamentos consolidados, e da prática rotineira do lugar. Parte-se do princípio que o hospital geral, como principal construtor da rede de assistencial de saúde, seja o foco na centralidade urbana, visto que sua existência costuma alterar o bairro ou ambiente de entorno imediato em que atua. (LABASSE, 1982; TOLEDO, 2002).

Além do impacto na organização urbana, com consequências, por exemplo, no sistema viário, uso do solo e na infraestrutura, pressupõe-se que o hospital interfere no cotidiano dos moradores locais, visto que a edificação de saúde pode atrair usuários de outras regiões, estimular o comércio local e pode vir a afetar na segurança das proximidades, uma vez que os hospitais são polos geradores de serviços, e proporcionam novos fluxos onde estão inseridos. Dessa maneira, torna-se necessário estudos que façam uma avaliação nos arredores dos EASs, a fim de analisarem os cenários e aspectos em que estão inseridos.

Diante do exposto a pesquisa se justifica pela necessidade de estudos relacionados a urbanidade hospitalar uma vez que a discussão acerca da relação dos estabelecimentos assistenciais de saúde com o meio em que estão inseridos é importante já que sua edificação causa consequências no entorno, porém não há muitos trabalhos relacionados ao tema no Brasil. Desse modo, tem-se por objetivo a realização uma análise estratégica de mapeamento urbano de pontos considerados relevantes para o entorno da implantação do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago - HU-UFSC, a fim de compreender como se dá a relação entre o hospital e cidade.

A pesquisa possui como objeto de estudo o HU-UFSC (Figura 1) localizado em Florianópolis, e é baseada no levantamento de campo realizado no seu arredor, onde é levado em consideração aspectos visuais e fotográficos das adjacências da edificação.



Figura 1: Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, em Florianópolis Fonte: Carolina Dantas, site G1

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho pode ser classificada quanto à natureza sendo aplicada, quanto à abordagem do problema, classifica-se de forma qualitativa, e quanto aos objetivos como sendo exploratória-descritiva.

O estudo foi realizado no entorno do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago - HU-UFSC, que está localizado na Cidade Universitária da UFSC, no bairro Trindade, no município de Florianópolis, na região central da Ilha de Santa Catarina. As obras do HU, inicialmente chamado Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, iniciaram em 1964 e devido à falta de recursos e outros problemas a obra acabou atrasando e só foi finalizada em 1980.

O HU conta com diversas especialidades da medicina, além de um serviço de odontologia hospitalar. A emergência atende nas áreas pediátrica, ginecológica-obstétrica e adulta. Há também um ambulatório de especialidades, uma maternidade e serviços de média e alta complexidade. O hospital possui com 403 leitos, sendo 354 da Unidade de Internação e 49 da UTI, além das 58 salas de ambulatório, 10 salas para atendimento de emergência, 7 salas do Centro Cirúrgico e 2 salas do Centro Obstétrico.

Análise Swot

De acordo com Andrade et al (2008), a análise SWOT é uma ferramenta analítica que visa identificar as informações correspondentes aos pontos fortes e fracos do ambiente interno da organização e às oportunidades e ameaças no ambiente externo. O termo S.W.O.T é composto de siglas, derivadas do inglês, e pode ser traduzido como *Strenghts* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

Acredita-se que Albert Humphrey foi o primeiro a se utilizar dessa feramente de análise, creditando-se a ele a técnica. Ele foi o líder da pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970, mas para Tarapanoff (2001), o método SWOT já existe no mundo há mais de 3.000 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Hospital Universitário de Santa Catarina ocupa uma grande área (Figura 2), e possui entrada pela Rua Profa. Maria Flora Pausewang conforme mostra a Figura 3.





Figura 2: Imediações do HU. Fonte: Site GEO SC, 2018
Figura 3: Entrada do HU. Fonte: Google imagens, 2020.





Figura 4: Entrada da emergência. Fonte: Autores, 2021
Figura 5: Entrada da ambulância. Fonte: Autores,2021

Para a realização da análise dos comportamentos dos fluxos externos da edificação, utilizou-se a base da matriz SWOT (FOFA), onde por meio da observação do HU conforme as figuras 4 e 5, obteve-se, dessa forma, os parâmetros para uma avaliação da urbanidade hospitalar e suas características básicas, chegando ao seguinte resultado do objeto, conforme Quadro 1:

Matriz SWOT	
Forças	**Oportunidades**
Setorização dos serviços e atendimentos Proteção para pessoas - Emergência (pacientes/acompanhantes) Acesso de pacientes a emergência Estacionamento	Acessibilidade (NBR 9050/2021) Espaços abertos
Fraquezas	**Ameaças**
Mobilidade (táxis, ônibus, apps, ciclovia) Proteção do acesso dos visitantes	Fluxo de veículos do entorno

Quadro 1: Matriz SWOT (FOFA) – Hospital Universitário UFSC. Fonte: Autores, 2021.

Na construção da Matriz FOFA, observou-se que as forças e oportunidades prevalecem sobre as fraquezas e ameaças, sendo assim, pode-se perceber que há uma boa avaliação da relação da edificação com o entorno urbano. O complexo hospitalar está inserido em meio a uma malha urbana já consolidada e se encontra no meio de um terreno e não no alinhamento predial da rua, isso permite que as setorizações, fluxos e espaços externos para pacientes e acompanhantes tenham um planejamento mais satisfatório.

Suas oportunidades aliadas as suas forças, podem suprimir as ameaças e fraquezas, mesmo que essas possam a vir afetar o pleno funcionamento dos fluxos como é o caso do trânsito intenso de veículos, em consequência de o hospital estar localizado em uma rua movimentada, o que acarreta em um trânsito mais lento em alguns horários. A Rua Profa. Maria Flora Pausewang se conecta à Rua Lauro Linhares que é importante no bairro pois faz a conexão do mesmo com uma avenida de acesso à beira mar.

Sendo assim, a edificação consegue fornecer a seus usuários uma boa relação entre edificação e entorno, com espaços verdes, uma boa acessibilidade, boa disponibilidade de estacionamento, como também uma fácil localização dos acessos principais. Essa conexão que o hospital permitiu entre construção e meio urbano, proporciona uma percepção de um ambiente menos hostil para os pacientes, visitantes e acompanhantes.

CONCLUSÕES

A matriz SWOT foi utilizada para a análise dos aspectos de pesquisa sugeridos por este estudo, ao ser escolhida percebeu-se que há uma falta de ferramentas para observação da relação de uma edificação de saúde com fluxos e entorno urbano. Ela pode fornecer instruções importantes sobre o planejamento de acessos de um EAS com a finalidade de melhorar a comunicação entre a construção e a cidade, considerando o exterior e não somente a funcionalidade interna do edifico.

Por fim, a importância dessa ferramenta é observada, nesse estudo, a partir do reconhecimento dos pontos positivos e negativos da adjacência do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC). E a partir dos resultados pode-se concluir que existem fraquezas e ameaças que não chegam a colocar em risco a logística do complexo, o edifício está bem inserido em seu entorno urbano e possui uma boa relação com o mesmo, o espaço é capaz ainda de fornecer aos usuários bem estar.

O impacto da implantação de uma unidade assistencial de saúde no município exige que haja um planejamento a fim permitir o seu bom funcionamento e manter a funcionalidade efetiva dos serviços prestados, de forma a prevenir possíveis conflitos não só com a unidade, mas também com edificações dos arredores, fazendo da urbanização um conceito a ser explorado de forma a cooperar com a saúde e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. C. et al. **Aplicação da análise SWOT para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social**. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9., 2008, São José dos Campos. Anais... São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2008. p. 1-6.

CARVALHO, Antônio Pedro A. **Introdução à Arquitetura Hospitalar**. Salvador: Quarteto/FAUFBA, 2014.

LABASSE, Jean. **La ciudad y el hospital: geografia hospitalaria.** Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1982.

MATIA, Graciele de. **Ambiente e arquitetura hospitalar**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

TARAPANOFF, K. **Inteligência organizacional e competitiva.** Brasília: UnB, 2001.

TOLEDO, L. C. M. **Feitos para Curar - arquitetura hospitalar e processo projetual no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ-FAU-ProArq, 2002.

SENSO DE LUGAR NA AVALIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO CONSTRUÍDO

Um estudo na orla da Lagoa dos Patos em São Lourenço do Sul – RS

Andréia Schneid
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
andreiaschneid@gmail.com

Lígia Maria Ávila Chiarelli
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
biloca.ufpel@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Percepção; Senso de lugar; Ambiente e comportamento; Espaços públicos urbanos; Qualidade do lugar.

INTRODUÇÃO

Contextualização, problematização e objetivos do estudo

A busca pela qualidade de vida nas cidades deve ser o objetivo de profissionais e gestores ligados ao planejamento do ambiente construído (CASTELLO, 2006). Por refletirem a manifestação cultural de uma sociedade, as cidades requerem um planejamento que considere a escala humana, a manutenção de espaços ao ar livre, a cultura e a identidade do lugar (HALL, 1977). Segundo Yázigi (2001), características locais, como a geografia, a economia, a sociedade, a cultura, a paisagem construída e a natural constituem a identidade do lugar. Nesta investigação, lugar refere-se ao ambiente físico atribuído de significado pelo indivíduo, a partir das suas experiências, memórias e histórias (RHEINGANTZ et al., 2009).

Em contrapartida, a fácil e rápida comunicação entre diversos locais e culturas implica diretamente na produção do ambiente construído, contribuindo à despersonalização dos lugares. Assim, a desconsideração das suas peculiaridades induz as cidades à perda do seu referencial e da sua identidade paisagística (SAHR, 2000; YÁZIGI, 2001; BAUMGARTNER, 2010).

Para Santos (2005), o espaço construído influencia a vida, o desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, as necessidades políticas, sociais e econômicas também estabelecem as suas transformações. Nos ambientes praiais, a ocupação do solo tende a explorar ao máximo a riqueza paisagística das orlas, pois ali encontram-se seus maiores atrativos: a faixa de praia e a água, características que combinadas à melhorias em infraestrutura, representam um importante nicho no mercado imobiliário (MACEDO, 2004; RAMOS, 2009). No entanto, a urbanização sem controle aliada à especulação imobiliária pode ocasionar danos nesses frágeis ambientes, os quais necessitam de uma gestão sustentável que concilie aspectos ambientais, econômicos e sociais, além de uma

regulamentação edilícia que não desqualifique a paisagem local (YÁZIGI, 2001; SILVA; SORIANO-SIERRA, 2015).

Nesse contexto insere-se a problemática do presente estudo, que centrado no modo de ocupação e configuração do espaço físico construído junto ao ambiente praial, investiga a sua influência na percepção da qualidade do lugar. Assim, amparado na Psicologia Ambiental[1] e na área de conhecimento que estuda as Relações Ambiente-Comportamento (RAC)[2] o estudo objetiva averiguar o senso de lugar na avaliação do espaço físico construído no ambiente praial, possibilitando entender o comportamento dos indivíduos e os significados atribuídos por estes ao objeto de estudo.

Senso de lugar como categoria de análise

Possibilita neste estudo, a compreensão quanto às características do espaço físico construído no ambiente praial associadas à percepção da qualidade do lugar. Tendo em vista que o conceito de lugar abrange a inter-relação entre os elementos físicos, usos, comportamentos e significados, e que qualidade do lugar representa um importante atributo de atratividade (RHEINGANTZ et al., 2005), esta pesquisa considera que a percepção da qualidade do lugar pode ser traduzida pelo senso de lugar. Tal categoria de análise refere-se à associação de sentimentos e comportamentos em relação ao lugar, envolvendo conhecimento, pertencimento, apego ou comprometimento (SHAMAI, 1991).

Objeto de estudo e área recorte da investigação

Contribuindo à lacuna do conhecimento acerca de estudos relativos à percepção da qualidade do lugar, com enfoque no espaço físico construído em ambientes praiais não marítimos e em municípios de pequeno porte[3], a pesquisa elegeu como objeto de estudo o município de São Lourenço do Sul, localizado na orla da Lagoa dos Patos, a maior laguna da América do Sul. Além de enquadrar-se como um ambiente praial que possui somente orla não marítima, diferentemente de outros municípios situados na costa dessa laguna, a escolha do objeto deste estudo considerou a sua população, que embora de pequeno porte, supera 20 mil habitantes, parâmetro que determina a existência de Plano Diretor (BRASIL, 2001).

Com uma população estimada de 43.540 habitantes (IBGE, 2020), o município de São Lourenço do Sul integra a região turística Costa Doce[4] e possui em sua área urbana, três praias banhadas pela Lagoa dos Patos: Ondinas, Nereidas e Barrinha. Para o desenvolvimento deste estudo elegeu-se como área recorte da investigação, a Praia da Barrinha, definição que justifica-se pelo processo de reconstrução e reestruturação de parte da sua orla ocorrido após a enxurrada que acometeu o município de São

[1] Objetiva apreender o comportamento espacial dos indivíduos, a estruturação de significados em relação ao ambiente e a ação da subjetividade humana (CAVALCANTE; ELALI, 2017).

[2] Objetiva apreender como o ambiente construído influencia o comportamento dos usuários e como este comportamento influencia o ambiente, uma recíproca relação (ORNSTEIN, et al., 1995; LAY; REIS, 2005)

[3] Neste estudo considera-se como parâmetro de porte populacional, a definição da Confederação Nacional de Municípios, que enquadra como municípios de pequeno porte, os que possuem até 50 mil habitantes e que não situam-se em regiões metropolitanas (CNM, 2015).

[4] Situada no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, a região abrange locais que foram palco da Revolução Farroupilha, bem como destinos turísticos de Sol e Praia (SEDETUR RS, 2019).

Lourenço do Sul, em março de 2011[5]. Esse evento ocasionou grandes estragos na orla da Praia da Barrinha (erosão de vias, danos à rede de iluminação pública, aos equipamentos urbanos e à arborização), sendo esta uma das áreas da cidade que recebeu prioridade de recuperação.

Com as obras de reconstrução e reestruturação finalizadas em dezembro de 2012, a praia da Barrinha, até então a mais carente em infraestrutura urbana, tornou-se um dos ambientes praiais de destaque da cidade, sendo inclusive palco do prestigiado Show da Virada[6]. Afastada da Praia das Ondinas e da Praia das Nereidas, esse ambiente praial possui a maior extensão de orla, além de espaços públicos contíguos e integrados à faixa de praia, os quais representam um diferencial em relação às demais praias da cidade.

METODOLOGIA

Amparada na Psicologia Ambiental, a pesquisa se desenvolve sob o enfoque fenomenológico, com uma abordagem metodológica qualitativa. Exploratória, efetiva um estudo de caso único e adota métodos e técnicas da Avaliação Pós-Ocupação para a coleta de dados. Esses foram adquiridos através do levantamento histórico e documental e do levantamento de campo físico (medições e registros fotográficos) e avaliativo (observações com mapeamento comportamental e entrevistas).

Para atingir os objetivos propostos, este estudo centra-se nos resultados obtidos através das entrevistas, com apoio dos resultados oriundos do levantamento histórico e documental, que foram aplicadas a 28 usuários do ambiente praial avaliado nos meses de maio e junho do ano de 2020. Devido a pandemia da COVID-19, as entrevistas foram realizadas à distância, através do aplicativo WhatsApp. Após essa etapa, os dados coletados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo, sendo as informações categorizadas por aspectos chave para exame e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações coletadas nas entrevistas, sobretudo às perguntas que averiguam significados, sentimentos, sensações e memórias associadas ao ambiente praial avaliado no estudo, indicam que o senso de lugar pode estar associado aos vínculos estabelecidos na infância do usuário, especialmente pelas experiências lúdicas ali vivenciadas. Esse aspecto constata-se no destaque que os usuários entrevistados conferem à Praça do Jacaré (um dos espaços públicos contíguos e integrados ao ambiente praial avaliado), que mesmo carente em infraestrutura na atualidade, encontra-se atrelada à memória do ambiente vivenciado na infância, período em que a diversão junto às estátuas de animais existentes no local estabeleceram vínculos entre pessoa e ambiente. Esses resultados refletem uma das principais descobertas do estudo, apontando a memória lúdica da infância como influenciadora da percepção do ambiente, possivelmente sustentada pela felicidade atrelada às brincadeiras realizadas nessa praça, comportamento motivador de exploração, experimentação e recriação (CARDOSO, 2020). Os resultados encontrados ainda apontam que as memórias dos espaços experienciados nessa etapa da vida, podem estabelecer conexões com a orla da Praia da Barrinha, mesmo sem tê-la vivenciado durante a infância,

[5] Na área urbana do município de São Lourenço do Sul, o extravasamento do arroio São Lourenço ocasionou uma brusca inundação que atingiu cerca de 50% do território, situação em que o nível das águas se igualou à altura do teto de muitas edificações. Devido a essa enxurrada, que tirou a vida de oito pessoas, muitas famílias perderam seus objetos pessoais, e algumas até mesmo a própria moradia (JORNAL DO COMÉRCIO ONLINE, 2011; SÃO LOURENÇO DO SUL, 2011; FRAGA, 2015).

[6] Evento promovido pela administração municipal na orla da praia de São Lourenço do Sul, que reúne atrações musicais e show pirotécnico, na passagem do Ano Novo. Em sua última edição, realizada na orla da Praia da Barrinha em dezembro de 2019, o evento reuniu cerca de 80 mil pessoas (ACÚSTICA FM ONLINE, 2020).

o que parece estar relacionado ao convívio familiar que esse ambiente proporciona e às características do seu ambiente natural.

Nessa perspectiva, os resultados reforçam a memória como influenciadora do senso de lugar, sinalizando que as intervenções no espaço físico construído avaliado, oriundas da reconstrução e reestruturação da orla, podem enfraquecê-lo, sobretudo pelas alterações das características do ambiente natural, compreendidas nesta investigação como um elo importante para manter o vínculo do usuário com o lugar. Por outro lado, os resultados indicam que tal intervenção na orla da Praia da Barrinha conferiu significado ao lugar, o qual encontra-se atrelado ao seu uso, condição possibilitada pela melhoria em infraestrutura urbana e, especialmente, pelos espaços inseridos junto ao ambiente praial. De acordo com os resultados, essas áreas de uso coletivo permitiram a apropriação do espaço físico, sobretudo a efêmera, outra descoberta da pesquisa que parece influenciar a percepção da qualidade do lugar.

Ademais, os resultados do estudo demonstram que os sentimentos e as sensações despertadas pela orla da Praia da Barrinha, bem como o seu significado, refletem o pertencimento, o apego e o comprometimento dos usuários com o local. Neste estudo, verifica-se o senso de lugar atrelado ao envolvimento do indivíduo com o espaço físico, sobretudo pelas atividades ali praticadas e pelo engajamento na manutenção e na preservação do ambiente praial.

CONCLUSÕES

Com os resultados encontrados, conclui-se que o senso de lugar encontra-se relacionado à lembrança de vivências dos usuários no ambiente praial avaliado, as quais estabeleceram vínculos com o lugar. Assim, identifica-se a memória da infância como influenciadora do senso de lugar, sobretudo pelas experiências lúdicas e pelo convívio com a família no contexto analisado.

Somado a isso, conclui-se que intervenções no espaço físico podem enfraquecer o senso de lugar, principalmente pela interferência nas características do ambiente natural, interpretadas no estudo como um elo importante para manter o vínculo entre indivíduo e ambiente físico. Por outro lado, conclui-se que tais intervenções podem conferir significado ao lugar, despertando o interesse do usuário e estimulando a sua utilização. Assim, conclui-se que além de atributos relativos ao ambiente natural, o sentimento de pertencimento, o apego e o comprometimento dos usuários em relação ao lugar pode estar vinculado à particularidades do espaço físico construído, que podem conferir sentido ao lugar.

Nessa perspectiva conclui-se neste estudo que intervenções no espaço físico construído podem ressignificar o lugar, ao mesmo tempo em que podem enfraquecer o senso de lugar, o que evidencia as relações existentes entre pessoa e ambiente, bem como a importância do planejamento urbano que considere a memória e a identidade do lugar.

Assim, a análise do senso de lugar neste estudo revela aspectos que podem influenciar na percepção da qualidade do lugar, contribuindo com subsídio empírico para o planejamento urbano e para futuras intervenções em ambientes praiais, sejam esses à beira de rios, lagoas ou mares, especialmente em municípios de pequeno porte.

REFERÊNCIAS

ACÚSTICA FM. **Show da virada reúne cerca de 80 mil pessoas em São Lourenço do Sul.** Camaquã, 02 jan. 2020. Disponível em: https://www.acusticafm.com.br/noticias/27898/. Acesso em: 10 out. 2020.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; BAUMGARTNER, Wendel Henrique (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador, p. 45-58, 2010. Disponível em: http://www.redbcm.com.br/Biblio.aspx. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Lei N.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARDOSO, Marilete Calegari. Ver a cidade: as praças de sucatas, as crianças e suas aprendizagens. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 25., 2020, Salvador. **Anais eletrônicos**...

Salvador: UFBA, 2020, 7 p. Disponível em: ttp://anais.anped.org.br/regionais/. Acesso em: 26 mar. 2021.

CASTELLO, Lineu. O lugar geneticamente modificado. **Revista ARQTEXTO.** Porto Alegre, v. 9, p. 76-91, 2006. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja. Apresentação. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (Org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2017. p. 13-20.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. CNM. **Planos diretores para municípios de pequeno porte:** limites e perspectivas para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: CNM, 2015. 44 p. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga. Acesso em: 13 jan. 2020.

FRAGA, Juliano Torres. **Uma cidade no caos**: as águas de março e os relatos de professores acerca da enxurrada de 2011 no município de São Lourenço do Sul/RS. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

HALL, Edward Twitchell. **A dimensão oculta.** Tradução Sônia Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Online. **Panorama 2020.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama. Acesso em: 30 out. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO ONLINE. **Chuva devasta São Lourenço do Sul e deixa oito mortos.** Porto Alegre, 11 mar. 2011. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/site/. Acesso em: 26 maio 2019.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento. **Revista Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.1-16, 2005. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br. Acesso em: 02 nov. 2017.

MACEDO, Sílvio Soares. Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Paisagem, litoral e formas de urbanização**. In: PROJETO ORLA: SUBSÍDIOS PARA UM PROJETO DE GESTÃO. Brasília, 2004, p. 43-62. Disponível em: http://www.mma.gov.br. Acesso em: 03 abr. 2019.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; BRUNA, Gilda Collet; ROMÉRO, Marcelo de Andrade. **Ambiente construído & comportamento:** a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental. São Paulo: Studio Nobel: Ed. da USP, 1995.

RAMOS, Daniel da Rocha**. A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES.** 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso, ALCANTARA, Denise de; DEL RIO, Vicente**. A influência do projeto na qualidade do lugar. Percepção da Qualidade em Áreas Residenciais no Rio de Janeiro, Brasil.** 2005. p. 98 -115. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/. Acesso em: 15 jun. 2019.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar:** procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional,** v. 5, n.1, p.9-36, 2000. Disponível em: http://dominiopublico.io/. Acesso em: 17 set. 2017.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SHAMAI, Shmuel. Sense of Place: an Empirical Measurement. **Geoforum Journal,** Qazrin, v.22, n. 3, p. 347-358, 1991.

SÃO LOURENÇO DO SUL. Decreto N.º 3.437, de 10 de março de 2011. **Declara em situação anormal caracterizada como estado de calamidade pública na área urbana e rural do município afetada por enxurrada e inundação brusca**. São Lourenço do Sul, 2011.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. SEDETUR RS. **Região Costa Doce.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://www.turismo.rs.gov.br/regiao/43/. Acesso em: 22 maio 2019.

SILVA, Maria Emília Martins da; SORIANO-SIERRA, Eduardo Juan. Análise da percepção do visitante sobre a revitalização da orla marítima: o modelo do Parque Linear Calçadão, Itapema – Santa Catarina – Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** São Paulo, v. 9, n. 1, p. 76-96, jan.-abr. 2015. Disponível em: https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/741. Acesso em: 26 jun. 2019.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar:** turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SENSO DE LUGAR NO ENTORNO ESCOLAR

Estudo sobre as relações extramuros de duas escolas no centro de Pelotas - RS

Marina Mecabô
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
marinamecabo@gmail.com

Lígia Maria Chiarelli
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Biloca.ufpel@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: entornos escolares; percepção ambiental; educação não escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte de um estudo que procurou compreender as dinâmicas e possibilidades de um espaço urbano considerado diferenciado: o entorno imediato e duas escolas no centro de Pelotas. Tem como objetivo averiguar os níveis de senso de lugar baseado na escala definida por Shmuel Shamay (1991). No decorrer deste trabalho o nome das instituições aparece relacionado a cor predominante na altura dos olhos infantis; ambas atendem a educação infantil e fundamental, diferenciam-se notadamente por suas dinâmicas de funcionamento e pela sua inserção urbana: uma delas, a Escola Rosa, é uma Escola Municipal situada em um prédio histórico, centralizada no terreno com fechamentos permeáveis que permitem a conexão visual com a cidade; do outro lado da rua está o Colégio Laranja, instituição particular de muros altos onde a partir da rua pouco se pode ver do cotidiano escolar. Neste entorno também está localizada uma Associação de Aposentados e prédios da Universidade Federal de Pelotas Aqui serão discutidos alguns resultados obtidos através de entrevistas semiestruturadas onde se procurou compreender a percepção que os usuários tem do ambiente de interface entre escola e cidade. No cruzamento estudado, quem passa acelerado dentro de carros pode nem perceber a existência de escolas. Essa dinâmica além de ir contra a Legislação Brasileira que versa sobre áreas escolares (DENATRAN,2000) torna o ambiente inóspito para as potenciais relações extramuro recorrentes das relações desenvolvidas ali. A motivação é o enfrentamento e busca de soluções frente a um espaço urbano cada vez mais monótono, cercado e homogêneo. Procura-se compreender e criar ferramentas de engajamento para criação participativa de um ambiente que corresponda as dinâmicas de seus usuários.

Dentro dos estudos de percepção ambiental, insere-se na avaliação pós ocupação: etapa projetual de estudo dos espaços em sua utilização, considera o olhar dos usuários pois reconhece o contato diário como formador de um senso crítico competente, conduz para uma crítica da realidade e indica caminhos mais alinhados com cada contexto (ONO et al, 2018). Ela pode ser utilizada na investigação de nossas

reais necessidades frente a um ambiente hierarquicamente proposto. No contexto específico, por ser um ambiente que recebe muitas crianças, é preciso atentar-se à percepção de risco, que é na psicologia ambiental o julgamento intuitivo feito para avaliar o risco de determinada atividade, ambiente ou situação; é mais aguçado em quem cuida de crianças pequenas (KUHNEN et al, 2018). A percepção de risco está relacionada com as experiências passadas, as crenças, o grau de exposição e as medidas tomadas como prevenção do suposto perigo. Alterações no ambiente podem trabalhar a favor da teoria da homeostase do risco: cada pessoa caracteriza o risco que é capaz de aceitar e avaliando o nível do perigo que se sente exposto faz os ajustes necessários no ambiente para que essa diferença chegue a zero – é capaz de viver no ambiente e aguentar o risco que está exposto (IBIDEM). Assim, é importante entendermos a percepção no entorno escolar a fim de encontrar soluções que permitam vivencias educativas no espaço de interface entre escola e cidade.

O senso de lugar nos leva uma reflexão sobre o grau de envolvimento entre as pessoas e o espaço, os graus elevados indicam a disponibilidade para assumir compromissos com o futuro desse ambiente. Lugar é a unidade perceptiva de um ambiente reivindicado pelos sentimentos (SHAMAI, 1991). Dentre as relações pessoa - ambiente destaca-se a apropriação – ação de tornar-se possuidor de seu mundo, submetendo o espaço ao tempo que se quer viver (VELLOSO, 2019). Os espaços qualificados a ponto de possibilitarem a apropriação são propícios ao desenvolvimento da amabilidade urbana - qualidade física e social que estimula a relação entre as pessoas. A amabilidade urbana se expressa em atos de cortesia com o que está fora do indivíduo: com o outro e com o espaço, é a expansão da intimidade para os ambientes compartilhados (FONTES, 2013). A aplicação de instrumentos para medir o senso de lugar permite avaliar as potencialidades das relações criadas ali e os caminhos para criação de um ambiente mais amável. Shamai classifica o senso de lugar em sete níveis (Figura 1).

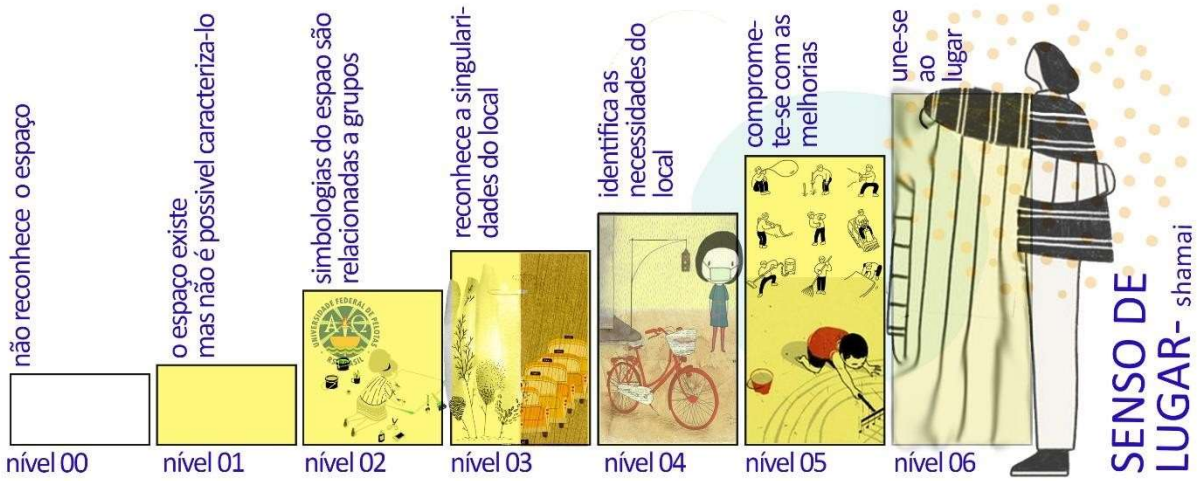


Figura 1: Esquema gráfico representando a escala de senso de lugar estudada. Fonte: autora, 2021.

O primeiro deles é o ponto zero, onde não reconhece o espaço como tal. O ponto um diz respeito a estar consciente de que se está em um lugar, de que este é um espaço particular, mas ainda assim não existem sentimentos, não é mais do que uma localização. No ponto dois as simbologias do espaço são identificadas como relacionadas a um grupo de pessoas. O terceiro ponto é quando se tem apego pelo lugar: esse espaço tem significado e reconhece-se suas singularidades. O quarto ponto é aquele onde o usuário conhece os interesses e necessidades do lugar e se identifica com esses objetivos. As pessoas desenvolvem sentimentos de fidelidade e lealdade ao espaço. O quinto ponto é o de envolvimento quando se assume um papel ativo de compromisso com o futuro do espaço; implica investimento de

recursos humanos, como tempo e dinheiro, em atividades de manejo do espaço. A condição de maior grau do senso de lugar é colocada pelo autor como sacrifício: quem vivencia o espaço se vê comprometido com a prosperidade do lugar e está disposto a abrir mão de seus interesses pessoais pelo interesse do ambiente (SHAMAI, 1991).

METODOLOGIA

Foram empreendidas incursões a campo e realizadas cinco entrevistas do tipo semiestruturada. Essa ferramenta consiste na elaboração de um roteiro de perguntas previamente definido. O roteiro dá direcionamento à conversa, mas em sua aplicação não há rigidez sequencial ou de tempo, podendo ser intercaladas com outras perguntas que aprofundem a discussão e também abranger tópicos não imaginados (VALVERDE; QUARESMA, 2005). Afim de averiguar o grau na escala de Shamai foram questionadas quanto ao tempo de vivencia nesse espaço, as características que permitem diferenciá-lo do restante da cidade, as necessidades e sugestões de melhorias, além de atitudes já realizadas em prol do espaço e das vivencias desenvolvidas ali. As interlocutoras das comunidades escolares foram encontradas através da página no facebook das respectivas escolas. Uma delas é pedagoga, mãe de um aluno de 13 anos aluno do Colégio Laranja, a outra é professora da Escola Rosa, mãe de um aluno que estuda na instituição e moradora desse entorno escolar. Além delas foi entrevistada uma aluna egressa do Colégio Laranja e o diretor da Associação de Aposentados, localizada nas imediações da escola. As conversas aconteceram por chamadas de vídeo e tiveram a duração média de cinquenta minutos. Foram gravadas, posteriormente transcritas e organizadas em uma tabela de correspondências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O entorno estudado é caracterizado por estar imerso no centro de uma cidade média, próximo ao centro histórico de Pelotas. As esquinas divididas pelas escolas são formadas pelo encontro de duas vias coletoras de intenso movimento veicular. O cruzamento recebeu alguns cuidados afim de aumentar a segurança viária: há quatro faixas de pedestre e três semáforos e todas as esquinas possuem rebaixamento de meio fio afim de garantir acessibilidade nas calçadas. As entrevistas permitiram constatar que essas estratégias são insuficientes para atuar na homeostase do risco. Há desconfiança quanto ao respeito dos motoristas com a sinalização. Além disso, consideram uma das vias demasiadamente larga. Através do levantamento métrico foi averiguado que a via em questão tem 11,80 m de largura, estudos indicam que a largura mais segura para uma via é de de 7,5 metros e que a frequência de acidentes com os pedestres aumenta 3% a cada metro além (WELLW et al, 2017). Outro fator que influencia na percepção e na segurança viária está relacionado ao tamanho das quadras, para conforto dos pedestres recomenda-se que elas não ultrapassem 150 metros (IBIDEM). Essas dimensões estão relacionadas ao ganho de velocidade dos carros e comportamento dos motoristas nessas vias. As quadras da região estudada variam seu comprimento próximo a 90 metros (WELLW et al, 2017). Em uma análise superficial é um tamanho adequado, mas a análise crítica de quem vivencia esse espaço indica que outras variáveis influenciam: A sinaleira, quando aberta para os veículos, acaba por provocar o aumento das velocidades daqueles que pretendem avançar antes de seu fechamento; dessa forma a quadra adquire quase 180 metros, torna-se uma pista de aceleração, aumentando a insegurança dos pedestres. A presença dos cruzamentos semaforizados é percebida como agravante da insegurança.

Quando as relações de senso de lugar, as interlocuções mostram que é comum que os frequentadores vejam este como um espaço diferenciado em relação ao centro da cidade, é uma região de caráter residencial, os comércios são de abrangência local e na maioria das vezes instalados junto a casa de seus proprietários. Quanto a diferenciação de outros entornos escolares, pela proximidade do centro e intenso fluxo de veículos, as escolas e famílias precisam estar mais atentas e exercer mais controle sobre os alunos, essa dinâmica no cotidiano escolar acaba por diminuir as saídas de campo. Essa capacidade de diferenciação coloca o senso de lugar no nível três, mas o instrumento possibilitou investigar além. As pessoas que vivenciam esse espaço são capazes de identificar necessidades, sugerir adequações além de que parte delas já trabalha em prol da melhoria desses espaços: seja pleiteando alterações junto as diretorias escolares ou na prefeitura municipal. Dessa forma, observamos que no caso estudado há, na régua de Shmuel Shamai, os mais altos níveis de senso de lugar. As pessoas, unidas por sentimentos de esperança e cuidado, estão dispostas a doar seu tempo e seus recursos a fim do que consideram melhor para o espaço de aprendizado.

Então porque o ambiente estudado permanece sendo de passagem, pouco funcional, pouco apropriado? Arrisca-se dizer que é um sintoma da cidade contemporânea neoliberal. Esse entorno escolar está sujeito ao seu valor de troca, a prioridade é para a máxima velocidade e as escolas são apenas uma localização em uma malha viária pensada para conectar com a maior fluidez as diferentes zonas da cidade. O olhar atento promovido por essa pesquisa sugere que essas conexões não englobam a necessidade de quem não está ali só de passagem, mas vive e desenvolve suas relações nesse espaço. O barulho perturba as aulas, o fluxo intenso de veículos limita a ação da escola, o desrespeito no trânsito preocupa as famílias. As configurações da cidade que deveria acolher seus habitantes e abraçar a educação mostram-se hostis.

CONCLUSÕES

A interlocução com os usuários do espaço se mostrou efetiva para alcançar compreensões que escapavam da visão da pesquisadora. Medidas genéricas como a instalação de semáforos devem ser analisadas de forma atrelada ao contexto de inserção uma vez que em situações como a estudada não atuam no favorecimento da percepção de segurança. Quando ao senso de lugar, a escola, tanto por suas dinâmicas de acolhimento infantil quando pelo extenso período de conexão com as comunidades, cria um território, faz-se lugar independente das materialidades que a envolvem. Há disponibilidade de capital humano para comprometer-se a melhorias nesse espaço. A criação de espaços urbanos que favoreçam as relações extra muro podem significar ganhos educacionais e de fortalecimento das comunidades ao atuarem afim de proporcionar um ambiente educador. O espaço urbano do entorno das escolas pode ser trabalhado para ressaltar seu valor de uso em detrimento das trocas e interesses que o reduzem ao valor como mercadoria. Por sua potência de senso de lugar, o espaço que envolve a escola pode tornar-se resistência a homogeneização dos espaços urbanos, pode ser ferramenta a favor do uso coletivo das ruas e da democratização dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

TIRIBA, Lea. **Educação Infantil como direito e alegria**: Em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra,2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** Educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes,2017.

ONO, Rosaria; ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa; FRANÇA, Ana Judite G. Limongi. **Avaliação pós- ocupação:** na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

KUHNEN, Ariana Kuhnen; BIANCI, Alessandra Sant'anna; ALVES, Roberta Borghetti. **Percepção de risco em Psicologia ambiental:** Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Org. Sylvia Cavalcante e Gleice A. Elali.. Editora Vozes. Petrópolis, 2018.

DE FARIA, Ana Beatriz Goulart. Por outras referências no diálogo entre arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. **Em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, p. 99-111, jul./dez, 2012

SHAMAI, Shmuel. Sense of place: an empirical measurement. **Geoforum**, v.22, n.3, 1991

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis: UFDSC, Vol.2 nº1, janeira-julho/2005

GOMÉZ, Alain Lennart Flandes. **A escola e seu território educativo:** Estudo de caso a Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ. Rio De Janeiro, 2020.

WELLE, Ben; LIU, Qingnan; LI, Wei; ADRIAZOLA-STEIL, Claudia; KING, Robin; SARMIENTO, Claudio; OBELHEIRO,Marta. **O desenho de cidades Seguras.** WRI – World Resources Institute – Embarq, 2017.

TERESÓPOLIS

Hospedagem, cultura e lazer (para quem?)

Esther Ribeiro Costa Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
esther.costa@fau.ufrj.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: compartimentação da paisagem; paisagem rural; agricultura familiar; direitos humanos; Teresópolis.

INTRODUÇÃO

A realidade da população do campo é um tema pouco abordado no campo da Arquitetura e do Urbanismo, no que diz respeito à falta de políticas públicas e garantia de direitos básicos como educação, saúde, mobilidade, acesso à cultura, lazer e formação profissional.

Teresópolis é um município da região serrana do estado do Rio de Janeiro com 163.746 habitantes (IBGE, 2010) e, segundo dados do Censo Agropecuário Brasileiro do IBGE (2017), 26,2% destes residem em zonas rurais. Sua divisão é feita por três distritos: Teresópolis, que é a sede municipal, Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso, distritos rurais (Figura 1) que se desenvolvem ao longo das rodovias BR-116 (Rodovia Santos Dumont) e RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo), respectivamente.

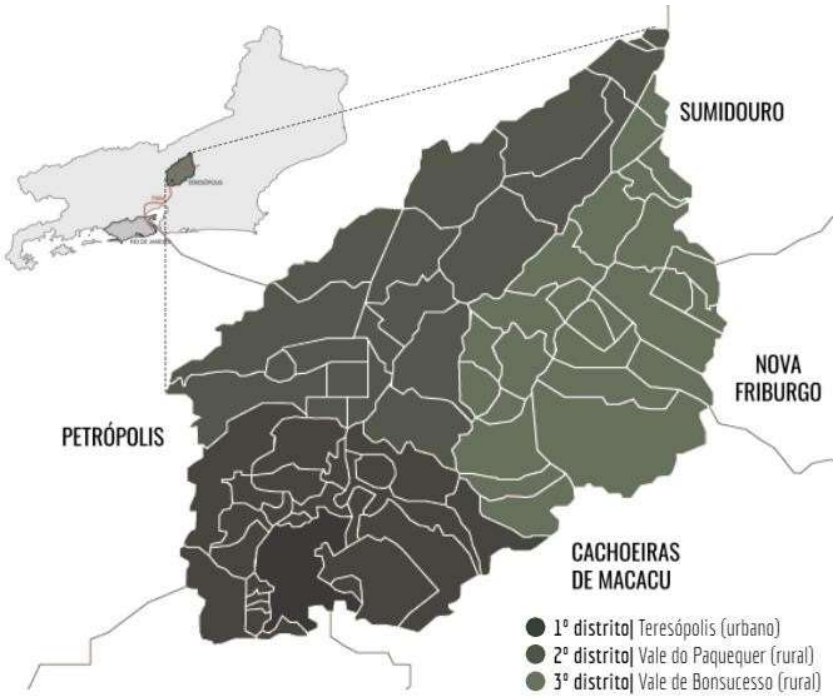


Figura 1: Distribuição física do município de Teresópolis. Fonte: Elaboração própria, 2019.

O município é muito explorado turisticamente, com grande concentração de chácaras, pousadas e hotéis-fazenda, além de parques que exploram as belezas naturais com acesso à cachoeiras, trilhas, entre outros. A sinalização da Rodovia Teresópolis-Friburgo (RJ-130), que cruza o município, caracteriza Teresópolis pelo que seriam seus principais pontos de interesse: *"hospedagem, cultura e lazer".*

No entanto, ao permear a realidade dos distritos rurais periféricos à sede municipal, encontramos diversos problemas de falta de subsídios com relação à infraestrutura básica para a população do campo. Tendo isso em vista, resta o questionamento: hospedagem, cultura e lazer para quem?

Segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro do IBGE (2010, há)

Além da maior concentração demográfica de Teresópolis estar no distrito urbano, segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro do IBGE (2010), este também é o distrito onde se concentra o maior padrão de rendimento do município (Figura 2). Neste contexto, há uma disparidade no que diz respeito a políticas públicas voltadas ao meio de vida do campo, às condições insalubres e questões de extrema exploração e injustiça social enfrentadas nos bairros rurais do município.

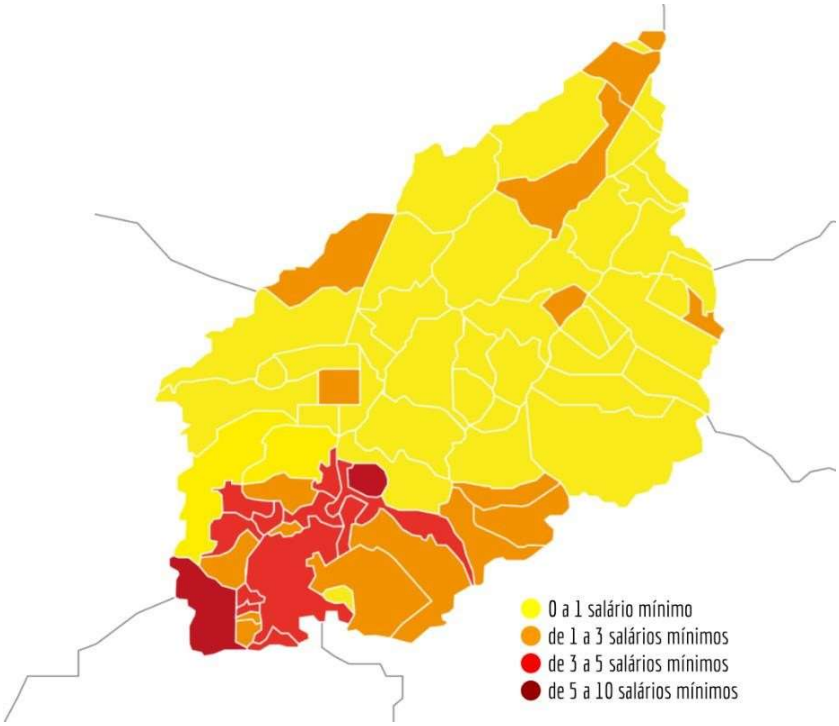


Figura 2: Renda média nos setores censitários. Fonte: Elaboração própria, 2021.

A produção dos agricultores familiares de Teresópolis chega à mesa de boa parte da população do Rio de Janeiro, o que movimenta o maior PIB Agropecuário do estado (IBGE, 2017). Apesar de sua importância na economia e na alimentação fluminense, essas famílias de agricultores encontram diversos de seus direitos básicos feridos diariamente.

Segundo a Declaração Universal do Direitos Humanos:

> toda pessoa deve gozar dos direitos e liberdades por ela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 1948, p. 4)

O surgimento de um novo paradigma de cidades sustentáveis fez com que a Organização das Nações Unidas desenvolvesse 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a serem alcançados dentro da Agenda 2030, um compromisso global firmado em 2015 para direcionar ações para os próximos 15 anos em 193 países.

Segundo Lepetit, há diferentes "tempos" no desenvolvimento das cidades contemporâneas: "o tecido urbano, o comportamento dos citadinos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes" (Lepetit, 1996, p. 145). Portanto, é preciso que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizem medidas voltadas aos mais diversos grupos sociais de acordo com seus meios de vida, em especial grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos agricultores familiares de Teresópolis.

Este trabalho objetiva, com base na metodologia de Compartimentação da Paisagem, cartografar um recorte de grande porte em diversas escalas de análise, fazendo um paralelo entre as áreas urbanas e as áreas rurais de Teresópolis, colocando em pauta contradições, potencialidades e entraves existentes nestas Unidades de Paisagem.

METODOLOGIA

A Compartimentação da Paisagem consiste em um método cartográfico que se superpõe às delimitações municipais, definindo Unidades de Paisagem a partir da semelhança de dinâmicas e elementos que compõem a paisagem (SILVA et al, 2013). Os critérios adotados para definição das Unidades de Paisagem do município de Teresópolis ao longo do eixo da Rodovia Teresópolis-Friburgo (RJ-130), objeto de estudo deste trabalho, foram desenvolvidos pela Prof.ª Vera Regina Tângari em sua pesquisa de pós-doutorado e apresentados em seu artigo "Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos", de 2014.

O primeiro critério de análise é denominado "desenho da paisagem", que cruza a leitura de elementos do suporte físico com as relações de intervenção humana no meio para compreender padrões de ocupação. O segundo critério diz respeito ao cruzamento de elementos formais e processos que constituem a "estrutura morfológica" e os padrões morfológicos existentes. O terceiro critério analisa os "padrões culturais" e o processo atual de produção das formas urbanas, a partir de questões relacionadas à estética e à modelização. Já o quarto critério trata da "qualidade socioambiental" com base no impacto da legislação urbanística vigente e as normas de uso e ocupação do solo na modelagem da paisagem.

A estes, foi adicionado um quinto critério de análise, denominado "afetividade e territorialidade", com base na metodologia proposta pelo Prof. Alex Assunção Lamounier sobre o tema das Atmosferas de Preferência, cuja aplicação é apresentada no artigo "Atmosferas de preferência em regiões periféricas de conflitos e vulnerabilidade socioambiental: O Sistema de Espaços Livres na 'Faixa de Gaza Carioca' – Manguinhos, Rio de Janeiro-RJ", de 2020. Compreender essas relações que permeiam o cotidiano se torna uma etapa essencial na consolidação de sistemas de espaços livres que se conformem à paisagem e às relações territoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Compartimentação da Paisagem levou em consideração a RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo) como faixa de domínio, principal via de tráfego de pessoas e de carga do município de Teresópolis, que conecta o distrito urbano aos distritos rurais e conforma a maior parte de seus assentamentos.

Foram selecionadas 4 relações espaciais que evidenciam contrastes da paisagem do município: relação entre o distrito urbano e os distritos rurais, relação entre ocupações em planícies e ocupações em encostas, relação entre estruturas radiais e estruturas lineares e relação entre tecidos urbanos consolidados e tecidos urbanos em consolidação.

A partir disso, foram identificadas 7 Unidades de Paisagem: 1) Sede Municipal, 2) Albuquerque e 3) Vargem Grande — unidades urbanas; 4) Venda Nova, 5) Campanha, 6) Bonsucesso e 7) Vieira — unidades rurais (Figura 3).

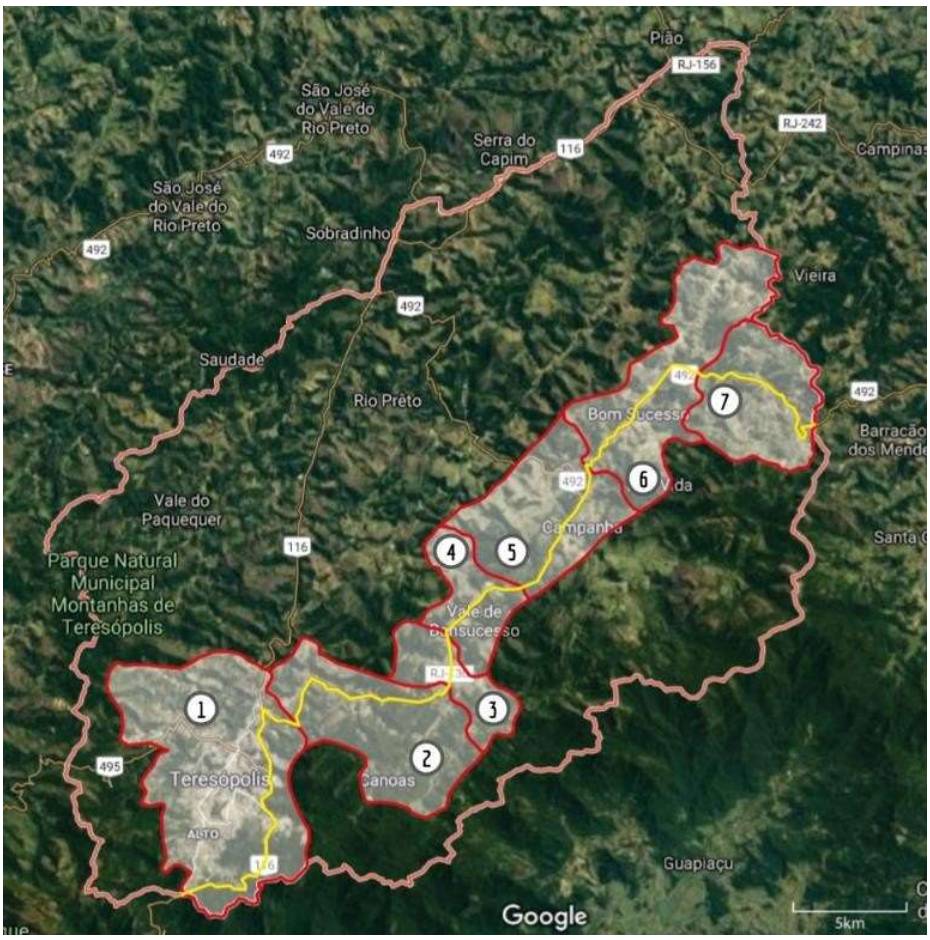


Figura 3: Unidades de paisagem. Fonte: Elaboração própria, 2021.

Desenho da Paisagem

O contraste entre a paisagem rural e a paisagem urbana do município que se dá pelo cruzamento de elementos do suporte físico com as relações de intervenção humana no meio, resultando em padrões de ocupação urbana de alta densidade nas Unidades de Paisagem urbanas, em um tecido urbano compacto em planícies fluviais, e nas Unidades de Paisagem rurais, que são compostas majoritariamente por agricultura, pastagem, floresta e vegetação secundária em estágio inicial, padrões de ocupação em serras escarpadas.

O distanciamento físico entre as Unidades de Paisagem ao longo do eixo de compartimentação da Rodovia Teresópolis-Friburgo se reforça pela desarticulação do transporte público municipal nos bairros fora da centralidade urbana, consequência do contraste entre as Unidades de Paisagem.

Há também grande desequilíbrio na distribuição de escolas, unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos no município, o que contradiz o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que preconiza a igualdade de direitos ao acesso do serviço público do país.

Estrutura Morfológica

A formação do relevo da Serra dos Órgãos influencia diretamente na configuração sinuosa do eixo rodoviário da RJ-130 (Rodovia Teresópolis-Friburgo), que por sua vez, está diretamente ligado à conformação de padrões morfológicos dos assentamentos a partir desta faixa de domínio.

Dentre estes padrões morfológicos, que são estruturados pelo encontro de elementos formais com os processos humanos, destaca-se a distinção entre matriz (vias e avenidas em tecidos compactos), corredores (rodovias, vias locais e rios) e fragmentos (tecidos dispersos), que podem ser exemplificados respectivamente pela Unidade de Paisagem 1 - Sede Municipal, Unidade de Paisagem 6 - Bonsucesso e Unidade de Paisagem - Vieira, respectivamente (conforme as Figuras 4 a 7).

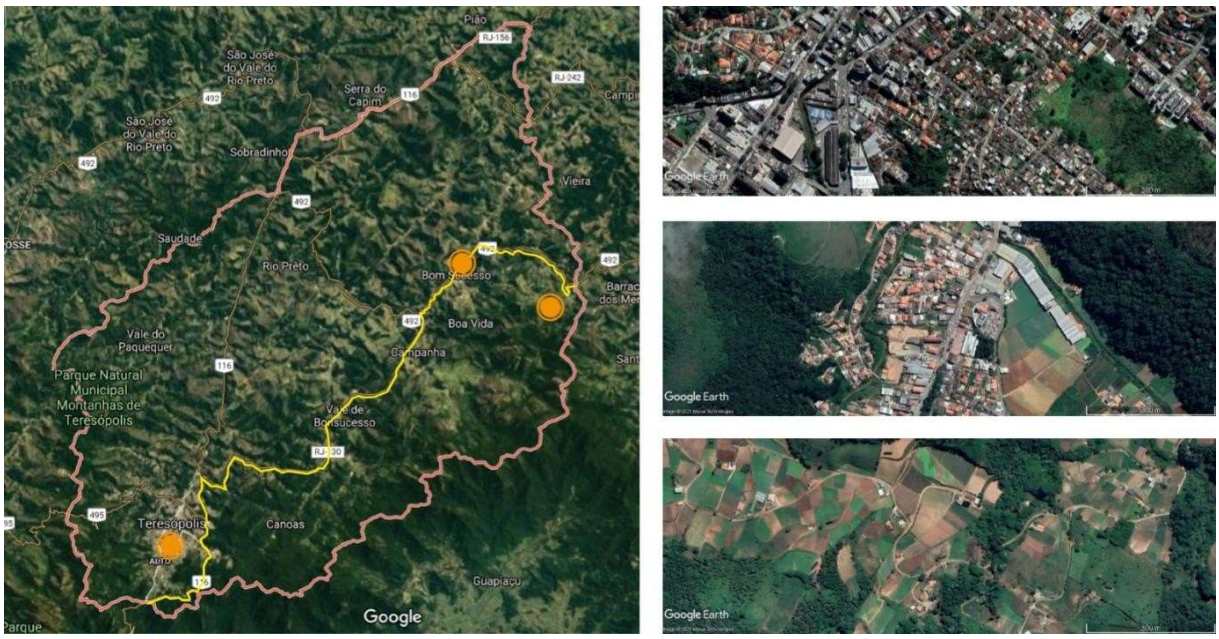


Figura 4: Identificação dos padrões morfológicos. Fonte: Elaboração própria, 2021.
Figuras 5 a 7: Sede Municipal (UP1), Bonsucesso (UP6) e Vieira (UP7). Fonte: Google Earth, 2021.

Padrões de Ocupação

A qualidade socioambiental tem base no impacto da legislação urbanística vigente e as normas de uso e ocupação do solo na modelagem da paisagem, o que permite compreender os processos de ocupação existentes e a previsão de ocupações futuras e seus impactos na paisagem e no ambiente urbano.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis, disposto na Lei Complementar nº 79, de 20 de outubro de 2006, tem por objetivos a valorização e preservação dos recursos naturais, o fortalecimento da vocação do lugar, a ordenação do território e compatibilização sustentável de atividades urbanas e rurais, a ordenação do espaço urbano sem prejuízo à paisagem natural, a promoção da inclusão social e a valorização da identidade cultural e do patrimônio histórico-cultural.

No entanto, o estabelecimento de padrões culturais e o processo atual de produção das formas urbanas a partir de questões relacionadas à estética e à modelização, prioriza a ação do mercado imobiliário em determinadas áreas da cidade enquanto outras têm expansão desassistida, marcada pela autoconstrução informal.

Nos últimos anos, houve um crescimento vertiginoso do número de condomínios residenciais fechados nas Unidades de Paisagem urbanas, em especial a UP2 - Albuquerque. Estes modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão repercutem numa tendência de supressão de áreas verdes ao longo da rodovia para implementação desses empreendimentos.

Conflitos Socioambientais

De acordo com o Censo Demográfico Rural de 2017 do IBGE, somente 20% da população rural de Teresópolis conta com rede de abastecimento de água, 9% direciona seus dejetos para a rede de esgotamento sanitário e 70% têm seu lixo coletado por serviço de limpeza, mesmo que de forma precária em um local específico, o que faz com que muitos despejem os resíduos em rios, queimem ou enterrem nas suas propriedades.

O descarte inadequado de resíduos por conta da precariedade na coleta de lixo configura um dos principais problemas ambientais dos bairros rurais do município. A necessidade de terrenos aplanados e limpos é outro motivo que leva os agricultores a atearem fogo em suas lavouras. Entre agosto e setembro, há também incidência de fogo natural por conta da vegetação desidratada devido à estiagem e o vento atua como fator de alastramento.

Afetividade e Territorialidade

Bonsucesso e Vieira (UPs 6 e 7) são bairros rurais que foram extremamente devastados pelas enchentes e deslizamentos de terra que assolaram a região serrana no início de 2011, deixando muitas mortes e famílias desalojadas, além dos danos ambientais nas plantações às margens dos cursos d'água, onde houve forte erosão e acúmulo de sedimentos.

Apesar do destaque que o local recebeu na época da tragédia, ainda se manteve no esquecimento de políticas públicas. A ausência de indicações de pontos de interesse agrícolas nas placas de sinalização da RJ-130 torna essa paisagem invisível para quem percorre o "Circuito Terê-Fri". A forma que os moradores locais encontram para ganhar notoriedade em meio à velocidade da rodovia é ocupar suas margens construindo pontos de venda de seus produtos.

A constituição e manutenção de espaços de interesse, de cultura, lazer e socialização por parte da comunidade é um hábito comum para os moradores das Unidades de Paisagem rurais do município, tendo em vista a ineficiência do poder público na implementação de espaços de qualidade contradiz o direito que todo ser humano tem à vida cultural, artística e científica, preconizado pelo artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948).

CONCLUSÕES

Os critérios de análise multiescalar da paisagem possibilitam um olhar mais aprofundado ao impacto dos mais diversos elementos, físicos e imaginários, no processo de formação e transformação da paisagem. São estes critérios que devem ser levados em consideração no processo de formulação de novas legislações urbanísticas e planos de intervenção na paisagem.

A aplicação destes critérios de avaliação na compreensão da paisagem rural e urbana do município de Teresópolis a partir de suas singularidades, desde a escala macro até a escala do cotidiano (conforme síntese do Quadro 1) dá pistas de como este método pode ser aplicado em outros recortes de análise de forma que o estudo não seja incoerente com relação aos elementos de formação e consolidação de cada paisagem, mas que aborde adequadamente os padrões morfológicos existentes.

	ESCALAS E PADRÕES DE AVALIAÇÃO - TERESÓPOLIS/RJ				
Recortes espaciais selecionados	DESENHO DA PAISAGEM	ESTRUTURA MORFOLÓGICA	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	PADRÕES DE OCUPAÇÃO	AFETIVIDADE E TERRITORIALIDADE
	Suporte físico, intervenção + ocupação	Elementos formais e processos + estruturação	Critérios de avaliação + desempenho	Estética e apropriação + modelização	Locais de presenças, ausências, dores, lutos e esquecimentos
Distrito urbano x distritos rurais	Ocupação urbana de alta densidade x Agricultura, pastagem, floresta, vegetação secundária em estágio inicial	Matriz: vias e avenidas em tecidos compactos x Corredores: rodovias, vias locais e rios x Fragmentos: tecidos dispersos	Inadequação ambiental: Questões de saneamento e abastecimento de água, coleta e destinação do lixo e incidência de queimadas.	Legislação urbanística segundo Plano Diretor x Expansão desassistida e autoconstrução informal	Relações de exploração no trabalho agrícola que geram padrões de desocupação e influenciam na fixação no campo (ou sua rejeição)
Ocupações em planícies x ocupações em encostas	Tecido urbano compacto em planícies fluviais x Ocupações em serras escarpadas	Eixo rodoviário conformado à sinuosidade do relevo da Serra dos Órgãos	Área de alta especulação imobiliária e crescimento exponencial x Área com potencial, mas com falta de incentivos públicos	Crescimento do número de condomínios residenciais fechados, modelos impostos pelo mercado imobiliário de alto padrão	Casas perdidas e terrenos interditados em encostas de alta declividade e margens de rios são até hoje lembranças da tragédia de 2011.
Estruturas radiais x estruturas lineares	Desarticulação do transporte público municipal nos bairros fora da centralidade urbana	Matriz urbana projetada x Rodovia como faixa de domínio	Falta de infraestrutura viária ao longo da rodovia, que é o principal eixo de escoamento da produção do município	Tendência de supressão de áreas verdes ao longo da rodovia para implementação de empreendimentos imobiliários	A ausência de indicações pontos de interesse agrícolas nas placas da rodovia gera o esquecimento dessa paisagem por quem percorre o Circuito Terê-Fri
Áreas consolidadas x em consolidação	Desequilíbrio na distribuição de escolas, unidades básicas de saúde e outros equipamentos públicos no município	Matriz: tecidos consolidados x Corredores: ocupações lineares x Fragmentos: manchas espraiadas	Grande concentração populacional, classes renda média e média alta x Vilas rurais não-adensadas, classes renda baixa e média-baixa	Áreas iluminadas x áreas opacas: Localidades rurais que sofrem com a falta de iluminação pública	Falta de espaços para cultura e lazer: constituição e manutenção de espaços socialização por parte da própria comunidade

Quadro 1: Escalas e padrões de avaliação x recortes espaciais selecionados. Fonte: Elaboração própria, 2021

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2017.** IBGE: Rio de Janeiro, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAMOUNIER, A. A.; TÂNGARI, V. R. Atmosferas de preferência em regiões periféricas de conflitos e vulnerabilidade socioambiental: O Sistema de Espaços Livres na 'Faixa de Gaza Carioca' – Manguinhos, Rio de Janeiro-RJ. **Anais do Colóquio QUAPASEL**. São Paulo: FAUUSP, 2020. p. 233-252.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 31 ago. 2021.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Ciência e Tecnologia. **Atlas escolar: Município de Teresópolis.** Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2020.

SILVA, J. M. P.; MANETTI, C.; TÂNGARI, V. R. Compartimentos e Unidades de Paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à Linha férrea. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo: Revistas USP, v. 31, 2013, p. 61-80.

TÂNGARI, V. R. Critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana: escalas, temporalidades e tipos morfológicos. **Anais do Colóquio QUAPÁ SEL**. São Paulo: FAUUSP, 2014. p.248-266.

TOWARDS A METHODOLOGY FOR THE ASSESSMENT OF URBAN ENVIRONMENTS FOR SOCIAL WELLBEING

Asesh Sarkar
Indian Institute of Technology Roorkee | India
asarkar@ar.iitr.ac.in aseshsarkar51@gmail.com

Tina Pujara
Indian Institute of Technology Roorkee | India
tinapfap@iitr.ac.in ; tinapujara@gmail.com

Thematic Session:
( ) 1. Digital Graphics and Citizenship
(x) 2. Perception and Evaluation of the City
( ) 3. Contemporary Urbanism and Territories
( ) 4. Theory, History, Heritage and Criticism of Public Spaces
( ) 5. Comfort, Technology and Sustainability in the City

Keywords: Assessment; Indicators; Mental wellbeing; Social Wellbeing; Urban environments

ABSTRACT

The rise of urban population globally, is a matter of serious concern with regard to mental health all across the globe. As the world becomes progressively urbanized, built environment professionals are unquestionably more bothered about the plausible influence of urban environments on the mental wellbeing of the inhabitants. Literature indicates that urban environments may be directly affecting mental wellbeing. It further states that the concept of mental wellbeing incorporates three interrelated types of wellbeing- hedonic, psychological and social wellbeing. The psychological and social are two aspects which are collectively termed as the eudemonic wellbeing. Research has also concluded that hedonic wellbeing may depend on individually determined positive mental states and hence may be the result of short-lived effects such as the achievement of pleasure and avoidance of pain. However, the eudemonic well-being tends to be linked with lasting effects.

An impressive amount of research on relations between urban environments and, mental wellbeing as a whole, has been conducted. Notwithstanding this substantial body of literature, little is known about the interaction of the urban environment specifically with each of the three wellbeing types, the hedonic, the psychological and the social. Social interaction, social networks, sense of community, participation in organized activities, trust and reciprocity, feelings of safety and also, sense of place attachment, all, do find a mention in past studies with regard to the assessment of the quality of built environment. And, the indicators which help assess this quality, have also been categorically listed as, density, mixed land use, attractiveness, connectedness, legibility, accessibility, inclusiveness, maintenance, extent of natural surveillance and neighbourhood character. However, a complete and detailed focus on the urban environment characteristics which may be directly impacting social wellbeing, seems to have been neglected.

This study specifically focusses on social wellbeing and presents the identified indicators of the urban environment for social wellbeing, through the conduct of an extensive literature review of over a hundred selected scholarly articles. It further presents the categorization of these identified indicators under two heads, the physical and the social environment. A total of 32 indicators were identified under eight main

heads of the 'physical environment', namely greenspaces, infrastructure, housing, spatial configuration, outdoor environment quality, urban design, transportation, density and, land use. Also, a total of nine indicators were identified under six main heads of the 'social environment', namely safety, quality of life, social connectedness, life satisfaction and, sense of community. The study further categorizes the plausible positive and negative impacts of urban environments on the social wellbeing of its inhabitants, through these identified indicators.

The identification of these indicators, categorized under the physical and social environments of the urban scenario, is a step towards developing a methodology for assessing the impact of urban environments on social wellbeing. This methodology may further be a contribution towards mentally healthy city design.

USO E APROPRIAÇÃO DA CIDADE COMO TERRITÓRIO

Proposta de requalificação e coexistência para o Abrigo Rondon 3

Emily Schiavinatto Nogueira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
ey.nogueira@gmail.com

Luciana Cavalheiro de Freitas
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
lucavalheirodefreitas@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
(x) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Estudos Comportamentais; Avaliação do Ambiente Construído; Apropriação do Ambiente Construído; Coexistência Socioecológica; Crise Migratória Venezuelana.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir o uso e a apropriação da cidade como território através de um projeto de requalificação e coexistência para o Abrigo Rondon 3. A proposta, tratada aqui como estudo de caso, foi desenvolvida para o concurso internacional '*Radical Urban Intervention*', promovido pela plataforma online ArcDeck, e recebeu o título de "*Radical Humanitarian Help*" ("Ajuda Humanitária Radical"). Para além do estudo de caso, esse trabalho busca discutir a coexistência socioecológica frente a crise migratória venezuelana, bem como avaliar o uso e a apropriação do ambiente construído do Abrigo Rondon 3 e seu entorno imediato por parte das pessoas em situação de refúgio.

A atual crise vivenciada pela Venezuela é resultado de um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais, vigente desde 2013 no governo de Hugo Chávez frente à crescente oposição política e o grave enfraquecimento do modelo econômico adotado pelo país (PINTO, L. C.; OBREGON, M. F. Q., 2018). A crise, inicialmente econômica, tornou-se também uma crise humanitária, colocando milhões de venezuelanos em um deslocamento forçado desde então.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cerca de 5,4 milhões de venezuelanos encontram-se ao redor do mundo, configurando assim o maior êxodo da história recente da região. Entre os países de acolhida, o Brasil é um dos principais, contando com 262.475 refugiados e migrantes da Venezuela no país e 102.504 solicitações de refúgio até agosto de 2020 (R4V, 2020).

Atualmente, grande parte da população refugiada venezuelana no Brasil encontra-se no Abrigo Rondon 3, na capital Boa Vista, Roraima. O Abrigo encontra-se a aproximadamente 200 km da fronteira venezuelana, é o 13º em operação no estado e compreende-se pelo maior abrigo para refugiados e migrantes da América Latina, com capacidade para aproximadamente 1,3 mil pessoas (ACNUR, 2020).

Segundo a ACNUR, o abrigo é vital para a sobrevivência e, em tempos de vulnerabilidade, é fundamental para restaurar a segurança pessoal, a auto-suficiência e a dignidade. No entanto, quando analisado, o maior abrigo para refugiados e migrantes da América Latina, o Abrigo Rondon 3 dá indícios de que tais intenções não se refletem no desenho dos seus espaços, tampouco dá conta de sua demanda atual. De acordo com as projeções das autoridades locais e agências humanitárias (UNICEF, 2019), cerca de 1,5 mil venezuelanos encontram-se em situação de rua na capital Boa Vista e, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade.

Ainda, sob um olhar crítico e mais detalhista, o Abrigo Rondon 3 e seu entorno imediato não estimulam o uso e a apropriação da cidade como território, tampouco fomentam a coexistência socioecológica, negligenciando assim, em sua espacialidade, as relações simultâneas sob aspectos sociais e ambientais. Essa escassez de oportunidades de convívio e do exercício da cidadania encontram-se não somente no seu entorno, mas também no ambiente interno ao Abrigo.

A proposta de requalificação do Abrigo Rondon 3 busca criar um ponto de referência às populações refugiadas, ao ser capaz de fazê-lo contextualizar-se no mundo e colocar-se atento ao seu entorno, garantindo-lhe assim o direito e o sentimento de empoderamento de se sentir seguro e autor da própria história ao exercer a sua cidadania na sociedade a qual ele pertence e participa (BRUM, CALLAI, GRACIOLLI, 2013). A avaliação do estudo de caso busca, dessa forma, compreender como as pessoas em situação de refúgio, presentes nesse contexto, compreendem, se apropriam, reagem e modificam as espacialidades propostas no projeto de requalificação do Abrigo Rondon 3.

METODOLOGIA

A metodologia desse estudo é qualitativa e exploratória. Para tanto, foram feitas revisão bibliográfica e análise de dados secundários sobre a população venezuelana refugiada no Brasil, em especial, na cidade de Boa Vista (RR). Ademais, foram levantadas informações a respeito do Abrigo Rondon 3 através da Agência da ONU para Refugiados em bases oficiais, governamentais e não governamentais. Essa etapa de levantamento fez parte dos primeiros resultados e análises do projeto de pesquisa "Comunidades Resilientes e Ações Humanitárias: uma ação conjunta entre Brasil, Reino Unido e Colômbia", desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Comportamentais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas, e em parceria com uma rede internacional de pesquisadores da Colômbia, Estados Unidos e Reino Unido. Também, foram feitas análises demográficas e diagnóstico urbano, que incluíram investigações acerca das características morfológicas da malha urbana do local de estudo, atentando-se também à mobilidade e à acessibilidade urbana. As análises foram obtidas através de levantamentos realizados por meios remotos como *Google Maps, Google Earth* e *Google Streetview*. A partir desses estudos, foi possível propor uma resposta ao problema de pesquisa pautada nas análises e nos diagnósticos obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudo de Caso – Proposta de requalificação e coexistência para o Abrigo Rondon 3

A proposta de requalificação para o Abrigo Rondon 3 e seu entorno imediato, desenvolvida para atender o concurso internacional '*Radical Urban Intervention'*, recebeu o título de "*Radical Humanitarian Help*" ("Ajuda Humanitária Radical"). O projeto foi nomeado de acordo com o seu real interesse: propor uma intervenção a nível urbano que pudesse melhorar radicalmente a sensação do lugar, bem como garantir maior qualidade de vida aos moradores internos e externos ao Abrigo, potencializando assim uma convergência socioecológica.

Dessa forma, a proposta de intervenção buscou aliar-se a políticas públicas existentes, bem como repensar e melhorar o uso de espaços já consolidados. Para tanto, o projeto buscou não apenas melhorar radicalmente o sentimento de lugar e a qualidade de vida do local de intervenção, mas também propor a criação de uma área cujo planejamento inclua a pluralidade da existência das eco-lógicas sociais e ambientais (GUATTARI, 2012 apud ROCHA, 2019).

Comumente, o termo "radical" remete a algo enérgico, absoluto e ousado, tratando-se, portanto, de algo que fuja do tradicional, No entanto, o termo tem relação também com a "origem" e o "fundamento" de algo, sendo sinônimo de fundamental, essencial e necessário. Segundo a ACNUR, é de direito que qualquer pessoa busque refúgio em um lugar seguro e tenha preservada a sua integridade física, psicológica e ideológica. Dessa forma, ao propor a abordagem do tema e uma consequente intervenção urbana em um contexto de crise de gestão migratória, entende-se que a garantia dos direitos das populações refugiadas deve ser entendida e implementada como algo fundamental, necessário e, portanto, radical.

Com o intuito de melhor integrar o Abrigo Rondon 3 com o desenho urbano de Boa Vista (Figura 1), a avenida paralela ao abrigo foi requalificada na proposta de intervenção. No projeto, foram previstas a criação de uma faixa exclusiva de ônibus, ponto de ônibus, ciclovia, calçadas mais largas e canteiros com vegetação nativa. Ainda, intermediária a avenida e aos abrigos emergenciais, foi proposta a criação de uma praça com espaços verdes, espaços de permanência, espaço fixo para feiras e atividades comerciais locais, ginásio coberto e playground (Figuras 2 e 3). A praça foi pensada de modo a integrar física e socialmente a comunidade interna e externa ao abrigo.



Figura 1: Proposta de Masterplan e de implantação do Abrigo Rondon 3. Fonte: das autoras, 2020.



Figuras 2 e 3: Da esquerda para a direita, espaço fixo para feira e *playground* intergeracional. Fonte: das autoras, 2020.

Também, frente às demandas apresentadas, a proposta teve como intuito aumentar a capacidade do abrigo para 3.000 (mil) pessoas, além de garantir melhores condições de vida para seus moradores ao propor uma tipologia arquitetônica mais confortável e adequada às necessidades dos seus moradores (Figura 4); espaços de lazer e de convivência; melhor integração do abrigo com o desenho urbano e, consequentemente, maior integração das populações refugiadas com a população nativa brasileira.

A proposta de intervenção também buscou construir espacialidades híbridas em espaços urbanos a fim de criar possibilidades de desenho de coexistência na cidade, bem como a criação de um sentimento de comunidade entre os refugiados e os demais moradores da cidade de Boa Vista.



Figura 4: Vista frontal das tipologias propostas para o Abrigo Rondon 3 e representação de possíveis usos do espaço. Refugiados da Venezuela e um agente da ACNUR ilustram e compõem esta imagem. Fonte: das autoras, 2020.

O assentamento do Abrigo conta com as tipologias dispostas em uma quadra modelo, cujo interior apresenta espaços de estar permeáveis, além de uma edificação equipada, destinada para o refeitório, os banheiros coletivos e a lavanderia, bem como o espaço de convivência (Figura 5). Em especial, o refeitório tem por objetivo ser um espaço comum de preparo dos alimentos, garantindo a possibilidade dos refugiados prepararem suas próprias refeições e assim manterem suas raízes culturais, bem como tornar-se um espaço para a interação social.



Figura 5: Vista de topo e implantação da quadra modelo proposta para o Abrigo Rondon 3. Fonte: das autoras, 2020.

A quadra modelo conta também com espaços verdes e árvores nativas frutíferas, criando assim um espaço propício para a convivência dos moradores do abrigo ao ar livre. Com relação aos espaços verdes, a arborização e a biodiversidade nativa foi fortemente explorada, tanto na parte dos abrigos quanto nas áreas de convivência. A escolha da utilização de vegetação nativa no projeto auxiliou na garantia da sustentabilidade da proposta, além de contribuir para a melhora na qualidade do ar e da água, amenização do ruído urbano e redução das ilhas de calor. Ainda, a arborização se mostra como um marco simbólico de união entre o Brasil e a Venezuela, visto que ambos os países compartilham a floresta Amazônica, que se encontra também na área de intervenção. A escolha por árvores frutíferas deu-se pelo intuito de criar uma consciência sustentável nas crianças (grupo que representa boa parte das populações refugiadas), ao oportunizar a vivência de todo o ciclo de surgimento e maturação dos frutos, bem como o fornecimento de alimentos orgânicos para os moradores. As tipologias arquitetônicas se utilizam também desse conceito ao apresentarem em sua composição, além de materiais locais, as cores de frutas nativas da região, criando assim um ambiente sustentável e acolhedor.

CONCLUSÕES

A proposta de criar lugares e espacialidades mais interativas e mais democráticas buscaram reforçar a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento e empoderamento sobre as populações refugiadas. Também, o projeto teve êxito ao reconhecer a cidade como um objeto de estudo e, assim, buscar pela coexistência harmônica entre a diversidade de pessoas, comunidades, culturas e dinâmicas. Por fim, ao propor uma intervenção urbana radical, o projeto de requalificação do Abrigo Rondon 3 potencializou que o contexto urbano estudado se tornasse mais inclusivo, democrático e sustentável ao incluir as pessoas no processo de planejamento das cidades.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Agência da ONU para Refugiados.** Acesso em 20 de Jul. de 2021. Online. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/.

BRUM, C. M.; CALLAI, H. C.; GRACIOLLI, D. **O Taller como instrumento de cidadania**. Anekumene. SECCIÓN: Educación y espacio. Número 6 / ISSN: 2248-5376 / p.p 21 - 30. Publicado em 15 de Jul. de 2013.

PINTO, L. C.; OBREGON, M. F. Q. **A CRISE DOS REFUGIADOS NA VENEZUELA E A RELAÇÃO COM O BRASIL.** Derecho y Cambio Social, 02 Jan. 2018. Online. Acesso em 10 Set. 2020. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista051/A_CRISE_DOS_REFUGIADO S_NA_VENEZUELA.pdf.

R4V. **Response for Venezuelans.** 2020. Online. Acesso em 10 Set. 2020. Disponível em: https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509.

ROCHA, H. F. M. **URBANISMO E AMBIENTALISMO: da separação à coexistência socioecológica.** Publicado em: XVIII ENANPUR NATAL, Mai. 2019.

UNICEF. **Crise migratória venezuelana no Brasil. Situação em Roraima**. 2019. Online. Acesso em 20 Jul. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil.

03

Urbanismo Contemporâneo e Territórios

Urbanismo y Territorios Contemporáneos

Contemporary Urbanism and Territories

A MOBILIDADE URBANA COMO PRODUTO DA SOCIEDADE

Reflexões sobre a região metropolitana de Florianópolis

Arthur de Souza Ostetto
Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil
arthurostetto@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Plano de mobilidade; Direito à cidade; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana tornou-se um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável nas cidades ao redor do mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), em pouco mais de um século, o mundo experimentou um crescimento exponencial da sua população, passando de 1,65 bilhão de pessoas, em 1900, para 7,63 bilhões, em 2018. No Brasil, entre 1940 e 2010, houve aumento da população total de 362%, passando de 41,2 milhões para 190,6 milhões. Entretanto, é interessante observar que o aumento da população urbana foi de 1.049%, passando 12,9 milhões para 160,9 milhões (STAMM, 2013).

Após décadas de priorização intensa do transporte motorizado individual, herança de uma política de Estado que privilegiou o investimento na indústria automobilística, resultou no Brasil um intenso e acelerado processo de espraiamento e crescimento desorganizado das cidades (CARDOSO; CARVALHO; NUNES, 2019).

Entretanto, tal mudança aumentou a necessidade das pessoas se deslocarem em função da excludente disponibilidade de acesso à moradia, aos serviços públicos e imposições do mercado de trabalho. Segundo Souza (2018), essas situações "repercutem no cotidiano através dos gastos com transporte, tempo dispendido nos deslocamentos, na periferização urbana e no exercício do direito à cidade, contribuindo para ampliar as desigualdades sociais e a segregação socioespacial".

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é entender como a enorme desigualdade entre a distribuição da riqueza na região metropolitana de Florianópolis influencia na percepção e na forma das pessoas se deslocarem e como a mobilidade mais sustentável e democrática pode contribuir para a construção de uma cidade renovada em prol do bem-estar da Coletividade e dos cidadãos que a integram.

Diante disso, a frase "uma cidade só existe pra quem pode se movimentar por ela", utilizada pelo Movimento Passe Livre[1] na reivindicação de tarifa zero, demonstra que um futuro com mobilidade mais

[1] O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente que foi constituído em 2005 no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Inicialmente, reivindicava a gratuidade no transporte público para estudantes, mas, atualmente, luta pela tarifa zero para todas as pessoas, contemplando discussões referentes à mobilidade urbana. Disponível em: https://www.mpl.org.br/.

sustentável é fundamental para ampliar o direito e o acesso à cidade, com desenvolvimento econômico, espaços urbanos com mais qualidade e socialmente justos.

Desenvolvimento sustentável e mobilidade urbana

Nas últimas décadas, a classe trabalhadora vem trazendo novas formas e bandeiras para o debate em busca de uma sociedade mais justa, distributiva, igualitária. Nas cidades, a luta por moradia, transporte, segurança, entre outros temas, colocam em oposição as forças dominantes e aqueles que buscam que se concretizem o direito que lhes fora negado.

Assim, a cidade tem o papel de ser o instrumento transformador e nela estão inclusas todas as realidades urbanas e sua diversidade. Nesse sentido, a publicação em 1968 do livro *O direito à cidade*, de Henri Lefebvre, é um marco no ideário da construção coletiva das cidades. Segundo Lefebreve (2001, p. 51-52),

> A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus constituintes, com sua história Portanto, ela muda quando muda a sociedade em seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e menos essencialmente das relações de imediatice, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade.

Dessa maneira, Barbosa (2016) propõe que o debate sobre a mobilidade nas cidades atuais não deve ser feito somente no âmbito do econômico e do técnico, apesar de reconhecer a relevância deles, mas também na dimensão política, pois a mobilidade assume dimensão estratégica na reprodução do urbano.

Ao definir a mobilidade urbana, Pereira (2014, p. 74) a conceitua como "[...] um atributo do território que diz respeito ao acesso fácil a diferentes áreas de uma cidade". O autor reforça a necessidade desta ser compreendida "[...] de uma forma ampla, articulada com a própria forma da cidade, como o resultado de um conjunto de políticas de transporte, de circulação, de acessibilidade e de trânsito, além das demais políticas urbanas". Para ele, a política de mobilidade urbana visa "[...] priorizar o cidadão na efetivação de seus anseios e necessidades, melhorando as condições gerais de deslocamento na cidade" (PEREIRA, 2014, p. 74).

Nesse sentido, Balbim (2004, p. 27) complementa afirmando que "a noção de mobilidade supera a ideia de deslocamento, pois traz para a análise suas causas e consequências, ou seja, a mobilidade não se resume à ação".

Segundo Barbosa (2016), a mobilidade está integrada à ressignificação da cidade como transformadora da produção do espaço para ampliar socialmente o uso da cidade como patrimônio público. Exigir a ampliação dos modais de mobilidade precisa significar a democratização radical das condições de existência humana e, sobretudo, dilatar experiências inovadoras de sociabilidades em nossas cidades.

Diante dessa contextualização, a seção a seguir vem trazer como se apresenta a mobilidade urbana na região metropolitana de Florianópolis, localizado no estado de Santa Catarina.

A mobilidade urbana na região metropolitana de Florianópolis

Ao nos voltarmos para o caso da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), composta por 13 municípios, percebemos a concentração dos serviços, empregos e instituições na área central do município de Florianópolis, o que resulta nos diários congestionamentos, sobretudo, nos chamados "horários de pico" em função dos movimentos pendulares diários entre os municípios da região metropolitana (LOGIT, 2015).

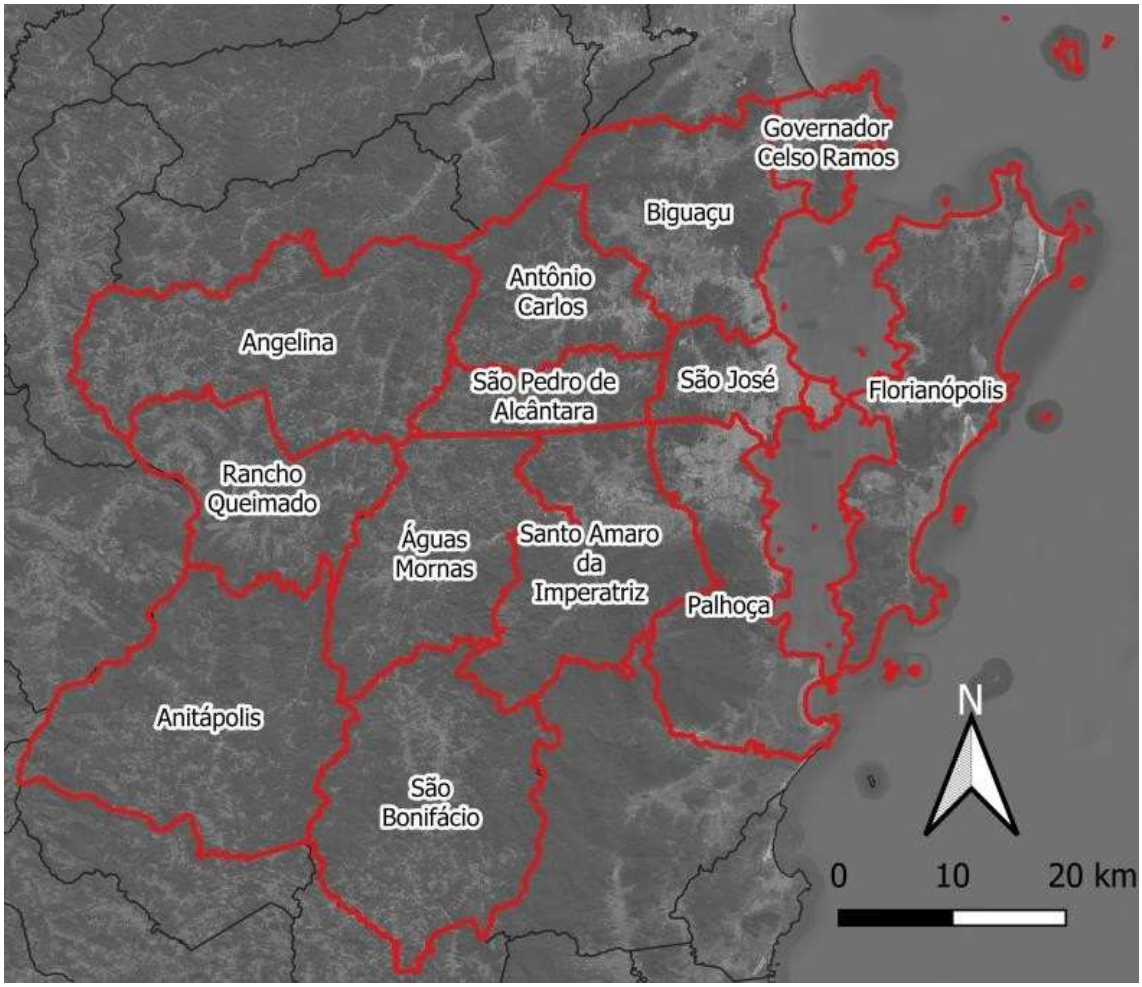


Figura 1: Região metropolitana de Florianópolis Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para exemplificar tais efeitos, os dados do Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS) mostram que quase metade das viagens diárias realizadas na região se dá através de transporte individual, índice bastante elevado se comparado a outras metrópoles brasileiras, onde isso é representado por valores entre 25% a 33% (LOGIT, 2015).

De acordo com Lefebvre (2001), essa "suburbanização", processo que descentraliza as cidades, desloca as pessoas dos grandes centros para os territórios mais distantes. Dessa maneira, desigualdades crescem, produzindo novas hierarquias sociais e econômicas expressas na paisagem urbana. Essa expansão das fronteiras do urbano, responsável pela formação das periferias, obedece a uma lógica de classe: os operários são relegados ao subúrbio e os centros são destinados aos que detêm e concentram o capital. Sendo assim, existe uma perda de consciência coletiva por parte dos trabalhadores, "Destruindo a urbanidade" (LEFEBVRE, 2001, p. 23).

Na região de Florianópolis, dentre alguns desses fenômenos, segundo Sugai (2015), o processo de dispersão urbana e periferização, que apresenta segregação socioespacial e diferenças de locomoção entre regiões centrais e periféricas, são fruto da sequência de investimentos públicos no período de 1970 a 2000, principalmente, no eixo viário da ilha. Ali, estruturou-se um eixo rodoviário privilegiado que garantiu a conexão: entre as áreas residenciais das camadas de alta renda, os bairros planejados para a expansão residencial e os balneários turísticos e de veraneio destinados às elites.

A cidade comporta-se como um encontro de grupos distintos. Ela se constrói a partir dos encontros, percepções e da sucessão de atos que compões a vida urbana (LEFEBVRE, 2001). Entretanto, segundo Sugai (2015, p. 187-188),

> Deve-se dizer que sob o ponto de vista da classe dominante, esta produziu uma estrutura segregada bem sucedida, pois, além de ter se apropriado de espaços privilegiados, ter consolidado os bairros segregados, ter produzido a acessibilidade e a facilidade de deslocamentos entre esses bairros, ter mantido parcela significativa das camadas populares no território continental e, ainda, ter garantido os constantes e intensivos investimento públicos no eixo privilegiado da ilha, conseguiu tornar hegemônico o seu projeto de cidade. Inclusive, através de um constante trabalho ideológico, algumas vezes obteve até o apoio de parte das classes médias e camadas populares aos seus projetos.

Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS) e a percepção da cidade

Em 2015, foi entregue o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS), que tem por objetivo contribuir para identificar os problemas e construir soluções de forma integrada e permanente para as questões relacionadas à mobilidade na região metropolitana de Florianópolis, sendo composta por 13 municípios (LOGIT, 2015).

O maior desafio da mobilidade é consequência da política de desenvolvimento aplicada na região metropolitana de Florianópolis, que foi orientada na direção do dinheiro e na centralidade das riquezas, e ao uso de solo. Consequentemente todos os problemas observados nos diversos modais pela população da região são típicos de áreas sem estrutura, fruto da manipulação pelas classes dominantes.

A dependência do transporte individual motorizado é resultado de diversos fatores ligados às condições da malha viária e infraestrutura urbana em função da priorização do uso de carros e motocicletas, fruto do sucateamento do sistema de transporte coletivo.

Pensando em uma mobilidade mais acessível e inclusiva, é preciso entender como os trabalhadores que utilizam avaliam esses serviços e como é possível inverter a lógica vigente na cidade. Para uma cidade sustentável, o sistema de transporte coletivo é listado como prioridade. No entanto, de acordo com a população, o serviço prestado é péssimo e caro. Conforme questionário de pesquisa aplicada em 2014, constata-se que todos os itens avaliados têm, em sua maioria, avaliação ruim (LOGIT, 2015). Nesse sentido, o tempo de viagem, influenciado pela disputa de espaço nas vias com os automóveis, por não contar com nenhum tipo de infraestrutura exclusiva e o conforto dos ônibus são os itens com piores avaliações.

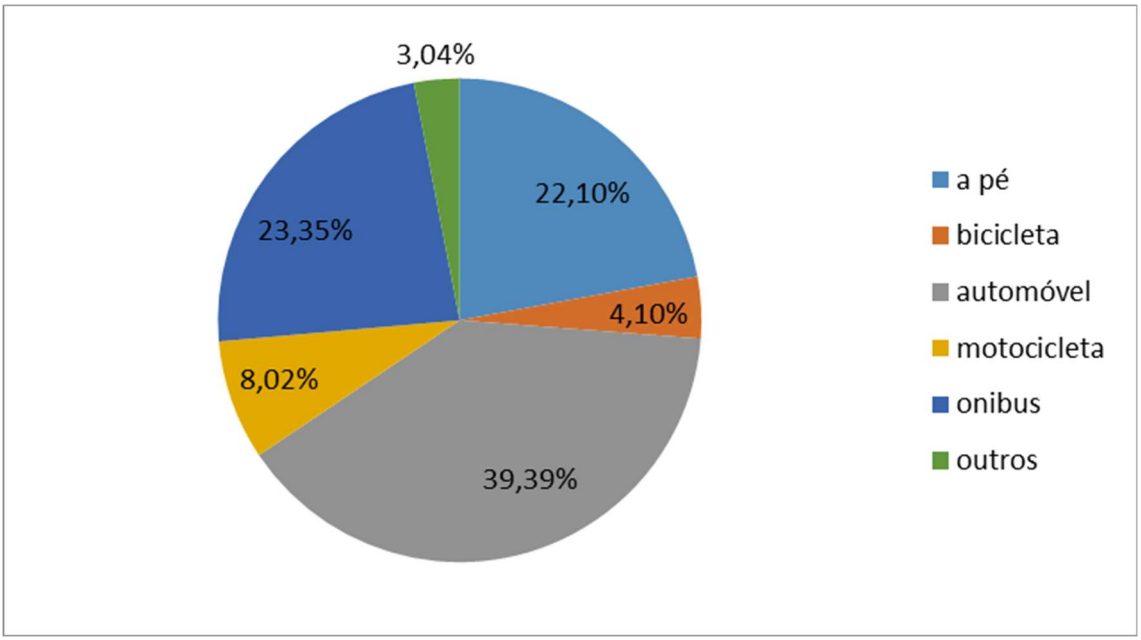


Gráfico 1: Viagens diárias por modo de transporte Fonte: Elaborado pelo autor com base na PLAMUS (2015).

Na RMF, somente 26% dos deslocamentos se dão de maneira ativa. Os motivos da baixa adesão, segundo usuários de bicicleta, são a descontínua e escassa rede de ciclovias, seguido pela insegurança em se utilizar a bicicleta como meio de transporte (LOGIT, 2015). Com relação aos deslocamentos a pé a principal queixa apontada refere-se a calçadas estreitas (LOGIT, 2015).

Entretanto, é no tempo gasto dos deslocamentos da população, que se explica a organização do espaço urbano e o papel desses na dominação social que se processa por meio dele. Considerando o motivo “trabalho” e “escola”, representam 80% das viagens o tempo gasto para se chegar a esses destinos no transporte público apresenta uma média de 78 minutos, mais que o dobro do tempo médio de viagem dos transportes privados, de 35 minutos (LOGIT, 2015).

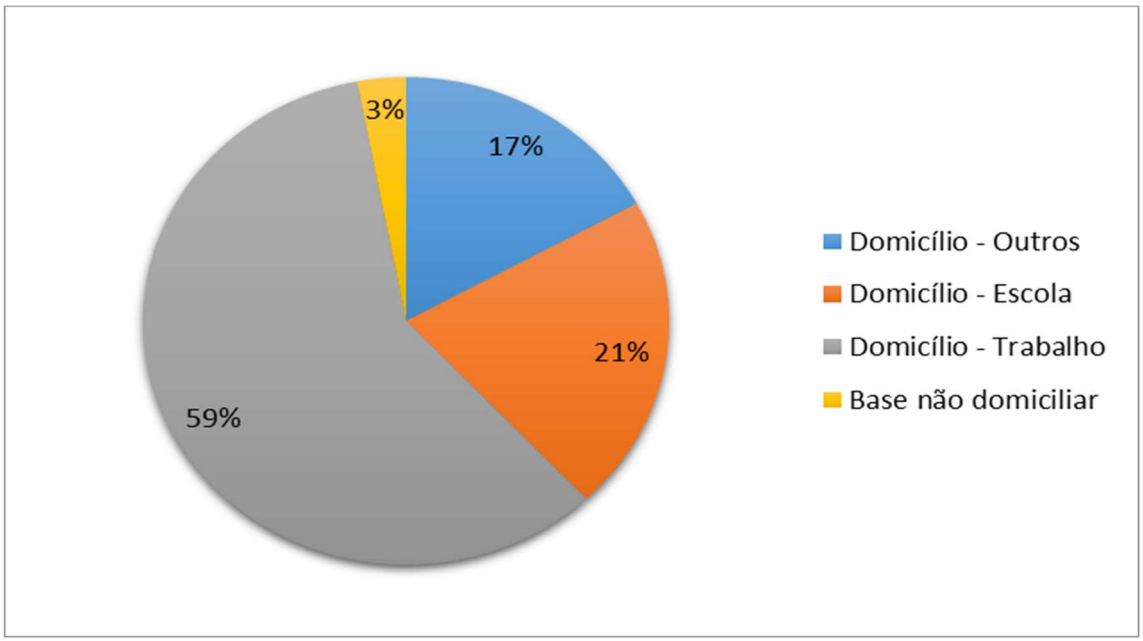


Gráfico 2: Divisão de viagens por motivo. Fonte: Elaborado pelo autor com base na PLAMUS (2015).

Segundo Villaça (2011, p. 53), "a classe dominante manipula a produção desse espaço priorizando sempre a otimização dos seus tempos de deslocamento". Ainda, para o autor, "O controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja: sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer etc".

CONCLUSÕES

A cidade é um direito coletivo e democrático e todos aqueles que habitam, usam e usufruem do organismo são responsáveis por ele. O presente estudo verificou que os municípios da Grande Florianópolis estão longe de atingir objetivos de cidade sustentável, uma vez que ela é fruto de uma política de segregação espacial, depois décadas de investimentos públicos voltados a priorização do transporte motorizado individual que desenvolveu as áreas dominadas e com interesses de expansão da classe dominante.

A péssima qualidade do transporte coletivo, a falta de ciclovias e a consequente insegurança para quem opta pelo deslocamento por bicicleta e as calçadas estreitas para quem se desloca a pé são pontos muito sentidos por aqueles que tentam utilizar essas formas de deslocamento. Todavia, é preciso admitir que essas situações sejam fruto da complacência do estado em organização com aqueles que detêm o poder financeiro e se sentem donos do espaço, que tem como principal objetivo afastar as pessoas da rua, pois sem convivência não há resistência.

REFERÊNCIAS

BALBIM, Renato. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarice Cunha (org.). **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília, DF: Ipea; ITDP, 2004. p. 23-42.

BARBOSA, Jorge Luiz. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarice Cunha (org.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília, DF: Ipea; ITDP, 2004. p. 43-56

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana;** revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 2012.

CARDOSO, Leandro; CARVALHO, Izabela Ribas Vianna; NUNES, Nilson Tadeu Ramos. "Caminhabilidade como instrumento de mobilidade urbana: reflexões sobre a realidade de Belo Horizonte." **Revista dos Transportes Públicos,** São Paulo, ano 41, p. 73-94.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mobilidade urbana no Brasil. In: IPEA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea. 2010. p. 549-592

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOGIT. **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS**. Florianópolis: LOGIT, 2015..

PEREIRA, E. M. "Cidade, urbanismo e mobilidade urbana". **Geosul,** Florianópolis, SC, v. 29, n. especial.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. "Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis". **Cad. Metrop.,** São Paulo , v. 20, n. 41, p. 75-98.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).** Florianópolis, Editora da UFSC, 2015.

UN. United Nation. **The World's Cities in 2018.** New York: United Nation, 2018.

STAMM, Cristiano et al. "A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil". **Interações,** Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265.

VILLAÇA, Flávio. "São Paulo: segregação urbana e desigualdade". **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58.

AS GALERIAS DE PELOTAS NA COMPOSIÇÃO DO CENTRO URBANO

A cartografia no estudo de lugares público-privados

Paula Pedreira Del Fiol
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
delfiolpaula@gmail.com

Eduardo Rocha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
amigodudu@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: galerias comerciais; lugar coletivo; centro; cartografia urbana.

INTRODUÇÃO

A construção desta pesquisa versa no campo da cartografia urbana, buscando com esse tema experimentar e analisar as relações das galerias comerciais do centro de Pelotas. O projeto nasce do anseio de entender o encadeamento entre as galerias e os lugares[1] públicos da cidade, associando ainda, esses lugares com dinâmicas sociais e buscando captá-los de que forma que elas possam contribuir para a novas ações relacionadas à área urbana central.

As galerias comerciais são lugares de compra e lazer no centro, quando unidas ao sistema de via pública se alternam entre rua pública de uso público e rua privada de uso público. E com esse estudo, se busca o rompimento entre rua pública e privada, através da cartografia, que faz o agencianciamento entre dualidades como sujeito e objeto, teoria e prática (PASSOS, et. al, 2009). De modo a criar discussões sobre a cidade contemporânea, e também sobre os corpos que a habitam.

Os territórios urbanos se constituem a partir de dinâmicas sociais e apropriação do lugar (ARROYO, 2020). Sendo assim, é necessário debater lugares privados que possuem *livre acesso*[2] à população, mas que são propriedade privada, é preciso urbanizar o privado, convertendo-os assim em parte público. E com isso o lugar torna-se coletivo, pois mesmo os lugares públicos por excelência acabam por se tornar coletivos por apropriação da população (SOLÀ-MORALES, 2001), e assim, também os privados acabam por se tornar coletivos quando a população se apropria deles.

E, então, uma pergunta a se fazer é se existe a fronteira entre o público e privado. Se houver, poderia ser essa fronteira um entre-lugar? Segundo Guatelli (2012), um entre-lugar é um lugar ainda

[1] A percepção de lugar se dá através da qualificação de um espaço como um todo. Um lugar, então, é uma parcela da cidade onde o usuário atribui valores e percepções (CASTELLO, 2005).
[2] Cabe destacar que o acesso não é livre para todas pessoas que habitam a cidade, e ainda, o acesso se dá mediante câmeras de vigilância, guardas, e outros dispositivos que são para vigiar todos que habitam esses locais.

desprovido de significados, que não foi constituído. Entretanto, ele sempre capaz de novas impressões, ou, ainda, de retomar a um estágio anterior, estaria ele, assim, sempre se reconstruindo e reconstituindo.

Consequentemente, a reconstituição de lugares na cidade, se faz através de seu uso, quando uma pessoa permeia o lugar de caráter privado, e aqui se entende como privado quando o solo não é de pertencimento do poder público, trazendo a cisão desse lugar. Sendo o próprio corpo a subversão dos lugares por onde passa, conferindo a apropriação desses lugares pelo uso que lhe é ou não estipulado (CARLOS, 2014).

Com isso, é possível compreender as galerias como um lugar coletivo, que permeia os entre-lugares e rompe a cidade através dos diversos corpos que a habitam. São lugares dotados de dinâmicas sociais diversas, e que se reconstituem a partir da apropriação que o usuário dá para ela, por vezes como lugar de passagem, como lugar de consumo, como lugar de lazer. Elas podem se configurar e reconfigurar de diversas formas, a partir de diversos usos, ocupada por diversos tipos de corpos.

METODOLOGIA

Nas galerias a efemeridade de momentos está presente, sendo elas lugares de passagem, em grande parte do tempo. Porém, o lazer também existe, por isso se vê a necessidade de viver o trajeto, como meio de entender, as diversas dinâmicas que acontecem no local. Desse modo, é associado o método da cartografia urbana, assim, buscando entender a relação entre as galerias e a cidade, contextualizando-as na contemporaneidade[3], para que sejam entendidas como objetos de estudo de um recorte temporal, do aqui e agora.

Paola Jacques fala que o *flâneur* vaga pela cidade em sua ambiguidade, onde se fascina pela modernização e reage a ela, de forma que ele traz a questão da lentidão à tona (JACQUES, 2012). Associando-se a isso, podemos dizer que a partir da cartografia urbana, o estudo de um lugar de passagem pode se tornar mais lento. E com a lentidão se pode analisar o lugar por um outro ângulo, assim esse método é movente, e com isso se busca novos pontos de interseção entre o cartógrafo e o ambiente estudado, o centro, o lugar da rapidez, onde as pessoas, por vezes, estão de passagem.

É necessário que o pesquisador cartógrafo caminhe para entender o caminho, e por isso quando exposto ao limite, não percebe o interior ou o exterior. O conhecimento se expande e se dissolve em planos coletivos, assim sendo, o cartógrafo pode experimentar a cidade sem estar amarrado a um ponto de vista específico. Para isso, é necessário ver o ponto de vista do observador, sem anular a observação (PASSOS, E.; et. al., 2009).

Desse modo, a metodologia da pesquisa é ancorada na cartografia urbana. Em primeiro momento, se faz necessária a revisão de bibliografia, posteriormente as caminhadas pelas galerias comerciais, utilizando cadernos de campo de modo a captar de que forma o lugar se configura a partir da prática estética, de Careri (2013), e como produção e contraprodução, de Jacques (2012). Por isso, se traz como método de subversão, se desenvolvendo a partir da prática como o corpo pode explorar lugares,

[3] Para Agamben (2012), o contemporâneo é aquele tempo que vem após algo, é a libertação do antigo em relação ao novo.

e assim a cidade se torna palco de corpos resistentes, através da caminhada, onde o sujeito é capturado e se torna parte desse sistema de espaços coletivos.

Se entende, então, que a partir das caminhadas feitas para cartografar o lugar, serão produzidos mapas, esses são objetos que transitam entre diferentes modos de expressão e representação, como desenhos, fotografia, vídeos, *collage* e escrita, a serem entendidos ao longo da busca por resultados da pesquisa. Os dados para a formulação do projeto se darão a partir das caminhadas, mas também de entrevistas, para um entendimento além do cartógrafo, na busca por abranger um maior número de vozes envolvidas no lugar e nos entre-lugares.

A cidade possui 13 galerias comerciais no bairro centro, porém não serão todas analisadas. Se entende a necessidade de destacar apenas as que possuem dois acessos, e ainda, galerias que possuam no máximo uma quadra de distância entre si, para que seja possível analisar o trajeto e o encadeamento entre as galerias, como mostra a Figura 1. Assim sendo, as galerias analisadas a partir do que foi dito são: Galeria Firenze, datada de 1995, Galeria Zabaleta, datada de 1972, Galeria Malcon, datada de 1984, Galeria Satte Alam, datada de 1975, Galeria Central, datada de 1972.

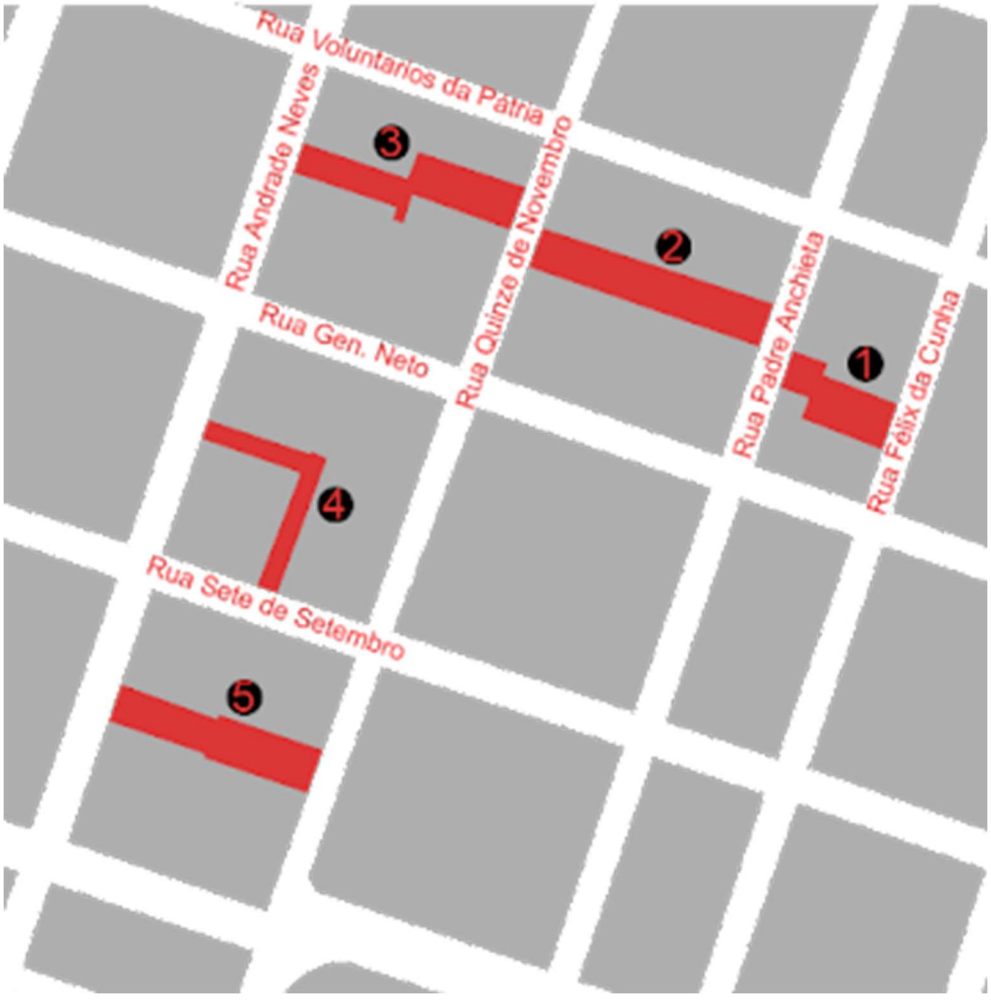


Figura 1: Mapa Galerias comerciais. (1 Galeria Firenze; 2 Galeria Zabaleta; 3 Galeria Malcon; 4 Galeria Satte Alam; 5 Galeria Central) Fonte: Autora, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa busca auxiliar na produção de material de apoio para construção de lugares urbanos mais qualificados. Buscando entender a área central da cidade de Pelotas e quais suas relações com as galerias comerciais, partindo da cartografia urbana, evidenciando pontos que possam qualificar os lugares urbanos de uso coletivo. Sendo capaz de construir material para auxiliar órgãos governamentais e iniciativas privadas, no planejamento de lugares que possuirão esse uso.

Espera-se que seja de possível compreensão que esses lugares precisam ser justos e para todos, uma vez que situado de forma a fazer uma travessia pela cidade. Baseando-se nessas conceituações é possível entender que o lugar urbano público e privado aqui estudado, é de uso coletivo, independente do dono da terra, o que se leva em consideração é como a sociedade se apropria desses lugares. Pretende-se entender como o corpo se desmembra, e subverte o lugar.

A partir da pesquisa, o método da cartografia urbana propõe mapear um processo enquanto ele ocorre, buscando através de sensações e experimentações, em um território. Propondo assim uma cartografia final, um mapa não hegemônico, e por isso o método é subversivo, quando ela rompe com um sistema de hegemonia e busca outras alternativas para uma cidade que está fracionada. Através da apropriação dos lugares urbanos coletivos se dá a transmissão dessa experiência vivida. Assim sendo, ampliando o olhar sobre a perspectiva de dinâmicas sociais, de modo que sem elas seria improvável fazer qualquer qualificação no espaço urbano, e tudo aqui posto, está intimamente ligado ao que os indivíduos têm a dizer sobre esses lugares.

CONCLUSÕES

A pesquisa se encontra, ainda, em estágio inicial em busca de uma associação entre conceitos da arquitetura, da filosofia, do urbanismo, da geografia e da antropologia. Para que seja possível a compreensão das dinâmicas sociais que ocorrem nas galerias de Pelotas, a partir da experiência. Buscando entender a área central da cidade de Pelotas e quais suas relações com as galerias comerciais, partindo da cartografia urbana sensível, evidenciando pontos que possam qualificar os lugares urbanos de uso público.

Procura-se contribuir com uma discussão teórica-crítica sobre os espaços tratados, a partir da filosofia da diferença. Para que seja possível novas análises da cidade contemporânea, através da metodologia da cartografia urbana. Com isso percebe-se a importância de territórios mutáveis, que possam ser reconfigurados a partir dos corpos que o habitam. E para isso, o corpo se encontra em ruptura com o tecido urbano hegemônico, enquanto caminha por lugares de passagem na cidade. Enquanto corpo que constitui identidade, e se apropria de lugares que precisam de uma ruptura, criando diferentes modos de subversão para esses lugares.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é Contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ARROYO, Julio. **El espacio público:** entre afirmaciones y desplazamientos. Santa Fe: Ediciones UNL, 2020.

CARERI, Francesco. **Walkscapes,** o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARLOS, Ana**. O poder do corpo no espaço público**: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP – Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o Lugar no Projeto Urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004).** Dissertação de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos Entre-Lugares**, sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

JACQUES, Paola. **Elogio aos Errantes.** Salvador: Editora UFBA, 2012.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Vírginia; ESCÓSSIA, Liniane. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia:** Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOLÀ-MORALES, Manuel. Espaços públicos e espaços coletivos. Em: HUET, B. et al. **Os centros das metrópoles:** reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI (101-107). São Paulo: Terceiro Nome, 2001.

CAMINHOGRAFIA URBANA

Encontrar, experimentar e escrever com a cidade

Alissa Xavier Alves
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
alissaalvees@gmail.com

Paula Pedreira Del Fiol
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
delfiolpaula@gmail.com

Eduardo Rocha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
amigodudu@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: cartografar; caminhar; contemporaneidade; teoria urbana; planejamento urbano

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa pretende fundar a prática da "caminhografia urbana", a partir da reunião das teorias do caminhar, partindo dos estudos de Francesco Careri (2015) e Paola Jacques (2012), e da cartografia, com origem na filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (1995). Segundo Eduardo Rocha (2019), entende-se que "caminhografia urbana" é andar e mapear e ela emerge dos estudos sobre a cidade na contemporaneidade, em especial na América Latina. Vem sendo aplicada pelo Grupo de pesquisa Cidade+Contemporaneidade[1] há mais de uma década, potencializando e intensificando a experiência corpóreo-urbana, criando pistas e novas soluções de planejamento/projeto urbano relacionados com modos de vida silenciados e resistentes tão indizíveis em nossas cidades.

O projeto divide os procedimentos metodológicos em três movimentos: 1° ano – encontrar; 2° ano – experimentar; e 3° ano – escrever. Aqui, trataremos do primeiro movimento - encontrar, ainda em fase inicial.

Objetivos

O objetivo da pesquisa é dar consistência teórica à prática da "caminhografia urbana", a fim de fomentar pistas aos pesquisadores para uso do método em pesquisas. A Cartografia e o caminhar são concepções teóricas e práticas emergentes para experienciar e sentir as cidades a fim de intervir, projetar, potencializar, resistir, transformar. Assim, é possível criar outras formas de viver a/na cidade. É isso que conforma o que denominamos aqui "caminhografia urbana".

[1] Cidade+Contemporaneidade. Caminhografia. Disponível em: CNPq-https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/, acesso em 11 out 2021

A Cartografia

A pesquisa tem como princípio a cartografia urbana, através das práticas de mapear, desenhar, fotografar, filmar, narrar e conversar a cidade na cidade, pensando nos lugares como produtores de subjetividade – na relação espaço corpo –, sempre em processo. As cidades, escreve Guattari, "são imensas máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva" (1991, p. 172). As experiências urbanas (materiais e imateriais) participam da composição da experiência humana sob os mais variados aspectos. Os contatos humanos com parques, praças, ruas e vazios podem, cada um a seu modo e de diferentes maneiras, interpelar os cidadãos, gerando experiências subjetivas. Portanto, cartografar os territórios (zonas de experiência) na cidade é dar dizibilidade aos lugares onde se expressa materialmente a multiplicidade do ser humano.

São muitos atravessamentos na vida cotidiana, que acabam por suportar e causar muitas trocas. E, para nos aproximarmos da vida cotidiana, a noção de prática é essencial. De Certeau (2014) acredita que as práticas da vida cotidiana possuem uma peculiar criatividade para subverter as formas padronizadas de viver, as quais são impostas pela comunicação, publicidade, espaços geométricos e pelas instituições do desenho urbano na cidade. Nesse sentido, a experiência da caminhografia urbana – que, através da proximidade com a rua e com as pessoas, proporciona toques nas mãos, gostos na boca, cheiros e odores, etc – pode nos ajudar a compreender a complexidade da cotidianidade.

Cartografar os espaços públicos consiste em registrar e apreender a contemporaneidade nas cidade s. Cartografias urbanas e sentimentais são a reunião entre a geografia, a filosofia, a arquitetura, o urbanismo e as artes contemporâneas, um agenciamento que permite complexificar a teoria estudada nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo. Nas viagens aos lugares públicos, os autores do mapa são sujeitos ativos na comunicação cartográfica, o que permite uma leitura experiencial do espaço. É preciso, na montagem ou na leitura de um mapa, estar à espreita, reparar, espiar, reinventar e, de alguma forma, sentir a vida que passa pela rua, praça, parque ou vazio urbano, fazendo-se presente e interventor dessa realidade.

O Caminhar

Caminhar, dentro da metodologia proposta, é explorar a cidade com o corpo atento, a partir de um deslocamento da experiência, registrando qualquer afecto que peça passagem, que provoque o pensamento. É caminhar como prática social e estética; percorrer a cidade como método de ler a cidade; caminhar como dispositivo de apropriação, de criação de significado espacial, de lugar, de atenção. Caminhar errando, derivando, performando. Caminhar com objetivo ou caminhar para encontrar, para se perder, para (re)significar.

Cartografar, acolhendo e escrevendo a cidade, o território, o lugar. Cartografar como acontecimento. Ação cartográfica para o encontro, ao encontro, para perceber mundos sobrepostos, o diferente, a diferença. Cartografar (des)controlando, errando, caminhografando (ROCHA; PAESE, 2019).

Caminhamos pelo desconhecido, como se encarássemos um jogo para uma desterritorialização, uma criação, um deslocamento. Andamos em busca de uma exploração curiosa, um jogo-urbano, por vezes criando situações e ditando regras que guiam o olhar e desvelam algo que é esmaecido pelo caos, pela profusão dinâmica das ruas. Brincamos pela cidade, como a proposta situacionista (JACQUES, 2012), intervindo no pensamento e no discurso que nos transforma em investigadores da contemporaneidade, movimentando-os e buscando sempre a experiência vivida que nos propõe Jorge Larrosa Bondía (2002).

A Análise

A análise que permeia todos os processos tem como principal pressuposto o agenciamento de heterogêneos – mapear e andar, caminhar e cartografar. Heterogêneos compostos pela experiência da "caminhografia urbana" e todas as outras forças potentes que atravessem nosso plano e nossos processos de pesquisa com cidade na contemporaneidade. Esse agenciamento se aproxima muito da análise de conteúdo, de conteúdos de diferentes cepas e origens, mas que, no cruzamento, produzem conceitos e novas composições acerca da "caminhografia urbana". A análise de conteúdo caminha no limite da objetividade e da subjetividade, do rigor científico e não do olhar viciado do observador (BARDIN, 1977).

O procedimento da técnica de análise de conteúdo se faz, inicialmente, através da identificação de unidades de registro, baseada nas repetidas leituras das mensagens do material coletado, para, a seguir, categorizá-las, validá-las e contextualizá-las, aproximando-as dos e confrontando-as com os referenciais teóricos. No final, pretende-se produzir pistas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) sobre a "caminhografia urbana", elencando alguns conceitos – na coexistência da materialidade e da imaterialidade, das políticas públicas e dos modos de vida nas cidades – para a replicação da metodologia em âmbitos acadêmicos e institucionais, com vistas à aplicação em políticas públicas e projetos e planejamento urbanos e regionais diversos.

METODOLOGIA

Com esse projeto pretendemos elaborar um website para divulgar e compartilhar todo o processo de pesquisa na plataforma WordPress, no provedor UFPel. Serão realizadas revisões bibliográficas com ênfase em duas vertentes – caminhar e cartografar –, contemplando autores e teorias, teses e dissertações públicas disponíveis em sites das universidade e programas de pós-graduação, que versem sobre as temáticas. Serão também incluídos, nesta revisão, os trabalhos do grupo de pesquisa Cidade+Contemporaneidade[2] que utilizam a caminhografia urbana. Serão realizadas entrevistas com pesquisadores referência no tema e reuniões de pesquisa. A proposta é promover encontros – entre corpos e ideais – deleuzianos a partir de Nietzsche e Spinoza (DELEUZE, 2002). As entrevistas serão gravadas, transcritas e disponibilizadas no website.

[2] Cidade+Contemporaneidade. Caminhografia. Disponível em: CNPq-https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/, acesso em 11 out 2021

É assim que a caminhografia urbana se aproxima de seu limiar máximo, buscando ultrapassar a racionalidade do pensar sobre a cidade estruturada e alimentando-se do estranho e do diverso, que possibilitam mutações. Consolidando, assim, a rede de pesquisa, com o intuito de gerar novos projetos, parcerias, financiamentos e ações entre as universidades, instituições e comunidades, organizando uma série de lives e um evento internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relevância e o impacto do projeto estão contidos na consolidação e apropriação do "método" da "caminhografia urbana" na academia e nas instituições, propiciando o contato direto com as comunidades, seus desejos, suas fragilidades e suas potencialidades, destacando seus potenciais criativos e educativos, com vistas à produção de subjetividades e pertencimento. Tal postura frente às complexas problemáticas da cidade na contemporaneidade pode ajudar a fomentar políticas públicas mais ativas e voltadas para um panorama atual e micropolítico. Tecnologicamente, o projeto avança em sistemas de comunicação e inteligência sobre a urbe. Produz e comunica conhecimentos da cidade-viva, do dia-a-dia, coexistindo e sobrepondo aos conhecimentos da cidade-modelo desejada e idealizada. Em suma, o projeto também solidifica a rede internacional de "cartografias urbanas", trocando e intercambiando diversas experiências socioculturais diferentes.

CONCLUSÕES

A pesquisa está em fase inicial, até o momento, avançamos na revisão bibliográfica e na elaboração do website. No mês de Outubro realizaremos a primeira entrevista com pesquisador referência no tema. Durante a revisão bibliográfica e as entrevistas esperamos fundamentar a "caminhografia urbana".

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 , 1977.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Vol. 1. **Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles, & GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 1). São Paulo: Ed. 34, 1995.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias.** São Paulo: Papirus, 1991.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos Errantes.** Salvador: UFBA, 2012.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L.(Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

ROCHA, Eduardo; PAESE, Celma. **Chamada para a décima primeira edição da revista Pixo.** Pelotas: PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, 2019. Disponível em , acesso em 25 de março de 2021.

DESENHO URBANO RESILIENTE E SUSTENTÁVEL

Proposta de intervenção urbana no Complexo da Maré (RJ)

Emily Schiavinatto Nogueira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
ey.nogueira@gmail.com

Luciana Cavalheiro de Freitas
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
lucavalheirodefreitas@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Resiliência Urbana; Desenvolvimento Sustentável; Desenho Urbano; Intervenção Urbana.

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser aqui apresentado busca introduzir a discussão acerca de resiliência urbana e desenvolvimento sustentável e apresentar como estudo de caso a proposta de projeto desenvolvida para o Concurso Internacional de Ideias para Estudantes de Arquitetura (UIA - 2020)[1].

Marco teórico

Conforme a Organização das Nações Unidas, mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050 (ONU, 2013). Frente a essa previsão de adensamento populacional nos espaços urbanos, principalmente em países em desenvolvimento que apresentam cenários de desigualdade social e infraestrutura urbana precária, as cidades recebem o papel fundamental de se tornarem resilientes e de estimularem o desenvolvimento sustentável, a fim de promover maior equidade social e qualidade de vida.

Em linhas gerais, o conceito de resiliência concentra-se na capacidade dos sistemas de persistir e retornar a um equilíbrio após uma perturbação, sendo aplicado em várias áreas de estudo (Holling 1973; Leichenko, 2011). No entanto, o estudo da resiliência urbana, principalmente quando aplicado a comunidades vulneráveis, busca discutir o avanço após uma perturbação ao invés do retorno para o seu estado original. Quando voltada às áreas em vulnerabilidade social, essa capacidade adaptativa é pensada de forma a ser moldada pelo acesso da população a aspectos físicos do ambiente construído, além de aspectos econômicos, sociais e políticos, que incluem assim acesso à infraestrutura urbana adequada, moradia de qualidade, empregos dignos e serviços essenciais (Adger et al, 2005; Eakins e

[1] O concurso teve como objetivo incitar discentes de arquitetura a proporem ideias inovadoras de projetos urbanos e arquitetônicos a fim de integrar a favela da Maré ao restante da cidade tida como formal. Ademais, as soluções propostas deveriam ter como foco, a urbanização sustentável e uma consequente melhora na qualidade de vida de seus habitantes (UIA, 2020).

Lemos, 2006; Bulkeley, 2013; Satterthwaite et al, 2008; Roy, 2013). Portanto, uma comunidade resiliente é flexível a novos cenários e adversidades e está apta a adaptações positivas frente a novos desafios, sendo eles esperados ou não (GONÇALVES, 2017).

Contextos urbanos resilientes prezam também pelo desenvolvimento sustentável de cidades e sociedades. Conforme Holling (2001), sustentabilidade é a aptidão de criar, testar e manter a capacidade adaptativa, enquanto o desenvolvimento é o processo de criação, teste e manutenção de oportunidades. Dessa forma, o autor conclui que o conceito "desenvolvimento sustentável" trata-se do objetivo de promover capacidades adaptativas, além de criar oportunidades aos meios. Ainda, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é "*capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações*" (ONU, 1989). Essa definição propõe uma união harmoniosa entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental junto a urbanização e a qualidade de vida nas cidades.

Com relação aos processos de urbanização, somente no Brasil, cerca de 84,72% da população vive em áreas urbanas (IBGE, 2015). Para o país, a projeção da ONU (2013) ultrapassa a média mundial e chega a prever 93,6% da população brasileira vivendo em centros urbanos, o que corresponde a uma estimativa de aproximadamente 237,751 milhões de pessoas morando em áreas urbanas ainda na metade deste século.

Diante do contexto apresentado, propõem-se desenvolver como estudo de caso um projeto de requalificação urbana que traga em suas diretrizes projetuais a discussão dos conceitos de resiliência urbana e desenvolvimento sustentável frente às previsões de aumento da demanda dos ambientes públicos e urbanos e da necessidade de repensar espaços então consolidados. Para tanto, como estudo de caso, foi desenvolvida a proposta de projeto para atender ao Concurso "Maré-Cidade: Concurso Internacional de Ideias para Estudantes de Arquitetura", promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pela União Internacional dos Arquitetos (UIA) e apoiado pelo UN Habitat, sendo parte da agenda do 27º Congresso Mundial de Arquitetos, no Rio de Janeiro, intitulado 'Todos os mundos. Apenas um mundo. Arquitetura 21'.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é qualitativa e exploratória. Para a proposta de projeto, foram feitas revisão bibliográfica e análise de dados secundários e, posteriormente, análise demográfica e diagnóstico urbano, que incluiu análises morfológicas da malha urbana do local de estudo, paisagem urbana e natural, bem como sua inserção na malha viária da cidade, atentando-se à mobilidade e acessibilidade urbana. Tais análises foram feitas a partir de materiais disponibilizados pela própria organização do concurso, como mapas, bases DWG e imagens do local, e através de levantamentos em meios remotos como Google Maps, Google Earth, Google Street View, bases de dados do IBGE e da Prefeitura do Rio de Janeiro. A partir das reflexões teóricas e do diagnóstico urbano, foi possível propor uma intervenção urbana de acordo com as reais necessidades do sítio do projeto e em concordância com os conceitos de resiliência urbana e desenvolvimento sustentável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudo de caso – Contexto Urbano

O Concurso Internacional de Ideias apresenta como sítio de intervenção pré-definido o Complexo da Maré, que compreende-se por um assentamento informal localizado na zona norte da capital fluminense, Brasil (Figura 1).



Figura 1: Área de intervenção do Concurso do Maré-Cidade na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: das autoras, adaptado do Google Maps, 2020.

Atualmente, a Maré é composta por cerca de 140.000 habitantes ao longo de 16 favelas. De acordo com a União Internacional de Arquitetos (2020), o Complexo conta com, aproximadamente, 40.000 habitações de diferentes tipologias arquitetônicas, que variam entre construções informais, autoconstrução e projetos habitacionais financiados pelo Governo Federal.

Resultados – Proposta de Requalificação Urbana no Complexo da Maré

A proposta de requalificação urbana realizada para atender ao Concurso “Maré-Cidade: Concurso Internacional de Ideias para Estudantes de Arquitetura”, recebeu o título de "Favela, viva!". O projeto teve como objetivo requalificar o Complexo da Maré e seu entorno imediato, assim como garantir hibridez entre a comunidade e o restante da cidade “formalmente” construída.

Ainda, o projeto buscou contemplar através do desenho urbano os conceitos teóricos de resiliência urbana e desenvolvimento sustentável ao promover vitalidade e apropriação dos espaços edificados públicos, incentivo à mobilidade urbana sustentável e estímulo ao desenvolvimento econômico da área

de intervenção. As decisões projetuais adotadas referentes ao desenho urbano foram fundamentadas no Guia Global de Desenho de Ruas (2018), que trata a rua como um espaço social e propõe soluções urbanas que garantam sustentabilidade, segurança e vitalidade.

Com intuito de garantir vitalidade ao espaço urbano, assim como incentivar a mobilidade urbana sustentável na área de intervenção, o projeto buscou priorizar ciclistas, pedestres e modais de transporte público. Para tanto, a via expressa localizada na Avenida Brasil foi suprimida, colocando assim os veículos privados em segundo plano e os redirecionando a um túnel subterrâneo, proposto na mesma área (Figura 2). Além de priorizar a mobilidade urbana sustentável, essa decisão procurou tornar as ruas mais seguras, a fim de diminuir os riscos de acidentes fatais envolvendo pedestres, cuja ocorrência é diretamente proporcional à velocidade da via. Ainda, ao suprimir os veículos particulares da via expressa, as passarelas tornaram-se desnecessárias às travessias, garantindo assim que o pedestre pudesse ser valorizado através do desenho urbano ao trazê-lo ao nível da rua.

Ao promover o incentivo à mobilidade urbana sustentável através do projeto de desenho urbano, a via principal contou com calçadas mais largas e acessíveis, ciclovias contínuas e lineares (além de bicicletários dispostos ao longo de toda a via), bem como a previsão de modais de transporte público (Figura 3). Esse último, ao buscar contribuir para com a mobilidade verde dos moradores da área de intervenção, foram previstas faixas exclusivas de ônibus e de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), sendo ambos integrados com linhas de transporte público municipal já existentes.

Diante tais decisões de projeto, a mobilidade urbana sustentável buscou impulsionar um desenvolvimento sustentável na área de intervenção, ao se apresentar menos poluente e com maiores índices de qualidade de vida urbana. Conforme o Guia Global de Desenho de Ruas (2018), em um estudo realizado em 2002, foi apontado que o transporte público pode produzir até 95% menos monóxido de carbono em comparação aos carros.

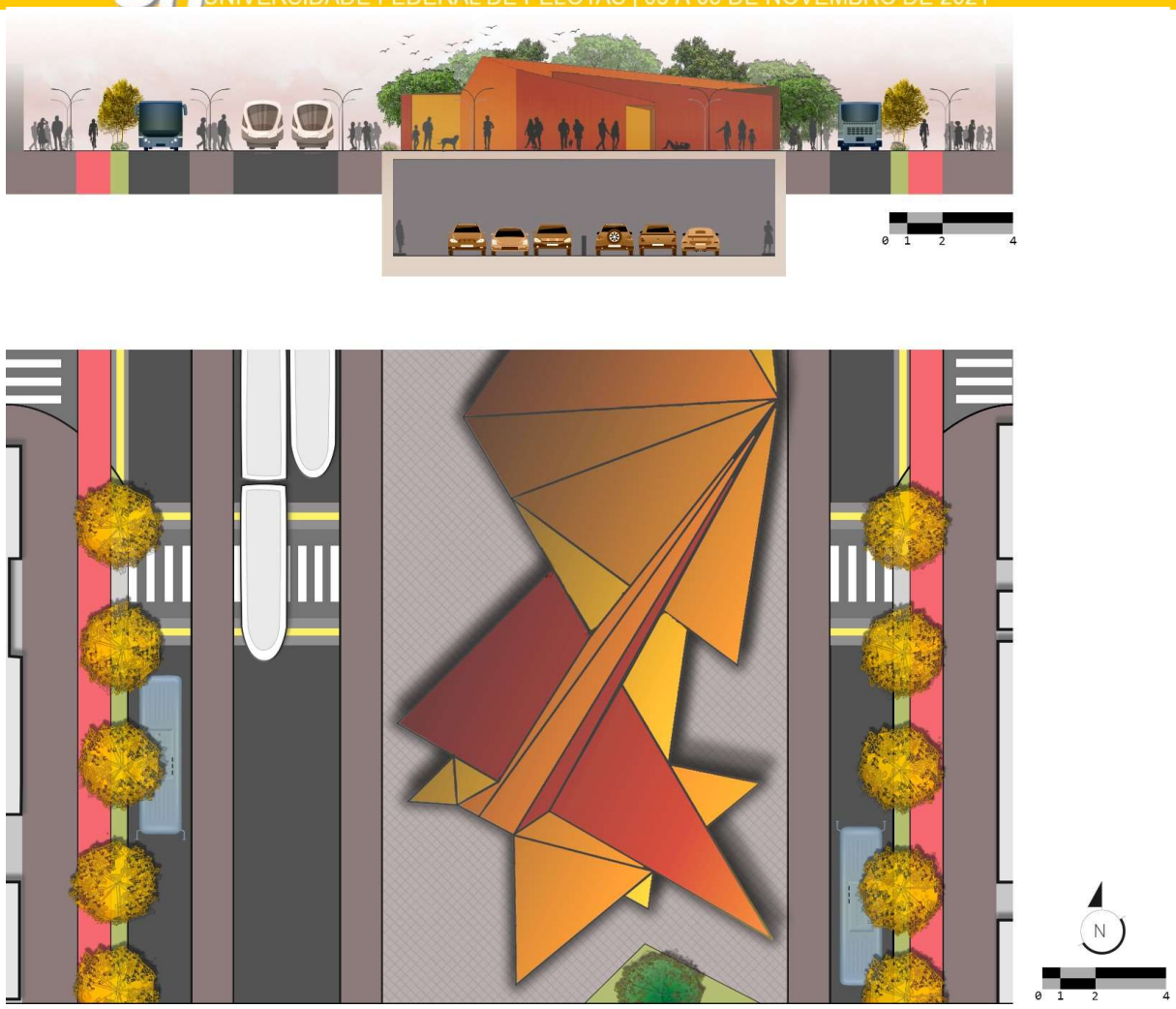


Figura 2: Proposta de requalificação da via em corte e em planta humanizada. Fonte: das autoras, 2020.



Figura 3: Imagens da via requalificada, com ciclovias, faixas de ônibus e VLT.

A proposta explorou também o projeto de um parque linear ao longo de todo a Avenida Brasil compreendida na área de intervenção. Com cerca de 29.000 m², o parque linear teve como objetivo promover um espaço público de lazer para a comunidade e contou com um vasto programa de necessidades, que inclui: um pavilhão multiuso, quadras poliesportivas, academias ao ar livre, playground, espaços de estar e de permanência, espaços fixo para feiras ao ar livre, pistas de skate, mesas de jogos e sanitários, além de ser equipado em sua totalidade com bicicletários, lixeiras orgânicas e recicláveis, pias e bebedouros (Figura 4).



Figura 4: Vistas do Parque Linear proposto na via principal. Fonte: das autoras, 2020.

Com o compromisso de incorporar a capacidade adaptativa à área de intervenção e seus habitantes, a proposta atrelou fortemente o projeto com o conceito de resiliência urbana. Dessa forma, além do acesso da população a aspectos físicos do ambiente construído (como já apresentado), as diretrizes projetuais buscaram impulsionar através do desenho urbano aspectos econômicos, sociais e políticos

Diante disso, a proposta projetual teve como intuito garantir um acesso seguro e qualificado dos espaços públicos, bem como fomentar as atividades econômicas do local, com o intuito também de transformar o Complexo da Maré em uma comunidade auto suficiente, dinâmica e com geração de empregos. Sendo assim, foi proposto a implantação de ruas multimodais (Figura 5) em pontos estratégicos e com forte atividade comercial já existente, capazes de garantir o movimento de pedestres e ciclistas[2], e de acomodar atividades comerciais para além do alinhamento frontal das edificações, possibilitando assim

[2] Conforme o Guia Global de Desenho de Ruas (2018), pessoas que caminham ou pedalam tendem a consumir em comércios varejistas locais, promovendo a sustentabilidade do bairro e da comunidade, em comparação às pessoas que se deslocam de carro. Portanto, destaca-se a importância de estimular espaços urbanos que prezam pela vitalidade atrelada ao comércio popular e ao desenho de ruas multimodais que favorecem os comércios locais e aliam-se à mobilidade urbana sustentável.

a inserção de bancos e mesas externas e, consequentemente, a apropriação espontânea do espaço das calçadas então requalificadas.

Também, a distribuição de usos e atividades no espaço urbano configura uma cidade saudável e qualificada, evitando assim deslocamentos excessivos (DUARTE, 2001), além de manter a cidade viva durante o dia e noite. Além da vivacidade e segurança urbana presente em contextos cujo comércio formal ou informal são encontrados e de certa forma estimulados, esses são também responsáveis por fomentar efeitos econômicos positivos, como o aumento das vendas e a valorização imobiliária da região.



Figura 5: Ruas com uso misto para pedestres e ciclistas. Fonte: das autoras, 2020.

CONCLUSÕES

Diante das previsões de adensamento populacional nos centros urbanos e frente às desigualdades sociais fortemente atreladas ao processo de urbanização das cidades brasileiras, a aplicação de conceitos como resiliência urbana e desenvolvimento sustentável se torna necessária e urgente para o desenvolvimento e a implantação de projetos e discussões acerca das cidades. Dessa forma, conclui-se que o projeto “Favela, viva!” apresenta grandes potenciais de uma urbanização mais inclusiva à área de projeto, além de favorecer o desenvolvimento sustentável e resiliente de sua comunidade. Por fim, por tratar-se de uma proposta cujas decisões prezam pela sustentabilidade e resiliência, o projeto apresenta a capacidade incluir comunidades em situações vulneráveis ao espaço público através de um desenho urbano de qualidade e uma arquitetura para todos, proporcionando assim um maior número de oportunidades nos centros urbanos para mais pessoas.

REFERÊNCIAS

ADGER, W.N.; Kelly, P.M.; Winkels, A.; Huy L.Q. and Locke, C. (2002). **Migration, Remittances, Livelihood Trajectories, and Social Resilience. Ambio** Jun. 31(4), pp. 358-66.

BULKELEY, H. (2013). **Cities and Climate Change.** Routledge: Oxford.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano.** Curitiba: Ipex, 2011.

EAKINS, H. and LEMOS, M.C. (2006) **Adaptation and the state: Latin America and the challenge of capacity-building under globalization.** Global Environmental Change – Human and Policy Dimensions 16(1): 7-18.

GONÇALVES, Carlos. **Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento.** urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 371-385, Ago. 2017. Online. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao15. Acesso em 17 jun. 2020.

Guia Global De Desenho De Ruas. National Association of City Transportation Officials. São Paulo, 2018.

HOLLING, C.S. (1973). **Resilience and Stability of Ecological Systems.** Annual Review of Ecology and Systematics. n. 4, pp. 1–23.

IBGE. Censo de 2010. **Áreas de Ponderação.** Online. Acesso em 15 jul. 2020. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html

LEICHENOKO. (2011). **Climate change and urban resilience.** Current Opinion in Environmental Sustainability, Vol. 3, Issue 3, pp. 164-168.

ONU-Habitat. **ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050.** Fórum ONU HABITAT. Nairóbi, Quênia, 2013. Acesso em: 17 jun. 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/.

ROY, M., HULME, D. JAHAN, F. (2013). Contrasting adaptation responses by squatters and low-income tenants in Khulna. Bangladesh Environment and Urbanisation, Vol. 25, n. 1, pp.157-176.

SATTERTHWAITE D., HUQ, S., PELLING M., REID H., LANKAO P.R. (2008). **Adapting to Climate Change in Urban Areas.** The possibilities and constraints in low- and middle-income nation. Human Settlements Discussion Paper Series, IIED available at http://www.iied.org/pubs/pdfs/10549IIED.pdf.

UIA. MARÉ-CIDADE **International ideas competition for architecture students.** Rio de Janeiro, Brazil, 2020. International Ideas Competition. Online. Acesso em: 19 jun. 2020. Disponível em: https://www.uia2021rio.archi/concurso_en.asp#itemA2.

DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA, ESTRUTURA URBANA E TAXA DE INFECÇÃO DA COVID-19 NAS REGIÕES URBANAS DE JUIZ DE FORA – MG

Bruna Gouvêa Abrantes
Universidade Federal de Juiz de Fora | Brasil
bruna.abrantes@estudante.ufjf.br

Sabrina Andrade Barbosa
Universidade Estadual do Rio de Janeiro | Brasil
s.andradebarbosa@hotmail.com

Klaus Chaves Alberto
Universidade Federal de Juiz de Fora | Brasil
klaus.alberto@ufjf.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Covid-19; Estrutura Urbana; Taxa de infecção.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 alterou o cenário mundial causando impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e de saúde pública, potencializando a desigualdade socioeconômica, principalmente em países com grande extensão territorial. No Brasil, Demenech et al. (2020) indicaram os reflexos negativos da desigualdade econômica no enfrentamento da pandemia. Enquanto os estados mais desiguais apresentaram progressões mais acentuadas nas taxas de infecção e mortalidade por COVID-19, nos menos desiguais, as incidências de casos foram mais sutis. Para Gulseven et al. (2020), a propagação da COVID-19, além de ocasionar milhões de desempregos em nível mundial, impactou as camadas mais pobres da sociedade por viverem em condições de aglomeração e com dificuldade no acesso à saúde. Entretanto, para Blundell et al. (2020) as desigualdades já estavam presentes em muitas dimensões antes da pandemia e atingiam diferentes grupos da população em relação a gênero, etnia, idade e geografia.

Além disso, Rocha, Gorne e Romualdo (2021), apontam que as áreas urbanas são especialmente vulneráveis devido à alta densidade populacional e a alta mobilidade. Na visão de Valensisi (2020), esse impacto global é explicado pela interação de três fatores. O primeiro relacionado a gravidade da crise de saúde, que em grande parte determina os custos humanos e sociais, bem como o tipo e a duração das respostas das políticas; o segundo está relacionado a natureza e magnitude da queda econômica, ligada parcialmente a questões estruturais e, finalmente, o peso relativo das pessoas agrupadas nas proximidades de cada linha de pobreza que podem ser deslocadas para a pobreza extrema pelo declínio de sua renda per capita.

Sharifi e Khavarian-Garmsir (2020) apontam que embora diferentes projetos e formas urbanas possam influenciar a dinâmica das pandemias, a literatura existente tem se concentrado principalmente em fatores relacionados à densidade. Segundo os autores, a hipótese inicial sugere que as áreas densamente povoadas e bem conectadas poderiam se tornar pontos críticos para a rápida disseminação da pandemia devido aos altos níveis de interação. A concentração de casos em algumas regiões mais populosas também foi relatada por Harris (2020), que indicou que a disseminação nos centros urbanos é potencializada devido à elevada conectividade socioeconômica de suas atividades e serviços e ao transporte público. No entanto, para Sharifi e Khavarian-Gaarmsir (2020) as evidências relatadas sobre a associação entre densidade e COVID-19 são contrastantes e inconclusivas. Assim, considerando os diferentes contextos urbanos, a seguinte questão é levantada: O nível de desigualdade socioeconômica e a estrutura urbana interferem na taxa de contaminação dos municípios? Deste modo, a partir de uma investigação na cidade de Juiz de Fora – MG, o objetivo desse trabalho consiste em identificar a interferência dos fatores socioeconômicos e da estrutura urbana no espraiamento da contaminação da COVID-19 entre as regiões urbanas.

METODOLOGIA

Caracterização do município

O município de Juiz de Fora pertence à Mesorregião da Zona da Mata Mineira e ocupa uma área de 1.429,875 km². Ele é formado pela sede (725,975 km²) e pelos distritos de Torreões (374,5 km²), Rosário de Minas (225,6km²) e Sarandira (103,8km²) (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2021). De acordo com o IBGE, Juiz de Fora é a quarta cidade mais populosa do estado de Minas Gerais com 516.247 habitantes, densidade demográfica de 359,59 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,778 (IBGE CIDADES, 2021).

A Lei Municipal Nº 6910/86 que dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo no município divide o território em Área Urbana, subdivida em Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana, e a Área Rural. Pela Lei Nº 7619/89, a Área Urbana foi subdivida em 81 Regiões Urbanas (RU's) para fins de planejamento e desenvolvimento de ações visando o ordenamento do crescimento da cidade. Dessa forma, as 81 Regiões Urbanas, conforme apresentadas na Figura 1, foram escolhidas como unidades de análise para esse estudo, uma vez que constituem-se em unidades menores e mais homogêneas cujo limites físicos correspondem às informações dos setores censitários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

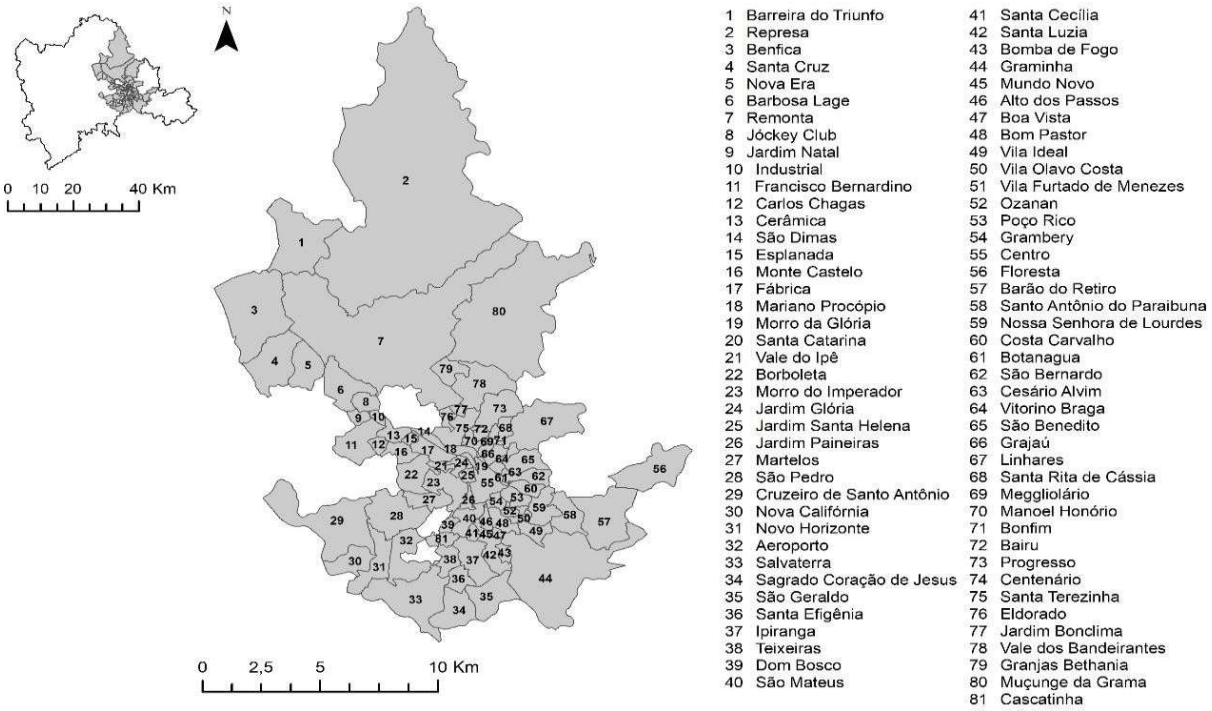


Figura 1: Distribuição das Regiões Urbanas no Distrito sede. Fonte: Os autores, 2021.

Coleta e tratamento dos dados

Os dados referentes à estimativa da população residente suspeita e infectada pela COVID-19 por localidade foram coletados através do Portal de Dados Abertos[1] da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. A plataforma contemplava 44.583 casos confirmados no período de março de 2020 a 14 de setembro de 2021, destes 26.542 estavam georreferenciados. Para este estudo foram utilizados apenas os dados georreferenciados que foram organizados em uma planilha no software Microsoft Office Excel 2007 e, em seguida, foram distribuídas de acordo com as Regiões Urbanas a qual pertenciam, excluindo 75 confirmados que não estavam inseridas no limite físico da área urbana do distrito sede, totalizando 26.467.

As informações referentes à população residente e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita das regiões urbanas foram extraidas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Para a estimativa da densidade populacional considerou-se a área dos bairros em quilômetros quadrados informada pelo software ArcGis (versão 10.5). Os dados foram dispostos na planilha para a análise e construção das tabelas e dos gráficos.

Os resultados são apresentados em três subtópicos. Inicialmente, foi ilustrada a caracterização da amostra que avalia a média, o desvio padrão e a quantidade de casos confirmados e suspeitos nas 81 regiões urbanas. Em seguida é apresentada a relação entre a taxa de infecção, obtida por meio da relação entre o número de infectados e a população total de cada localidade e a densidade demográfica e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita.

[1] https://experience.arcgis.com/experience/255d43f95ef1446e959a20e568f2a04e/

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização da amostra

Os casos da Covid-19 no município de Juiz de Fora, conforme divulgado pelo boletim epidemiológico[2] no período em análise, contabilizaram 44.583 infectados. Avaliando os dados das 81 Regiões Urbanas, a amostra de 26.467 de casos confirmados representa 59,36% do total da população infectada e 94,17% do total de suspeitos. O número de casos confirmados nas regiões urbanas variou de 1 a 2.063 infectados por região, com média de 314 e desvio padrão de 311, indicando grande dispersão entre as regiões. O mesmo cenário foi observado para os casos suspeitos, onde o menor e o maior valor corresponderam a 4 e 6.035 notificações, com média de 1.197 suspeitos por região e desvio padrão de 1.052 (Tabela 1).

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Confirmados	314,40	311,51	1	2.063
Suspeitos	1.197,60	1.052,56	4	6.035
População	6.065,59	5.206,98	159	23.045

Tabela 1: Análise exploratória das variáveis no conjunto das Regiões Urbanas. Fonte: Os autores, 2021.

As Regiões Urbanas Centro, São Mateus, São Pedro e Benfica apresentaram o maior número de casos confirmados e suspeitos em valores absolutos, contabilizando, respectivamente, 2.063, 1.112, 995 e 980 infectados e 6.035, 3.817, 3.585, 3.252 suspeitos. Essas quatro RU's também estão entre as dez regiões com a maior população e o maior rendimento domiciliar mensal per capta. Em contrapartida, as regiões Represa, Botanagua, São Dimas e Cesário Alvim apresentaram, nessa ordem, 1,6,6 e 8 infectados e 4, 12, 34 e 22 suspeitos e estão entre as doze regiões com o menor número de habitantes e entre as 14 regiões com o menor rendimento domiciliar mensal per capta. A Figura 2 ilustra a distribuição dos casos confirmados em valores absolutos por Região Urbana.

[2] https://covid19.pjf.mg.gov.br/arquivos/boletim_140921.pdf

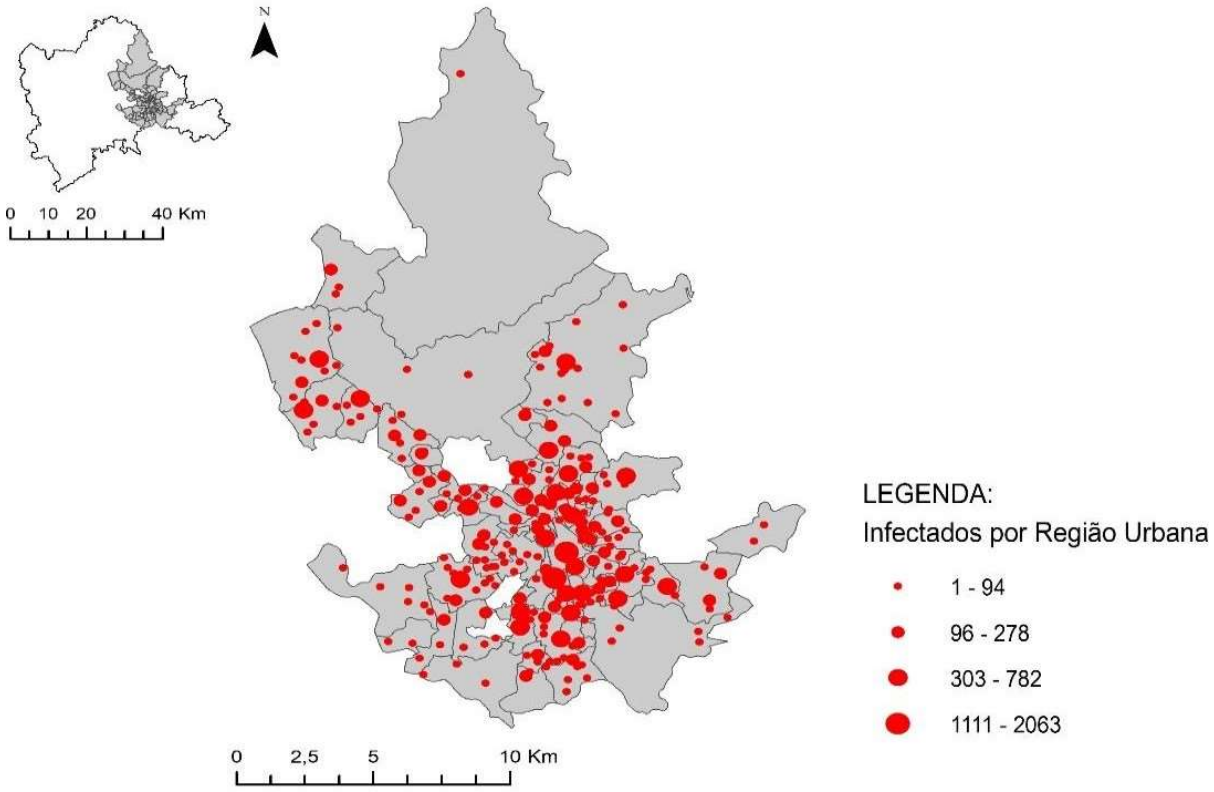


Figura 2: Distribuição dos casos confirmados por Região Urbana. Fonte: Os autores, 2021.

Taxa de infecção e densidade demográfica

Avaliando a relação entre a população total e a população infectada das Regiões Urbanas verificou-se, conforme apresentado no Gráfico 1, a existência de uma tendência linear direta entre essas variáveis com um coeficiente de determinação de 77%, o que indica bom ajuste dos dados. Isso mostra que as regiões mais populosas são as que apresentaram taxas de infecção mais elevadas

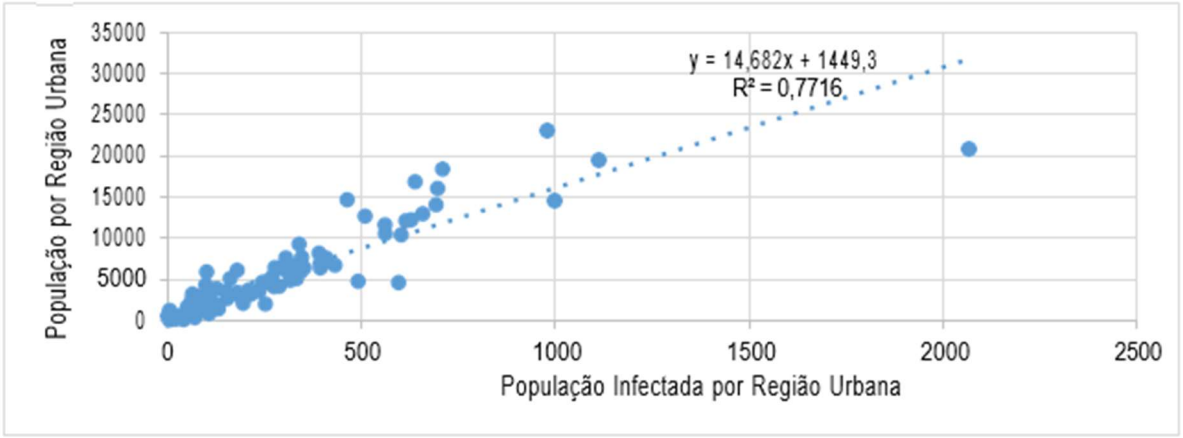


Gráfico 1: Taxa de infecção: Distribuição dos casos confirmados por Região Urbana. Fonte: Os autores, 2021.

Contudo, ao observar as oscilações da curva da taxa de infecção pelo coronavírus em relação à densidade demográfica das Regiões Urbanas em Juiz de Fora, percebe-se a inexistência de uma relação

direta entre elas. Observa-se, através do Gráfico 2, que as regiões com baixa densidade demográfica, como Nova Califórnia, Remonta, Novo Horizonte e Cruzeiro de Santo Antônio, apresentaram as maiores taxas de infecção. Isso também foi observado por Sharifi e Khavarian-Gaarmsir (2020) nos Estados Unidos e na Holanda.

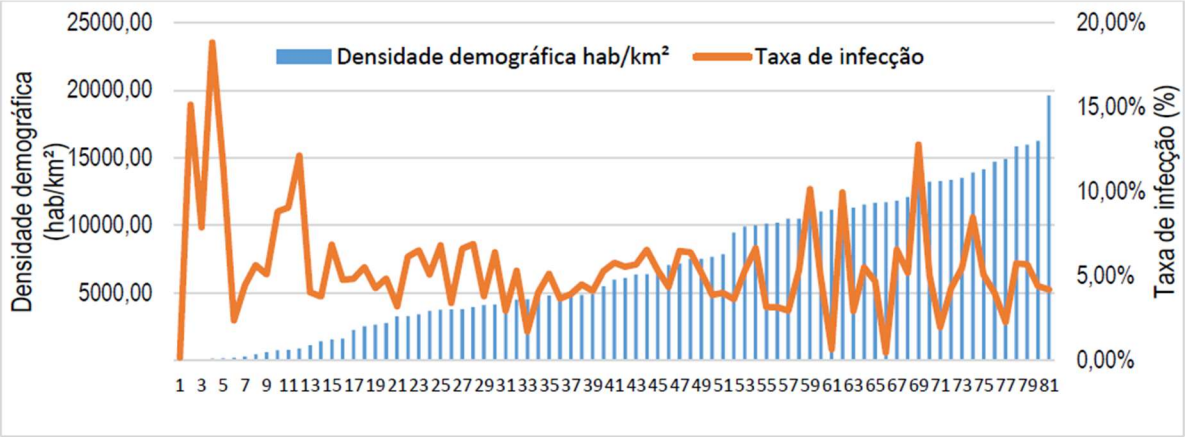


Gráfico 2: Densidade demográfica e taxa de infectados por Região Urbana. Fonte: Os autores, 2021.

Taxa de infecção e situação socioeconômica

Segundo Sharifi e Khavarian-Gaarmsir (2020), a pandemia evidenciou as desigualdades e as lacunas sociais que existem em muitas sociedades. Para os autores, existem preocupações de que as desigualdades podem não apenas tornar a mitigação um desafio, como também resultar em uma maior difusão do vírus. Para Pires, Carvalho e Xavier (2020), esse efeito desproporcional da COVID-19 entre os mais vulneráveis já era esperado considerando os altos níveis de desigualdade de renda e de acesso a serviços no Brasil.

Em relação à vulnerabilidade econômica e a infecção da COVID-19 entre as 81 Regiões Urbanas, observa-se, conforme ilustrado no Gráfico 3, que os resultados encontrados evidenciam um padrão heterogêneo entre as RU's com baixa renda. No extrato de rendimento domiciliar per capta de zero a mil, as regiões Nova Califórnia e Remonta apresentaram altas taxas de infecção ao contrário das regiões Represa, Botanagua, Vila Ozanan e Cesário Alvim que exibiram baixas taxas de infecção.

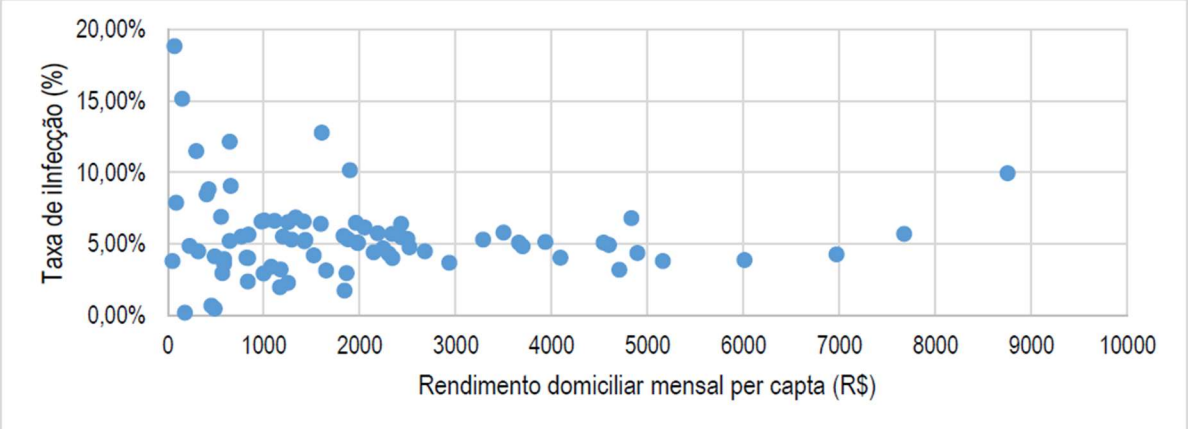


Gráfico 3: Rendimento domiciliar mensal per capta e a taxa de infectados por Região Urbana. Fonte: Os autores, 2021.

CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo identificar a interferência dos fatores socioeconômicos e da estrutura urbana no espraiamento da contaminação da COVID-19 entre as regiões urbanas. Os resultados apontam para a inexistência de uma relação entre a taxa de infecção e a densidade em Juiz de Fora, embora exista uma tendência de que os maiores números de casos se concentram nas regiões mais populosas. Além disso, não foram encontradas relações claras entre a taxa de infecção e o rendimento domiciliar mensal per capta. Tendo em vista que este é um tema ainda a ser explorado, esse estudo, embora sem conclusões absolutas, contribui para o entendimento inicial do comportamento da infecção da COVID-19.

Entretanto, destaca-se como obstáculos iniciais para este tipo de pesquisa a dificuldade de obtenção de dados atualizados na cidade e a limitação do número da amostra, que não representa o total divulgado e limitam análises mais robustas. Portanto, estudos futuros que contemplem fatores relacionados ao espaço urbano, ao uso e ocupação do solo, ao sistema viário e à presença e dimensão de espaços verdes e de recreação analisados por meio de técnicas estatísticas são fundamentais para avaliar o potencial de contaminação e contribuir com a articulação e implementação de futuras políticas públicas para o planejamento urbano, considerando os agravos de saúde.

REFERÊNCIAS

BLUNDELL, Richard; DIAS, Monica Costa; JOYCE, Robert; XU, Xiaowei. ‘‘Covid-19 and Inequalities’’**. Fiscal Studies**. Vol. 41, N. 2, pp. 291-319, 2020.

DEMENECH, Lauro Miranda; DUMITH, Samuel de Carvalho; VIEIRA, Maria Eduarda Centena Duarte; NEIVA-SILVA, Lucas. ‘‘Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil’’. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** Vol. 23, pp. 1-12, 2020.

GULSEVEN, Osman.; AL HARMOODI, Fatima; AL FALASI, Majid; ALSHOMALI, Ibrahim. **‘‘How the COVID-19 Pandemic Will Affect the UN Sustainable Development Goals?’’** SSRN. 2020.

HARRIS, Jeffrey. ‘‘The subways seeded the massive coronavirus epidemic in New York City’’. **National Bureau of Economic Research.** 2020.

IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados do Brasil. Disponível em< https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>.

Pires Luiza Nassif, Carvalho Laura, Xavier Laura de Lima. ‘‘COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil’’. **Experiment Findings.** 2020.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. A Cidade – Características Gerais. Disponível em: < https://pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/mapa_central.php>.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Lei Nº 6910/86** - de 31 de maio de 1986.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**. Lei Nº 7619/89** – de 13 de outubro de 1989.

ROCHA, Cézar Henrique Barra; GORNE, Íris Batista; ROMUALDO, Sanderson dos Santos. Como a pandemia de Covid-19 está afetando os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. In: I CONGRESSO LATINOAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PÓS PANDEMIA: COMO SERÁ O MUNDO DEPOIS DA CRISE? 2021.

VALENSISI, Giovanni. ‘‘COVID-19 and Global Poverty: Are LDCs Being Left Behind?’’. **The European Journal of Development Research.** Vol.32, pp. 1535–1557, 2020.

SHARIFI, Ayyoob; KHAVARIAN-GARMSIR, Amir. ‘‘The COVID-19 pandemic: Impacts on cities and major lessons for urban planning, design, and management’’. **Science of Total Environment**. Vol. 749, pp. 1-14, 2020.

ESTRATEGIAS DE MITIGACIÓN FRENTE A LA INDUSTRIALIZACIÓN DEL BORDE COSTERO DE LA BAHÍA DE CORONEL-CHILE

Edgar-Eduardo Roa-Castillo
Universidad La Gran Colombia | Colômbia
edgar.roa@ugc.edu.co

Carlos Andrés Hernández Arriagada
Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil
carlos.arriagada@mackenzie.br:

Carlos Murdoch
Universidade Veiga de Almeida | Brasil

Claudia Lima Garcia
Universidad de Concepción | Chile

Paula Von Zeska
Universidade de Sao Paulo | Brasil

Glaucia Garcia
Universidade de Sao Paulo | Brasil

Nicolás F. Parra-Urbina
Universidad de Concepción | Chile

Catalina Garcia
Universidad de Concepción | Chile

ALUMNOS PESQUISADORES
Universidade Presbiteriana Mackenzie: Beatriz Duarte, Bruna Leticia, Glovana Gravellos, Guilherme Gallo, Isabella Sposito, Leticia Perez, Luciana Junqueira, Luiza Capucci, Mariana Chaves Moura, Mariana Ragazzi, Paola Serafim, Raquel Zamboni.
Universidad de Concepción: Eduardo Riffo

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
(x) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: Planeación Urbana; Patrimonio; Café; Urbanismo; Espacio Público.

RESUMEN

La ciudad de coronel al sur de chile, localizada en la región del bio bio- concepción, se caracteriza por las intemperies climáticas en un sector altamente productivo, donde existe el dialogo entre el tercer puerto productivo chileno y la caleta lo rojas, siendo esta, una de las caletas más resilientes del territorio nacional, que concentra un modelo resiliente que ha afrontado las desigualdades sociales desde el inicio

del siglo, actualmente, compiten estos agentes en el territorio y son impactados por las productoras de energía que existen en la ciudad de coronel, el territorio presenta características históricas de zonas productivas de minería, sectores verdes como atractivo turístico, y la ciudad es el actual modelo de combate a la contaminación de un territorio.

El objetivo de la investigación se enmarca en proponer estrategias multidisciplinares que permitan resolver problemáticas referidas al deterioro del borde costero de la bahía de coronel y su área inmediata, promoviendo el impulso de economías intermedias y la conectividad, aplicadas en Caleta lo Rojas, como zona estratégica dentro del área de estudio.

EXPERIÊNCIAS DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY ATRAVÉS DA *COLLAGE*

Aline Nascimento dos Santos
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
aline008santos@gmail.com

Eduardo Silva
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
duardsv@gmail.com

Eduardo Rocha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
amigodudu@yahoo.com.br

Taís Beltrame dos Santos
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
tais.beltrame@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Cartografia; Collage; Fronteira.

INTRODUÇÃO

A *collage* é a produção do novo a partir de uma composição de elementos já existentes. Com base nesse conceito, produzo um novo olhar sobre a linha de Fronteira Brasil-Uruguay, percorrendo os registros feitos pelo grupo de 16 pesquisadores durante uma viagem em 2018 por esses territórios. A *collage* surge como um método para produzir novas trajetórias sobre a linha fronteiriça, baseadas no meu olhar como uma pesquisadora de fora, que não participou da viagem, mas que mostra sua visão. Essa pesquisa, é um desdobramento do projeto "Travessias na linha de fronteira Brasil – Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público de cidades-gêmeas". O projeto tem como objetivo principal investigar o uso do espaço público na linha de fronteira Brasil-Uruguay definida pelas cidades: Chuí-Chuy, Jaguarão Rio Branco, Aceguá-Acegua, Santana do Livramento – Rivera, Barra do Quaraí – Bella Unión e Quaraí Artigas, mapeando por meio da cartografia urbana os fenômenos urbanos próprios da contemporaneidade (ROCHA, 2017).

Collage é um tema bastante abrangente e que pode servir como denúncia, contar uma história ou até mesmo demonstrar a realidade da cidade. Segundo Fuão, as etapas dessa trajetória amorosa segundo o livro são: o recorte, o fragmento ou figura, os encontros e a cola. Diferentemente da "colagem", esse método é feito com um objetivo mais afetivo do que apenas colar, o que possibilita a realização de novos encontros e a construção de uma narrativa através desses objetos já existentes. Baseada nas etapas da *collage* (FUÃO, 2011), utilizo esse procedimento como uma forma de expressar minha visão sobre as cidades fronteiriças.

A cartografia sensível nos permite analisar o levantamento dos viajantes e é nesse processo que surgem os questionamentos, as dúvidas, os objetivos e consequentemente um caminho para essa investigação. A *collage* surge como uma ferramenta para demonstrar esses fenômenos urbanísticos que existem na fronteira. Os fragmentos retirados das capturas desses viajantes, se encontram em outro contexto na *collage*, esses elementos produzem novas histórias e dão a *collage* uma nova narrativa com o objetivo de passar uma mensagem completamente diferente da captura inicial. A produção da minha pesquisa foi baseada no olhar fotográfico desses pesquisadores e escolhi a cidade fronteiriça Chui-Chuy. Ela foi escolhida dentre tantas porque é a cidade que tenho mais intimidade, e foi uma das primeiras que desconstruí por meio da *collage*.

Fragmentos

Segundo o Fuão, para *collage*, um fragmento pode ser uma fotografia, um recorte de fotografia, um pedaço de papel (2011). Esse fragmento é um recorte de um todo maior, que foi selecionado e escolhido pelo autor para que ele se torne algo totalmente novo. Para entender melhor como esses fragmentos funcionam nesse processo é imprescindível que também se fale sobre a fotografia e a relação entre ambos. Uma fotografia seria um fragmento da realidade capturado pela perspectiva do fotógrafo, esse pequeno clique transforma tudo ao seu redor em objetos parados no tempo e que logo depois podem se tornar fragmentos de uma outra narrativa na *collage*. A ideia dessa pesquisa é justamente fazer com que esses elementos que foram capturados pelo olhar do outro, sejam recortados dessa narrativa e colocados em outra. Esses fragmentos na *collage* surgem com outro objetivo e significado, ele traz novas histórias e um novo olhar para essa temática.

Um dos processos desse método é analisar as imagens e fazer pequenos recortes mentais (fragmentos) e ir pensando em como aquele objeto, junto com outros, formariam a narrativa esperada. A *collage* surge com um dos objetivos de retirar a superficialidade que existem nessas figuras e fazer com que elas tenham um significado maior. A fotografia é um fragmento que produz o primeiro corte na cidade, no mundo e nos objetos que estão à volta. Não é somente a câmera fotográfica que produz esses fragmentos, ao analisar as imagens, nosso olho faz o segundo recorte nas imagens a procura de objetos que serão utilizados na produção da *collage*. E então somente depois desses dois recortes, é que finalmente utilizamos o recorte (físico ou digital) para retirarmos esses fragmentos de um todo e inserir ele em outro contexto, para assim podemos dar outro sentido para o objeto.

É retirando esses objetos da sua primeira captura, e colocando eles em um outro contexto que demonstro minha percepção da fronteira na contemporaneidade. A linha de fronteira pode ser entendida como o traçado imaginário que delimita territorialmente onde acaba a jurisdição de um país e começa de outro (MAIA, 2019), essa linha pode ser entendida de duas formas: uma linha que separa dois países ou então uma linha imaginária que une dois países. Essa linha não é estática como vemos em mapas geográficos, ela possui vida, barulho, lembranças, objetos significativos.

METODOLOGIA

A fronteira não é linha, nem demarcação meramente espacial ou temporal entre dois pontos ou territórios (MAIA, 2019). A linha de fronteira Brasil-Uruguay está em completo movimento e transformação, é através da cartografia que existe a possibilidade de falar sobre esses fenômenos. Essas cidades não

estão presas a uma malha que organiza onde inicia e termina essa linha imaginária, elas estão em constante mudança, crescendo, mudando sua história, questionando seus marcos, seus nomes de ruas.

A cartografia urbana sensível é um método que ultrapassa a representação de um objeto, ela tem o foco em acompanhar os processos não o de quem busca respostas ou motivos pré-estabelecidos (MAIA, 2019). Essa metodologia é muito flexível e nos proporciona analisar esse levantamento com um olhar bastante reflexivo sobre tudo o que já produzimos. É através desse olhar sensível que proponho uma reflexão sobre as coisas do cotidiano e os objetos que são considerados um marco nas cidades gêmeas.

Ao mapear as imagens de cada cidade fronteiriça me atento a olhar a imagem como um todo e bem como os os possíveis fragmentos que podem ser utilizados na *collage.* A cartografia urbana sensível é um método que inscreve as invisibilidades da cidade e se transforma em uma ferramenta em que se é possível trabalhar com os fenômenos da contemporaneidade através de *collage.*

É através da cartografia que se torna possível demonstrar que o cotidiano da fronteira do Brasil-Uruguay vai além de apenas comércios. A *collage* reuniu fragmentos do acervo fotográfico com o objetivo de dar outro contexto para eles. Os objetos do cotidiano e elementos - que considero - marcantes, que aparecem nessas *collage* são colocados juntos justamente para transmitir essa ideia. Durante toda a produção, não foi feito nenhum estudo prévio sobre como estariam essas cidades agora ou sobre como elas são sob o olhar de outras pessoas. A ideia de usar o rastro de outros pesquisadores e retirar da fotografia deles uma narrativa para a minha pesquisa foi uma das maneiras que achei para a minha produção de novas histórias.

Ao observar os rastros deixados por outros pesquisadores, podemos ver em cada captura uma linha completamente diferente das que vemos em mapas geográficos. A cartografia sensível, nos permite mostrar como essa linha é no cotidiano, de mostrar que a fronteira do Brasil-Uruguay vai além de apenas comércios. A *collage* reuniu fragmentos do acervo fotográfico com o objetivo de dar outro contexto para eles. Os objetos do cotidiano e elementos - que considero - marcantes, que aparecem nessas *collage* são colocados juntos justamente para transmitir essa ideia. Durante toda a produção, não foi feito nenhum estudo prévio sobre como estariam essas cidades agora ou sobre como elas são sob o olhar de outras pessoas. A ideia de usar o rastro de outros pesquisadores e retirar da fotografia deles uma narrativa para a minha pesquisa foi o método que achei mais apropriado para a minha produção de novas histórias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As *collage* surgiram com o intuito de utilizar objetos do cotidiano - marcos, árvores, bancos, lojas- tudo aquilo que poderia ser considerado significante para a população dessas cidades. O objetivo dessas *collage* era fazer recorte de fragmentos do cotidiano e dar outro significado, mostrar os fenômenos urbanísticos que existem entre esses países. Em todo processo foi pensado em utilizar elementos que estivessem presentes em ambos os países e que poderiam ser significativos tanto para o Brasil como para o Uruguai.



Figuras 1 e 2: *Collage* feita pela autora. Fonte: Aline Santos, 2021.

A primeira *collage* produzida foi a de Chuí-Chuy, pois era uma das cidades que tinha visitado alguns anos atrás e que ainda lembrava um pouco sobre como era. A presença de lojas de free shop nessas cidades fronteiriças é bastante forte, grande parte da população que mora no Rio Grande do Sul e vive perto de cidades fronteiriças viajam até essas cidades para fazer compras, por conta da diversidade dos produtos e preços. Ao olhar o levantamento feito por outras pessoas, tentei fazer pequenos recortes mentais sobre quais objetos poderiam ser retirados daquela captura e poderiam ser utilizados em uma nova trajetória. Para representar esse comércio tão conhecido aqui no Sul, foram recortadas fachadas de lojas, outdoors, placas e manequins com a finalidade de demonstrar uma das principais características dessas cidades: o comércio. O marco que delimita onde começa um país e termina o outro está presente como uma forma de afirmar que existe uma linha de fronteira entre essas cidades e que essa linha serve tanto para unir ambos os países como também para separar. Objetos como bancos, placas, marcos que delimitam os países, rios, outdoors, fachadas de lojas, surgem aqui com o objetivo de demonstrar que essas cidades têm suas próprias características. Que podem ser conhecidas pelo seu comércio, mas que também possuem outras características que fazem delas serem tão únicas.

CONCLUSÕES

Na pesquisa a *collage* surge como uma ferramenta para demonstrar esses fenômenos urbanísticos que existem na fronteira. Os objetos do cotidiano e elementos - que considero - marcantes, que aparecem nessas *collage* são colocados juntos para dar outro contexto e trazerem reflexões. Essas cidades fronteiriças são divididas por uma linha imaginária entre dois países, essa divisão vai além do que nos é

mostrado em mapas políticos. A fronteira pulsa diferença ao mesmo tempo, existem várias coisas em comum e que podem ter vários significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUÃO, Fernando Freitas. **A colllage como trajetória amorosa**/Fernando Freitas Fuão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 120 p.

MAIA, Lorena Resende. **Cartografia urbana na linha de fronteira**: Travessias nas cidades gêmeas Brasil-Uruguay. Pelotas, 2019.

FAURB NO BAIRRO

O projeto tem por objetivo aproximar a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, com os bairros da cidade de Pelotas, RS - Brasil, a fim de praticar a cidade e estar em contato com as ruas, os bairros e as pessoas.

Pâmela Padilha Silveira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
pamelasilveira01@hotmail.com

Eduardo Rocha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
amigodudu@yahoo.com.br

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: faurb; bairro; comunidade; mapeamento; caminhabilidade

INTRODUÇÃO

O projeto denominado “FAUrb no Bairro” visa a aproximação da universidade com a comunidade a partir da criação de ações de extensão, estas ações se dão a partir da cartografia sensível e dos seguintes procedimentos metodológicos: diagnóstico e mapeamento do bairro, a caminhada por transurbância (CARERI, 2013), levantamentos em vídeo e fotográficos, encontros no bairro, “pequenos” projetos arquitetônicos e/ou urbanos, execução dos projetos e avaliações de ações, propondo atividades relacionadas à arquitetura e urbanismo em conjunto com os moradores das áreas, chamados de “pequenos” projetos (um banco na praça, um brinquedo para as crianças, plantar árvores, lixeiras, equipamentos etc.).

O projeto propõe criar e fortalecer os vínculos entre a universidade e as comunidades, como já sugerido segundo Fuão (2012, blogspot) “Mas o papel da Universidade deve ir além desse engajar-se ou tomar posição. Ela deve atuar e interferir diretamente sobre esses problemas que estão lá fora, distantes de seu mundo fechado e indiferente; às vezes, até intocáveis.”, para isto, o planejamento do projeto prevê a permanência no bairro por um semestre letivo e assim consecutivamente: conhecendo, experimentando e interagindo com os bairros. Dessa forma, esse projeto busca fomentar a interlocução entre o fazer-urbano e o saber-urbano, aproximando diversos agentes que modificam e planejam as cidades.

METODOLOGIA

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel vem se aproximando da comunidade através de projetos de pesquisa, ensino e extensão ao longo dos anos, dentre os quais, alguns descritos abaixo:

- **"Senso de Lugar como Política Pública para Promover Cidades Saudáveis:** que busca compilar ações que estão sendo desenvolvidas no Laboratório de Estudos Comportamentais da Universidade Federal de Pelotas, no Brasil, visando o estudo da percepção do usuário, considerando a qualidade visual e sensorial da cidade, do patrimônio e do ambiente escolar para a criação de metodologias participativas e diretrizes para políticas públicas baseadas no Senso de Lugar."
- **"Metodologias Participativas no Ensino da Arquitetura e Urbanismo:** este projeto busca desenvolver, junto às disciplinas de ensino em arquitetura e urbanismo, a discussão e aplicação de métodos participativos junto a comunidades vulneráveis. A arquitetura e o urbanismo devem ser pensados e projetados para atender as necessidades das pessoas. Desse modo, é necessário que o estudante conheça as ferramentas metodológicas que possam ser aplicadas para que se conheça bem tais necessidades. A diversidade humana e os múltiplos fatores a serem considerados em um projeto de arquitetura e urbanismo, torna a atividade projetual bastante complexa, requerendo uma formação ampla, que inclui domínios artísticos, sociais, éticos e técnicos, visando a solução de problemas multifacetados. As disciplinas em que são aplicadas essa abordagem metodológica são: Ateliê de Concursos e Ateliê de Habitação de Interesse Social, do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (Brasil) durante os semestres de 2020 e 2021."
- **"Envelhecimento no mundo das desigualdades: como projetar cidades saudáveis para todos:** o projeto 'Envelhecimento no mundo das desigualdades: como projetar cidades saudáveis para todos' consistiu na organização do Simpósio Internacional '2019 IAPS Symposium Ageing in Place in a World of Inequalities: How to Design Healthy Cities for All', o qual trouxe ao Brasil pesquisadores de diversos países – Espanha, Austrália, Chile, Japão, Brasil, para debater como planejar cidades saudáveis para todas as gerações, respondendo a diferentes impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. O Simpósio partiu do entendimento que simplesmente mudar a forma construída não é suficiente para criar um ambiente mais inclusivo para o envelhecimento, pois os lugares são mais do que espaços físicos. Ambientes viáveis são articulados através de um forte sentido de lugar, definido pelos vínculos sociais, psicológicos e emocionais que as pessoas têm com seu ambiente. Um forte senso de lugar resulta do acesso a apoios para participação ativa, oportunidades para construir e sustentar redes sociais e assumir um papel significativo na comunidade. Em contraste, um sentimento de exclusão ou falta de oportunidades de participação na comunidade está associado à alienação, ao isolamento e à solidão, muitas vezes resultando em problemas diversos de saúde e bem-estar, particularmente entre os idosos vulneráveis. Socialmente, a criação de ambientes urbanos amigáveis ao envelhecimento que apoiam o sentido de lugar são parte integrante do envelhecimento bem-sucedido, garantindo que as pessoas possam continuar a contribuir positivamente na velhice, atrasando a necessidade de cuidados institucionais e reduzindo os custos de saúde e assistência social."
- **"Inserção de TIC em Mapas Mentais – Busca da Percepção do Coletivo:** O projeto busca criar uma ferramenta digital de auxílio a criação de mapas mentais coletivos sobre a leitura do espaço urbano. Parte dos conceitos de Lynch sobre a legibilidade urbana e insere uma linguagem digital substituindo a analógica na criação dos mapas. Trabalha com dois tipos de usuários: o acadêmico e o público, identificando semelhanças e diferenças nas suas representações digitais."

- **"Mobiliários para habitação social: proposta de reutilização de paletes e sua percepção e aceitação pelos usuários:** a pesquisa tem como objetivo geral desenvolver mobiliários com material reaproveitável e identificar, através da percepção de usuários, qual a receptividade do uso destes materiais reutilizados em móveis para Habitação de Interesse Social. Também tem por objetivo investigar a percepção do usuário após o uso do design de produto, tal como a reutilização de paletes como matéria prima. Tem também por 6 proposito apresentar produtos com qualidade ergonômica funcional, soluções técnicas adequadas, preço apropriado e o mínimo de impacto ao meio ambiente, mostrando que é possível otimizar funcionalidade e custos. Para alcançar tais objetivos, serão apresentados como experimentos a proposta de mobiliários em tamanho volumétrico reduzido aos usuários, ou seja, através do uso de maquetes constituídas a partir da apropriação das tecnologias avançadas de representação. Dentre essas tecnologias avançadas escolheu-se o corte a laser para configurar os móveis tidos como prioritários aos ambientes das moradias. A pesquisa atuará como um processo também de inclusão e experimentação de processos participativos com uso de novas tecnologias de representação através desses mobiliários reduzidos que serão apresentados aos moradores de HIS."
- **"Análise de Inserção Urbana de Habitação de Interesse Social em Pelotas RS- Estudo de caso para Minha Casa Minha Vida:** a pesquisa tem como objetivo verificar como se dá a preocupação, por parte dos agentes atuantes no processo de promoção da Política de Habitação de Interesse Social, quanto a aspectos relativos ao modo como o usuário destas habitações irá se relacionar com a infraestrutura e serviços urbanos existentes ao seu redor, em termos de necessidades básicas de interação social. Dimensionar como esta infraestrutura está disposta, em dois empreendimento de HIS presente na cidade de Pelotas, um condomínio de lotes e outro conjunto habitacional. Justifica-se à medida que este programa MCMV avança a passos largos na política de gestão da habitação social brasileira, desde o final da última década, e sob o olhar de uma avaliação preliminar, tais aspectos abordados neste trabalho, como o dimensionamento da oferta de condições de infraestrutura e serviços urbanos para a população, não são percebidos como prioritários."

O LabUrb, Laboratório de Urbanismo, a partir de experiências anteriores, desenvolveu o projeto "FAUrb no Bairro", com o intuito de aproximar os discentes da comunidade. Sabe-se, sobretudo na contemporaneidade, que ir ao encontro com os diversos atores que constituem e moldam a cidade vivida é fundamental para desconstruir a universidade e o planejamento homogeneizador. Ir ao encontro com às pluralidades que configuram a vida nas cidades é um dever ético e fundamental para realização da educação, tanto no âmbito da pesquisa, ensino e extensão. Dessa forma, esse projeto busca fomentar a interlocução entre o fazer-urbano e o saber-urbano, aproximando os diversos agentes que modificam e planejam as cidades.

A metodologia será a caminhografia urbana (ROCHA; PAESE, 2021), tendo como origens a cartografia sensível, o caminhar por transurbância e as cartografias sociais. Tudo pensado e realizado na comunidade (na rua, na praça, na escola, etc.), em um encontro semanal, com permanência de um semestre letivo da UFPel por bairro. Os procedimentos são: diagnóstico e mapeamento do bairro, a caminhada por transurbância, levantamentos em vídeo e fotográficos, encontros no bairro, "pequenos" projetos arquitetônicos e/ou urbanos, execução dos projetos e avaliação da ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto está em fase inicial de implantação e adaptação as atividades remotas devido a pandemia do COVID 19. A adaptação vem sendo feita a partir de atividades on-line: reuniões, debates e oficinas. Indicadores e metas:

META 1: diagnóstico e mapeamento prévio do bairro. Indicador 1: produção de mapas com pontos principais e plano de visita.

META 2: contato prévio com a comunidade e seus referentes. Indicador 2: marcar primeira visita.

META 3: caminhada exploratória pelo bairro, ouvindo vozes. Indicador 3: anotações, imagens e mapas feitos durante essa caminhada.

META 4: cronograma de encontros *in loco* – no bairro – com a presença de referentes da comunidade. Indicador 4: encontros semanais, à tarde, durante um semestre letivo da UFPel.

META 5: definição de "pequenos" projetos de arquitetura e urbanismo para o bairro. Indicador: lista com prioridades e viabilidade de propostas.

META 6: planejar uma proposta para o bairro. Indicador 6: desenhos e croquis da proposta.

META 7: captação de recursos e compra/reciclagem de material. Indicador 7: compra/reciclagem do material.

META 8: execução do projeto na escala 1×1. Indicador: implantação/construção de um projeto no bairro.

META 9: avaliação do projeto. Indicador 9: reunião de avaliação final.

CONCLUSÕES

O projeto encontra-se em fase inicial e de concepção do site para a pesquisa disponível on-line para consulta através do link on-line: https://wp.ufpel.edu.br/faurbnobairro/. Onde encontra-se dados e informações sobre o projeto, os coordenadores, bolsistas e voluntários, também há informações sobre a faculdade, a cidade, publicações sobre a pesquisa e contato. Neste primeiro momento também estamos realizando entrevistas de forma online com professores e alunos que já participaram de trabalhos em bairros junto à comunidade, reunindo informações sobre a experiência e contato com a comunidade.



Figura 1: Imagem do site. Fonte: Pâmela, 2021.

REFERÊNCIAS

CARERI. Francesco. **Wlakscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

ROCHA, Eduardo; PAESE, Celma. Caminhografia Urbana. **Sessão Livre VI ENANPARQ.** Brasília: ENANPARQ, 2021.

FUÃO, Fernando Freitas. **A Universidade Incondicional.** Blogspot, 2012. Disponível em: <htpp://fernandofuo.blogspot.com>. Acesso em: 31 de outubro de 2021.

MAPEAMENTO DE *GRAFFITI* FEITOS POR MULHERES NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Um exercício de reflexão e de ampliação das análises de táticas nos espaços públicos

Diana Amorim dos Santos da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
diana.silva@fau.ufrj.br

Naylor Barbosa Vilas Boas
Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
naylor.vilasboas@fau.ufrj.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: *Graffiti;* Mulheres; Mapeamento; Iniciativas táticas

INTRODUÇÃO

As mulheres estiveram e estão presentes nas constituições de diversas áreas dos conhecimentos como nas Artes, nas Ciências, e nas realizações de seus contextos e cidades. Porém, são atravessadas pelos sistemas sociais que colocaram as figuras das mulheres em lacunas, omitindo-as de protagonismos. Autores como Silvia Federici (2017) colocam em questão essa problemática relacionado a história das sociedades e com a constituição do sistema capitalista de bases patriarcais. Diante do caso da transformação do sistema feudal ao capitalismo, as terras foram perdidas e as mulheres foram ressignificadas enquanto bens materiais.

Através deste processo de objetificação, as mulheres foram desvalorizadas, mantendo-as no anonimato. Por isso, é necessário investigar as produções de mulheres para obter informações de que elas realizam seus trabalhos enquanto resistência pela manutenção de seus direitos. Em específico, pretende-se observar as presenças das mulheres no movimento do *Graffiti*[1], pois são práticas subversivas potencializadoras de vivência das mulheres nas cidades.

O movimento do *Graffiti* "é antes, um convite ao encontro e ao diálogo" (GITAHY, 2012, p. 16). Está indissociado do espaço público, por isso potencializam as articulações entre as cidades, a arte e os sujeitos das ações. Em sua história, o *Graffiti* tem bases no Hip Hop[2], originalmente da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, nos anos 1960 (RINK, 2013). Desde seu início, houveram grafiteiras (PABÓN-COLÓN, 2018) como Barbara 62, *Lady Pink*, *ClawMoney*[3], entre outras, como podem ser observadas respectivamente pelas Figuras 1 e 2.

[1] Sua grafia parte da palavra em latim "*graffiti*" como "escrita feita com carvão", e é plural (RINK, 2013).
[2] Movimento original de Nova York, que manifestou o *graffiti,* a dança break e a música (MONTEIRO, 2015).
[3] São mulheres artistas estadunidenses, consideradas pioneiras e destaques do movimento do *Graffiti.*



Figura 1: Fotografia de Lady Pink com seu *graffiti* em Nova York. Fonte: Martha Cooper, 1981.

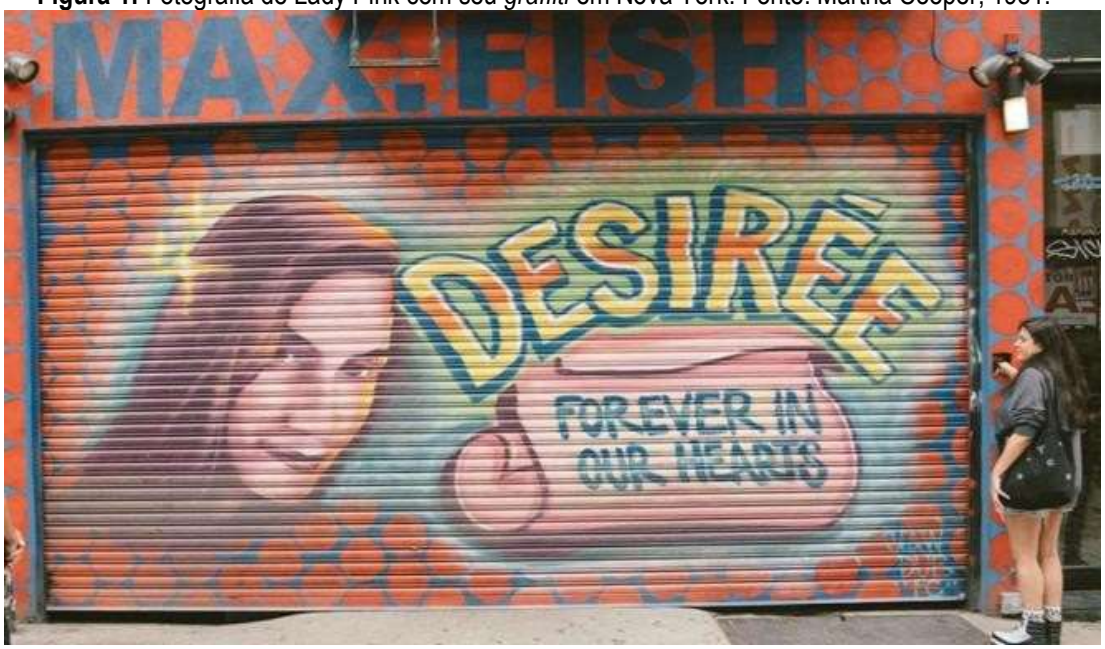


Figura 2: Fotografia de ClawMoney com seu *graffiti* em Nova York. Fonte: Highsnobiety, 2017.

Essas figuras possibilitam vislumbrar que as obras estão inseridas em seus contextos e potencializam modos de resistência nas cidades. Para analisar os trabalhos de *graffiti* por mulheres, é necessário se aproximar das localizações, pois agrega ao debate as reflexões sobre os lugares, as atribuições de sentidos, as linguagens gráficas, entre outras expressões. É considerável partir para as análises com os mapeamentos, pois proporcionam identificar os espaços das obras de *graffiti* de mulheres e analisar as cidades através de escalas. Desde escalas ampliadas quanto particulares, são modos de observar as formas de interações das obras com a constituição urbana, como nas fachadas, muros e outros.

O mapeamento pode ser considerado um processo que é utilizado com a finalidade narrativa de apontar para diversos tópicos, alcançar um entendimento especializado e necessita de delimitações espaciais, temporais e modos de representações gráficas. Acredita-se que a vivência no espaço urbano é

fundamental para o reconhecimento de questões para a produção e análise dos mapas (COURI, 2010). Estes materiais gráficos podem ser realizados por diversas ferramentas, como nas digitais, em mapas online, o GIS[4] e outras mídias.

Neste sentido, este trabalho trata do debate acerca dos estudos sobre intervenções artísticas por mulheres nas cidades através de mapas. Se insere na área do conhecimento interdisciplinar da arquitetura e urbanismo, nas artes e na antropologia, por levantar diálogos sobre experiências artísticas nos espaços públicos. Tem como delimitação os temas de mulheres, *graffiti* e mapeamentos e articula-se ao objeto de estudo, os mapeamentos sobre intervenções de *graffiti* por mulheres no recorte espacial do bairro do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Esta delimitação territorial se baseia na relação das obras de *graffiti* em diálogo ao espaço histórico consolidado da cidade.

Busca-se, enquanto objetivo principal, analisar as potências das manifestações de *graffiti* feitas por mulheres no Centro do Rio como relações da arte no espaço público através de mapas que possam localizar as iniciativas de *graffiti* e proporcionar reflexões sobre as intervenções e a cidade. Enquanto objetivos específicos, procura-se colocar em evidência a diversidade de *graffiti* feitos por mulheres; explorar as possibilidades dos mapas em meios digitais e propõe-se refletir sobre a possibilidade de considerar os trabalhos de *graffiti* por mulheres como iniciativas táticas (DE CERTEAU, 2014) tomando como base os dados advindos dos mapeamentos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem a abordagem metodológica de dialogar com os meios digitais e as vivências no espaço público. Essas relações se baseiam na busca pelas intervenções de *graffiti* de mulheres no bairro do Centro da cidade do Rio de Janeiro, pois as experiências de visitações das ruas possibilitam os encontros das intervenções, e os meios digitais, enquanto suportes para os mapeamentos, auxiliam nas produções de materiais gráficos para análises. Para a realização do trabalho e alcançar resultados, foi necessária uma estruturação de procedimentos.

No primeiro momento, foram realizadas buscas nas redes sociais como *Facebook* e *Instagram* por perfis de mulheres grafiteiras que agem no Centro do Rio de Janeiro, como forma de mapear quais são os nomes, estilos e trabalhos. A partir dessa sondagem, foi realizado um levantamento fotográfico dos trabalhos de *graffiti* feitos por mulheres no Centro. Este processo foi fundamental para colocar em prática o conhecimento obtido pelas redes sociais juntamente à experiência do lugar.

As fotografias foram elaboradas pela autora a partir de visitas pessoalmente às ruas do Centro na busca de encontrar e registrar as obras. Observou-se a técnica, o ano que foi feito e uma melhor compreensão do local onde estava cada *graffiti.* Essas experiências proporcionaram o reconhecimento do contexto de cada obra. A partir disso, criou-se um mapa para concentrar essas informações e gerar um material para as análises. O mapeamento, como pode ser observado na Figura 3, foi feito através da utilização associada de ferramentas digitais como o *Google My Maps* e o *Google Earth,* pois suscitaram visualizações dos espaços de maneiras bidimensionais e tridimensionais virtuais (SILVA, 2011).

[4] Para Aline Couri (2010), a sigla GIS (*Geographic Information Systems*) em inglês, ou SIG (Sistemas de Informação Geográfica) em português, trabalha com banco de dados para análises georreferenciadas.

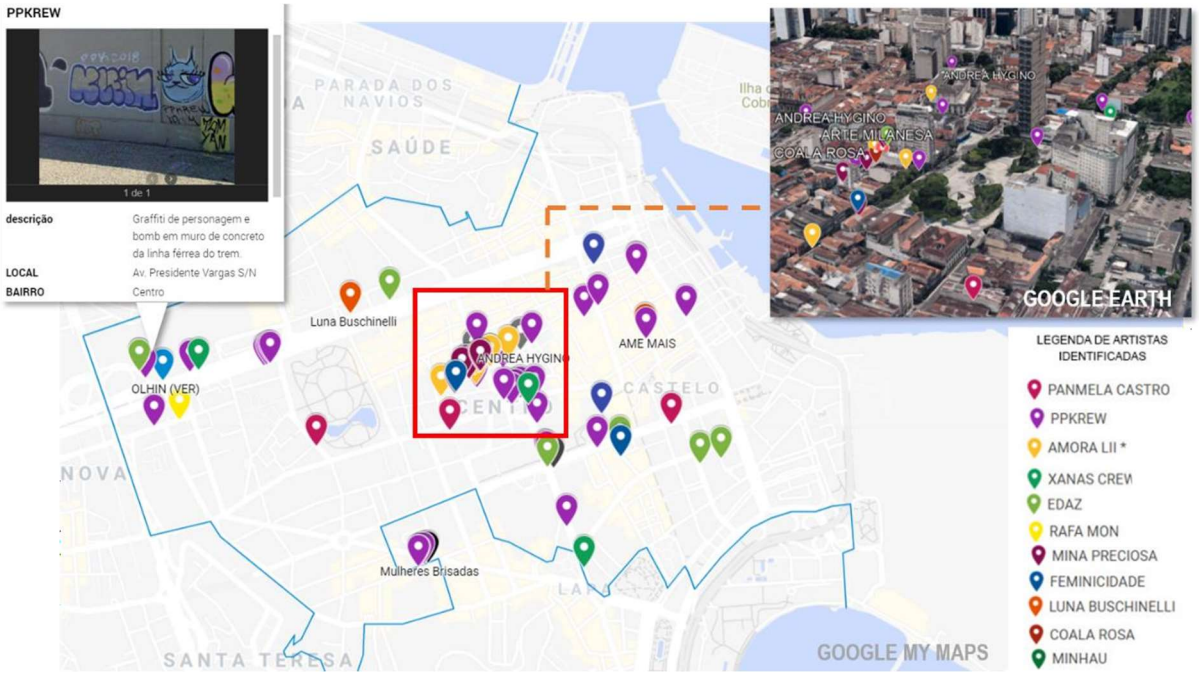


Figura 3: Mapa sobre *graffiti* de mulheres no Centro do Rio. Fonte: Elaboração da autora, 2021.

A Figura 3 destaca que o *Google My Maps* viabilizou a inserção das manifestações de graffiti de modo manual e a colocação de dados específicos para cada obra, como quem o fez, local, bairro, foto, tema, entre outros, indicado no balão com uma foto. Aponta-se também para a representação das diferentes obras que são indicadas por pontos que têm as respectivas cores das mulheres que as realizaram, por exemplo: roxo para as produções do grupo PPKREW[5], entre outras. Além disso, a figura assinala em vermelho um exemplo de recorte que mostra a utilização do *Google Earth* como forma de observar os espaços a partir de imagens aproximadas por satélites. Compreende-se o mapeamento enquanto um processo paralelo a coleta de fotografias, gerando bases para análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os diálogos entre a arte *graffiti* e as mulheres artistas estão associados aos espaços públicos, pois as produções artísticas estão vinculadas às dinâmicas socioespaciais e são modos de expressões carregadas de significados, identidades e iniciativas de resistência nas cidades. Para fortalecer o debate, é necessário observar os próprios espaços. Por isso foi realizado o mapa das intervenções de *graffiti* feitas por mulheres no Centro do Rio. Este exercício possibilitou visibilizar "realidades previamente invisíveis" (CORNER, 1999, p. 1), e ampliou as reflexões sobre a arte no espaço público, ao se aproximar de teorias como da 'tática' de Michel de Certeau (2014).

Durante o processo do mapeamento notou-se que o material desenvolvido possui caráter original, por tratar de mulheres, graffiti e o recorte do Centro do Rio de Janeiro. Pois através do levantamento de outras iniciativas de mapeamentos digitais sobre *graffiti,* como no projeto #StreetArtRio e no site do Laboratório de Intervenções Temporárias (LAB-IT) do PROURB/UFRJ[6], apontaram para a necessidade de observações sobre o movimento do *graffiti* e as mulheres. Esses casos também indicaram potências

[5] É um coletivo feminino que realiza *graffiti* no Rio de Janeiro.
[6] Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

das mídias digitais, ao gerarem redes de interatividades e representações dos espaços.

Desta forma, o mapeamento gerado nesta pesquisa resultou, até o momento, na identificação de 72 obras de *graffiti* e de 16 mulheres grafiteiras (individuais e em grupo). Ou seja, algumas artistas realizaram mais de um *graffiti* no território. Além disso, este material resultou na compreensão da diversidade de grafiteiras e na constatação de que existem intervenções por mulheres em todo o bairro. Porém, de acordo com algumas recorrências de obras por artistas, levantou-se a questão: será que as mulheres se manifestam em locais por onde transitam frequentemente? No caso do grupo PPKREW (com um maior número de obras), a resposta é sim, pois o grupo administrava uma loja na rua do Ouvidor.

Então, é possível entender que as mulheres se apropriam dos espaços que conhecem.

Nota-se que através da complementação de informações a cada ponto de *graffiti* no mapeamento, criou-se uma base de dados que constam as especificidades das obras. Gerou uma estrutura de informações como no caso da identificação do ano de existência do *graffiti.* Neste caso, possibilitou comprovar empiricamente que o tempo para a durabilidade de cada trabalho é relativo, mas que a maioria tem o caráter efêmero. Mesmo diante da relativa durabilidade nos espaços, através das representações gráficas, essas iniciativas expõem identidades e abrem caminhos para impactos nos lugares.

As manifestações artísticas, mesmo efêmeras, podem influenciar as experiências nas cidades. Para Adriana Sansão Fontes (2013), são ações que fortalecem sentidos de pertencimento e são carregados de significados de seus contextos, como a autora coloca na seguinte passagem:

> as práticas artísticas podem criar situações inéditas de visibilidades, apontar ausências notáveis ou resistências [...] levam as transformações para além do temporário, está em desregular valores cristalizados e abrir novas extensões do espaço vivido (SANSÃO FONTES, 2013, p. 211).

É possível comprovar pelos mapas a presença de iniciativas efêmeras e reforça a ideia de que os trabalhos de *graffiti* por mulheres garantem o sentido de resistência pela realização de apropriações dos espaços públicos. Tendo em vista a característica de apropriações e outros dados das obras de *graffiti* mapeadas, apontou-se para uma relação dessas intervenções enquanto iniciativas táticas, baseadas por Michel De Certeau (2014). O autor apresenta “modos de fazer”, como atividades realizadas com o intuito de interagirem com os espaços, confrontando as restrições de direitos às cidades.

Os principais modos são definidos como ‘estratégias’ e ‘táticas’. As ‘estratégias’ correspondem a manipulação de materiais, tempo, espaços e demandam planejamentos e as ‘táticas’ são ações imediatas, como ‘gestos hábeis’ (DE CERTEAU, 2014), que partem das apropriações dos espaços e recursos. As iniciativas táticas são inseparáveis de seus contextos. Assim, é possível refletir sobre as obras de *graffiti* feitas por mulheres como iniciativas táticas, pois são intervenções que dialogam com as cidades pelas apropriações dos espaços, com atos rápidos. Essa técnica dialoga com a ideia de ‘tática’, pois “aproveita [...] no voo as possibilidades oferecidas por um instante” (DE CERTEAU, 2014, p. 95).

É possível reconhecer que o mapeamento proporcionou embasamentos consolidados e contextualizados, como possibilitaram alcançar dados específicos que reforçaram a indissociabilidade dos trabalhos de *graffiti* com os espaços. Assim como possibilitaram estabelecer a relação dessas

intervenções como iniciativas 'táticas'. Especificamente para as mulheres, essa reflexão reforça suas ações enquanto iniciativas ágeis. Suas presenças nas cidades são entendidas enquanto resistências que atravessam os limites históricos e espaciais.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a inovação obtida com o trabalho está associada à produção do mapeamento de *graffiti* feitos por mulheres no Centro da cidade do Rio de Janeiro. É possível entender que o trabalho contribui para o debate sobre o graffiti no espaço público ao identificar a diversidade de artistas, obras e relações teóricas, como a da 'tática' de Michel De Certeau (2014). Assim, compreende-se que o exercício de mapeamento é contínuo e demanda futuros desdobramentos sobre as relações da cidade, mulheres e o *graffiti*. Tendo em vista as mulheres como realizadoras das iniciativas, pode-se entender que fazem parte da constituição dos espaços públicos e estão presentes nas cidades a partir de táticas de resistência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo. **#StreetArtRio:** big data, arte urbana, growth hacking e cultura maker. Disponível em:<https://www.linkedin.com/pulse/streetartrio-big-data-arte-urbana-growth-hacking-e-cultura-alves/>. Acesso em: 30 set. 2021.

CORNER, James. The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention. In. COSGROVE, Denis (ed.), **Mappings.** London: Reaktion Books, 1999. pp. 89-101.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** vol 1. Artes de fazer. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

FABIÃO, Aline Couri. Por uma cartografia do espaço vivido um exercício crítico sobre ferramentas de mapeamento. In: I ENANPARQ, Rio de Janeiro, 2010. I ENANPARQ: Arquitetura, cidade, paisagem e território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

GITAHY, Celso. **O que é o graffiti.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher**: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2011.

JANEIRO, Laboratório de Intervenções Temporárias no Rio de. **Intervenções Temporárias no Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://intervencoestemporarias.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2021.

MONTEIRO, Artur Sgambati**. RIO:** resistência pela arte urbana na região portuária. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PROURB. Rio de Janeiro, 2015.

PABÓN-COLÓN, Jessica. **Graffiti Grrlz**: Performing Feminism in the Hip Hop diaspora. Nova York: NYU Press, 2018.

RINK, Anita. **Graffiti:** intervenção urbana e arte. Curitiba: Appris, 2013.

SANSÃO FONTES, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes:** apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: FAPERJ, 2013.

SILVA, Raul Bueno A. **Globos virtuais e as cidades:** leituras gráficas sobre a história do Morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PROURB. Rio de Janeiro, 2011.

SMITH-STRICKLAND, Stephanie. **Tagging Claw Money's singular New York**. Disponível em: <https://www.highsnobiety.com/p/the-north-face-cryos-claw-money/>. Acesso em: 30 set. 2021.

NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E NA UFPEL:

Construção de possibilidades no Passo dos Negros - Pelotas

Flávia Pagnoncelli Galbiatti
Universidade Federal de Pelotas | Universidade Federal da Bahia | Brasil
flaviagalbiatti@hotmail.com

André de Oliveira Torres Carrasco
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
andre.o.t.carrasco@gmail.com

Luiza Maia Fagundes
Universidade Federal da Bahia | Brasil
maialluiza@gmail.com

Nirce Saffer Medvedovski
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
nirce.sul@gmail.com

Rodolfo Barbosa Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas | Universidade Federal da Bahia | Brasil
rodolfobarbosaribeiro@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Assessoria Técnica; Direito à Cidade; Patrimonialização; Pelotas; Passo dos Negros

INTRODUÇÃO

O Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na modalidade de Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E) é uma proposta pioneira da Universidade Federal da Bahia (UFBA), viabilizado em 2011, sendo a primeira turma do ano de 2013 e atualmente com a quarta edição em andamento. Ainda que voltada a profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, o curso de pós-graduação reconhece a importância da pluridisciplinaridade, tendo a possibilidade e incentivo para a participação de profissionais de outras áreas.

Com base nas residências da área da saúde, a Residência AU+E/UFBA surge com a intenção de desenvolver atividades de extensão, ensino e pesquisa relacionadas à capacitação de profissionais para a atuar na área da assistência e assessoria técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia em periferias urbanas e comunidades vulneráveis (GORDILHO, 2020).

A criação e existência das residências acadêmicas da área da arquitetura, urbanismo e engenharia estão embasadas na Lei Federal 11.888/2008, a qual garante o direito de famílias com renda até três salários mínimos à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (BRASIL, 2008). O 4º artigo da referida lei destaca que os profissionais capacitados por residências acadêmicas estão entre os agentes a prestarem os serviços descritos.

Em virtude da participação de profissionais de outros estados do Brasil, tem-se a demanda da criação de nucleações em outras Universidades. Os residentes nucleados estão vinculados à Residência pela UFBA, com parte da carga horária ministrada em Salvador e com o desenvolvimento dos projetos finais nas cidades de origem, em um sistema de cotutoria entre professores da UFBA e das respectivas Universidades (GORDILHO, 2020). A primeira experiência de Nucleação ocorreu na segunda edição do curso, com a Universidade Federal da Paraíba, e atualmente existem nucleações nas Universidades Federais de Brasília, Ceará, Pelotas, Sergipe e Rio Grande do Norte (GORDILHO, 2020).

Com o objetivo de ampliar e fortalecer as Residências no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, fomentar a prática da assessoria técnica e criar uma rede de ensino, surge a Nucleação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com a primeira experiência em 2017, na terceira edição da Residência AU+E (MEDVEDOVSKI; SANTOS; TAVARES, 2019).

Atualmente, na quarta edição da Residência AU+E, ocorre a segunda experiência da Nucleação na UFPel. Em Pelotas o trabalho está sendo desenvolvido no Passo dos Negros, na Macrorregião do São Gonçalo. Pelotas está situada ao sul do estado do Rio Grande do Sul, às margens do Canal São Gonçalo, com população de aproximadamente 340 mil habitantes. A Macrorregião do São Gonçalo, uma de suas regiões administrativas definidas pelo III Plano Diretor de Pelotas (2008), tem a formação marcada por loteamentos criados pelo poder público municipal, seguido por ocupações irregulares - representando a produção hegemônica da cidade. Recentemente, essa área tem sido objeto de interesse de empreendimentos de incorporação e especulação imobiliária, tornando-se um território em disputa entre os empreendimentos imobiliários e os moradores de áreas de urbanização precária.

Assim, a proposta de trabalho da Nucleação tem como objetivos compreender a Macrorregião do São Gonçalo, sua formação, ocupação e disputas recentes e identificar possibilidades de atuação a partir do campo da arquitetura e urbanismo. Dessa forma, propõe-se pensar a atuação profissional em arquitetura e urbanismo a partir da Residência AU+E.

METODOLOGIA

De forma geral, a proposta de desenvolvimento das atividades da Residência AU+E se estabelecem a partir da construção conjunta de projetos que atendam às demandas das áreas em que estão sendo realizados os trabalhos, por meio da imersão dos assessores nos territórios e das trocas de saberes com as comunidades. À medida em que os projetos são desenvolvidos juntamente com os moradores dos territórios, busca-se a inserção social da Universidade pública e também a construção coletiva de autonomia dos moradores dessas comunidades.

A segunda experiência da Nucleação na UFPel, tem início a partir da revisão bibliográfica e estudo aprofundado sobre o processo de produção urbana de Pelotas de forma geral e em particular, da Macrorregião São Gonçalo. Busca-se também a caracterização da Macrorregião São Gonçalo, a partir da legislação pós Estatuto da Cidade, da identificação dos agentes locais, da análise do perfil social, e do reconhecimento da infraestrutura e equipamentos. Elaborando, assim, a construção de um panorama atual sobre essa área.

Como forma de análise das possibilidades do trabalho da Nucleação, propõem-se o levantamento de experiências de atuação no campo da arquitetura e urbanismo, que contribuem em contextos de precariedade urbana e habitacional e de disputas territoriais. Tem-se como base para o estudo a proposta dos Planos de Ação de Maricato (2001), os Planos Populares em diferentes contextos (Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e em Pelotas) e a experiência dos Consultórios de Atención Primaria de Hábitat com foco na escala da moradia. Nestes casos, o projeto e o planejamento se apresentam como ferramenta de luta, pelo direito à moradia e à cidade. Se apresentam também como possível instrumento jurídico, para garantia da permanência de comunidades nos territórios em diferentes situações de conflito.

Essas experiências são estudadas considerando o contexto espaço-temporal, buscando subsidiar as perspectivas de atuação na Macrorregião do São Gonçalo, a partir de uma leitura crítica sobre os limites e as contribuições da arquitetura e urbanismo. Para aproximar as possibilidades de atuação na Macrorregião do São Gonçalo, busca-se a articulação com grupos organizados e com inserção no território. Dessa forma é definido o território do Passo dos Negros, com a interlocução do Grupos de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR-UFPel).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas realizadas subsidiam a compreensão crítica sobre a produção urbana da Macrorregião do São Gonçalo, possibilitando a identificação e caracterização inicial de grupos sócio-espaciais que compõem essa área.

A partir do repertório de experiências estudadas, pode-se destacar algumas reflexões. Os processos de projeto e planejamento popular se estabelecem como processos de educação, na construção coletiva de conhecimento e de alternativas para os contextos de precariedade e desigualdade urbana trabalhados. Também se ressalta, as possibilidades e necessidades de atuação em diferentes escalas, de forma integrada, da cidade à moradia. E por fim, destaca-se a perspectiva de construção, a partir dessas práticas, de políticas públicas e legislações para garantia de direitos e democratização dos investimentos públicos.

De forma geral, nas referências analisadas, o projeto e o planejamento são elementos de mobilização comunitária. E, na maioria dos casos investigados, salienta-se a relação virtuosa entre a Universidade Pública e os moradores de áreas de urbanização precária, nos termos anteriormente apresentados de assistência e assessoria técnica, para a elaboração coletiva de alternativas superadoras para o enfrentamento a esses contextos de desigualdade urbana.

Contudo, é necessária a aproximação dessas alternativas apresentadas ao contexto da Macrorregião do São Gonçalo em Pelotas. Para isso, destacam-se dois pontos: primeiro, compreendendo a complexidade da formação histórica e dos movimentos de resistência da região, é indispensável uma perspectiva interdisciplinar para atuação no território; e segundo, o contexto de crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, demandando distanciamento social e medidas preventivas, torna a atuação presencial no território um elemento complexo e que faz necessário uma relação consolidada com os moradores.

Dessa forma, buscando articulação com grupos organizados que já trabalham no território em contato com as comunidades, têm-se a aproximação com o GEEUR, que desenvolve trabalhos junto à comunidade do Passo dos Negros desde 2014, a partir do Projeto de Pesquisa Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas e do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogos/as em Formação.

O Passo dos Negros está localizado às margens do Canal e tendo como limites os Arroios Pelotas e Pepino, e a norte a antiga estrada de baixo, atual Avenida Ferreira Vianna (PELOTAS, 2018). De acordo com Gutierrez (2001), o Passo dos Negros se estabeleceria enquanto o local de fiscalização, cobrança de impostos e de comercialização do gado proveniente dos Campos Neutrais e assumiria função central no tráfico dos povos escravizados na região.

O GEEUR e os moradores do território elaboraram o mapeamento do Passo dos Negros, definido a partir de um polígono com vértices sobre pontos que retomam o processo histórico e cultural dessa região. Como resultado é definida uma área ampliada, que apesar dos limites traçados, entende-se que não há uma delimitação rígida do território, “as fronteiras são fluidas, estão em constante movimento” (SILVEIRA, 2020, p. 53).

A região do São Gonçalo é historicamente constituída por loteamentos criados pelo poder público municipal, combinados a ocupações irregulares e clandestinas, relacionados às diferentes atividades produtivas. Recentemente essa região tem situado empreendimentos imobiliários destinados à média e alta renda, tornando-se uma nova centralidade da incorporação e especulação imobiliária na cidade.

Destaca-se na disputa pelo território, o processo imposto de “desterritorialização” das comunidades, suas culturas e patrimônios a partir do avanço do mercado imobiliário. Em contraposição a esse processo, os moradores reivindicam o reconhecimento do Passo dos Negros como patrimônio cultural, material e imaterial, considerando a patrimonialização enquanto uma ferramenta de luta para permanência neste território (SILVEIRA, 2020).

Nesse contexto, o GEEUR e os moradores construíram o Dossiê pela patrimonialização do Passo dos Negros e reconhecimento da comunidade local, com o objetivo de garantir a proteção do Conjunto de Referências: Ponte dos Dois Arcos, figueiras centenárias, Caminho das Tropas e complexo arquitetônico do Engenho Pedro Osório. Estes elementos históricos e culturais da cidade são de extrema relevância para a história das comunidades negras de Pelotas.

A partir do trabalho desenvolvido pelo GEEUR e do confronto de perspectivas em diferentes áreas do conhecimento, busca-se compreender as contribuições do campo de atuação da arquitetura e do urbanismo neste contexto de disputa de pelo território.

As possibilidades de atuação identificadas dessa parceria entre o GEEUR e a Nucleação da Residência AU+E, estão em torno de denúncias sobre o processo de ameaças de remoções e retirada sistemática de direitos dos moradores, visibilidade das comunidades locais e do patrimônio histórico cultural ameaçado, e a construção de um projeto que busca garantir os direitos dos moradores à permanência, à moradia e à cidade, a partir dos termos dos próprios moradores e alinhados a perspectivas centradas no processo histórico dessas comunidades em relação ao território.

Os trabalhos estão em desenvolvimento e seguindo os protocolos de segurança da COVID-19.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento da segunda experiência da Nucleação da Residência AU+E na UFPel reforça a aproximação virtuosa entre diferentes áreas do conhecimento. Pode-se destacar a aproximação com o GEEUR (composto por professores e estudantes da antropologia, arqueologia, turismo e geografia), a interdisciplinaridade proposta no processo de formação da Residência AU+E e a relação de diálogo e trocas de conhecimentos com os saberes locais a partir dos termos da educação popular. E nessa perspectiva de construção de relações, a ampliação de uma capacidade qualificada de atuação nos territórios.

Ressalta-se também as contribuições do campo da arquitetura e urbanismo para o enfrentamento e superação de contextos de desigualdade social e precariedade urbana e habitacional. Nas perspectivas de atuação no Passo dos Negros, a partir das frentes de trabalho, o papel da arquitetura e urbanismo se estabelece: nas denúncias a partir da espacialização das informações e perspectiva crítica sobre o planejamento urbano; na visibilidade potencializando a articulação diferentes grupos e instituições a partir da sistematização de informações; e no projeto de arquitetura e urbanismo enquanto instrumento de mobilização e possibilidade de construção de uma alternativa superadora.

Cabe destacar ainda a articulação de uma rede de experiências, a partir dos trabalhos desenvolvidos em diferentes contextos por residentes e tutores em Salvador e das nucleações, e dessa forma, configurando um repertório de referências práticas para a atuação. Pode-se apontar também as potencialidades de atuação profissional a partir da Residência AU+E considerando o contexto local de Pelotas e as relações entre a Universidade e a cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

GEEUR - Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos. **Dossiê pela Patrimonialização do Passo dos Negros.** Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** 2 ed. Pelotas: UFPel, 2001.

GORDILHO, Ângela. **Residências acadêmicas em arquitetura e urbanismo: projetos em movimento para ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação**. In: GORDILHO, Ângela. Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Edufba ; Rio de Janeiro: Anparq, 2020.p.209-275.

MEDVEDOVSKI, N.; SANTOS, L.; TAVARES, B. **A nucleação como forma de expansão da residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia.** In: Congresso Brasileiro de Arquitetos, XXI., 2019, Porto Alegre.

PELOTAS. Lei 5502 de 11/09/2008. **Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.** Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008.

PELOTAS. Lei 6.636 de 03/10/2018. **Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre plano diretor de Pelotas, e dá outras providências.** Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018.

RAU+E/UFBA. **Curso de especialização lato sensu permanente em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: http://www.residencia-aue.ufba.br/. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVEIRA, M. 2020. **Territorialidades em Disputa: Normativas e Narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA NA CIDADE DE MATA VERDE, MG BRASIL

Caso Mata Verde, Minas Gerais, Brasil

Carlos Andrés Hernández Arriagada
Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil
carlos.arriagada@mackenzie.br:

Edgar-Eduardo Roa-Castillo
Universidad La Gran Colombia | Colômbia
edgar.roa@ugc.edu.co

Carlos Murdoch
Universidade Veiga de Almeida | Brasil

Claudia Lima Garcia
Universidad de Concepción | Chile

Paulo Roberto Corrêa
Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil

Tatiana Tucunduva P. Cortese
Universidade de São Paulo | Brasil

Debora Sotto
Universidade de São Paulo | Brasil

Paula Von Zeska
Universidade de Sao Paulo | Brasil

Glaucia Garcia
Universidade de Sao Paulo | Brasil

Nicolás F. Parra-Urbina
Universidad de Concepción | Chile

Catalina Garcia
Universidad de Concepción | Chile

ALUMNOS PESQUISADORES
Universidade Presbiteriana Mackenzie: Beatriz Duarte, Bruna Leticia, Glovana Gravellos, Guilherme Gallo, Isabella Sposito, Leticia Perez, Luciana Junqueira, Luiza Capucci, Mariana Chaves Moura, Mariana Ragazzi, Paola Serafim, Raquel Zamboni.
Universidad de Concepción: Eduardo Riffo

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
(x) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: Planeación Urbana; Patrimonio; Café; Urbanismo; Espacio Público.

RESUMEN

Tal como indica Borja (1998) “El agotamiento de la planificación territorial clásica y la ambigüedad de un gran proyecto supuestamente aislado, obligaron a propones una planificación adecuada a la naturaleza de las intervenciones que corresponden a nuevos espacios”.

Es así, que esta investigación se desarrollada en la ciudad de mata verde, que hace parte de un territorio empobrecido por falta de inversión nacional, con una gran capacidad de producción de café. Es un territorio con carencia de logística estatal y privada, por causa de ser formado por pequeñas ciudades o micro regiones. Mata verde es parte intégrate de este sistema que se caracteriza por un paisaje turístico de gran valor, de una requisa natural, de suelo abundante, pero de gran desigualdad social. Un aspecto relevante es la producción de café en la región, y la ciudad en los últimos años ha sido la generadora de los empleos, de la innovación del proceso de la producción de café y de generación de desarrollo social y económico, al igual, no cuenta en la actualidad con la actuación del gobierno en programas para el desarrollo local.

La investigación se coloca en generar estrategias económicas y producción sostenible para la ampliación de la competitividad del territorio; Posibilitando la relectura del territorio urbano, de nuevas morfologías para la ocupación territorial y atractivos para la generación de ecoturismo, ocio, empleo y un posible modelo de exportación de alta calidad del café a través del desarrollo de una nueva zona logística para la ciudad.

El proceso metodológico tiene su origen en la tesis doctoral Estratégias Projetuais no Território do Ptorto de Santos (Hernández, 2012), cuya investigación fue el elemento inductor para establecer la formación del grupo de investigación Estratégias Projetuais em Territórios Urbanos / Degradados e Portuários — LABSTRATEGY, que desde el 2013 ha realizado veintisiete workshops en distintas zonas geográficas de América Latina y Africa.

RETOS DE SOSTENIBILIDAD EN LOS BORDES URBANOS DE AMÉRICA LATINA

Indicadores y procesos evaluados en los estudios de caso de Argentina, Colombia y Costa Rica

Fabián Alonso Sarmiento-Valdés
Universidad La Gran Colombia | Colombia
fabian.sarmiento@ugc.edu.co

Oscar Bragos
Universidad Nacional de Rosario | Argentina
oscar.bragos01@gmail.com

Carlos Aníbal Chacón Jiménez
TEC Costa Rica | Costa Rica
cchacon@itcr.ac.cr

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
(x) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: Borde urbano, hábitat, objetivos del desarrollo sostenible, Latinoamérica.

INTRODUCCIÓN

La construcción de los territorios latinoamericanos, plantea una rica evolución llena de costumbres y culturas que han potenciado y generado dinámicas de apropiación y ocupación de las ciudades y en especial de los bordes urbanos desde mediados del siglo XX, estos procesos se han dado en el marco de las migraciones del campo a la ciudad que han excedido las capacidades institucionales y las políticas de cada uno de los países, marcando limitaciones para responder a las necesidades de la población y derivando así en realidades desequilibradas e inequitativas a niveles territoriales y sociales.

Esta situación, ha obligado a los gobiernos a construir nuevas acciones, políticas y estrategias para mejorar las condiciones de vida y las posibilidades para el desarrollo de las comunidades en estos países; tal vez la más relevante en esta línea, es la construida con los Objetivos del Desarrollo Sostenible, que plantean una agenda robusta, ambiciosa y compleja que lleva los estados a configurar una mirada unificada para enfrentar sus realidades

Sin embargo, la pregunta central es si es adecuada esta agenda planteada por las naciones unidas para las realidades sociales, económicas y ambientales que definen nuestros países en el marco geográfico comparativo de Colombia, Argentina y Costa Rica, para plantear así, una postura crítica y una agenda transversal para construir una sostenibilidad definida por la realidad territorial latinoamericana.

Este proceso investigativo presenta una aproximación de los elementos y argumentos de análisis del proyecto de investigación 2021 titulado "Análisis reflexivo de los instrumentos de actuación urbana aplicables a asentamientos irregulares en bordes urbanos de América Latina, en el marco de los ODS (Objetivos del desarrollo Sostenible): Estudios de caso Bogotá, Colombia- Cartago, Costa Rica y Rosario, Argentina desarrollado entre la Universidad La Gran Colombia, La Universidad Nacional de Rosario, Argentina y el TEC de Costa Rica.

METODOLOGÍA

En este proceso investigativo se planteó una metodología inductiva de carácter cualitativo que permitiera comprender el enfoque y el alcance de los ODS en el marco de los territorios de borde más vulnerables y a partir de ellos, establecer por indicadores comprender las características problemáticas y los retos a desarrollar para alcanzar territorios sustentables, con este propósito se plantearon tres fases metodológicas:

Enfocar: En esta fase se realizó el análisis de los documentos de la ONU y los procesos de integración de políticas estatales de los tres estudios de casos para comprender los enfoques y metas a construir con mira a aplicar los Objetivos del Desarrollo Sostenible.

Analizar: Con los resultados establecidos se define una verificación cualitativa por comparación que permita comprender los elementos problemáticos a enfrentar en cada caso y se sintetiza para determinar los retos conjuntos en Latinoamérica.

Concluir: Se desarrollan los lineamientos y características de los retos y resultados que permitan comprender la realidad latinoamericana y los elementos priorizantes para políticas, programas o proyectos que puedan mejorar las condiciones de vida de los habitantes de los bordes urbanos.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

Los ODS y su implicación en los tres casos

Cada país determina política e inversiones para el desarrollo y alcance de los ODS a 2030, en este sentido se caracterizaron los siguientes elementos:

En el caso colombiano se estructura la vinculación de los ODS por medio del documento CONPES 3918 de 2018 dentro del Gobierno de Colombia determino la agenda 2030 y estableció las metas y estrategias que articulan las entidades del orden nacional y proceso de gestión para los 6 hitos definidos para la acción sobre el territorio:

1. Garantizar la sostenibilidad ambiental en el marco de los procesos de transformación sobre los recursos, la protección y generación de políticas para la protección ambiental y la consolidación de procesos estadísticos, y de gestión sobre el territorio y sus componentes ambientales.
2. Fomentar una sociedad mundial para el desarrollo desde el marco de la trasformación de los territorios y el ordenamiento territorial, así como la construcción de planes programas y acciones de cambio para la sostenibilidad territorial y la construcción de espacios equitativos e integrativos.

Para la consolidación de estos propósitos, el gobierno colombiano priorizo la inversión de los siguientes ODS

ODS 4. Educación de calidad

ODS 6. Agua Limpia y Saneamiento

ODS 7. Energía asequible y no contaminante

ODS 11. Ciudades y comunidades sostenibles

ODS 13. Acción por el clima

En el caso de Costa Rica se desarrolla en acompañamiento para la implementación por medio del Marco de Asistencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo (MANUD), y se establecieron 7 hitos de implementación en el país centro americano (ONU-Costa Rica, 2021), de los cuales se destacan cuatro vinculados a las dimensiones ambientales económicas y sociales del territorio:

1. Se define la implementación de la Agenda 2030 con el fin de estructurar el desarrollo de la gobernanza, el monitoreo y la implementación con los sectores gubernamentales y no gubernamentales acorde a las políticas de las naciones unidas, e implementando el SDG para la protección social.
2. Se determina un enfoque de economía descarbonizada, interviniendo en las temáticas. Centrales de energía y adaptación al cambio climático por medio de prácticas para la conservación ambiental.
3. La defensa de los Derechos Humanos, apoyando la sensibilización de la población en el marco de políticas públicas de poblaciones históricamente excluidas.
4. Impulsar la construcción de Infraestructura pública a partir de 11 obras clave y de prioridad nacional con el fin de fortalecer la movilidad, la competitividad, la productividad y la seguridad.

Para alcanzar estos propósitos, Costa Rica ha priorizado su inversión en los siguientes objetivos

ODS 6. Agua limpia y saneamiento

ODS 9. Industria, innovación e infraestructuras

ODS 10. Reducción de las desigualdades

ODS 11. Ciudades y comunidades sostenibles

ODS 13. Acción por el clima

En el caso de Argentina los ODS se plantean desde el Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales de la ONU, y se determinaron 6 hitos centrales para el gobierno argentino, entre los que se destacan en el enfoque territorial

1. La definición y defensa de los derechos humanos busca identificar las brechas de desigualdades en los grupos que se encuentran en condición de mayor vulnerabilidad. El objetivo es cerrar la brecha que existe en los aspectos de la calidad de vida y el respeto a los derechos humanos.

2. El enfoque ambiental se convierte en el eje central para el bienestar de los ciudadanos y que vincula los recursos vitales que provienen de los ecosistemas y de su protección desde una filosofía de la economía verde.
3. El planteamiento del territorio como un sistema geográfico que permite entender y visibilizar las condiciones sociales y espaciales a partir de la articulación de nuevas políticas públicas y estrategias para promover el desarrollo sostenible

Para alcanzar dichos hitos el gobierno argentino ha priorizado la inversión y el desarrollo de los siguientes ODS

ODS 9. Industria, innovación e infraestructuras

ODS 10. Reducción de las desigualdades

ODS 11. Ciudades y comunidades sostenibles

ODS 13. Acción por el clima

Derivado de la evaluación de los documentos estatales en cada país, generados por la ONU, los informes anuales y los documentos complementarios de desarrollo y avance de los acuerdos se establece desde el concepto de bordes informales y territorio que los tres estudios de caso concentran especialmente en los ODS 4. Educación de calidad, 6. Agua limpia y saneamiento, 9. Industria, innovación e infraestructuras, 10. Reducción de las desigualdades, 11. Ciudades y comunidades sostenibles y 13. Acción por el clima, invirtiendo por encima del 60% del presupuesto de los ODS en cada país en estos temas, a partir de este resultado, se establecen priorizan estos ODS para ver sus realidades en el marco de los estudios de caso a partir de siete indicadores de medio ambiente, espacio publico, usos del suelo, metabolismo urbanos, cohesión social, acción estatal y vivienda que se apliquen a ODS que transformas los territorios vulnerables y vinculándolos como se sintetiza en la Tabla No 1.

No	Objetivo de indicador aplicable	ODS 4	ODS 6	ODS 7	ODS 11	ODS 13
1	SOSTENIBILIDAD AMBIENTAL DE LA ACTIVIDAD URBANÍSTICA DE SEVILLA INDICADORES RELACIONADOS CON LA MORFOLOGÍA URBANA					
2	INDICADORES RELACIONADOS CON EL ESPACIO PÚBLICO Y LA MOVILIDAD					
3	INDICADORES RELACIONADOS CON LA ORGANIZACIÓN URBANA. LA COMPLEJIDAD					
4	INDICADORES RELACIONADOS CON EL METABOLISMO					
5	INDICADORES RELACIONADOS CON LA COHESIÓN SOCIAL					
6	INDICADORES RELACIONADOS CON EL GOBIERNO DEL ESPACIO A NIVEL DEL PROYECTO / EMPRENDIMIENTO					
7	INDICADORES DE ESTADO DE LA VIVIENDA					

Figura 1: Tabla de indicadores de evaluación territorial aplicables a los ODS priorizados por los tres estudios de caso. Fuente: Fabián Alonso Sarmiento-Valdés, 2021

Comprensión y síntesis de las realidades problémicas en américa latina

A partir de los indicadores, se desarrollo una evaluación cualitativa e interpretativa aplicada a los tres estudios de caso y se evaluaron los fenómenos y elemento estructurados dentro de cada estudio de caso en barrios y territorios de borde vulnerable presentando la siguiente síntesis problémica de sus realidades a 2021:

Caso Colombia (Barrio Sierra Morena, Bogotá)

El barrio se encuentra localizado en la zona sur oriental de la capital, colinda con la zona agrícola y de Usme y un área de protección de bosque del parque entre nubes, y a partir de los proceso de participación desarrollados entre 2016-2021 las comunidades reconocen como problemas centrales: Asentamientos irregulares en zona de alto riesgo por amenaza de remoción en masa, ocupación irregular sobre ladera que no presenta áreas publicas ni infraestructura urbana de saneamiento, acción estatal de ordenamiento territorial y legalización limitada, deterioro de la quebrada y el bosque por el crecimiento descontrolado de nuevos asentamientos irregulares, limitadas oportunidades laborales, limitación de accesibilidad y falta de construcción de la malla vial, formas de construcción y espacio inadecuados y con hacinamiento en las viviendas y de andenes del barrio y procesos de deterioro social por falta de presencia estatal y espacios de construcción social.

Caso Costa Rica (Los Diques, Cartago)

El barrio se encuentra localizado sobre una franja del rio que presenta altos índices de vulnerabilidad por deslizamiento, avalanchas e inundaciones y se encuentra expuesto a la actividad del volcán Irazú, presenta un asentamiento informal sobre ladera de pendientes medias y donde a partir de los estudios e informaciones secundarias del área se ha podido establecer que la población presenta problemáticas de localización de viviendas en amenaza alta, falta de una estructura urbana de soporte para el asentamiento, déficit de espacios públicos y equipamientos, falta de presencia estatal en planes programas y acciones de mejoramiento para la población, falta de construcción social para la autogestión, falta de oportunidades laborales, alto impacto ambiental del asentamiento sobre el rio, condiciones precarias de la vivienda, hacinamiento y déficit de elementos de saneamiento de las viviendas, complejidad para el acceso y la relación del asentamiento con otros espacio de oportunidad urbana.

Caso Argentina (Nuevo Alberti Oeste, Rosario)

El barrio se encuentra localizado hacia la zona norte de Rosario, presenta un desarrollo de informalidad con un patrón de ocupación ordenado, consecuencia de la topografía llana que permite una apropiación mas organizada, a partir e. los estudios y proceso de aproximación realizados por el estado, es posible determinar que la zona presenta problemas de anegamiento por el desborde de los diversos canales de aguas que preexistían en el área previo a su ocupación irregular, presenta un conflicto con las líneas de alta tensión ya que se a ocupado con viviendas la zona aledaña a la infraestructura, el sistema de recolección de aguas se hace a cielo abierto a falta de infraestructura lo que genera graves afectaciones a la salud de la población y la generación adiciona de espacio de acumulación de basuras entorno a este proceso, deterioro del suelo por actividades extractivas para la elaboración de ladrillos, no presenta ares de desarrollo o de empleo, altos índices de fragmentación social y familiar ante la falta de oportunidades comunicarías y de desarrollo para los habitantes y ausencia de servicios básicos y coberturas adecuadas en temas como salud y educación.

Esta definición inversa de los ODS a partir de los indicadores plantea la necesidad de establecer una agenda que des de los procesos locales alimente las acciones establecidas en los ODS para cerrar las brechas entre la acción estatal y las realidades que viven las comunidades en el marco de estos territorios, teniendo como línea los siguientes temas comunes:

1. Uso adecuado y manejo del suelo con propósitos sostenibles
2. Construcción de cadenas locales de economía y seguridad alimentaria
3. Aprovechamiento y protección e los sistemas y res ¡cursos naturales de las áreas con enfoque resiliente en el marco del cambio climático.
4. Desarrollo de estructura de cohesión social y espacio para el desarrollo comunitario en las dimensiones del bienestar humano (salud, recreación, educación y cultura)
5. Desarrollo de proceso de transferencia de conocimiento y gestión del territorio entre los actores implicados (Comunidad, Estado, Instituciones no gubernamentales y Academia)

CONCLUSIONES

Una vez evaluado desde los avances de los ODS y ver las realidades de los bordes territoriales de los tres estudios de caso, se abre a parir de la agenda planteada los siguientes retos para Latinoamérica en miras a construir territorios sostenibles.

1. La construcción de instrumentos que fortalezcan la relación del estado y las comunidades para hacer mas tangibles las acciones en la calidad de vida de los habitantes, planeando a las comunidades el reto de la autogestión territorial.
2. Es necesario dar continuidad a las acciones de los ODS desde la perspectiva comunitaria, fortalecer las acciones ambientales y concientizar y capacitar a las comunidades sobre la vulnerabilidad y la protección de ríos y bosques como espacios de oportunidad y desarrollo.
3. Fortalecer la acción estatal sobre la construcción de infraestructura para salud educación, recreación y desarrollo comunitario para fortalecer los indicadores de cohesión social que son los que presentan mayores dificultades, esto con el fin de potenciar el capital humano de acción e interacción para la transformación del hábitat y los territorios vulnerable que permitan hacer las eficiente la invención y mejorar el alcance y conservación de los recursos públicos y privados.
4. Finalmente potenciar las acciones encaminadas a la resiliencia y el cambio climático dentro del marco de los asentamientos informales con el fin de fortalecer las comunidades en las cadenas económicas circulares, la seguridad alimentaria y el bienestar colectivo para alcanzar desde el componente social un cambio de las realidades en la calidad de vida de los habitantes de los territorios de américa latina.

REFERENCIAS

AGUILERA, Fabián; SARMIENTO, Fabián, El borde urbano como territorio Complejo. Bogotá: Editorial Universidad Católica, 2019.

BARRANTE, Gerardo, Identificación y uso de variables e indicadores: Conceptos básicos y ejemplos. San José de Costa Rica, S.Ed, 2006.

DEL VILLAR, Sofía, Indicadores ODS: objetivos, metas e indicadores con énfasis en los indicadores ambientales. La Habana, Cuba: Editorial CEPAL, 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACION, Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2020, Bogotá: Editorial Departamento nacional de planeación, 2020.

FALIVENE, Graciela; COSTA, Patricia, Aplicación de indicadores de sostenibilidad urbana a la vivienda social. Santiago de Chile: Editorial CEPAL, 2014.

MINISTERIO DE AMBIENTE, VIVIENDA Y DESARROLLO TERRITORIAL, Lineamientos para la consolidación de la política de mejoramiento integral de barrios- MIB, Bogotá: Editorial Departamento Nacional de Planeación, 2009.

NACIONES UNIDAS A, Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2020, Buenos Aires: Editorial Publicación de las Naciones Unidas emitida por el Departamento de Asuntos Económicos y Sociales (DESA), 2020.

NACIONES UNIDAS B U. N. Naciones Unidas. Costa Rica. https://costarica.un.org/es/sdgs, (2021).

SOCIABILIDADE E SEGREGAÇÃO EM SHOPPING CENTERS

Um estudo da percepção de usuários em Pelotas

Laís Becker Ferreira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
lais.bfer@gmail.com

Adriana Portella
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adrianaportella@yahoo.com.br

Eduardo Rocha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
amigodudu@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo; enclaves fortificados; segregação; sociabilidade; shopping centers.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em *shopping center*, geralmente refere-se a um estabelecimento comercial que reúne várias lojas sob um mesmo teto, com administração centralizada e estacionamento para veículos. São centros de compras sofisticados e protegidos, com lojas, restaurantes em grandes praças de alimentação, cinemas e outras opções de lazer. Este modelo de centro comercial surgiu nos Estados Unidos na década de 1950 e logo se disseminou por todo mundo. Hoje, o Brasil conta hoje com 601 shoppings, segundo dados da ABRASCE e esse número só cresce.

No entanto, conforme explica Gonzaga (2009), com a rápida expansão surge uma revolução no padrão de consumo, tanto em aspectos físicos, já que o shopping estabelece novas relações entre espaço público e privado, quanto em aspectos socias, uma vez que este novo ambiente sugere novas formas de relacionamento, sociabilidade e também segregação.

No que diz respeito às características físicas, as pesquisas intituladas *Project in the city 2* (KOOLHAAS et. al, 2001) apontam a invenção do ar condicionado, por exemplo, como algo bastante importante nesse sentido, permitindo criar espaços interiores extremamente confortáveis, mesmo sem o uso de janelas. Aliás, a falta das janelas e de qualquer contato com o ambiente exterior também é uma estratégia para favorecer a permanência das pessoas dentro do centro comercial. Outra invenção importante foi a escada rolante, que permitiu ao consumidor atravessar sem esforço grandes distâncias e alturas.

Já em relação às questões socias, há diversos pesquisadores que indicam que o shopping não é um espaço tão positivo quanto aparenta ser. Padilha (2003) afirma que o shopping center é um importante fenômeno da sociedade capitalista mundializada que pretende criar no seu interior uma nova cidade, mais limpa, mais bonita e segura do que a cidade real. E, por conseguinte, torna-se um espaço privilegiado e destinado a determinadas camadas da população.

Para Caldeira (1997), os shopping centers são um tipo de enclaves fortificados: espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Na era dos enclaves fortificados, as interações cotidianas entre pessoas de diferentes classes sociais diminuem consideravelmente e há a sensação constante de "evitação", seletividade e separação (CALDEIRA, 1997). Por trás desse mundo aparentemente ideal dos shoppings e enclaves fortificados, parece haver, portanto, um espetáculo criado, um universo privado voltado para dentro, ignorando e evitando a "cidade real".

É importante ressaltar ainda que, se os shopping centers só vêm ganhando tanto espaço como opção de lazer, é em grande parte pela ineficiência dos espaços públicos de lazer, especialmente no Brasil. O aumento da violência, a falta de confiança na segurança pública e a falta de espaços urbanos adequados favorecem a privatização do lazer pelo shopping assim como a segregação social (PADILHA, 2003).

Por outro lado, enquanto alguns pesquisadores criticam, outros defendem os shopping centers como instrumento de sociabilidade. Soares (2000) não vê os shoppings como um espaço destinado exclusivamente a maximizar o consumo no ponto de vista econômico. Ele explica que, para os consumidores, eles são também espaços geradores de sociabilidade, conforto e segurança. O autor defende, inclusive, o shopping enquanto projeção da casa na rua. Para ele, o shopping (casa) remete a sociabilidade (família e amigos), sentimentalidade, relações, lazer, conforto, segurança, hospitalidade. Já a rua remete à individualização, solidão, frieza, exposição às intempéries e conflito.

Apesar dessas divergências, é perceptível o rápido crescimento dos shopping centers nas cidades brasileiras grandes e médias. Concordando ou não, o fato é que cada vez mais pessoas frequentam esses centros comerciais, alterando assim a configuração e apropriação dos espaços urbanos. Sendo assim, faz-se importante o questionamento acerca do que realmente atrai as pessoas ao shopping, o que faz as pessoas escolherem esse espaço em substituição a outros aparelhos de varejo e a outros ambientes de interação social não orientados necessariamente para o consumo. Nesse sentido, objetivou-se responder à seguinte questão: O que o shopping center significa enquanto espaço para as pessoas e o que atrai seus usuários?

A partir dessa questão norteadora, propôs-se desenvolver um estudo de caso no Shopping Pelotas, na cidade de Pelotas, amparado pela aplicação de um questionário online. Este estudo tem como objetivo geral, portanto, compreender a percepção dos usuários, no que se refere aos aspectos atrativos e segregadores do shopping center.

METODOLOGIA

O presente trabalho é estruturado em uma pesquisa do tipo descritiva na área de percepção ambiental e possui caráter quantitativo. O trabalho fundamenta-se em um estudo de caso com aplicação de um questionário online.

Para a definição do estudo de caso, levou-se em conta a popularidade e o tamanho do shopping, posta a necessidade de um ambiente suficientemente complexo para alimentar a pesquisa. Atendendo a esses critérios, optou-se pelo Shopping Pelotas, inaugurado em outubro de 2013 sendo o primeiro shopping center desse modelo na cidade de Pelotas. Seu fluxo médio mensal antes da pandemia do Covid-19 era de 350 mil consumidores, de acordo com dados da ABRASCE.

Para a realização do estudo, foi elaborado um questionário dividido em três módulos. No primeiro, foram incluídos aspectos relativos à frequência que o respondente utiliza o shopping, meio de transporte utilizado, e o principal uso feito no shopping. No segundo módulo, os respondentes foram inquiridos a respeito da sua percepção sobre o Shopping Pelotas: quais os aspectos mais atrativos, como se sentem ao frequentá-lo, como avaliam o espaço, etc. No último módulo, foram incluídas questões abertas e dados relativos ao perfil socioeconômico dos respondentes. Os dados foram coletados de forma online, para que se obtivesse uma amostragem maior devido ao contexto pandêmico atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados refletem a apuração dos 46 questionários respondidos em maio de 2021. Quanto à caracterização da amostra, o sexo feminino (62,5%) predomina entre os respondentes. Na sua maioria, os respondentes têm entre 25 e 44 anos (69,6%) e fazem uso de carro como principal meio de transporte para ir ao shopping (76,1%).

Em relação ao principal uso feito no Shopping, o ato de ir às compras foi mencionado por 56,5% dos respondentes. Ainda em relação ao consumo, outra questão perguntava se toda vez que o respondente vai ao Shopping ele consome algo. Nesse caso, 63% das pessoas responderam que sim; 32,6% afirmaram que nem sempre; e 4,3% disseram que não consomem nada e o frequentam apenas para passear. Vale lembrar a fala de PADILHA (2003) quando considera os shopping centers como templos de consumo das sociedades capitalistas, ambientes cientificamente planejados, nos seus mínimos detalhes, para a ação de comprar. Comprar mercadorias, serviços, alimentação, lazer, distinção social, segurança – o que se confirma com os resultados desta pesquisa.

Em uma questão aberta perguntando se o entrevistado sentia-se à vontade hoje em dia no Shopping Pelotas, a grande maioria das respostas mencionou a pandemia do Covid-19 (embora ela não tenha sido mencionada), seja para dizer que sim, sente-se à vontade tomando as medidas necessárias; ou também para dizer que não, não sente-se à vontade por conta do risco de contaminação pelo vírus.

Com o objetivo de compreender os aspectos atrativos do Shopping Pelotas de acordo com a percepção dos seus usuários, pediu-se aos entrevistados que selecionassem os 3 maiores atrativos do Shopping.

Selecione até 3 opções que você vê como os maiores atrativos do Shopping Pelotas	
Facilidade de ter tudo no mesmo lugar	52,2%
Diversidade de opções na praça de alimentação	21,7%
Diversidade de segmentos do comércio	21,7%
Localização	21,7%
Área de recreação para crianças	0,0%
Segurança	45,7%
Cinema	41,3%
Ambiente interno protegido das intempéries (sol, vento, chuva, etc.)	80,4%

Tabela 1: Aspectos atrativos do Shopping Pelotas. Fonte: dados da pesquisa, 2021.

O ambiente interno protegido das intempéries é considerado por 80,4% dos respondentes a principal atratividade do shopping em comparação com espaços públicos e comércio de rua. Esse resultado mostra a importância de um ambiente climaticamente agradável, onde os usuários possam permanecer por um longo período de tempo protegidos do sol, do vento, da chuva e das diferenças de temperatura. Como mencionado por KOOLHAS et. Al (2001), a invenção do ar condicionado e a criação de ambientes internos “perfeitos” favoreceu a disseminação desse modelo de shopping center por todo mundo e, mais uma vez, se reafirma com esta pesquisa.

A facilidade de encontrar tudo em um único lugar foi mencionada por 52,2% dos respondentes. Além disso, a segurança do espaço também se revela um diferencial importante para 45,7% dos respondentes, o que leva a outras questões que precisam ser debatidas. Como diz CALDEIRA (2000), na medida em que a maior parte da população confia apenas na segurança privada, como ficam os serviços e autoridades públicas que são deslegitimados? Outro ponto para refletir é: por que os usuários se sentem tão seguros dentro do shopping center? Pode ser tanto por conta da segurança privada como pelo fato desse espaço ser realmente elitizado, não recebendo as classes mais pobres. E nesse sentido, pode-se apontar que o shopping center contribui, sim, para a segregação social, uma vez que se trata de um local seletivo e excludente de uma certa camada da sociedade.

CONCLUSÕES

Inicialmente, é importante lembrar que, desde o início da pandemia de Covid-19, a dinâmica e a rotina das pessoas vêm sendo fortemente alteradas. Assim, esta pesquisa está inserida em um contexto muito particular representando a percepção dos usuários no cenário atual, mas que, provavelmente, teria alcançado resultados diferentes se fosse feita há alguns anos atrás. Também, em decorrência da pandemia, a aplicação dos questionários precisou ser feita de forma online, o que dificultou a inclusão das classes mais baixas da população.

Analisando os dados da pesquisa, percebe-se que a função da sociabilidade no shopping center, defendida por Soares (2000), Freitas (1999) e Lehtonen e Mäenpää (1997), não é muito citada pelas pessoas. Na verdade, é visível até mesmo um certo receio no agrupamento, que provavelmente ocorre também por conta do contexto pandêmico. Mesmo assim, é possível afirmar que, em circunstâncias normais, os shopping centers são considerados ambientes agradáveis para a maioria dos respondentes.

Como principais pontos atrativos do shopping center, foram citados: a) o ambiente protegido das intempéries; b) a facilidade de ter tudo em um mesmo local; e c) a segurança. Já os aspectos segregadores, embora não tenham sido citados ao longo do questionário, podem ter ficado implícitos. Os shopping centers se enquadram como um lugar destinado à classe média e alta, uma vez que são focados no lucro e no consumismo, e, portanto, se configuram como um espaço de alta segregação social. É possível sugerir que essa seja ainda uma das razões pelas quais as pessoas são tão atraídas pelos shoppings: porque é um espaço seletivo, sem os pontos negativos da cidade, sem a marginalidade, sem a violência e sem as classes menos privilegiadas.

De qualquer modo, percebeu-se ao longo deste estudo que o shopping center é um ambiente extremamente complexo, com características positivas e negativas, e que é preciso muito cuidado no momento de fazer observações generalistas, tanto para quem o defende quanto para quem o critica.

Com o resultado desta pesquisa, compreendendo os aspectos atrativos e segregadores dos shopping centers, fica a reflexão sobre outros caminhos e soluções. Talvez uma alternativa seja a criação de espaços urbanos qualificados, tanto para favorecer o comércio local e não as grandes redes, mas também para o lazer, a sociabilidade, a música, a arte, espaços seguros, protegidos das intempéries e que acolhessem a todos os grupos sociais. É claro que há enormes desafios nesse sentido, mas o objetivo é que este estudo possa ter contribuído de alguma forma na reflexão e na indicação de caminhos mais saudáveis para a cidade contemporânea.

Este trabalho, no entanto, também apresenta limitações. A amostra utilizada, pela dimensão do estudo, pela disponibilidade de tempo e pela pandemia atual, foi pequena e não permitiu inferir sobre a percepção de usuários de todos os grupos sociais a respeito do shopping center. Assim, sugere-se para a continuidade do estudo a aplicação de outros métodos, dessa vez qualitativos como a entrevista, para alcançar resultados ainda mais precisos envolvendo diferentes camadas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. **Dados do setor** – Associação Brasileira de Shopping Centers. Acessado em: 03 jun. 2021. Disponível em: https://abrasce.com.br/numeros/setor/

CALDEIRA, Teresa. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.47, p.155-176, março, 1997.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, SP: Edusp, 2000.

FREITAS, R. Nas alamedas do consumo: os shopping centers como solução contemporânea de lazer nas cidades globalizadas. **Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação.** Brasília, ano 1, n.2, 1999.

GONZAGA, E. Shopping center, subjetividade e exclusão social. **Fragmentos de Cultura**, 20(1), 55-68. 2010.

KOOLHAAS, Rem. **S, M, L, XL.** New York: The Monacelli Press, 1995.

KOOLHAAS, Rem et al. **Mutations**. Bordeaux: Arc em Revê Centre d´Architecture, 2001.

LEHTONEN, T.; MÄENPÄÄ, P. Shopping in the East Centre Mall. In: FALCK, p. CAMPBELL, C. (org.). **The Shopping Experience.** Londres: Sage Publications, 1997.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado.** 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SOARES, Luiz André. **Entre a casa e a rua: cultura, espaço e consumo em shopping-centers**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TERRITÓRIO DE SUBJETIVIDADES

Entre condomínios fechados e cidade

Carolina Cabreira Magalhães Falcão
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
carolcmfalcao@gmail.com

Eduardo Rocha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
amigodudu@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo; condomínio fechado; filosofia da diferença.

INTRODUÇÃO

O estudo questiona como é morar na contemporaneidade. Percorre uma linha imaginário-afetuosa, espiando as frestas nos muros e vislumbrando a cidade. O objetivo foi observar o cotidiano dos moradores de um condomínio fechado na cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul e, entender como esses indivíduos adaptaram suas vidas dentro do desenho sempre igual (ou praticamente igual) oferecido pelo projeto e de que forma isso impactou em suas relações com o entorno imediato e com a cidade extramuros. Através de uma visão cartográfica, indica os fenômenos que ocorreram e os relaciona com a cidade. As conclusões do estudo foram (in)esperadas e buscaram discutir a cartografia – que, assim como a cidade, não se extingue – a partir dos percursos, em diferentes escalas.

As subjetividades estão nas nuances, na simbiose entre arquitetura, cidade e vida humana, no entendimento das experiências pessoais, das espontaneidades e das originalidades de cada indivíduo e da relação que mantém com sua moradia, incluindo as distintas formas de morar. Isso representa um desafio para projetar, pensar e criar invólucros para diferentes realidades. Morar é uma necessidade individual que envolve desejos, sonhos e bagagens que precisam encontrar abrigo na moradia.

Morar não é apenas abrigar materialmente, é muito mais do que isso. Morar é um estado complexo de sensações em que cada um traz seus simbolismos, seus cruzamentos e suas costuras. Não podemos mais pensar somente na casa sem pensar na cidade, nem pensar na cidade sem olhar para as pessoas. A diversidade de contextos se difunde por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social.

Partimos em um percurso que vai do real para o abstrato, da rigidez formal da arquitetura e do urbanismo – neste recorte, nos condomínios fechados –, alçando voo por meio de conceitos dotados de significados que extrapolam o concreto. Trata-se de ressignificar a arquitetura através das pessoas, das complexidades e das poéticas de cada lugar.

A potência do conceito de ritornelo, em Deleuze e Guattari (1997, p. 139), está em que "O grande ritornelo se ergue à medida que nos afastamos de casa, mesmo que seja para ali voltar, uma vez que ninguém nos reconhecerá mais quando voltarmos". Portanto, o ritornelo vai existir na coexistência da tríade desterritorializar – procurar um novo lugar, sair do seu território de origem [PARTIR]; territorializar - tomar consciência de um território – território aqui é lugar de passagem, transitório, e varia de acordo com os agenciamentos que são instaurados a cada nova necessidade [RECONHECER]; reterritorializar - retornar a sua origem, dar novo sentido ao seu território [CHEGAR]. Para tanto, esse conceito dá força ao que é tratado aqui. Parte-se de um território para se chegar ao "em casa", passando por essas três etapas de movimento: [PARTIR], [RECONHECER], [CHEGAR].

Casa: território de subjetividades

A palavra "casa" pode sugerir, inicialmente, uma construção cujos espaços servem para atender à necessidade de abrigo que se pressupõe ser de todos os indivíduos. Essa realidade física está longe de esgotar a amplitude do conceito naquilo de abstrato, de subjetivo e, até mesmo, de concreto que ele envolve. Além de abrigo físico, em que consiste a ideia de casa? E a porta? Esse elemento comunica diretamente o público e o privado, enquanto a janela permite somente a observação da vida pública a partir do espaço privado. As janelas são os olhos da rua (JACOBS, 2011), nos tornam observadores, mas não atores; as portas nos convidam a adentrar as subjetividades da vida.

Buscamos entender a cidade, suas formas de morar através da ótica da pessoa, permitindo assim fazer uma leitura do espaço urbano contemporâneo a partir das vivências cotidianas de cada indivíduo. O que precede esta ideia é o propósito da contemporaneidade, não é saber como pesquisar um grande grupo, mas saber que se pode compreendê-lo através de aspectos da vida social contemporânea. Trata-se de uma investigação dos limites entre campos do conhecimento (filosofia e arquitetura) em processo de fusão.

Essa reflexão opera em três camadas: a primeira visa entender o habitar doméstico e suas dinâmicas, adentrando nas casas para compreender como a vida, tão complexa, se adapta de formas tão diversas às mesmas conformações impostas pela arquitetura. A segunda camada questiona como as formas de morar extrapolam os limites das portas, ou seja, como os habitantes reconhecem o território – intramuros – que os cerca, como se integram, como vivem. Por fim, a terceira camada aborda os extramuros, quando esses habitantes cruzam os limites territoriais dos muros, para entender como se relacionam e reconhecem a cidade.

A ilusão da casa

A metodologia adotada para isso foi a cartográfica, a partir do acompanhamento de processos cotidianos e modos de viver e morar. Pesquisar é sempre, de certa forma, relatar uma viagem na qual um sujeito, através dos anseios de seu olhar, vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de novo? Tudo de novo. A pesquisa cartográfica é, portanto, um modo diferente de observar e pensar determinada realidade, a partir da apropriação desta por parte do pesquisador-cartógrafo e da experiência deste.

Cartografar é buscar, através da inserção ou imersão, a capacidade de composição de um ambiente, lugar, território existencial. Trata-se menos da descrição de estados de coisas e mais de um mergulho

na experiência. O desafio do cartógrafo é entrelaçar-se com o objeto de seu estudo. É manter-se aberto aos encontros que podem ocorrer, mesmo que inesperados. É descartar a busca pela informação e se deixar perder nas entrelinhas. Isso não significa uma atitude de relaxamento ou falta de controle sob o objeto estudado.

> Princípio de cartografia: O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para a sua abertura máxima sobre um plano de consistência. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 109)

Esta metodologia foi aplicada com o intuito de que, através das indicações dos moradores do conjunto habitacional Terra Nova, as informações fornecidas fossem mais potentes, uma vez que eles estão completamente inseridos nesse local, enquanto a pesquisadora, por mais que adentre este espaço, não está a ele integrada e, quase sempre, terá uma visão de alguém que observa.

Para o pesquisador-cartógrafo, a amostragem não tem o cunho de chegar a uma verdade absoluta, mas sim de buscar uma possibilidade de entender as dinâmicas. Os percursos são diversos, mas têm algumas semelhanças. As questões que pulsam fora dos muros do condomínio são as mesmas que pulsam ali dentro, naquele ritornelo, organizado e diagramado de sensações: a busca por segurança e por um local limpo e ordenado para viver foram os pontos mais citados pelos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado principal que este trabalho produziu é uma cartografia, um desacomodar nas bases do pensamento arquitetônico-urbanístico, entendendo que as premissas da arquitetura, da cidade e do planejamento sempre precisam estar embasadas nas e para as pessoas. Isso quer dizer que o sentido de produzir arquitetura não deve estar no espaço, na cidade ou na própria arquitetura, mas sim nas pessoas, nas suas ligações afetivas e nas suas relações com o que as cerca.

Trata-se de pensar a arquitetura de uma maneira mais subjetiva, mas sem perder tudo o que é concreto no ato de morar. Uma casa não é um somatório de linhas, com lugares estabelecidos, compostos por tijolos e areia. Não é somente um cenário para preencher páginas de revistas. Uma casa é feita de vida! Para que ela tenha sentido, é preciso de gente que a habite, que deixe os sapatos na entrada e a cama desarrumada, que molhe as plantas, que perfume todos os cômodos com o cheiro do café passando. É necessário que se pense que alguém vai dormir e acordar ali, que as paredes vão segurar quadros e memórias, que cada casa tem e terá sua própria identidade e história.

É potente a necessidade de preocupação com a morfologia espontânea da cidade. A cidade não pode viver circundada por muros. Sua função é propiciar às pessoas espaços para a vida se desenvolver, mas cada pessoa tem o dever de ser protagonista dessa cidade, de ser parte das lições aprendidas neste imenso laboratório de erros e acertos. Sendo assim, a cidade só existe realmente por conta desse protagonismo das pessoas, pois através dele, ela não para de se transformar, de se refazer e desfazer. As mudanças urbanas ocorrem infinitamente, muitas vezes sem regras pré-estabelecidas. A forma de morar e de viver vai sendo refeita a cada dia. A casa, até o século XVIII, era um espaço indiferenciado.

Existiam nela peças onde se dormia, se comia, se recebia, pouco importava. Depois, pouco a pouco, o espaço foi se especificando e se tornando funcional.

O espaço percebido pela imaginação não pode ser um espaço indiferente, deve sim ser um espaço capaz de ser mensurado, refletido, útil, vívido. Deve a imaginação estar descrita no modo de morar de cada um, que é diferente, autêntico e único, assim como a identidade.

[IN]CONCLUSÕES

O que propusemos aqui foi levar as pessoas a (re)descobrirem novas formas de olhar e apreciar seu lugar, uma maneira de estimular, entre as mesmas, atitudes que contribuam para o seu desenvolvimento de forma sustentável. Essa é uma tarefa fundamental de todos aqueles que pretendem intervir tecnicamente na cidade, pois, somente assim, as ações e as responsabilidades vão ser compartilhadas. Esses são valores que devem ser cada vez mais assumidos e discutidos frente às novas perspectivas colocadas pelo contexto atual.

O que se buscou foi entender as relações pessoa-ambiente como subsídio para a prática projetual. Esta proposta de investigação teve como objeto um projeto da arquitetura contemporânea local e seu objetivo foi avaliar em que medida estes projetos de fato atendem aos princípios de uma boa arquitetura, no que concerne aos aspectos formais, funcionais, tecnológicos e paisagísticos, considerados segundo o meio físico e sociocultural em que estão inseridos.

Ao tentar responder as indagações desta pesquisa, uma arquiteta, urbanista e cartógrafa, a partir dos referenciais, tentando melhor entender a cidade através das pessoas e das suas formas de morar, foi barrada pelos muros.

Os muros que barraram não foram apenas os do condomínio, mas também aqueles levantados pelas pessoas que não quiseram abrir suas casas, bem como diversos outros muros imperceptíveis. Mas a cartografia nos transforma, nos provoca a ultrapassar nossos próprios muros e, assim, pudemos perceber que essas cidades medievais contemporâneas, que academicamente pareciam errôneas, são, para muitas pessoas, o aconchego de um lar, seu cosmos, seu espaço neste mundo tão diverso em que vivemos.

É preciso retornar à jiboia do Pequeno Príncipe e projetar, pensar e discutir a cidade e o morar como alguém que é capaz de ver além da moldura, alguém que entende que, dentro de uma jiboia, existe um elefante, alguém que não veja somente a capa exterior, o chapéu que muitas vezes a vida nos apresenta. Dessa forma, os arquitetos devem criar sem serem os protagonistas da vida, mas devem montar o cenário para que a vida aconteça, deve ser aquele que coloca as prateleiras para que a vida se encarregue de guardar ali seus livros.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 1. Paulo: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação, 2003

EXUPERY, Saint. **O Pequeno Príncipe.** Rio de Janeiro: Agir, 2009.

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares:** sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac, 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

URBANISMO TÁTICO E PRÁTICAS URBANAS COCRIATIVAS

Felipe Buller Bertuzzi
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
arq.felipebertuzzi@gmail.com

Juliana Casadei
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
ju.casadei@gmail.com

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
clebourlegat@ucdb.br

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
3002@ucdb.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Requalificação urbana; Intervenção temporária; Cocriação.

INTRODUÇÃO

O "Urbanismo Tático" tem sido uma forma de abordagem atribuída a iniciativas de caráter temporário, de natureza *top-down* e *bottom-up*, com intervenções em pequena escala e de baixo custo, visando a requalificação de espaços, para o uso social da vizinhança local e demais interessados. Trata-se de estratégias criativas, imediatas e de baixo custo em prol da reorganização e readaptação do espaço público urbano (MOULD, 2014). Estas micro mudanças, quando associadas a planejamento público, segundo Lydom (2012) contribuem para ampliar a confiança das partes interessadas, gerando transformações mais inclusivas e equitativas. As novas condições dadas pela pandemia da COVID-19, por seu turno, fortaleceram necessidades de mobilidade urbana pedonal. Isto significou geração de fluxos no ambiente urbano cada vez mais impulsionados por meio de atividades cocriativas (MONTANER; MUXÍ, 2014; BORTOLOZZO, 2018). A primeira iniciativa de Urbanismo Tático em Campo Grande/MS partiu da Prefeitura, num programa de revitalização do centro, em cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), testagem esta eleita pelo banco, neste período, em três cidades da América Latina. O objetivo deste estudo foi avaliar esta iniciativa municipal de urbanismo tático, em Campo Grande/MS, numa rua com potencial para serviços de gastronomia e frente às aspirações de mobilidade coletiva, intensificadas no cenário de pandemia.

As últimas abordagens sobre essa temática vem atrelando essas iniciativas ao desenvolvimento urbano. Segundo Gomes et al. (2019) o urbanismo tático não tem por objetivo resolver os grandes problemas urbanos que assolam as cidades, mas dar destaque às deficiências pontuais do espaço urbano a partir de soluções rápidas. Apesar das ações nos espaços não serem pensados de forma permanente, isso

não significa que não se deva considerá-lo importante e relevante para a comunidade local (VIEIRA; BAVARESCO; DAIPRAI, 2019). Além disso, um dos intuitos do urbanismo tático é contribuir para uma mudança de comportamento a longo prazo (BRAGA; TRINDADE, 2020). Segundo Vieira, Bavaresco e Daiprai (2019),

> O espaço urbano próspero não é aquele com a capacidade de conservar quase que intactos ao tempo os seus edifícios, mas aquele que foi capaz de **adaptar** seus edifícios às pessoas de seu tempo. A cidade se constrói pela **permanência das pessoas,** e não das suas obras de arquitetura (VIEIRA; BAVARESCO; DAIPRAI, 2019, p. 12).

Nesse sentido, o estímulo ao desenvolvimento urbano a partir da ideia de reestruturação funcional e produtiva contribui para a criação de cidades sustentáveis e inteligentes (LEITE, 2012). E a motivação para o incremento de ações táticas deve partir da participação comunitária aliada a um trabalho colaborativo e somado a parcerias de agentes externos (FONTES et al., 2018). Dessa forma, a comunidade tende a se aproximar de soluções mais factíveis de uma situação idealizada de forma local e multi localizada.

Em tempos de pandemia em que novas formas de uso do espaço precisaram ser repensadas, o urbanismo tático também se tornou protagonista à medida em que viabilizou possibilidades paliativas de acesso ao espaço público. Essa inserção em um momento de crise sanitária pode contribuir para o impulsionamento na participação da população na produção do espaço urbano de forma a tornar possíveis os processos que até então partiam unicamente da ação do estado (FRANÇA; FARIA, 2021).

Nesse contexto está a rua, um dos locais passíveis de intervenção para a inclusão de táticas cocriativas urbanas. Para Garrefa e Carvalho (2020), o exercício que deve ser feito pelos gestores e a população como um todo consiste na priorização do pedestre em detrimento de veículos motorizados, o que estimula a existência de espaços mais seguros e confortáveis. Ideia que também é defendida por Gehl (2014) em que define que a caminhada precisa ser confortável sem que haja interrupções e obstáculos no caminho que impeçam a fluidez do pedestre em seus deslocamentos.

Em meio a todo esse processo de construção coletiva surge a pandemia, a qual elucidou a falta de investimentos públicos que acometem os espaços de interação urbana. Segundo Fontes, Perpétuo e Domingues Mais e Silva (2020), as necessidades urbanas e humanas desassistidas pelo poder público são a consequência da falta de um planejamento urbano integrado. Para Bortolozzo (2018, p. 112), dentre os problemas existentes estão “a perda de potencialidade e atração do ambiente urbano, a ausência de pessoas nos espaços públicos, definição de espaço atrativo, os benefícios dos locais ‘ativados’ para a sociedade e as ferramentas utilizadas na transformação.”

Por isso, é necessário incorporar a população no processo de criação e gestão dos espaços públicos para o fortalecimento de uma construção coletiva e gestão democrática urbana (BRAGA, 2020). Além disso, a constante participação coletiva nos espaços de uso público tendem a reforçar as condições democráticas da cidade, possibilitando a ressignificação dos usos e a vitalidade dos espaços (CARVALHO; ATAÍDE, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As táticas de intervenção utilizadas nesta iniciativa de Urbanismo Tático foram interpretadas com base nos critérios sugeridos por Gehl e Svarre (2018): "O que? Quem? Como? Onde? Quantos? Para que?", mediante estabelecimento inicial de um quadro-síntese sugerido por Bortolozzo (2018) e do referencial teórico previamente selecionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro-Síntese dos critérios de análise (Tabela 1) permitiu evidenciar as características principais características deste Plano de Urbanismo Tático.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE		
"O que?"	**PLANO**	Intervenção de urbanismo tático na Rua José Antônio
"Quem?"	**ATORES**	Prefeitura municipal, empresários, sociedade local
"Como?"	**TIPOLOGIA**	Prototipagem de caráter temporário cocriativo
	PROCESSO	Iniciativa "*Top-down*" e "*Bottom-up*" e uso de redes digitais
"Onde?"	**ESPAÇO ATUAL**	Em requalificação e utilização sem gerar aglomeração
"Quantos?"	**ATIVIDADES**	Entrevistas, oficinas, reuniões, pesquisas de percepção prévia, palestras, convocatórias, questionários qualitativos e quantitativos e atividades de ativação
"Para que?"	**IMPACTOS**	Espaço acolhedor, inclusivo e equitativo, ajustado ao cenário de pandemia e potencializado como corredor gastronômico, turístico e cultural

Tabela 1: Critérios de análise a partir da intervenção de urbanismo tático na Rua José Antônio. Fonte: Gehl e Svarre, 2018; Bortolozzo, 2018, adaptado pelos autores, 2021.

As intervenções tiveram o propósito de conferir novos usos a espaços antes exclusivamente destinados aos veículos. Sendo assim, foram testadas a ampliação das calçadas nas esquinas, diminuindo o raio de curvatura e reduzindo o espaço de exposição dos pedestres nas travessias. Também foram implementados bolsões de permanência e convívio, com pinturas na via e implantação de *parklets* (Figura 1).

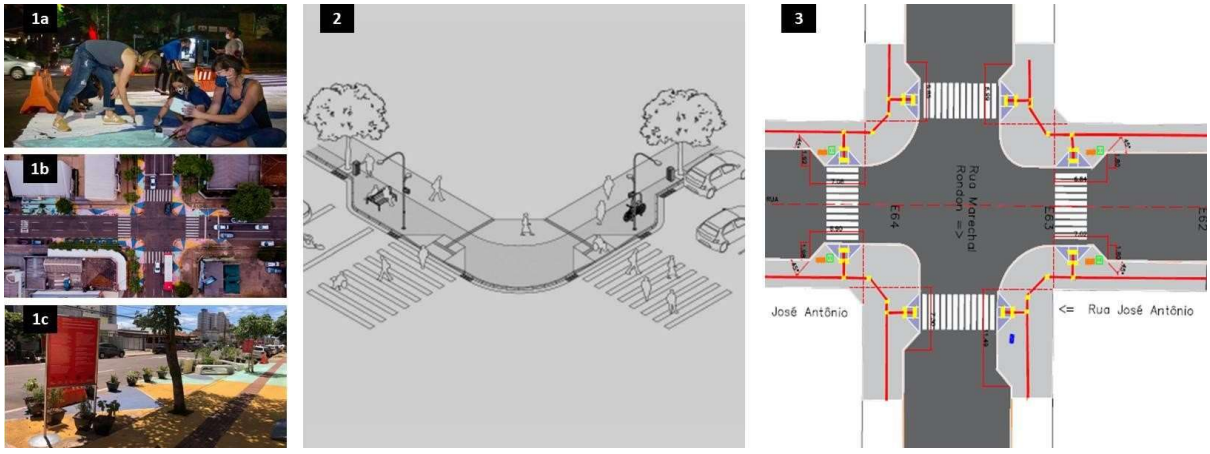


Figura 1: Etapas da intervenção na José Antônio: (1) implantação, (2) diretrizes e (3) projeto. Fonte: Márquez & Cunha, 2020 e UGP, 2021, adaptado pelos autores, 2021

A requalificação assistida na Rua 14 de Julho converteu o espaço destinado à circulação de veículos automotores em outro que permite o caminhar, em velocidades e ritmos distintos, possibilitando diversos

usos e atendendo as diferentes necessidades das pessoas que por ela se deslocam. Diversos elementos que conferem o caráter de pedestrianização foram adotados, como acessibilidade universal, pela construção de calçadas no mesmo nível do leito carroçável; modernização semafórica com ampliação do tempo de travessia do pedestre; implantação de travessia elevada nos meios de quadras; e aumento do raio de curvatura das esquinas, diminuindo a extensão de travessia do pedestre na rua e sua exposição ao risco.

A promoção de ambientes mais seguros é uma dessas características adotadas no projeto da Rua 14 de Julho, uma vez que o medo da violência é um fator limitante do usufruto pleno da cidade pelas mulheres (ITDP, 2018). O temor advém dos quadros de violência de gênero e raça/etnia circunstanciada por Saffioti (2009) que têm como base as relações de exploração masculina sobre a mulher. A pretendida reversão desse cenário se deu com a instalação, ao longo de todo o trecho requalificado, de câmeras de videomonitoramento interligadas a uma central de controle da Guarda Municipal, que também instalou uma base operacional dentro dos limites da Praça Ary Coelho, localizada na própria via. Outro aspecto associado é a melhoria da iluminação pública, com lâmpadas de LED em luminárias de dois braços, um com o foco direcionado à via e outro, mais baixo, direcionado às calçadas, eliminando assim as áreas de breu. Deste modo, as intervenções realizadas minimizam a sensação de insegurança causada às mulheres e propiciam sua permanência e usufruto do espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos princípios de análise do espaço público sugeridos por Gehl e Svarre (2018) foi possível interpretar as táticas utilizadas como intervenção temporária, na requalificação da Rua José Antônio, resultando em propostas criativas para novos padrões de usos da via, assim como para o fortalecimento de um corredor gastronômico, turístico e cultural no centro da cidade, no contexto específico da cidade e da pandemia.

Os métodos advindos do urbanismo tático e da prática urbana cocriativa contribuem para a construção de soluções conjuntas aos mais diferentes problemas urbanos a partir do diálogo e das inter-relações dos mais diferentes agentes. A cocriação, nesta primeira iniciativa de Urbanismo Tático na cidade, contou com o suporte de técnicos indicados pelo banco, tendo sido relevante destacar neste cenário de pandemia, o uso de redes sociais no diálogo estabelecidos com as partes interessadas. O engajamento dos empreendimentos locais e a diversidade de partes interessadas envolvidas, por seu turno, contribuíram para se inovar com padrões de uso mais inclusivos e equitativos da rua. Ao mesmo tempo, veio reforçar a titulação de corredor gastronômico, turístico e cultural desta via no centro de Campo Grande/MS.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZO, Carolina Vittória Ortenzi**. Práticas urbanas criativas: estudo, análise e impacto de ações táticas no espaço público paulistano**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

BRAGA, José Otávio Santos de Almeida. A construção coletiva do espaço público: do conflito à colaboração. In: VI ENANPARQ, 6., 2020, Brasília. **Anais do VI Enanparq.** Brasília: Unb, 2020. p. 1-15.

BRAGA, Nayara Aparecida Quintão; TRINDADE, Fernanda Cota. Estudo da mobilidade urbana na cidade de Abre Campo - MG. In: VI Seminário Científico do UNIFACIG, 6., 2020, Manhuaçu. **Anais do VI Seminário Científico** do UNIFACIG. Manhuaçu: Unifacig, 2020. p. 1-17.

CARVALHO, Manuela Cristina Rêgo de; ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. Intervenções temporárias no espaço público da cidade de Natal - RN. **Revista de Morfologia Urbana**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 1-13, 7 ago. 2019. Revista de Morfologia Urbana. http://dx.doi.org/10.47235/rmu.v7i1.51.

FERNANDES BARATA, Aline e SANSÃO FONTES, Adriana. Urbanismo Tático: experiências temporárias na ativação urbana. **Habitar 2016,** Belo Horizonte, 23-25 novembro de 2016.

FONTES, Adriana Sansão; GALARCE, Fernando Espósito; VALLE, Leticia Martins do; MOTTA, Victor Fernandes; FARIA, Thais da Silva. Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. **Arq & Urb,** São Paulo, p. 147-169, 2018.

FONTES, Adriana Sansão; PERPÉTUO, Maine; DOMINGUES MAIA E SILVA, Inês. Táticas para adaptação de espaços públicos no contexto da COVID-19. In: VI ENANPARQ, 6., 2020, Brasília. **Anais do VI ENANPARQ.** Brasília: Enanparq, 2020. p. 1-14.

FRANÇA, Tiffany Nicoli Faria Latalisa; FARIA, Teresa Cristina de Almeida. COVID-19 e Urbanismo Tático: novas possibilidades de uso do espaço público em tempos de pandemia. In: I CONGRESSO LATINO- AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SUNSTENTÁVEL, 1., 2021, [S. L.]. **Anais do I Congresso Latino-americano de Desenvolvimento Sustentável**. [S. L.]: 2021. p. 494-504.

GARREFA, Fernando; CARVALHO, Flávia. Três conceitos para o aumento na segurança viária de pedestres e ciclistas: urbanismo tático, ruas completas e ruas seguras. **Revista Latino-Americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**, [s. l], v. 1, n. 1, p. 90-105, 2020.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 280 p.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade:** como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018. 183 p.

GOMES, Julia Dias; GOMES, Leticia Dias; MENDES, Thiago Borges; MELLO, Marcia Maria Couto. Urbanismo tático em discussão para o desenvolvimento urbano. **Research, Society And Development,** [S.L.], v. 9, n. 2, p. 1-19, 1 jan. 2020. Research, Society and Development. http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2047.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes.** Desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Grupo A Educação, 2012.

LYDOM, M. Urbanismo tático 2: ação a curto prazo, mudança a longo prazo. **Street Plans Collaborative**, março de 2012.

MÁRQUEZ, Leonardo & CUNHA, Mayara. **Urbanismo Tático CG II**: Relatório Final. Campo Grande: 2020.

MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política:** ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MOULD, O. (2014). Tactical urbanism: The new vernacular of the creative city. **Geography Compass**, 8(8), 529–539. https://doi.org/10.1111/gec3.12146

Unidade Gestora do Programa - UGP. Programa Viva Campo Grande II**. Revitalização da Região Central:** Projeto Urbanístico e Arquitetônico da Rua José Antônio. Campo Grande: 2021.

VIEIRA, Maria Fernanda Paim; BAVARESCO, Paulo Ricardo; DAIPRAI, Leandra. Intervenções Táticas no Espaço Urbano. **Research, Society And Development, [**S.L.], v. 8, n. 5, p. 1-14, 1 mar. 2019. Research, Society and Development. http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i5.979.

USO DA VIA PÚBICA POR MULHERES

Potencialidades da requalificação urbana

Juliana Casadei
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
ju.casadei@gmail.com

Felipe Buller Bertuzzi
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
arq.felipebertuzzi@gmail.com

Flávia Palhares Machado
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
flaviapalharesmachado@gmail.com

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
3002@ucdb.br

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco | Brasil
clebourlegat@ucdb.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
(x) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Requalificação Urbana; Caminhabilidade; Espaço Urbano.

INTRODUÇÃO

Os espaços nas cidades têm importantes funções sociais e culturais na vida das pessoas. A maneira como esse espaço é distribuído ou organizado, assim como são ofertadas as infraestruturas e os serviços públicos resulta nos diferentes tipos de uso e ocupação, além de determinar a possibilidade de evitar, corrigir distorções ou acentuar as desigualdades sociais no tecido urbano.

Embora frequentemente a atenção dada ao gênero não seja explícita, a mesma é fundamental para a organização da igualdade, sendo que as estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das relações naturais entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). A dominação masculina abordada por Pierre Bourdieu (2012), entranhada no seio de uma sociedade patriarcal, torna por vezes imperceptível as desigualdades existentes nos espaços públicos urbanos.

O espaço urbano possui desafios para seu acesso e pleno uso, por parte das mulheres, uma vez que é marcado por limitações advindas de processos de planejamento e construção alicerçados em padrões de desigualdades. As mulheres são enquadradas como estando em situação de maior vulnerabilidade e, portanto, com dificuldades de usufruírem, de forma igualitária e segura, das oportunidades oferecidas pelo meio urbano (ITDP, 2018). Em razão da dupla jornada de trabalho e das tarefas da esfera

reprodutiva, diversos autores concordam que as desigualdades e toda sorte de problemas relacionados à infraestrutura e equipamentos públicos do meio urbano afetam muito mais as mulheres que os homens (HELENE, 2019). Silva (2007) mencionou a existência de espaços de constrangimento, como a rua, em determinados locais ou horários, ou os espaços confinados, que resultam em diferenças no acesso físico entre homens e mulheres.

As questões de gênero são correlacionadas a um quadro social que conecta pobreza, precariedade das moradias, alimentação e falta de acesso a bens e serviços urbanos, a um modelo de vida que dissociou a família da vida ocupacional, o público do privado, acentuando a desigualdade que se vivencia nos eixos classe e raça, além do gênero. Assim, a vida da mulher foi destinada a acontecer no ambiente privado, enquanto ao homem cabia ocupar o espaço público. Deste modo, temos uma reprodução constante de espaços que não são pensados a atender as necessidades específicas das mulheres, considerando um contexto social de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2009).

A via pública tem importante papel no contexto urbano, pois contempla não apenas o local de circulação das pessoas em seus diferentes meios, mas, sobretudo, a vivência, o encontro social, a cultura, o lazer, a busca pelas oportunidades, enfim, a dinâmica do cotidiano dos habitantes de uma cidade. Recentemente evidenciam-se transformações do planejamento das grandes vias, para que estas se tornem espaços seguros e habitáveis, estabelecendo como premissas e objetivos dos projetos urbanos a valorização da dimensão humana no uso e ocupação destes espaços, convertendo-os em ambientes com melhor qualidade para o seu uso por parte dos habitantes das cidades.

Nessa perspectiva, as ruas são tidas como espaços multidimensionais, dinâmicos e adaptativos, além de catalisadores de processos de transformação urbana. Elas são convertidas em sua funcionalidade, passando de simples corredores de locomoção a promotoras das necessidades de múltiplos usuários, ampliando as metas sociais, econômicas e ambientais. As ruas tornam-se, assim, a unidade básica do espaço urbano pelo qual a cidade pode ser vivenciada, alinhando sustentabilidade ambiental, saúde pública, atividade econômica e importância cultural (GDCI, 2018).

Como consequência desta abordagem, as ruas recuperam o seu caráter de espaço social cuja função também inclui a promoção do convívio, resgatando, dentre outras, sua importância para encontros entre os sujeitos, e, dessa forma, fortalecem a relação de identidade com o espaço público (PADOVANI, 2003).

A experimentação desses espaços, da forma mais ampla possível, inclusive político, retoma a ideia da cidade como um espaço social tal qual enuncia Léfèbvre (2001), segundo o qual as cidades são a projeção da sociedade sobre um local, parte e produto das relações sociais instituídas historicamente nestes ambientes. O autor aponta que, ao longo do processo de expansão da urbanização, as cidades foram se remodelando para atender as necessidades funcionais da divisão social do trabalho, atuando implicitamente na configuração das relações de gênero, em um processo em que a própria cidade passa a desempenhar um papel importante, uma vez que seu tecido urbano materializa essas relações.

O planejamento urbano acolheu a lógica utilitarista de organização funcional da cidade, passando a atribuir às vias um caráter único de conexão entre as partes e regiões da cidade estruturalmente separadas, arrancando-lhes os demais significados e usos. A proposição do direito à cidade enunciada por Léfèbvre (2001) inspira uma reflexão sobre esse tipo de planejamento sugerindo o reconhecimento

do valor do uso dos espaços da cidade de maneira indiferenciada por todos os seus habitantes.

Esta visão já tem sido explorada em diversos projetos urbanos voltados para diferentes localidades. Os trabalhos que evidenciam a necessidade das pessoas, explorando a dimensão humana dos espaços públicos, tais como os realizados por Gehl (2010), tornaram-se referência e inspiração para diversas iniciativas e projetos urbanísticos ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Consequentemente, a adaptação das cidades a partir da valorização do espaço público, pensados sob a perspectiva da escala humana e coletiva, tem se tornado uma tendência, não só no que se refere às alternativas e soluções de mobilidade urbana como também em relação à diversidade de usos atribuídos a estes espaços.

Nesse sentido, este artigo pretende verificar as relações e condições de caminhabilidade entre o espaço urbano e as mulheres na Rua 14 de Julho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se desenvolveu a partir de consulta bibliográfica, documental e empírica sobre a temática da caminhabilidade no espaço urbano, bem como na observação das estratégias mais ajustadas para dotar a Rua 14 de Julho de elementos indutores ou facilitadores ao uso de mulheres e meninas.

Buscou-se verificar a apropriação do espaço urbano por mulheres e meninas a partir das ferramentas de contagem e mapeamento, definidas por Gehl e Svarre (2018), ajustando-as ao contexto de Campo Grande e da Rua 14 de Julho. Para tanto, sendo uma via de intenso uso comercial, dos parâmetros apresentados pelos autores foram considerados àqueles que respondem as perguntas: “o que?”, “quem?”, “como?”, “onde?”, “quantos?” e “para que?”. Tais procedimentos visaram auxiliar na compreensão da atividade pública na rua, bem como mapear os trajetos e as formas de utilização do espaço por elas (GEHL; SVARRE, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para convergir com as necessidades e expectativas das mulheres, referenciadas pelo ITDP (2018), é recomendada uma abordagem inclusiva, considerando diversos aspectos relacionados às cidades como: mobilidade a pé e uso e ocupação do solo, mobilidade por bicicleta, segurança viária, transporte público, habitação e infraestrutura urbana, prevenção e combate ao assédio e violência sexual, opções de cuidados com os filhos, redução nos gastos com o transporte e efetiva gestão de políticas públicas.

Ao aplicar os conceitos advindos de Gehl e Svarre (2018), puderam ser observadas informações que destacam a presença majoritária da mulher na via estudada (Tabela 1).

	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	
“O que?”	**PROJETO**	Requalificação da Rua 14 de Julho
“Quem?”	**USUÁRIOS DA VIA**	Predomínio da circulação de mulheres
“Como?”	**CRITÉRIOS ADOTADOS**	Melhoria na caminhabilidade e segurança viária e pública
“Onde?”	**ESPAÇO**	Quadras centrais de maior concentração de fluxo de mulheres
“Quantos?”	**CIRCULAÇÃO**	Contagem de fluxo em dias e horários diferentes
“Para que?”	**IMPACTOS**	Espaço acolhedor, inclusivo e equitativo

Tabela 1: Critérios de análise no contexto da Rua 14 de Julho. Fonte: Gehl e Svarre, 2018; Bortolozzo, 2018, adaptado pelos autores (2021).

A requalificação assistida na Rua 14 de Julho converteu o espaço destinado à circulação de veículos automotores em outro que permite o caminhar, em velocidades e ritmos distintos, possibilitando diversos usos e atendendo as diferentes necessidades das pessoas que por ela se deslocam. Diversos elementos que conferem o caráter de pedestrianização foram adotados, como acessibilidade universal, pela construção de calçadas no mesmo nível do leito carroçável; modernização semafórica com ampliação do tempo de travessia do pedestre; implantação de travessia elevada nos meios de quadras; e aumento do raio de curvatura das esquinas, diminuindo a extensão de travessia do pedestre na rua e sua exposição ao risco (Figura 1).



Figura 1: Principais elementos adotados na requalificação: acessibilidade (a), calçadas amplas e em nível (b), travessias de pedestre no meio da quadra (c) e nas esquinas (d). Fonte: Arquivo dos autores.

A via requalificada oferta, também, espaços que convidam o usuário à permanência ao promover a melhoria da paisagem urbana e do conforto térmico a partir da implantação do paisagismo e arborização; disponibilizando acesso à internet pública gratuita (Wi-Fi); e oferecendo áreas de descanso.

A promoção de ambientes mais seguros é uma dessas características adotadas no projeto da Rua 14 de Julho, uma vez que o medo da violência é um fator limitante do usufruto pleno da cidade pelas mulheres (ITDP, 2018). O temor advém dos quadros de violência de gênero e raça/etnia circunstanciada por Saffioti (2009) que têm como base as relações de exploração masculina sobre a mulher. A pretendida reversão desse cenário se deu com a instalação, ao longo de todo o trecho requalificado, de câmeras de videomonitoramento interligadas a uma central de controle da Guarda Municipal, que também instalou uma base operacional dentro dos limites da Praça Ary Coelho, localizada na própria via. Outro aspecto associado é a melhoria da iluminação pública, com lâmpadas de LED em luminárias de dois braços, um com o foco direcionado à via e outro, mais baixo, direcionado às calçadas, eliminando assim as áreas de breu. Deste modo, as intervenções realizadas minimizam a sensação de insegurança causada às mulheres e propiciam sua permanência e usufruto do espaço público.

As modificações no perfil de circulação e trânsito na via, já mencionadas, com adoção de medidas de *traffic calming* para diminuir a velocidade do tráfego motorizado, além da melhoria da qualidade das calçadas e priorização da circulação de pedestres, conforme ITDP (2018) contribuem significativamente com aumento da segurança viária. E apesar de não ser exclusividade feminina, este é um item relevante ao deslocamento das mulheres, em especial de mulheres idosas ou com deficiência, ou ainda as gestantes ou nos cuidados da maternagem.

Adicionalmente, o cuidado com os filhos ainda é uma tarefa marcadamente feminina, não apenas de mães, mas também de avós. Por este motivo, as vias pedestrianizadas, acessíveis, facilitam a circulação e a vivência no espaço público quando acompanhadas de crianças (ITDP, 2018). Na Rua 14 de Julho, além da acessibilidade universal, os mobiliários foram planejados pensando na permanência e segurança das crianças, exemplo disso são os bancos nas áreas de descanso, resguardados com defensas metálicas, além de serem ofertados bancos especialmente dimensionados ao uso infantil.

Portanto, ao analisar a adaptação da rua 14 de julho aos pontos considerados relevantes, é possível identificar que as melhorias no espaço público são facilitadoras ou mesmo indutoras ao uso pelas mulheres, além de contribuir para a promoção da vitalidade das cidades aduzida por Jacobs (2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura tem revelado a essencialidade dos espaços públicos e o papel da via pública para seus múltiplos usos na dinâmica das cidades, ressaltando a importância de atender, em seus diversos aspectos, necessidades e expectativas das mulheres, ao se tornarem espaços acessíveis e inclusivos, além de seguros e verdes, democraticamente oferecidos a todos os seus usuários.

Nesse viés, a requalificação de vias, seguindo as premissas e entendimentos das agendas globais de desenvolvimento, como no case da Rua 14 de Julho, em Campo Grande-MS, demonstrou-se como alternativa viável. Os resultados confirmaram a majoritária circulação de mulheres nessa via, com maior fluxo nas quadras que predominam o intenso comércio varejista, coincidente com os períodos de recebimento de salários. Portanto, a conversão de espaços destinados aos veículos para ampliação das áreas destinadas ao pedestre, somada à promoção de ambientes acessíveis e dotados de conforto e segurança, facilitam especialmente o uso do espaço público por mulheres e meninas, que na condição anterior à requalificação promoviam segregação e obstáculos sociais.

As relações entre a metodologia e o caso analisado concluíram que a Rua 14 de julho propicia trajetos acessíveis, o que justifica a inclusão e a segurança da mulher nos deslocamentos pedonais.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZO, Carolina Vittória Ortenzi. **Práticas urbanas criativas:** estudo, análise e impacto de ações táticas no espaço público paulistano. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 11a ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade:** como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018. 183 p.

GDCI, **Global Designing Cities Initiatives.** Guia Global de Desenho de Ruas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole,** São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612.

ITDP, Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. **O acesso de crianças e mulheres à cidade**. Rio de Janeiro: ITDP, 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes:** estudos de Geografia. Programa de Pós-graduação e Geografia/Ageteo, Rio Claro, 2003. p. 17-183.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. In: **Série Estudos/Ciências Sociais**. FLASCO-Brasil, 2009. Disponível em:<http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul,** Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.

04

Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo: Patrimônio e Espaços Públicos

Teoría, Historia y Crítica de la Arquitectura y el Urbanismo: Patrimonio y Espacios Públicos

Theory, History and Criticism of Architecture and Urbanism: Heritage and Public Spaces

A RELAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE TURÍSTICA E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE PARATY / RJ

Priscyla Árias Torrentes Bastos
Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
priscyla.arias@gmail.com

Rosina Trevisan Martins Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil
rosinatrevisan@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: turismo; gentrificação; patrimônio; Paraty.

RESUMO

O processo de patrimonialização de sítios históricos urbanos buscava a valorização da identidade cultural deste patrimônio, além da requalificação de seus conjuntos arquitetônicos e núcleos históricos que, através da utilização de instrumentos de planejamento urbano, visava não apenas a sua reabilitação, como também, sua utilização como meio de garantir sua efetiva preservação. O crescente interesse no potencial turístico dos sítios históricos urbanos trouxe consigo visitantes, muitos empresários e comerciantes, interessados em se instalar nestes sítios.

No município de Paraty / RJ, objeto de estudo desta pesquisa, o ciclo do turismo teve seu início na década de 1970, após décadas de estagnação econômica, e foi impulsionado pela construção da BR-101 (Rodovia Rio-Santos), sendo um marco importante para o crescimento econômico e desenvolvimento urbano da cidade. Porém, com o incremento da atividade turística e a prática do consumo do patrimônio cultural dos sítios históricos, a consequente gentrificação teve seu início. Esse processo de substituição dos antigos moradores por famílias de classe média vem sendo chamado de gentrification. O termo foi empregado pela primeira vez na década de 1960, pela socióloga Ruth Glass, para denominar “o conjunto de expulsões da população de baixo poder aquisitivo que residiam em áreas centrais da cidade, e sua substituição por moradores de classe média” (SILVA, 2015, p.03). Ocorrendo, assim, a renovação das habitações, alterando profundamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos.

Segundo Maria Teresa Paes (2017, p.669), a gentrificação constituiu-se em um processo de natureza dinâmica, seja em sua concepção conceitual, seja em sua forma de expressão no espaço, reveladora dos conflitos sociais de apropriação dessas novas paisagens urbanas.

O objetivo desta pesquisa é relacionar a atividade turística e o processo de gentrificação ocorrido no Centro Histórico do município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, e de que maneira (s) os órgãos competentes buscam trabalhar com as ferramentas de planejamento urbano visando minimizar os impactos do turismo em relação à população local do sítio histórico.

Em Paraty, o processo de gentrificação da população local e a ocupação dos imóveis no Bairro Histórico por residências de veraneio acentuou-se, e o fluxo de turismo na região intensificou o de êxodo rural, levando essas pessoas a se fixarem na periferia da cidade. As medidas de proteção adotadas culminaram, em 1974, com o tombamento de todo o Município pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty passa a ser objeto de estudo e preocupação daqueles que lhe reconheciam pelo seu valor histórico. Inicialmente, temeu-se pela desfiguração de seu conjunto urbano, devido às intervenções de uso e renovação sempre recorrentes.

Os moradores que vendiam suas residências mudavam-se para fora do perímetro do Bairro Histórico, e lentamente a vida da cidade foi se transformando com a inclusão desses novos personagens, genericamente designados por “paulistas”. Nos arredores do Bairro Histórico, haviam algumas edificações humildes de taipa e sapê, localizadas na base do Morro Defensor Perpétuo próximo à Praia do Pontal, onde existiam pequenas atividades pesqueiras. Alguns moradores das antigas casas do Bairro Histórico não conseguiram manter as edificações e abandonaram-nas, mudando-se para os arredores. (MOURE, 2003, P.25).

Marina Mello e Souza (2008, p.111), relata que o comércio conheceu alguma revitalização com o dinheiro novo em circulação, ao mesmo tempo que o espaço urbano tradicional sofreu um certo esvaziamento com a mudança das famílias para outros bairros, pois “quando os turistas voltavam para suas casas, a cidade adquiria uma atmosfera entristecida, saudosa do tagarelas e das cantorias nas portas e janelas quando a noite tinha lua e era quente, silenciosa sob as muitas casas que ficavam fechadas durante a maior parte do ano”.

Foi principalmente na década de 1990, que a cidade de Paraty teve sua expansão urbana e, a partir do ano 2000, a cidade entrou em um período de forte expansão. Mariana Priester (2015, p.134), afirma que na década de 1980 a cidade teve uma retração que interrompeu a expansão que vinha ocorrendo desde a década de 1970, consequência da crise econômica ocorrida na década de 1980.

Neste período, os novos moradores de Paraty adotaram a cidade como um meio de vida, tornando-se proprietários de seus próprios negócios e transformando o perfil socioeconômico do Bairro Histórico, cujo comércio se voltou cada vez mais para bens de consumo exclusivos, tendo naturalmente um perfil voltado para consumidores de renda mais elevada, ao contrário do comércio oferecido pelos pequenos comerciantes e donos de armazéns que ocupavam os imóveis do conjunto arquitetônico tombado do município. Segundo Mariana Priester (2015, p.135), fica clara a relação ambígua entre a população local (os de dentro), que possuem a tradição, e os forasteiros, que percebem Paraty como um espaço a ser ocupado e significado.

Isso implica em dois movimentos antagônicos em relação ao sítio histórico: um de transformação e outro de conservação; ambos tendo como objeto principal "a posse de seu significado". O poder público surge como terceiro agente nesta disputa, que já havia concedido o título à cidade de Monumento Estadual, Monumento Nacional e a Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. É a ação conjunta destes três agentes não homogêneos que reflete as diferentes formas de compreensão do Centro Histórico ao longo do tempo. Essas ações orientam a compreensão das intervenções ocorridas no Centro Histórico de Paraty e das formas como foram ou não apropriadas pela população (PRIESTER, 2015, p.135).

De maneira a compreender melhor os processos de ocupação e expansão urbana do município de Paraty, além da abordagem teórica dos principais conceitos trabalhados nesta pesquisa, buscou-se também pesquisar sobre o histórico da implantação de Paraty, analisando os processos de patrimonialização, turistificação e gentrificação, ocorridos no Centro Histórico do município.

Através de pesquisas realizadas, por meio de mapas de uso do solo urbano, para analisar a ocupação e transformação pelas quais o sítio histórico passou nas últimas décadas do século XX e primeira década do século XXI, foram inventariados os imóveis do conjunto arquitetônico e classificados entre imóveis de uso comercial e de uso residencial. No ano de 1989 a pesquisa constatou que mais da metade dos imóveis era de uso residencial (veraneio ou lote vago). No levantamento realizado no ano de 2003, foi constatado um equilíbrio entre o uso residencial e comercial dos imóveis, confirmado pelo trabalho da arquiteta Laura Moure (2003). Paraty apresentava, em sua maioria, usuários provenientes de outros estados e países, o que configurava um tipo de ocupação comercial/empresarial ou turística do sítio histórico. Por outro lado, ainda existiriam entre os proprietários de imóveis e residentes no Centro Histórico, uma parcela significativa da população originária de Paraty. Muitos imóveis residenciais permanecem fechados a maior parte do tempo, por serem de veraneio, dos proprietários provenientes de outros estados ou países.

Através de levantamento realizado no ano de 2014, no Bairro Histórico, por meio de observação in loco, foram levantados 210 imóveis de uso residencial, e 178 imóveis de uso comercial/turístico. Pode-se concluir que o número de imóveis de uso residencial é de fato maior que o de imóveis de usos comerciais/turísticos, o que segundo Mariana Priester (2015, p.138), não reforça o caráter residencial do Centro Histórico. Essas mudanças sociais e econômicas ocorridas no sítio de Paraty, se refletiram em sua estrutura espacial, onde o caráter turístico vem se firmando tanto pelo uso comercial dos imóveis, quanto pelo seu uso temporário e para veraneio, sendo chamado de "shopping center" por muitos dos moradores remanescentes. Dessa forma, o esvaziamento do Centro Histórico ainda é um processo bastante recente e em andamento.

A cidade de Paraty vem desde o ano de 2003 buscando conquistar o título de Patrimônio da Humanidade pela Unesco. De lá para cá já foram três candidaturas sem sucesso. A candidatura do ano de 2015 precisou de revisão para complementação de sua proposta. Buscando responder aos critérios da Unesco, Paraty teve que resolver vários problemas de saneamento e conciliar o desenvolvimento urbano, a conservação patrimonial e o turismo: desde 2007, a Prefeitura Municipal aterrou a rede de energia elétrica, retirou das ruas os postes e os cabos de energia, implantou uma iluminação feita por lampiões e luminárias, características do século XVII, e implantou um adequado e moderno sistema de

esgotamento sanitário e abastecimento de água potável que beneficiará cerca de 70% de sua população. Ou seja, os direitos básicos da urbanidade serão estendidos para a sua população, como resposta às demandas do patrimônio cultural e do turismo. Ainda que o uso turístico quase exclusivo do seu Centro Histórico tenha causado uma cisão entre o território da população local nos bairros carentes de infraestruturas, fora do perímetro tombado, e o território dentro do perímetro patrimonializado, essas exigências vindas de fora obrigam a uma readequação do uso do território que favorece a população local, confirmando a indissociação entre a escala local e as demandas globais (PAES, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que o processo de patrimonialização dos sítios históricos os evidencia para o turismo, também põe em evidência as suas vulnerabilidades econômicas e socioculturais que deverão ser corrigidas. A análise desses termos para a interpretação dos processos de gentrificação contemporâneos expressa no espaço urbano um conflito sociopolítico que não pode ser reduzido a uma abordagem economicista. Essas questões não se resumem exclusivamente à atividade turística ou ao patrimônio, mas às premissas políticas, culturais e econômicas que podem tomá-los como ferramentas para estratégias mais inclusivas para sua população. Com base no planejamento realizado almejando o título de Patrimônio da Humanidade, em 05 de julho de 2019 o município conquista o tão almejado título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, unindo seu acervo histórico com as belezas naturais da baía da Ilha Grande e da Mata Atlântica. Segundo Silva (2018, p.1312), “esta façanha é inédita no Brasil: nenhuma outra cidade do país recebeu esse título por reunir esses dois atributos e, sim, por um ou outro separadamente, como é o caso de Diamantina e Goiás Velho”.

A gestão do conjunto tombado de Paraty foi se transformando ao longo das décadas, a partir dos planos elaborados e das intervenções realizadas na arquitetura e espaço físico. Segundo Priester (2015, p.84), atualmente, “o conjunto é identificado por muitos como um cenário preservado ou até mesmo (re)criado”.

Atualmente, a população paratiense, originária ou “forasteira”, em sua maioria acredita que o título de Patrimônio da Humanidade é, para a cidade, mais um incentivo à preservação do conjunto arquitetônico e, consequentemente para o incremento da atividade turística. Mesmo com a percepção de que o conjunto tenha se transformado em um espaço muito mais voltado para o turista, e mesmo havendo críticas a esse contexto, os habitantes, em sua maioria se orgulham em “ostentar” tal atribuição à cidade, o que lhes dá a impressão de que residem de fato em um local que mantêm valores que devem ser transmitidos e que conta com uma identidade histórica consolidada através de sua cultura e tradições.

Cabe tanto a população, seja a originária ou a “forasteira”, aos órgãos públicos e demais envolvidos, se unirem em prol do bem comum da preservação do patrimônio histórico, suas tradições e costumes, assim como ao incremento da atividade turística, que é a atividade econômica mais importante atualmente para o município de Paraty, buscando equilibrar o turismo, a preservação e a consequente gentrificação.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

COTRIM, Cassio Ramiro Mohallen. **Villa de Paraty.** Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

IPHAN. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados INBI/SU**: Manual de preenchimento. Brasília: Edições do Senado Federal vol.82, 2007.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado:** a questão do uso. Brasília, DF: Iphan, 2016.

MELLO e SOUZA, Marina. **Paraty, a cidade e as festas**. 2ª ed.rev,pela autora. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2008.

MOURE, Laura Bahia Ramos. **Mobilidade social e apropriação do espaço de Parati: 1970 a 2000.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PAES, Maria T. D. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ) Resgate - **Revista Interdiscip. Cult.** - Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul. / dez. 2015. e-ISSN: 2178-3284.

_____. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179- 0892.

PRIESTER, Mariana F. **Os olhares sobre o Bairro Histórico de Paraty/RJ:** análise de Intervenções na Arquitetura Civil e no Espaço Público. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2015.

SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO PARATY. **Planejamento e Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Alzilene Ferreira da. **Cidade e Patrimônio:** gentrificação os centros históricos da cidade de João Pessoa (Brasil) e Tours (França). XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

SILVA, M.Carvalho. Referências Arquitetônicas do Município de Paraty: Do Seu Período Colonial aos Dias Atuais. In: II Simpósio Científico 2018 – ICOMOS BRASIL, **Anais** [...] Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

ARQUITETURA COMO PRÁTICA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA

O caso das habitações da Lagoa dos Monólitos

Davila de Melo Laurentino
Universidade Federal do Ceará | Brasil
davilamelo@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Habitação; Participação; Projeto; Área de risco.

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa é, produção de Habitação de Interesse Social (HIS), abordada através de um processo de projeto participativo. Esse é um tema multidisciplinar abordado por outras áreas do conhecimento, como por exemplo a sociologia, a antropologia e a geografia.

A presença de áreas de assentamento precário e áreas de risco são comuns nas grandes cidades brasileiras. A dificuldade de acesso à moradia é um problema social que aflige uma grande parcela da população no Brasil.

A problemática habitacional envolve uma série de aspectos como questões de cunho político, ideológico, econômico, social, cultural e projetual. Dentre os aspectos que conformam a problemática habitacional da pesquisa procura-se trabalhar a participação popular no processo de elaboração de um projeto de habitação de interesse social.

Pensou-se no objetivo principal da pesquisa de realizar propostas de projetos de habitações de interesse social para as famílias residentes às margens da Lagoa dos Monólitos através de um processo de projeto que tenha como foco a participação popular. Sendo especificado através de análises da área em que as habitações se encontram e seu entorno, envolvendo a comunidade na elaboração das alternativas habitacionais e urbanas e realizando uma experiência de projeto participativo, para que por fim se possa propor alternativas de habitação de interesse social para as habitações às margens Lagoa dos Monólitos.

O recorte espacial que será trabalhado nesta pesquisa está localizado no município de Quixadá/CE. No perímetro analisado, como mostra na Figura 1, existe a presença de diversas habitações que estão em áreas consideradas de risco, localizadas à margem da Lagoa dos Monólitos no Bairro Alto São Francisco.



Figura 1: Recorte da área de intervenção. Fonte: autora, 2018.

Na Figura 1 é possível perceber a proximidade do local de intervenção com o recurso hídrico existente, dessa forma essa população está suscetível a alagamentos, enchentes e possíveis doenças relacionadas à água não tratada.

Apesar de ser uma área densa e urbanizada, no local específico onde as casas estão situadas é possível perceber uma certa precariedade na infraestrutura local, como a falta de pavimentação, de saneamento básico e rede de esgoto. A localização da população em uma área ambientalmente frágil, acarreta problemas de poluição, tendo em vista que não existe saneamento básico e os detritos produzidos pela população são despejados na Lagoa.

A ocupação irregular do solo urbano, em sua maioria, é excluída e ignorada da cidade real. Quando se fala nessa cidade real, são espaços urbanos em que são categorizados e registrados, como assentamentos precários formais em que se considera que exista uma dinâmica e um mercado. “A exclusão urbanística é representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, e ignorada na representação da “cidade oficial” (MARICATO 2013 p. 122).

O crescimento contínuo, adensamento de periferias e o aumento da segregação causando a exclusão urbanística, podem ser consideradas as principais características do processo. O crescimento contínuo, adensamento de periferias e o aumento da segregação causando a exclusão urbanística, podem ser consideradas as principais características do processo.

O espaço urbano não deve ser apenas cenário onde acontecem relações sociais, e sim um lugar para que as políticas públicas ignoradas pelos governos, ganhem força e que a população cobre a ampliação da democracia e da cidadania.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho divide-se em 3 etapas. A primeira etapa tem início com uma pesquisa bibliográfica, na qual foi realizada a construção do referencial teórico. O corpus teórico delimitado para o presente trabalho é constituído por referenciais teóricas que tratam do problema habitacional, das políticas de habitação e por fim da participação popular nas concepções das políticas e dos projetos de HIS.

Na segunda etapa deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo que teve início com a realização de um diagnóstico da área de estudo. Para a realização do diagnóstico foram elaboradas visitas de campo e aplicados dois instrumentos metodológicos que são: entrevistas semiestruturadas e poema dos desejos.

Na terceira etapa do trabalho foi elaborado, a partir do poema dos desejos, o programa de necessidades das habitações. Logo em seguida foi feito um trabalho de desenvolvimento junto com os moradores para a elaboração do escopo inicial das habitações, essa etapa será descrita no capítulo do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como é possível observar na figura 2, o bairro em que as habitações estão inseridas chama-se Alto São Francisco. Segundo o PDDU do Município de Quixadá, o Bairro do São Francisco engloba o Alto de São Francisco, Campo Velho e Irajá.

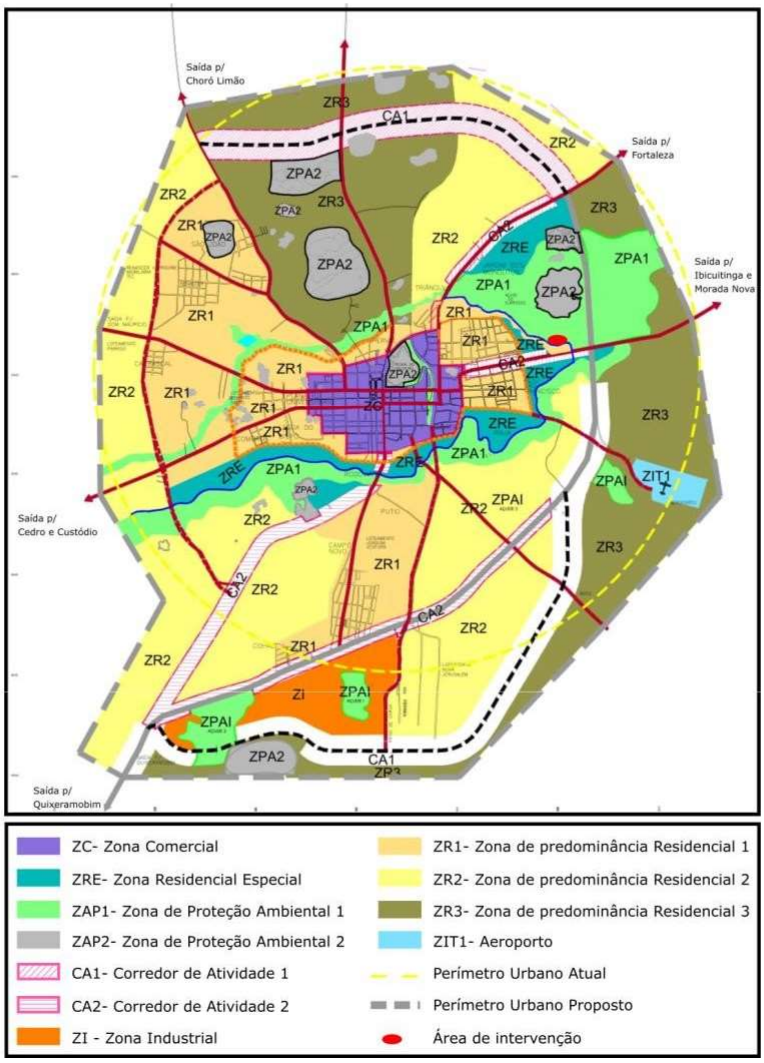


Figura 2: Zoneamento de Quixadá- modificado. Fonte: PDDU, 2000.

De acordo com o que é apresentado na Figura 2 é possível perceber que a área de intervenção se encontra dentro de uma ZAP (Zona Ambiental de Proteção) e que vai ao completamente ao contrário do que diz a lei de parcelamento do solo do município,

> I - Zona de Proteção Ambiental 1/ZPA1 se destina a proteger os recursos hídricos nela contidos contra poluição, assoreamento, uso e ocupação indevidos, além de preservar sua capacidade drenante no território urbano e os remanescentes de mata ciliar ainda existentes em suas margens. (Prefeitura de Quixadá Lei nº 1.903, 2000 p.19)

Em relação à infraestrutura urbana no entorno das habitações, é possível observar equipamentos de relevância e que dão suporte à moradia da população. Os equipamentos de educação são desde escolas infantis até escolas de ensino médio, variando também entre pública e privada.

A entrevista e o poema dos desejos foram divididos em duas etapas. Na entrevista foram levantadas questões que pudessem trazer dados pessoais do entrevistado, a fim de conhecer quem são eles em relação: idade, grau de escolaridade, o vínculo com a moradia e etc. Em seguida questões relacionadas à habitação em si, quantidade de cômodos, quanto tempo a família(s) e o tempo que moram na residência. Por fim, nas entrevistas, foi apresentado uma foto onde estavam destacados

cinco terrenos disponíveis para o reassentamento das famílias e foi pedido para que o entrevistado escolhesse um dos terrenos para o reassentamento.

O poema dos desejos foi realizado logo após o término da entrevista. Foi entregue uma folha em branco com a seguinte pergunta: “como é a sua casa?” Não existe um formato padrão para essa pergunta, o entrevistado podia expressar da forma que fosse confortável a resposta para a pergunta. Logo em seguida, foi apresentada outra folha em branco com a seguinte pergunta: “como gostaria que fosse?”.

Foram entrevistados 15 pessoas que se disponibilizaram para colaborar com a pesquisa. Iniciando a explanação dos dados coletados na entrevista, a predominância de faixa etária se deu entre 21 a 41 anos.

A coabitação é existente em algumas das habitações em que foram colhidos os dados. A moradia em coabitação é categorizada, segundo a Fundação João Pinheiro, como um componente que integra o déficit habitacional. Em 4 das 15 entrevistas foi possível identificar a coabitação. O número de pessoas por habitação é relevante, pois irá interferir diretamente nas diretrizes projetuais. Por existir um número relevante de coabitação, consequentemente um número maior de pessoas por residência, tendo o seu máximo expresso por nove pessoas em uma residência.

Foram apresentados os possíveis terrenos de reassentamento para as habitações e na figura abaixo a foto em que foi apresentada aos moradores para que os mesmos pudessem indicar qual seu terreno de preferência.

Após a elaboração do programa de necessidades, foi aplicada uma metodologia baseada no pensamento de Baltazar e Kapp, que trata o arquiteto como design de interfaces e o usuário como o produtor do seu próprio espaço.

Foram criados módulos que representavam os cômodos já definidos no programa de necessidades e foram levados aos moradores, como mostrado na figura 3. Foram entregues para que eles pudessem distribuí-los da maneira em que gostariam que suas habitações fossem organizadas.

Na Figura 3 é possível visualizar uma montagem que um dos moradores realizou de acordo com o desejo que ele teria para sua própria casa, formando, portanto, uma cerca conformação espacial do que seria futuramente aplicado para o desenvolvimento dos estudos de implantação das unidades habitacionais.

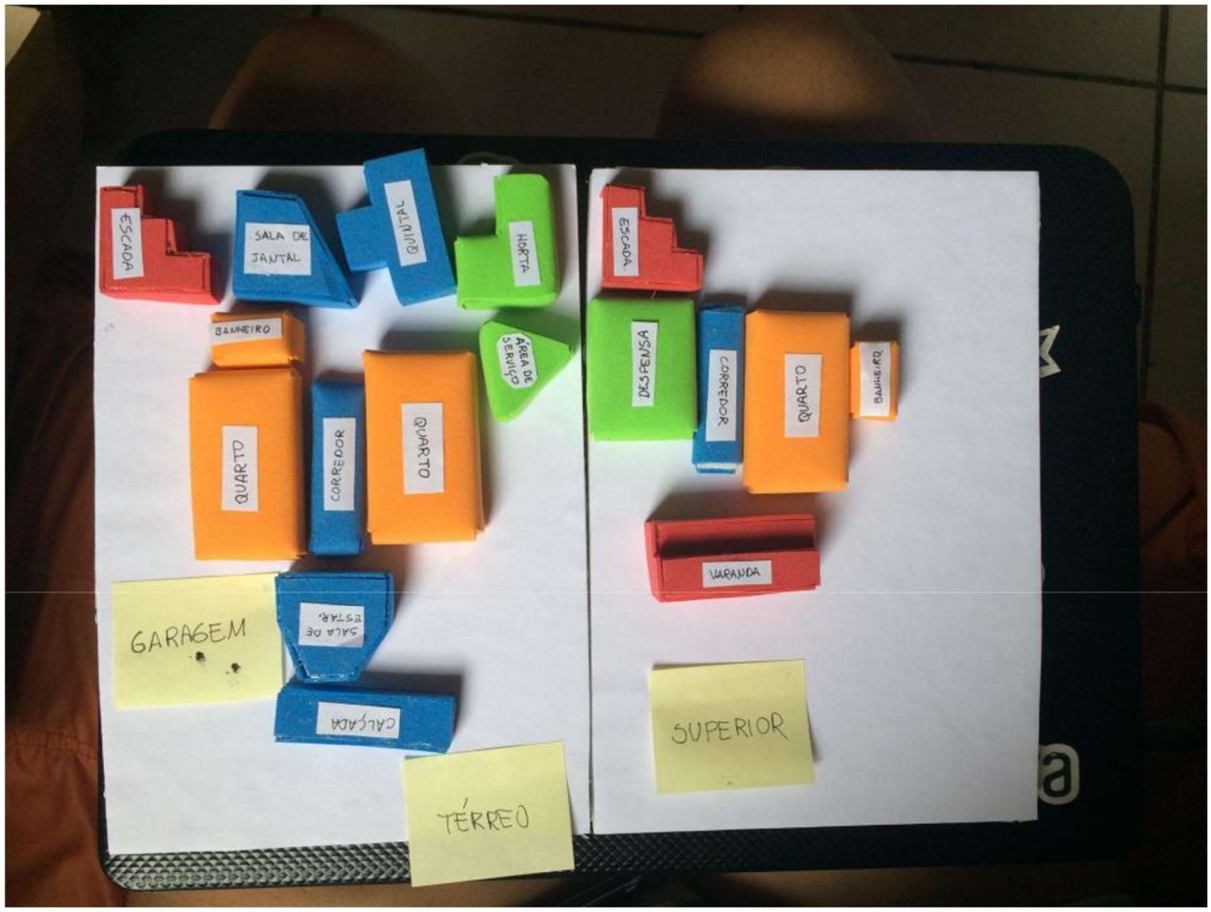


Figura 3: Produção dos módulos. Fonte: autora, 2018.

Como partido arquitetônico pensou-se em resgatar as origens sertanejas e utilizar dos espaços vazios para propor espaços de convívio e lazer. Que se deu a partir da junção, das análises culturais, sociais, econômicas e da participação da população no processo de criação das habitações. A participação popular foi de extrema importância para a produção do espaço. A população teve a liberdade de escolher quais as formas em que as casas se configurariam.

Por fim foram definidas 3 tipologias habitacionais, buscando sempre preservar a identidade local e a organização territorial tida pelos moradores. No total são 25 tipologias do tipo 01, 17 tipologias do tipo 02, 19 tipologias do tipo 03 e 08 lotes destinados à expansão urbana.

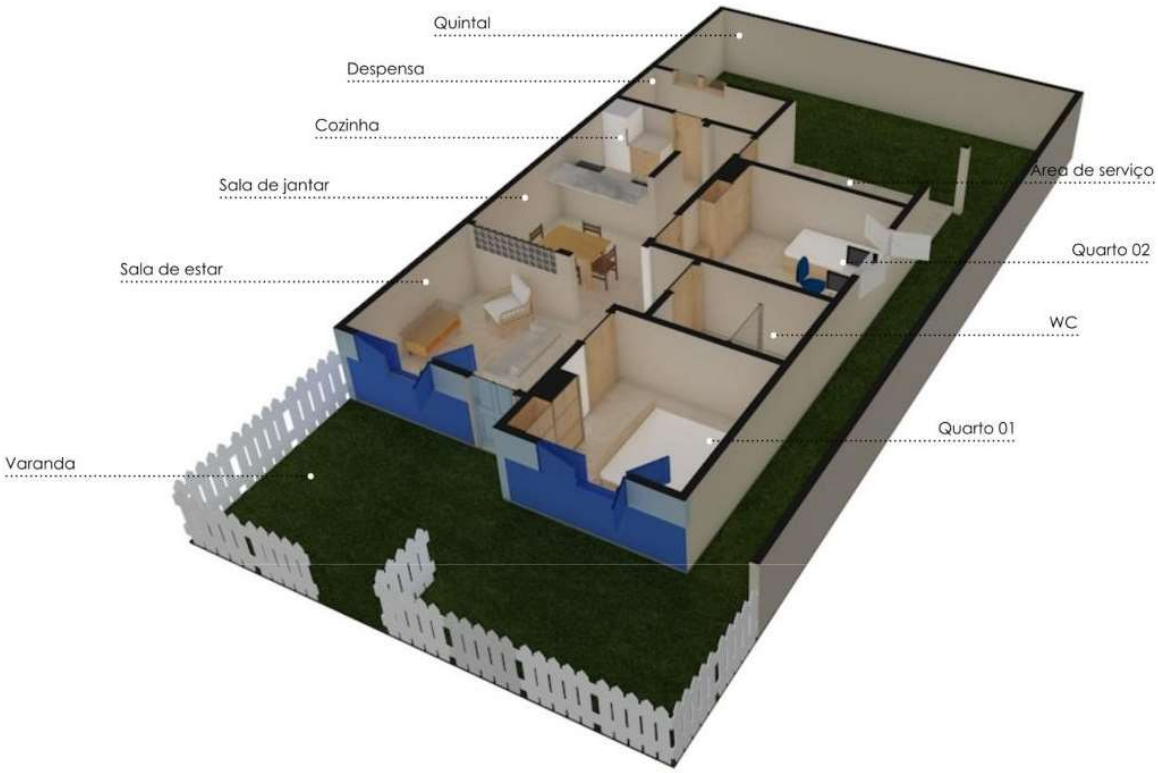


Figura 4: Casa modelo 1. Fonte: autora, 2018.

A tipologia 01, é a única de apenas um pavimento e contém dois dormitórios, um banheiro, sala de estar, cozinha, despensa, área de serviço e quintal, além de um recuo frontal denominado varanda. A tipologia também conta com um recuo lateral para ajudar na ventilação.

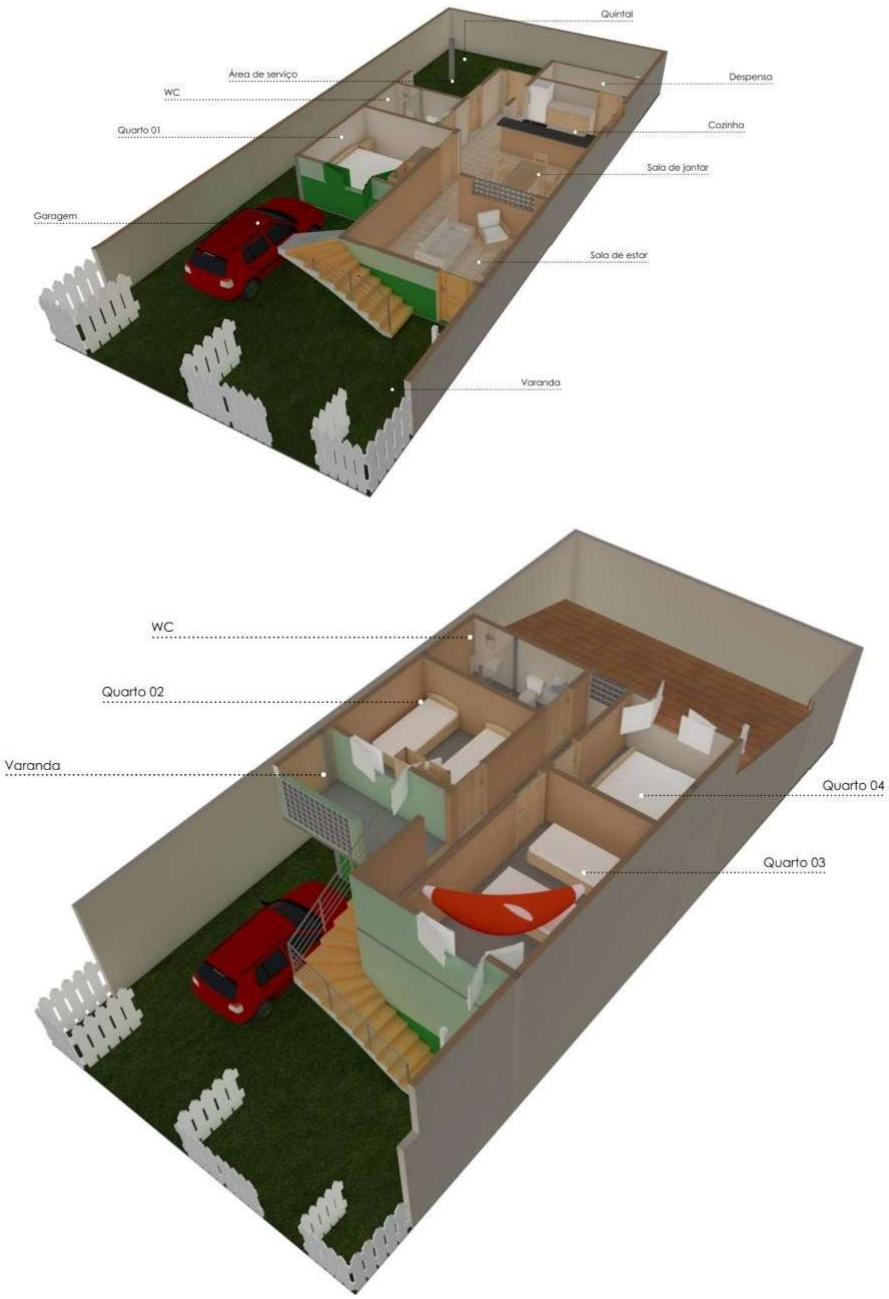


Figura 5: Casa modelo 2. Fonte: autora, 2018.

Além dos cômodos básicos que são iguais aos da tipologia 01, na segunda tipologia acrescentou-se mais um quarto, totalizando três, uma garagem e um segundo pavimento. Esse foi também um desejo expressado por meio dos moradores entrevistados, um segundo pavimento e garagem.

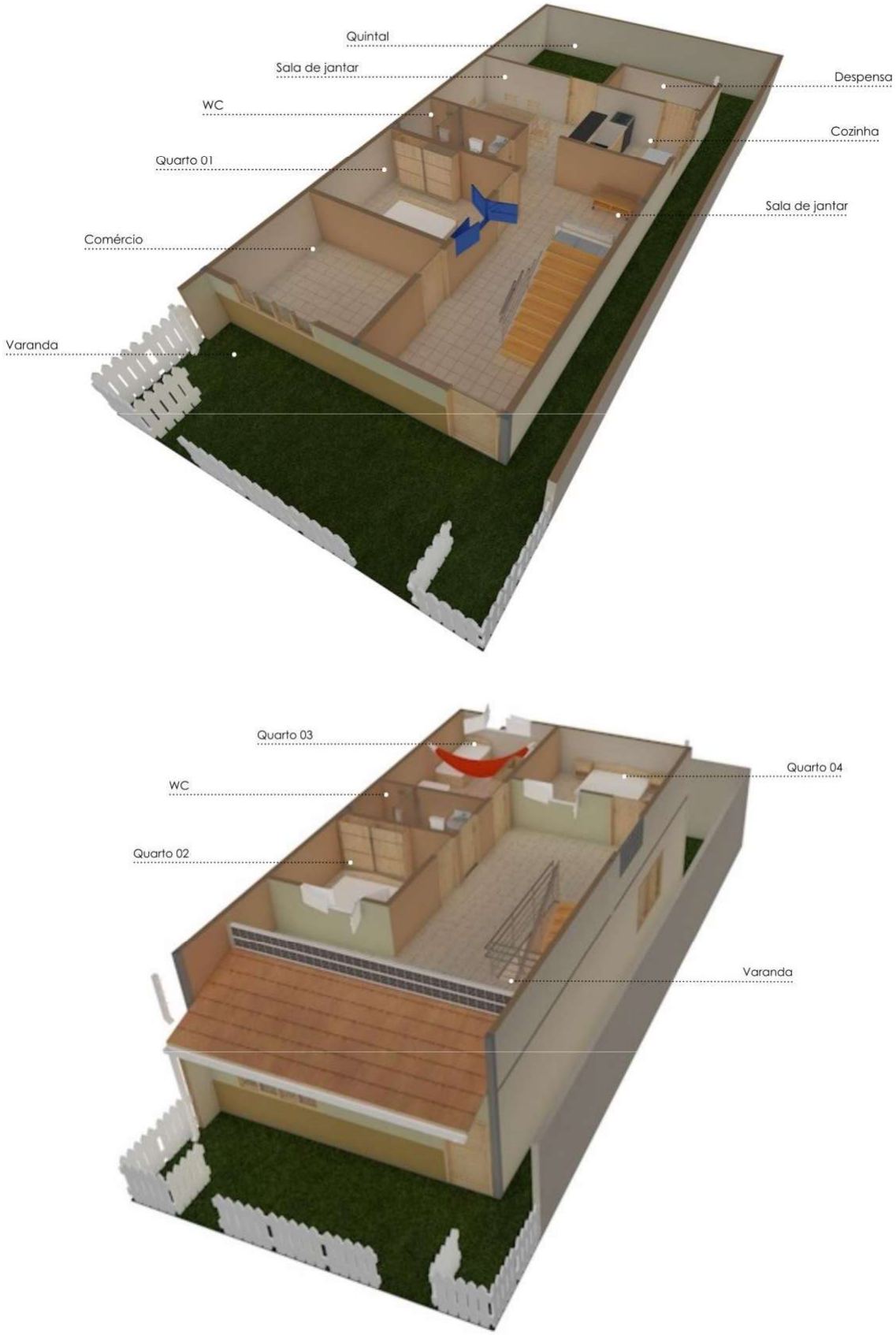


Figura 6: Casa modelo 3. Fonte: autora, 2018.

Na terceira tipologia a diferença vem das outras por não ter garagem e sim uma área na fachada principal da unidade para abrigar algum tipo de comércio.

Como já dito anteriormente, os modelos que foram selecionados vieram a partir de estudos e escolhas coletivas e montadas junto com os moradores. A construção coletiva é de extrema relevância principalmente para esse tipo de trabalho.

CONCLUSÕES

O estudo aqui não se trata da produção de habitações de interesse social, mas sim da concepção projetual por meio da participação popular, que deve unir o conhecimento técnico da autora do trabalho e o desejo da população que vivencia e conhece melhor do que ninguém quais as reais necessidades de cada um para ter uma moradia digna e com qualidade de vida. Devido a isso, ressalta-se aqui a relevância da pesquisa de maneira que oferece contribuições aos estudos referentes a processos de projetos, contudo trata-se de uma pesquisa preliminar e deve ser levado em consideração a complexidade do tema, os objetos de estudo e a sua grandiosidade.

Em consequência da análise dos projetos arquitetônicos, pode-se compreender que o processo de projeto mostra um diferencial no que se diz respeito a qualidade de vida, devido a utilizar técnicas de imersão da comunidade junto ao projeto de maneiras didáticas, no processo do projeto e na execução do mesmo, permitindo que os próprios moradores façam escolhas aos quais se sentem confortáveis.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, J. S. W. (Coord.) et al. **Produzir casas ou construir cidades? desafios para um novo brasil urbano.** ed. São Paulo: FUPAM, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1997.

QUIXADÁ. **Lei 1903, de 14 de abril de 2000:** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Quixadá - P.D.D.U e dá outras providências. Quixadá, 2000.

RHEINGANTZ, P. A. (Coord.) et al. **Observando a qualidade do lugar:** Procedimentos para a avaliação de pós-ocupação. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 1986

MINISTÉRIO DAS CIDADES CADERNOS MCIDADES HABITAÇÃO. **Política nacional de habitação.** Novembro de 2004. volume 4

AS *VILLAS* E CASAS DE CATÁLOGO NO TERCEIRO LOTEAMENTO DA CIDADE DE PELOTAS –RS

Relações morfo-tipológicas

Valentina de Farias Betemps da Silva
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
betempsvalentina@gmail.com

Franciele Fraga Pereira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
franfragap@gmail.com

Aline Montagna da Silveira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
alinemontagna@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: *villas*; casas de catálogo; tipologia; morfologia urbana; Pelotas-RS.

INTRODUÇÃO

A arquitetura edificada no final do século XIX e início do século XX apresenta mudanças com relação ao que se produziu anteriormente. A aceleração dos processos industriais e mudanças de âmbito social exigiram uma nova forma de viver as cidades, dando origem aos ideais higienistas, que buscavam proporcionar condições urbanas salutares e alinhadas à essa sociedade. Essa nova forma de habitar os espaços transpôs os limites do lote e modificou também a residência, difundindo mundo afora o modelo das *villas* palladianas, casas de campo de ares idílicos inseridas em jardins românticos (GÉA, 2000).

Esse novo tipo edilício surge e se difunde não só pelo caráter estético das *villas* europeias, mas também pela ressonância do pensamento sanitizador (SOARES, 2001). Buscando iluminação e aeração naturais, a tipologia conhecida no Sul do país como *Villa* é marcada pelos recuos e pelos jardins ornamentais, além das características arquitetônicas de alusão campestre (ARAGÃO, 2008). Dessa tipologia proveniente das camadas mais abastadas, surgem também exemplares mais populares, como parte do processo tipológico de transformação edilícia (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015), denominados pelos pesquisadores de campo da FAUrb-UFPel (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pelotas) de casas de catálogo.

A partir dessa difusão, por volta do fim do século XIX, os primeiros exemplares do tipo arquitetônico são implantados no município de Pelotas-RS, ocorrendo o apogeu dessa tipologia no município nas primeiras décadas do século XX. Com base em leituras morfológicas da cidade, evidenciou-se a necessidade de compreender a implantação dessa tipologia de grandes lotes nas diversas conformações da malha urbana consolidada no município.

Este trabalho aborda essa tipologia arquitetônica do início do século XX e sua inserção em Pelotas-RS, com foco de estudo em sua implantação na AEIAC Zona Norte - Área de Especial Interesse do Ambiente Cultural (PELOTAS, 2008). Essa região, ainda pouco citada nos estudos de desenvolvimento urbano da cidade, configura como área de expansão do município no começo do século XX. Na segunda metade do século XIX, se instalou no município o Complexo Industrial Lang, que beneficiava os subprodutos da grande indústria charqueadora local. Localizada ao Norte da malha urbana consolidada, impulsionou a expansão da cidade naquela direção, junto à Estrada da Costa (atual Avenida Domingos de Almeida, que faz conexão à região charqueadora) e a Estrada do Retiro (atual Avenida Fernando Osório, que conectava à zona rural agrícola) (TOMAZ e SILVEIRA, 2020).

A partir dessa expansão, iniciou-se o parcelamento do solo dessa região, a partir do limite urbano da cidade, local propício para a implantação da tipologia que era alinhada aos novos tempos (TOMAZ e SILVEIRA, 2020). A partir dessas informações, a AEIAC Zona Norte se mostrou um local com potencial para pesquisa de campo do tipo edilício em questão. Esse ensaio pretende contribuir para a compreensão da arquitetura produzida nesse período e sua relação com a morfologia urbana e os processos de constituição da cidade.

Essa pesquisa se desenvolve no projeto Patrimônio Cultural na Região Sul do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, através da ação *Villas* e Casas de Catálogo: inventário da arquitetura residencial das primeiras décadas do século XX, dentro do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). A atividade também é desenvolvida de forma individual pela autora no Programa de Educação Tutorial – Núcleo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PET/FAUrb/UFPel).

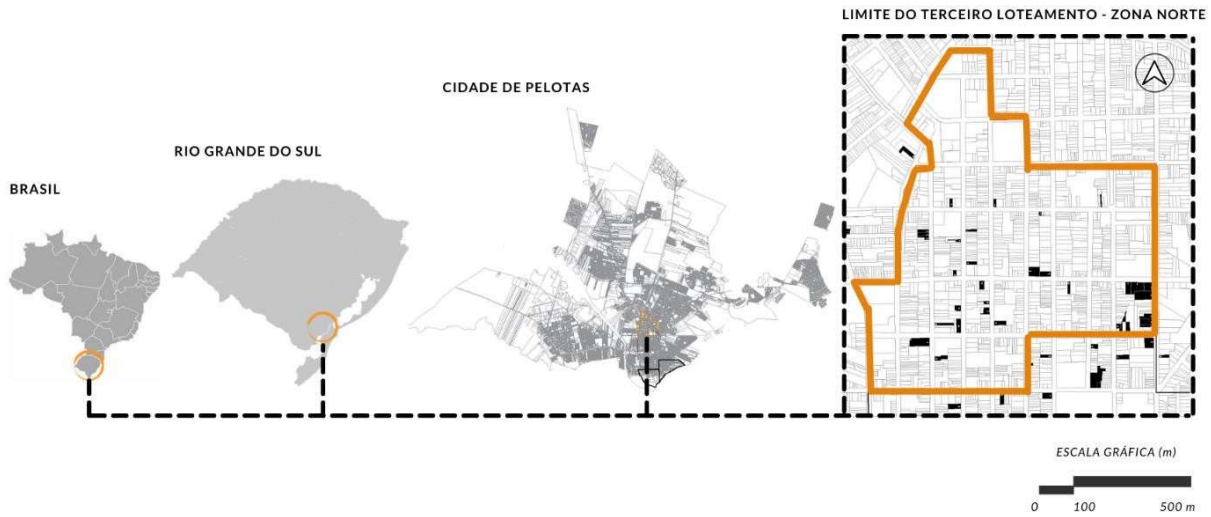


Figura 1: Mapa de contexto da AEIAC Zona Norte. Fonte: autoras, 2021.

METODOLOGIA

Primeiramente, o projeto se dedicou a entender a conformação urbana da cidade e a aprofundar nos estudos sobre o tipo edilício em questão. Para isso, foi feita revisão bibliográfica do sítio de estudo através do 3º Plano Diretor de Pelotas (2008) e de aspectos da morfologia urbana com leituras de textos de Oliveira (2012) e Pereira Costa e Gimmler Netto (2015). Quanto à tipologia foram utilizados, nesse primeiro momento, autores como Schlee (1993), Homem (1993) Géa (2000), Soares (2001) e Aragão (2008; 2017).

Num segundo momento, o projeto de pesquisa buscou identificar exemplares da tipologia dentro das AEIAC-ZPPC (Áreas de Especial Interesse no Ambiente Cultural - Zonas de Proteção ao Patrimônio Cultural) e da AEIAC-Zona Norte (PELOTAS, 2008). Através do inventário de conhecimento ou varredura (IPHAN, 2018), feito de forma remota devido à pandemia, com auxílio da ferramenta *Google Streew View*, foi possível catalogar mais de 160 exemplares (PEREIRA, 2021). Aqui serão observados os exemplares da AEIAC Zona Norte, de acordo com parâmetros de análise anteriormente utilizados em Silva et al (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram catalogados um total de 26 exemplares da tipologia na AEIAC Zona Norte. Essas edificações tem o perfil do começo do século XX, conservando por cerca de um século as características mais marcantes do tipo edilício. Em análise qualitativa desses exemplares, observaram-se alguns aspectos relevantes. O primeiro é que a maioria das edificações se tratam de casas térreas, possivelmente pelo tamanho avantajado dos lotes dessa zona de estudo. No entanto, essa hipótese será investigada com maior profundidade no decorrer da pesquisa. Outro dado importante se refere às ruas em que se implantam; sob esse aspecto, a maioria dos exemplares se encontra localizado nas ruas principais. Essa característica pode demonstrar a persistência de uma tradição consolidada nos dois primeiros loteamentos da cidade, no qual as ruas que levavam em direção à igreja eram caracterizadas como principais (OLIVEIRA, 2012).

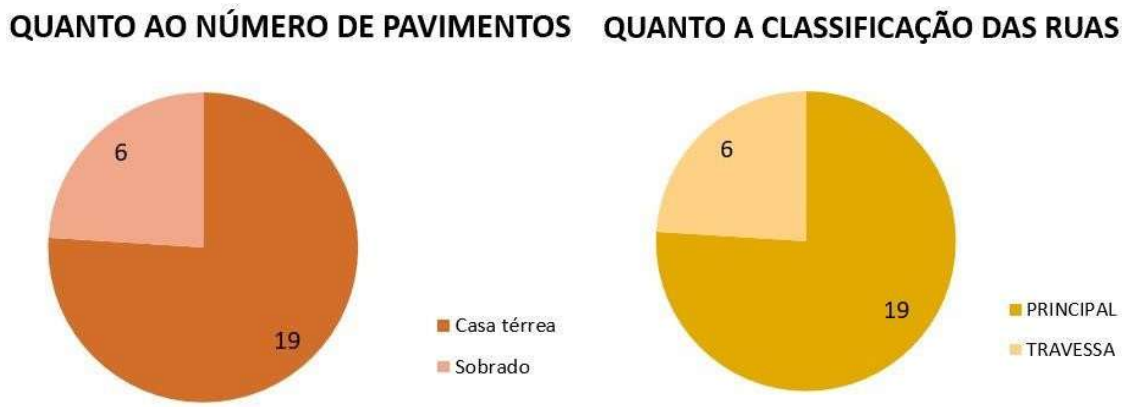


Figura 2: A esquerda, o gráfico da relação entre sobrados e casas terras encontradas no levantamento; a direita, gráfico da relação entre a quantidade de casas encontradas em ruas principais ou travessas, de acordo com o parâmetro estabelecido por Oliveira (2012). Fonte: autoras, 2021.

Outras análises serão feitas no decorrer do estudo, observando aspectos como existência de recuos, presença de edícula, classificação de testada e profundidade (pequena, média ou grande), tipo de implantação na quadra e existência de inventário ou tombamento. No entanto, os dados já trabalhados revelam indicadores interessantes sobre a região estudada, que posteriormente irão dar direcionamento ao desenvolvimento da pesquisa.

Ao selecionar a Zona Norte do município de Pelotas para integrar esse estudo, havia uma expectativa de que a tipologia das *villas* e casas de catálogo fosse predominante na área. Essa situação parecia provável devido ao período de implantação do tipo edilício na cidade ser contemporâneo à expansão da cidade para a região que hoje configura a AEIAC Zona Norte, ambas nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, o número de exemplares encontrados na AEIAC Zona Norte, 26 ao total, se destacam de forma menos expressiva, por exemplo, quando comparado às fases anteriores deste estudo, que abordou outras zonas da cidade. A fase de levantamento na ZPPC 1 abordado em Silva et al (2021), por exemplo, surpreendeu ao conservar 40 exemplares da tipologia na malha mais antiga e compacta da cidade.

Como ponto positivo, observou-se a existência de certos eixos de preservação da tipologia, como é possível ver em certo trecho da Rua Gonçalves Chaves. Nessa via se localizam os remanescentes do Complexo Industrial Lang, e destacam-se as residências da família Lang (SCHLEE,1993). As casas refletiam o poder econômico da família, e possuem um padrão de construção e intenção mais aproximado aos palacetes da elite paulistana dos quais tratam Homem (1993) e também como descreve Aragão (2017), sobrados europeizados e de apuro estilístico.





Figuras 3 e 4: Registro das Villas Georgina e Laura, respectivamente. Ambas as edificações eram residências da família Lang, localizadas em frente ao antigo Complexo Industrial, a Fábrica de Sabão e Velas. Fonte: Autoras, 2021.

Por outro lado, um aspecto característico do sítio estudado foram as substituições. Através dos registros disponíveis no *Google Street View*, desde o ano de 2011 até o ano de 2019, foi possível captar diversos exemplares da tipologia que foram substituídos por outros empreendimentos e até mesmo apenas demolidos. Esses casos ocorreram frequentemente com imóveis implantados em grandes lotes localizados em vias principais.

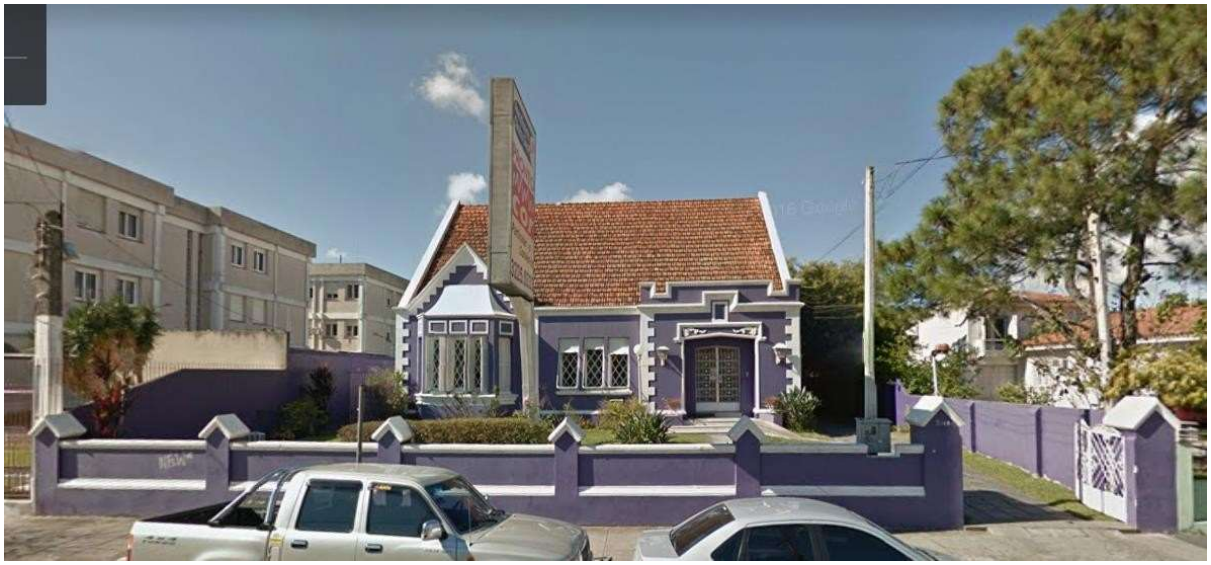


Figura 5: Registro feito pelo *Google Street View* em 2011 de um exemplar que foi demolido para dar lugar a um supermercado. Essa edificação também era parte do conjunto de residências que pertenciam à família Lang. Fonte: *Google Street View,* 2021**.**

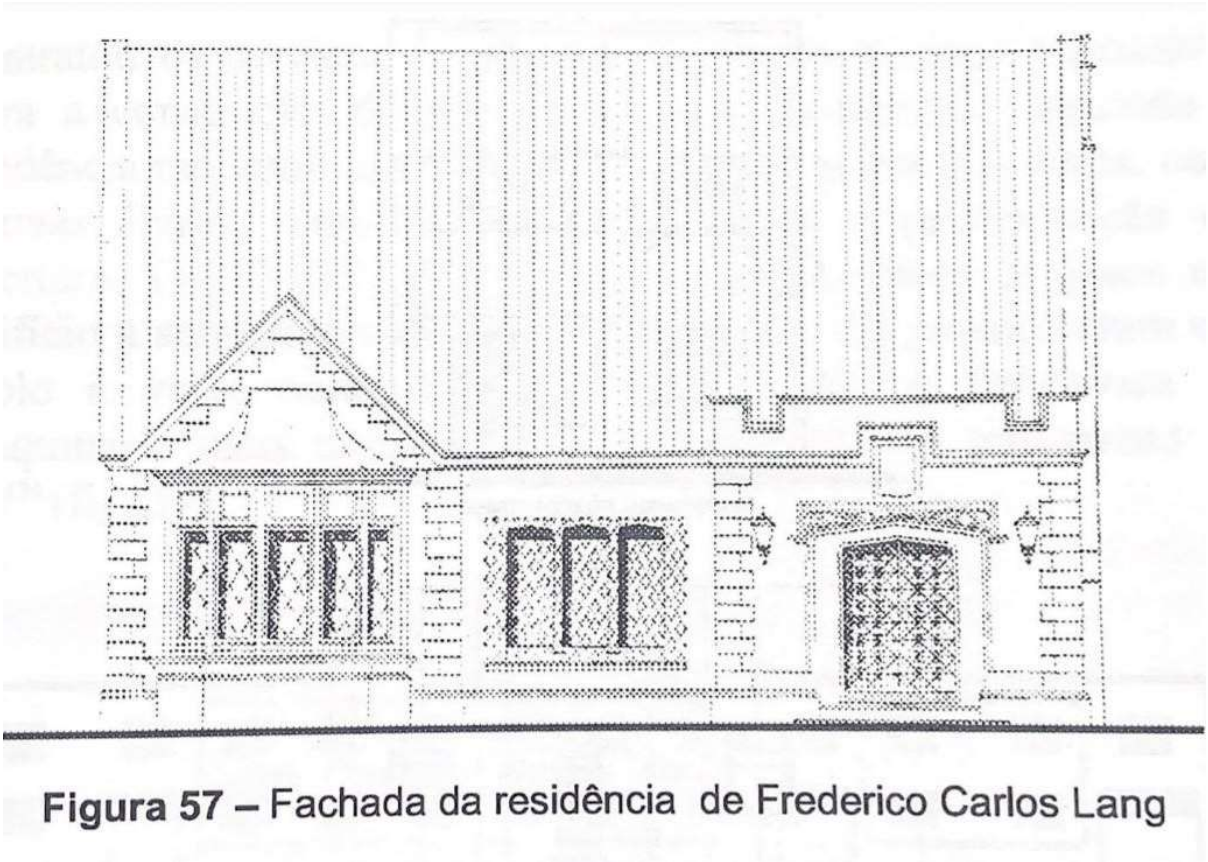


Figura 6: Fachada original da residência demolida, que constava no estudo da arquitetura protomoderna pelotense de Rosa Maria Moura. Fonte: MOURA, 2005.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados encontrados, é possível constatar até o momento a predominância da implantação dos exemplares nas ruas principais, como identificado na fase anterior do estudo. Foi identificado também número representativo de exemplares térreos. Esses e demais dados serão alvo de discussão futura. A primeira fase do estudo, que consistiu na coleta de dados, foi concluída até o momento. Após esse estágio inicial, serão analisados materiais coletados em sua totalidade, que darão subsídios para compreender o estado do objeto de estudo e dar enfoque aos passos seguintes. No entanto, é certo afirmar que essas informações irão possibilitar a comparação com estudos anteriores já realizados pela equipe, investigando as particularidades dessa relação morfo-tipológica na cidade de Pelotas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Solange. **A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX.** Em tempo de Histórias. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: n. 12, p. 151-162, 2008.

ARAGÃO, Solange. **Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2017. ISBN 978-85-8039-178-7 (e-book).

PEREIRA COSTA, S. de A; GIMMLER NETTO, M. M. **Fundamentos de Morfologia Urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

GÉA, L. S. **Arquitetura residencial da elite porto-alegrense (1893-1929).** Porto Alegre: Editora do Vale do Rio dos Sinos, 2000.

HOMEM, M. C. N. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. **Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP.** São Paulo, n.3, p. 5-18, 1993.

IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837. Acesso em: 13 out. 2021.

MOURA, R. M. G. R. de. **Protomodernismo em Pelotas.** Pelotas: Editora Universitária/ UFPEL, 2005.

OLIVEIRA, A. L. C. **O portal meridional do Brasil:** Rio Grande, São José do Norte e Pelotas no período colonial (1737-1822). Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. 350 pp. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/55510. Acesso em: 13 out. 2021.

PELOTAS. **Plano Diretor Municipal de Pelotas.** Pelotas, 2008. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pelotas-rs. Acesso em: 13 out. 2021.

PEREIRA, F. F. **A arquitetura Feminina:** Os ambientes femininos residenciais nas Villas e Casas de Catálogo em Pelotas-RS, nas primeiras décadas do século XX. Dossiê de qualificação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021. 214f.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1993. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1752. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, V. DE F. B.; SILVEIRA, A. M. DA; PEREIRA, F. F. Villas e Casas de Catálogo no sítio do Primeiro Loteamento de Pelotas-RS: relações entre tipologia arquitetônica e morfologia urbana. **Revista de Morfologia Urbana,** v. 9, n. 1, p. e00181, 15 mar. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.47235/rmu.v9i1.181. Acesso em: 11 jul. 2021.

SOARES, P. R. R. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em revista** - Revista do Núcleo de Documentação Histórica, n.14, 184-201, 2000.

TOMAZ, L. K. ; SILVEIRA, A. M. . Patrimônio cultural industrial e desenvolvimento urbano: estudo sobre o caso do Complexo Lang, Pelotas/RS. In**: 4º Simpósio Científico ICOMOS Brasil / 1º Simpósio Científico ICOMOS/LAC**, 2020, Belo Horizonte. Anais, 2020

CONFIGURACIONES MORFOLÓGICAS Y EL IMPACTO EN LAS DINÁMICAS SOCIO ESPACIALES EN LAS PLAZAS FUNDACIONALES DE LA LOCALIDAD DE FONTIBÓN EN LA CIUDAD DE BOGOTÁ Y CÁQUEZA EN EL DEPARTAMENTO DE CUNDINAMARCA – COLOMBIA

Yeison Esteeven García Rivera
Universidad la Gran Colombia | Colombia
Yeison-esteeven-garcia@hotmail.com

María Camila Tejada
Universidad la Gran Colombia | Colombia
Mtejadao@ulagrancolombia.edu.co

Laura Isabel González Martínez
Universidad la Gran Colombia | Colombia
Lgonzalezm2@ulagrancolombia.edu.co

Edgar Eduardo Roa Castillo
Universidad la Gran Colombia | Colombia
Edgar.roa@ugc.edu.co

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
(x) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: Espacio Público; Morfología Urbana; Patrimonio.

RESUMEN

Las plazas fundacionales son sitios de gran importancia para los que la habitan y para el desarrollo de la zona urbana, siendo un punto de partida para la formación morfológica de las calles, plazas y elementos que conforman las unidades urbanísticas.

La plaza Fundacional de Fontibón es una zona de diversas dinámicas sociales, culturales y económicas, esto parte de un análisis del trazado urbano actual, concluyendo que dicho trazado es ortogonal, y tiene una retícula de carácter lineal, cada manzana tiene relación en su forma con las demás manzanas, exceptuando un par en el suroccidente, que tienen un carácter irregular en su forma de implantación.

La plaza fundacional de Cáqueza ha sido un hito histórico debido a que ha sido un paso importante entre Bogotá y Villavicencio, allí se desarrollan diferentes actividades tanto gastronómicas como agrícolas, por tal razón se realizó un análisis y reconocimiento de la Plaza Fundacional permitiendo conocer, percibir lo existente y también las necesidades del lugar. se realizaron análisis exhaustivos para conocer las características predominantes del municipio como la morfología y elementos físicos allí presentes, también se analizó como la comunidad habita en estas zonas urbanas y cuál es la dinámica social e intercambio cultural, económico y turístico que allí se evidencia.

REFERENCIAS

Alcaldia, C. (2018). NUESTRO MUNICIPIO. http://www.caqueza- cundinamarca.gov.co/municipio/nuestro-municipio

Alcaldia de Cáqueza. (2020). PLAN DE DESARROLLO MUNICIPAL OPORTUNIDAD PARA TODOS 2020—2023. https://caquezacundinamarca.micolombiadigital.gov.co/sites/caquezacundinamarca/content/files/000425/21208_plan-de-desarrollo-municipal--oportunidad-para-todos-20202023.pdf

Ayala, A. M. (27 de noviembre de 2020). **Lifeder.** Obtenido de Traza urbana: ¿que es?, caracteristicas, tipos.: https://www.lifeder.com/traza-urbana/

Benito, L. (2017). ARCHIVO HISTÓRICO DE CÁQUEZA CUNDINAMARCA. https://issuu.com/lizethbenito/docs/copia_2_de_archivo_hist rico_de_c_

Chavez, C. (2016). Espacios públicos y calidad de vida urbana. Estudio de caso en Tijuana, Baja California [El Colegio de la Frontera Norte]. https://www.colef.mx/posgrado/tesis/20141242/

Durán, M. (3 de septiembre de 2015). **Morfología Urbana**. Obtenido de Slideshare: https://es.slideshare.net/melyduran26/morfologa-urbana-53092713

Muñoz, A. M. (S.F.). Manzana Urbana. **Urbipedia Magazine.**

Randle, P. (1977). **La ciudad Pampeana, Geografía hstórica, Geografía urbana.** Oikos.

Sgroi, A. M. (2009). **Morfología Urbano, Paisaje Urbano.**

DO SONHO DA CASA PRÓPRIA À ILUSÃO DA EXCLUSIVIDADE

Narrativas sobre uma construção de cidade

Alice da Conceição Teixeira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
teixeiraalice97@gmail.com

Célia Castro Gonsales
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
celia.gonsales@gmail.com

Louise Prado Alfonso
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Louise.alfonso@ufpel.edu.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Cidade; Habitação; Exclusividade e luxo; Casa Própria; Narrativas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar as narrativas construídas sobre dois empreendimentos de uma empresa construtora e as variações que podem ocorrer no contexto de propaganda de venda em função da classe social-econômica. Essa diferença pode-se constatar no texto de venda dos próprios empreendedores, na apresentação do projeto e dos espaços projetados assim como no depoimento, por exemplo, de um ex-funcionário da empresa que trabalhou na construção de um dos conjuntos residenciais[1] .O estudo se estrutura a partir da comparação entre fala, arquitetura e sua relação com o espaço da cidade.

Os objetos de análise são dois residenciais organizados em condomínios, o Residencial Luís de Camões e o Residencial Paraná, um representando "o verdadeiro luxo em Pelotas"[2] e o outro – inserido no programa Minha Casa Minha Vida[3], representando "o sonho do seu imóvel", um produto de primeira necessidade[4].

Condomínio, segundo Ching (2018, p. 44), consiste em

[1] Acredita-se que um diálogo com os moradores enriqueceria esta análise, no entanto o Residência Luís de Camões ainda não está habitado e o contato que os moradores do Residencial Paraná está inviabilizado em função da pandemia Covid-19.
[2] Conforme destaca a empresa em seu site, disponível em: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/luis- de-camoes/.
[3] Todas as informações contidas nessas páginas foram retiradas do site da Porto 5 e estão disponíveis para serem acessadas em https://www.porto5.com.br/.
[4] Resultado do programa de habitação federal criado em 2009, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

> Prédio de apartamentos, um edifício comercial ou outro complexo de unidades múltiplas, cujas unidades constituem propriedades particulares, cada proprietário recebendo uma escritura referente à unidade individual adquirida, que inclui o direito de vender ou hipotecar o imóvel, sendo ele coproprietário de todos os elementos comuns, como halls de entrada, elevadores, sistemas mecânicos, de encanamento e outros equipamentos.

Essa definição é importante porque implica uma ideia de compartilhar espaços privados mas coletivos, ou seja, de "morar junto". No entanto, na cidade contemporânea, esse morar se aproxima cada vez mais de um habitar cada vez mais segregado e sem qualquer relação com o espaço verdadeiramente coletivo, o espaço da cidade.

METODOLOGIA

Começamos a seleção dos objetos desta análise ao optarmos por condomínios, em seguida buscamos por construtoras que atuassem na cidade de Pelotas/RS e que atendessem diferentes demandas socioeconômicas. Foi nesse momento que optamos por analisar dois empreendimentos da empresa Porto 5: o Residencial Luiz de Camões, localizado na Av. Dom Joaquim, e o Residencial Paraná, localizado no Parque dos Estados, situados em zonas muito diferentes da cidade e elaborados para diferentes grupos sociais. Organizamos as informações contidas nos anúncios de venda da empresa, onde há um destaque em relação à vantagem de habitar cada uma desses residenciais.

Como destaca Antunes (2015, p. 02), "a arquitetura é uma disciplina que exige ser entendida num contexto, isto é, dentro do contexto social, político e cultural da sua produção e no contexto da sua representação, interpretação e consumo." Por isso, é de extrema relevância considerar a narrativa da empresa para diferentes grupos, pois essa narrativa expressa as diferentes relações que a população estabelecer com a cidade em que vive. Os objetos gráficos disponibilizados pela empresa para apresentar tanto a unidade residencial como o conjunto como um todo foram também importantes materiais de análise neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

> A civilização humana mostrou-se dramaticamente eficaz em gerar sociedades desiguais, e por isso sempre produziu espaços também desiguais. Da cidade antiga às metrópoles industriais, passando pelos burgos medievais ou paradisíacas cidades litorâneas, fosse por motivos religiosos, econômicos ou militares, os poderosos do momento sempre se beneficiaram, ao longo da história, dos melhores lugares para viver. (FERREIRA, 2012, p. 12).

O que a observação dos anúncios nos demostra é que propagandas voltadas para as classes mais altas estão fortemente marcadas por palavras como luxo e exclusividade e materiais de "melhor qualidade" e divulga-se fontes de inspiração de impacto: o modelo europeu como símbolo de contemporaneidade e sofisticação, por exemplo.

Por outro lado, na propaganda de habitação social não cabe anunciar mármore, elegância, sofisticação e afins, a narrativa para a venda é outra, e que vai surgir a palavra família, a ideia de bairro e, essencialmente, de um bairro que conta com uma ampla rede de serviços, incluindo escola pública.

A tabela abaixo sistematiza os itens destacados pelo vendedor em cada residencial, bem como em seu entorno.

ANÁSE DOS RESIDENCIAIS DA PORTO 5			
Residencial Luís de Camões		**Residencial Paraná**	
Localização	Av. Dom Joaquim, 938, Pelotas - RS	**Localização**	Rua Dois, 670, Parque dos Estados - Pelotas/RS
Detalhes dos imóveis	2 ou 3 dormitórios; 2 ou 3 banheiros sendo 1 suíte; 1 ou 2 vagas; Área: de 93,83m² até 154,71m²	**Detalhes dos imóveis**	2 dormitórios 1banheiro 1Vaga Área de 47,71m²
Infraestrutura	Academia Churrasqueiras Gourmet 4 Elevadores inteligentes codificados com senha de acesso aos andares Espera para ar condicionado e calefação Guarda corpo em vidros temperados Portaria 24h Pub Gourmet Salão de Festas Solarium Fechadura de segurança em todas as unidades Jungle Kids Espaço de contemplação com balanços Deck molhado com piscina infantil Estar externo com lareira Comodidades Automação entregue em todas as unidades Banheiros com piso aquecido Espaço de contemplação com balanços Espera para aquecedor de toalhas Iluminação inteligente e dimerizável Lareira Persianas elétricas Unidades com closet Esquadrias com persianas elétricas nas salas e quartos	**Comodidades clube-condomínio**	Sala de jogos Piscina adulto Piscina infantil Salão de festas
Diferenciais	Detalhes da fachada em madeiras e pedras exclusivas Elevadores codificados Fechadura de segurança Iluminação cênica exclusiva Isolamento acústico - Padrão Europeu Porto5 Isolamento térmico - Padrão Europeu Porto5 Localizado na Avenida Dom Joaquim Rooftop com a melhor vista da cidade Sacada com piso porcelanato e teto em madeira	**Diferenciais**	Centro Comercial com 1.200m² Quiosques com Churrasqueira
Informações adicionais	Residencial Avenida Dom Joaquim, 938 - Três Vendas, Pelotas/RS	**Informações adicionais**	Residencial Rua Dois, 670, Parque dos Estados - Pelotas/RS
Próximo ao Luís de Camões	Academias Aeroporto Avenida Fernando Osório Avenida Juscelino Kubitschek Açougue Banco do Brasil Cafeteria Clube Gonzaga Clube Brilhante Choperia Cruz de Malta Caixa Econômica Federal Escola Mario Quintana Faculdade Anhanguera Farmácias Feira Hospital da Unimed Moinhos Office Pontos de Ônibus Postos de Combustível Santander Supermercado	**Próximo ao Residencial Paraná**	Padaria Pontos de Ônibus Postos de Combustível Praça Pizzaria Restaurantes Salão de eventos Supermercados Escola Municipal
Saiba mais sobre o empreendimento	https://www.youtube.com/watch?v=il1sjuODZRY		
Opções do empreendimento	O Luís de Camões é o empreendimento de alto padrão mais incrível e sofisticado do sul do estado. Com a melhor localização da cidade, o Luís de Camões é ideal para quem possui um estilo de vida sofisticado e que busca uma combinação perfeita entre design e experiência, tudo isso com os já conhecidos isolamentos acústicos e térmicos do padrão construtivo europeu da Porto5.	**Opções do empreendimento**	O Residencial Paraná é ideal para jovens investidores(as), jovens casais, famílias pequenas ou sem filhos que queiram sair do aluguel ou realizar o sonho da casa própria. Venha morar no mais novo bairro planejado de Pelotas, Parque dos Estados. Apartamento 2 Dormitórios 2 dormitórios 1vaga 1banheiro

Tabela 1: Análise dos Residenciais da Porto 5. Fonte: das autoras, 2021.

Esses exemplos permitem visualizar, mesmo que de forma superficial, o "tipo" de morador/a que ocupará cada um desses condomínios: ao passo que um/a morador/a do Luís de Camões não precisa se preocupar com um ponto de ônibus próximo ou um supermercado ou até mesmo com uma escola pública, pois espera-se que alguém que possa comprar luxo e exclusividade tenha um automóvel próprio e que seus filhos e filhas estudem em escolas privadas, sendo os serviços e supermercados responsabilidade das trabalhadoras domésticas. Porém, os moradores e moradoras do Paraná são uma contraposição desse tipo de vida. Essas pessoas vão precisar de escola pública para os filhos e de fácil acesso ao ponto de ônibus e afins. Assim, podemos verificar como, além de "sonhos", ambições, etc., se vende na verdade uma determinada relação com a cidade, o empreendedor determina a relação que o morador terá com o entorno urbano: no Paraná, a interação e diálogo com a cidade é fundamental para a qualidade de vida de seus/suas habitantes, enquanto que, opostamente, no condomínio Luís de Camões a qualidade está em seu fechamento para a cidade.

O que possibilita à empresa Porto 5 vender opções de moradia tão diferentes é, sobretudo, a venda de ideias: é necessário conhecer grupos diversos da sociedade, captar suas necessidades e desejos, pois isso possibilita a construção de uma ideia de casa e por consequência o sucesso na venda dos imóveis. E para além disso, as empresas podem ainda construir as necessidades e desejos dos moradores e moradoras, através publicidade e do marketing, incluindo ou não a cidade nesse discurso.

Por outro lado, os espaços coletivos desses dois empreendimentos que são caracterizados de formas distintas, de certo modo se encontram: ambos vão possuir piscina - uma delas com "borda infinita" - ambos possuem salão de festas, um possui quiosques com churrasqueiras, outro possui churrasqueiras gourmet, e ao analisarmos essas informações podemos observar que nesses espaços as qualidades espaciais se equivalem, e que na verdade, apenas sendo vendidos de formas diferentes, pois se dirigem a grupos diferentes. E essa roupagem diferenciada para a venda se faz necessária porque a casa em si é uma representação do meio social no qual os/as moradores/as estão inseridos/as. Logo, os/as que possuem maior poder aquisitivo não querem ser representados/as como os/as demais.

Por outro lado, as figuras gráficas mostram claramente o que se quer destacar em cada empreendimento à venda. Em relação aos apartamentos, as plantas baixas do Luís de Camões destacam os diferentes materiais, em cores contrastantes, sugerindo cuidado e bom acabamento, o mesmo acontecendo nos espaços coletivos. Já as plantas baixas do Paraná, são apresentadas em tons de cinza, não destacando os materiais como elementos de qualidade, e assim, de venda. Neste residencial, o grande destaque está na representação dos espaços coletivos abertos, com vegetação, equipamentos esportivos, estacionamento e com ênfase em sua relação com a cidade (Figuras 1 a 6).



Figura 1: Residencial Luís de Camões. a) Apartamento 2 Dormitórios com suíte, área privativa: de 93,83 m² até 117,88 m²; b) Apartamento 3 Dormitórios com suíte, área privativa: de 109,89 m² até 154,71 m². Fonte: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/luis-de-camoes/, 2021.

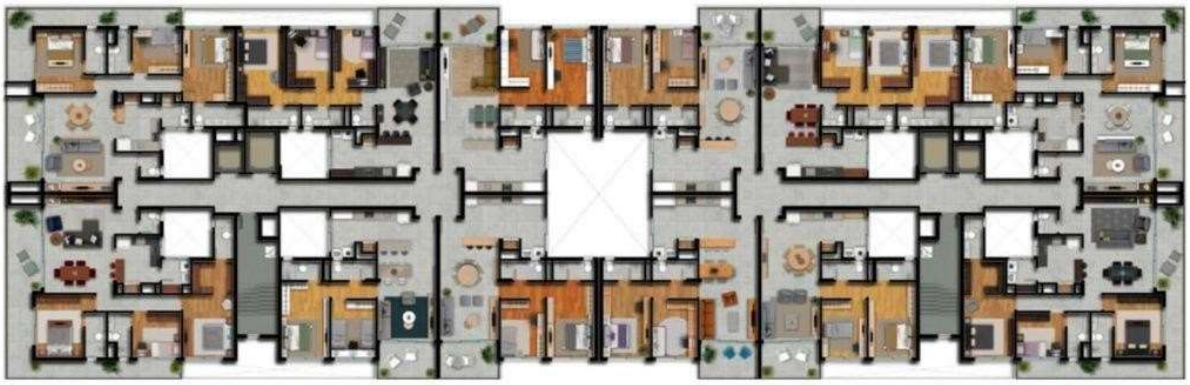


Figura 2: Residencial Luís de Camões. Pavimento-tipo. Fonte: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/luis-de-camoes/, 2021.



Figura 3: Residencial Luís de Camões. *Rooftop.* Fonte: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/luis-de-camoes/, 2021.



Figura 4: Residencial Paraná. Apartamento 2 Dormitórios. Área de 47,71m². Fonte: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/residencial-parana/, 2021.

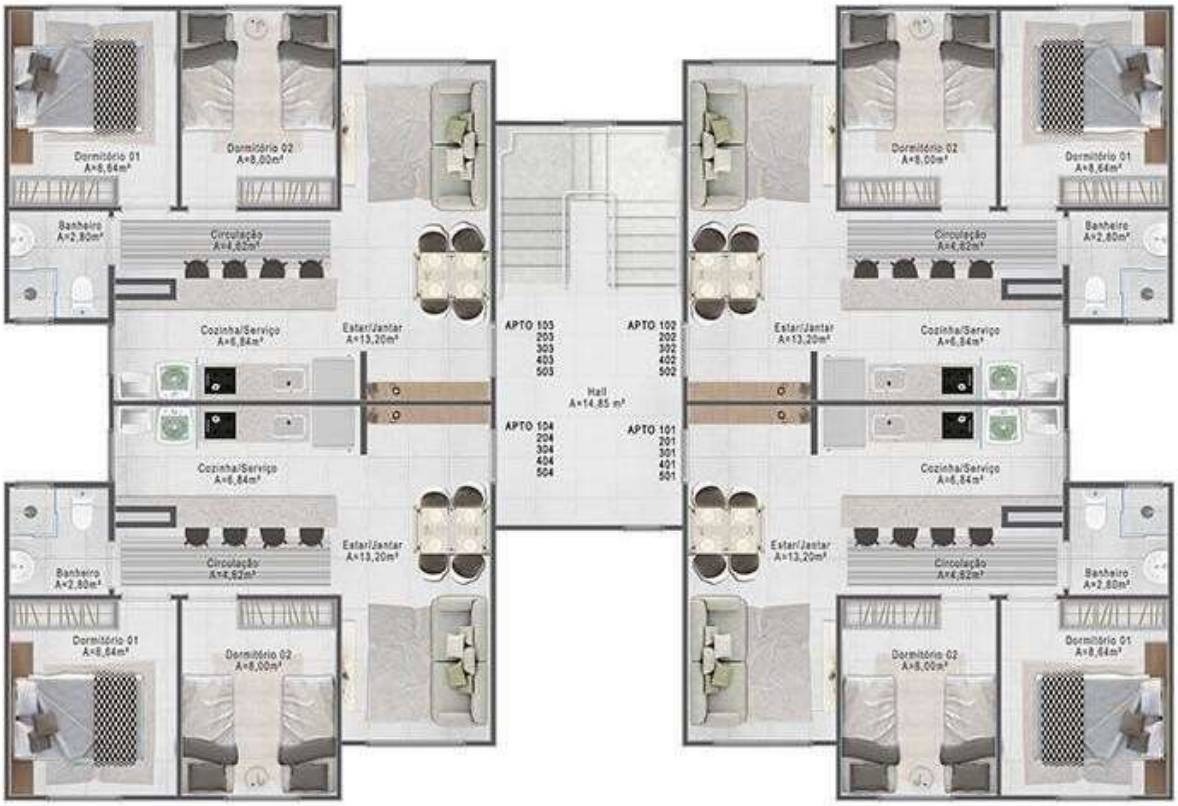


Figura 5: Residencial Paraná. Pavimento-tipo. Fonte: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/residencial-parana/, 2021.



Figura 6: Residencial Paraná. Implantação. Fonte: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/residencial-parana/, 2021.

No entanto, o que gostaríamos de questionar aqui é a ocupação desses espaços, pessoas com casas tão exclusivas, luxuosas e completas, como as descritas nesse condomínio sairiam de seus apartamentos para compartilhar uma piscina? Sentariam em um balanço onde o balanço ao lado está ocupado? Existem encontros nesses espaços? Como as pessoas vivem nesses lugares e de que formas o ressignificam? Questões como essas por hora servem apenas para nos inquietar, pois a busca por essas respostas demanda de um contato com os/as moradores/as, algo que neste momento em virtude da pandemia do Covid – 19 não foi possível.

Durante a realização desta pesquisa estivemos em contato com um ex-funcionário de uma empreiteira contratada pela Porto 5. O colaborador atuou na construção do Residencial Luís de Camões. A seguir, parte de seu relato:

> o Camões é um empreendimento de luxo, apartamentos enormes, com suítes, sacadas, em qualquer sacada tu tem a vista da Dom Joaquim, [...] o Camões em plena Av. Dom Joaquim, uma avenida de extrema importância na cidade, um lugar bonito, querendo ou não, é um lugar bonito [...] tipo já o empreendimento que é Minha Casa Minha Vida são nos bairros, lugares mais afastados assim, porque aqui onde eu moro, eu moro no Dunas, aqui tem dois empreendimentos da Porto 5, o Guimarães I e o Guimarães II, os apartamentos são muito bem feitos, muito bem acabados, muito bonitos, diferentes de outras construtoras, claro que tem falhas, mas não como em outras construtoras.

> O material querendo ou não todos são os mesmos, não tem muita diferença assim, o que conta são os detalhes, quanto mais luxo for, mais detalhado é, ai tem, como vou te explicar, o que muda são os detalhes, tudo o que muda são os detalhes, o material é o mesmo, a mão de obra é a mesma, uns vão tendo mais umas coisinhas, vamos supor, uns usam pedra de mármore, outros vão usar granito, outros vão usar uma pedra um pouco mais inferior, vamos supor, os dos populares não tem pedra, se tem. (29 de maio de 2021, grifos da autora).

A fala deste colaborador evidencia o que temos buscado salientar aqui: a localização, a ideia de residência, conceitos como luxo e exclusividade, definem o/a morador/a para o qual se dirige tal empreendimento. As estratégias de propaganda não são neutras, elas são direcionadas a um público e carregam uma proposta de moradia, cujo fim é a venda.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, buscamos evidenciar que o espaço, a localização, a intenção arquitetônica, a técnica construtiva, as narrativas, e as imagens usadas nos empreendimentos da Porto 5 não são imparciais. Toda escolha, inserida dentro da ideia de moradia, carrega um discurso e impõe, de uma forma muito clara, um modo de morar e vivenciar a cidade. Sabemos que diferentes grupos sociais, de diferentes culturas, de diferentes rendas, etc., vão representar diversos modos de habitar. Mas o mais importante aqui foi destacar que a moradia é uma dimensão de extrema relevância para pensar a sociedade, pois ela está diretamente relacionada ao seu meio social.

Também destacamos que as qualidades de luxo e exclusividade não trazem qualquer contribuição para a sociedade ou para melhorar a qualidade da cidade. Deve-se salientar, ainda, que em um contexto em que o acesso à moradia de qualidade não é um direito universal, expor em um veículo de propaganda, lado a lado, duas narrativas tão opostas é uma demonstração do quanto a habitação, hoje em dia, é vista como uma reles mercadoria e não como um produto essencial para as pessoas.

As plantas baixas representadas de diferentes maneiras quando dirigidas a um público ou outro, reforçam através da materialidade todo esse discurso. Afinal, como destacou nosso colaborador, “alguns prédios são para poucos”. Ao abordar a localização dos empreendimentos e o destaque para sua interação com a cidade foi evidenciado ainda mais as diferentes formas de morar e ocupar a cidade. Podemos concluir que o Residencial Luís de Camões está mais voltado a representação da vida privada, individualizada, e o Residencial Paraná a vida pública, interagindo e contribuindo de forma mais direta com a cidade. Embasadas na tabela 1 e no relato, pudemos observar também que os condomínios possuem qualidade espacial semelhante, com áreas de lazer comum e mesmos materiais básicos. O que os diferencia de forma significativa são os acabamentos e é claro a área construída.

Essa análise permanece ainda aberta, pois, através das narrativas dos moradores e moradoras e da observação de suas vidas cotidianas, se poderá avaliar em que grau a maneira de habitar tanto um condomínio como o outro, reflete as diferenças ressaltadas na descrição de suas qualidades e características gerais expostas no site comercial.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. A arquitetura nunca mais será a mesma: considerações sobre género e espaço(s). **Urbana:** Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas: v. 7, n. 2, p. 2-23, 2015.

CHING, Francis. D. K. **Dicionários visual de arquitetura.** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos, São Paulo: Ed. FUPAM, 2012.

RESIDENCIAL LUÍS DE CAMÕES. Porto 5, 2021. Disponível em: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/luis-de-camoes/. Acesso em: 02/06/2021.

RESIDENCIAL PARANÁ. Porto 5, 2021. Disponível em: https://www.porto5.com.br/empreendimentos/residencial- parana/. Acesso em: 02/06/2021.

ENTRE CONSENSOS E DISSENSOS

Concursos de projeto de requalificação de mercados públicos

José Alberto de Oliveira Grechoniak
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
Joseagrechoniak@gmail.com

Ana Elísia da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
Ana_elisia_costa@hotmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: concursos; arquitetura; mercados públicos; conflito; requalificação.

INTRODUÇÃO

Sejam públicos ou privados, os concursos de projetos cumprem um importante papel na cultura arquitetônica e urbanística. Por meio deles, são experimentadas soluções não oportunizadas pelo mercado de trabalho; visibilizados profissionais, principalmente "jovens arquitetos"; ampliados debates de problemas e soluções com a sociedade; bem como, é promovido o reconhecimento da profissão. (SUZUKI et al., 2018; VOLKMER, 2003 apud SUZUKI et al., 2018). Soma-se a isso, o argumento de que o concurso "é uma forma democrática de contratação de projetos", como defende Volkmer (2003 apud SUZUKI et al., 2018, n.p.).

Sob o argumento do "democrático", contudo, cabem algumas reflexões sobre os conflitos que dele emanam. É pressuposto na democracia que "sujeitos – mais aptos", consensualmente, representem os "inaptos ou menos aptos", no exercício de uma atividade específica. Em um concurso, se pressupõe que o arquiteto seria mais apto ao projeto do que sujeitos afetados por ele, o que lhe autorizaria a interpretar desejos e prospectar futuros. Entre concorrentes, o vencedor seria, então, o mais "competente" entre os demais. A dimensão democrática de um concurso, portanto, envolve "apartar" sujeitos heterogêneos e ideias divergentes, reduzindo conflitos e contradições em torno de um presumível e idealizado consenso do que seria "o melhor". Esse juízo, contudo, não conduziria necessariamente "ao mais justo", visto que o objeto do concurso envolve conflitos de interesses dentro da disciplina e nas relações políticas e sociais (SOBREIRA, 2021).

Para além dos concursos, o próprio projeto em si pode ser tomado também como sempre dissensual. Ao beneficiar uns em detrimento de outros em torno daquilo que deveria ser compartilhado (o comum), o projeto, inescapavelmente, assume uma natureza conflitiva, potencialmente geradora de danos (RANCIÈRE, 2005), a despeito da cultura disciplinar (ainda?) idealizar um futuro "salvador e harmônico" por meio das soluções projetuais (HOLSTON, 1995).

Ao pautar a ideia de conflitos e consensos que permeiam projetos e concursos, este ensaio objetiva levantar questões referentes aos moldes dos concursos na contemporaneidade. Reconhecendo que estes impactam a cultura arquitetônica e urbanística e, sobretudo, a sociedade, esta reflexão se justifica por subsidiar estudos que buscam a (re) significação dos concursos, como a própria pesquisa de mestrado do qual o presente estudo é um subproduto[1].

Parte-se da premissa que a (re)significação dos concursos na contemporaneidade impõe outras epistemologias ao próprio projeto, mesmo que ainda não consensuais. Seriam projetos-outros, guiados pelo desejo estético-ético de coesão social na partilha-do-comum (RANCIÈRE, 2005) e pensados a partir de conflitos – os existentes e os emergentes (HOLSTON, 1995). Os caminhos para isso não estão dados e nunca estarão, são vários e complexos, mas ganham aqui importância as abordagens: *híbridas*, entre universais-científicas-eruditas e específicas-tradicionais-populares, cientes de que a depreciação das segundas decorre da uniformização imposta pelas ordens vigentes (culturais, legais, econômicas); *participativas,* envolvendo sujeitos afetados e superando convicções "democráticas" que alguns são incapazes de pensar-atuar na construção do comum (RANCIÈRE, 2005); *processuais,* entre respostas possíveis no agora e aquelas abertas a definições ou resoluções no amanhã, ao indeterminado, ao temporário.

Desde esses projetos-outros, seria possível pensar em concursos-outros? Poderiam eles próprios ser mecanismos ou meios para a construção de projetos "participativos"? Como seus mecanismos poderiam contemplar conflitos e valores dos sujeitos afetados e o engajamento ativo dos mesmos no processo de projeto, não os reduzindo a meros receptores de um desenho-produto? Como programas e resultados esperados colocam o projeto como dado processual e aberto?

METODOLOGIA

Para fundamentar o estudo, são desenvolvidas pesquisas bibliográficas sobre concursos e sobre intervenções em mercados, destacando críticas aos modelos atuais e a busca por "alternativas" frente à complexidade contemporânea (CARRERO, 2021; SOBREIRA, 2021; SOUZA; SAMORA, 2021; ARAÚJO, 2021; CORDEIRO, 2017). Procedimentos de pesquisa documental se voltam à análise dos editais e das peças gráficas dos projetos dos concursos adotados como objeto de estudo. Espera-se que o cruzamento destes dois escopos permitirá refletir, sem generalizar, a condição dos concursos como instrumentos de consolidação e/ou transformação cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Mercado Público de Lages

A origem do atual Mercado de Lages está associada a uma situação conflitiva. É fruto de remodelações urbanas na década de 1940 que, buscando romper a "imagem rural" da cidade, transferiu o antigo Mercado Público, até então um palco vibrante da vida social, para uma área periférica da cidade. Ali, um novo mercado, em estilo Art-Déco, poderia expressar sinais de "modernidade"! Essa posição periférica

[1]Pesquisa de mestrado em desenvolvimento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel, intitulada "Produzir-Vender-Consumir: uma reflexão sobre estética e consumo, a partir do concurso para a requalificação do Mercado Público de Lages/SC".

em relação aos principais percursos urbanos, contudo, somada a mudanças nos modos de comprar-consumir, afetaram a vitalidade do novo mercado. Esvaziado, ele viveu gradativo declínio: abandono, fechamento em 2009 e depredação (ISHIDA et al., 2013; PEIXER, 2002).

Depois de algumas mobilizações isoladas em defesa de sua reforma e reativação, o mercado foi incluído no plano de revitalização urbana de Lages (2012), entendido como uma âncora do mesmo. Decorre daí, o lançamento do "Concurso Nacional para o Projeto de Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages" (2014), organizado pela Prefeitura Municipal em parceria com o IAB/SC.

Legitimava o concurso um "desejo notável da sociedade" em recuperar a sua história, a despeito das mobilizações sociais para sua recuperação não terem sido muito expressivas. Tão pouco essa sociedade (usuários, produtores rurais e comerciantes) participou ativamente das discussões do edital, com vistas a articular potencialidades de uma cadeia produtiva e saberes locais. Um programa de necessidades standart, como observados em outros tantos mercados hoje "gourmertizados" (FREIRE, 2019), buscava "qualificar" o mercado como lugar de encontro, comercialização e turismo. Em nove setores, foram previstas rígidas ocupações e poucos espaços para usos efêmeros e futuros.

Como o edital não previa consultas públicas intermediárias, em um único evento, o júri, formado por arquitetos, conselheiros municipais de cultura e alguns representantes – "aptos" - de associações industriais, comerciais, de ensino, de moradores e de produtores, elegeu o projeto vencedor.

De autoria de Zullian Broering, Vitor Zanatta e Vinicius Figueiredo, a proposta foi destacada por atender a "todas" exigências técnicas, ambientais e estéticas contemporâneas (IAB/SC, 2014). O mencionado "todas" pode evidenciar a ausência de reflexão sobre o potencial conflitivo do projeto que, a despeito de inovações e virtudes, não parte de uma clara compreensão da cultura local e não prospecta a possível consolidação de um gueto de consumo dedicado a privilegiados e de processos de gentrificação no seu entorno. O projeto obedece às ausências do próprio edital, não o transgride, e impõe seu gesto estético, palatável à cultura disciplinar contemporânea.

O Mercado Distrital do Cruzeiro

Com o intuito de retirar os produtores, pequenos comerciantes e feirantes da rua e concentrá-los em um espaço fechado, o Mercado Distrital do Cruzeiro, projetado por Éolo Maia, foi inaugurado em 1974. Devido à sua localização em meio a parques e áreas livres, ele se transformou em um ponto de encontro e referência, onde eram vendidos alimentos e artesanatos e oferecidos serviços. A falta de manutenção do espaço por parte do poder público, contudo, levou à sua precarização e descaracterização. (ANDRADE, 2011).

Diante da sua decadência, em 2010, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte levou ao conhecimento público a proposta de demolição do antigo edifício para a construção de um complexo comercial e gastronômico, com espaço para os antigos comerciantes, e ainda, hotéis e estacionamentos. A reação da população afetada foi imediata. Por sua solicitação, obteve do IAB um parecer sobre o empreendimento que destacou, além a descaracterização do edifício original, impactos sobre o meio-ambiente e a mobilidade urbana. Em um abaixo assinado, ela passou a exigir o direito de "participar da elaboração e da escolha" de um projeto de revitalização para o mercado. (ANDRADE, 2011)

Em meio às ações locais, o IAB/MG uniu-se às associações do bairro e dos comerciantes locais e ao Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais, para lançar o concurso Viva o Mercado! (2011). O seu edital foi montado com comerciantes, usuários do mercado e moradores do entorno. No velho edifício, agora preservado, o programa contemplava espaço gourmet, bares, aumento do número de lojas e de vagas de estacionamento. Soma-se a isso, num gesto urbano, as propostas de uma praça multieventos em frente ao edifício e uma torre panorâmica que o liga ao parque vizinho. (JOBIM, 2011).

O corpo de jurados, formado por integrantes do IAB/MG, escolheu três propostas que melhor aderiram ao edital, o que pode evidenciar a refutação de consensos. Estas foram apresentadas e defendidas em evento público no próprio mercado, animado por atividades culturais. O júri popular elegeu a proposta dos arquitetos Francisco Albano de Andrade, Gian Paolo Lorenzetti e Rodrigo Ferreira Andrade, mas estrategicamente as três foram levadas ao poder público, para seu aval. Na ata dos jurados, destaca-se a flexibilidade de uso e a relação "amigável" com a cidade da proposta eleita, indicando atenção a uma necessária dimensão aberta do programa e aos conflitos que emanam do projeto.

CONCLUSÕES

Apesar da importância dos concursos na consolidação da cultura contemporânea, estes são também palcos de conflitos que, sob o discurso de consensos, nem sempre conduzem a resultados "justos". Os estudos de casos apresentados e a revisão bibliográfica a ser desenvolvida no artigo final explicitam novos mecanismos de concurso que podem levar à constituição de projetos-outros que, ainda dissensuais, podem ser mais sensíveis à promoção de uma maior coesão sócio-econômica-cultural. Neste contexto, os concursos assumem o papel de construtores de "processos", cujas propostas "vencedoras" não sinalizam um "produto" ou um "fim", mas um "meio" que marca o "início" de outros processos de disputa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ulisses Morato de. Frutas, legumes, arquitetura e democracia! O Caso do Mercado Distrital do Cruzeiro, Belo Horizonte – MG. **Projetos**. São Paulo: Vitruvius, ano 11, n. 132.01, dez. 2011, n.p. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.132/4165>. Acesso em: 16 setembro 2021.

ARAÚJO, Maria de Sousa Lopes Borges de. **O Mercado como Gerador de Urbanidade.** Casos de estudo na cidade do Porto. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Coimbra, 2011.

CARRERO, Jesús Rojo. De Jurados y Arquitectos: Ideas sobre los Concursos. **Proyecto, Progreso, Arquitectura.** Sevilla: Universidad de Sevilla, n. 7, p. 26-37, nov. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51391619.pdf>. Acesso em: 28 setembro 2021.

CORDERO, Adrián Hernandez. Los mercados públicos: espacios urbanos en disputa. Iztapalapa. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. Ciudad de México: v. 38, n. 83, p. 165-186, dez. 2017. Disponível em: < https://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/40/54>. Acesso em: 01 setembro 2021.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. **Geografares.** Vitória: v. 25, p. 176-198, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17856>. Acesso em: 01 setembro 2021.

HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, 1995, p. 243-253. Disponível em: < http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8869>. Acesso em 28 setembro 2021.

IAB/SC. Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC. **Site do IAB/SC**. 2014. Disponível em: <http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 06 julho 2021.

ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Z.; VARELA, Iáscara A.; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEIXER, Zilma Isabel. **Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages.** Florianópolis: UFSC, 2013.

JOBIM, Luciana. IAB-MG apresenta os finalistas da premiação Viva o Mercado! **MDC revista de arquitetura e urbanismo.** Minas Gerais: agosto de 2011, n.p. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2011/08/27/iab-mg-apresenta-os-finalistas-da-premiacao-viva-o-mercado/>. Acesso em: 18 setembro 2021.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos:** o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora Uniplac, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível:** estética e política. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

SOBREIRA, Fabiano. O julgamento nos concursos de arquitetura. **Arquitextos.** São Paulo: ano 22, n. 253.04, Vitruvius, jun. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.253/8121>. Acesso em: 13 setembro 2021.

SOUZA, Bárbara da Silva; SAMORA, Patrícia Rodrigues. As dimensões habitacional e ambiental nos concursos de projeto de urbanização de favelas. Estudo de seis casos selecionados. **Arquitextos.** São Paulo: ano 22, n. 254.06, Vitruvius, jul. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.254/8143>. Acesso em: 13 setembro 2021.

SUZUKI, Eduardo H.; PADOVANO, Bruno Roberto; GUADANHIM, Sidnei Junior. A eficácia dos concursos nacionais de arquitetura e urbanismo no Brasil de 1984 a 2012. **Arquitextos**. São Paulo: ano 19, n. 217.00, Vitruvius, jun. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.217/7013>. Acesso em: 01 setembro 2021.

VOLKMER, José Albano. Concursos públicos de Arquitetura. Boletim Informativo, Porto Alegre, Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul, jun. 2003. In: SUZUKI, Eduardo H.; PADOVANO, Bruno Roberto; GUAHANHIM, Sidnei Junior. A eficácia dos concursos nacionais de arquitetura e urbanismo no Brasil de 1984 a 2012. **Arquitextos,** São Paulo, ano 19, jun. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.217/7013>. Acesso em: 01 setembro 2021.

ESCOLAS COM PROJETO PADRÃO DE 1930 EM CONTEXTO DE PANDEMIA

Lisiê Kremer Cabral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
lisikcabral@yahoo.com.br

José Henrique Carlúcio Cordeiro
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
joseccordeiro@yahoo.com.br

Ana Lúcia Costa de Oliveira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
lucostoli@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Escolas padrão; Arquitetura escolar; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, a arquitetura brasileira, correspondendo às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, apresentou inovações como a presença de recuo entre os lotes lindeiros, possibilitando varandas e jardins, instalações hidráulicas e calçamento das vias públicas (REIS FILHO, 2011). Entretanto, somente durante a Primeira República (1889-1930) que a educação e a higiene passaram a ser reconhecidas como ferramentas de progresso, os prédios para instituições de ensino, através de novas diretrizes, tiveram a intenção de transmitir esses novos valores à população (ERMEL, 2017).

Nesse contexto, na década de 1930, foram projetadas escolas com projeto padrão para 500 alunos, pelo engenheiro Pianca, no estado do Rio Grande do Sul. Nessas edificações, atendendo aos aspectos de caráter higienista, foram previstos afastamentos dos limites do lote, elevação em relação ao nível do solo, valorização de iluminação e ventilação natural, ambientes para educadora sanitária e gabinete médico-dentário. Esse projeto padrão foi aplicado em pelo menos seis escolas, nas cidades de Dom Pedrito, Osório, Santa Vitória do Palmar, Taquara, Vacaria e Piratini (CABRAL, 2020). O estudo de caso foi realizado na escola Ponche Verde (1936), localizada na cidade de Piratini/RS. Escolhida por estar localizada em um centro histórico e, também, por possui suas características originais preservadas, não apresentando modificações significativas no prédio.

No mês de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pandemia de COVID-19, doença provocada por vírus que ataca principalmente as vias aéreas do ser humano. De modo que, na tentativa de diminuir o contágio foram implementadas medidas de contenção para reduzir a disseminação do vírus como o distanciamento social, uso de máscaras e frequente higienização das mãos (BRASIL, 2021). Para atender ao plano de prevenção à doença, o governo do Rio Grande do Sul, em março de 2020, decretou a suspensão das aulas nas redes públicas e particulares (G1 RS, 2020) e o Ministério da Educação informou, pela portaria nº 343, que as aulas deveriam ocorrer de forma remota.

Com o avanço da vacinação, em março de 2021, foram propostos novos protocolos para o retorno das atividades presenciais nas escolas.

Considerando o cenário da pandemia, pergunta-se: como esses espaços, os quais foram edificados há mais de 90 anos, estão funcionando em um contexto de pandemia? Eles atendem seus usuários de acordo com as novas exigências sanitárias?

METODOLOGIA

Esse trabalho, através de revisão bibliográfica, análise de plantas e visita realizada a uma das escolas com projeto padrão para 500 alunos, pretende esclarecer e analisar sobre como essas construções estão atendendo os seus usuários durante as delimitações exigidas pela pandemia de COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1928, quando Getúlio Vargas assumiu o governo do estado do Rio Grande do Sul, as questões de saúde pública ganharam relevância e, em 1929, os serviços sanitários foram reestruturados e reformados. Entre as instruções que estariam a cargo do estado encontra-se a inspeção médico escolar em instituições de ensino municipais e estaduais, essas ações de educação e consciência sanitária deveriam alcançar toda a população. A aproximação de questões higiênicas com as escolas ocorria por meio de inspeção sobre o desenvolvimento dos alunos, auxiliar na prevenção de doenças, propagar a relevância dessas ações e fiscalizar a limpeza da instituição de ensino (ALVES, 2011).

Na década de 1930 foi criada a Secretaria da Educação e Saúde Pública para consolidar e dar continuidade às medidas de educação, saúde e higiene. Em 1935, na Constituição Estadual, o Estado ficaria responsável pela formação da consciência sanitária individual para as crianças, por meio do ensino, tornando-se obrigatória a inspeção médico-escolar. O serviço de higiene escolar era oferecido para alunos, professores e funcionários e poderia proporcionar exames de coração, pulmão, visão, audição, nutrição, vacinação e assistência dentária, com a intenção de permitir o bom aprendizado e a conservação do ambiente de ensino (ALVES, 2011).

As inspeções sanitárias, assim como a arquitetura das edificações, passaram por transformações ao longo dos anos, as quais influenciam no controle de disseminação de doenças. A transmissão do coronavírus pode ocorrer de maneira direta, em contato com pessoas ou secreções, ou indireta através de superfícies contaminadas. Construções de uso público, locais em que existe a interação de diferentes grupos sociais, foram fechadas com intenção de controlar e reduzir as transmissões. Dessa maneira, devem ser pensadas estratégias para prevenção de doenças nas edificações, com espaços eficientes e saudáveis, como uso de espaços abertos, ventilação, qualidade e troca do ar, iluminação, temperatura e umidade, desinfecção dos ambientes e revestimentos que facilitem limpeza (CASTRO; AMORIM, 2021).

A adoção do ensino à distância no Brasil, considerando o contexto de desigualdades e vulnerabilidades sociais, trouxe consigo a evidência das dificuldades como de acesso à internet e à ferramentas digitais, à falta de equipamentos eletrônicos e de ambiente propício para os estudos. O retorno às atividades exige a gestão de novas medidas socioeducacionais, por meio de rodízio entre os modelos presenciais e remoto, como no caso dos materiais disponibilizados e na atenção das medidas higiênicas para proteção da comunidade escolar (PERES, 2020). As Instituições de ensino no país devem adaptar-se a

essas novas demandas sociais e higiênicas, permitindo um espaço com qualidade e segurança dos alunos e professores.

A ideia de higiene estava relacionada à proximidade entre o homem e a natureza, dessa maneira, houve a valorização da iluminação e ventilação natural, potencializada pela presença de recuos em relação aos limites do terreno, uso de porões e melhor aproveitamento do lote. Esses conceitos orientaram as construções a uma nova tipologia, além disso, foram enfatizadas as praças e as fontes e adotadas medidas públicas de saneamento com a canalização de córregos e asfaltamento de ruas, medidas que tinham o intuito de melhor a saúde física e metal da população brasileira (VIANA, 2011).

> Os conceitos deste sanitarismo moderno são decorrentes do discurso médico que se instalou principalmente a partir dos séculos dezoito e dezenove na Europa, a partir de novas descobertas nas áreas da saúde e da doença. Fazia-se necessário descobrir as causas para os males do indivíduo e da sociedade como um todo, que viviam constantemente surtos de doenças e epidemias. O saber médico, ao procurar solucionar estas questões, adentrou com grande força em diferentes esferas da sociedade, influenciando o pensamento social, as condutas e modos de ser dos indivíduos; novos hábitos e concepções que alcançaram, posteriormente, o Brasil (VIANA, 2011, p. 44).

As escolas com projeto padrão para 500 alunos projetadas pelo engenheiro João Baptista Pianca e construídas na década de 1930, possuem características que direcionam ao conceito médico-higienista proposto naquela época (CABRAL, 2020). O prédio da escola Ponche Verde (Figura 1), inaugurado em 1936, encontra-se em um lote de esquina entre a Av. Gomes Jardim e a Rua General Canabarro, dentro da área do centro histórico da cidade de Piratini/RS e mantém as suas principais características desde a sua inauguração. A escola (Figura 2) possui dois pavimentos, porão, simetria de eixo, forma de U e pórtico com colunas, remetendo a características de composição clássica (JANTZEN; OLIVEIRA, 1996). O programa de necessidades conta com salas de aula, sala de leitura, sala para trabalhos manuais, gabinete médico-dentário, diretoria, banheiros e espaço para moradia do professor.



Figura 1: Fachada da escola. Fonte: Acervo Lisiê Kremer Cabral, 2021.

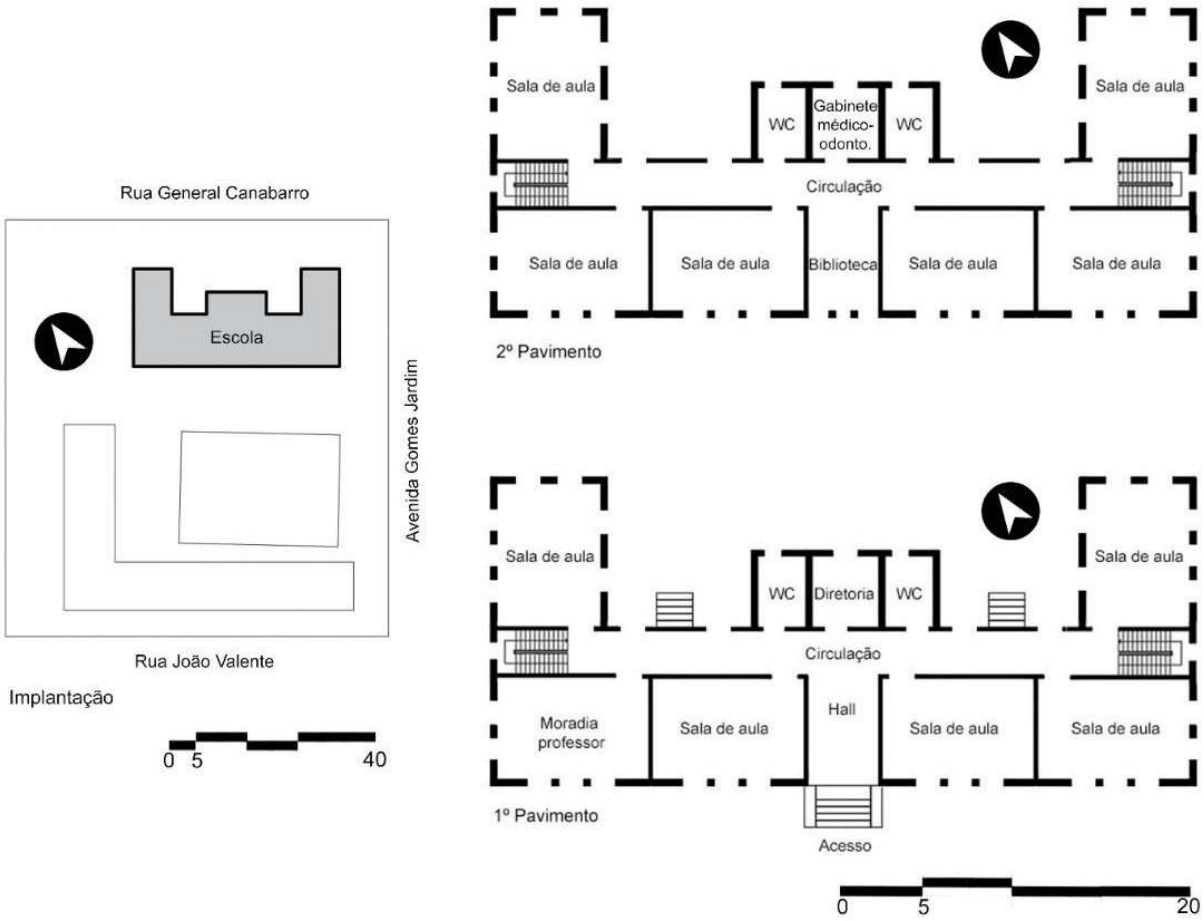


Figura 2: Implantação e plantas dos pavimentos do Grupo Escolar Ponche Verde. Fonte: Desenho das plantas 5º CROP, esquema dos autores, 2021.

A visita à escola foi realizada em agosto de 2021 e no momento estava atendendo os alunos através do rodízio entre aulas presenciais e à distância. O amplo terreno permitiu que o prédio, com largura de 40 metros, fosse inserido em uma posição que possibilitou a existência de recuos em todas as suas laterais e extensa área de pátio. A edificação possui pé direito de 3,60 metros e todos os ambientes contam com grande quantidade de esquadrias, variando entre três, cinco e sete janelas no mesmo ambiente, de abrir com bandeira móvel favorecendo a iluminação e as trocas de ar. O espaço que atendia como gabinete médico-dentário encontra-se desativado, servindo na atualidade ao uso de arquivo.

As salas de aula mostraram-se bem ventiladas e iluminadas, pois mesmo as que contavam com o número menor de janelas, três unidades, estavam com a porta aberta permitindo troca de ar (Figura 3). Foram observados totens para dispensador de álcool em gel com pedal, frequente limpeza dos ambientes de circulação e banheiros, uso de máscara pelos funcionários e alunos e o distanciamento entre as pessoas. As áreas, em geral, são espaçosas, com pé direito alto, semelhante às salas de aula, e portas com vãos adequados aos fluxos. Os pisos do hall de entrada, corredores, escadas e dos sanitários são em granitina ou porcelanato facilitando a higienização, entretanto as salas de aula apresentam forro e assoalho em madeira, o que pode dificultar a limpeza.



Figura 3: Salas de aula. Fonte: Acervo Lisiê Kremer Cabral, 2021.

CONCLUSÕES

As escolas projetadas pelo engenheiro Pianca nos anos 1930 estão relacionadas a um contexto de inovações da saúde pública, em que diretrizes foram propostas com a intenção de educar a população e assim reduzir problemas relacionados a falta de higiene. As instituições de ensino apresentam referências à saúde na edificação, por meio dos recuos, gabinete médico-dentário, na quantidade de aberturas, como também no programa que reflete no currículo, através da presença de educadoras sanitárias, inspeções médicas, incentivo e aplicação de vacinas e exames. O ensino, o prédio escolar e as políticas públicas serviram como ferramenta para a disseminação das ideias higienistas e educacionais da época, das quais a comunidade escolar foi a principal beneficiada.

As escolas com projeto padrão para 500 alunos, considerando o momento histórico em que foram planejadas, apesar do distanciamento temporal, de quase 90 anos, atendem às exigências solicitadas referentes as circunstâncias da pandemia de COVID-19. Durante a visita ao local foram observadas estratégias de prevenção como o distanciamento social, disponibilidade álcool em gel e limpeza dos ambientes. Foi possível identificar que o projeto de arquitetura dessas construções está diretamente relacionado à aplicação eficaz das demandas higiênicas, permitindo a ventilação e iluminação natural, pela ampla quantidade de esquadrias, o uso de espaços abertos, como o pátio, e o controle da umidade, com a elevação em relação ao nível do solo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gabrielle W. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul:** continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945). 2011. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2372/1/430450.pdf Acesso em: 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus COVID-19.** Brasília. On-line. 2021. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/. Acesso em: 2021.

CABRAL, L. K. **Arquitetura Art Déco nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950).** 2020. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). PROGRAU, Pelotas, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1NuYxlDsqktLj8IgxR3bgZCJsFj2ymoyQ/view

CASTRO, S. A. Adriana; AMORIM, D. N. Cláudia. A arquitetura como fator de controle da COVID-19 em campus universitário. **VI ENANPARQ.** Brasília, 2021. p. 76- 93. Disponível em: http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/03/VI-ENANPARQ_ANAIS-PANDEMIA_24MAR21.pdf. Acesso em: 2021.

ERMEL, Tatiane F. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo**: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928). 2017. 343 f. Tese (Doutorado em Educação). PUCRS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7337#preview-link0. Acesso em: 2018.

JANTZEN, Sylvio A. D.; OLIVEIRA, Ana L.C. **Renovação urbana e reciclagem:** orientação para a prática de atelier. Pelotas, Livraria Mundial, 1996. 74 p.

PERES, R. Maria. Novos desafios da gestão escolar e da sala de aula em tempos de pandemia. Revista **Administração Educacional.** Recife, v.11, n.1. 2020. p. 20-31.

REIS FILHO, G. Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 11ª edição. São Paulo, Perspectiva, 2011. p. 53-70.

VIANA, Alice O. **A persistência dos rastros**: manifestações do art déco na arquitetura de Florianópolis. Santa Catarina: UDESC, 2011.

GOVERNO do RS suspende aulas da rede estadual a partir desta quinta devido ao coronavírus. **G1 RS.** Rio Grande do Sul, 16 março 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/16/governo-do-rs-suspende-aulas-da-rede-estadual-a-partir-desta-quinta-devido-ao-coronavirus.ghtml. Acesso em: 2021.

ESPACIALIDADE INFANTIL

Análise das práticas espaciais e os vínculos entre as crianças na Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG

Paloma Pereira Ramiro
Universidade do Oeste Paulista | Brasil
paloma.ramiro007@gmail.com

Victor Martins de Aguiar
Universidade do Oeste Paulista | Brasil
victoraguiar@unoeste.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Infraestrutura, Espaço Público, Praça, Pertencimento, Cruzília – MG.

INTRODUÇÃO

A cidade é um dos maiores precursores das relações humanas, onde acontece o desenvolvimento das relações sociais e da memória coletiva, sendo um dos principais elementos educadores da sociedade. A expansão urbana desenfreada, sem planejamento e demasiadamente desconexa resultou na criação de espaços habitacionais sem uma infraestrutura adequada, sobretudo pela ausência de espaços públicos de qualidade. As demandas infantis também sofreram os impactos desse crescimento acelerado, limitando os espaços de lazer e o acesso a serviços básicos de saúde e educação (LOEB, 2019).

Percebe-se que uma cidade que não oferece apoio às necessidades básicas de uma população, contribui para um desenvolvimento infantil de baixa qualidade, favorecendo o aumento de diferenças econômicas, étnicas e sociais. Sem políticas públicas voltadas à infância, os espaços públicos não possuem atrativos e, muitas vezes, não são frequentados em razão da insegurança, como expõe Meira (2011).

Assim, é de suma importância que os espaços públicos ofereçam uma infraestrutura de qualidade, porém, o cenário observado nas últimas décadas é bastante diferente do ideal, sendo cada vez mais carentes de atrativos. Algumas das principais problemáticas verificadas são a falta de segurança e desconforto dos equipamentos ofertados, diminuindo a autonomia das crianças (LUKE et. al, 2001).

Tais fatores resultam no afastamento entre criança e cidade e auxiliam no esquecimento do papel infantil no desenvolvimento urbano, conforme Rocha et. al (2018). Observa-se também um déficit em legislações específicas abordando esta discussão, fomentando as relações de afastamento. A cidade de Cruzília, localização do objeto de estudo, também não apresenta diretrizes específicas acerca do tema em seu Plano Diretor, Lei Nº 1.908/2009, onde apenas é citada a garantia de direitos básicos ao público infantil. Com base nessa perspectiva, a pesquisa analisou a relação da criança com o espaço público, estabelecendo como objeto de estudo a Praça 7 de Setembro, na cidade de Cruzília – MG.

Pretendeu-se, objetivamente:

- Relacionar as bibliografias com o objeto de estudo analisado.
- Realizar levantamentos e análises acerca da infraestrutura existente na Praça 7 de Setembro.
- Indicar diretrizes projetuais para a Praça 7 de Setembro.

METODOLOGIA

A pesquisa científica teve o intuito de analisar a relação entre as crianças e os espaços públicos, através de investigações acerca das práticas espaciais desses espaços e a existência de políticas públicas urbanas ligadas a esse tema. Para fundamentar a pesquisa, foram utilizados materiais teóricos, tais como:

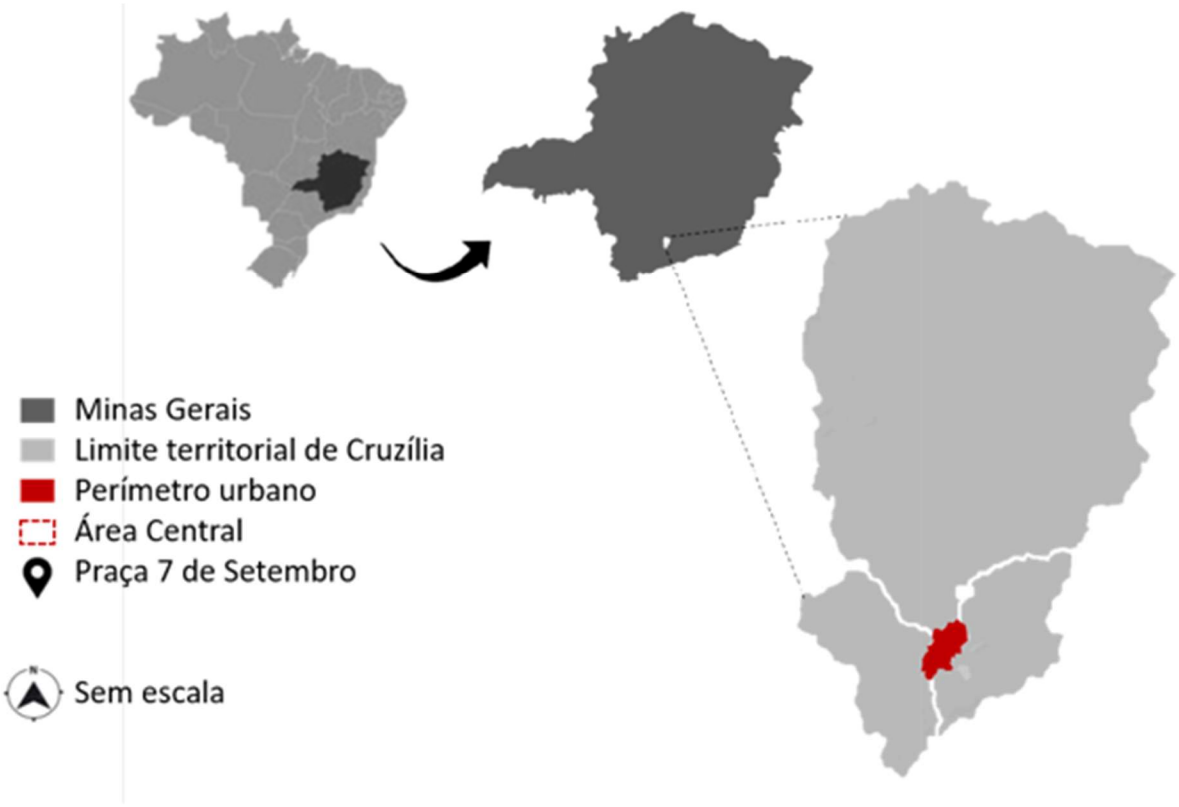
- revisões bibliográficas de pesquisas com a mesma temática abordada;
- levantamentos documentais de leis e estatutos;
- análises sobre o objeto de estudo.

Inicialmente, em função da pandemia de COVID-19, foram realizados levantamentos digitais, entre os meses de maio e julho de 2020, por meio do Google Earth. Posteriormente, foram realizados levantamentos *in loco*[1] na Praça 7 de Setembro, a fim de elaborar análises qualitativas e quantitativas acerca da infraestrutura encontrada, cujas características foram organizadas na Tabela 1. Tais análises também foram demonstradas por meio de imagens e mapas, editadas a fim de preservar a identidade dos indivíduos[2].

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cruzília é um município situado na mesorregião do sul/sudoeste do estado de Minas Gerais (Figura 1), com população de cerca de 14.591 habitantes, conforme o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O núcleo começou a ser formado no período colonial, mas apenas em 27 de novembro de 1948, a partir da Lei Nº 336, tornou-se um município mineiro em virtude do seu crescimento acelerado (Figuras 2 e 3) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA, 2021).

[1]Realizados seguindo todos os protocolos de biossegurança contra a transmissão do vírus da COVID-19, conforme recomendação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE e da Organização Mundial da Saúde – OMS.
[2] Foram preservadas as identidades das crianças que aparecem nas fotos obtidas ao decorrer da pesquisa, em razão dos direcionamentos estabelecidos pelo Comitê de Ética da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE.







Figuras 1, 2 e 3: Localização de Cruzília no Estado de Minas Gerais, delimitação do perímetro urbano e objeto de estudo. Fonte: Google Earth. 2020, editado pelos autores, 2021.

A Praça 7 de Setembro começou a ser construída em 1965, por meio da Lei Nº 300 da Prefeitura Municipal, e foi finalizada e inaugurada no ano seguinte. Em 2011 (Figura 4), parte do seu terreno, originalmente com 1.192,29m², foi desapropriado para a construção de uma farmácia do Programa Farmácia de Minas (Figura 5), administrada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG). A área desapropriada foi de 384,14m², correspondente à 200m² destinados à farmácia e 184,14m² à área *non aedificandi* ao lado do Córrego Ribeirão Palmeira (Figura 6). Além disso, no interior do espaço público há uma rua interna, utilizada pelos transeuntes para travessia entre as ruas João Severino Silva e João Carlos Filho, oferecendo maior segurança aos pedestres no deslocamento diário (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA, 2021).





Figuras 4, 5 e 6: Localização do terreno *Non Aedificandi*, Córrego Ribeirão Palmeira, Farmácia de Minas e entorno da Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG. Fontes: Google Earth, 2020; editado pelos autores; Arquivo dos autores, 2021.

Após essas alterações físicas no espaço, a praça passou a contar com uma área de 808,15m², onde estão dispostos mobiliários urbanos e arborização, bem como áreas verdes e pavimentadas (Figura 7). Além das atividades de lazer, comuns aos finais de semana, a praça também já foi palco de concentrações de blocos de carnaval e celebrações religiosas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA, 2021).



Figura 7: Setorização da Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG. Fonte: Arquivo dos autores. 2021.

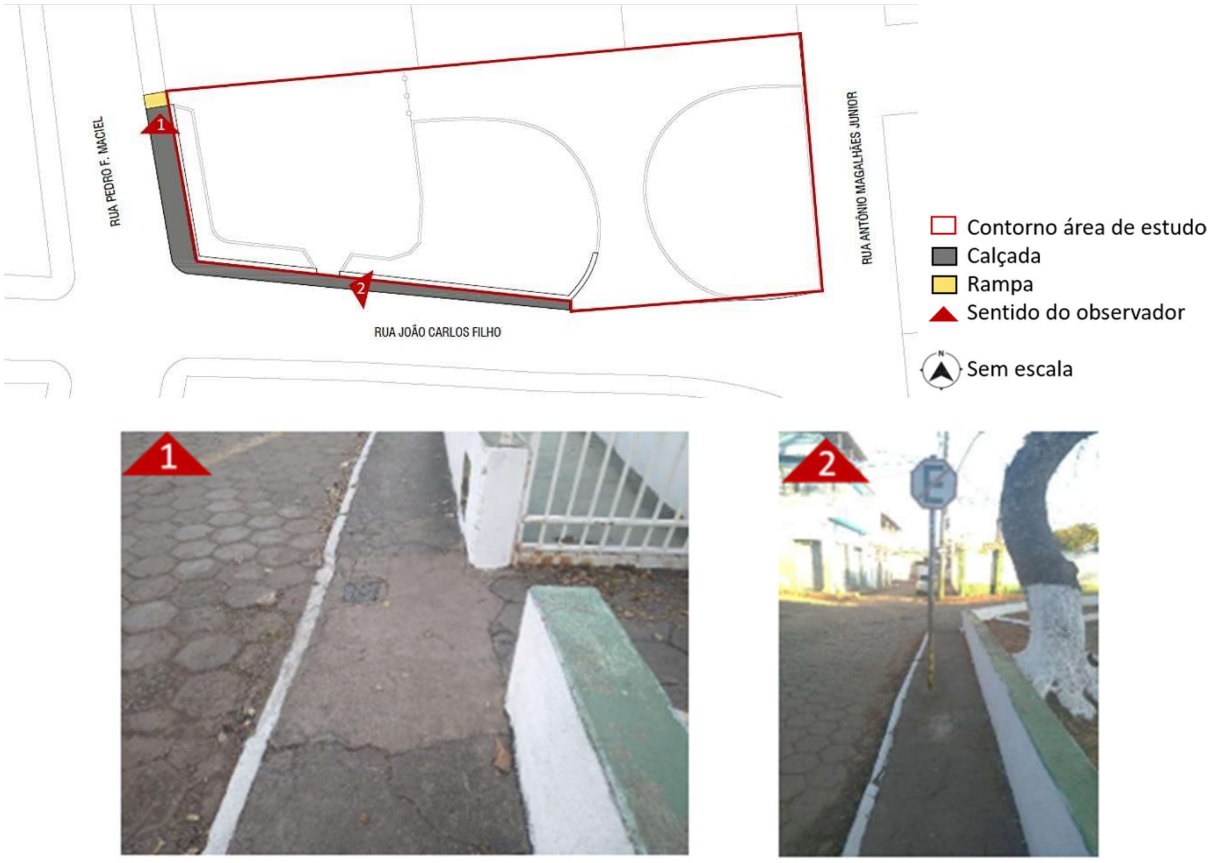
Durante os levantamentos in loco, observou-se que a praça é escassa quanto aos elementos atrativos para o público infantil e para outros públicos. Isso ocorre devido a Praça 7 de Setembro possuir uma infraestrutura muito precária (Tabela 1), ocasionando a busca por outros locais para lazer e socialização. A ausência de desses elementos é o principal motivo que inibe a permanência das pessoas na praça, cujas características foram dispostas na tabela a seguir:

	POSSUI	QUANTIDADE	QUALIDADE	DESCRIÇÃO
ACESSIBILIDADE	Sim	Apenas em uma parte da calçada	Ruim	Não há piso tátil e há apenas uma rampa na calçada.
ARBORIZAÇÃO	Sim	10: porte médio; 04: porte pequeno	Boa	Árvores de grande porte, bom sombreamento.
ÁREAS VERDES	Sim	41,57%	Razoável	Boa quantidade, sem cuidado.
ÁREAS PAVIMENTADAS	Sim	58,43%	Razoável	Bloquete sextavado e pedra São Tomé em bom estado, formação de poças d'água.
ILUMINAÇÃO	Sim	02 postes	Razoável	Partes da praça em penumbra.
MOBILIÁRIOS	Sim	04 bancos 01 lixeiras	Razoável	Quantidade satisfatória, mas sem conforto e manutenção.
MOBILIÁRIOS EDUCACIONAIS	Não	_____	_____	_____
MOBILIÁRIOS ESPORTIVOS	Não	_____	_____	_____
MOBILIÁRIOS INFANTIS	Não	_____	_____	_____
SINALIZAÇÃO	Sim	1	Razoável	Apenas uma placa de estacionamento

Tabela 1: Levantamento qualitativo e quantitativo da Praça 7 de Setembro e seus mobiliários. Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

De acordo com os dados obtidos e organizados na Tabela 1, foi possível realizar as seguintes análises sobre o espaço físico da praça e seus usos:

Quanto à acessibilidade, não possui nenhum tipo de piso tátil, dificultando o acesso de deficientes visuais sem acompanhantes, diminuindo sua autonomia (Figura 8). A praça possui apenas uma rampa de acesso na calçada (Figura 9), dificultando a entrada de pessoas com deficiências locomotoras. A calçada de todo seu entorno possui 50cm de largura (Figura 10), sendo impossível a travessia com cadeira de rodas, e, portanto, não são atendidas as recomendações da NBR 9050 (2021).



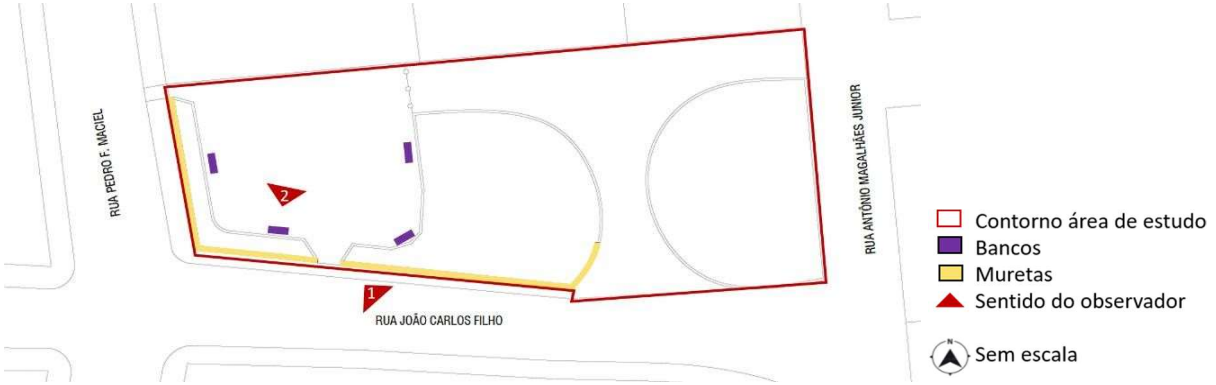
Figuras 8, 9 e 10: Localização da rampa de acesso e calçada da Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG. Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

A Praça 7 de Setembro contém áreas gramadas e pavimentadas (Figura 11), cuja área verde soma 41,57% da área total da praça (Figura 12), mas não recebe constantes manutenções, apresentando falta de qualidade e inutilização. A pavimentação recebe dois tipos de materiais: os bloquetes sextavados e as pedras São Tomé (Figura 13), porém, em épocas de chuva, há intensa formação de poças d'água no interior do espaço público, tornando-o inutilizável.



Figuras 11, 12 e 13: Localização das áreas verdes e pavimentadas da Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG.
Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

O espaço público não possui nenhum tipo de mobiliário esportivo ou infantil (Figuras 14), gerando menor permanência das crianças e sendo necessário que elas levem seus próprios brinquedos, limitando as possibilidades de brincadeiras. Foi observado também que, pela ausência de playgrounds ou brinquedos fixos, as crianças utilizam a criatividade para brincarem com o que há disponível no espaço (Figuras 15), como os bancos e as muretas que contornam a praça, porém são brincadeiras arriscadas e, que podem resultar em possíveis acidentes, pois elas costumam pular entre esses elementos. Conta ainda com apenas 04 bancos, todos eles confeccionados em concreto e pintados na cor verde, todos sem encosto, que acabam sendo desconfortáveis (Figura 16).

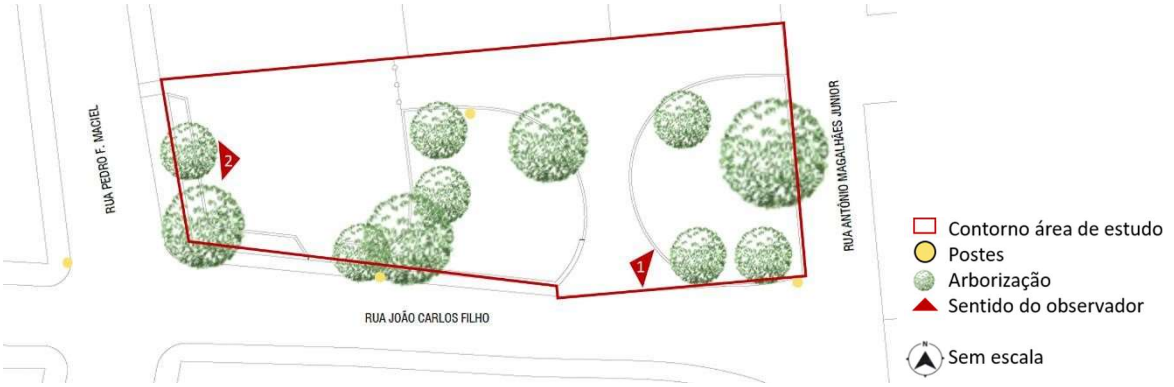






Figuras 14, 15 e 16: Bancos e crianças brincando na Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG. Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

A iluminação é outro ponto bem crítico, pois a praça possui apenas 02 postes em seu interior (Figura 17). Com isso, algumas áreas ficam em penumbra durante o período noturno (Figura 18), sendo mais um motivo que impede a permanência das pessoas, por medo de atos de violência. O ponto mais satisfatório da Praça 7 de Setembro é com relação à sua arborização: foi constatada a presença de 14 árvores no total, sendo 10 delas de porte médio e 04 de porte pequeno, todas na fase adulta. Por conta dessas características, o espaço público possui área sombreada satisfatória (Figura 19), que permite bom aproveitamento do espaço em horários de maior incidência solar.







Figuras 17, 18 e 19: Iluminação e penumbras às 20h e áreas sombreadas na Praça 7 de Setembro em Cruzília – MG. Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

Durante a realização dos levantamentos *in loco* também foram analisadas as questões referentes às práticas espaciais na praça, bem como as relações de pertencimento entre os usuários e o espaço público, prezando pelo vínculo entre criança e praça. A principal característica observada quanto aos períodos de foi que, no período noturno, a praça praticamente não é frequentada, resultado da falta de iluminação adequada para a área.

O período mais frequentado pelas crianças é entre 9h e 10h da manhã, e a partir das 15h até o final do entardecer, devido às melhores condições climáticas e maiores áreas sombreadas, por conta da arborização. Considerando as atividades realizadas por crianças, observou-se que, pela ausência de equipamentos de lazer infantil, elas levam seus próprios brinquedos. Comumente os adultos frequentam a praça para supervisionar as crianças levadas ao local, ou apenas para passagem entre os percursos cotidianos.

Constatou-se durante a realização dos levantamentos in loco que as relações de pertencimento entre as crianças e o espaço público são afetadas, sobretudo pela ausência de atrativos, tanto com relação aos brinquedos e à infraestrutura, quanto à estética da praça, que não possui elementos que chamem atenção do público infantil. Desse modo, as crianças ou mesmo seus responsáveis optam por frequentar outras praças, que ofereçam tais atrativos citados.

CONCLUSÕES

Em síntese, observou-se que a Praça 7 de Setembro, apesar de ser frequentada por crianças, não oferta uma infraestrutura de qualidade e não possui elementos atrativos para o público infantil. Por meio das leituras urbanas, das análises *in loco* e das revisões bibliográficas, é importante compreender o papel da Primeira Infância na concepção de um meio urbano mais inclusivo e socialmente favorável a todas as pessoas, sobretudo à criança.

A praça é antiga e já foi palco de diversos tipos de usos, mas necessita de um projeto completo de requalificação, a fim de torná-la mais atrativa não só para as crianças, mas para o público em geral. Tal iniciativa deve partir do poder público, ou da própria população, para em conjunto avaliarem as demandas e as práticas espaciais, a fim de elaborar um projeto urbano que vise a estética e a funcionalidade, bem como a continuidade das que já ocorrem na Praça 7 de Setembro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, p. 162. 2021.

CRUZÍLIA. Lei Nº 1.908, de 30 de junho de 2009. Institui o Plano Diretor do Município de Cruzília e dá outras providências. **Plano diretor de Cruzília**. Prefeitura Municipal de Cruzília, Cruzília, MG, 30 jun. 2009.

IBGE. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cruzilia/pesquisa/39/30279>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

LOEB, R. M. **Territórios Vulneráveis, Arquitetura e Urbanismo:** estratégias contemporâneas de ação. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2019.

LUKE, N; TALK, R; SAMIOS, A; STEIL, C. A. **Como desenhar espaços urbanos mais seguros e saudáveis para as crianças. 2020**. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/949972/como-desenhar-espacos-urbanos-mais-seguros-e-saudaveis-para-criancas>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

MEIRA, A. M. **Olhares das crianças sobre a cidade de Porto Alegre**: infância contemporânea, psicanálise, educação e arte. p. 211. Dissertação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA. **História da Cidade de Cruzília.** Disponível em: <http://www.cruzilia.mg.gov.br/site/index.php/historia>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

ROCHA, B. N. da; COSTA, C. A. da; LAGO, F. C.; ARUDA, J. M. P. de; ABREU, P. G.; SCHUMACGER, C.; KRUEL, C. S.; GUAZINA, F. M. N.; CARLESSO, J. P. P. **Crianças no espaço público:** contribuições para um desenvolvimento saudável. In: Revista Research, Society and Development, nº 8, 2018. Vargem Grande Paulista. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/595/650>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

LA CIUDAD MATERIAL

Reflexiones en torno a cómo se concibe el patrimonio cultural en los Planes de Ordenamiento Territorial de Bogotá (2000-2019)

Adriana María Suárez Mayorga
Universidad de La Sabana | Colombia
adrianasuma@unisabana.edu.co

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
(x) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad
Palabras claves: Historia urbana; patrimonio construido; planificación; gobierno local; Colombia.

INTRODUCCIÓN

La violencia que experimentó Colombia a finales de la década de 1980 y comienzos de 1990 generó que la ciudadanía reclamara una reforma a la carta magna. La respuesta a este reclamo fue la Constitución de 1991, la cual le otorgó a la descentralización y a la cultura lugares preeminentes en la conformación de la nación. La ratificación de este principio se produjo mediante la promulgación de la Ley 388 de 1997, que ordenó a los municipios del país que tuvieran más de cien mil habitantes adoptar un Plan de Ordenamiento Territorial (POT)[1]; y de la Ley 397 de 1997, que les asignó a las entidades territoriales la responsabilidad de la declaratoria y el manejo de sus bienes de interés cultural (BIC). Ambas leyes confirmaron la jerarquía normativa del gobierno nacional en materia de patrimonio cultural sobre cualquier otra disposición tomada desde el gobierno local.

Teniendo en cuenta lo anterior, el objetivo de esta ponencia es analizar en perspectiva histórica cómo se ha concebido el patrimonio cultural en los POTs de Bogotá (2000-2019), con el fin de reflexionar acerca de las consecuencias que ello ha tenido en el desarrollo capitalino. El postulado que aquí se propone es que, aunque en dichos planes se acepta que el patrimonio cultural es material e inmaterial, al articularlo al ordenamiento territorial de la ciudad únicamente se concibe al patrimonio como material.

Tal situación no solo es contraria a la legislación internacional y nacional sobre la materia, sino que además ha dificultado la conservación y protección del patrimonio cultural bogotano.

La Historia urbana es el área de conocimiento en el cual se inscribe la ponencia porque es una disciplina que entiende a la ciudad como un universo complejo y profundamente interrelacionado, que no puede ser estudiado por fuera de su proceso histórico (EWEN, 2015; y KINGMAN GARCÉS, 2021).

METODOLOGÍA

La investigación en la cual se sustenta la presente ponencia es de tipo documental y se fundamenta en la recopilación, análisis e interpretación de fuentes primarias y secundarias. Las fuentes primarias que

[1] Esta norma fue complementada por la Ley 1454 de 2011.

se privilegiaron fueron los Decretos 619 de 2000, 469 de 2003, 190 de 2004, 364 de 2013 y la propuesta de POT de 2019. Hay que advertir que estos dos últimos textos no fueron aprobados por los concejales bogotanos, pero se introdujeron en el análisis porque resultan cardinales para entender el desarrollo histórico capitalino. Por otra parte, no se incluyó el POT que actualmente cursa en el Concejo de Bogotá porque todavía no ha finalizado la etapa correspondiente a su aprobación o desaprobación.

Metodológicamente, la revisión exhaustiva de los artículos de cada plan de ordenamiento permitió construir una matriz de datos para comparar su contenido (Figura 1). Los resultados obtenidos se contrastaron con la información proporcionada por las fuentes secundarias, ámbito dentro del cual se priorizaron las publicaciones oficiales y no oficiales relacionadas con el tema, así como los libros y artículos académicos enfocados en comprender la relación entre el patrimonio cultural y el ordenamiento territorial en Bogotá.

Dimensión	Subdimensión	Criterios de análisis
Epistemológica	Concepción del patrimonio cultural	I. Término utilizado para referirse al patrimonio cultural. II. Definición y componentes del patrimonio cultural. III. Programas y estrategias establecidas en relación con el patrimonio cultural.

Figura 1: Matriz de datos para comprar el contenido de los POTs. Fuente: Elaboración propia.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

El Decreto 619 de 2000, expedido bajo la primera alcaldía de Enrique Peñalosa (1998-2000), definió al patrimonio cultural como material e inmaterial; empero, para efectos del ordenamiento territorial únicamente se concentró en el patrimonio material, identificándolo con el término patrimonio construido. La pretensión central de este POT fue valorar, conservar y recuperar dicho patrimonio detallando sus componentes (Figura 2) e implementando dos instrumentos: a) el programa de patrimonio construido, que abarcaba "el inventario, documentación y registro" de los BIC, "la organización institucional para su manejo, los incentivos y compensaciones para los propietarios y un conjunto de proyectos de intervención física"; y b) la "normativa específica contenida en el tratamiento urbanístico de conservación" (PEÑALOSA, 2000, s. p.).

Patrimonio construido	Bienes inmuebles	Sectores de Interés Cultural.
		Inmuebles de Interés Cultural.
	Bienes muebles	Monumentos conmemorativos y objetos artísticos (localizados en espacio público).
	Bienes muebles e inmuebles	Caminos históricos y bienes arqueológicos.

Figura 2: Componentes del patrimonio cultural según los Decretos 619 de 2000, 469 de 2003 y 190 de 2004. Fuente: Elaboración propia.

El Decreto 469 de 2003, promulgado bajo la alcaldía de Antanas Mockus (2001-2003), buscó ordenar el territorio bogotano en perspectiva regional. El cambio más importante con respecto al POT precedente en lo que concierne al patrimonio cultural fue la derogación de todos los proyectos planeados para ser ejecutados en el corto, mediano y largo plazo dentro del programa de patrimonio construido.

Vale acotar que esta norma también modificó la estructura territorial, la cual quedó conformada por la estructura ecológica principal, la estructura funcional de servicios, y la estructura socioeconómica y espacial; esta última, "constituida por el centro y la red de centralidades", fue la que agrupó la mayoría de las intervenciones relacionadas con lo patrimonial (MOCKUS, 2003, s. p.).

El Decreto 190 de 2004, expedido bajo la alcaldía de Luis Eduardo Garzón (2004-2007), compiló los Decretos 619 de 2000 y 469 de 2003. El programa de patrimonio construido se orientó entonces a fortalecer el centro y la red de centralidades, confiriéndole prioridad a las intervenciones ubicadas en el Centro Histórico y sus zonas aledañas, principio que fue ratificado *a posteriori* con la aprobación del Plan Zonal del Centro (PZCB) (ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ, 2007).

El Decreto 364 de 2013 o MEPOT, promulgado durante la alcaldía de Gustavo Petro (2012-2015), fue el que llevó a cabo las modificaciones más sustanciales frente a la concepción antes mencionada. Esta norma usó el término patrimonio cultural territorial para referirse al patrimonio material e inmaterial de la ciudad (Figura 3) y reivindicó la idea de que el territorio es una "construcción social y cultural" y que, por lo tanto, es preciso "integrar en los procesos de intervención sobre el patrimonio aspectos culturales tangibles e intangibles" y difundir sus "valores y prácticas" para que los habitantes puedan reconocer "los espacios tradicionales" que son "símbolos de su identidad" (PETRO, 2013, s. p.).

Las intervenciones allí proyectadas continuaron enfocándose en el área céntrica de la urbe y sus zonas aledañas, aunque ahora extendiéndose a lo que se denominó el centro ampliado y legitimándose en el concepto de la revitalización, el cual alcanzó en esta administración su máxima expresión. Tan es así que dentro del "Programa de Revitalización urbana" se creó el "Subprograma de Patrimonio Construido" (PETRO, 2013, s. p.).

Interesa recalcar que las irregularidades cometidas por la alcaldía al expedir el Decreto 364 de 2013 sin haber sido aprobado por los concejales, ocasionaron que en 2014 fuera suspendido, convirtiendo de nuevo al Decreto 190 de 2004 en el POT vigente[2].

<table>
<tr><td rowspan="6">Patrimonio cultural territorial</td><td rowspan="5">Patrimonio material</td><td rowspan="3">Bienes inmuebles</td><td rowspan="2">Grupo Urbano</td><td>Sector Urbano</td><td>Sectores de interés Cultural</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Espacio público</td><td>Patrimonio cultural material inmueble en el espacio público.</td></tr>
<tr><td>Caminos históricos</td></tr>
<tr><td>Grupo Arquitectónico</td><td colspan="2">Inmuebles de interés Cultural</td></tr>
<tr><td>Bienes muebles</td><td colspan="2">Monumentos en espacio público</td><td>Patrimonio cultural material mueble en el espacio público.</td></tr>
<tr><td>Patrimonio Arqueológico</td><td colspan="2">Bienes de carácter Arqueológico</td><td>Muebles, Inmuebles Sectores o Sitios.</td></tr>
<tr><td>Patrimonio inmaterial</td><td colspan="4">Sitios de significación cultural.
Paisajes culturales.
Patrimonio rural productivo.</td></tr>
</table>

Figura 3: Componentes del patrimonio cultural según el Decreto 364 de 2013. Fuente: Elaboración propia.

[2] La anulación definitiva de la MEPOT se produjo en 2019.

Finalmente, la propuesta de 2019, elaborada bajo el segundo mandato de Enrique Peñalosa (2016-2019), utilizó el término patrimonio cultural material, reafirmando así la materialidad del patrimonio consignada en el Decreto 619 de 2000 amparándose en la de que esa materialidad estaba permeada por "las prácticas y procesos del patrimonio cultural inmaterial" (PEÑALOSA, 2019, p. 137).

No deja de ser paradójica esta solución si se tiene en cuenta que en ese documento (cuya elaboración, según la propia administración distrital, se cimentó en la Ley 1185 de 2008 que modificó la Ley 397 de 1997) se eliminó la categoría patrimonio inmaterial que había sido incluida en la MEPOT (Figura 4).

La propuesta de 2019, a diferencia de los POTs previos, no estableció un programa específico de patrimonio pero buscó fortalecer el Centro Histórico fundamentándose en la aprobación de su PEMP, decisión que iba en consonancia con el enfoque HUL (Historic Urban Landscape) adoptado en 2011 por la UNESCO y refrendado (aunque no acatado en toda su dimensión) por el gobierno nacional (UNESCO, 2011; y UNESCO, 2019).

La propuesta hizo asimismo hincapié en la necesidad de reforzar la actividad económica, social y cultural de los centros fundacionales de los municipios anexados a la ciudad (a saber, Usaquén, Bosa, Engativá, Fontibón, Suba y Usme).

<table>
<tr><td rowspan="5">Patrimonio cultural material</td><td rowspan="3">Bienes inmuebles</td><td>Grupo Urbano</td><td>Sectores Urbanos</td><td>Sectores de interés Cultural (adicionando la categoría Sectores de Interés Cultural).</td></tr>
<tr><td colspan="2">Espacio público</td><td>Caminos históricos.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Grupo Arquitectónico</td><td>Inmuebles de interés Cultural.</td></tr>
<tr><td>Bienes muebles</td><td colspan="2">Bienes muebles en espacio público</td><td>Elementos, monumentos conmemorativos u obras de arte localizados en espacio público.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Patrimonio Arqueológico</td></tr>
</table>

Figura 4: Componentes del patrimonio cultural según la propuesta de POT de 2019. Fuente: Elaboración propia.

Inscritos en este marco, los resultados obtenidos demuestran que los POTs de Bogotá no se han armonizado con la normativa internacional y nacional sobre patrimonio cultural; de hecho, pese a que dichos planes reconocen que la legislación emitida por el gobierno central es de superior jerarquía, hasta el momento ninguno de ellos ha sido elaborado adaptando sus instrumentos de acuerdo con lo establecido por ese nivel (ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ, 2003; CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ, 2007; FERRER, 2010; y CÓRDOBA ALVARADO, 2020).

Los diagnósticos, seguimientos y evaluaciones realizadas en el transcurso de dos década a dichos POT han evidenciado que esa falta de armonización no solo ha causado problemas técnicos al momento de intervenir el patrimonio bogotano y de ejecutar los proyectos planeados, sino que además ha generado incertidumbre jurídica.

CONCLUSIONES

En la legislación colombiana el patrimonio cultural es parte fundamental del ordenamiento territorial. Los POTs de Bogotá, en efecto, le han otorgado relevancia al patrimonio pero, en contravía con la normativa internacional y nacional sobre la materia, se han concentrado exclusivamente en el patrimonio material. La excepción a la regla ha sido el Decreto 364 de 2013, pero su suspensión y posterior anulación, ha originado confusiones a la hora de gestionar el patrimonio cultural capitalino. Incluso, a pesar de que actualmente las entidades distritales promueven el patrimonio inmaterial, este patrimonio no está acoplado al ordenamiento territorial de la ciudad, lo que hace que las manifestaciones, los saberes, las prácticas, etc., de las comunidades, no tengan incidencia en la planificación de Bogotá.

Tal devenir también ha obstaculizado: a) el acceso de los propietarios de BIC a los incentivos económicos y a los beneficios tributarios a los que tienen derecho si conservan sus bienes; y b) la difusión y el disfrute por parte de la ciudadanía del patrimonio capitalino.

La novedad de esta ponencia reside, a la luz de lo expuesto, en que denota las inconsistencias que presentan dichos POTs en la manera en que en ellos se concibe al patrimonio cultural, tema que resulta cardinal para tomar decisiones encauzadas a incentivar el desarrollo bogotano en clave patrimonial.

REFERENCIAS

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ. **Documento Resumen.** Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá, 2003.

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ. **Decreto 492 de 2007 (Octubre 26), por el cual se adopta la Operación Estratégica del Centro de Bogotá, el Plan Zonal del Centro -PZCB- y las Fichas Normativas para las Unidades de Planeamiento Zonal -UPZ- 91 Sagrado Corazón, 92 La Macarena, 93 Las Nieves, 94 La Candelaria, 95 Las Cruces y 101 Teusaquillo.** Disponível em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=27312&dt=S>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ. **Promoción de La Candelaria como distrito turístico.** . Bogotá: Cámara de Comercio de Bogotá., 2007.

CÓRDOBA ALVARADO, A. **Proceso de revisión del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá, D.C.** Documento de Diagnóstico. Tomo: revitalización. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá, 2020.

EWEN, S. **What is Urban History?** Cambridge: Polity Press, 2015.

FERRER, M. C. **Estados del arte para el campo del patrimonio cultural en la ciudad de Bogotá.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

KINGMAN GARCÉS, E. Ciudades andinas. Historia y memoria. In: MARTÍNEZ DELGADO, G.; MEJÍA PAVONY,G. R. (Eds.). . **Después de la heroica fase de exploración.** La historiografía urbana en América Latina. Guanajuato: Universidad de Guanajuato; Editorial Pontificia Universidad Javeriana; Editorial FLACSO Ecuador, 2021. p. 57–97.

MOCKUS, A. **Decreto 469 de 2003 (Diciembre 23), por el cual se revisa el Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá,** D. C. Disponível em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=10998>. Acesso em: 9 jan. 2021.

PEÑALOSA, E. **Decreto 619 de 2000 (Julio 28), por el cual se adopta el Plan de Ordenamiento Territorial para Santa Fe de Bogotá, Distrito Capital.** Disponível em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=3769&dt=S>. Acesso em: 9 fev. 2021.

PEÑALOSA, E. **Proyecto de Acuerdo por el cual se adopta la Revisión General del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D.C.** Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/5-PROYECTO-DE-ACUERDO/PROYECTO%20DE%20ACUERDO.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

PETRO, G. **Decreto 364 de 2013 (Agosto 26), por el cual se modifican excepcionalmente las normas urbanísticas del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D. C., adoptado mediante Decreto Distrital 619 de 2000, revisado por el Decreto Distrital 469 de 2003 y compilado por el Decreto Distrital 190 de 2004.** Disponível em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=55073&dt=S>. Acesso em: 9 fev. 2021.

UNESCO. **Recommendation on the Historic Urban Landscape.** Paris: UNESCO, 2011.

UNESCO. **The UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape.** Report of the Second Consultation on its Implementation by Member States, 2019. Paris: UNESCO, 2019.

MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Reflexões pedagógicas de abordagem projetual

Larissa Mörschbächer
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
larissamorschbacher@gmail.com

Isadora Baptista Alves
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
isadorabaptistaalves@hotmail.com

Aline Montagna da Silveira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
alinemontagna@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: monumentos; espaços públicos; abordagem projetual.

INTRODUÇÃO

Além da conservação, que visa a "transmissão" para gerações futuras, o restauro arquitetônico tem papel revelador do bem (CARBONARA, 2014). Sob essa perspectiva, o arquiteto responsável por obras de restauro tem por objetivo ler e propor a sua reinterpretação, uma vez que toda ação sobre uma edificação é uma forma de vê-la, logo, interpretá-la. Ademais, Carbonara (2014) destaca a importância de responder às necessidades modernas sem desrespeitar a edificação. A atribuição de uso nas edificações consideradas de valor cultural é debatida há pelo menos um século. Destaca-se as contribuições de Riegl (2014), que no início do século XIX identificava o valor utilitário de edificações monumentais, bem como seus possíveis conflitos com as ações preservacionistas. A Carta de Veneza (1964)[1] no seu Artigo 5º também aborda o favorecimento do uso útil à sociedade. A inserção de uma nova atividade descrita no documento – e a possibilidade de alterações para as adaptações necessárias – está atrelada a intervenções que não alterem significativamente as características do bem, o que tem sido alvo de críticas, uma vez que tal ponderação "engessaria" a edificação para novas possibilidades de uso e criação. Entretanto, Kühl (2010) explica que ao reconhecer o valor documental e formal da obra, o uso deve ser um meio de preservar e não a finalidade em si – compreensão que impacta significativamente nas estratégias projetuais adotadas no projeto.

Nesse debate destacam-se os espaços urbanos, nos quais as questões pertinentes à funcionalidade têm sido naturalizadas, ainda que esses espaços também sejam privilegiados para experiências artísticas (FREIRE, 1997). O conceito de funcionalidade, amplamente difundido e defendido no final do século XIX e na primeira metade do século XX, passa a ser questionado. Apesar desse termo, tratar de questões essenciais, tais como as relacionadas à economia e necessidades fundamentais que pudessem ser

[1] "Documento-base do International Council on Monuments and Site (ICOMOS), criado em 1965 e acolhido pela UNESCO como órgão consultor e de colaboração." (KÜHL, 2010, p. 288)

comprovadas com métodos "científicos", torna-se restritivo em uma área na qual a afetividade e ideologia também são variáveis a serem consideradas (COLQUHOUN, 2004). Em relação às experiências possibilitadas pelos monumentos no espaço urbano Freire (1997) destaca:

> Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar, antes de tudo, seu componente histórico e estético. Afinal, o que são os monumentos numa cidade? Longe de se referirem a traçados urbanos abstratos, carregam-na de sentido simbólico; testemunham sistemas mentais da época em que foram criados e solicitam, não raro, uma relação não apenas perceptiva mas também efabuladora, que mistura os tempos presente e passado, as histórias individuais às coletivas. [...] Ao conceber a cidade como um terreno de investigações estéticas, os monumentos são suas peças fundamentais (FREIRE, 1997, p.55).

A autora expõe outras formas de como a edificação se relaciona com o espaço no qual está inserida, que vão além de sua "utilidade prática", e que discorrem acerca do papel do monumento a partir da percepção desse elemento dentro da cidade. Brandi (2004) argumenta que se deve incorporar o respeito às instâncias estéticas e históricas da obra, por exemplo. Carbonara (2014) analisa que o reconhecimento do balanço de uma cidade é o que torna difícil a tarefa de intervir sobre ela, e para tanto, é necessário conciliar as razões do desenvolvimento por meio de um desenho culto[2].

A questão que se coloca consiste em como preparar futuros profissionais capacitados que consigam ter uma visão integrada, e estejam aptos a desenvolver projetos que atendam não apenas as demandas "funcionais", mas que também estejam preparados para uma visão ampla que contemple a complexidade das interfaces das múltiplas escalas da cidade e da edificação frente às suas variadas problemáticas.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo contribuir nas discussões de como preparar futuros profissionais capacitados que desenvolvam projetos de intervenção com uma abordagem crítica, respeitando a obra e atendendo às demandas contemporâneas do contexto no qual esta se insere. Em virtude da pandemia da COVID 19, com as aulas em formato remoto, o trabalho também busca contribuir no relato de novas formas de abordagem do ensino do restauro arquitetônico utilizando experiências disponíveis nas mídias virtuais. Essas reflexões foram cotejadas com as discussões realizadas na disciplina de Projeto de Arquitetura VI, do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas – turma do primeiro semestre de 2021 –, na qual as autoras atuaram como estagiárias docentes e professora, respectivamente.

Dentre as adaptações realizadas na disciplina para o ensino remoto, destaca-se a proposta de estudo de caso baseada no edital do concurso *Reuse Italy*[3]. O objeto de intervenção proposto pelo edital incorporado à disciplina – com adaptações – consiste na ruína da *Chiesa Diruta*, situada na cidade de *Grottole*, sul da Itália. Apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, *Grottole* ainda preserva características do período medieval. As configurações tipológicas e morfológicas do local, tais como o

[2] "Uma arquitetura que deriva de um desenho culto, consciente do tema e da restrição adicional, mas qualificadora, que implica o respeito histórico, [...], e mais que tantos outros que recaem normalmente sobre os ombros do arquiteto (utilitas, firmitas, venustas e hoje uma infinidade de regulamentações, limites legais, econômicos, organizacionais e processuais, etc.)" (CARBONARA, 2014 p. 24, tradução das autoras).

[3] Maiores informações sobre o concurso podem ser obtidas no site oficial *Reuse Italy*: <https://www.reuseitaly.com/>. Acesso em: 20 jul. 2021

traçado irregular com ruas estreitas, conformado à topografia, e a composição volumétrica e cromática da cidade, relacionada ao entorno natural, estão expressas na composição da paisagem (Figura 1).



Figura 1: Imagens da ruína da *Chiesa Diruta.* Fonte: Site Oficial *Reuse Italy.*

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, o trabalho divide-se em dois procedimentos: revisão da abordagem realizada na disciplina e análise dos projetos desenvolvidos pelos estudantes. A dinâmica de ensino ao longo do semestre é composta por três etapas principais: fundamentação teórica, apropriação do estudo de caso e desenvolvimento das propostas projetuais. O embasamento conceitual busca instigar os estudantes a refletir sobre as especificidades do campo de conhecimento e do local de estudo, a partir de leituras de textos que embasam a temática de restauro e as preocupações contemporâneas que norteiam o campo, e que tratam da apropriação e do reconhecimento por parte da população dos bens de valor cultural. A partir da pesquisa histórica, reconhecimento do contexto socioeconômico e das características formais da edificação (objeto de intervenção) e seu entorno, os alunos foram instigados a refletir acerca da importância que a ruína da *Chiesa Diruta* possui para os moradores da cidade. As etapas de revisão bibliográfica e estudos dirigidos tiveram por finalidade embasar e fundamentar os exercícios projetuais desenvolvidos sobre diversas perspectivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As nove propostas projetuais apresentadas pelos estudantes demonstraram que as questões discutidas em aula, a partir do referencial teórico, foram incorporadas na escolha das temáticas projetuais (Figura 2). O edital *Reuse Italy* definiu a reutilização da ruína *Chiesa Diruta* como um espaço destinado a apresentações de teatro e concertos musicais. Entretanto, a dinâmica da disciplina de Projeto de Arquitetura VI tem como prática que os alunos, sob consentimento das professoras responsáveis, definam o uso da edificação. Essa ação é realizada com o objetivo de engajar os alunos nas discussões atuais do campo, que trazem o questionamento de para quem os bens de valor cultural são protegidos. Os estudantes precisam justificar e argumentar as tomadas de decisão em relação a escolha do novo uso proposto para a edificação a partir de pesquisas realizadas, e expressar a que público prioritariamente a proposta visa atender. Além disso, essas discussões são uma forma de instigar os estudantes a apropriar-se do aspecto formal do objeto de estudo – visto que a intervenção deve ter a capacidade de atender ao programa de necessidades proposto sem desconfigurar a obra, conforme orientado na Carta de Veneza de (1964).

Grupo	Tema do Projeto
Grupo 01	Mercado Central de Grottole
Grupo 02	Biblioteca Pública
Grupo 03	Jardins Suspensos de Grottole
Grupo 04	Centro de Valorização do Saber Fazer Artesanal
Grupo 05	Galleria D'Arte *Chiesa Diruta*
Grupo 06	Estufa *Chiesa Diruta*
Grupo 07	Libreria e Caffè *Chiesa Diruta*
Grupo 08	Libreria + Caffè *Chiesa Diruta*
Grupo 09	Projeto *Abraccio* (Café + Convivência + Exposição)

Figura 2: Temáticas projetuais desenvolvidas pelos grupos. Fonte: desenvolvido pelas autoras, 2021.

É possível identificar que os alunos interpretaram a ruína *Chiesa Diruta* como uma possibilidade de extensão dos espaços públicos. As propostas, nas suas justificativas, incorporaram questões e discussões do direito à cidade, amplamente debatidas em espaços urbanos, e defendidas em documentos tais como a Política do Patrimônio Cultural Material (IPHAN, 2018) e Constituição Federal (1988). O Grupo 1 propõe que no local seja instalado o *Mercado Central de Grottole*. O conceito do projeto define a importância de valorizar as trocas interpessoais entre moradores e visitantes, impulsionadas pela "grandiosidade" do espaço, uma vez que visa que estes sintam-se parte do ambiente. Nessa proposição é possível identificar que as questões econômicas estão associadas à ideia de identidade da comunidade e pertencimento daquele ambiente.

As pesquisas históricas e as características morfológicas da cidade também foram variáveis incorporadas na tomada de decisão em relação à temática. Conforme mencionado, *Grottole* é uma cidade com conformação medieval ainda bastante preservada. O desenho denso característico dessas conformações urbanas – malha irregular, ruas estreitas delimitadas pelas edificações e escassez de praças e espaços verdes dentro das cidades – desafia a proposição de espaços que atendam um número maior de pessoas. Soma-se a isso as mudanças do modo de viver, que incorporaram novas tecnologias como, por exemplo, os automóveis, que passaram a disputar esses espaços urbanos, ruas e praças, com os pedestres. A reapropriação dos monumentos existentes, como a ruína *Chiesa Diruta,* é uma valiosa estrutura para se tirar partido promovendo esses espaços de encontro sem comprometer a unidade da paisagem existente.

Em relação às questões socioeconômicas, destaca-se que *Grottole* é uma cidade composta por uma população de 2.100 habitantes. Entretanto, o centro histórico abriga, atualmente, cerca de 300 habitantes, onde 70% são idosos. O fato de existirem aproximadamente 629 casas abandonadas apenas no centro histórico, mostra que estes números estão em decadência. O decrescimento populacional que a cidade vem sofrendo é reflexo da ausência de oportunidades econômicas, o que acarreta no êxodo de seus habitantes para cidades grandes em busca de trabalho (PROJECT, 2021). Enquanto que alguns

temas voltaram-se à criação de espaços de encontro que promovessem o aumento da circulação de moradores e turistas, reativando o comércio local no entorno do bem, outros entenderam que a própria ruína poderia ser o mote deste processo. Destaca-se a proposta apresentada pelo Grupo 04 que, por meio do *Centro de Valorização do Saber Fazer Artesanal*, propôs um espaço de produção, comercialização e propagação do conhecimento de produção das peças cerâmicas confeccionadas tradicionalmente na cidade.

A ruína *Chiesa Diruta* é um marco urbano referencial de *Grottole.* Sua presença na conformação da paisagem é tanto um elemento orientador para aqueles que circulam dentro da cidade na escala do pedestre, quanto para aqueles que a visualizam a partir de maiores distâncias. É possível verificar que, nos projetos desenvolvidos pelos alunos da disciplina, as teorias de restauro abordadas também repercutiram nas tomadas de decisões. As propostas contemplaram o respeito pelas instâncias estética e histórica da obra, por meio da consolidação do seu valor enquanto ruína e do respeito a sua materialidade (Figura 3).



Figura 3: Projeto desenvolvido pelo Grupo 09 na ruína *Chiesa Diruta.* Fonte: Desenvolvido por Luana Zanini e Rafael Freitas para a disciplina a partir da base de dados do edital do *Reuse Italy*, 2021.

CONCLUSÕES

Ainda que na prática profissional o arquiteto responsável pelo projeto de restauro não tenha autonomia suficiente para definir a que uso a edificação se destinará, em muitos casos, especialmente em bens considerados de valor cultural, estes agem como consultores. As propostas de intervenção indicadas para edificações públicas de valor cultural tendem a ter programas de necessidade flexíveis, possibilitando maior liberdade criativa projetual. Portanto, cabe a competência do profissional responsável entender a conformação do bem e propor respostas que articulem as diferentes demandas existentes.

A intenção de instigar a formação de arquitetos com senso crítico, preocupados com as temáticas sociais e culturais que, pela via arquitetônica, respondam de forma fundamentada às demandas postas pela realidade de cada situação revela-se nas propostas apresentadas pelos estudantes. Considera-se que os exercícios propostos na disciplina, que integram reflexões teóricas e estratégias projetuais, auxiliam significativamente na construção de profissionais autônomos e responsáveis.

O conceito de bem de valor cultural foi significativamente alargado ao longo da história, e a sua discussão não pode estar desprendida de questões relacionadas à cidadania, espaço público e território. Nesse sentido, percebe-se a importância de formar profissionais qualificados que consigam ler e interpretar o contexto em que os monumentos se inserem.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** São Paulo, Ateliê, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARBONARA, Giovanni. Il restauro non é conservazione. Roma: Facoltà di Architettura Univeristá di Roma Sapienza, 2014.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica.** Cosac & Naify, 2004.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Annablume: SESC, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>. Acesso em: 24 de set. de 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, v. 18, p. 193-227, 2010.

PROJECT. **WonderGrottole**, 2018. Disponível em: <https://www.wondergrottole.it/en/project/>. Acesso em: 29 de set. 2021.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

Reuse the Fallen Church — Chiesa Diruta. **Reuse Italy,** Itália, nov. de 2020. Disponível em: <https://www.reuseitaly.com/>. Acesso em: 20 de junho. de 2021.

MUJERES

Transporte público

Cristian Alejandro Ocampo Susa
Universidad Cooperativa de Colombia | Colombia
cristian.ocampo@campusucc.edu.co

Karen Quiroga Ariza
Universidad Cooperativa de Colombia | Colombia
karen.quirogaa@campusucc.edu.co

Laura Valentina Rico Gonzalez
Universidad cooperativa de Colombia | Colombia
laura.rico@campusucc.edu.co

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
(x) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad
Palabras claves: Mujeres; transporte público; inseguridad; miedo

RESUMEN

INTRODUCCIÓN

En Bogotá D.C Colombia, existe una fuerte problemática en la movilización de las mujeres en el transporte público; afirman que se sienten inseguras debido a al acoso que sufren por parte de la población masculina, 8 de cada 10 mujeres que usan el transporte público han sufrido algún tipo de acoso, incluso afirman que sienten miedo de usar ciertas prendas porque podrían ser víctimas de esta problemática. En consecuencia de esto la alcaldía de Bogotá en conjunto de la secretaría de la mujer han propuesto ciertas estrategias para mitigar estas situaciones.

Objetivos

Objetivo general

- Evidenciar la gravedad y el impacto que genera este tipo de agresión hacia las mujeres y cómo se ven directamente afectadas tanto física como mentalmente en su día a día.

Objetivo específico

- Identificar la problemática que poseen las mujeres a la hora de utilizar los medios de transporte en Bogotá - Colombia.
- Dar a conocer la inseguridad y temor a la que la población femenina está expuesta en su vida cotidiana.
- Comprender y brindar apoyo a las mujeres que han sido víctimas de esta problemática.

METODOLOGIA

Para llevar a cabo este punto en primer lugar se realizaron unas encuestas en la ciudad de bogotá en la Unidad de población zonal (UPZ 10) de Verbenal, la encuesta se realizó a 100 mujeres de diferentes edad; en donde el 80% de los casos, las mujeres afirmaron ser víctimas de acoso por parte de los usuarios o conductores del transporte público, ellas mencionaron que les generaba temor cuando se quedaban solas en los buses. Además hemos asistido a varios encuentros virtuales y conferencias con mujeres que exponen sus experiencias, con el fin de prevenir estos sucesos.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

En el análisis de resultados podemos evidenciar que 8 de cada 10 mujeres se han sentido inseguras o con temor al estar en el transporte público, que deben tener en cuenta muchos factores como el vestir y la hora; pues temen que algo le pueda ocurrir, clasificando esto como una opresión, esto es un reflejo de las conferencias y los encuentros virtuales en los que hemos hecho presencia.

CONCLUSION

Ya para finalizar, es evidente que no se le da la importancia que merece este tema, que afecta el día a día de las mujeres; que ya están acostumbrando una postura de desesperanza aprendida, modificando su personalidad para evitar este tipo de acoso. Evitando usar el tipo de vestimenta que les gustaría llevar, evitando usar estos transportes públicos a ciertas horas, por lo tanto sería necesario replantear las estrategias de la alcaldía y la ciudadanía para hacer conciencia de lo que realmente implica esta problemática.

REFERÊNCIAS

Rozas Balbontin Patrício, Salazar Arredondo Liliana**. violencia de género en el transporte público**: Una regulación pendiente. Santiago de Chile: publicación de las naciones unidas, 2015.

Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría distrital de la mujer.Diagnóstico local, condiciones y situaciones en la materia de derechos en la localidad de Usaquén

O CINEMA E A MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES

Impactos no contexto urbano de Pelotas

Natália Toralles dos Santos Braga
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
nataliatsbraga@gmail.com

Celia Helena Castro Gonsales
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
celia.gonsales@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: cinema; espaço público; modernidade

INTRODUÇÃO

O período referente ao final do século XIX e início do século XX foi marcado pelo advento do movimento moderno refletido, principalmente, na estrutura das cidades e nos meios artísticos. Segundo Segawa (2018), o Brasil adentrava o século XX afirmando a cidade como palco do moderno, apostando na ciência e na técnica como instrumentos de progresso para o país, nos moldes do desenvolvimento industrial europeu.

O espírito de mudança de século colocava em oposição uma cultura do século XIX, de uma sociedade substancialmente colonial rural, com a modernidade do século XX, de uma sociedade industrial e urbana (NETO, 2001). O desejo de mudança era latente: a elite urbana, progressista, positivista, estava em contraponto com a sociedade tradicional, de índole agrária e conservadora (SEGAWA, 2018).

Segundo Soares (2001), a cidade de Pelotas, nesse contexto - mais precisamente na década de 1880 - era o centro de uma região produtiva nos fluxos internacionais de circulação de capital. O autor afirma que, nesse período, a cidade estava recebendo inovações como a ferrovia, o telefone, a indústria, quase simultaneamente à expansão mundial dessas tecnologias, enquanto que a estrutura social transformava-se lentamente de uma sociedade escravista a uma sociedade capitalista.

Já o cinema surgiu como uma nova manifestação artística, descendente direta da fotografia, do teatro, da literatura e das artes plásticas, influenciando na abertura de um enorme leque de práticas sociais, que passaram a impactar diretamente no cotidiano das cidades (ZANELLA, 2006). O processo de exibição de filmes iniciou entre os anos de 1893 - quando o empresário e inventor Thomas Edison registrou a patente de um novo equipamento que dava movimento a imagens - e 1895 - quando os irmãos Lumière realizaram, em Paris, a projeção pública de filmes através de um equipamento aperfeiçoado (COSTA, 2006). Segundo Neto (2001), os cinemas, desde suas primeiras implantações, impuseram-se como marco e referencial urbano nas grandes cidades.

Com isso, como parte de uma dissertação de mestrado que pretende investigar a arquitetura de cinema,

sua tipologia, linguagem e inserção no tecido urbano, este trabalho se detém em analisar a relação das salas de cinema com a modernização das cidades.

O objetivo principal do trabalho é desenvolver um material teórico que investigue a inserção da cidade de Pelotas neste contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, e seus espaços de projeção. A contribuição esperada com desenvolvimento deste estudo é buscar um maior conhecimento a respeito da relação dos cinemas com os espaços públicos.

METODOLOGIA

O estudo foi dividido em 4 estágios: 1) revisão da literatura do recorte temporal referente ao final do século XIX e início do século XX referente ao período de modernização das cidades e dos diferentes meios artísticos; 2) contextualização da história do cinema inserida no recorte analisado; 3) levantamento dos espaços de projeção da cidade de Pelotas, seus endereços, suas datas de inauguração e de encerramento das atividades; 4) investigação das salas de cinema da cidade e suas relações com o espaço público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modernização das cidades e o surgimento do cinema

Curtis (2008) afirma que a industrialização transformou os próprios estilos de vida no campo e na cidade e levou à proliferação de novas tarefas para a construção como as estações ferroviárias e os arranha-céus. O autor ainda aponta que fatores como a máquina a vapor, a concentração de capital, a transposição da mão-de-obra do campo para a cidade e a abertura de linhas de comércio e comunicação transformaram a paisagem cultural em um curto período de tempo.

No Brasil, as cidades assimilavam intervenções modernizadoras em suas infraestruturas já na segunda metade do século XIX, à maneira das metrópoles oitocentistas europeias, principalmente nas questões sanitaristas (SEGAWA, 2018). Na cidade de Pelotas, o processo de implantação das novas infraestruturas e das leis de saneamento apresentou semelhanças com o realizado nas cidades europeias (SOARES, 2001).

A modernização também atingiu os meios artísticos. O avanço nas pesquisas no ramo da fotografia marcaram o final do século XIX, principalmente por causa dos estudos desenvolvidos pelos fotógrafos Etienne Jules Marey e Edward James Muybridge, responsáveis por registrar as fases do movimento em uma única superfície fotográfica (CARVALHAES, 1975). Segundo Costa (2006), a história do cinema está atrelada, principalmente, às pesquisas com imagens fotográficas. O autor indica que, no ano de 1889, influenciado pelos estudos de Marey, o empresário e inventor Thomas Edison incumbiu um grupo de técnicos para avançar no desenvolvendo um aparelho intitulado “quinetoscópio”.

No dia 28 de dezembro de 1895, os irmãos Auguste e Louis Lumière apresentaram uma série de filmagens no subsolo do Grand Café, em Paris, para um público de 35 pessoas e essa data ficou conhecida como o nascimento do cinema (CARVALHAES, 1975). Segundo Gomes (1979), os aparelhos de projeção exibidos ao público europeu e americano no inverno de 1895-1896 começaram a chegar ao Rio de Janeiro em meio deste último ano. O autor ainda informa que, em 1898, foram realizadas as primeiras filmagens no Brasil.

O cinema como atividade urbana

Segundo Gomes (1979), durante os dez anos primeiros anos do cinema, essa arte ficou estagnada no Brasil, tanto como atividade comercial de exibição de fitas, quanto como fabricação local, em virtude da insuficiência de energia elétrica no país. O autor aponta que, só em 1907 houve energia elétrica produzida industrialmente no Rio de Janeiro, e então o comércio cinematográfico floresceu com a abertura contínua de dezenas de salas na até então capital do país e com o início da produção cinematográfica brasileira.

Na cidade de Porto Alegre, o cinema era uma atividade itinerante – exibido em feiras, circos, parques, teatros e prédios comerciais – até 1908, quando a primeira sala fixa de projeção foi inaugurada: o Recreio Ideal (ZANELLA, 2006).

Curtis (2008) aponta que a mobilidade foi a chave para o novo tipo de cidade e que a circulação impactou nas formas das cidades, alterando, principalmente, as relações das edificações com as paisagens urbanas. Em Porto Alegre, as salas de cinema expandiram-se, nos anos de 1910 e 1920, para os bairros mais distantes por seguirem a linha dos bondes, cobrindo uma maior área geográfica e fazendo crescer o número de espectadores (ZANELLA, 2006).

A modernização e o crescimento das grandes cidades brasileiras se fez também pela construção de grandes salas de cinema nos centros urbanos, que representam monumentos significativos para a vida social nessas cidades (NETO, 2001). Zanella (2006) aponta que, até a metade do século XX, os cine-teatros da capital gaúcha cumpriram o papel social de ponto de encontro dos habitantes da cidade, quando exibiam peças de teatros, atrações musicais e programas de auditório, além de filmes. O autor ainda fala que, como espaços de relações sociais, os cinemas, desde seus primórdios, cumprem papel aglutinador da população e formador da identidade cultural e urbana dos habitantes das cidades.

Zanella (2006) também indica que a década de 1970 marca o início do declínio dos grandes cinemas em virtude da popularização da televisão no Brasil e da degradação dos centros urbanos. Em contraponto, o autor informa que, mesmo com a diminuição do número de cinemas, estes garantiram sua continuidade nas décadas seguintes tendo como público alvo os jovens, e não mais as famílias, resultando no processo de duplicação e de divisão das salas.

O cinema como atividade urbana em Pelotas

Dado o pano de fundo do século XIX - fuligem, doenças, superpopulação e falta de espaços abertos - não surpreende que as reformas urbanas no início do século XX tenham valorizado tanto a luz, o espaço, as áreas verdes, a higiene e a transparência (CURTIS, 2008).

Em Pelotas, as medidas de infraestruturas e leis de saneamento adotadas indicavam que, nas primeiras décadas do século XX, mesmo no extremo sul do Rio Grande do Sul, era possível visualizar elementos da modernidade urbana implantadas nos grandes centros mundiais (SOARES, 2001).
Essa modernidade também foi refletida no papel do cinema na cidade pelotense. O primeiro contato dos moradores da cidade com as imagens em movimento foi dado por meio do aparelho desenvolvido por Thomas Edison em uma projeção no dia 26 de novembro de 1896, no salão da Bibliotheca Pública Pelotense (SANTOS, 2014).

Ao analisar a produção cinematográfica no Rio Grande do Sul, Cássio dos Santos Tomaim (2011) destaca a produção de filmes na cidade de Pelotas no início do século XX como um dos mais importantes ciclos regionais do cinema brasileiro. O autor justifica essa afirmação informando que esse reconhecimento deve-se ao cineasta português Francisco Santos que, em 1913, despertou a produção de longas-metragens de ficção no cinema gaúcho. Francisco Santos escrevia, produzia, dirigia, filmava e interpretava seus filmes, dentre suas obras estão "O crime dos Banhado"', "Álbum Maldito" e a comédia "Os óculos do Vovô" (GOMES, 1979). A última é considerada por muitos como a obra cinematográfica de ficção mais antiga do Brasil com imagens preservadas (LANGIE, 2013).

A popularização do cinema em Pelotas foi refletida não só na produção cinematográfica, mas também na abertura de muitos cinemas de calçada. Até o atual momento do estudo, foi possível listar 41 salas de cinema que existiram na cidade entre os anos de 1901 e 2021. Dos cinemas encontrados, foi possível listar o endereço de 33 deles, pontuados no mapa apresentado na Figura 1.

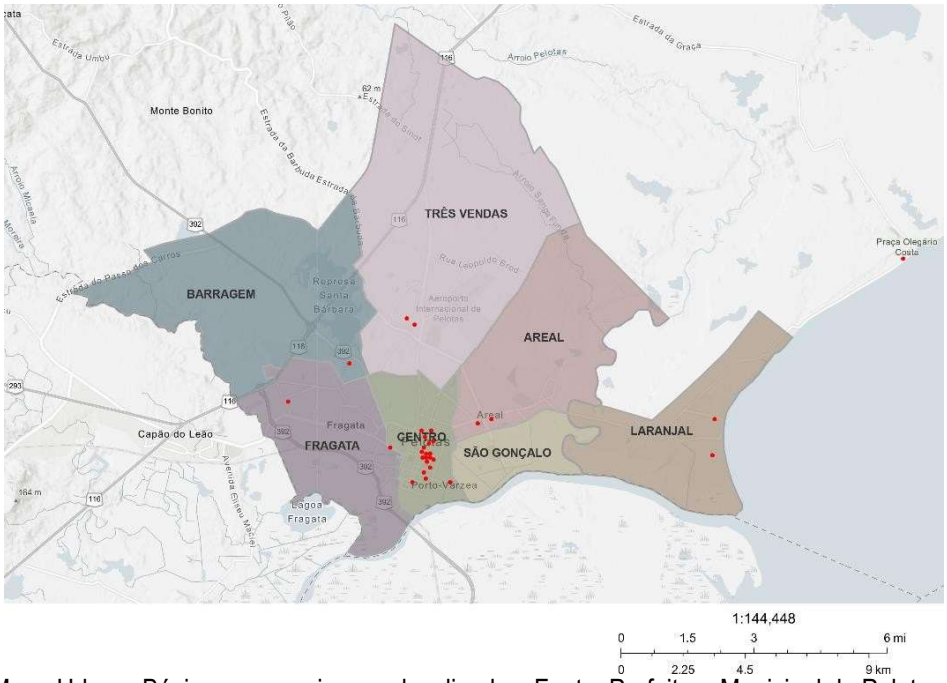


Figura 1: Mapa Urbano Básico com os cinemas localizados. Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas. Adaptado pelas autoras, 2021.

Percebe-se que, com base nas salas de cinema levantadas cujos endereços foram encontrados, a concentração desses espaços sempre se manteve no centro da cidade de Pelotas. No entanto, segundo a demarcação feita no mapa apresentado, pode-se perceber que já existiram cinemas nas demais zonas administrativas da cidade, mesmo que em menor quantidade quando comparadas à zona central.

Das 41 salas de projeção levantadas neste estudo, foram encontrados desenhos técnicos de oito delas. São elas: Cinema Coliseu (1910); Cine-Theatro Apollo (1925); Cine Capitólio (1928/1967); Cine-Theatro São Rafael (1938); Cine Fragata (1949); Cine América (1956); Cine Tabajara (1963) e Cine Rei (1967). Como continuidade do estudo e do desenvolvimento da dissertação de mestrado, pretende-se analisar esse material coletado com base na tipologia, na linguagem e na inserção desses cinemas no tecido urbano da cidade pelotense.

CONCLUSÕES

O final do século XIX e o início do século XX foi marcado pelo surgimento do movimento moderno e pela necessidade de reinventar os mais diversos campos da sociedade, principalmente os meios artísticos e urbanísticos. Buscando analisar a relação da modernização das cidades com a consolidação do cinema e de suas salas de projeção, esse estudo foi dividido em três etapas de investigação: a modernização das cidades e o surgimento do cinema; o cinema como atividade urbana e o cinema como atividade urbana em Pelotas.

Foi possível observar que, ao mesmo tempo em que as cidades passavam por reformas urbanísticas relacionadas a questões sanitaristas e de mobilidade urbana, o cinema ainda se consolidava como arte e tornava-se popular. Essa popularização do cinema, principalmente na cidade de Pelotas, foi refletida na produção significativa de conteúdo cinematográfico no início do século XX e na abertura de muitas salas de projeção nas décadas seguintes.

Esses espaços como símbolos fundamentais de modernidade – que de alguma maneira se espalhavam pela cidade - eram também territórios que demarcavam e representavam um modo de relação entre cidadão e espaço urbano. A sala de cinema, um espaço público restrito e a sua extensão, a calçada, um espaço coletivo verdadeiramente público, se complementavam e permitiam a concretização das relações sociais permitindo que o habitante da urbe se consolidasse como cidadão.

REFERÊNCIAS

CARVALHAES, A.C. **Curso Básico De História Do Cinema.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado: Clube de Cinema de Porto Alegre, 1975.

COSTA, F. C. Primeiro cinema. In: MASCARELLO, F. (Org.). **História do cinema mundial.** Campinas: Papirus, 2006. p. 17-54.

CURTIS, William. **Arquitetura moderna desde 1900.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema, Trajetória no Subdesenvolvimento.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LANGIE, Cíntia. Francisco Santos 100 anos depois. **Orson - Revista dos Cursos de Cinema do Cearte UFPEL.** Pelotas, v.web, p.1-5, 2013.

NETO, Olavo Amaro da Silveira. **Cinemas de rua em Porto Alegre – do Recreio Ideal (1908) ao Açores (1974).** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/Faculdade de Arquitetura da UFRGS, 2001.

SANTOS, Klécio. O Reino Das Sombras Palcos, Salões E O Cinema Em Pelotas (1896-1970). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. v.2: Arte e Cultura. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2014.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil:** 1900-1990. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento em Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **Pelotas: História em Revista.** (UFPEL) V.7, Dez. 2001. (p. 65-92).

TOMAIM, Cássio dos Santos. Os estudos de cinema no Rio Grande do Sul: trajetórias e desafios. **Revista FAMECOS.** Porto Alegre, v.18, n.1, p.55-71, jan./abr. 2011.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. **Novos Domínios da História.** Organizadores Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio Grande: Elsevier, 2012.

ZANELLA, Cristiano. **The end:** cinemas de calçada em Porto Alegre (1990-2005). Porto Alegre: Ideias a Granel, 2006. 192p.

O QUE ACONTECE QUANDO O RACISMO ESTRUTURAL PLANEJA A CIDADE?

Contribuições arqueológicas para pensar cidades

Adara Guimarães de Souza
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
adarawork@gmail.com

Louise Prado Alfonso
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
louiseturismo@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Cidades; Jornais; Racismo; Pelotas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo evidenciar elementos que demonstrem como o racismo estrutural na cidade de Pelotas interferiu e ainda interfere, na maneira de como a população negra habita a cidade. A partir de uma perspectiva arqueológica, busca-se gerar reflexões sobre o contexto do pós-abolição tomando como base para análise os jornais: O Diário Popular, O Nacional e Opinião Pública. Periódicos que circularam na cidade entre 1890 e 1910, para compreender o cotidiano, as estratégias, lutas e dinâmicas desenvolvidas pelas comunidades negras neste período, almejando aproximações com o presente. O racismo operou e opera em diferentes tempos, de formas diversas, portanto, é fundamental olhar para o passado com um olhar desnaturalizado e crítico (VELHO, 1999), pois isso possibilitará entender o que de fato significou e quais os impactos que a escravidão teve e tem, ao longo dos anos, no país. Acredita-se na importância de entender os processos históricos, pois o racismo estrutural está na base da formação do Brasil e, se atentar para isso propicia um entendimento de que o passado influencia o presente. Este trabalho parte do pressuposto de que é necessário evidenciar e entender que as discriminações e as práticas de violência realizadas contra a população negra em ambiente escolar, no núcleo familiar, nas leis, nas políticas públicas, nas seleções de patrimônios, no mundo do trabalho, no vivenciar lugares, etc. são frutos da permanência do racismo na sociedade. Existem muitos contextos onde o racismo atua, no entanto busca-se discutir neste trabalho, de maneira mais direta, o habitar a cidade de Pelotas/RS.

A cidade que tomo com objeto de análise é, em suma, uma cidade turística que em seus inúmeros cartões postais, eventos e seleções de bens, procura ressaltar uma "relevância cultural" a partir de um conceito de cultura muito específico. Será que na cidade de Pelotas existem apenas grandes casarões coloniais, doces portugueses? Consegue-se notar que existe a valorização de um certo contexto, temporalidade e de um grupo social específico, destaca-se o passado escravista, o enaltecimento da memória da presença de grandes homens e das riquezas do charque (ALFONSO; RIETH, 2016). É necessário fugir da ideia de que a presença negra está restrita à escravidão e apenas ao tempo do charque. Quando

se olha com mais atenção para os documentos históricos, jornais do passado que circularam na cidade e diversos relatos, percebe-se que a elite pelotense, através de formulações de leis dentre outras ações, proporcionou a perpetuação pensamentos, ideologias e de uma cidade hostil para a população negra, mesmo no pós-abolição. Neste trabalho a proposta é pensar através da arqueologia, formas de contribuir com a luta antirracista nos dias de hoje, considerando o habitar da população negra em Pelotas. As reflexões serão feitas a partir de analises de notícias do século passado, que nos mostram que a cidade foi, e ainda é planejada pelas e para as elites. Esse cenário de violência, exclusão e invizibilização das comunidades negras se reproduz até hoje.

METODOLOGIA

O pressuposto metodológico está baseado na arqueologia documental como um recurso para se realizar as análises dos periódicos. Seguindo Mary Beaudry (2007), onde os documentos, neste caso os jornais que circularam no momento pós-abolicional (1890-1910), concebidos enquanto cultura material, que permitem realizar reconstruções do contexto em que o objeto de pesquisa se encontra inserido, entender as dinâmicas realizadas pelas pessoas, ideologias, cultura, etc. Para João Barbosa (2016), por meio dos jornais do século XIX é possível compreender parte do cotidiano das pessoas negras, bem como observar desigualdades, performances sociais, diferentes segmentos e diversas esferas sociais. No passado, as fontes de informações para a comunidade local chegavam através dos jornais, em suas páginas repercutiam acontecimentos, leis, notícias sobre economia, festas, mudança de governo. Naquele contexto os ideais que a sociedade precisava assumir eram transmitidos nas páginas dos jornais, por exemplo, questões ligadas à moda, inventos relacionados à saúde, higiene, casas, atitudes “morais” e ideais “civilizatórios”, etc.

Com a modernidade, tanto as pessoas do interior como das cidades passam ter acesso às noticias. Várias mudanças incidiram diretamente nos jornais que serão tratados neste resumo: O Diário Popular, Opinião Pública e O Nacional. Aqui serão analisados os anúncios, obituários e notas do dia, justamente os espaços onde as comunidades negras pelotenses eram mais mencionadas. Esse esforço busca compreender os contextos de inserção da comunidade negra no período pós-abolição. As aproximações feitas para entender o presente, serão a partir de dados bibliográficos de diferentes pesquisas, de diversas áreas que dialoguem com este debate, no sentido da promoção de informações e reflexões sobre o cotidiano da população negra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na virada do século XIX para o XX, ocorre a transição demarcada de acontecimentos – fim do período colonial para o surgimento das elites. É por meio delas que um novo ideal precisa ser e é incorporado pelas cidades brasileiras. Através de concepções eurocêntricas as elites conduzem os comportamentos aceitos ou não para os habitantes, estipulam leis do que vem a ser certo, moral e civilizado. Para Pelotas ocorre o mesmo, 1890 é instaurada a Lei dos Pobres que é direcionada às pessoas que moram cortiços e que não trabalham, vistas como “vadias”. Gill (2005) coloca que as pessoas que desobedeceram a esta lei, sofreram pena de “reclusão apropriada e deportação:

> "Episódio das vassouras", no qual homens e mulheres negros, em sua maioria, eram retirados de suas casas – geralmente cortiços – e ainda de bailes, botecos e casas de diversão, passavam a noite na cadeia e pela manhã tinham a função de varrer calçadas, ruas e sarjetas, como castigo, por não estarem trabalhando quando deviam. Antes de serem libertados, recebiam uma refeição e uma palestra sobre as vantagens do trabalho honesto (GILL, 2005, p.8).

A visão e a postura que as elites adotaram diante a população negra no pós-abolição resultou em exclusão e hostilidade. Durante o sistema escravista a população negra vivia na cidade na condição de escravizada, agora na posição de mulher e homem livres, passaram a aumentar os segmentos de pessoas livres pobres, sem terras, sem trabalho ou dos que viviam de miseráveis salários (RIBEIRO, 2010, p. 63). Ribeiro acrescenta que mesmo na condição de livre, a elite pelotense ainda presumia que poderiam seguir tratando as pessoas negras como seus/suas subordinados/as, por terem sido seus senhores antes. A população negra foi tratada frequentemente como criminosa, com vícios, arruaceira, hostil, e sem ter para onde ir (RIBEIRO, 2010). Rosa Moura (2006) menciona que antes da abolição a população negra morava com as famílias proprietárias, no pós-abolição reunia-se às imigrantes para batalhar por trabalhos mal remunerados. A soma de salários baixos, pouca oferta de emprego resultava no alto custo de vida, diante desse cenário os cortiços se tornaram a opção de moradia. Outros grupos que moravam em cortiços eram: operários/as e prostitutas (COSTA, 2020). Com o passar do tempo, os cortiços começaram a ser vistos como espaços de proliferação de moléstias. Acreditava-se que casas aglomeradas eram focos e lugar para propagação de novas doenças, pois nesse sentido, promovia uma espécie de igualdade entre os indivíduos (GILL, 2005, p. 5). Muitas vezes retratados como edificações densamente habitadas e precárias em espaço urbano. Durante a leitura dos jornais é possível conceber como a população negra da cidade de Pelotas está submersa em um cenário extremamente cruel, quando contabiliza-se as notícias relacionadas a espancamentos, ferimentos, encontrados mortos, prisões por perturbarem a ordem, roubo, afogamento, todos esses sempre são ligados à população afro:

> A uma hora da madrugada de *ante-hontem*, divertia-se *Antonio* Figueiró desancando um pobre preto á rua Andrade Neves, sem condoer-se dos gritos e lamentações que o infeliz soltava. A *policia porem*, dotada de melhor coração e sobretudo, de melhor ouvido que Figueiró, correu arrancar-lhe as unhas a *victima*, conduzindo o valente para o xilindró. 4 de novembro de 1890 - Diário Popular.

Existem notícias que mostram que não era permitido à população negra cultuar sua religião ou andar em alguns espaços públicos, pois isso "atrapalha o sossego das famílias":

> Moradores da rua General Argolo, quadra entre General Osósrio e Marechal Deodoro se queixam, e com razão dos batuques e sambas que ali se sucedem quotidianamente, da casa de uns ginjas desocupados e vagos. Ainda no domingo houve mais de meia dúzia de badernas na indecorosa reunião, onde me consta que as praças da municipal também costumam comparecer. Não há de vir longe o dia em que se dê naquele ponto algum conflito mais serio dos que os que se tem dado e então veremos as consequências, como serão funestas. Depois as famílias daquelas imediações não podem gozar de socêgo, sobretudo á noite, que é quando engrossa o reviro, o som da música mais infernal que se possa imaginar. A' policia aponta o antro. Faça o que entender. 22 de janeiro de 1900 Opinião Publica.

Nesta outra notícia pode-se perceber que a justificativa das prisões é por estarem tocando samba:

> Grande *balbúrdia* houve a noite passada em um samba á rua Santa Cruz. A' *policia,* chamada para intervir no caso, conduziu uma dúzia de convidados aos xadrez afim de *alli* meditarem sobre as inconveniências de *dar ás gambias e á trélla* ao mesmo tempo (Diário Popular de 6 de novembro de 1910).

Como maneira de resistência cultural, a população negra passa a rejeitar valores do mundo do branco para praticar capoeira, samba, religião de matriz africana (SODRÉ, 2004). Como ressalta Oliveira; Pimenta (2016) os jornais nesse momento desempenhavam um importante papel, porque por meio deles havia a difusão e compartilhamento dos pensamentos discriminatórios que auxiliavam na transposição do imaginário da população pelotense. Lélia Gonzales (1984) aponta que as pessoas foram ensinadas a realizar a associação da imagem da pessoa negra com pessoas malandras, perigosas e que costuma fazer coisas erradas. Nos dias de hoje, por meio do racismo estrutural ainda se realiza essa projeção, mesmo que de maneira inconsciente as pessoas auxiliam a manutenção desses pensamentos e atitudes. Quando se olha para organização das cidades atualmente, evidencia- se que são frutos da herança colonial que ainda as atravessam. A assistente social Camila Morais (2018) identifica que o contexto da escravidão e o pós-abolição, foram marcados pelo acúmulo de terras, poder, rendas e uma aplicação arbitrária da lei.

Nesse cenário, a escravidão serviu como um dos artifícios para a concentração e acumulo de capital e para a conservação do poder das elites dominantes. Neste momento a propriedade privada é vista como um empreendimento que expressa poder. As leis fundiárias desde o contexto do império, eram tendenciosas, pois quem as desenvolvia eram as elites e eram feitas para as elites rurais, como foi o caso da Lei de Terras e Sesmarias. Esses dois exemplos desintegram, restringem e desfavorecem pessoas negras, indígenas, colonas em situação de vulnerabilidade a terem alcance à terra, um dos meios de subsistência e trabalho (MORAES, 2018). As fontes para a acumulação de riqueza consistiam em acumulo de terras, bens e propriedades. Mesmo com o fim da escravidão, foram conservados pensamentos colonialistas. Não foram formuladas e desenvolvidas leis que proporcionassem a diminuição das desigualdades que foram caudadas pelos anos anteriores. Os parâmetros utilizados para produção das leis para o país partiram de concepções da cultura europeia que apoiava os direitos dos homens, brancos e cristãos. Para a população negra sempre foi destinado o lugar onde nenhuma pessoa deseja ir, trabalhar ou morar (muitas vezes, sem condições básicas de moradia digna e possibilidade de sobrevivência). O mundo de trabalhado para a população negra foi ampliado de maneira desorganizada, sem o favorecimento das pessoas que eram recém-libertas, que acabavam trabalhando nos mesmos espaços que exerciam na condição de cativas, como o caso das mulheres: engomadeiras, costureiras, cozinheiras, amas-de-leite, empregadas, etc. (DORNELLES, 1998)

Camila Moraes (2018) acredita que se deve entender de que modo as representações do espaço podem ocultar e mascarar as alteridades das realidades das relações raciais e sociais vividas. E a partir desta análise, pode-se evidenciar o processo de segregação sócio espacial e a luta atual por moradia da população negra, considerando as experiências vividas por elas e eles (MORAES, 2018). É primordial repensar que a população negra é a mais expressiva de conjuntos habitacionais, zonas periféricas, favelas e programas associados à vulnerabilidade social no Brasil.

Quando se olha para as pessoas que desempenham o serviço doméstico nos dias atuais, ainda é possível notar que ele é composto em sua grande maioria por pessoas negras. No ano de 2018, cerca de 92% das pessoas que trabalham como domésticas são mulheres e 7% são homens. Os 92% referentes às mulheres correspondem a 5,7 milhões de mulheres, das quais 3,9 milhões são mulheres

negras. Outro debate que se pode trazer do passado para os dias atuais, é de como as pessoas negras geralmente são mencionadas nos jornais, sempre associadas à violência. Diante desse cenário, deve-se construir reflexões que proporcionam mudança de perspectiva sobre o cotidiano da população negra. Moraes (2018) destaca que é importante olhar e pensar as cidades através de um ângulo racial. Este olhar permite observar que as construções dos espaços não são naturais, seu crescimento é desigual e combinado, fruto de fragmentos hierárquicos que resultaram de múltiplas atividades e sociabilidades históricas e, ao olhar para isso, pode-se notar como o racismo se materializou.

Outra questão importante para reflexão é a segurança. O que todas as pessoas desejam, no entanto, poucas tem acesso. É preciso refletir sobre as narrativas que são construídas a respeito da segurança comunitária. Deve-se realizar três perguntas: Proteção para quem? Contra quem? De quê? (SOUZA, 2021). Deve-se fugir da imagem que foi construída do delinquente pelo sistema/Estado (COSTA; BARROS; SILVA; BENICIO; MOREIRA, 2020). Sem sombra de dúvidas, deve-se conceber o corpo negro que reside nas favelas ou em zonas periféricas e entender que este corpo carrega marcas de uma construção histórica. As pessoas negras das cidades precisam ser consideradas “vidas vivíveis” ao invés de “vidas matáveis” (COSTA; BARROS; SILVA; BENICIO; MOREIRA, 2020).

CONCLUSÕES

É fundamental observar e estudar a história/passado das cidades, por meio de uma perspectiva desnaturalizada, fazendo o oposto do que comumente tem sido feito. Nossas cidades são compostas por diferentes grupos e suas dinâmicas realizadas também ajudam a entender a cidade como um todo. O questionar a presença dos grupos que geralmente estão sendo excluídos da história oficial, já é um bom recomeço. Associar a presença e as contribuições das comunidades negras nas cidades somente ao contexto da escravidão é ultrapassado, preconceituoso e excludente. Essas pessoas estão presentes nas cidades, mas onde? Esta pesquisa evidencia e reconhece que Pelotas é uma cidade negra, onde as narrativas, histórias, patrimônios, culturas e vivências dessas pessoas devem ser consideradas. O racismo está presente em todas as esferas da sociedade, como também no vocabulário, momentos e hábitos que se incorporam e são expressos diariamente. São atitudes que, de maneira direta ou indiretamente, favorecem o preconceito e segregação racial, interferindo diretamente na desvalorização da história, dores e naturalização de processos excludentes e violentos contra população negra.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**, 2016.

BANDEIRA, Ana Rosa. **Diário Popular de Pelotas - RS:** a forma gráfica de um projeto editorial (1890- 2016). Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

BARBOSA, João. **O pós-abolição no rio de janeiro:** representações do negro na imprensa (1888- 1910). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO, 2016.

BEAUDRY, M.; COOK, L.; MROZOWSKI, S. **Artefatos e vozes ativas:** cultura material como discurso social. Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v. 1, n. 2, p. 85-91, 2007.

COSTA, Aldemar Ferreira; BARROS, João Paulo; SILVA, Dagualberto Barboza; BENICIO, Luís Fernando de Souza; MOREIRA, Marcus Giovani Ribeiro. Dispositivo de Segurança e Racionalidade Necrobiopolítica: Narrativas de Jovens Negros de Fortaleza. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 40, 2020.

COSTA, Vanessa Avila. **As manifestações das paisagens ocultadas:** arqueologia da Pelotas de trabalhadoras sexuais. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DORNELLES, João Batista. Profissões exercidas pelos negros em Pelotas (1905-1910). **História em Revista,** v. 4, 1998.

GILL, Lorena. A cidade de pelotas (RS) e as suas epidemias (1890-1930). **História em Revista,** v. 11, n. 11, 2005.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n.1, p. 223-244, 1984.

MORAES, Camila Barros. O problema da moradia no Brasil tem cor? **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social,** v. 16, n. 1, 2018.

ORSER, Charles E. Diferentes visões sobre o que a Arqueologia nos informa; em particular, a arqueologia Histórica. Introdução à Arqueologia Histórica. **Belo Horizonte: Oficina de Livros**, p. 59- 80, 1992.

RIBEIRO, Jocelem Mariza Soares Fernandes. **Herança inter e intrageracional: o negro na cidade de Pelotas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SODRÉ, Gilberto. “Branqueamento” como política brasileira de exclusão social dos negros (séculos 19 e 20). **Revista da ASBRAP**, n. 21, 2004.

VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Zahar, 1999.

PELOTAS DO COTIDIANO

Cartografia de uma cidade Sagrada

Martha Rodrigues Ferreira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
martharof@hotmail.com

Marceli Teixeira dos Santos
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
marceli_santos3@yahoo.com.br

Louise Prado Alfonso
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
louiseturismo@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: mapas; etnografia; cidade; patrimônio.

INTRODUÇÃO

À beira da Lagoa dos Patos encontra-se Pelotas, a 60 km de distância de Rio Grande, estas duas cidades juntas configuram a segunda região com o maior número de Terreiros do Brasil. Estima-se que sejam mais de duas mil casas de Religiões de Matrizes Africanas apenas em Pelotas (Alfonso e Ferreira, 2020). O projeto de extensão "Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas", vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPel), desde 2019 realiza um mapeamento dos Terreiros de forma a identificar como essas comunidades fazem e ocupam a cidade por meio de suas práticas (Agier, 2015).

Neste trabalho, temos como objetivo apresentar uma cidade que é feita, também, por estas Religiões. Trazemos recursos cartográficos produzidos a partir de respostas dadas por Comunidades Tradicionais de Terreiro do município, onde é possível apontar alguns dos locais importantes às suas Práticas Religiosas. Analisaremos como estes Espaços Sagrados, muitas vezes patrimônios institucionalizados, tomam novos significados, narrativas e existências a partir de uma Pelotas completamente afro-cultural-religiosa.

Cartografias de Espaços Sagrados

Considerando que cada uma das duas mil Casas de Pelotas têm, pelo menos, mais de uma dezena de filhos/as de Santo e que, todos/as estes/as precisam realizar atividades e rituais por toda a cidade (ao exemplo dos rituais de iniciação, onde é necessário realizar um trajeto por determinados pontos considerados Sagrados para as Religiões, como as praias, igrejas, mercado, lojas, praças), percebe-se que a construção do Sagrado nos espaços cotidianos é multiplicada consideravelmente por cada indivíduo. Deste modo, as cidades são espaços repletos de sacralidades e significados, passam por uma equação que resulta em uma cidade inteira repleta de simbolismos, signos e significados abundantes de

religiosidades, espiritualidades, fé e elementos culturais. Assim, "Pelotas se apresenta quase inteira enquanto um território sagrado, uma cidade que também é (re)construída pelas Religiões de Matrizes Africanas no dia a dia." (MARGENS, 2020).

Para demonstrar visualmente essa Pelotas Sagrada, a equipe do projeto Terra de Santo produziu em 2020, para a exposição digital *Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas*, croquis a partir de respostas do formulário do mapeamento iniciado em 2019 que tinha como objetivo estimar os Terreiros da cidade, de forma a legitimar a existência destas Religiões como um grupo importante para a construção cotidiana e identificar os locais que consideram Sagrados para entender como essas pessoas habitam a cidade e, a partir de seus deslocamentos para seus rituais, a movimentam.

METODOLOGIA

A elaboração de recursos cartográficos surge dentro das possibilidades de construção do conhecimento enquanto um importante instrumento de reflexão e divulgação de informações, dados, notícias, leituras e interpretações do Espaço (Francischett, 2004). Estas construções cartográficas, comumente apresentadas enquanto mapas, podem ser veiculadas em formatos alternativos (igualmente oficiais aos mapas), mas enquanto ferramentas ditas não-convencionais, justamente por reunir outras informações e narrativas propostas por grupos e/ou indivíduos (Seemann, 2011).

A construção destes recursos não convencionais surge enquanto meio para a divulgação de uma cidade concebida pelas margens, observada a partir das diferentes formas de habitar e de conceber seus patrimônios. De forma que subverta estas fronteiras do que é patrimônio. Diante disso, o Croqui enquanto recurso cartográfico surge para a produção e apresentação dos dados aqui mencionados como a ferramenta acessível às demandas apresentadas pelo grupo e também pelos Povos de Santo.

Na construção dos mapas foi usada a plataforma *Google Maps,* aliado às bases de dados do município disponíveis no site oficial de Pelotas (separações do mapa urbano em macro, meso e micro regiões administrativas).

Vale destacar que o projeto utiliza enquanto caminho metodológico a etnografia, um método e teoria própria das pesquisas antropológicas, que é pautado no diálogo, valorizando as narrativas que a própria comunidade destaca como importante, sendo assim, nas respostas do formulário foram valorizados como Sagrados os pontos que cada interlocutor/a destacou como importante, pois, para cada Casa de Religião, diferentes pontos da cidade são utilizados e considerados relevantes em suas práticas. Estes locais são alterados conforme a localização do Terreiro, as possibilidades de deslocamento dos membros desta Casa, horário de realização de cada ritual, particularidades físicas, espirituais e espaciais dos locais.

A construção destes trajetos Sagrados é iniciada a partir do formulário disponibilizado às Comunidades de Terreiros via plataforma *Formulários Google*, o questionário elaborado continha onze perguntas que buscavam entender como estes trajetos eram feitos, quais bairros eram atravessados, se saiam de seus bairros para entrar em contato com outros espaços (ao exemplo de matas ou lugares com água, muito presentes nas práticas religiosas), quais os locais do município que eram considerados Sagrados para cada Casa.

Na etapa seguinte, após trabalhar os dados, definiu-se a construção das cartografias, tendo como objetivo, de acordo com o mencionado, a construção de Croquis que explicitaram os espaços e trajetos Sagrados em Pelotas. A cidade foi dividida por Macrorregiões Administrativas (MA) de acordo com o Plano Diretor do Município (Pelotas, 2008), contendo um recurso cartográfico para cada região, onde foram utilizadas cores diversas e ícones específicos para a confecção, com base nas indicações feitas pelas lideranças das Casas, de representações espaciais.

Distribuição das Macrorregiões Administrativas (MA) de Pelotas/RS e cores - Croquis	
MA	Cor
Areal	Azul
Centro	Amarelo
Fragata	Roxo
Laranjal	Laranja
São Gonçalo	Verde
Três Vendas	Vermelho
Barragem	Cinza (ausência de dados)

Ícones do *Google Maps* (por nomenclatura) e significados de uso - Croquis	
Ícone	**Representação**
Tsunami	Praia/Lagoa/Laranjal
Caveira	Cemitério
Cascata	Cascata/Cachoeira
Museu Japão	Igreja
Edifício Histórico	Mercado Central
Ponto de Encontro	Encruzilhada/Cruzeiro
Árvore Caducifólia	Mata/Floresta
Lugar de Adoração	Gruta de Iemanjá
Casa	Ilê/Terreiro (a)

Os dados coletados dizem respeito às Casas de Religião de **seis Macrorregiões Administrativas** de Pelotas/RS, sendo elas, Areal, Centro, Fragata, Laranjal, São Gonçalo e Três Vendas. Como não houveram respostas de Lideranças Religiosas da Macrorregião Administrativa Barragem ao *Formulário,* a mesma não possui recurso cartográfico individual, aparecendo na cor cinza apenas no Croqui geral do município de Pelotas. Deste modo, ao todo foram elaboradas seis cartografias de MA e uma do município de Pelotas, totalizando sete Croquis.

A seguir (Figura 1), constam os locais Sagrados mencionados pelas Casas de Religião de acordo com a origem da Macrorregião Administrativa onde está localizado o Terreiro:

Areal	Centro	Fragata	Laranjal	São Gonçalo	Três Vendas	Barragem
(encruzilhadas, matas verdes, casas sagradas, igrejas, templos, cemitérios, praia e cachoeiras) (mercado público, praia, mata e natureza) (praia) (matas, praias, cruzeiros abertos)	(mercado público) (cemitérios, mata do balneário dos prazeres,etc)	(Mercado público, laranjal e outros) (mata, praia e cruzeiro) (balneário dos prazeres e laranjal, igrejas, todas as áreas verdes) (mercado e laranjal)	(praia do laranjal, mercado central, cemitério, matas, encruzilhadas) (praia, mercado e matas)	(todas regências dos orixás) (mercado público, igreja e praia) (mercado central, igrejas católicas, praia, lagoas, cruzeiros, matas, cemitérios, casas de religiosos)	(natureza) (balneário dos prazeres - gruta Iemanjá)	

Figura 1: Tabela com os locais Sagrados conforme região administrativa. Fonte: Autoras, 2020.

Nesta etapa, os produtos finais do trabalho foram considerados os Croquis, como o apresentado na Figura 2, onde é demonstrado o trajeto de quatro Ilês/Terreiras.



Figura 2: Região Administrativa Areal com o trajeto de quatro Ilês, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelotas é uma cidade que construiu a sua identidade de opulência em cima das narrativas da época do charque, uma história branca e elitizada, que exclui e invisibiliza comunidades negras, rejeitando as suas presenças na construção da cidade, desde a fazedura dos doces (hoje patrimônio nacional) até à construção dos casarões do centro histórico ou das narrativas nas charqueadas e museus. Lugares, espaços e saberes, que foram construídos e calcificados por mão-de-obra de populações escravizadas e, contam os pilares de uma Pelotas Negra.

É por meio destas reflexões e dos dados apresentados anteriormente que convocamos a noção de uma cidade Sagrada, permeada pelas Culturas de Religiões de Matrizes Africanas que habitam o espaço de Pelotas contando suas narrativas, mantendo o movimento da cidade, alimentando seus saberes tradicionais e garantindo às próprias Religiões de estarem (e continuarem) vivas na cultura Sulriograndense.

O movimento não acontece apenas pelo deslocamento de Religiosos pela cidade, mas pelo Significado que as próprias Religiões têm como princípio. O movimento energético e o que pode Significar o local. Trocar, andar, mudar, deslocar-se, são ações que ligam a cidade à Sacralidade de cada local. Os cruzeiros e encruzilhadas representam a passagem, as bifurcações do caminho que é a vida, as aberturas e fechamentos, as oportunidades, são relacionadas a Bará, a Exu, a Pombagira, ao Povo da Rua, que são grandes responsáveis pela limpeza e equilíbrio energético de cada prática, assim como os inícios e encerramentos dos rituais das Religiões. O Mercado Central também passa a ter novos significados, pois representa a troca, o comércio, a passagem, o movimento, que é religiosa e culturalmente relacionado ao Orixá Bará, cultuado nas práticas do Batuque.

Os cemitérios são entendidos como um local de ligação religiosa, representam as passagens, os desencarnes, assim como abrigam e materializam pedidos e oferendas em busca de saúde. Estes não

são apenas um espaço de luto e tristeza, mas espaços de festa, de conexão espiritual acentuada, repletos de simbolismos e saberes ancestrais.

As praias tomam novos significados enquanto representações e espaços de Iemanjá, Orixá cultuada em muitas religiosidades do País. A gruta, o movimento das águas (o aumento e recuo das marés), bem como as festividades que ocorrem/ocorriam nas praias, transformam o cotidiano destas e de seus banhistas. Os encontros históricos de imagens e sacralidades na Laguna dos Patos apenas exemplificam algo que vive no (in)consciente das Pessoas de Santo: do cotidiano da pesca, às movimentações na beira da Laguna, Iemanjá dá o seu Axé. E a praia do patrimônio institucionalizado, preservado, restrito, vira a Praia das Religiões. O Patrimônio Macumbeiro.

Na Figura 3 em comparação com a figura 2 é possível observar as diferenças onde cada espaço com um mesmo significado, como encruzilhadas ou a praia, estão em diferentes pontos da cidade. Assim, na cidade inteira evidenciamos representações e simbologias do Povo de Santo aos lugares.



Figura 3: Região Administrativa São Gonçalo com o trajeto de um Ilê, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas. Fonte: Projeto Terra de Santo, 2020.

Para elucidar esta cidade enquanto um **Espaço Todo Sagrado**, temos o mapa final (Figura 4) das MA com o compilado dos seis croquis construídos sobre o Município de Pelotas.

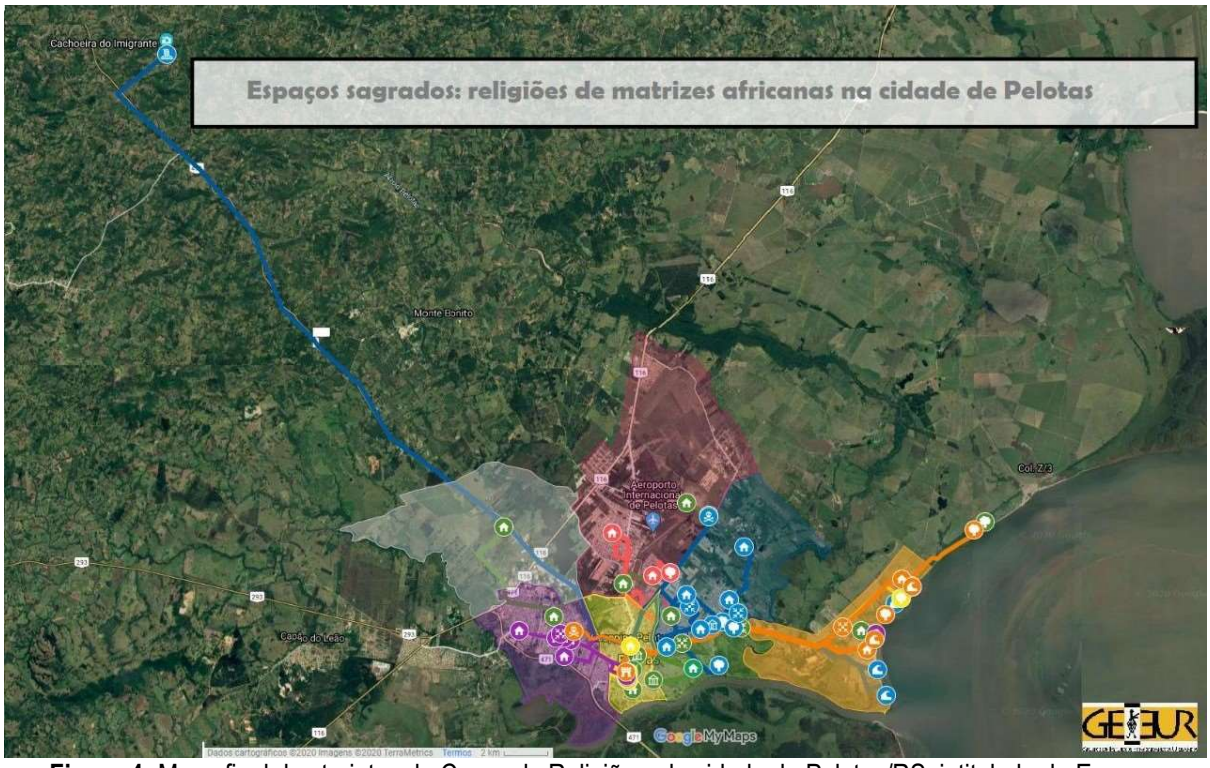


Figura 4: Mapa final dos trajetos de Casas de Religião pela cidade de Pelotas/RS, intitulado de Espaços Sagrados: Religiões de Matrizes Africanas na cidade de Pelotas, 2020.

CONCLUSÕES

Os trajetos e espaços Sagrados de cada Terreiro/a por toda a cidade monstram o movimento constante, que tenciona os fluxos pelas ruas, lojas, espaços públicos e privados, alterando, (re)construíndo-se cotidianamente. Desta maneira, é possível afirmar que a preservação destes modos de viver a cidade é essencial para as narrativas e existências plurais em Pelotas, uma vez que, é por meio desses entrelaçamentos histórico-patrimoniais-antropológicos-geográficos que ocorrem as dinâmicas sociais e culturais dos espaços urbanos, ainda que estes tenham, ou não, expressões religiosas em sua essência.

Trajetos são (re)definidos pelo que representam para as Religiões, cada ponto nas cartografias construídas equivale a uma espacialidade que tem consigo múltiplos significados. Os percursos da cidade são desenhados pela imaterialidade do que significam os locais, bem como os trajetos que Religiosos/as fazem cotidianamente, que são definidos pelo que representam em suas histórias e cosmologias.

É possível compreender que os recursos cartográficos servem de importante base para a ampliação do conhecimento produzido social e academicamente, uma vez que, o diálogo entre o visível, a complexidade, a sentimentalidade e as identificações de pessoas, grupos e/ou comunidades religiosas, dizem respeito à inclusão e participação da sociedade no fazer-refazer-construir os espaços de(des)afetividades. Por meio do recurso do Croqui que se torna menos abstrata a Pelotas Macumbeira, Batuqueira, Umbandista, Quimbandista, Candomblecista, que antes fervilhava apenas na oralidade e na imaginação de grupos específicos (praticantes de Religiões de Matrizes Africanas).

Compreendemos que essas pessoas, estas culturas e estas práticas Religiosas são o cotidiano da urbanidade. Com apenas dados iniciais das Casas de Religiões foi possível emergir cartografias que abarcam o município todo, imaginemos o que será da Pelotas Religiosa quando as duas mil Casas de

Religiões de Matrizes Africanas demonstrarem seus locais, espaços e monumentos Sagrados. Por isso, ver a cidade por uma perspectiva Sagrada é, justamente, ver que os patrimônios vazam do Centro Histórico ou das Charqueadas, que os doces tem um outro significado, é ver uma cidade inteira patrimônio que conta outras histórias e não apenas a narrativa branca, européia, de barões e baronesas afundados em uma opulência do passado.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade.** O antropólogo, a margem e o centro. Mana, 21(3), 483-498, 2015.

ALFONSO, Louise Prado; FERREIRA, Martha Rodrigues. Entre terreiros, periferias e trabalho sexual: os desafios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação de antropólogos/as. Reunião Brasileira de Antropologia. Saberes Insubmissos: diferenças e direitos. GT 46 – Extensão Universitária: desafios e propostas para a ação e formação em antropologia, 2020. Disponível em: https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=89. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A cartografia no ensino-aprendizagem da geografia. BOCC. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação,** 2004.

MARGENS. **Relatório Final da Exposição Patrimônios Invisibilizados: Para Além Dos Casarões, Quindins E Charqueadas.** Pelotas. 2020.

PELOTAS. Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Pelotas, Pelotas, 11 set. 2008. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/lei_5502.pdf. Acessado em 30 de setembro de 2021.

SEEMANN, Jörn. A cartografia do cotidiano, mapas não convencionais e um atlas de narrativas. **Geograficidade,** v. 1, n. 1, p. 102-104, 2011.

PROBLEMATIZAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Reflexões e considerações à luz das políticas públicas de moradia promovidas pela esfera federal brasileira

Osmar Fabiano de Souza Filho
Universidade Estadual de Londrina | Brasil
osmarfabiano980@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Moradia; Habitação de Interesse Social; Produção do Espaço.

INTRODUÇÃO

A questão da moradia no Brasil pode ser explicada por diferentes frentes, mas sobretudo a desigualdade gerada pela estrutura social moderna, na qual o país se funda, ajuda a problematizar o elevado número de pessoas que não possuem o direito à cidade e, nem mesmo, o direito à moradia digna. Neste país, a concentração fundiária urbana, e rural, na mão de poucas pessoas, que visam por meio dela capitalizar a renda da terra, deslinda o quadro de barbárie brasileira onde muitos nada têm e poucos possuem muito.

Neste quadro de desigualdade profunda, caberia ao Estado brasileiro mediar esses conflitos de classes, e, auxiliar, a promoção de moradia digna àqueles que não possuem condições de ter acesso. O processo de urbanização brasileiro reforça a necessidade de políticas públicas interventivas no espaço, pois, transformando-se de um país predominantemente rural à outro predominantemente urbano, em menos de 40 anos, o Brasil assistiu sua população se acomodar na cidade em condições totalmente precárias, e indignas, e isso graças a concentração fundiária urbana e, também, rural que nunca foram frontalmente enfrentadas.

Com isso em vista, no século XX, o governo federal criou programas de provisão habitacional que, segundo a justificativa oficial, visavam democratizar o acesso à moradia e solucionar a questão do déficit habitacional existente. Foram criados ao longo do século programas como os Institutos de Aposentadoria e Previdência – IAP; Fundação da Casa Popular – FCP; Banco Nacional de Habitação – BNH.

Desta maneira, este trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise qualitativa destes programas buscando evidenciar, por meio de suas propostas, o incentivo à habitação de interesse social – aquela moradia em condições dignas provida a pessoas de baixa renda que não possuem meios necessários ao seu acesso (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). A problemática proposta versa sobre a necessidade de avaliação, e problematização, das políticas públicas de habitação, pois, torna-se possível, por meio delas, compreender as relações sociais de poder que formam o território brasileiro, de pôr em perspectiva a intencionalidade dos agentes, e por meio dos aprendizados gerados por ações passadas, corrigir, e prevenir, os erros futuros.

Desta forma, este trabalho se apresenta enquanto uma pesquisa de discussão teórica, onde a metodologia utilizada se faz de avaliações qualitativas das políticas públicas, e da problematização das mesmas sob um viés crítico. Subsequente à esta introdução se apresenta a metodologia do trabalho, os resultados iniciais e conclusões iniciais oferecidas para discussão. Espera-se com este trabalho auxiliar nas reflexões acerca da questão da moradia no Brasil e do conceito de Habitação de Interesse Social.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa se faz enquanto uma análise qualitativa dos programas de habitação desenvolvidos pela esfera federal no século XX. Para tal, foram realizadas discussões teóricas acerca do conceito de Habitação de Interesse Social, bem como das políticas públicas empregadas que serão aqui avaliadas. A metodologia de interpretação, que sustentação teórica para a análise se faz com base no materialismo histórico dialético que compreende o espaço, e a sociedade, enquanto fruto direto das relações sociais de poder, travadas entre classes, onde, na estrutura social moderna, o capital se faz dominante. A realidade, é aqui interpretada, considerando sua totalidade, seu movimento, e suas contradições, problematizando-as e refletindo-as, visando assim sua superação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão da moradia no Brasil sofreu intervenção governamental, pela esfera federal, com diferentes ações, desde criação de órgão responsáveis pelo desenvolvimento de políticas habitacionais à criação, e centralização, de fundos de investimento para capitar recursos necessários à tais medidas. Assim, este trabalho se debruça acerca de três políticas desenvolvidas acerca da questão da moradia no século XX, pelo governo federal, no Brasil: Instituto de Aposentadoria e Previdência – IAP; Fundação Casa Popular – FCP; e o Banco Nacional de Habitação – BNH.

Não é custoso reconhecer que a centralização dos recursos dos IAPs – que eram divididos por categorias de trabalho – foi a primeira ação do governo central brasileiro para a produção habitacional em escala considerável. Na Primeira República do Brasil (1889-1930) nada foi feito pelo governo central em tal setor, graças a interdição ideológica de um liberalismo mal lido da República Velha, onde não seria papel do Estado intervir na questão habitacional.

Os IAP's são centralizados pelo governo Vargas, na década de 1930, e começam agir no financiamento de habitação no decorrer da década. As ações dos IAP's eram de início, muito corporativas, voltadas, sobretudo, ao financiamento habitacional para os titulares das carteiras. Mas, com a soma de capitais fictícios necessitando de aplicação, para não formarem excedentes improdutivos, adotou-se como medidas planos de financiamento à diversos setores da sociedade, atuando assim na oferta e demanda por habitação. De 1930 à 1964, os IAP's, foram responsáveis por financiar mais de 120 mil habitações (BONDUKI, 2017).

O Fundação da Casa Popular, criada em 1946, tinha o intuito de centralizar os fundos de financiamento, e ser um órgão de política habitacional de largo alcance, todavia já antes de seu início sofreu um grande revés. Pela resistência do setor de mercado e dos trabalhadores donos dos IAP's, para com a centralização dos recursos, a FCP, que fora idealizada para centralizar até mesmo a política urbana, não conseguiu levantar recursos para o financiamento de suas ações. Com escassos recursos, dependendo apenas de disponibilidade orçamentária, fez com que ao fim do programa, em 1964, o mesmo tivesse

entregado apenas 17 mil habitações, das quais quase 40% se localizavam em Brasília, pois, o órgão fora muito importante para construção da capital (AZEVEDO & ANDRADE, 1982).

Por fim o Banco Nacional da Habitação - BNH, se apresentava enquanto uma instituição que centralizou os fundos de recursos, e se financiava pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de captar o tributo de 1% que incidia sobre a Folha de Pagamento dos trabalhadores. Com amplos poderes e recursos, o banco atuava tanto na oferta de recursos para o financiamento de empreendimentos, quanto na demanda financiando moradia aos mutuários. Sua atuação resultou na maior produção de moradia já vista, até então, pela esfera federal, mas o BNH tem seu fim em 1986 como um banco de segunda linha, com um alto déficit fiscal e com calote de boa parte dos mutuários (AZEVEDO & ANDRADE, 1982).

A problematização do trabalho, porém, não se coloca apenas na discussão dos programas e seus pormenores, mas sim, também, nas próprias intencionalidades dos agentes públicos em atuarem nos programa de habitação. Sendo um bem extremamente importante para manutenção de vida da sociedade, e até mesmo inserido lá lógica do fetiche consumista do capital, este trabalho argumenta que as políticas de moradia desenvolvidas pelo governo central foram feitas não para o combate do déficit habitacional e promoção de habitação social, mas, sim, para contornar/evitar problemas econômicos e políticos.

Do cunho político têm-se que cada um destes programas foram realizados buscando legitimidade para o regime ou governante da época. Getúlio e os IAP's visam agradar aquele que seria o maior eleitorado getulista: o operário, branco, de carteira assinada, e de renda média-baixa. Com a facilidade de acesso à moradia, Getúlio conseguia gratidão popular, e reforçar sua legitimidade como um Presidente que ajudou a classe trabalhadora.

A FCP, criada por Dutra em 1946 – depois da queda de Getúlio – visava também legitimar ao governante. Primeiro pela falta que Getúlio causava ao conjunto da classe trabalhadora, e segundo para espantar o "fantasma do comunismo" que Dutra tanto tinha "medo". Vale lembrar que Dutra, que colocou o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, defendia que com a produção de casas para o setor de renda baixa afastaria a classe trabalhadora das aspirações e ideais comunistas.

E, por fim, o BNH, que surgiu com a Ditatura Militar em 1964, tinha o mesmo ideário docilizador de Dutra, afastando as aspirações comunistas, mas acreditava, também, que a habitação familiar pudesse evitar qualquer descontentamento do povo para com o regime. Neste sentido é visto que os programas de habitação não foram feitos para produzir habitação àqueles que mais precisam, mas para legitimação política.

Do ponto de vista econômico, os três programas têm intencionalidades semelhante. Harvey (2005) diz, que as crises do capitalismo acontecem por um excedente de capital e de trabalho. Sempre que estas condições estão dadas acontecem crises, e foi assim em toda história do capital. Uma saída ao capital, e até para evitar crises, é o emprego na produção do espaço destes excedentes de capital fictício, que ficam se acumulando no setor financeiro, e da classe trabalhadora sem emprego.

O que estes programas tem em comum é exatamente esse papel. O papel de por em circulação, pela produção do espaço, produção de habitação, do excedente de capital e de trabalho que poderiam causar grandes crises e assim gerar problemas aos regimes políticos e econômicos da época. Neste sentido,

mais uma vez é reforçada a ideia de que os programas de habitação no Brasil, desenvolvidos no século XX pelo governo federal, tinha a habitação de interesse social enquanto um subproduto e não como à sua causa de ser.

CONCLUSÕES

As conclusões iniciais deste trabalho, que são oferecidas para serem problematizadas e refletidas, se apresentam na defesa de que as ações promovidas pelos IAP's; FCP; e o BNH; não tiveram como intuito a provisão de habitação digna àqueles que necessitavam, mas sim, serviam aos interesses do capital, e para a manutenção do modo de produção capitalista, em conjunto com a popularidade do governante e regime do dia.

Por habitação de interesse social este trabalho considera aquelas produzidas em ação conjunta, com o governo Federal ou não, para a população de baixa renda, entendidas como famílias em situação de miséria absoluta que não dispõem de renda para arcar com quaisquer ônus decorrente de financiamento, bem como aquelas com renda reduzida que não dispõe de garantias para o acesso à financiamento privado e à famílias que não têm a possibilidade de despender uma parcela de sua renda ao custeio de financiamento. Estas famílias, podem ser enquadradas por aquelas que recebem hoje de zero até cinco salários mínimos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Assim sendo políticas de Habitação de interesse social deve presar, sobretudo, na produção de valores de uso, ou seja, valorizar a vida cotidiana e o habitar que as pessoas terão em uma habitação digna, e não o valor de troca, utilizando de uma necessidade humana para reprodução desenfreada do capital Compreende-se por fim, que são esses os mesmo motivos que levaram todas essas políticas habitacionais à não serem eficaz no combate ao déficit habitacional, pois, reproduziram a lógica do capital como a lógica de uma política pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: O Direito à Cidade e à Revolução Urbana;** tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins, 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Habitação. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004. (Cadernos MCidades Habitação.

QUANDO O ESPAÇO SE TORNA PÚBLICO

Park Fiction e a desprogramação no projeto em urbanismo

Germana Konrath
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
germana.konrath@gmail.com

Paulo Edison Belo Reyes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil
paulo.reyes@ufrgs.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Projeto em urbanismo; *Park Fiction*; espaço público; desprogramação; política.

INTRODUÇÃO

O presente texto dá relevo ao processo de projeto em urbanismo, no seu aspecto de pensamento por programa, tomando como objeto de reflexão a experiência estética de *Park Fiction*. Identificamos uma postura recorrente em nosso campo, onde a visão de projeto corresponde à resolução de problemas, expressa na figura da "programação ou funcionalidade". Parece necessário reconhecer o caráter estático dado por programas e identidades fixas e definidas que são atribuídas aos espaços urbanos e que tem como referência um dos princípios da tríade vitruviana: utilitas. Essa rigidez dada a priori pelo projetista engessa sobremaneira e conduz a uma resposta definitiva, dificultando qualquer transformação por parte da população a quem o projeto se destina.

Partimos, então, de uma experiência estética contemporânea que nos interessa dado seu processo projetual lento e aberto, gerador de novas formas de partilha do comum, incluindo a implementação de um espaço público inédito. *Park Fiction* é uma experiência iniciada em 1995, na cidade de Hamburgo, Alemanha, e ainda atuante, que se configura como uma série de ações, movidas por um coletivo sem pretensões autorais, cujos desdobramentos são imprevisíveis e que desconhece, portanto, um programa de necessidades fechado. O coletivo é formado por residentes do bairro "da luz vermelha" de St. Pauli (área portuária e de meretrício em Hamburgo), e inclui boêmios, prostitutas, artistas, o padre da igreja e a comunidade da escola local, que se organizam de maneira espontânea e informal a fim de reivindicar, ainda em 1983, a permanência de um casario da rua Hafenstrasse, ameaçado pela especulação imobiliária.

Como parte do processo que se desenrola nos anos seguintes, o coletivo se organiza e logra a demarcação e construção de uma praça em área aberta nos arredores da Hafenstrasse, no ano de 2005, cujo destino previsto pelo poder público era ser "revitalizada" a partir de empreendimentos privados. A dinâmica envolve um protagonismo da comunidade local tanto na esfera de decisão pública, quanto no

desenho (primeiramente ficcional) da praça e, finalmente, em sua manutenção, a partir de atividades experimentais de caráter essencialmente estético e político. O espaço, então, torna-se público e se mantém como área aberta, cuja função se transforma conforme o momento do dia, da semana e do ano, a partir de usos e ocupações que vão sendo inventadas pela comunidade em seus devires.

A partir dessa experiência estética e política e tomando o "modelo vitruviano como contrareferência", sugerimos um tensionamento do modo de pensar o programa no projeto. Nossa intenção é produzir uma crítica a um tipo de pensamento que, ao reforçar modelos universais, homogeneizantes e segregadores de produzir cidades, subordinados a uma visão capitalista, mantém o status quo. Chamamos esse pensamento de estático, posto que perpetua a manutenção "harmoniosa e estável" de cada um em seu lugar e cada função em sua forma (ideal). Não nos parece possível reduzir um território a uma possível vocação, unívoca (como a ideia de espírito do lugar ou genius loci). Nem tampouco seguir separando os cidadãos em diferentes zonas urbanas regradas pela valorização fundiária, em processos de periferização constantes, onde há uma intenção de apartar para diluir os conflitos sociais existentes (REYES, 2021).

O coletivo *Park Fiction* reclama seu direito à cidade[1] enquanto garante sua visibilidade política de grupo heterogêneo, incluindo cidadãos "indesejados": imigrantes, operários do porto, prostitutas, boêmios. Não há distinções – todos participam sem a busca por consenso, necessariamente. A essa polifonia correspondem programas igualmente variados de desejos e necessidades. A ocupação da praça é variada e sazonal: piscina, parque infantil, espaço de projeções ao ar livre, plataforma para feiras, shows, performances e palestras, rinque de patinação e skate, local de reuniões comunitárias, festas e manifestações políticas.

Apesar de serem comuns usos múltiplos em espaços abertos públicos, em *Park Fiction* o espaço não está dado, menos ainda seu programa. A comunidade desterritorializa e reterritorializa uma área aberta que está em disputa, e parte da "criação de desejos" como primeiro passo para inventar possibilidades. O que diferencia a proposta de *Park Fiction*, que aqui chamamos de desprogramação, portanto, são suas dinâmicas, intenções e possibilidades adaptativas. Trata-se de uma proposição coletiva e inclusiva, cujo nível de comprometimento comunitário e de invenção nos sugere um interesse particular. Não há a busca por uma vocação do lugar nem por uma identidade única: são lançados dispositivos e atividades para ficcionalizar possíveis usos, linguagens e visualidades da comunidade. Ou, como diria Rancière: "possíveis maneiras de fazer, formas de visibilidade, modos de pensabilidades, seus possíveis e seus modos de transformação" (2009, p. 13).

A praça surge como uma das muitas respostas no processo e acaba por incluir diversos aspectos e desejos da comunidade, que não se resumem a ela nem se concluem com sua construção, no entanto. O exercício projetual toma como premissa a pluralidade de opções, busca integrar variados pontos de vista e agentes para criar possibilidades de projeto que podem ser, inclusive, antagônicas, dialógicas e cambiantes no tempo.

A pergunta que surge dessa percepção é: que desacomodações a experiência de *Park Fiction* pode provocar no processo de projetar em urbanismo, abrindo seu programa? Nosso objetivo é debater essa etapa de projeto a partir de sua dimensão temporal, flexibilizando-o. Como pano de fundo, está implícita

[1] Termo utilizado por Lefebrve em sua obra homônima, publicada originalmente em francês (1968), citada no site do coletivo *Park Fiction.*

a problematização de modos de projetar excludentes, escondidos na falácia da neutralidade técnica e no saber-fazer do arquiteto e urbanista, que mascaram o caráter necessariamente político e processual do projeto. Pretendemos explorar maneiras de projetar mais dinâmicas, inclusivas e porosas – condizentes, portanto, com a natureza heterogênea e conflitiva da sociedade que habita e conforma nossas cidades, em sua constante transformação.



Figura 1: *Park Fiction*. Fonte: http://park-fiction.net, 2021.

METODOLOGIA

Buscando responder essas inquietações, estruturamos a pesquisa a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e aproximação da experiência estética (empiria). Os principais autores trazidos ao diálogo são Deleuze – por suas concepções de tempo, devir e pelo trinômio territorialização/ desterritorialização/ reterritorialização–, e Rancière – por seu entendimento de que estética seria a base da política, fundamentado na noção de partilha do sensível (2009). Já a aproximação empírica de *Park Fiction* se dá por meio de visita à exposição promovida pelo coletivo na Documenta 11, em Kassel (2006), pesquisa extensiva no site do grupo e revisão bibliográfica (destacadamente do livro Estética da Emergência, de Laddaga).

No estudo, optamos por uma abordagem o mais direta possível da experiência estética, permitindo conexões menos mediadas, seguindo uma metodologia nomeada por Bergson como intuição (2010, p. 183), também defendida por Deleuze (2012, p. 67). Trata-se de um processo de apreensão que busca o absoluto daquilo que queremos compreender: atitude que nos lança para o interior de algo, num processo de dentro para fora. Pretendemos, assim, percorrer um caminho teórico atravessado por uma experiência sensível que o contamina e vice-versa. Apoiados em Deleuze (2010), entendemos a necessária

amálgama entre arte, ciência e filosofia, ocupando-nos dos perceptos presentes em Park Fiction, que estabelecem diálogo com os conceitos teóricos aqui propostos, a fim de provocar novas possíveis relações e funções para o campo da Arquitetura e do Urbanismo, em seu fazer projetual.



Figura 2: *Infontainment* do coletivo *Park Fiction*. Fonte: http://park-fiction.net/ , 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O texto é parte de doutorado em desenvolvimento, sendo um recorte dentre diversas experiências estéticas onde a variável tempo emerge como protagonista de projeto, enquanto agente de transformação. A tese, qualificada em 2020, traz uma reflexão teórica e crítica, acerca de modos de projetar em urbanismo, considerados mais coerentes com a pluralidade e complexidade das cidades contemporâneas. O recorte aqui apresentado corresponde a uma das linhas da investigação, guiada pela ideia de *desprogramar*, enquanto possível tensionamento do cânone moderno de que "forma segue função"[2], do princípio vitruviano de *utilitas*, bem como da lógica de projeto em que se parte de um programa de necessidades como problema dado, a ser resolvido pelo arquiteto/especialista.

Aqui propomos o debate centrado em *Park Fiction* não como exemplo a ser copiado, outrossim enquanto experiência singular de uma possível maneira de projetar. O resultado alcançado até aqui diz respeito, justamente, a este entendimento de projeto como processo, a se desenvolver de modo não pré-estabelecido nem conformado por casos de sucesso. Ou seja, o estudo nos serve como inspiração, a partir de um caso real, que abre portas para verificar a existência de caminhos projetuais não baseados em referências hegemônicas nem eficácia resolutiva. Nosso aprendizado vai no sentido de tensionar a ideia de fazer como, de fazer tal qual, apoiada em um pensamento modelar e universalizante. Pode-se dizer que encontramos, em *Park Fiction*, uma forma particular de configuração do comum e de criação de espaço público, a partir de um processo estético lento, aberto, colaborativo e não necessariamente resolutivo. Trata-se, talvez, de uma metodologia projetual: um modo de pensar, de dar a ver e de fazer cidade essencialmente político, operando des-territorializações na partilha do sensível.

[2] Célebre frase proferida por Louis Sullivan (no original "*form follows function*"), que influenciou a arquitetura moderna no século XX.

CONCLUSÕES

Nossa discussão busca, agora, aproximar este caminho projetual da ideia de desprogramar enquanto possível recurso ou ferramenta. No caso de *Park Fiction,* ao longo do processo a posição de receptores ou de público afetado pelas decisões governamentais é desprogramada, posto que a comunidade passa a assumir um papel protagonista no projeto. *Desprogramar,* enquanto verbo, surge como possibilidade de encarar o projeto como ato. Seria um primeiro passo crítico a fim de questionar um determinado plano, função, atividade ou diretriz: um programa afinal. Cabe, antes de partir para a resolução de um problema, duvidar daquilo que nos é apresentado como dado consensual e estável. Em *Park Fiction,* esse início se dá ao confrontar a ideia pasteurizada de "revitalização", quando a comunidade desmonta esse discurso, desestabiliza suas premissas e, em paralelo, constrói sua própria versão do que considera uma ação desejável de reabilitação, sem apelar para referências usuais nesse tipo de operação urbana. A comunidade divergia não apenas das premissas, como dos métodos, agentes envolvidos e também dos resultados propostos pelo poder público local.

Ali acontece também a desprogramação funcional de um espaço para onde estava prevista a construção de edifícios privados, de uso residencial e comercial, que passa a servir como praça pública após mais de uma década de ações comunitárias. Uma nova camada de desprogramação ocorre ainda em relação ao projeto, que aqui assume um desenho propositalmente despretensioso. Nada de monumentos, paisagismos sofisticados ou objetos de design reconhecidos. A comunidade opta por espaços híbridos, com estruturas mínimas, que se transformam no decorrer das horas, dos dias e das estações. Este pode ser outro caminho rumo à desprogramação projetual: uma não forma que dirija o resultado do projeto, ou seja, não há forma *a priori.*

Finalmente, ao sugerir a ideia de desprogramar, estamos também imaginando a possibilidade de romper com aquilo que, no caso de máquinas, computadores e derivados é chamado de programa automático, *default.* Essa atitude pode ser literal e metafórica, provocando questionamento quanto a tudo aquilo que nos é apresentado enquanto programa (político, técnico, tecnológico) de forma pré-setada, estabelecida e padronizada no processo projetual. Trata-se de estimular que outras imagens e pensamentos de cidade possam irromper em meio a um sistema que tende à pasteurização e à "otimização" dos processos, recorrendo a soluções prontas. Para tanto, sugerimos uma busca metodológica para o projeto em urbanismo a partir de um diálogo com a filosofia e com a arte. Iniciamos por experiências estéticas contemporâneas que possam contaminar o exercício projetual, sua capacidade de imaginação e de fabulação, sobre o existente e sobre o que está por vir.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação entre corpo e espírito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 2010.

LADDAGA, Reinaldo. **Estética da emergência**: a formação de outra cultura das artes. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

REYES, Paulo. **Projeto** [a dimensão política no projeto em urbanismo] ou [quando a política rasga a técnica]. Porto Alegre: 2021 (no prelo).

VITRUVIUS, Pollio. **Tratado de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TURISTIFICACIÓN DEL ESPACIO ABIERTO PATRIMONIAL EN TRES CIUDADES MEXICANAS

Guanajuato, Morelia, Mérida

Velia Yolanda Ordaz Zubia
Universidad de Guanajuato | México
veliaordaz@ugto.mx

María Elena Torres Pérez
Universidad Autónoma de Yucatán | México
mariaelena.torres@correo.uady.mx

Erika Elizabeth Pérez Múzquiz
Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo | México
erika.muzquiz@umich.mx

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
(x) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
( ) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Palabras claves: Turismo; transformación urbana; estrutura urbana.

INTRODUCCIÓN

Los continuos cambios de la ciudad son una preocupación constante en la reflexión académica, sin embargo es un hecho que los cambios urbanos se relacionan directamente con los cambios económicos y sociales, ya que son la base productiva y la causa de las transformaciones territoriales (Méndez, 1996; Rózga, 2004). Em este sentido, la actividad socioeconómica contribuye a un proceso de homogeneización del espacio o por el contrario si este desarrollo es crecientemente heterogéneo.

Una de las atividades económicas que más ha generado transformaciones (espaciales y urbanas) en los últimos años ha sido la turística. En México, posterior a la Revolución (hacia la década de los años 20 del siglo XX), el gobierno federal generó una serie de estrategias que coadyuvarían a la recuperación económica del país, toda vez que éste se encontraba en grave situación física, económica y social dados los estragos de la posguerra. La estrategia se apuesta por el turismo, como médio de poner en valor la riqueza y diversidad cultural que se tenía a lo largo de la República Mexicana, Para dar soporte a esta actividad se dio inicio a la creación de infraestructura y equipamento adecuado, lo que derivó a cambios físicos en las ciudades.

Con el tiempo, dicha actividad turística ha ido tomando cada vez más fuerza derivada de la derrama económica que genera, abriéndose paso no solo a las actividades de playa (como fue en su inicio) sino a destinos culturales y espacios históricos, viendo una gran posibilidad de desarrollo a través de mostrar las características culturales que los distinguen.

Esto a su vez ha generado nuevas transformaciones al espacio, especialmente en los patrimoniales, denotando cada vez más, uma apropiación constante del espacio público patrimonial por parte de la iniciativa privada. Este hecho es el objeto de estúdio del presente trabajo acerca del análisis de tres

ciudades mexicanas: Guanajuato (Guanajuato), Morelia (Michoacán) y Mérida (Yucatán), mismas que por sus características relacionadas con el paisaje histórico, han sido centro de atención de la actividad en comento. Para ello, emplearemos conceptos derivados del análisis de estrutura urbana, teniendo como objetivo la identificación de los cambios y transformaciones observadas a raíz de la introducción de la actividad turística en cada una de las ciudades de estudio.

METODOLOGÍA

La ciudad es el sitio en el que se desarrollan las atividades principales de producción y consumo de una sociedad y sus espacios dan cuenta de ese desarrollo en la historia. De aqui que la función de la ciudad es la actividad principal que se realiza en ella y que sirve para relacionarla con el territorio circundante. Se refiere entonces a las personas que viven en ellas, las que con sus diferentes empleos definen la función general de la ciudad. De esta manera podemos tener función: militar, comercial, industrial, cultural, turística o política administrativa. (Buzo, 1996).

En general, la percepción económica de toda ciudad constituye un punto de referencia para la conformación de sus características que la hacen ser única e inigualable –cada ciudad es diferente-; así, como indica Hernández (2006) la ciudad observada desde su espacio, desde la conformación de entes sociales y estructuras económicas que le dan vitalidad y que a la vez provocan desarrollo económico, posee un gran cúmulo de información para distintas disciplinas.

Una de las atividades más socorridas en la actualidad por la derrama económica que genera, es la actividad turística, motor de profunda transformación de muchos núcleos de población. A pesar de que esta función se ha convertido en pieza clave de la economía, afecta a grandes y pequeñas localidades que se ven desbordadas por una masiva afluencia de turistas y modifica en forma radical los usos de suelo previos. (Rey, 2009).

El análisis de las actividades económicas es de suma importância para conocer las principales características de la estructura económica urbana y los cambios que ha tenido y presenta la ciudad y de esta forma llegar a determinar la capacidad productiva, así como de la capacidad de empleo que genera. La transformación territorial se observa a través de la teoría de sistemas, considerando para ello la forma, los flujos y los mecanismos organizacionales. En este sentido Bourne (1982), Álvarez (2010) y Borsdorf (2003) identifican una categoría que se refiere a la forma y la función y la otra a la organización y comportamiento. Dichas variables de traducen de la siguiente manera:

Para la categoría de forma y función, se emplea un modelo de tendencias urbanísticas relacionada con transformación económica. Se refiere a los cortes temporales de la actividad socioeconómica como lo establecen (y se reinterpretan por las autoras) por Bourne y Álvarez como:

DENSIDAD. Se refiere al promedio de densidad de desarrollo. Población ocupada por sector.

HOMOGENEIDAD. El nivel de mezcla (o segregación de usos, actividades y grupos sociales).

CONCENTRICIDAD. El nivel en que los usos, actividades, etc. están organizados en zonas en relación al centro de la ciudad.

SECTORIALIDAD. El nivel en que los usos actividades, etc. están organizados en sectores en relación al centro de la ciudad.

CONECTIVIDAD. El grado en que nodos o subáreas de la ciudad están conectadas por medio de la red de transporte, interacciones sociales, etc.

DIRECCIONALIDAD. El nivel de orientación elíptica en la interacción de patrones.

CONCORDANCIA. El nivel de correspondencia entre función y forma.

REEMPLAZABILIDAD. El nivel en que las diferentes formas urbanas (ej. edificios, áreas, instalaciones públicas) se desarrollan en forma que una función pueda ser sustituida por otra).

Para la categoría de organización y comportamento se estudian:

PRINCIPIOS ORGANIZACIONALES. El mecanismo fundamenta de distribución espacial e integración.

PROPIEDADES CIBERNÉTICAS. La capacidad de retroalimentación: la sensibilidad de la forma al cambio.

MECANISMOS REGULATORIOS. Medios internos de monitoreo y control (zonificación, controles de edificación, restricción financiera)

ORIENTACIÓN DE LOS FINES. El grado en el que la estructura urbana evoluciona acorde con los objetivos prioritarios.

Esto aplicado para la zonas consideradas como turísticas, específicamente en espacios públicos abiertos patrimoniales de las ciudades mexicanas de Guanajuato, Morelia y Yucatán.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

El análisis de la estrutura urbana en los aspectos mencionados anteriormente (y aplicados a tres ciudades mexicanas), permitió observar algunas particularidades en las ciudades estudiadas:

Primero, a través de los cambios en el uso de suelo, precio de suelo, densidad de población, movilidad, características de vivienda e infraesructura. En la organización funcional se ve representada la fuerza económcia predominante: en la zona centro prevalece la actividad turística, suplantando o alejando cada vez más el resto de actividades económicas de origen.

Segundo que en la ciudad (o ciudades) puede observarse a través del análisis de: forma urbana, interacción urbana y estructura espacial interna. Estas permiten dar uan lectura del desarrollo urbano a través del espacio-tiempo, de ello se deriva:

- La construcción de un modelo de desarrollo estructural de las ciudades de Guanajuato, Morelia y Yucatán, apoyado en las actividades económicas, permite obtener la lectura integral en el que se observa un crecimiento urbano mayor a lo largo de los siglos XX y XXI, lo cual coincide con un mayor incremento de la actividad turística y comercial.

- La ciudad posterior a esta época se ve polarizada, conservando la zona histórica por un lado, con un crecimiento y desarrollo hacia las zonas periféricas. Todos los asentamientos que antes eran considerados como marginales, se vuelven mayormente atractivos para las clases sociales más favorecidas, mismas que buscan mayores espacios de recreación, estacionamiento o menor contaminación.
- Las ciudades mantienen una visión centralizada. Es hacia esta zona donde se enfocan una gran cantidad de recursos destinados a la atención turística.
- Las zonas centro se enfocan cada vez mas a la actividad turística, para lo cual se generan mayores transformaciones de uso de suelo que responden al giro antes mencionado. Los espacios abiertos patrimoniales son empleados en mayor medida como espacios de servicios, manejados por iniciativa privada.
- La fragmentación de las ciudades no se presenta aún al grado que menciona Borsdorf, al menos en las ciudades estudiadas, aunque el crecimiento periférico va encaminado hacia ello en algunos pocos años. Al preguntar a los habitantes de las zonas periféricas, la gente no ve como propia la zona centro o los espacios considerados como turísticos.
- La forma física de la ciudad va cambiando, acorde con la actividad turística. La interacción de las actividades económicas adicionales, va también generando un sesgo importante hacia servicios y comercio.
- La población ocupada en el sector turistico también ha ido en cada vez mayor crecimiento, así como la generación de actividades que atraen turismo masivo.
- Las tres ciudades aún se resisten a la transformación total hacia la actividad turística, esto lo ha logrado a través de permanecer con actividades adicionales en la zona centro: la permanencia de entre un 40-45% de actividades educativas y entre el 54-56% de actividades administrativas, lo cual ayuda a mantener diversidad en el centro, sin embargo, la tendencia actual (no llevada a cabo totalmente) es hacia mover tales actividades a la zona periférica para darle mayor espacio al turista.
- Las actividades culturales, costumbres y tradiciones han sido modificadas tanto en espacio como en tiempo, corriendo el riesgo de irlas olvidando.
- Las actividades creadas o novedosas no se relacionan con la cultura local, lo cual confunde al turista y contribuye a la pérdida de identidad y apropiación.
- El flujo vehicular también se ha incrementado en la zona centro de las tres ciudades, afectando la movilidad del resto de la ciudad, aún más en época de turismo.
- La imagen y fisonomía de los espacios abiertos patrimoniales se ven afectados en la totalidad de los casos, viéndose afectados con pancartas, lonas, techos, letreros, luces, adornos, etc. contribuyendo hacia un “turismo de fachada”.
- Los interiores de los inmuebles cercanos a los espacios públicos patrimoniales se han visto afectados, transformados o destruidos (en un mínimo de casos: 2-5%) para dar espacio a servicios relacionados al turismo.

CONCLUSIONES

Las transformaciones socioeconómicas que presentan las ciudades a través de la introducción y auge del turismo han sido inminentes, lo que por un lado se defende a través de la conservación del patrimonio, en su contraparte el valor o ventaja economómica que genera en la población al poner en servicio su espacio o inmueble, ha generado una importante transformación tanto en el uso común del espacio público, como en el uso de suelo, actividades, ideologías, creencias, entre otras cosas. Los turismos de

fachada son cada vez más socorridos, dejando en manos de la iniciativa privada las decisiones tomadas en los espacios abiertos o en los inmuebles que los rodean.

Las actividades realizadas contribuyen asimismo al cambio de las tradiciones y costumbres de origen, por rituales ajenos y com fines turísticos que se observan e impactan tambien en la arquitectura, lo que a contribuye al deterioro de las características históricas-patrimoniales. Los gobiernos locales al no tener recursos para conservación, dejan en manos de las empresas transnacionales o locales (en el mejor de los casos), la toma de decisiones sobre los espacios, con una cada vez menor regulación legal de protección patrimonial como de desarrollo urbano.

La generación de atractivos encaminados al turismo masivo, si bien ha sido controlado ciudades como Mérida, Morelia y Guanajuato, también han alejado a la población local para dar paso a nuevos pobladores y nuevos usos con mayor construcción (o adaptación de edifícios) en hoteles, restaurantes, bares, bancos, centros de cambio de moneda, etc. Las plazas y calles se transforman en zona de venta de productos turísticos, dejando de lado las tiendas locales o los servicios de la población común.

En este sentido, hacemos hincapié en la necesidad de observar a detalle aquellos cambios o transformaciones del espacio urbano patrimonial a fin de regularizar o crear políticas públicas que contribuyan al cuidado y preservación de la ciudad, así como de sus costumbres y tradiciones locales que los hacen distinguirse del resto de ciudades.

REFERENCIAS

ÁLVAREZ DE LA TORRE, Guillermo B., "**El crecimiento urbano y estructura urbana en las ciudades medias mexicanas**" en Quivera, vol. 12, núm. 2, 2010, pp.94-114, Universidad Autónoma del Estado de México, 2010.

BOURNE, Larry S., **Internal Structure of the City,** Nueva York, Oxford University Press, 1982.

BORSDORF, Axel, "**Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana**" en Eure, vol.29, número 086, mayo de 2003, Chile, Pontificia Universidad de Chile, 2003.

BUZO SÁNCHEZ, Isaac, **Apuntes de geografía humana**, IES Exremadura, Consultada el 24 de febrero del 2014, dirección URL: http://ficus.pntic.mec.es/ibus0001/ciudad/funciones_urbanas.html

HERNÁNDEZ ARAGÓN, J. (consultada el 30 de noviembre del 2011), "**La Ciudad y su Análisis Intra-Urbano: La Localización de Actividades Económicas y el Futuro de los Centros, en Contribuciones a la Economía**", [en línea], dirección URL: http://www.eumed.net/ce/2006/jha-ciu.htm, 2006.

MÉNDEZ MUNGARAY, Elizabeth (1996), "**Cambios de los principales elementos de la estructura urbana de una ciudad fronteriza: Mexicali, B. C.",** en Revista del Colegio de Sonora, vol. vii, núm. 12, Hermosillo, Sonora.

REY LAMA, Ana (2009) (consultada el 20 de octubre del 2012), "**Geografía urbana**" [em línea] dirección URL: http://www.slideshare.net/arelar/geografa-urbana-1051702

RÓZGA LUTER, Ryszard (consultada el 30 de noviembre del 2011), "Transformaciones económico-territoriales de la base productiva regional; la industria en la región centro Aportes IX, 2004", [en línea] dirección de URL: http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=37602606, 2004.

USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Comparando o contexto de duas cidades

Ana Paula Soares Müller
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
anapaulasmuller@gmail.com

Andrea Larruscahim Hamilton Ilha
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
andreahilha@gmail.com

Tatiane Vanessa Zamin
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
tatiane.zamin@acad.ufsm.br

Verônica Garcia Donoso
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil
veronica.donoso@ufsm.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: espaço público; apropriação; uso; cidade

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são fundamentais no cotidiano das pessoas, conectando diferentes locais da cidade e sediando diversas atividades (QUEIROGA, 2011). Os espaços públicos urbanos são representados por todos os espaços livres de uso comum da população que proporcionam oportunidades de lazer, deslocamento e convivência (MENDONÇA, 2007).

Segundo Sobarzo (2006), os espaços públicos integram, em diferentes níveis e contextos, a diversidade sociocultural das cidades. As pessoas se adaptam aos espaços disponíveis, utilizando-os e apropriando-se deles conforme possível de acordo com as características e elementos existentes (LYNCH, 1960). Ainda, para Mendonça (2007), apropriação do espaço público relaciona-se diretamente à cidadania, à garantia de uso com qualidade pela população.

Conforme Gehl (2011), um espaço público pode tanto atrair quanto repelir seus possíveis usuários. Para o autor, algumas das características que tornam um espaço público atraente são: apresentar delimitações acessíveis e convidativas; permitir a visualização do seu interior à quem está nas proximidades; conectar-se bem a cidade, com rotas curtas e acessíveis; oferecer oportunidades de contato com outras pessoas e satisfação de necessidades psicológicas.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo identificar diferentes usos e apropriações em espaços públicos distintos em duas cidades de porte diferente: Três de Maio, no Rio Grande do Sul, Brasil; e Rivera, no Uruguai, divisa com o Rio Grande do Sul. Assim, este estudo reflete quanto às características que tornam os espaços analisados mais ou menos convidativos às pessoas, comparando as condições observadas no contexto das diferentes cidades.

METODOLOGIA

Apresenta-se, primeiramente, o contexto das duas cidades escolhidas para o estudo — Rivera, no Uruguai, divisa com o estado do Rio Grande do Sul, e Três de Maio, no Rio Grande do Sul, Brasil — assim como as características dos espaços públicos selecionados para observação: a Praça Municipal e um trecho da Avenida Uruguai, em Três de Maio; a estrada Hector Gutierrez Ruiz e a Praça Artigas, em Rivera. Foram escolhidos dias diferentes para as observações — um dia útil e um dia de final de semana — e definido um horário aproximado no qual o movimento de pessoas por estes espaços é habitualmente maior — em torno das 16h. Também, foram escolhidos dias com características climáticas semelhantes para as observações, evitando que os usos e apropriações fossem influenciados pelas condições de clima e temperatura.

Para analisar os espaços quanto aos diferentes usos e apropriações, foram consideradas quatro características que tornam um espaço atrativo (GEHL, 2011):

- delimitações acessíveis e convidativas, que facilitam a movimentação de pessoas entre espaços público e privado;
- visualização do interior do espaço para quem se encontra no entorno;
- conexões curtas e de qualidade com a cidade, facilitando acesso e deslocamento de pessoas;
- oportunidades de contato e de satisfação de necessidades psicológicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se as duas cidades e as observações realizadas nos espaços públicos escolhidos para o estudo.

A cidade de Três de Maio, no Rio Grande do Sul, Brasil

A cidade de Três de Maio (Figura 1) possui área aproximada de 422,198 km² e está distante 480 km da capital do estado (TRÊS DE MAIO, 2014). A cidade possui população de 23.726 habitantes conforme o último Censo do IBGE (2010).



Figura 1: Cidade de Três de Maio, RS, Brasil. Fonte: Google Earth Pro. Maxar Technologies CNES/Airbus. 2020.

As observações nos espaços públicos escolhidos foram realizadas nos dias 21 (quarta-feira) e 24 (sábado) de julho de 2021, em torno das 16:00 horas. Ambos os dias apresentaram temperatura amena.

O primeiro espaço escolhido, a Praça Henrique Becker Filho, situa-se na Avenida Uruguai ao leste e Rua Minas Gerais ao norte (Figura 2). A praça possui uma área total de 3977,23 m² e passou por uma revitalização em 2019, na qual foram instalados novos mobiliários, pergolados, playground, iluminação e academia ao ar livre.



Figura 2: Localização da Praça Henrique Becker Filho. Fonte: Google Earth Pro. Maxar Technologies. 2020. Adaptado pelas autoras, 2021.

No dia 21 (Figura 3, esquerda) observou-se prevalência de pessoas utilizando o local para circulação, sendo que poucos estavam ali para lazer. No dia 24 (Figura 3, direita) pôde-se observar mais usuários utilizando o espaço para lazer, sentados nos bancos disponíveis ou em suas próprias cadeiras, utilizando *playground,* quadra de esportes e academia.

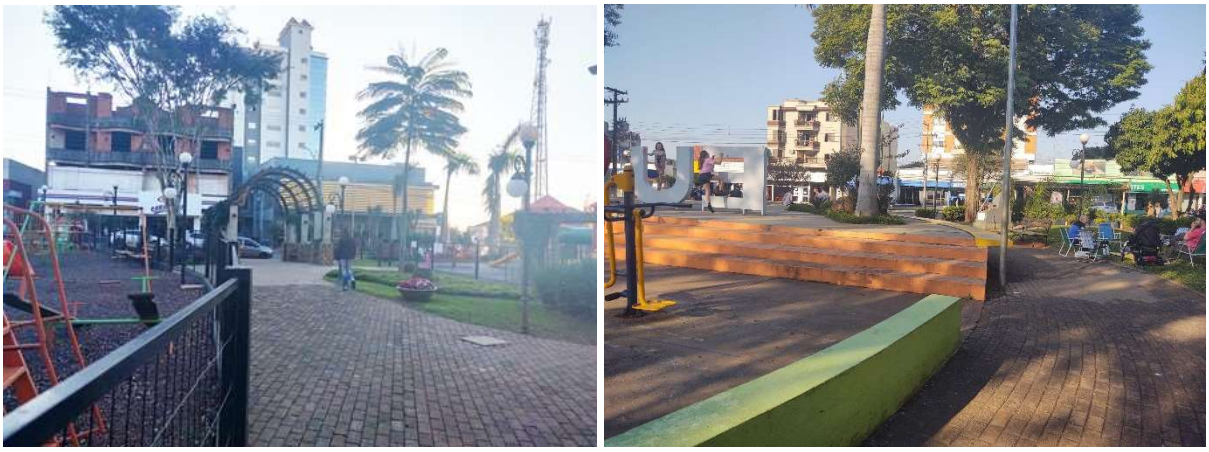


Figura 3: Praça Henrique Becker Filho. Fonte: Autoras, 2021.

O segundo espaço analisado, o trecho da Avenida Uruguai (Figura 4), localiza-se no centro da cidade, entre a Rua Rio de Janeiro e a Rua Minas Gerais, e possui extensão aproximada de 130 metros.



Figura 4: Localização do trecho da Avenida Uruguai. Fonte: Google Earth Pro. Maxar Technologies. 2020. Adaptado pelas autoras, 2021.

No dia 21 (Figura 5, esquerda), observou-se o uso prioritário do trecho como meio de passagem para outros destinos. No dia 24 (Figura 5, direita), pôde-se observar pessoas utilizando o espaço para lazer, sentadas no muro de divisa da calçada, em suas próprias cadeiras ou nos bancos disponíveis embaixo dos pergolados.



Figura 5: Avenida Uruguai. Fonte: Autoras, 2021.

A cidade de Rivera, no Uruguai

A cidade de Rivera localiza-se na fronteira norte do Uruguai (Figura 6), junto a cidade gaúcha de Santana do Livramento. Segundo dados do Censo de 2011 e informações divulgadas pela Intendência Municipal[1] Rivera possui uma área total de 9.370 km² e conta com população de 103.473 habitantes.



Figura 6: Cidade de Rivera, Uruguai. Fonte: Google Earth Pro. Maxar Technologies CNES/Airbus, 2021.

As observações nos dois espaços públicos escolhidos foram realizadas, inicialmente, nos dias 18 (domingo) e 22 (quinta-feira) de julho de 2021, em torno das 16:00 horas, mas devido às condições climáticas de vento e frio do dia 18, uma nova observação foi realizada no dia 25 (domingo). Ambos os dias considerados apresentaram temperatura amena.

O primeiro espaço escolhido, a estrada Hector Gutierrez Ruiz (Figura 7), é uma estrada de duas pistas com cerca de 7km de extensão, em linha reta e pavimentada com asfalto, que conecta a área urbana da cidade ao aeroporto.

[1] Disponível em: https://otu.opp.gub.uy/perfiles/rivera. Acesso em: 20 ago 2021.



Figura 7: Localização da estrada Hector Gutierrez Ruiz. Fonte: Google Earth Pro. CNES / Airbus. 2021. Adaptado pelas autoras, 2021.

No dia 22 (Figura 8, esquerda), observou-se poucos carros estacionados, algumas pessoas sentadas, andando de bicicleta ou correndo. No dia 25 (Figura 8, direita) foi observado um grupo de motociclistas praticando manobras, muitos carros estacionados e pessoas sentadas em cadeiras ou realizando atividades de lazer como jogar bola e andar de bicicleta.



Figura 8: Estrada Hector Gutierrez Ruiz. Fonte: Autoras, 2021.

O segundo local observado, a Praça General José Gervasio Artigas (Figura 9), conhecida somente como Praça Artigas, faz parte do centro histórico da cidade. Localizada na Avenida Sarandi, a praça possui cerca de 9.000 m² e foi remodelada em 2014, sendo instalada fonte com luzes, iluminação, mobiliários e playgrounds.



Figura 9: Localização da Praça General José Gervasio Artigas. Fonte: Google Earth Pro. CNES/Airbus, 2021. Adaptado pelas autoras, 2021.

No dia 22 (Figura 10, esquerda) percebe-se um fluxo grande de pedestres utilizando os serviços do entorno e transitando pela praça, além de vendedores ambulantes e bancas de alimentos e lanches. No dia 25 (Figura 10, direita) foi observado um uso caracterizado pela permanência das pessoas, usufruindo da infraestrutura disponível, além de bancas de alimentos e lanches.



Figura 10: Praça General José Gervasio Artigas. Fonte: Autoras, 2021.

Análise comparativa entre os espaços: Três de Maio e Rivera

De modo geral, foi observado um maior número de usuários nos espaços no fim de semana do que no dia útil, como já era esperado. Na cidade de Três de Maio, o espaço da Praça Henrique Becker foi mais utilizado para lazer que o trecho da Avenida Uruguai. Tal constatação pode-se justificar pela escassez de infraestrutura adequada ao lazer e convivência no espaço da avenida, enquanto a praça contém infraestrutura diversa além de um espaço amplo. Já na cidade de Rivera, a Praça Artigas propicia uma interação maior entre os usuários e grupos de usuários, enquanto na estrada Hector Gutierrez Ruiz o lazer é mais voltado ao convívio familiar, mas ambos espaços recebem grande movimento e presença de pessoas. Ainda, a praça possui localização central, fácil acesso e boa manutenção do espaço, enquanto a estrada, mesmo não sendo projetada para lazer e convivência, apresenta amplo espaço, com sombra e vegetação.

Em relação às quatro características que tornam um espaço público atrativo (GEHL, 2011), foi elaborado o Quadro 1 apresentando um comparativo entre as duas cidades e os diferentes espaços observados em cada uma.

Cidade	TRÊS DE MAIO		RIVERA	
Espaço Público	Praça Henrique Becker Filho	Avenida Uruguai	Estrada Hector Gutierrez Ruiz	Praça General José Gervasio Artigas
01) delimitações acessíveis e convidativas	há delimitações físicas com grades e muros (apenas em áreas de playground)	não há delimitações físicas	há delimitação física com cerca (apenas na divisa com aeroporto)	não há delimitações físicas
02) visualização do interior do espaço	pode-se visualizar completamente	pode-se visualizar completamente	pode-se visualizar completamente	pode-se visualizar completamente
03) conexões curtas e de qualidade com a cidade	localiza-se próxima ao centro	localiza-se no centro	localiza-se distante do centro	localiza-se no centro
04) oportunidades de contato e satisfação de necessidades psicológicas	infraestrutura diversa de lazer e convivência	pouca infraestrutura de lazer e convivência	nenhuma infraestrutura de lazer e convivência	infraestrutura diversa de lazer e convivência

Quadro 1: Observação das características que tornam os espaços escolhidos atrativos. Fonte: Autoras, 2021.

Verificou-se que os espaços observados podem ser considerados, no geral, locais atrativos e convidativos para a população. Pode-se observar que a maioria dos espaços públicos não possuem delimitações físicas com seus entornos. Quando apresentam alguma delimitação, estas não impedem a atratividade do espaço, sendo que todos os locais analisados permitem a visualização da totalidade de suas áreas por alguém que se encontre no entorno. Ainda, apenas um dos espaços, a estrada Hector Gutierrez Ruiz, não se encontra na região central da cidade, estando os demais bem conectados aos outros espaços urbanos públicos e privados. Mesmo assim, a distância parece não interferir na preferência das pessoas pelo espaço, uma vez que na estrada também foram observados usos e público diversos.

Quanto ao fornecimento de oportunidades de contato e de satisfação de necessidades psicológicas, percebeu-se que apenas as duas praças oferecem diversidade de infraestruturas e serviços para usufruto e convivência das pessoas. De qualquer forma, a falta de elementos físicos não impede a população de utilizar os demais espaços para conviver e realizar atividades de lazer, sendo que a população se apropria dos locais transportando seus próprios bancos, cadeiras, alimentos e demais itens de lazer e convivência.

CONCLUSÕES

Após realização das observações e análises nos diferentes espaços selecionados, nas cidades de Três de Maio e Rivera, percebeu-se que, apesar da diversidade de locais, os usos e apropriações são semelhantes entre eles. Mesmo nos espaços com maior escassez de infraestrutura, como a Avenida Uruguai e a Estrada Hector Gutierrez Ruiz, observou-se a presença significativa de pessoas, demonstrando que tal escassez não impede a apropriação de tais locais para atividades de lazer e recreação. Além disso, foi percebido que a maior distância do espaço à centros urbanos, como na

Estrada Hector Gutierrez Ruiz, o que representaria um elemento prejudicial à atratividade do espaço público, também não parece ser desmotivante para a apropriação do espaço para lazer e recreação.

Assim, considera-se que estas constatações representam um indício da importância de espaços públicos para a garantia da qualidade de vida e da cidadania: as pessoas carregam seus próprios utensílios e mobiliários para promover condições de uso à espaços não planejados para tal fim e se deslocam distâncias consideráveis, mas não deixam de utilizá-los. Por fim, acredita-se que este estudo demonstre a necessidade de outras investigações relacionadas à temática, partindo de entrevistas com usuários e análises mais aprofundadas dos espaços públicos, para entender de que modo se dá o uso e apropriação destes espaços.

REFERÊNCIAS

GEHL, Jan. **Life Between Buildings:** using public space. Washington: Island Press, 2011.

GOOGLE. **Google Earth Pro website.** 2021.Disponível em: http://earth.google.com/. Acesso em: 27 jul. 2021.

LYNCH, Kevin. **The Image of the City.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1960.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, v**. 7, n. 2, p. 296–306, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844614013. Acesso em: 24 jul. 2021.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura,** v. 19, n. 1, p. 25–35, 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645703. Acesso em: 26 jul. 2021.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [s. l.], v. 10, n. 2, p. 93–111, 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992. Acesso em: 27 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-de-maio/panorama. Acesso em 02 ago. 2021.

TRÊS DE MAIO. Prefeitura Municipal de Três de Maio - RS. **Aspectos Gerais.** 2014. Disponível em: https://www.pmtresdemaio.com.br/site/conteudos/656-aspectos-gerais#fotos[0]/0/. Acesso em 02 ago. 2021.

"ANTIGAMENTE A GENTE ANDAVA MAIS LIVRE"

Reflexões críticas sobre segurança e o fazer-cidade de pessoas LGBTQIA+

Gabriela Pecantet Siqueira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
gabrielapecantet@gmail.com

Louise Prado Alfonso
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
louiseturismo@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
(x) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
( ) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Narrativas LGBTQIA+; Direito à cidade; cidade vivida.

INTRODUÇÃO

As discriminações e os processos de exclusão que incidem sobre quem é LGBTQIA+ são determinantes para a experiência urbana, principalmente quando se fala em segurança. Conforme pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2019), 99% da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos, não se sente segura nas cidades do Brasil. Na urbe existe uma teia simbólica constituída sócio-histórico-culturalmente que influencia suas dinâmicas, tornando as vivências das pessoas nos espaços públicos diferentes a depender dos contextos, das opressões que incidem sobre elas a partir de marcadores sociais da diferença como raça, classe, idade, sexualidade, gênero, além de outras variáveis que relativizam as vivências. São aspectos que afetam os cotidianos, os trajetos, o exercício do direito à cidade e o fazer-cidade (AGIER, 2015).

Neste trabalho, para entender as dinâmicas urbanas e as questões envolvendo as sensações de (in)segurança de pessoas LGBTQIA+, partimos de dois pressupostos. O primeiro consiste na ideia de que quando se analisa uma cidade existem pelo menos duas: uma cidade formal ou ideal - que é oficialmente planejada e pensada por instituições governamentais - e uma cidade vivida ou real - construída pelas pessoas em seus cotidianos, a partir da prática do fazer-cidade (AGIER, 2015), que nem sempre dialoga com aquela cidade formal.

Nosso segundo pressuposto é que as pessoas LGBTQIA+ não formam um grupo homogêneo, o que implica em uma pluralidade nas formas de vivenciar e construir a cidade. Existe uma diversidade de orientações sexuais e afetivas e de identidades (ou expressões) de gênero que compõem a sigla que relativiza as vivências cotidianas nas cidades brasileiras. Importa destacar que quando falamos em pessoas LGBTQIA+ são diferentes sexualidades, mas também uma pluralidade de identidades de gênero, pois existem gêneros que vão além do masculino e feminino, como as pessoas não-binárias e o gênero travesti - um gênero que se constrói se distanciando desta binaridade (KULIK, 2008).

METODOLOGIA

O estudo tem caráter qualitativo e iniciou com uma revisão bibliográfica de trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto de extensão Mapeando a Noite: o universo travesti [1] vinculado ao projeto de pesquisa Margens: grupos em processo de exclusão e suas formas de habitar as cidades[2] da UFPel. Primeiro selecionamos pesquisas no grupo que tratassem da temática envolvendo a vivência de pessoas LGBTQIA+ nas cidades. Todos os trabalhos que identificamos utilizaram o método etnográfico e a narrativa - fornecidas em entrevistas, questionários, palestras, seminários -, como possibilidades para acessar experiências e compreender estas realidades.

Em um segundo momento, mapeamos os tópicos recorrentes nestas narrativas e, de acordo com os locais que eram referidas nas interlocuções, as agrupamos conforme três temáticas, as que abordavam sobre ocupar (i) espaços públicos e (ii) espaços privados com acesso público, e as tratavam a respeito da (iii) mobilidade nas cidades. Poderíamos ter escolhido reuní-las conforme vários outros temas, visto que as falas trazem muitos momentos narrativos comuns e nos permitem relativizá-las a partir de outros aspectos, como as letras da sigla com as quais as interlocuções se identificam ou dos diferentes marcadores sociais. Mas optamos por tecer nossas reflexões considerando que os diferentes espaços públicos são experienciados de múltiplas formas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideramos aqui, como sublinham Rocha e Eckert (2004), que as narrativas orais são importantes formas das sociedades e culturas humanas produzirem conhecimento sobre o mundo. Nesta pesquisa as narrativas de pessoas LGBTQIA+ foram objeto de estudo por serem fontes orais que, muito mais do que simplesmente transmitir informações, foram construídas sob o ponto de vista das interlocuções. Carregadas de emoções e sentimentos despertados em processos recordativos sobre o viver a cidade, as narrativas organizam verbalmente os acontecimentos e experiências consideradas importantes para si, compartilhando os conhecimentos de vida com pesquisadoras/es/us do projeto Mapeando a Noite.

Assim, o processo de produção de histórias, as relações entre quem narra e os demais sujeitos, os processos de conhecimento e a multiplicidade de formas para se captar experiências revelam-se como possibilidades para a compreensão do modo como estas experiências subjetivas são tecidas, significadas e compartilhadas.

Sobre ocupar espaços privados com acesso público a assistente social trans Lirous, que vive em Florianópolis - Santa Catarina, relatou durante o curso de formação docente Reflexões sobre comunidade LGBTQIA+ (EUZÉBIO; SOUZA; ALFONSO, 2020) que duas meninas trans, semianalfabetas, moradoras de uma região periférica da cidade, disseram que precisavam de um advogado, porque depois de passarem um mês inteiro juntando dinheiro para comprar um *milk shake* em um restaurante *fast food*,

[1] São pesquisas desenvolvidas desde 2016 por mais de quarenta pesquisadoras/es/us de diferentes áreas do conhecimento da UFPel e de outras instituições de ensino superior, tanto de graduação como de pós-graduação.

[2] O projeto de pesquisa tem como objetivo apreender, a partir de uma reflexão sobre o conceito de margens, cidades, direito à cidade e cartografia, os olhares de diferentes grupos sobre as cidades, a fim de favorecer a compreensão dos variados modos de habitar as cidades propiciando o fortalecimento de comunidades em processos de exclusão. Endereço do grupo no CNPQ: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/675414.

achavam que para serem clientes ali precisariam de um advogado, já que nunca acessaram este tipo de serviço.

No mesmo sentido, a adolescente Athena, trans e negra, diz que não é aceita muito bem em determinados espaços.

> (...) Então, por eu ser uma mulher trans e negra, a sociedade não aceita a gente muito bem. Eu sei porquê quando ia no mercado e eu ia comprar as coisas, porque eu trabalhava, o guarda me seguia dentro do mercado. Teve uma época que eu fui taxada de entrar (...) (MARGENS, 2020).

Em relação a ocupar espaços públicos, identificamos pesquisa que visou analisar as diferentes formas de violência e opressões que operam nas vivências de mulheres que se relacionam com mulheres em espaços urbanos (SIQUEIRA; ZANINI; BIDIGARAY, 2020), em que cento e sete mulheres que foram entrevistadas, quando questionadas se em algum momento em suas vidas deixaram de manifestar afeto em algum lugar público - como segurar a mão, abraçar, beijar - por medo de sofrerem algum tipo de violência, a grande maioria das mulheres respondeu que sim e relataram terem sofrido várias vezes ofensas verbais e assédio por conta da sua sexualidade na rua ou espaços públicos, inclusive durante o dia. Conta uma delas que estava acompanhada por outra mulher,

> "(...) em uma praça da cidade, estávamos rindo, conversando, trocando alguns carinhos e alguns homens (...) faziam gestos obscenos como se nossa presença e intimidade ali fizesse algum tipo de relação a eles. Foi bem complicado e a gente se sentiu invadida." (SIQUEIRA; ZANINI; BIDIGARAY, p. 3239, 2020).

Outro interlocutor, em pesquisa em andamento do projeto, afirmou que ele e uma amiga trans foram agredidas fisicamente enquanto esperavam o transporte público em um ponto de ônibus. São abordagens que afetam mental e fisicamente o direito à cidade LGBTQIA+, pois condiciona esta população a esconder suas afetividades caso queiram ou necessitem fazer-cidade.

Acerca da mobilidade urbana, a trabalhadora sexual trans Renata relata que evita sair durante o dia, mas quando é preciso, para ir ao banco, por exemplo, usa camiseta larga, boné e anda com a cabeça baixa como forma de se proteger de violências verbais ou mesmo físicas apenas pelo fato de caminhar pelas ruas da cidade. Sua fala ainda chama a atenção por ela afirmar que durante o dia o centro da cidade não lhe pertence, mas durante a noite o "centro é seu palco".

Interlocutor Cândido, também homem gay, conta sobre as táticas para andar à noite nas ruas de Pelotas, sempre caminhando em um grupo grande, que se divide em dois subgrupos para se deslocarem em ruas paralelas, para caso algum destes passe por situação de violência possam socorrer o outro grupo a tempo (MARGENS, 2021a).

Maddivah, drag queen performada por um homem gay, relata que tempos atrás andava montada pelas ruas, mas hoje em dia não tem mais coragem:

> Antigamente a gente andava mais livre na rua montada, hoje em dia eu não tenho coragem não. Antigamente a gente andava montada, caminhava se tivesse que se montar no centro e caminhar tipo até no Porto pra ir numa festa, ou contrário, assim como a gente tá aqui no porto e caminhar até o centro. Eu não tenho coragem, só se for assim, trocentas pessoas junto (SOUZA; EUZÉBIO; ALFONSO, p. 12, 2021).

Relatos similares foram constatados em pesquisa que buscou identificar na cidade de Pelotas os trajetos e os lugares a que eram atribuídos sentidos positivos e/ou negativos frequentados pela comunidade LGBTQIA+ (BORDAGORRY; DUARTE; ALFONSO, 2019).

As atividades mais ordinárias como tomar um milk shake, ir ao mercado, pagar uma conta no banco, passear de mãos dadas, ir ao cinema, caminhar pelas ruas e vivenciar praças públicas passam a ser momentos carregados de tensões, enfrentamentos que interferem na socialização e apropriação de determinados espaços públicos. Pedro Alves e Tiaraju Duarte (2020) chegam a conclusão de "que o medo faz parte do cotidiano da comunidade LGBTQIA+, alterando o cotidiano e a dinâmica espacial destes atores" (p. 3266).

CONCLUSÕES

A partir das narrativas foi possível perceber que o fazer-cidade está vinculado a ocupar vários espaços, abertos ou fechados, públicos ou privados com acesso público - como mercados, shoppings, cinemas -, e aos trajetos realizados cotidianamente pelas cidades. Apenas alguns trechos dos relatos foram apresentados aqui, mas que revelam as diferentes formas e graus de violências sofridas para quem é LGBTQIA+ nestes espaços públicos que acarretam em restrições e até mesmo impedimentos para se vivenciar a cidade.

Assim, considerando os estudos desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa Margens identificamos que a cidade é apontada como um território de constante medo e insegurança (BORDAGORRY; DUARTE; ALFONSO, 2019; ALVES; DUARTE, 2020; SIQUEIRA; ZANINI; BIDIGARAY, 2020), o que cerceia o direito à cidade e de fazer-cidade (AGIER, 2015) de quem é LGBTQIA+. O que nos faz questionar: o planejamento urbano, aquele que faz a cidade formal que mencionamos na introdução, tem considerado a cidade vivida por estas pessoas?

A cidade não é a mesma para todas as pessoas e é fundamental considerar o aspecto multifacetado que constitui as diferentes realidades para se compreender as formas de habitar, conceber e fazer-cidade (AGIER, 2015). A população LGBTQIA+ é um grupo heterogêneo e, portanto, é preciso considerar que cada subgrupo desta população vivencia vulnerabilidades específicas que impactam sua trajetória.

Não se pode hierarquizar problemas e/ou desqualificar as experiências urbanas, pois para além dos grupos em processo de exclusão, irá favorecer a segregação e, consequentemente, a segurança de todas as pessoas que vivem as cidades.

Pensar nos diversos grupos passa a ser crucial para pensarmos em uma cidade inclusiva e segura. Keila Simpson, presidente da ANTRA, ressalta a importância de pensar que "as nossas cidades não foram projetadas, tampouco foram preparadas para receber, respeitar ou acomodar essa população [LGBTQIA+]" (MAGENS, 2021b). Keila sublinha que pessoas LGBTQIA+ que estão ocupando as cidades, os espaços e participando delas, estão fazendo isso por meio de seus esforços e através de coletivos com pautas comuns, mas enquanto o planejamento das cidades não considerar o prisma da diversidade ela será insegura. A construção de um direito à cidade LGBTQIA+ é, por fim, a construção

de uma cidade mais segura para toda população, o que reforça a necessidade de se romper com um modelo puramente formal e destaca a importância de se pensar em planejamento urbano considerando a cidade vivida.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana.** V. 21, n. 3. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?lang=pt>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 99% da população LGBTI não se sente segura no Brasil. 2019. **Site da ANTRA**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2019/05/21/99-da-populacao-lgbti-nao-se-sente-segura-no-brasil/>. Acesso em: 9 de set. de 2021.

ALVES, Pedro de Moura.; DUARTE, Tiaraju Salini. Por uma cidade que eu possa ter liberdade de ser quem sou: o medo e resistência da população LGBTQIA+ no município de Pelotas. In: **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas: Saúde, Corpos e Poder na América Latina,** 2020. v. 1. p. 3257-3270. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/cienciassociais/viisiddpp/1743/index.html>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

BORDAGORRY, Gabriele; DUARTE, Renata; ALFONSO, Louise Prado. Lugares LGBTQI+ em Pelotas: portos seguros ou armadilhas? In: **Anais do XXVIII Congresso de Iniciação Científica (CIC)** da 5ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIEPE), da UFPel. Pelotas: UFPel, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes. 2008.

EUZÉBIO, Felipe Aurélio; SOUZA, Newan Acacio Oliveira de; ALFONSO, Louise Prado. **Reflexões sobre comunidade LGBTQIA+:** diferentes narrativas e histórias entre casa, escola, trabalho e cotidiano. Relatório curso de formação docente. Recurso eletrônico. Pelotas: UFPel, 2020.

KULIK, Dom. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

MARGENS. Mesa 10 - Juventude em vulnerabilidade: formas de habitar fora do meio familiar. In.: **Evento Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar**. 2020. Disponível em<https://www.youtube.com/channel/UCxyqV98tIDXczIZYIePF_5Q>. Acesso em 14 de set. de 2021.

MARGENS. Mesa 17 - Narrativas Urbanas, Patrimônios e Comunidade LGBTQIA+. In.: **Evento Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas.** 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6U3QdI8LENo>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

MARGENS. Palestra de encerramento com Keila Simpson. In.: **Evento Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas.** 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AgsyfdXIX9s>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho de; ECKERT, Cornelia. A narrativa e a captura da vida vivida. **Revista Iluminuras.** v. 5, n. 9. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9184/5278>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

SIQUEIRA, Gabriela Pecantet; ZANINI, Lauren Guerra; BIDIGARAY, Luana Costa. O distanciamento social não é novidade para todes: reflexões sobre ser mulher e se relacionar com mulheres em espaços urbano. In: **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas: Saúde, Corpos e Poder na América Latina,** 2020. V. 1. p. 3231-3243. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/cienciassociais/viisiddpp/1743/index.html>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

SOUZA, Newan Acacio Oliveira de; COSTA, Vanessa Avila; ALFONSO, Louise Prado Alfonso. A construção de cartografias insurgentes: um relato sobre a oficina Devassos no Paraíso, Bichas e Putas em um País Tropical: Discutindo Arqueologias e Sexualidades. **Revista de arqueologia pública**, v. 16, p. 185-204, 2021. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8659756>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

SOUZA, Newan Acacio Oliveira de; EUZÉBIO, Felipe Aurélio; ALFONSO, Louise Prado. "Isso é truque de drag velha": etnografias das noites e a arte drag na cidade de Pelotas-RS. **Revista Habitus** - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 651-667, fev. 2021. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/8215/5029>. Acesso em: 10 set. 2021.

05

Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad

Comfort, Technology and Sustainability in the City

A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA DO CIMENTO PENTEADO NO INVENTÁRIO DO CENTRO HISTÓRICO DE BAGÉ-RS

A utilização do cimento penteado nas fachadas ecléticas e protomodernas como valorização do sítio urbano e diferencial para a preservação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Bagé.

Clarisse Marinho da Silva
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
clarisse.marinho@gmail.com

Aline Montagna da Silveira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
alinemontagna@yahoo.com.br

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: cimento penteado; patrimônio histórico; pedra fingida.

INTRODUÇÃO

Bagé é um município localizado na fronteira sul do Rio Grande do Sul e tem a sua origem nas fortificações militares. O Forte de Santa Tecla, marco definitivo da Província, é construído pelos espanhóis em 1773. Por se tratar de uma zona de grande posição estratégica, já que possuía muitas estradas que davam acesso às cidades de Maldonado, Montevidéu, Missões, Rio Pardo e o porto de Rio Grande, o local é palco de várias disputas e, em 1801, os portugueses se estabelecem no local (GONÇALVES, 2006). Em 1810, o governador Dom Diogo de Souza, marcha com três colunas em direção ao Uruguai a mando de Dom João VI e ordena que uma coluna fixe acampamento na nascente dos Cerros de Bagé, dando origem a formação do povoado em 17 de julho de 1811 e em 19 de maio de 1812 foi elevada à categoria de freguesia (GONÇALVES, 2006).

Em 1832, devido à uma subdivisão dos quatro municípios existentes no estado, Bagé deixa de ser distrito de Rio Grande e passa pertencer à Piratini. Durante a Revolução Farroupilha, Bagé foi palco de inúmeras batalhas e foi a capital de agosto de 1841 à abril de 1842. Em 25 de maio de 1846, Bagé é elevada à categoria de vila e em 15 de dezembro de 1859 é elevada à categoria de cidade.

Em 1884 é construída a estrada de ferro entre Bagé, Pelotas e Rio Grande gerando desenvolvimento para a região e impulsionando o Ciclo do Charque. Devido à proximidade com Rio Grande, Montevidéu

e Buenos Aires, Bagé prospera na economia comercial, urbanística, agropastoril e também na cultura. Nas últimas décadas do século XIX, construtores imigrantes europeus, principalmente espanhóis, portugueses e italianos, se deslocaram dos seus países de origem em direção aos países do Prata buscando melhores condições de trabalho e, após período em Montevidéu e Buenos Aires, muitos desses profissionais rumaram para a região sul do Brasil, onde se instalaram e trabalharam na elaboração de projetos e construções de inúmeras edificações, inserindo a linguagem eclética na arquitetura da cidade (GONÇALVES, 2006).

Bagé, entre os anos de 1900 e 1920, vivia uma ascensão, as melhorias de infraestrutura da cidade eram notórias e houve um aumento significativo na população (GONÇALVES, 2006). Incentivos por parte dos órgãos públicos para a construção de sobrados, casas de aluguel e prédios para agências bancárias também foram presentes (ALVES, 2016). Nesse período, Bagé possui um número significativo no seu rebanho em relação aos demais municípios da região e recebe o título, em 1918, de Rainha da Fronteira (GUTIERREZ e NEUTZLING, 2013).

> O município conta com cinco estabelecimentos saladeiris; uma fábrica de línguas; uma de corned-beef; dois curtumes; três fábricas de sabão e velas; duas de massas alimentícias; quatro caieiras; uma fábrica de fumo; uma de carrapaticida; fábrica de telhas francesas, mosaicos diversos; granjas, onde se fabricam queijo e manteiga; três fábricas de carros; duas de tamancos; uma de malas; duas de chinelos; cinco serrarias; três olarias; uma fábrica de gelo. Conta com filiais e agências do Banco da Província, Pelotense, Nacional do Comércio e do Brasil. (COSTA, 1922:495 apud GONÇALVES, 2006)

Através do traçado urbano e da sua homogeneidade na arquitetura, Bagé reflete a sua importância social, histórica e cultural ao longo dos anos. A arquitetura de tecido, formada pelas edificações de caráter não monumental, é a base formadora do sítio histórico, pois compõe a ambiência da cidade. Dentro das tipologias que formam a arquitetura de tecido estão as do tipo casa de porta e janela, casa de corredor lateral, casa de corredor central, casa com entrada lateral e comercial. Em Bagé, essas edificações trazem para as vias a sensação de “rua corredor”, tanto por estarem implantadas no alinhamento predial tanto pelo gabarito das vias, principalmente nas vias do primeiro loteamento (GUTIERREZ e NEUTZLING, 2011). Segundo Oliveira (2019) parte da história da evolução humana está ligada à arquitetura, pois essa evolução está ligada a monumentos arquitetônicos antigos, e é, através da linguagem arquitetônica das fachadas que a linha do tempo é revelada.

Revestimentos Na Arquitetura Histórica

A linguagem eclética, própria do século XIX, trazida pelos construtores europeus, se manifesta em Bagé na forma eclética historicista, caracterizada por construções com porões e platibandas vazadas ornadas por elementos neoclássicos e neorrenascentistas, e na forma eclética simplificada, caracterizada por construções simples com pouca ornamentação e elementos geometrizados (GUTIERREZ e NEUTZLING, 2011). Em meados do século XX o movimento *Art Déco*, originário na França, se manifesta e o ecletismo vai se tornando passado. Com base em uma nova linguagem formal traz no uso das linhas retas, na simetria, na ornamentação simples, na utilização do ferro e do vidro, e no emprego de revestimento em pó de pedra nas fachadas as suas principais características (FRATTINI, 2006; CUNHA, 2017).

A proximidade com a fronteira, além de novas técnicas de construção, trouxe também novos materiais. O revestimento em pó de pedra, conhecido no sul do Rio Grande do Sul como cimento penteado, já era utilizado em larga escala nos países europeus e em alguns países da América do Sul, como a Argentina e o Uruguai, porém, no Brasil, teve sua propagação tardia pois não existia produção de cimento no país até a década de 1920 (NEUTZLING, 2019). Trata-se de uma argamassa cimentícia para acabamento de superfície, aplicada geralmente sobre um substrato nivelado base de cal, composta por aglomerante, cimento cinza ou branco, e por agregados, areia e/ou materiais pétreos como o granito, mármore e basalto, podendo, também, ter a presença do mineral mica na variedade muscovita (mica branca) ou biotita (mica preta) (GONÇALVES e OLIVEIRA, 2009; NEUTZLING, 2019; CUNHA, 2017). Não há padronização no traço para esse tipo de revestimento, ele variava conforme o frentista, mão de obra especializada na aplicação, e o aspecto desejado do material (CUNHA, 2017). A paleta de cores era limitada, visto a utilização de materiais naturais, aos tons de cinza (cimento cinza) e beges (cimento branco), porém há a presença de pigmentos em alguns casos gerando tons terrosos, verdes e rosados (FRATTINI, 2006; GUTIERREZ e NEUTZLING, 2011).

A nomenclatura usada no sul do Rio Grande do Sul se aplica, genericamente, a todos os tipos de revestimentos argamassados cimentícios que tiveram o intuito de simular materiais pétreos, porém, o cimento penteado é uma das técnicas aplicadas da categoria pedra fingida (CUNHA, 2017; NEUTZLING, 2019). De acordo com Neutzling (2019) no manual Cimento Penteado em Bagé, o cimento penteado consiste em um revestimento que tem no seu acabamento final a ação de raspagem com pente de aço ou lâmina de serra (Figura 1). Dentre as outras nomenclaturas da categoria ela destaca a massa lavada ou cimento batido (Figura 2) como sendo o revestimento que tem no seu acabamento final uma lavagem com ácido muriático a fim de aumentar o aparecimento do brilho da mica; a argamassa raspada que tem no acabamento final a raspagem com escova de aço; a argamassa de pó de pedra; e o Cirex que consiste em uma argamassa comercial pré-fabricada.





Figura 1: Amostra de cimento penteado. Fonte: Neutzling, 2019.
Figura 2: Amostra de massa lavada ou cimento batido. Fonte: Neutzling, 2019.

A envoltória externa da edificação é o elemento estrutural que está mais exposto à ação dos agentes de degradação e a argamassa de revestimento é o que confere proteção contra as intempéries protegendo o substrato (CARVALHO, PICANÇO e MACEDO 2014). Além disso, as argamassas de revestimento influenciam, muitas vezes, na imagem e caracterização estética da edificação (DAMAS, VEIGA e FARIA, 2016). As fachadas antigas, em sua maioria, possuem revestimento com argamassa a base de cal aérea, bem como ornatos e elementos decorativos também eram confeccionados com o mesmo material, em alternativa aos materiais pétreos naturais, principalmente por questões financeiras, porém o risco de ruptura na trabalhabilidade após o seu endurecimento limitava alguns tipos de acabamentos

frente às pedras naturais. Outro ponto que também pode ser citado é a rápida degradação frente às intempéries, tanto na sua descoloração já que a pintura era feita a fresco, ou seja, pintada com a argamassa ainda fresca, facilitando o desbotamento por ação da radiação solar e chuvas; quanto na sua fina espessura, que com a ação das chuvas, pode se destacar expondo o substrato (CUNHA, 2017; NEUTZLING,2019). Com o advento do cimento penteado, as fachadas começaram a ser revestidas com a argamassa cimentícia e muitas eram as qualidades atribuídas ao novo material. Sua principal finalidade era a de acabamento estético, juntamente com a durabilidade e a baixa manutenção. O cimento proporcionou ao revestimento a característica de trabalhabilidade possibilitando variações de formatos e texturas e grande aderência ao substrato. Na questão financeira o revestimento também era considerado, devido a aplicação da coloração diretamente na argamassa através do pó de pedra ou pigmentos, evitando assim, o gasto com inúmeras caiações que as fachadas revestidas em argamassa demandavam frequentemente (CUNHA, 2017; NEUTZLING,2019).

O objetivo deste trabalho visa mostrar a importância do cimento penteado no contexto do centro histórico da cidade de Bagé, mostrando que existe uma parcela considerável de edificações e a importância para a ambiência e preservação do sítio urbano.

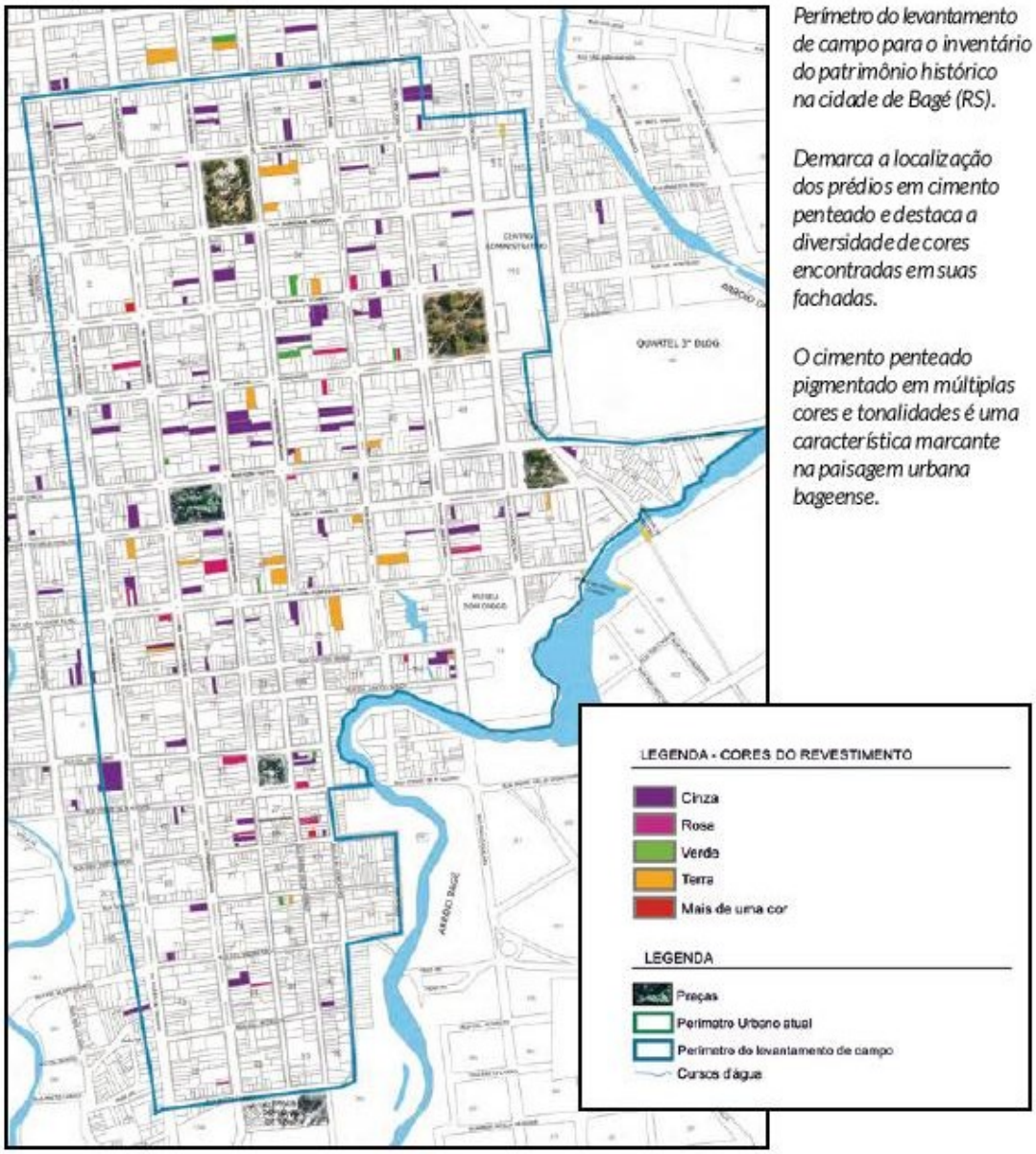
METODOLOGIA

O trabalho é desenvolvido por etapas, inicialmente foi realizado o levantamento histórico da cidade de Bagé, evidenciando a importância da cidade na história do estado e de que forma a proximidade com a fronteira dos países do Uruguai e da Argentina repercutiu na arquitetura do local. Após, estabeleceu-se um panorama entre a história da arquitetura do fim do século XIX e início do século XX enfatizando os revestimentos utilizados nas fachadas dos prédios históricos e relacionando com as características dos materiais. A definição da amostra se deu a partir do número total de bens de interesse elencados no Inventário, desse número total foram selecionados os imóveis que possuem a técnica do cimento penteado e suas diferentes tonalidades, após foram correlacionados com as linguagens eclética e protomoderna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos resultados obtidos no Inventário foi possível compreender o espaço urbano onde está inserido o Centro Histórico de Bagé, a análise foi realizada em uma área delimitada da cidade constituída por 101 quarteirões, localizados principalmente no primeiro e segundo loteamento, 2.620 prédios e, elencados 1.300 como sendo de interesse histórico cultural (NEUTZLING, 2019). Dentre as edificações com clara linguagem arquitetônica, as em estilo eclético totalizam 30,9%, sendo 28,5% eclético simplificado e 2,4% eclético historicista, e as protomodernas totalizam 19,6% (GUTIERREZ e NEUTZLING, 2011).

Entre esses prédios, há um número considerável de fachadas revestidas com cimento penteado, sendo possível identificar várias tonalidades. No Mapa 1 podemos identificar 142 edificações com revestimento de cimento penteado dentro da poligonal, sendo 96 edificações na tonalidade cinza, 20 na tonalidade rosa, 17 na tonalidade terra, sete na tonalidade verde e duas edificações apresentam mais de uma cor, o valor total representa 10,92% das edificações de interesse histórico elencadas na poligonal do Inventário. Esse quantitativo não representa uma grande maioria, mas é de extrema importância para entender o contexto e a valorização do conjunto histórico.



Mapa 1: Edificações revestidas por cimento penteado. Fonte: Neutzling,2019

CONCLUSÕES

A formação da cidade de Bagé e a proximidade com a fronteira proporcionam características importantes ao sítio urbano e seu centro histórico, mostrando sua forma de ocupação e justificando sua preservação. O conjunto urbano preservado conta a história da arquitetura e do local, e nesse recorte evidencia o uso da técnica do cimento penteado, presente em uma parcela considerável dos imóveis preservados, valorizando ainda mais o conjunto do centro histórico.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. L. A **descaracterização dos centros históricos segundo a percepção do mordador:** o caso de Bagé - RS. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

CARVALHO, I. C., PICANÇO, M. S. e MACEDO, A. N. Identificação de patologias em fachadas e metodologia de análise: estudos de casos na universidade federal do Pará. In: **REEC - Revista Eletrônica de Engenharia Civil** 9 (2014): 38-56.

CUNHA, F. C. Revestimento de pedra fingida no centro de São Paulo. In: **Revista Restauro**. São Paulo, nº 1 (2017).

DAMAS, A. L.; VEIGA, M. R.; FARIA, P. Caraterização de argamassas antigas de Portugal: contributo para a sua correta conservação. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO "PATRIMÓNIO, SUAS MATÉRIAS E IMATÉRIAS", Lisboa, 2016. **Anais** […] Lisboa, 2016.

FRATTINI, G.A. **Cimento Penteado em Pelotas.** 2006. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Patrimônio Cultural e Conservação Artefatos – Curso de Pós-graduação em Artes), Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

GONÇALVES, M. N. C. **Arquitetura Bajeense - O delinear da modernidade**: 1930-1970. 2006. 256 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GONÇALVES, M. R. F.; OLIVEIRA, M. M. Carcterización del revestimiento externo e identificación de fenómenos patológicos en la catedral de San francisco de Paula (Pelotas/Rio Grande del Sur, Brasil). **Materiales de Construcción** (Madrid), v. 59, p. 91-99, 2009.

GUTIERREZ, E. J. B., e NEUTZLING, S. R. O patrimônio urbano da rainha da fronteira. Bagé. RS. In: **Revista Memória em Rede** 2, nº 5 (2011): 71-86.

GUTIERREZ, E. J. B., e NEUTZLING, S. R. A Rainha e Heróica: 200 anos de patrimônio. Jaguarão e Bagé, RS. In: **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo** (FAUrb/UFPel) 5 (2013): 7-18.

IPHAE. PARE. IPHAE N.º 18/2011. **Tombamento da área do perímetro antigo da cidade de Bagé.** Proc. n° 1351-1100/11-8. Porto Alegre, 21 de dezembro de 2011.

MESQUITA, E., NETO, F. C. e MARTINI, R. Caracterização dos danos da Estação Ferroviária Rua Doutor João Felipe. In: **XII Encontro Internacional sobre Patologia e Reabilitação de Estruturas.,** setembro de 2017.

NEUTZLING, S.R. **O Saber e o Fazer: Um Olhar Sobre o Patrimônio:** Cimento Penteado em Bagé. 1.ed. Porto Alegre: Imagina Conteúdo Criativo, 2019. 78 p.

OLIVEIRA, T. D. **A arquitetura como cenário e a educação como possibilidade: o patrimônio e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento e cidadania.** 2019. 155 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2019.

PERES, R.M. **Levantamento e identificação de manifestações patológicas em prédio histórico – um estudo de caso**. 2001. 158 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa em Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TREVISAN, R. Patologias nas construções históricas. In: BRAGA, M. (Org.) **Conservação e restauro: arquitetuta brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

ANÁLISE COMPARATIVA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE FACHADAS DE EDIFICAÇÕES UNIFAMILIARES EM CONDOMÍNIO FECHADO E DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

Vitória Silveira da Costa
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
vitoriascosta@yahoo.com.br

Júlia Bondan Veras Sperb
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
juliasperb@terra.com.br

Yuri Martins Pereira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
ar.yurimartins@gmail.com

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: manifestações patológicas; fachadas; Pelotas; conservação.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural brasileiro está protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A preservação do patrimônio cultural brasileiro segue as cartas patrimoniais e as teorias de preservação. O inventário é instrumento legal de proteção ao patrimônio cultural do poder público e ocorre nas esferas federal, estadual ou municipal. Os bens listados devem ser preservados por completo, não demolidos ou descaracterizados, mas sofrer obras de beneficiamento, acompanhadas por profissionais especializados para permanência de características internas e externas (PELOTAS, 2008).

A arquitetura eclética de Pelotas é considerada como um dos maiores acervos arquitetônicos do século XIX a nível nacional, momento de riqueza impulsionado pelo período charque em que contribuições significativas foram feitas por grandes charqueadores em diversos setores. Dentre os muitos benefícios do período do charque para Pelotas, as mudanças nos espaços urbanos foram as mais evidentes (MAGALHÃES, 1993; PERES, 2001). Ressalta-se o grande número de resquícios arquitetônicos, alguns dos quais tombados, inventariados e de relevância cultural. Pelotas é conhecida, entre outros aspectos, por seu patrimônio arquitetônico de interesse histórico. Segundo Daltoé (2013), esse patrimônio edificado é principalmente datado do final do século XIX e início do século XX. O ecletismo ocorreu principalmente nas fachadas dos prédios coincidindo com o apogeu econômico da fabricação do charque permitindo desenvolvimento de um número considerável de edifícios de valor artístico e

histórico. O município possui imóveis tombados nas esferas municipal, estadual e federal, além de 1.300 inventariados (IPHAN, 2018).

Durante o período saladeiril o município contou com 50 charqueadas principalmente na região limitada pelo Arroio Pelotas e o Canal São Gonçalo. Atualmente está área é ocupada em sua maioria pela região administrativa do Areal (Figura 1), região com exemplares da arquitetura luso-brasileira, Eclética, Art Nouveau e Neoclássica (GUTIERREZ, 2001; PELOTAS, 2008).

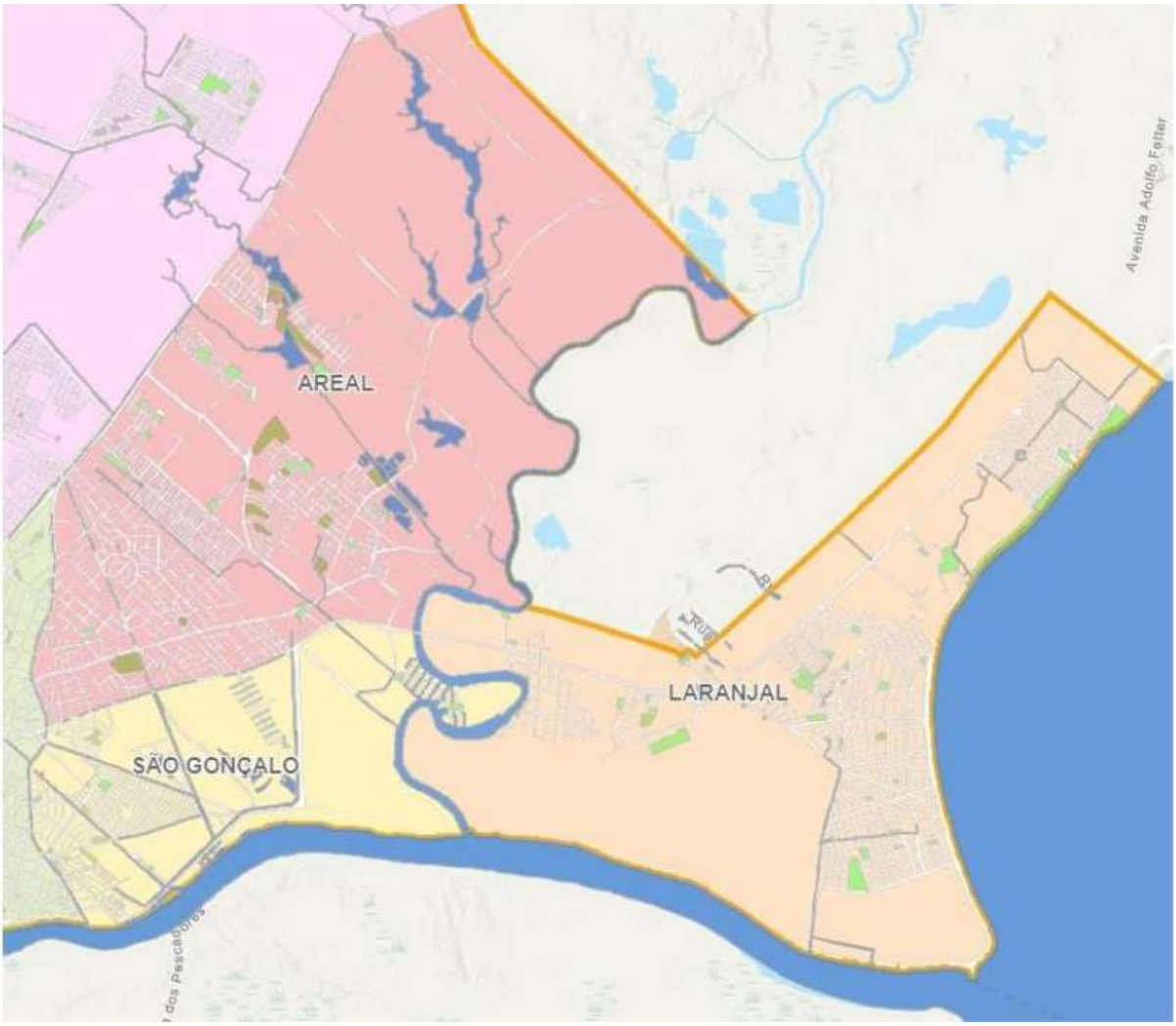


Figura 1: Mapa bairro Areal. Fonte: GeoPelotas, 2021.

Com o avanço da cidade, os condomínios fechados surgiram como alternativa de habitação para problemas causados pelo crescimento das cidades. Os condomínios fechados tornaram-se uma alternativa ideal para cidades sobrecarregadas pela globalização. Os primeiros exemplares foram construídos nos Estados Unidos na década de 1980. Os condomínios se formavam em zonas mais afastadas do centro das grandes cidades em locais propícios ao desenvolvimento e a valorização do espaço. Com o passar dos anos, houve um acentuado crescimento no número de condomínios fechados pelo mundo. O aumento da violência e a procura por locais seguros para moradia contribuíram para que condomínios fechados virassem nova proposta de habitação (RAPOSO, 2012).

Em Pelotas na década de 1990 é possível encontrar os primeiros exemplares com a incorporação de diversos novos loteamentos na cidade e a implantação de condomínios fechados (SOARES, 2005). A partir de 2010, o bairro Laranjal em Pelotas se destaca na implantação de empreendimentos habitacionais (SPERB, COSTA e TORRES, 2020) com localização privilegiada e muito valorizada as margens da Lagoa dos Patos. O bairro nasceu após o desmembramento da Estância Laranjal com a doação de terras pertencentes a família Assumpção para que a prefeitura da cidade. Em 1948 tem-se a inauguração da ponte e a implantação do primeiro loteamento em 1952, dando início ao desenvolvimento do bairro (NUNES E MONSELL, 2018). Na perspectiva de crescimento da cidade foi inaugurado em 2014 o condomínio Alphaville Pelotas (Figura 2). A empresa responsável pelo empreendimento foi a Alphaville Urbanismo, responsável por grande parte dos condomínios fechados no Brasil. O condomínio se localiza em uma das principais avenidas do bairro onde está inserido.



Figura 2: Planta de implantação do condomínio Alphaville Pelotas. Fonte: Alphaville Pelotas, 2021.

Nas construções histórias e nos condomínios fechados as manifestações patológicas em fachadas aparecer por vários motivos. Agentes atmosféricos, como solares radiação, chuva impulsionada pelo vento e temperaturas extremas que carregam o envelope do edifício pode levar à redução do ciclo de vida e o desenvolvimento de patologias (BAUER et al., 2015). O conhecimento do estado de conservação de edifícios, considerando suas manifestações patológicas e análise das causas das anomalias, são questões fundamentais para tomada de decisão e ações de reabilitação (PRIETO et al., 2017). Desta forma, os edifícios estão naturalmente sujeitos à passagem do tempo e às várias formas de degradação, resultando em manifestações patológicas. Nesse contexto, a preservação está causalmente relacionada ao estudo das manifestações patológicas (COSTA et al., 2020a).

O mapa de danos permite a caracterização da degradação do edifício através da representação gráfica e fotográfica do edifício, possibilitando o conhecimento sobre alterações estruturais e funcionais dos materiais, técnicas, sistemas e componentes construtivos (TINOCO, 2009). O mapa de danos segundo Bersch et al. (2020) fornece informações qualitativas das principais anomalias e da urgência de intervenções. A conservação da materialidade dos edifícios históricos é primordial e o aprofundamento e sistematização do conhecimento das manifestações patológicas é tarefa essencial para a conservação e preservação do patrimônio (COSTA et al., 2020b).

Diante do que foi apresentado, o trabalho teve como objetivo realizar um comparativo entre os levantamentos de manifestações patológicas das fachadas de edificações unifamiliares localizadas em um condomínio fechado de Pelotas e fachadas de edificações históricas do bairro Areal. Vale mencionar que o trabalho é um recorte da pesquisa "Estudo da incidência de manifestações patológicas em edificações na cidade de Pelotas", desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Patologias e Materiais, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

METODOLOGIA

O levantamento das manifestações patológicas foi dividido em 3 etapas: 1) levantamento histórico, 2) levantamento visual e fotográfico e 3) mapeamento das manifestações patológicas. A pesquisa histórica foi realizada no bairro Laranjal e no bairro Areal e os resultados apresentados nos trabalhos Sperb, Costa e Torres (2020) e Pereira et al. (2020).

A partir levantamento histórico foi realizado o levantamento visual e fotográfico das edificações selecionadas por meio de visitas *in loco* para realização de fotografias das manifestações patológicas. Com o propósito de possibilitar ampliação das fotografias foi utilizada uma câmera de alta resolução. O critério adotado para a seleção dos objetos de estudo foi proximidade da área de estudo ao de moradia dos pesquisadores e a presença de danos na análise visual.

Na terceira etapa foi realizado o mapa de danos das fachadas das edificações e elaborado uma representação gráfica-fotográfica com os *softwares* Adobe Photoshop e AutoCAD student® respectivamente para correção angular da fotografia da fachada e delimitação da área das manifestações patológicas através de desenho sobre imagem. Para representação dos danos estabeleceu-se para a graficação uma legenda em cores conforme Figura 3. Os danos presentes foram identificados nas fachadas para verificar o nível de degradação por meio do cálculo de abrangência de danos. Por fim, foi realizado a análise comparativa frente o estado de conservação das fachadas das edificações históricas do bairro Areal e as fachadas de edificações unifamiliares localizadas em um condomínio fechado.

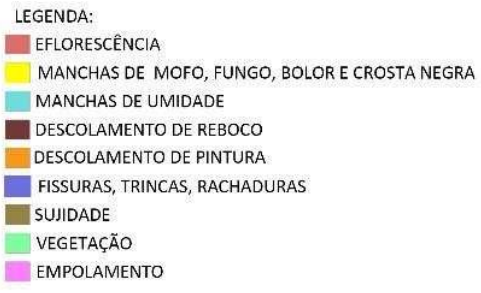


Figura 3: Legenda mapa de danos. Fonte: autores, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito das fachadas das edificações históricas três objetos de estudo foram selecionados no bairro Areal para realização do mapa de danos. As Figuras 4, 5 e 6 apresentam os mapas de danos dos objetos de estudo, conforme legenda da Figura 3. O estado de degradação das fachadas foi realizado por meio do cálculo de abrangência de danos conforme Tabela 1 - relação entre a área de ocorrência de determinada manifestação patológica e a área da fachada.

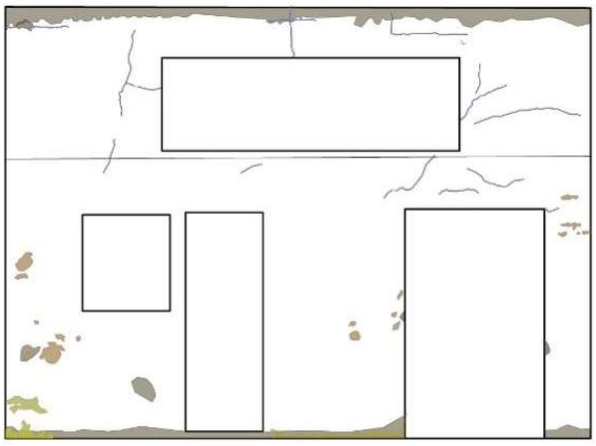


Figura 4: Mapa de danos, edificação nº08. Fonte: autores, 2021.

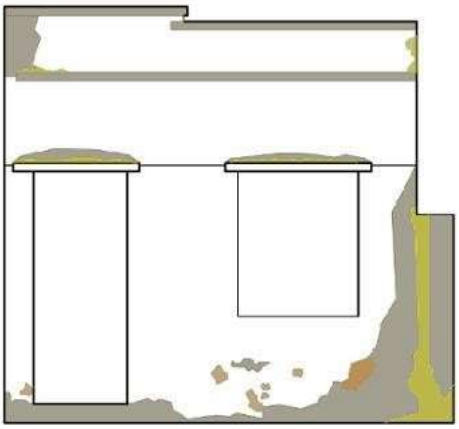


Figura 5: Mapa de danos, edificação nº4323. Fonte: autores, 2021.

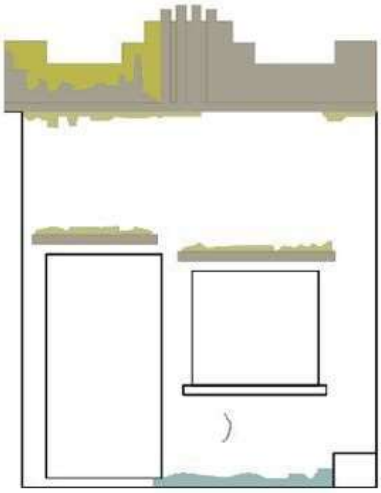


Figura 6: Mapa de danos, edificação nº4256. Fonte: autores, 2021

.

Edificação nº08		ÁREA(m²)
		32,11
Manifestações patológicas	ÁREA(m²)	Abrangência(%)
Eflorescência	0,00	0,00
Manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra	0,19	0,58
Manchas de umidade	0,00	0,00
Descolamento reboco	0,00	0,00
Descolamento pintura	0,13	0,40
Fissura	7,98	24,85
Sujidade	1,61	5,01
Vegetação	0,00	0,00
Empolamento	0,00	0,00
Abrangência total de manifestações patológicas(%)		30,85
Edificação nº4323		ÁREA(m²)
		16,56
Manifestações patológicas	ÁREA(m²)	Abrangência(%)
Eflorescência	0,00	0,00
Manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra	0,58	3,50
Manchas de umidade	0,00	0,00
Descolamento reboco	0,00	0,00
Descolamento pintura	0,14	0,85
Fissura	0,00	0,00
Sujidade	4,20	25.36
Vegetação	0,00	0,00
Empolamento	0,00	0,00
Abrangência total de manifestações patológicas(%)		29.71
Edificação nº4256		ÁREA(m²)
		15,56
Manifestações patológicas	AREA(m²)	Abrangência(%)
Eflorescência	0,00	0,00
Manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra	0,97	6,23
Manchas de umidade	0,28	1,80
Descolamento reboco	0,00	0,00
Descolamento pintura	0,00	0,00
Fissura	0,02	0,10
Sujidade	3,51	22,56
Vegetação	0,00	0,00
Empolamento	0,00	0,00
Abrangência total de manifestações patológicas(%)		31,59

Tabela 1: Abrangência de danos – bairro Areal. Fonte: autores, 2021.

Através da abrangência de danos foi possível observar que as manifestações patológicas mais representativas nas fachadas foram sujidade seguido de manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra. Na abrangência total de manifestações patológicas observa-se que a fachada da edificação nº08 foi de 30,58%, nº4323 de 29,71% e nº4256 de 31,59%.

Nas fachadas de edificações unifamiliares em um condomínio fechado foram selecionados três objetos de estudo no Condomínio Alphaville Pelotas. A elaboração do mapa de danos possibilitou a visualização clara e objetiva das manifestações patológicas identificadas nas fachadas, conforme Figuras 7, 8 e 9, conforme legenda da Figura 3. Através da construção do mapa de danos também foi possível verificar o estado de degradação das fachadas por meio da abrangência de danos conforme Tabela 2.

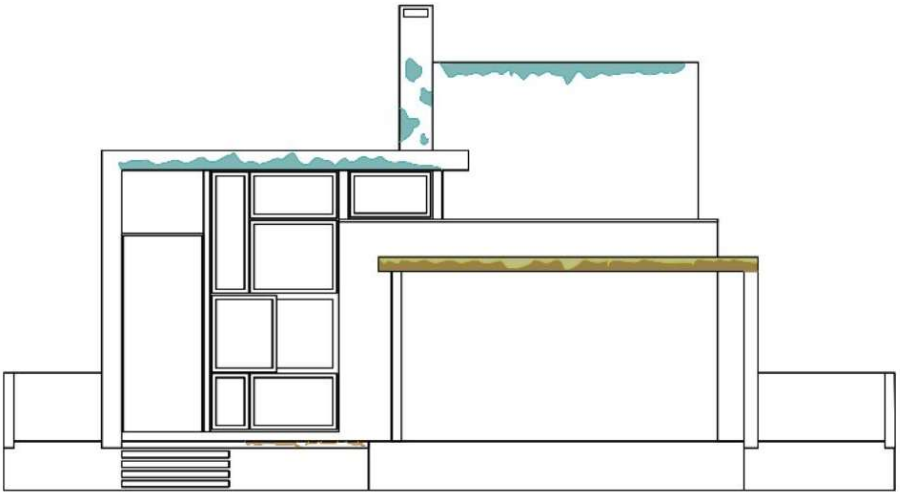


Figura 7: Mapa de danos, Edificação F11. Fonte: autores, 2021.

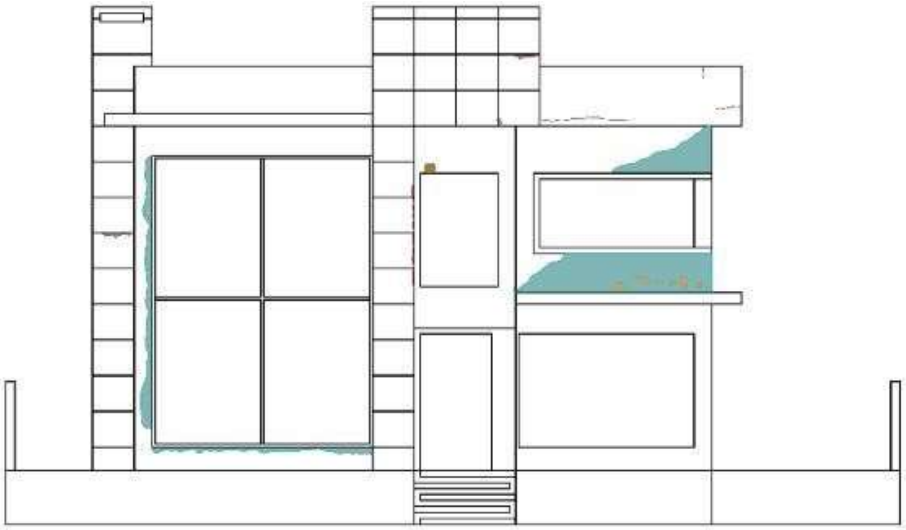


Figura 8: Mapa de danos, Edificação H03. Fonte: autores, 2021.

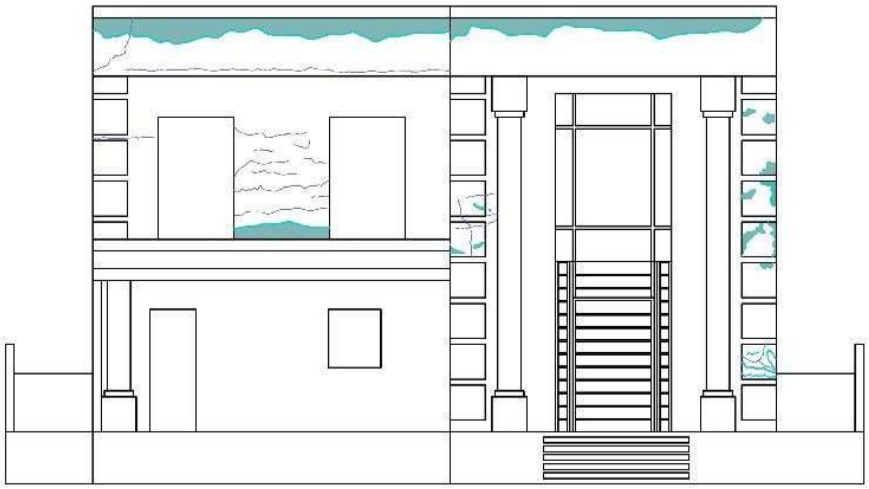


Figura 9: Mapa de danos, Edificação I12.. Fonte: autores, 2021.

Edificação F11	ÁREA(m²)
	35,64

Manifestações patológicas	ÁREA(m²)	Abrangência(%)
Eflorescência	0,00	0,00
Manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra	0,43	1,19
Manchas de umidade	1,55	4,36
Descolamento reboco	0,00	0,00
Descolamento pintura	0,06	0,16
Fissura	0,00	0,00
Sujidade	0,84	2,36
Vegetação	0,00	0,00
Empolamento	0,00	0,00
Abrangência total de manifestações patológicas(%)		8,08

Edificação H03	AREA(m²)
	42,19

Manifestações patológicas	ÁREA(m²)	Abrangência(%)
Eflorescência	0,08	0,20
Manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra	0,00	0,00
Manchas de umidade	3,28	7,77
Descolamento reboco	0,00	0,00
Descolamento pintura	0,05	0,12
Fissura	0,02	0,06
Sujidade	0,02	0,06
Vegetação	0,00	0,00
Empolamento	0,00	0,00
Abrangência total de manifestações patológicas(%)		8,21

Edificação I12	ÁREA(m²)
	66,2

Manifestações patológicas	AREA(m²)	Abrangência(%)
Eflorescência	0,00	0,00
Manchas de mofo, fungo, bolor e crosta negra	0,00	0,00
Manchas de umidade	3,81	5,76
Descolamento reboco	0,00	0,00
Descolamento pintura	0,00	0,00
Fissura	0,60	0,90
Sujidade	0,00	0,00
Vegetação	0,00	0,00
Empolamento	0,00	0,00
Abrangência total de manifestações patológicas(%)		6,66

Tabela 2: Abrangência de danos – Condomínio Alphaville Pelotas. Fonte: autores, 2021.

Como manifestações patológicas mais representativas nas fachadas se destaca a presença de manchas de umidade. A abrangência total de manifestações patológicas da fachada da edificação F11 foi de 8,08%, H03 de 8,21% e I12 de 6,66%.

CONCLUSÕES

A partir dos levantamentos é possível destacar que as fachadas dos edifícios são elementos que sofrem devido à exposição aos agentes destrutivos e são os primeiros elementos a mostrarem degradação. A elevada quantidade de edifícios históricos com a presença de manifestações patológicas em Pelotas reflete a ausência ou deficiência de novas metodologias para investigação de danos. As edificações analisadas apresentaram danos relativos à falta de manutenção, sendo a manifestação patológica mais recorrente a sujidade. Embora os edifícios apresentem tempo de construção longínquo, seu estado de conservação pode ser considerado adequado. Em contrapartida as fachadas das

edificações unifamiliares localizadas em um condomínio fechado apresentaram porcentagens de abrangência de manifestações patológicas relevantes em vista destas edificações possuírem no máximo cinco anos de construção e as manifestações patológicas encontradas estarem relacionados a problemas construtivos.

REFERÊNCIAS

BAUER, Elton, FREITAS, Vasco Peixoto., MUSTELIER, Niubis, BARREIRA, Eva e FREITAS, Sara. "Infrared thermography – evaluation of the results reproducibility". **Structural Survey,** Vol.33, N.1, pp. 20-35, 2015.

BERSCH, Jéssica Deise; VERDUM, Graciela; GUERRA, Fernanda Lamego; SOCOLOSKI, Rafaela Falcão; GIORDNI, Caroline; ZUCCHETTI, Lais e MASUERO, Angela Borges. "Diagnosis of Pathological Manifestations and Characterization of the Mortar Coating from the Facades of Historical Buildings in Porto Alegre — Brazil: A Case Study of Château and Observatório Astronômico". **International Journal of Architectural Heritage**, Vol.15, N.8, pp. 1145-1169, 2020.

COSTA, Vitória Silveira; PINZ, Francielli Priebbernow e TORRES, Ariela da Silva. "Residência da Baronesa de Jarau – Pelotas/RS: Identificação de Manifestações Patológicas". **Brazilian Journal of Development, Vol**.6, N.8, pp 59058-59076, 2020a.

COSTA, Vitória Silveira; SILVEIRA, Aline Montagna e TORRES, Ariela da Silva. "Sampling selection methodology: inventoried facades of Pelotas/RS". **Research, Society and Development**, Vol.9, N.11, pp 1-29, 2020b.

DALTOÉ, Guilherme. "Arquitetura Eclética de Caetano Casaretto em Pelotas/RS". **Revista Memória em Rede**, Vol.3, N.8, pp 192-209, 2013.

GUTIERREZ, Ester.J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pelotas (RS) recebe certificado de Patrimônio Cultural, 2018. Disponível em:http://portal.Iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4675/pelotas-rs-recebe-certificado-de-patrimonio-cultural> Acesso em: 8 out. 2021.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: EdUFPel/Coedição Livraria Mundial, 1993.

NUNES, Mara Regina da Silva e MONSELL, Alice Jean. "Contexto e memória Balneário dos Prazeres –Pelotas-RS". Pelotas: **Revista Seminário de História da Arte,** Vol.1, N.7, pp 1-24, 2018.

PELOTAS. Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o III Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas, 2008. http://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/lei_5502.pdf > Acesso em: 8 out. 2021.

PEREIRA, Y.M; COSTA, Vitória Silveira da.; SILVEIRA, Aline Montagna da; TORRES, Ariela da Silva. Seleção de edificações históricas no bairro Areal em Pelotas/RS. IN: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA, XXIX, Pelotas, 2020.

PERES, Rosilena Martins. **Levantamento e identificação de manifestações patológicas em prédio histórico– um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa em Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PRIETO, A.J., SILVA, A., DE BRITO, J., MACÍAS-BERNAL, J.M. e ALEJANDRE, F.J. "The Influence of Pathological Situations on Churches' Functionality: An Approach Based on Historical Records". **International Journal of Architectural Heritage**, Vol.11, N.4, pp. 566-587, 2017.

RAPOSO, Rita. "Condomínios Fechados, tempo, espaço e sociedade: uma perspectiva histórica". São Paulo: **Cadernos Metrópole,** Vol.14, N.27, pp. 171-196, 2012.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Produção imobiliária e reestruturação urbana nas cidades de Pelotas e Rio Grande (RS). IN: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 1., São Paulo, 2005.

SPERB, Júlia Bondan Veras; COSTA, Vitória Silveira da;TORRES, Ariela da Silva. Condomínios fechados em Pelotas: histórico e estado de preservação IN: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA, XXIX, Pelotas, 2020.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapa de danos recomendações básicas**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA TRANSFERÊNCIA DE VAPOR EM PAREDES NO COMPORTAMENTO DAS SUPERFÍCIES INTERNAS DE PAREDES EXTERNAS DE EDIFICAÇÃO HISTÓRICA DO SÉC. XIX

Maritza da Rocha Macarthy
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
maritzadarochamacarthy@gmail.com

Eduardo Grala da Cunha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
eduardogralacunha@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Transferência de vapor; superfícies internas; paredes externas; edificação histórica

INTRODUÇÃO

No Brasil, após a publicação das normas brasileiras de desempenho térmico as mesmas passaram por grandes desenvolvimentos nos últimos anos, ainda falta em âmbito nacional aprofundamento e ser revistos aspectos para controlar a formação de mofo e umidade nas edificações (CUNHA, 2008). Morishita (2020), faltam informações especificas nas normas e reafirma a importância de ampliar os estudos sobre o risco de umidade nos edifícios em todo o país, para proporcionar um melhor entendimento sobre desempenho higrotérmico. A umidade presente nos materiais e componentes construtivos das edificações em forma liquida ou de vapor, pode influenciar no desempenho higrotérmico das edificações e também nas anomalias responsáveis pelo desconforto dos usuários, deterioração, surgimento de manifestações patologias nos elementos construtivos. Além disso, a durabilidade e manutenção das paredes que compõem a envoltória da edificação podem ser afetadas pela umidade (GUERRA et al., 2012; BERGER et al., 2015; NASCIMENTO, 2016). Atualmente já existem ferramentas de simulação higrotérmica que permitem simular a transferência de umidade em regime variável, a exemplo o software Wufi Pro, com base na EN 15026 (2007) e avaliar o comportamento das condensações internas. Segundo Guerra (2012), as edificações históricas convencionais na cidade de Pelotas, buscam resolver os problemas de mofo com aplicação de fungicidas ou tintas especiais, entretanto essas ações não eliminam a causa do problema, além de terem durabilidade limitada. O presente trabalho, aborda questões sobre o comportamento higrotérmico nas paredes de uma edificação histórica do século XIX, sob o ponto de vista da análise dos processos que antecedem os riscos de condensação e formação de mofos. Desta maneira, o objetivo do estudo do desempenho higrotérmico busca analisar o comportamento do transporte de vapor nas superfícies internas das paredes externas e os riscos de condensações e formações de mofos que uma edificação histórica pode sofrer quando exposta as condições climáticas e ambientais de temperatura e umidade na zona bioclimática 2.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido em três etapas principais. Na primeira etapa foi definida a tipologia e os sistemas construtivos utilizados para a análise. A segunda etapa consistiu nas simulações. E, por fim, na terceira etapa foi realizada a análise dos resultados obtidos, com base nos critérios de avaliação definidos.

Definição da tipologia

O objeto de estudo para esta pesquisa foi o Casarão 02, uma edificação histórica do século XIX construído antes de 1830, localizado na esquina das ruas Lobo da Costa e Félix da Cunha, na cidade de Pelotas, RS. Sua tipologia construtiva é de uma edificação de dois andares mais um mirante, como mostra a Figura 1.



Figura 1: Fachada frontal de orientação Oeste Fonte: GUERRA, 2012.

Foram escolhidas as salas 22 e 25 do pavimento superior como local do estudo. A ocupação de todo o segundo pavimento é de uso da Secretaria Municipal de Cultura. Este pavimento possui a tipologia em formato “L” e área construída 430,20 m2 e as das salas 22 e 25 com fachadas direcionadas à oeste e sul, conforme mostra a Figura 1. A cidade escolhida para o estudo, encontra-se na Zona Bioclimática 2, que possui um clima predominantemente úmido, com médias de umidade relativa de 82,7%, e com estações bem definidas, possuindo temperaturas máximas de 37,6°C e mínimas de 3,8°C (LEITZKE et al., 2018).

Envoltória

As características do sistemas construtivos para a análise é de alvenaria, composto por paredes de tijolos maciços com 39 cm de espessura, reboco de argamassa com 2,95 cm em ambas as faces, telhas cerâmica, piso e forro em madeira (tábua corrida), janelas com vidro simples e portas de madeira com vidros e postigos.

Simulações

As simulações foram realizadas no *software* WUFI Pro 6.5, considerando duas condições, ventiladas naturalmente e condicionadas artificialmente, rodadas para o período de três anos. Os resultados analisados nesse estudo foram apresentados apenas do terceiro ano de análise. Por ser o período que a parede atinge o estado em que o teor de umidade não muda de ano para ano (FRAUNHOFER ,2018).

Simulação EnergyPlus

Esta simulação foi realizada com o objetivo de determinar a temperatura interior dos ambientes ventilados naturalmente, a simulação foi realizada com o *software Energy Plus* e com estes dados a simulação higrotérmica no software WUFI Pro. A modelagem realizada, com o *software Sketchup 2018,* utilizando o *plugin Euclid 9.4*, e a simulação computacional utilizando o *software Energy Plus 9.0,* (Figura 2).

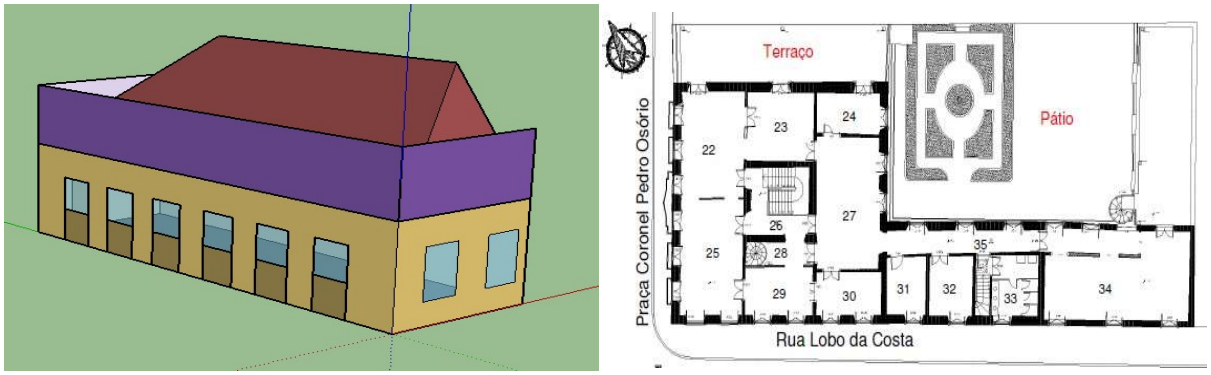


Figura 2: Modelagem 3D e planta baixa andar superior. Fonte: Autora, 2021.

Para as condições de troca de calor foi considerado o solo adiabático e paredes adiabáticas. Foi adotada paredes com espessura da parede equivalente com 38,1 cm, e a cobertura é composta por telha cerâmica e o forro de madeira para o telhado, (Figura 3), por Morishita, LABEEE, 2011.

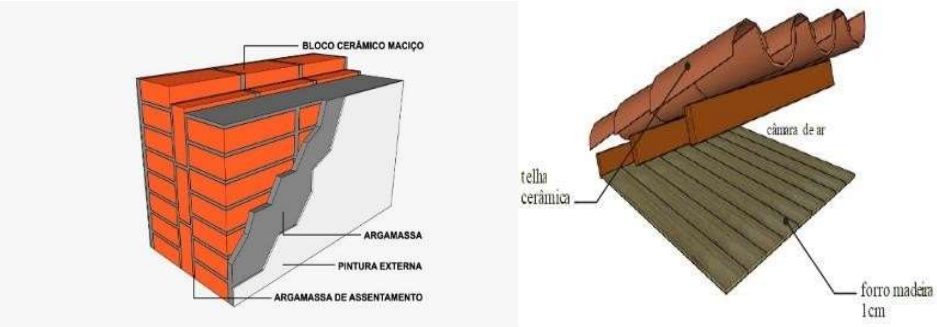


Figura 3: Camadas da parede e cobertura Fonte: Autora, 2021 e adaptada de MORISHITA, LABEEE, 2011.

As propriedades térmicas dos componentes da envoltória foram configuradas conforme a NBR 15220 (ABNT, 2013), a Tabela 1 abaixo:

	Materiais	Condutividade Térmica (W/m. K)	Calor Específico (J/kg)	Densidade Aparente (Kg/m²)	Transmitância Térmica W/(m²K)
Parede Alvenaria	Tijolo Maciço	1,057	0,92	1960	1,76
	Reboco de argamassa	0,7	0,84	1200	1,92
Cobertura	Telha Cerâmica	0,7	0,92	1000	1,32
	Forro de Madeira	0,29	1,34	1000	2,01
Piso	Madeira	0,29	1,34	1000	2,01

Tabela 1: Especificações dos materiais da envoltória. Fonte: Autora, 2021.

As configurações para condições de uso e ocupação, sistemas de iluminação e equipamentos, seguiu as diretrizes do Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética Edificações Comerciais - RTQ-C (INMETRO, 2012), considerando o ambiente como ventilado naturalmente. Os valores referentes à taxa metabólica, densidade de potência de iluminação e cargas internas de equipamentos, configuradas apenas para a zona das salas 22 e 25, período de 24h, densidade de potência de 1,5 W/m². A ventilação natural, configurada no parâmetro *AirflowNetwork*, características e controle de abertura de portas e janelas. Configurado para quando a temperatura do ar interno do ambiente for 25°C (Tint≥Tsetpoint), considerando Martins et al. (2009), e quando a temperatura do ar externo é inferior à temperatura do ar interno em até 5ºC (Text≤Tint). Os dados de saída foram exportados a temperatura operativa horária interna e umidade relativa do ar interno para as a criação do arquivo interno a partir da zona térmica das salas 22 e 25. Esses dados foram foi utilizado na simulação com o programa WUFI Pro 6.5, para a definição das condições de contorno do ambiente interior nas edificações ventiladas naturalmente.

Simulação Higrotérmica

A simulação higrotérmica no *software WUFI Pro*, foi realizada com o objetivo identificar os fenômenos nas paredes quanto à condução e à permanência de umidade, ao risco de condensação de vapor e à formação de fungos filamentosos. para ambientes ventilados naturalmente com dados da simulação anterior e artificialmente, este modelo baseia-se na ASHRAE 160. Foram definidos os elementos construtivos e posicionamento de monitorização da parede conforme a Figura 4.

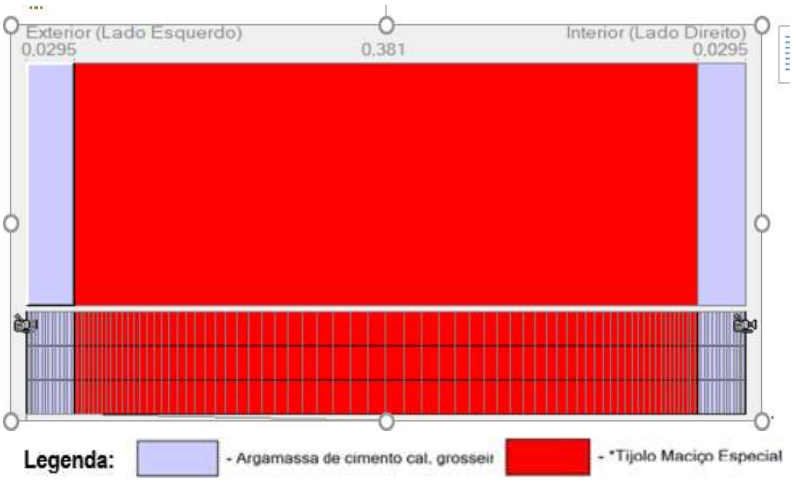


Figura 4: Elementos construtivos e Posições de monitorização Fonte: Adaptado de WUFI, 2021.

Os parâmetros considerados na configuração da edificação foram, as orientações solares oeste e sul, superfície exterior valor de sd(m) adotado foi de 0,04, pois essas paredes são pintadas com tinta à base de silicato mineral. Para o fator de redução da chuva incidente, valor igual a 0,7 dependendo da inclinação da edificação, chuva dirigida calculada segundo a Norma ASHRAE 160 (2016).Os parâmetros para a superfície interior, pintura de tinta látex PVA, o valor de sd (m) 0,2. O cálculo de transferência de calor e de umidade realizado no *software* utiliza as equações diferenciais de Künzel. A análise climática do WUFI Pro, utilizou o arquivo climático (EPW), referente a cidade de Pelotas/RS, a base de dados da EMBRAPA, em formato TRY desenvolvido por Leitzke et al. (2018). O período de análise da simulação foi de três anos com intervalo de tempo de 1 hora.

Critérios de Análise dos Resultados

Os três critérios de avaliação definidos para a análise dos resultados foram:

Teor de umidade total(kg/m²)

Esse indicador é obtido através da comparação do teor de umidade final com o teor de umidade inicial da parede, e é referente a capacidade do sistema construtivo em acumular umidade ou de secar ao longo do tempo. Se o teor de umidade final for maior que o teor de umidade inicial pode haver acúmulo de umidade no sistema construtivo, trazendo o risco de degradação ao material (JORNE, 2010, FRAUNHOFER, 2018).

Risco de condensação de vapor (%)

A avaliação do risco de condensação de vapor, foi a partir dos índices de umidade relativa das camadas construtivas. As normas ASHRAE 160 (2016) e DIN EN 15026 (2007) estabelecem limites de 70% e 60% de umidade relativa para o risco de formação de bolor nas paredes internas (ZANONI et al., 2020).

Formação de fungos filamentosos (%)

As curvas LIM (Lowest Isopleth for Mold) representam o limite para o risco de crescimento de mofo. A curva LIM B I representa materiais biodegradáveis e a curva LIM B II representa materiais porosos. Considerando a curva LIM B II com umidade relativa superior a 80% e temperatura interna de 20ºC, as paredes apresentam risco de formação de fungos filamentosos (AKSAMIJA, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Teor de Umidade

O teor de umidade total dos sistemas de parede de alvenaria (PA) de tijolo maciço, na Tabela 2, são apresentados os valores iniciais, finais e os valores mínimos e máximos de teor de umidade total. Para o sistema condicionado artificialmente, observamos que há uma redução no teor de umidade o que quer dizer que houve um pouco de secagem de umidade nas superfícies internas.

Sistema	Orientação	Teor de umidade total [kg/m²]			
		Início	Fim	Mínimo	Máximo
PA (VN)	Oeste	8,31	74,54	8,94	81,27
	Sul	8,31	77,58	8,32	82,46
PA (AC)	Oeste	8,31	71,64	7,94	81,27
	Sul	8,31	76,38	8,32	82,46

Tabela 2: Teor de umidade total dos sistemas Fonte: Autora ,2021.

Risco de condensação de vapor

O Gráfico 1, correspondem à temperatura e umidade relativa da superfície interior do sistema considerando as ventilações natural e condicionado artificialmente. Há risco de condensação para as duas orientações, pois a umidade no final do primeiro ano condensa a partir de 80%. Para a condição

de condicionamento artificial, a umidade relativa ficou em torno de 75% no primeiro ano, depois há risco de condensação.

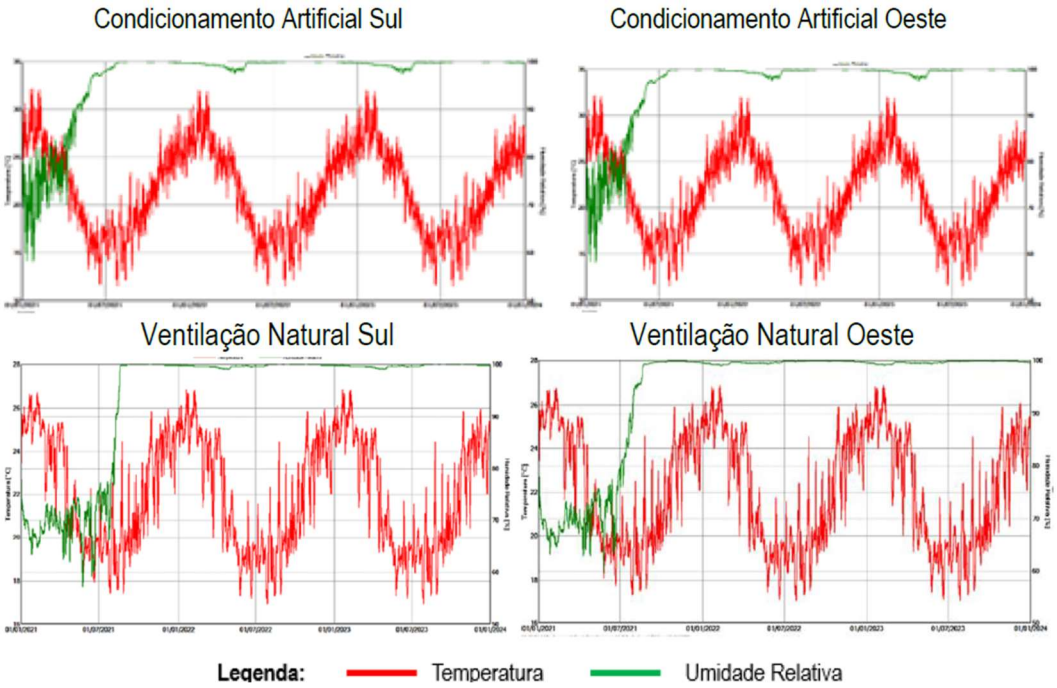


Gráfico 1: Temperatura e Umidade Relativa na superfície interior da parede Fonte: Autora, 2021.

Formação de fungos filamentosos

O Gráfico 2, apresenta a formação de mofo e fungos filamentosos. As curvas limitantes representam os tipos de materiais de construção, LIM B I (materiais bio-utilizáveis, placas de gesso, etc) e LIM B II (materiais com estrutura porosa, como rebocos, materiais de construção mineral e algumas madeiras). Para a condição de ventilação natural, existe risco de crescimento de fungos filamentosos, pois apresenta os pontos acima da curva LIM B II, e para as duas orientações, oeste e sul. Porém para o sistema construtivo condicionado artificialmente, as salas 22 e 25, apresentam um risco menor, pois, a formação de mofo, se encontra abaixo das curvas LIM B I e LIM B II.

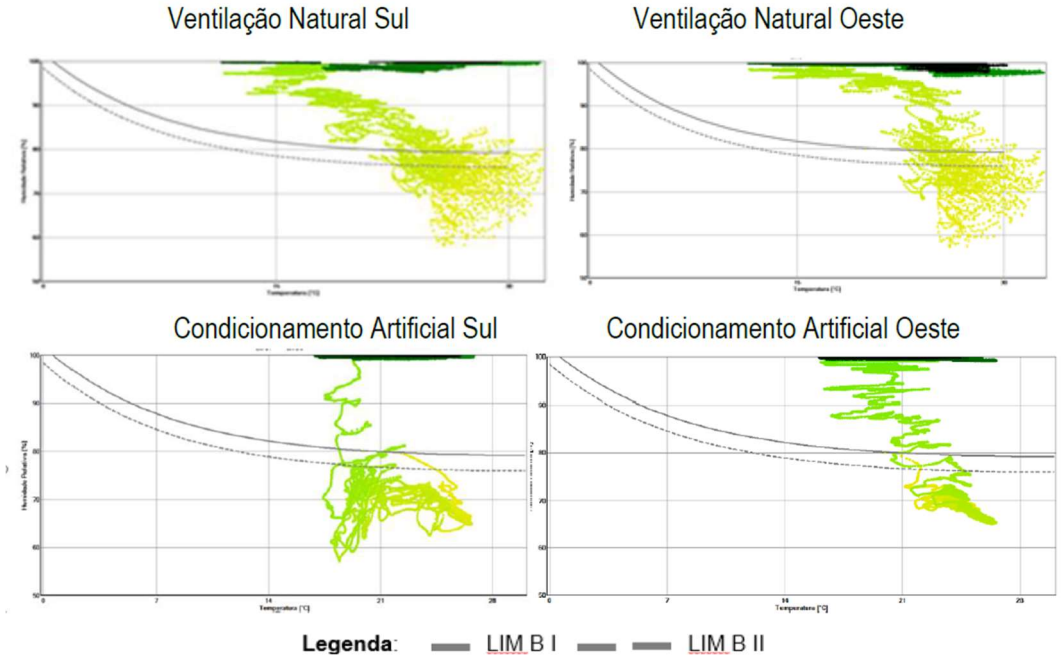


Gráfico 2: Formação de fungos filamentosos na parede de alvenaria de tijolo maciço Fonte: Autora, 2021.

CONCLUSÕES

As análises de desempenho higrotérmico realizadas neste trabalho mostram que para a parede de alvenaria com tijolo maciço, obteve resultados melhores com o condicionamento de ar, e em relação a ventilação natural não apresentou um bom desempenho quanto à umidade, à formação de fungos filamentosos e quanto à condensação nas superfícies internas das paredes. Os resultados indicam que para as condições analisadas esta parede não possui um desempenho higrotérmico satisfatório para o clima subtropical úmido da cidade de Pelotas-RS na Zona Bioclimática 2, apresentando predisposição a acumular umidade em seu interior, correndo o risco de contribuir para a degradação dos materiais e um risco para a saúde dos usuários das salas, havendo a necessidade de manutenção para conservação da edificação histórica. Desta forma, ressalta-se da importância de se avaliar o desempenho higrotérmico para as características da envoltória de edificações, assim como para contribuir com as normas brasileiras.

REFERENCIAS

AFONSO, T. M. **Desempenho higrotérmico de edificações e procedimentos para previsão de ocorrência de bolores em ambientes internos: estudo de caso em habitações construídas com paredes de concreto.** Dissertação de Mestrado pela IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo São Paulo 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15220:** Desempenho Térmico de Edificações. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15575:** Edificações Habitacionais — Desempenho. Rio de Janeiro, 2013.

ASHRAE 160. **ASHRAE Standard 160**: Criteria for Moisture - Control Design Analysis in Buildings. Atlanta, USA, 2016.

AKSAMIJA, A. **Sustainable Facades: Design Methods for High-Performance Building Envelopes.** Nova Jersey, Estados Unidos: John Wiley & Sons, 2013.

BERGER, J., GUERNOUTI, S., WOLOSZYN, M.; BUHE, C. Factors governing the development of moisture disorders for integration into building performance simulation. **Journal of Building Engineering,** v. 3, p. 1-15, 2015.

CUNHA, E. G.; VAUPEL, K.; LUKING, R.M. **Verificação da Formação de Mofo e Bolor em Superfícies Interiores de Paredes Exteriores Situadas na Zona Bioclimática 3 de acordo com a NBR 15220 e PNBR 02.136.01**, 2008. In: 7º Seminário Internacional NUTAU-ESPAÇO SUSTENTÁVEL: INOVAÇÕES EM EDIFÍCIOSE CIDADES. 2008, São Paulo. Anais [...]. Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da USP, 2008. 1 CD-ROM.

DEUTSCHES INSTITUT FÜR NORMUNG. **DIN EN 15026**: Hygrothermal performance of building components and building elements: assessment of moisture transfer by numerical simulation. Berlin, 2007.

DOE, U.S. **DEPARTMENT OF ENERGY**. Getting started EnergyPlusTM Version 8.9.0 Documentation, 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, EMBRAPA. Normais climatológicas: estacional. Disponível em: < http://www.cpact.embrapa.br/agromet/estacao/estacional.html >. Acesso em 20 de julho de 2021.

FRANÇA, C. M. C. **Avaliação dos Programas para Quantificar Condensações em Engenharia Civil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.

FRAUNHOFER INSTITUTE FOR BUILDING PHYSICS. WUFI® Pro 6.5 manual. Holzkirchen, 2018.

GUERRA, F. L.; CUNHA, E. G.; SILVA, A. C. B.; KNOP, S. Análise das condições favoráveis à formação de bolor em edificação histórica de Pelotas, RS, Brasil. **Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 12, n. 4, p. 7–23, 2012.

JORNE, F. J. F. **Análise do comportamento higrotérmico de soluções construtivas de paredes em regime variável.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÕES – LABEEE. **PROJETEEE.** Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://projeteee.mma.gov.br/componentes-construtivos/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LEITZKE, R. K.; BELTRAME, C. M.; FREITAS, J. R. de; SEIXAS, J. N.; MACIEL, T. S.; CUNHA, E. G. da; RHEINGANTZ, P. A. Optimization of the Traditional Method for Creating a Weather Simulation File: The Pelotas.epw Case. **Journal of Civil Engineering and Architecture,** v. 12, p. 741-756, 2018.

MARTINS D. J.; RAU S. L.; RECKZIEGEL S.; PRIEBE, A.; SILVA, A. C. B. Ensaio sobre a utilização da automação de aberturas na simulação do desempenho térmico de edificações. In: Encontro Nacional e VI Encontro Latino- Americano de conforto no ambiente construído, 10. e 6., 2009, Natal, RN. **Anais** […]. Natal: ENTAC, 2009. 1 CD- ROM.

MORISHITA, C.; BERGER, J.; CARNEIRO, A.; MENDES, N. Issues about moisture in residential buildings of Brazil. In: **CIB World Building Congress**. Tampere University of Technology, Tampere, Finland, pp. 865–884, 2016

MORISHITA, C.; BERGER, J.; MENDES, N. Weather-based indicators for analysis of moisture risks in buildings. **Science of the Total Environment,** v. 709, p. 134850, 2019.

MORISHITA, C. **On the assessment of potential moisture risks in residential buildings across Brazil**. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2020.

MENDES, N. **Modelos para Previsão da Transferência de Calor e de Umidade em Elementos Porosos de Edificações**. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MENDES, N.; WINKELMANN, F.C.; LAMBERTS, R.; PHILIPPI, P.C. Moisture effects on conduction loads. **Energy and Buildings**, v.35, p.631–644, 2003.

NASCIMENTO, M.; PEREIRA, J. G.; ALVES, G. L.; SANTOS, V. F.; DANTAS, A. A. N. Hygrothermal simulation:Use for service life prediction and maintenance of façades. **WIT Transactions on the Built Environment,** v. 183, p. 139–149, 2019.

SANTOS, A. **Comportamento Higrotérmico de paredes em gesso - Avaliação da adequabilidade a zonas climáticas do Brasil.** Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2017.

SEDLBAUER, K. Prediction of mould fungus formation on the surface of an inside building components. **Fraunhofer Institute for Building Physics,** 2001

SEDLBAUER, K.; SCHUNCK, E.; BARTHEL, R.; KÜNZEL, H. **Flat roof construction manual: materials, design, applications**. Basel: Birkhäuser, 2010.

ZANONI, Vanda A. G.; DANTAS, André L. DE F.; NUNES, L. S.; RIOS, R. B. Estudo higrotérmico na autoconstrução: simulação computacional e medições em campo. **Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 20, p. 109–120, 2020.

DETERMINAÇÃO DO ESTADO DE DEGRADAÇÃO DA FACHADA DA ESCOLA DE BELAS ARTES (EBA) NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Maitê Ribeiro Moreira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
maitermoreira@gmail.com

Raquel Simoní Hirsch dos Passos
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
simoniraquel@outlook.com

Mauren Aurich
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
maurich.ufpel@gmail.com

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Tecnologia da arquitetura; patrimônio; conservação; manifestações patológicas.

RESUMO

Pelotas é uma cidade tradicional gaúcha, está localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul. Também chamada de Princesa do Sul, destaca-se como uma das cidades mais importantes da região, por causa da cultura do charque e o comércio deste, assim enriquecendo a sua história econômica. Devido a imigração portuguesa, que foi a principal ocorrida na região, o município tem muito da cultura luterana na sua história, arquitetura e culinária.

O patrimônio edificado de Pelotas pode ser protegido pela Prefeitura de duas formas: por meio do Inventário e/ou Tombamento. O objetivo deste trabalho tem o intuito de ajudar na preservação do patrimônio arquitetônico da cidade que é tombado, através da análise e identificação das manifestações patológicas nas fachadas por duas vias: *in loco* e pelo uso da ferramenta *Street View* do *Google Maps.* Como objeto de estudo, escolheu-se a Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA ou EBAP). Foi construída em 1881, um local para ensino de arte de nível superior que teve grande influência na expansão das artes visuais na cidade de Pelotas. Atualmente a EBA encontra-se patrimonializada em âmbito federal e municipal, através de instrumentos de Tombamento (federal e municipal) e Inventário (municipal). A edificação encontra-se em um terreno de esquina, possui dois pavimentos, já passou por algumas reformas e se insere na linguagem do ecletismo historicista.

O método utilizado para análise deste trabalho começa com a pesquisa das fachadas, por meio de visita ao local e da ferramenta *Street View* do *Google Maps* nos anos de 2011, 2015 e 2019. Na próxima etapa, no levantamento fotográfico deve-se observar a posição da câmera, que deve estar preferencialmente paralela à edificação. Além disso, é importante padronizar o horário em que serão feitas as fotos, pois a incidência de sol nas fachadas pode atrapalhar nas análises decorrentes. Devido à grande altura do objeto de estudo, é possível que haja alguma distorção nas fotografias coletadas, caso isto aconteça, deve-se arrumar esta distorção em algum programa de edição de imagens, como por exemplo o *Photoshop.*

Por fim, será realizada a análise do estado de degradação através dos métodos de levantamento de danos, como o Mapa de Danos e o Método de Mensuração de Degradação (MMD). Como resultado do estudo, espera-se estipular o quão confiável é o uso da ferramenta *Street View* como meio eficaz de avaliar a evolução das manifestações patológicas nas edificações, a partir da comparação das imagens captadas com a ferramenta e de fotografias atuais tiradas *in loco.*

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Clarisse. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973):** Trajetória Institucional e Papel na Arte. Tese para obtenção de Doutorado – UFPEL. Pelotas,2012.

PASQUALOTTI, Fernanda. **Aplicação de métodos de análise do estado de degradação em Fachadas de Edificações com Interesse Histórico em Santo Ângelo/RS.** Projeto de qualificação de Mestrado – UFPEL. Pelotas, 2021.

Prefeitura Municipal de Pelotas. Plano diretor. Disponível em: < https://pelotas.com.br/servicos/gestao-da-cidade/plano-diretor> Acesso em 07 out 2021.

EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS INVENTARIADAS DA CIDADE DE SANTO ÂNGELO/RS - DETERMINAÇÃO DO ESTADO DE DEGRADAÇÃO

Fernanda Pasqualotti
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
pasqualotti.f@gmail.com

Mauren Aurich
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
maurich.ufpel@gmail.com

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Edificações históricas; manifestações patológicas; degradação.

INTRODUÇÃO

O município de Santo Ângelo fica localizado na Região dos Sete Povos das Missões, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, região conhecida, principalmente, pelos remanescentes da arquitetura missioneira presente nas edificações e ruínas dos povos que ali habitaram. A ocupação da Região das Missões é descrita por Scherer (2019) em três momentos distintos: o primeiro deles pela prevalência das etnias indígenas, o segundo pela presença e disputa territorial entre portugueses e espanhóis, momento em que surgiram as reduções jesuíticas, e a terceira foi marcada pela entrada de colonizadores alemães, italianos, russos, poloneses entre outros.

As reduções, antigos aldeamentos que deram origem ao atual traçado das cidades, estão localizadas na Região dos Sete Povos das Missões, foram criadas por jesuítas ligados à coroa espanhola, que com o intuito de conquistar as terras até então ocupadas pelos nativos indígenas, diante da resistência imposta por eles, iniciaram um projeto de evangelização, conhecido como a Missão. O projeto era baseado na criação de reduções, que eram aldeamentos povoados por indígenas de diversas etnias, em especial a Guarani, tendo como objetivo a criação de barreiras vivas na tentativa de conter o avanço da colonização portuguesa (BRITO et. al, 2019)

Dentre as cidades localizadas na Região, o município de Santo Ângelo foi escolhido por possuir o maior número de edificações com algum grau de preservação patrimonial. O processo de patrimonialização do município foi bastante conturbado, tendo início no ano de 2012, incentivado pela ação de um grupo civil, que tentava impedir a demolição de um sobrado da década de 1920, considerado pelo Conselho Municipal Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo (COMPAHC) como patrimônio da cidade (REIS et. al, 2016). Tal movimento culminou no tombamento provisório de cerca de 500 edificações.

Atualmente o município conta com um total de 65 edificações inventariadas com diferentes graus de preservação. Os graus de preservação são estabelecidos pela Lei n° 3.998 de 09 de setembro de 2015 e utilizados pela administração pública como uma ferramenta para estabelecer a metodologia de conservação de cada uma das edificações inventariadas, levando-se em consideração as características remanescentes destas. Entre as edificações inventariadas encontram-se, também, aquelas que foram construídas reutilizando pedras das construções do período reducional (MUTTER, 2012).

Uma das maiores problemáticas, relacionadas às edificações com interesse patrimonial, está relacionada ao descaso e desconhecimento dos proprietários e usuários com a manutenção dessas edificações. Torna-se necessário, então, a adoção de métodos de levantamento de dados que auxiliem no acompanhamento das condições de deterioração para que seja possível adotar uma metodologia adequada para a manutenção preventiva dessas edificações, visando a preservação das tradições e da memória cultural do município.

A partir destas problemáticas, o estudo visa desenvolver uma análise do estado de conservação das fachadas de edificações inventariadas pelo município de Santo Ângelo/RS aplicando métodos de levantamento da danos em imagens coletadas *in loco* e pela ferramenta *Street View,* do *Google Maps.* O estudo tem como objetivo principal verificar a confiabilidade da ferramenta na identificação do estado de conservação e da evolução da degradação das edificações ao longo do tempo.

Foram adotados o Mapa de Danos e o Método de Mensuração da Degradação como métodos de levantamento de danos. A amostra foi definida com as edificações que possuem características que permitam a aplicação dos métodos, onde foram identificadas as edificações inventariadas pelo município, sendo localizadas no *Street View* e realizado o levantamento fotográfico *in loco*. Foram definidos critérios para a triagem das fachadas levantadas, onde foram eliminadas aquelas que possuíam obstáculos ou grandes dimensões. Após a triagem, das 65 edificações inventariadas pelo município, apenas 26 possuíam características que permitiam a aplicação dos métodos, demonstrando que a metodologia não é passível de aplicação em todas as edificações, devido, principalmente, às limitações da ferramenta do *Google.*

METODOLOGIA

O levantamento das fachadas das edificações inventariadas pelo município foi realizado em três etapas distintas:

1. Na primeira foi realizado o levantamento de todas as edificações inventariadas pelo município e levantados dados como a identificação da edificação pelo código do imóvel (fornecido pela Prefeitura Municipal), endereços, grau de proteção e o ano da construção da edificação.
2. A segunda etapa foi realizada com o auxílio da plataforma *Google Street View*, sendo um levantamento preliminar das fachadas, onde foram localizadas todas as edificações, coletadas as imagens da plataforma para os anos de 2011 e 2019, além da obtenção de informações complementares, como o tipo de revestimento das fachadas, orientação solar, posição do imóvel na quadra e uso do imóvel.
3. A terceira etapa correspondeu no levantamento das fachadas in loco, para verificar o estado de conservação atual, além da obtenção de fotografias, mapeamento dos danos e medição da extensão das fachadas.

Para o seguimento do estudo, foram selecionados os critérios de triagem que viabilizem a aplicação dos métodos de Mapa de Danos e Método de Mensuração de Degradação. Entre os critérios adotados, está a necessidade de se obter imagem da fachada das edificações pela plataforma Street View em pelo menos um dos anos disponíveis (2011 ou 2019) e a inexistência de barreiras físicas em frente às fachadas, que dificultam a obtenção da imagem em sua totalidade, como vegetação densas, carros, recuos frontais com cercas e muros. Também foram eliminadas as edificações que apresentavam grandes dimensões, as quais necessitam a montagem de um grande número de imagens para a captura da fachada em sua integralidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise preliminar, feita através do *Google Street View*, entre as 65 edificações inventariadas pelo município, não foi possível localizar 7 edificações, devido às limitações da ferramenta, considerando que algumas edificações encontram-se em áreas que não são possíveis acessar com a plataforma, como edificações em estradas fora do perímetro urbano, ou isoladas em áreas cercadas, como exemplo algumas escolas e a estação férrea, restando 58 edificações.

Entre as edificações remanescentes, estão aquelas que possuem ao menos uma imagem entre os anos disponíveis no *Street View* (2011 e 2019). Na Figura 1 estão as imagens coletadas pela plataforma *Google Street View* de uma mesma edificação, capturadas em dois anos distintos, sendo uma do ano de 2011 e outra do ano de 2019. Observa-se a impossibilidade de obter as imagens sob as mesmas condições climáticas e temporais, ou ainda, sem a existência de obstáculos físicos ou móveis em frente às fachadas, como vegetações, pessoas ou veículos.



Figura 1: Imagens *Street View*: ano de 2011 (a) e ano de 2019 (b). Fonte: Autora, 2021.

Outro ponto negativo na obtenção das imagens para análise através do *Street View,* é o fato do veículo que faz a captura das imagens estar em movimento, fazendo com que, em alguns casos, a fachada a ser analisada não fique paralela ao veículo, obtendo-se apenas as imagens das edificações em diagonal. Um exemplo do fato pode ser visto na Figura 2, onde a fachada fica na diagonal em relação ao veículo e, consequentemente, distorcida para a análise, dificultando, portanto, a aplicação dos métodos para avaliação dos danos existentes na fachada.



Figura 2: Imagem da fachada de edificação através do *Street View*. Fonte: Autora, 2021.

Dentre a amostra de 58 edificações, foram mantidas as que apresentavam imagens completas das fachadas (sem obstáculos) em ao menos um dos anos, sendo eliminadas apenas aquelas com barreiras físicas em ambos os anos. Para as edificações de esquinas, que possuem duas fachadas, foram mantidas aquelas que possuíam ao menos uma das fachadas sem interferências físicas significativas nas imagens de 2011 e/ou 2019. A Figura 3-a traz um exemplo de edificação eliminada da amostra devido a existência de obstáculo com vegetação em frente a fachada. Optou-se por manter as edificações que possuíam obstáculos de pequenas dimensões, como placas, pequenas vegetações e pessoas, a exemplo da imagem 3-b, tendo em vista a dificuldade de se obter imagens do Street View sem interferências, questão que reduziria a amostra de forma significativa, limitando o estudo. Foram eliminadas da amostra 10 edificações, devido a existência de obstáculos de grandes dimensões que inviabilizariam a aplicação dos métodos adotados.



Figura 3: Imagem *Street View* com obstáculos físicos (a) e obstáculos pequenos (b). Fonte: Autora, 2021.

Um dos parâmetros para seleção da amostra foi relacionado à extensão das fachadas. As edificações que apresentavam grandes dimensões, a exemplo da Figura 4, foram eliminadas da amostra, devido a necessidade de montagem de imagens para obtenção de toda a extensão da fachada, quando *in loco,* e, devido a impossibilidade de realizar montagem com as imagens obtidas através do *Street View*. Foram eliminadas 17 edificações devido a este critério.



Figura 4: Imagem *Street View*: fachada extensa. Fonte: Autora, 2021.

Das 58 edificações analisadas no levantamento preliminar, após a triagem das imagens, restaram 31 (Figura 5). Foi realizado o levantamento *in loco* das 31 edificações remanescentes, e, destas, duas edificações possuíam árvores densas em frente às fachadas e uma tapume, as quais foram eliminadas, ainda, duas edificações foram demolidas, restando 26 edificações.

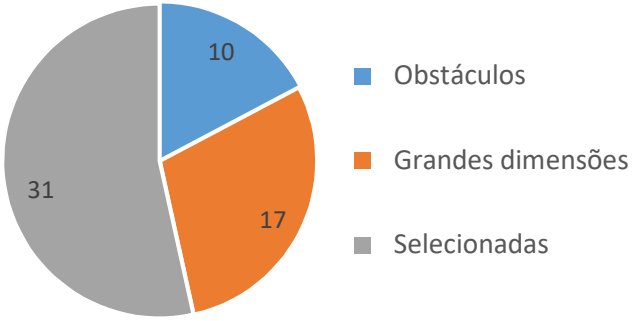


Figura 5: Levantamento preliminar (58 edificações). Fonte: Autora, 2021.

Entre as 26 edificações, 15 possuem um pavimento e 11 possuem dois pavimentos. Destas, 15 estão localizadas em esquinas e 11 delas no centro da quadra. Foi realizado o estudo da incidência solar destas edificações, tendo em vista a importância para a definição da relação entre o surgimento das manifestações patológicas com a orientação solar da fachada. Na Tabela 1 está exposta a relação entre a orientação solar e o número de fachadas selecionadas.

Orientação Solar	N° de imóveis
Norte	11
Sul	9
Leste	16
Oeste	5

Tabela 1: Orientação solar das fachadas dos imóveis analisados (vinte e seis edificações). Fonte: Autor, 2021.

A amostra final conta com 26 edificações, sendo uma delas tombada e as demais com Grau de Proteção variando entre GP1, GP2 e GP3.

CONCLUSÕES

Apesar de possuírem extrema importância na avaliação do estado de conservação das edificações, os métodos de avaliação de danos, Método de Mensuração da Degradação e Mapa de Danos, possuem algumas limitações de aplicação. Para a aplicação dos métodos, devem ser obtidas imagens das fachadas sem interferências, como muros, vegetação, dentre outros objetos que podem obstruir a fachada, necessitando de uma montagem de imagens para a obtenção da totalidade. Quanto a aplicação dos métodos em imagens obtidas pelo *Street View,* as limitações são maiores, devido a impossibilidade de montagem de imagens com as fotografias obtidas pela ferramenta, dado pelo fato de que o veículo que faz as capturas está em movimento, não possibilitando a obtenção destas em sequência. Portanto, tem-se que os métodos adotadss no presente estudo possuem restrições de aplicação, não sendo passíveis de utilização em todas as edificações, principalmente quando aplicadas nas imagens obtidas através do *Street View.*

REFERÊNCIAS

BRITO, M.; ESPADANDIN, C. A. **7 povos: retratos de um território.** Brasília, DF. IPHAN, 2019.

MUTTER, D. **Evidências do primeiro século da recolonização de Santo Ângelo através do seu patrimônio arquitetônico.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontificada Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

REIS, G. M.; SERRES, J. C. P.; NUNES, J. F. I. A defesa do Patrimônio Cultural Histórico em Santo Ângelo – RS através da Organização da Comunidade Local na Internet. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade.** São Luís, v. 2, n. 2, p. 13-31, 2016.

SANTO ÂNGELO. **Lei n° 3.998, de 09 de setembro de 2015**. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural do Município de Santo Ângelo, e dá outras providências. Santo Ângelo, 2015. <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/santo-angelo/lei-ordinaria/2015/400/3998/leiordinaria-n-3998-2015-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-arquitetonicohistorico-e-cultural-do-municipio-de-santo-ngelo-e-da-outrasprovidencias?q=inventario> Acesso em 13 abr. 2021.

SCHERER, L. **Turismo e Desenvolvimento Regional: limites e potencialidades para a Região das Missões.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2019.

EL PROYECTO DE PEQUEÑOS LUGARES PÚBLICOS PEDAGÓGICOS

Luca Bullaro
Universidad Nacional de Colombia | Colombia
lucabullaro@hotmail.com

Línea Temática:
( ) 1. Gráficos Digitales y Ciudadanía
( ) 2. Percepción y Valoración de la Ciudad
( ) 3. Urbanismo Contemporáneo y Territorios
( ) 4. Teoría, Historia, Patrimonio y Crítica de los Espacios Públicos
(x) 5. Confort, Tecnología y Sostenibilidad en la Ciudad
Palabras claves: Espacio publico; Didáctica ecológica; eco-arquitectura; responsabilidad social; reutilizo.

INTRODUCCIÓN

La ponencia describe algunos diseños desarrollados en los cursos de proyectos del ciclo básico en la Facultad de Arquitectura de la Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín, en los cuales se han incorporado diferentes temas ligados a la sostenibilidad en arquitectura, a través del encadenamiento dialógico entre el mundo natural y aquello artificial.

En los proyectos se abordó el diseño y la realización a escala real de pequeños módulos espaciales y de sistemas de mobiliario urbano a partir de elementos reutilizados o de segunda mano.

METODOLOGÍA

Se ensayò um cambio metodológico a nivel proyectual: desde los típicos métodos deductivos –desde el general al particular– hacia un método inductivo: del particular al general. El alumno empieza estudiando los materiales y las maneras de ensamblarlos y va generando luego la forma general del edificio. A veces se desorienta, pero va analizando atentamente las características de los materiales en escala real y se entusiasma intentando generar, a partir de elementos económicos, orecuperados, un sistema arquitectónico estéticamente valido, funcional y respetuoso del ambiente.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

El grupo de docentes internos e invitados, algunos no pertenecientes a la Facultad de Arquitectura, analizaron los proyectos en las varias fases de la investigacion y pudieron tambien verificar el adaptamiento a las reales exigências del barrio. Una consideración posterior a la construcción puede hacerse con respecto a la pasión demostrada por los habitantes del barrio que se explicita en el cuidado que han puesto en el mantenimiento de las nuevas estructuras. Un cariño que parece directo a los estudiantes de la Universidad pública y que sirve como empuje para seguir trabajando con un tipo de arquitectura sencilla y económica que pueda regenerar los barrios. Una arquitectura útil, funcional,

hecha a veces con retazos, con desperdicios, que nosotros, arquitectos y artistas -gracias a la aplicación de nuestra sensibilidad- podemos convertir en un mundo poético, humano y funcional con el objetivo de introducir un sistema de espacios públicos sencillos en los lugares marginales de la ciudad.

CONCLUSIONES

La investigación nos permitiò reflexionar sobre la importancia de introducir en la enseñanza de la arquitectura -ya desde el ciclo básico- algunos conceptos de la arquitectura sostenible, y de reflexionar - de forma práctica y propositiva, y con el apoyo de las comunidades menos afortunadas de nuestras ciudades- sobre nuevas maneras de hacer arquitectura en relación al respeto del delicado ecosistema de nuestro planeta.

REFERENCIAS

AALTO, Alvar, De palabra y por escrito, El Croquis Editorial, Madrid, 2000.

AA. VV., La gestió municipal dels residus sòlids urbans. Diputación de Barcelona, Barcelona, 1993. MC

ALFIERI, Massimo. La Ciudad Abierta de Valparaíso. Editrice Librerie Dedalo, Roma, 2000.

CRISPIANI, Alejandro; BENNETT, Elizabeth (ed.), José Cruz Ovalle, Hacia una nueva abstracción, Ed. ARQ, Santiago de Chile, 2004

Energy Research Group, Un Vitruvio ecológico. Principios y práctica del proyecto arquitectónico sostenible, GG, Barcelona, 2007.

FRAMPTON, Kenneth, Tettonica e architettura. Poetica della forma architettonica nel XIX e XX secolo, Skira, Milano, 2005

FRIEDMAN, Yona, Pro Domo, Actar Editorial, Barcelona, 2006.

FRIEDMAN, Yona, in Hans Ulrich Obrist, The Conversation Series, König, Köln, 2007.

FRIEDMAN, Yona, L'architettura di sopravvivenza. Una filosofia della povertà, Bollati Boringhieri, Torino 2009.

HARRY, Jan, Reducir, Reutilizar, Reciclar. Angel Muñoz Editor. Madrid, 1995.

HIGUERAS, García, Esther, Urbanismo bioclimático, GG, Barcelona, 2006.

IZARD, Jean Louis, Arquitectura Bioclimática, Ed. Gustavo Gili, México DF, 1983.

LE CORBUSIER, Mensaje a Los Estudiantes de Arquitectura, Infinito, Buenos Aires, 1971.

MIES VAN DER ROHE, Escritos, diálogos y discursos. Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos, Murcia, 1981.

MUNARI, Bruno. Como nacen los objetos; Barcelona, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1993.

OLGYAY, Victor, Arquitectura y clima, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1998.

PHYLLIS, Richardson, Xs Ecológico: Grandes ideas para pequeños edificios, GG, Barcelona, 2007.

ROGERS, Richard, Ciudades para un pequeño planeta, GG, Barcelona, 2003.

RUDOFSKY, Bernard, Arquitectura sin arquitectos. Eudeba, Buenos Aires, 1976. RUDOFSKY, Bernard, Constructores Prodigiosos. Conceptos S.A., Mexico DF, 1984.

SERT, Josep Lluís; SWEENEY, James Johnson, Antoni Gaudí, Praeger Publishers, Nova York, 1960

WINGLER, Hans, La Bauhaus, Weimar, Dessau, Berlín: 1919-1933. Gustavo Gili, Barcelona, 1975.

WRIGHT, Frank Lloyd, La ciudad viviente. Compañía General Fabril Ed., Buenos Aires, 1961.



Figura 1: uno de los espacios realizados por los estudiantes de la UNAL en el barrio de la Iguanà. Fuente: Luca Bullaro, 2014

ESTUDO DA INFLUÊNCIA DA SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO POR RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO DESEMPENHO FÍSICO DE ARGAMASSA DE REVESTIMENTO

Ana Paula Sturbelle Schiller
Universidade Federal de Pelotas, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense | Brasil
eng.anapschiller@gmail.com

Francielli Priebbernow Pinz
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
franciellippinz@gmail.com.

Charlei Marcelo Paliga
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
charleipaliga@gmail.com.

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com.

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: argamassa de revestimento; resíduos de construção civil; desempenho físico; sustentabilidade

INTRODUÇÃO

A Indústria da Construção Civil traz benefícios para a sociedade como o aumento na economia e a geração de empregos (SOARES; AMARAL, 2021, p 67). No entanto, esse setor é um dos que mais impactam o meio ambiente devido à extração de matérias-primas, a emissão de gases poluentes, o gasto de energia para extração, a fabricação e transporte dos recursos naturais e a contaminação da água por processos industriais (VALPORTO; AZEVEDO, 2016, p. 127).

Além dos impactos citados derivados da extração e beneficiamento da matéria-prima, a construção civil também é responsável pela geração de grande quantidade de resíduos sólidos urbanos. Segundo o PANORAMA da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE (2020, p 14), no ano de 2020 foram coletadas no Brasil 72,7 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo que, aproximadamente 61% deste total foram resíduos provenientes da construção civil.

A reciclagem dos resíduos gerados em atividades industriais é fundamental para garantir a satisfação das necessidades da sociedade na qual estamos inseridos sem comprometer a capacidade de sobrevivência das gerações futuras (LUCAS; BENATTI, 2008, p. 407). A incorporação desses resíduos como matéria-prima para a construção civil é uma alternativa para a minimização dos impactos no meio ambiente, e aprecia-se em estudos da área (KIM; CHOI, 2012; ALONSO, 2016; PINZ, 2019) exemplos de ações mitigadoras.

No estudo de Kim e Choi (2012), os autores testaram o efeito da substituição do agregado por resíduos de construção civil com teores de 15, 30 e 45%. Os resultados indicaram o acréscimo de absorção de água por capilaridade proporcional ao teor de resíduo incorporado na argamassa.

Já no estudo de Alonso (2016), a autora analisou a influência dos teores de substituição de 5 e 10% do cimento por resíduos de construção civil em argamassas de cimento e areia, confeccionadas com o traço 1:3. Os resultados indicaram que o teor de substituição de 10% reduziu o coeficiente de absorção de água por capilaridade.

De forma similar, Pinz (2019) estudou o efeito da substituição do cimento e do agregado por resíduos de cerâmica vermelha (RCV) em dois tipos de argamassas, hidráulica e mista, executados com traço 1:6 e 1:2:8, respectivamente. Os resultados dos ensaios físicos das argamassas hidráulicas demonstraram que a substituição do agregado por RCV aumentou a porosidade das misturas, acarretando o acréscimo de absorção delas. Já entre as argamassas mistas, a autora observou que as substituições no aglomerante foram comprovadamente melhores, visto que, todos os traços foram considerados iguais ao traço referência, com exceção ao teor de substituição de 5% que apresentou menor absorção de água por capilaridade que o traço de referência.

No entanto, é importante que os revestimentos argamassados sejam bem planejados para não impactar negativamente na durabilidade dos sistemas construtivos. Um dos fatores que podem influenciar o desempenho das argamassas é a presença de umidade, podendo favorecer o surgimento de manifestações patologias e a degradação das edificações (OLIVEIRA et. al, 2020). Desta forma, este estudo tem como objetivo analisar a influência da substituição parcial do cimento por resíduos de construção civil coletados na cidade de Pelotas/RS no desempenho físico de argamassas de revestimento, através do ensaio de absorção de água por capilaridade e absorção de água por imersão e índices de vazios.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foram coletados em pontos distintos na cidade de Pelotas/RS dois resíduos de construção civil. O primeiro ponto de coleta foi na região central da cidade, com resíduo proveniente da demolição de um prédio industrial, construído na década de 1960 com materiais e técnicas disponíveis na época. Já o segundo, é proveniente de uma fábrica de artefatos cimentícios, com sistema de tecnologia que permite controlar a qualidade do concreto produzido e determinar a composição dos resíduos gerados.

O primeiro resíduo coletado (RCD – resíduo de construção e demolição) apresentava característica mista, com fragmentos de material cerâmico, concreto, argamassa, madeira e aço. Sendo assim, já no ambiente de laboratório, foi realizada uma seleção prévia visual, separando apenas os fragmentos de concreto e de argamassas. O segundo resíduo era composto apenas de materiais cimentícios, proveniente de blocos de concreto que se quebraram e/ou não passaram no controle de qualidade no ambiente de fábrica, e foram designados como RIPM (resíduos de indústria de pré-moldados).

Com a finalidade de reduzir a granulometria das partículas e tornar possível a aplicação em argamassas, ambos os resíduos foram beneficiados em britador de mandíbulas verticais (Marconi, modelo MA 2015) com abertura mínima entre as mandíbulas de 1mm. A Figura 1 ilustra os resíduos após o beneficiamento.



Figura 1: Resíduos após o beneficiamento

Posteriormente, ambos os resíduos passaram por ensaio de caracterização física. A Tabela 1 apresenta os resultados destes ensaios.

Parâmetros físicos	RCD	RIPM
Massa específica NBR NM 52 (ABNT, 2009)	2,51 g/cm³	2,33 g/cm³
Massa unitária solta NBR NM 45 (ABNT, 2006)	1,46 g/cm³	1,56 g/cm³
Índice de volume de vazios NBR NM 45 (ABNT, 2006)	30,5%	25,4%
Absorção NBR NM 30 (ABNT,2001)	8%	4,7%

Tabela 1: Resultados dos ensaios físicos realizados

Além dos resíduos, fizeram parte das misturas os seguintes materiais: cimento Portland CP IV 32, com massa específica de 2,77 g/cm³, cal hidratada, areia média quartzosa lavada com massa específica de 2,41 g/cm³ e módulo de finura de 2,79 e água.

O programa experimental levou em consideração o estudo de Pinz (2019), em que a autora analisou o efeito da substituição do cimento por resíduo de cerâmica vermelha com teores de substituição de 5, 10 e 15%, utilizando como traço de referência a proporção em massa de 1:2:8 (cimento, cal e areia). Desta forma, considerando que este trabalho é uma continuação dos estudos do uso de resíduos em argamassas realizado pelo grupo de pesquisa da linha de Tecnologia e Conservação do Ambiente Construído, considerou-se o mesmo traço e teores de substituição.

Para o preparo dos corpos de prova de argamassa, os resíduos e a areia foram peneirados e divididos em frações. A areia foi separada em quatro porções, como determina a NBR 7214 (ABNT, 2015), sendo elas: grossa, retida na peneira 1,18mm; média-grossa, retida na peneira 0,6mm; média-fina, retida na peneira 0,3mm e fina, retida na peneira 0,15mm. Já os resíduos, foram selecionados apenas os materiais que passaram na peneira 0,15mm e ficaram retidos na peneira 45µm.

O preparo da argamassa seguiu os procedimentos de execução prescritos na NBR 7215 (ABNT, 2019), com auxílio de uma argamassadeira automática de movimento planetário de duas velocidades (PROJETEST). Já o fator água/cimento dos traços foi definido a partir do índice de consistência 260±5 mm, variando o consumo de água de acordo com a necessidade de cada traço para atender esse parâmetro, assim como determina a NBR 13276 (ABNT, 2005).

Após a moldagem, as argamassas permaneceram em ambiente de laboratório para o processo de cura aerada até atingirem a idade de 28 dias. Ao final deste período, os corpos de prova passaram por testes de desempenhos físicos, sendo eles: ensaios de absorção de água por capilaridade, regulamentado pela NBR 9779 (ABNT, 2012) e absorção de água por imersão e índices de vazios, normalizado pela NBR 9778 (ABNT, 2009).

Os resultados dos ensaios foram comparados com os dados obtidos por Pinz (2019) através de dois testes estatísticos. O primeiro teste realizado foi a análise de variância (ANOVA) com nível de significância de 5%, que permite verificar a existência de diferenças significativas entre os grupos avaliados, no entanto, não identifica quais e quantas amostras são diferentes. Já o segundo teste aplicado foi o teste de Tukey, que identifica as médias diferentes com intervalo de confiança de 95%. Para fazer a identificação dos dados aferidos, utilizou-se a nomenclatura apresentada na Tabela 2.

Traço	Descrição
REF A	Argamassa de referência da atual pesquisa
RCD 5%	Argamassa com 5% de substituição do cimento por RCD
RCD 10%	Argamassa com 10% de substituição do cimento por RCD
RCD 15%	Argamassa com 15% de substituição do cimento por RCD
RIPM 5%	Argamassa com 5% de substituição do cimento por RIPM
RIPM 10%	Argamassa com 10% de substituição do cimento por RIPM
RIPM 15%	Argamassa com 15% de substituição do cimento por RIPM
REF B	Argamassa de referência do estudo de Pinz (2019)
RCV 5%	Argamassa com 5% de substituição do cimento por RCV de Pinz (2019)
RCV 10%	Argamassa com 10% de substituição do cimento por RCV de Pinz (2019)
RCV 15%	Argamassa com 15% de substituição do cimento por RCV de Pinz (2019)

Tabela 2 - Identificação dos traços aferidos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 2, pode-se apreciar a comparação dos resultados do ensaio de absorção de água por capilaridade.

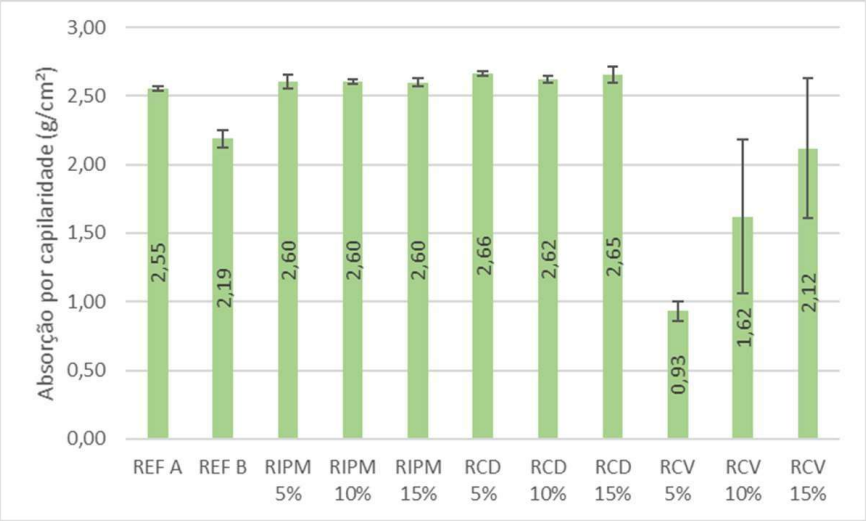


Figura 2: Comparação entre os dados do ensaio de absorção por capilaridade

Analisando os dados expostos na Figura 2, observa-se que os traços RCV 5% e RCV 10% apresentaram a menor quantidade de água absorvida por unidade de área. Os valores foram avaliados por meio da análise estatística ANOVA, que indicou a existência de diferença estatística entre as argamassas comparadas.

Desta forma, para identificar quais médias apresentaram diferenças significativas, realizou-se o teste de Tukey com confiabilidade de 95%. O resultado deste teste confirmou a diferença estatística dos traços RCV 5% e RCV 10% quando comparados aos demais traços estudados, ou seja, a substituição do cimento por RCV com teores de até 10% reduziu a absorção de água das argamassas. Além disso, o teste de Tukey demonstrou que os três teores de substituição do RIPM e RCD, assim como o traço RCV 15%, são estatisticamente iguais ao REF A e ao REF B, o que indica que estes resíduos proporcionam a confecção de argamassas com o mesmo desempenho à absorção de água por capilaridade que a argamassa de referência.

Já os resultados do ensaio de absorção de água por imersão e os índices de vazios, apresentados na Figura 3, demonstraram que as argamassas confeccionadas com RCV apresentaram melhor desempenho entre as argamassas testadas.

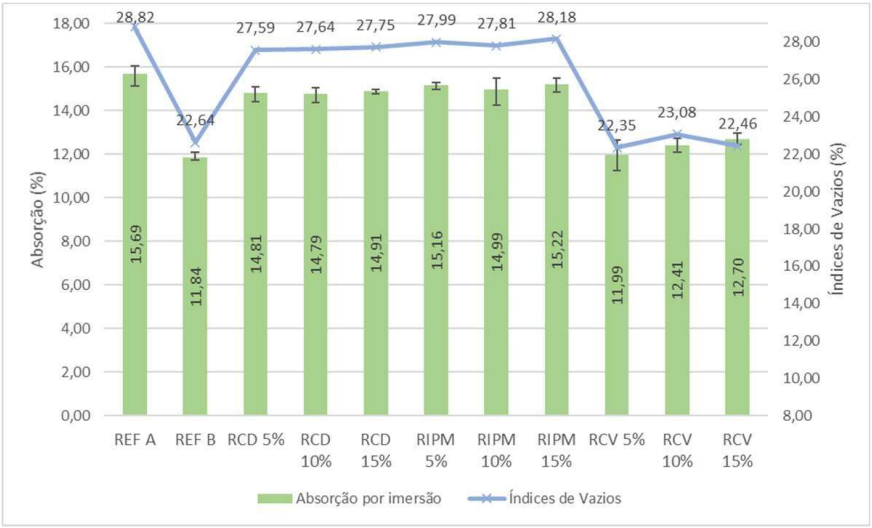


Figura 3: Comparação entre os dados do ensaio de absorção por imersão e índices de vazios

A análise ANOVA constatou a existência de diferença significativa, tanto no teor de absorção por imersão, quanto no índice de vazios das misturas. Deste modo, realizou-se o teste de Tukey, com nível de confiabilidade de 95%, que confirmou a diferença estatística entre as aferições dos traços REF A e REF B. No entanto, apesar disso, observa-se que as comparações do traço REF A com os traços confeccionados com RIPM e RCD corresponderam a hipótese de igualdade entre as médias, o que denota que estes resíduos não causaram interferências nas misturas. Este mesmo comportamento foi constatado nas aferições dos três teores de substituição do RCV quando comparado com o traço REF B.

Esses resultados são promissores, uma vez que, os ensaios físicos comprovaram que todos os traços estudados apresentaram desempenho equivalente ao da argamassa de referência, com exceção dos teores de 5 e 10% do RCV que apresentaram índices de absorção de água por capilaridade inferiores ao obtido pelo traço de referência.

CONCLUSÕES

Através da comparação das argamassas confeccionadas com resíduos cimentícios (RIPM e RCD) e com o resíduo de cerâmica vermelha (RCV), verificou-se que apesar das argamassas terem sido confeccionadas com os mesmos tipos de aglomerantes e o mesmo traço, os diferentes lotes utilizados influenciaram nas propriedades das misturas. Apesar disso, considerando os resultados dos ensaios físicos é possível supor que as argamassas confeccionadas com substituição do cimento por resíduos de construção civil, além de contribuírem para a mitigação dos impactos ambientais causados pela indústria da construção civil, proporcionam a confecção de argamassas de revestimento sustentáveis com desempenho físico igual ou superior ao traço de referência.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ana Marisa João. **Resíduos de vidro e resíduos de construção e demolição no cimento.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade do Porto, Porto, 2016.

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. 2000. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama/. Acessado em: 13/05/2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 13276: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos - Preparo da mistura e determinação do índice de consistência.** Rio de Janeiro: ABNT, 2016. 2p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 7214: Areia normal para ensaio de cimento - Especificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 4p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 7215: Cimento Portland - Determinação da resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2019. 12p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9778: Argamassa e concreto endurecidos - Determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica.** Rio de Janeiro: ABNT, 2009. 4p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9779: Argamassa e concreto endurecidos - Determinação da absorção de água por capilaridade.** Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 3p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR NM 45: Agregados - Determinação da massa unitária e do volume de vazios.** Rio de Janeiro: ABNT, 2006. 15p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR NM 52: Agregado miúdo - Determinação de massa específica e massa específica aparente.** Rio de Janeiro: ABNT, 2009. 6p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Agregado miúdo - Determinação da absorção.** NBR NM 30. Rio de Janeiro, 2001. 6p.

KIM, Yong Jic; CHOI, Yun Wang. Utilization of waste concrete powder as a substitution material for cement. **Construction and Building Materials**, v. 30, pp. 500-504, 2012.

LUCAS, Denis; BENATTI, Cláudia Telles. Utilização de resíduos industriais para a produção de artefatos cimentícios e argilosos empregados na construção civil. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 1, n.3, pp. 405-418, set/dez. 2008.

OLIVEIRA, Valéria Costa de, SANTOS, Emílio Gabriel Freire dos; CARVALHO, Leandro de Souza; OLIVEIRA, Rafael Alves de, GENTIL, Fernanda dos Santos; ZANOLLA, Ieda Maria Fagundes. Avaliação da absorção capilar em argamassas estabilizadas de revestimentos substituindo agregados naturais por agregados artificiais. In: [TULLIO, Franciele Braga Machado; MACHADO, Lucio Mauro Braga]. **A aplicação do conhecimento científico na engenharia civil 2**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. pp. 13-29.

PINZ, Francielli Priebbernow. **Influência do resíduo de cerâmica vermelha em argamassas na substituição parcial do agregado ou do cimento.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SOARES, Núbia Cristina; AMARAL, Diego Roger Borba. Resíduos na construção civil. **EXTRA**. Rio de Janeiro, Vol. 4, N. 2, pp. 66-87, 2021.

VALPORTO, Mariana Sousa; AZEVEDO, Patrícia Silva. Gestão do design na identificação dos fatores de impactos ambientais da construção civil. **Estudos em Design**. Rio de Janeiro, Vol. 24, N. 1, pp. 124-151, 2016.

ESTUDO PILOTO PARA ANÁLISE DA EQUAÇÃO DO CONFORTO ADAPTATIVO DA ASHRAE 55 APLICADA A EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS LOCALIZADAS NA ZONA BIOCLIMÁTICA 2

Carolina de Mesquita Duarte
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
carolinademesquitaduarte@hotmail.com

Luiza Coutinho Bernardes
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
luizacber@gmail.com

Talita Marini Brandelli
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
talitabrandelli@hotmail.com

Nirce Saffer Medvedovski
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
nirce.sul@gmail.com

Eduardo Grala da Cunha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
eduardograladacunha@yahoo.com.br

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: conforto adaptativo; ventilação natural; edificações residenciais

INTRODUÇÃO

No Brasil existem duas normas referentes ao desempenho térmico de edificações, a NBR 15.575 (ABNT, 2013) e a NBR 15.220 (ABNT, 2003), as normas apresentam os requisitos para avaliação do desempenho térmico de edificações. Em relação ao conforto térmico a norma americana ASHRAE Standart 55 (2017) é referência internacional no assunto, um dos modelos apresentados pela norma é o modelo do conforto adaptativo. O conforto adaptativo é restrito a edifícios naturalmente ventilados, controlados pelo ocupante, e sem o uso de condicionamento artificial. Os ocupantes devem possuir atividades metabólicas entre 1,0 met e 1,3 met, e os ocupantes poderão alterar as vestimentas de acordo com as variações térmicas. As janelas são operáveis, regulando as condições térmicas no interior da edificação. As zonas de conforto são definidas pela relação das temperaturas operativas internas e temperaturas externas, com uma faixa de condições aceitáveis de conforto (ASHRAE, 2017; SILVEIRA, 2014; RUPP, GHISI, 2019).

Grande parte da energia elétrica gasta pelas edificações é utilizada pelos sistemas de condicionamento artificial, o elevado consumo se dá ao fato do controle uniforme e constante da temperatura, que nem sempre garante boas condições de conforto térmico ao usuário. É necessário tomar medidas para a redução no gasto de energia das edificações, diminuir o condicionamento artificial desnecessário e aumentar as estratégias de ventilação natural e climatização eficientes (HOYT et al., 2009; ARENS et al., 2010; RUPP, 2018). A ventilação natural está sendo cada vez mais desejada ao invés dos ambientes que utilizam o condicionamento artificial como principal meio de climatização. Estudos mostram que o controle uniforme da temperatura nem sempre é necessário para proporcionar o conforto térmico aos moradores, visto que os usuários aceitam ambientes internos com faixas de temperatura mais amplas que o normalmente é utilizado (HOYT et al., 2009; ARENS et al., 2010).

Rupp e Ghisi (2017) em uma análise da comparação das respostas de usuários de escritórios com o modelo de conforto adaptativo da norma ASHRAE 55 (2017) em Florianópolis-SC, concluíram que os usuários se adaptaram às variações de temperatura como previsto pela norma. O estudo foi realizado nos períodos de outono e inverno, os autores encontraram uma grande relação da temperatura interna de conforto com o clima externo, encontrando resultados dos ocupantes mais tolerantes às condições de frio, chegando a aceitação de menores temperaturas que às prescritas na ASHRAE 55 (2017). Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos de Rupp (2018) e Rupp e Ghisi (2019) feitos ao longo das quatro estações climáticas em Florianópolis-SC, concluíram que os usuários se adaptaram às flutuações de temperatura internas, e aceitaram faixas maiores temperatura que as previstas na ASHRAE 55 (2017). Este resultado semelhante de adaptação às variações de temperatura, se deu ao fato principalmente do ajuste da vestimenta dos usuários durante as diversas condições térmicas.

O presente trabalho tem o objetivo de realizar um estudo piloto para análise da equação do conforto adaptativo da ASHRAE 55 (2017) para avaliação do desempenho térmico de duas tipologias construtivas localizadas na cidade de Pelotas/RS (Zona Bioclimática 2), através da comparação das respostas subjetivas dos moradores, obtidas a partir de questionários online, aos resultados obtidos com a aplicação dos dados ambientais de temperatura do ar interna e temperatura média mensal, alcançados nas medições in loco, à fórmula do conforto adaptativo da ASHRAE 55 (2017).

METODOLOGIA

O trabalho foi dividido em quatro etapas principais: definição e caracterização do objeto de estudo, definição das estratégias de implementação, levantamento dos dados e, resultados e discussão.

Definição e caracterização do objeto de estudo

Para este trabalho foram utilizadas como objeto de estudo duas tipologias de edificações residenciais, ambas localizadas na cidade de Pelotas/RS (ZB2) e que operam com ventilação natural, considerando que é o sistema aplicado na fórmula do conforto adaptativo da ASHRAE 55 (2017). A primeira, apresentada na Figura 1, refere-se a uma habitação de interesse social, correspondente a classificação Faixa 2 dos empreendimentos do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2020), trata-se de uma edificação térrea geminada no Condomínio Moradas Pelotas II, com área construída de 61,50 m², composta de sala de estar/jantar, cozinha integrada à sala, área de serviço, dois dormitórios e banheiro.

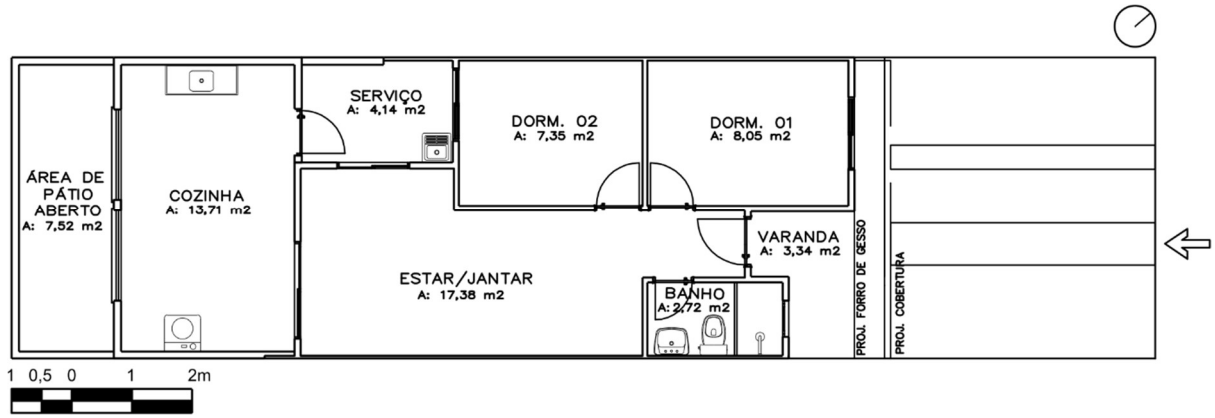


Figura 1: Planta Baixa da edificação do Condomínio Moradas Pelotas II – TIPOLOGIA A. Fonte: Adaptada do Manual do Proprietário – Nex GROUP, 2021.

A segunda tipologia, retratada na Figura 2, consiste em um sobrado com dois apartamentos com entradas independentes e garagem fechada no pavimento térreo, possui pé direito duplo e mezanino, área de 92,94 m², composta de sala de estar, sala de jantar, cozinha, área de serviço, dois dormitórios e banheiro

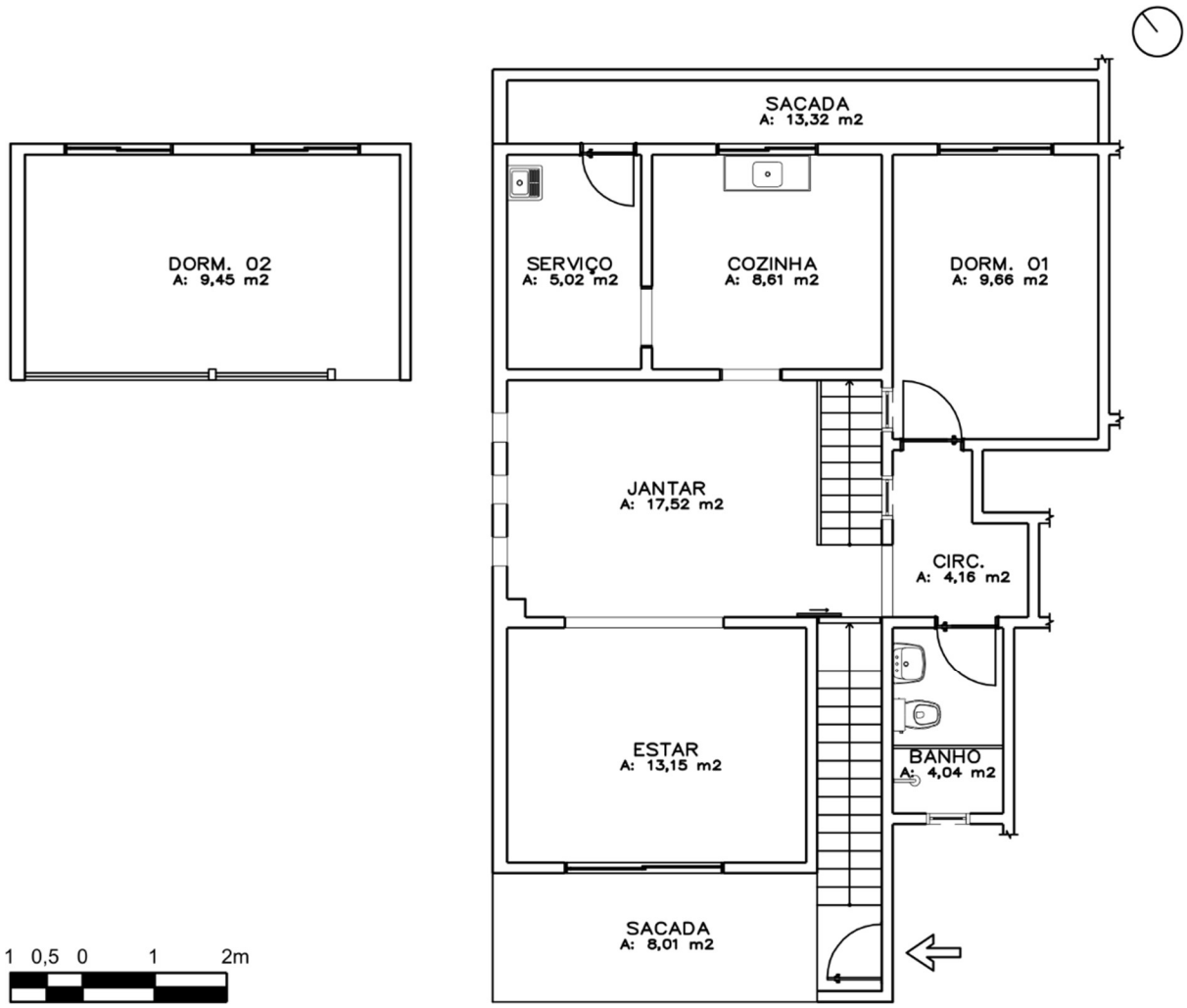


Figura 2: Planta Baixa da edificação de apartamento – Tipologia B. Fonte: autores, 2021.

TIPOLOGIA	PAREDE	PISO	COBERTURA	JANELA	PORTAS
A	Concreto armado convencional.	Sobre radier em concreto armado e piso laminado	Telha cerâmica, com estrutura metálica e forro de gesso acartonado.	Esquadrias em alumínio na cor branca, com veneziana em PVC nos dormitórios, e vidro tipo fantasia no banheiro tipo comum transparente no restante.	As internas são em madeira compensada e externa em madeira maciça.
B	Alvenaria convencional	Contrapiso em concreto e piso cerâmico	Telha cerâmica, com estrutura e forro em madeira, com manta térmica.	Esquadrias em madeira na cor natural, com veneziana apenas na sala, e vidro comum transparente.	Madeira maciça.

Tabela 1: Caracterização dos elementos construtivos. Fonte: autores, 2021.

Definição das estratégias de implementação

Para alcançar o objetivo deste estudo foram definidas duas formas de levantamento de dados em campo, os dados climáticos através de medições das variáveis ambientais e os dados subjetivos através de questionários online. Os dados ambientais internos (temperatura do ar e umidade relativa) foram obtidos através de medições com sensores HOBO instalados na sala de estar//jantar, de acordo com a norma ISO/DIS 7726 (1998), já para a temperatura média mensal do ar externo foram utilizados os dados da Estação Meteorológica Automática do Capão do Leão (A887) – Pelotas/RS (INMET, 2021).

O tratamento e análise dos dados levantados se deu no software Excel, através de uma tabela elaborada para aplicação da fórmula do conforto adaptativo da ASHRAE 55 (2017), que estima uma faixa de tolerância de ±2,5ºC e ±3,5ºC, para 90% e para 80% de aceitabilidade térmica, respectivamente, considerando a adaptabilidade do usuário ao ambiente, não incluindo assim, o isolamento da roupa, umidade do ar e velocidade do ar na fórmula. A temperatura do ar foi utilizada como correspondente à temperatura operativa interna, para a temperatura média mensal foi utilizada a do mês de setembro e, para o cálculo da temperatura operativa neutra foi utilizada a equação 1. E então, os resultados foram cruzados às respostas subjetivas dos usuários, a fim de observar se sua correspondência é válida.

$$OTn = 17{,}8 + 0{,}32 \cdot tmm \qquad \text{Equação 1}$$

Onde:
OTn= Temperatura Operativa Neutra;
tmm = temperatura média mensal do ar externo (ºC).

Levantamento dos dados

A coleta dos dados, tanto físicos quanto subjetivos, ocorreu durante o período de inverno, sendo realizada de hora em hora, no intervalo de 17 à 27 de setembro, considerando o horário de ocupação da sala de estar das edificações em questão. Os questionários foram respondidos e os sensores instalados na sala de estar, considerando que esse ambiente é o local de maior permanência e com o maior número de usuários. Em concordância com a Resolução 510/16, a autorização por parte dos participantes envolvidos se fez necessária, o processo de comunicação do consentimento e esclarecimento se deu de forma escrita, através de um termo de consentimento.

Para as medições das variáveis ambientais os sensores utilizados foram os HOBOS U12-013 da Onset, que foram instalados a uma altura de 60cm do piso, localizados próximo ao local onde as pessoas costumam executar suas tarefas e protegendo os sensores dos efeitos da radiação de superfícies vizinhas, seguindo assim, as recomendações da ISO/DIS 7726 (1998).

Os dados subjetivos foram coletados através de questionários enviados aos moradores a partir da ferramenta online Google Forms. A elaboração desses questionários baseou-se nos trabalhos de Buonocore (2018) e Rupp (2018), os modelos passaram por um pré-teste antes de serem submetidas aos usuários reais, para então ser construída a versão final que foi aplicada na pesquisa. A aplicação dos questionários foi realizada em duas fases, a primeira com questões pessoais, preferências, características gerais e sensações, que podem influenciar na sensação de conforto do indivíduo, respondidas no início do levantamento e, a segunda, com questões que correspondem a avaliação do ambiente térmico pelo usuário ao longo do período de ocupação da sala de estar/jantar, respondidas de hora em hora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos resultados foram avaliados, tanto os dados físicos, quanto os subjetivos. Os sensores realizaram 1.441 registros cada e 167 questionários foram respondidos de hora em hora e 2 na etapa inicial. As figuras 3 e 4, apresentam as temperaturas do ar interna e externa, a cada hora. É possível observar que ambas as temperaturas, nas duas tipologias, sofreram pequenas oscilações ao longo do período avaliado, mantendo-se as temperaturas internas mais altas que as externas. Enquanto na tipologia A, a temperatura interna se manteve mais constante, na tipologia B, a temperatura interna acompanha com maior precisão a variação da temperatura externa, o que demonstra uma maior influência da temperatura externa sob a edificação da tipologia B, que apresenta uma planta com ambientes mais amplos e abertos e uma área maior de fachada em contato com o exterior, além de esquadrias em madeira que podem apresentar certa deficiência em relação a estanqueidade, facilitando as trocas de calor entre o exterior e o interior da edificação.

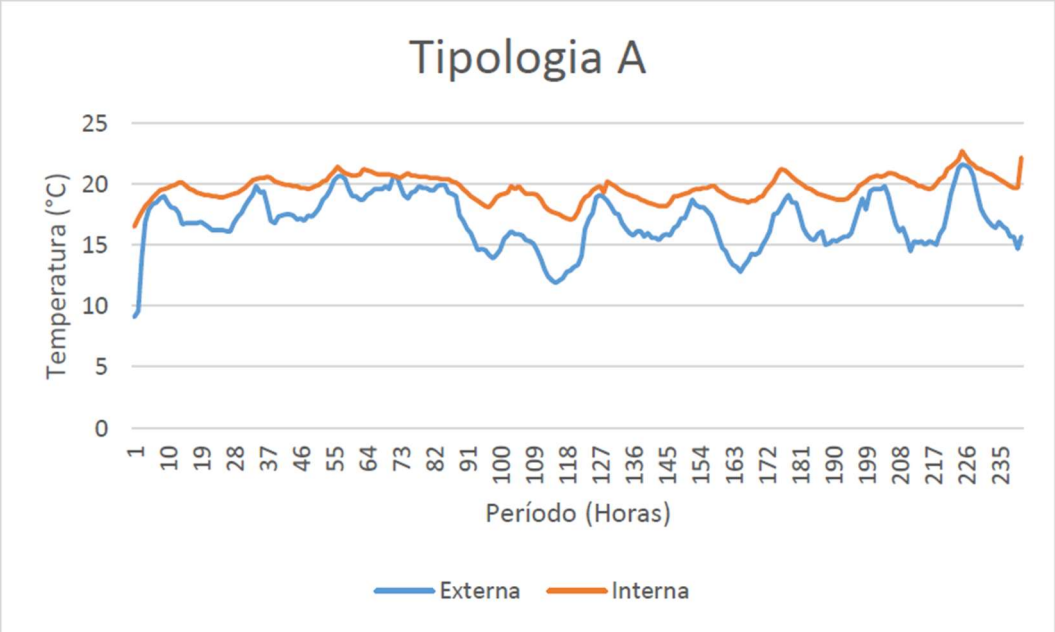


Figura 3: Temperatura interna e externa da Tipologia A no período analisado. Fonte: autor, 2021

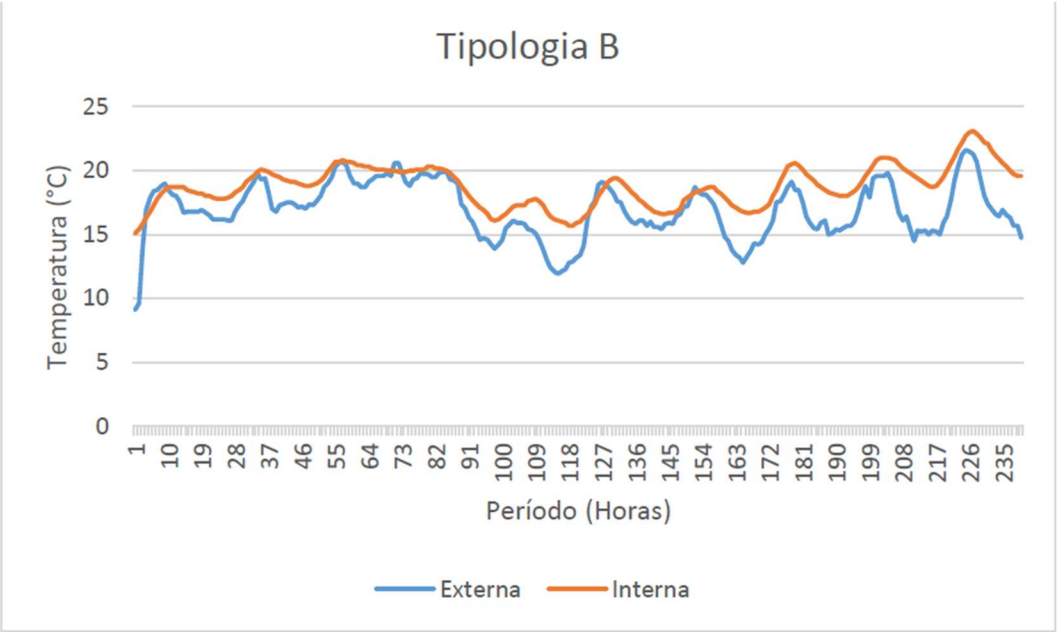


Figura 4: Temperatura interna e externa da Tipologia B no período analisado. Fonte: autor, 2021.

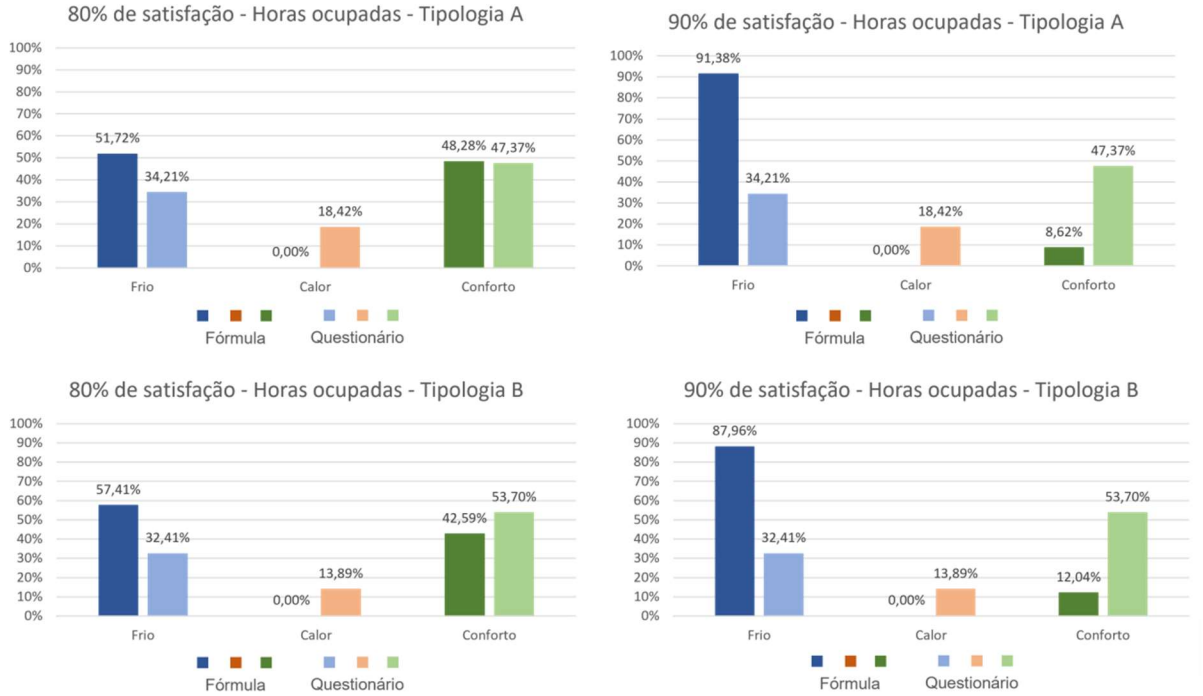


Figura 5: Desempenho térmico das tipologias A e B. Fonte: autor, 2021.

Na figura 5 observa-se que, na tipologia B, a quantidade de horas em desconforto por frio é maior que na tipologia A, tanto ao aplicar os dados a equação de 80% e 90% de aceitabilidade, quanto ao considerar as respostas subjetivas dos usuários. Considerando os 80% de aceitabilidade, as respostas subjetivas mantiveram uma relação um pouco mais aproximada com os resultados da fórmula do que na equação dos 90%, onde, nesta última, os valores da equação apresentaram uma diferença de mais de 50% das horas ocupadas em desconforto por frio e quase 50% para as horas de conforto. Já em relação ao desconforto por calor, em ambas as fórmulas ele não ocorre, no entanto, nas respostas subjetivas a sensação de desconforto por calor apresenta índices entre 18,42% e 13,89%, para a tipologia A e B, respectivamente, o que pode ter sofrido influência da atividade desenvolvida pelo usuário, pois as respostas subjetivas relativas ao desconforto por calor estão relacionadas ao

momento em que os usuários declararam estar desenvolvendo algum tipo de atividade física. Ainda que, o modelo do conforto adaptativo da ASHRAE 55 (2017) considere a adaptabilidade do usuário ao ambiente, outras mudanças de comportamento que apareceram no decorrer das respostas dos questionários e podem ter influenciado nas sensações de conforto ou desconforto dos usuários foram, *"fiz atividade física, troquei de roupa, me cobri com cobertor, abri porta/janela para ventilar, tomei uma bebida quente, tomei banho".*

CONCLUSÕES

Com os resultados obtidos até o momento foi possível perceber a importância da aplicação do pré-teste dos questionários para avaliar a versão inicial, sendo possível identificar os pontos problemáticos e assim corrigi-los, para tornar o questionário mais claro e fácil de ser respondido pelos participantes. O estudo apresentou ainda, algumas barreiras quanto a adesão dos moradores dispostos a responder de hora em hora ao questionário, o que tornou a aplicação do estudo limitada e acabou impedindo que se alcançasse um número amostral mais adequado. Outra problemática referente a aplicação do questionário, é que os períodos de ocupação da sala de estar/jantar das duas tipologias não mantinham um padrão, ficando em alguns momentos sem respostas por até dois dias consecutivos.

Os resultados do estudo demonstraram que para o modelo do conforto adaptativo da ASHRAE 55 (2017), aplicando a fórmula dos 80% de aceitabilidade, a correspondência com as respostas subjetivas dos usuários é mais aproximada do que com os 90% de aceitabilidade e, ainda, o desconforto por calor, que não aparece na avaliação da fórmula, mas é apontada nos questionários, pode estar relacionada às atividades desenvolvidas pelos usuários no momento das respostas.

Outro ponto importante destacado com a avaliação e pesquisa prévia, foi a percepção de que existe uma carência de estudos voltados para a Zona Bioclimática 2 com essa temática. Portanto, considerando sua relevância e a sua escassez na região, seria importante a continuidade deste trabalho, ampliando o número da amostra, analisando outros grupos e tipologias, alargando as possibilidades de avaliação do estudo.

REFERÊNCIAS

ARENS, E.; HUMPHREYS, M. A.; DE DEAR R.; ZHANG, H. Are "Class A" Temperature Requirements Realistic or Desirable? **Building and Environment**, v. 45, n. 1, p. 4–10, 2010.

ASHRAE – AMERICAN SOCIETY OF HEATING, REFRIGERATING AND AIR-CONDITIONING ENGINEERS. **Standard 55: Thermal Environmental Conditions for Human Occupancy**. Atlanta, 2017.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida- mcmv>. Acesso em: fev. 2021.

BUONOCORE, C. O. **Análise das condições de conforto térmico no clima quente e úmido de São Luís (MA): Estudos de campo em salas de aula naturalmente ventiladas e climatizadas.** Florianópolis, 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GROUP, NEX. **Manual do proprietário: Moradas Pelotas 2**. Pelotas, s/d, 133 p.

HOYT, T.; LEE, K. H.; ZHANG, H.; ARENS, E.; WEBSTER T. Energy Savings From Extended Air Temperature Setpoints and Reductions in Room Air Mixing. **Proceedings of International Conference on Environmental Ergonomics,** Boston, 2009.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. Brasília, DF. 2021. < https://tempo.inmet.gov.br/# >. Acesso em: 27 set. 2021. **Base de dados.**

ISO – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Ergonomics of the thermal environment – Instruments for measuring physical quantities**. ISO 7726, Genebra, 1998.

RUPP, R.F.; GHISI, E. Predicting Thermal Comfort in Office Buildings in a Brazilian Temperate and Humid Climate. **Energy and Buildings,** v. 144, p. 152-166, 2017.

RUPP, R. F. **Conforto Térmico Humano em Edificações de Escritórios Localizadas no Clima Subtropical Úmido de Florianópolis/SC**. Florianópolis, 2018. 289 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RUPP, R.F.; GHISI, E. Avaliação de modelos preditivos de conforto térmico em escritórios no clima subtropical brasileiro. **Ambiente Construído,** Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 91-107, abr./jun. 2019.

SILVEIRA, Francisco Massucci. **Análise do desempenho térmico de edificações residenciais ventiladas naturalmente: NBR 15.575 e ASHRAE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE DEGRADAÇÃO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

Naurienni Dutra Freitas
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
naurienni@gmail.com

Charlei Marcelo Paliga
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
charleipaliga@gmail.com.

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com.

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: Tecnologia em arquitetura; Conservação; Degradação; Métodos de avaliação, concreto armado

INTRODUÇÃO

No processo de envelhecimento das estruturas, o surgimento de danos é uma consequência que requer alternativas de mapeamento e quantificação de manifestações patológicas. Dentre os sistemas construtivos existentes, estruturas de concreto armado contam com o método do Grau de Deterioração Estrutural (GDE). O método original foi criado após uma inspeção em pontes e viadutos realizadas por Klein et. al (1991). O potencial de seu uso deu origem à uma adequação que consistia em substituir sistemas de pontes e viadutos por estruturas usuais de concreto armado. Dessa forma, adaptado por Castro (1991) culminou no método GDE, com aplicação em estruturas convencionais, baseando-se na análise de dados coletados em inspeções realizadas em campo, as quais subsidiam a quantificação do estado de degradação dos seus elementos estruturais, minimizando a subjetividade dos dados obtidos e estabelecendo uma avaliação dos mesmos. A avaliação possibilita a quantificação de cada dano convertido em valores numéricos com o auxílio de tabelas de valores pré-determinados. Com isso, o método GDE se propõe a avaliar danos existentes, segundo a classificação, intensidade e relevância de cada elemento de estruturas de concreto armado.

Esse trabalho buscou identificar pontos positivos e negativos da aplicação do método GDE na quantificação do estado de degradação de sistemas estruturais em concreto armado.

METODOLOGIA

Elaborado no Programa de Pós-graduação em Estruturas e Construção Civil da Universidade de Brasília (UnB), com aplicabilidade, somente, em componentes estruturais, Castro (1994) desenvolveu o método GDE, foco de variações e aperfeiçoamentos em pesquisas desenvolvidas na UnB ao longo do tempo como os estudos de Lopes (1998), Boldo (2002), Fonseca (2007), Euqueres (2011) e Verly

(2015). Por meio do método é possível classificar as manifestações patológicas de cada elemento que compõe a estrutura, além de determinar as necessidades de intervenções e recuperação dos mesmos.

A primeira etapa do método desenvolvido por Castro (1994) consiste no levantamento das manifestações patológicas incidentes, logo em seguida a estrutura é dividida em diferentes famílias compreendidas entre pilares, vigas e lajes. Os primeiros valores numéricos utilizados são atribuídos na próxima etapa, com os resultados de fatores de ponderação (Fp) e fatores de intensidade (Fi) obtidos no caderno de inspeção. Tais fatores dependem dos danos identificados e do elemento onde se manifestam, sendo que a ação de ambos constitui o Dano (D) presente no elemento. Com a mensuração do dano (D) em sua individualidade, torna-se possível calcular o grau de deterioração de cada elemento, o grau de deterioração de cada família e, finalmente, o grau de deterioração da estrutura global.

A Figura 1 apresenta o método adaptado por Fonseca (2007) em um fluxograma de etapas.

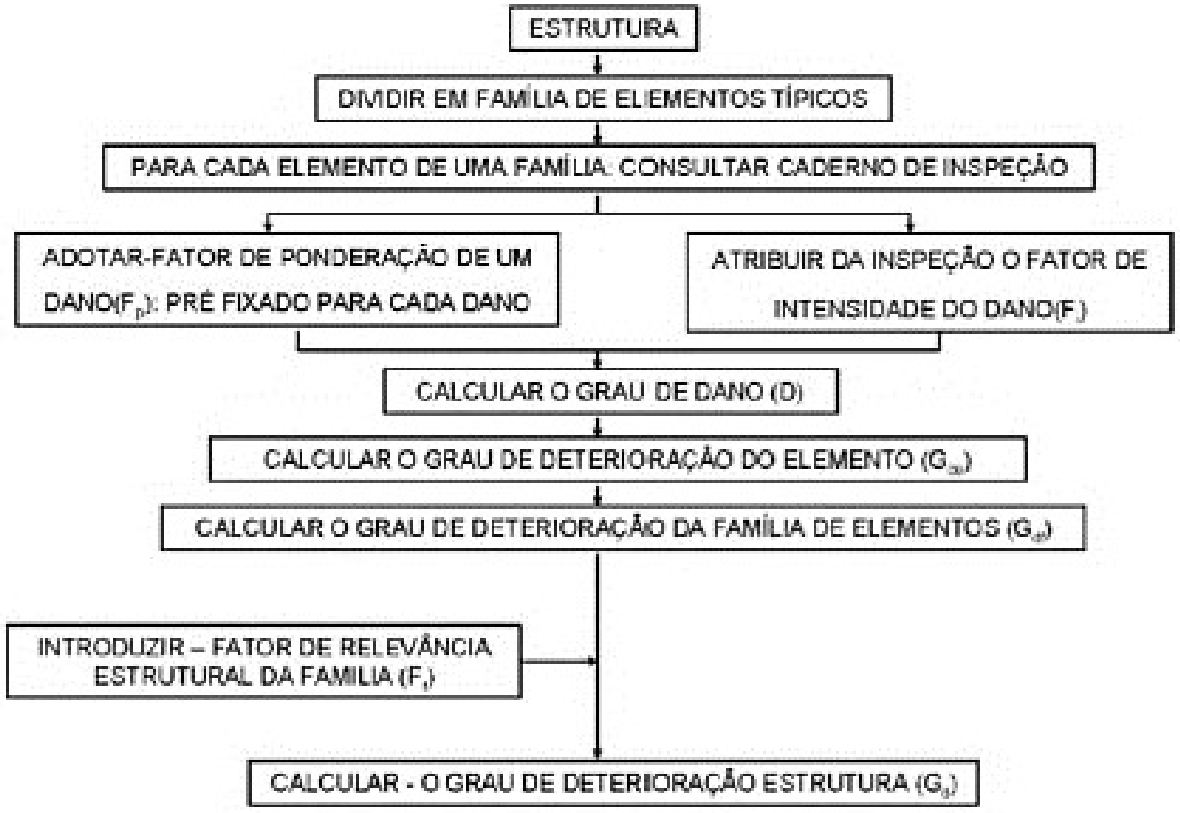


Figura 1: Metodologia GDE/UnB. Fonte: Fonseca, 2007.

As propriedades estruturais dos elementos são agrupadas em famílias, sendo que os grupos formados são especificados, de acordo com Castro (1994) e adaptado pelos autores: pilares, vigas, lajes, blocos, juntas de dilatação, cortinas, escadas e rampas, reservatórios superior e inferior e elementos de composição arquitetônica.

Para quantificar um dano em um elemento que constitui uma família, seguindo um grau de prioridade, é utilizado o fator de ponderação (Fp) relativo à durabilidade e segurança da estrutura. As famílias, os danos e fatores de ponderação (Fp) são apresentados na Tabela 1.

Danos/ Famílias	Pilares	Vigas	Lajes
Carbonatação	3	3	3
Cobrimento deficiente	3	3	3
Corrosão	5	5	5
Desagregação	3,5	3,5	3,5
Desplacamento	4	4	4
Carbonatação	3	3	3

Tabela 1: Famílias, danos e fatores de ponderação (Fp). Fonte: Castro (1994) e Fonseca (2007), adaptado pela autora

O fator de intensidade (Fi) é o parâmetro que estabelece a intensidade e gravidade do desenvolvimento do dano verificado, conforme os dados apresentados na Tabela 2.

Dano	Fator de intensidade (Fi)	Situação
Carbonatação	3	Localizada
Cobrimento deficiente	4	Generalizada
Corrosão	2	Pequena extensão
Desagregação	3	Grande extensão
Desplacamento	3	Armadura exposta
Carbonatação	4	Início da Corrosão

Tabela 2: Famílias, danos e fatores de intensidade (Fi). Fonte: Castro (1994) e Fonseca (2007), adaptado pela autora.

Com os fatores anteriores determinados é possível estabelecer o Grau de Dano (D), responsável por atribuir valores numéricos à manifestação patológica incidente nas estruturas, a partir da equação 1.

$$D = 12Fi - 28\ Fp,\ para\ Fi > 2 \qquad (1)$$

Em que:

D: Dano de maior intensidade;
Fi: Fator de intensidade;
Fp: Fator de ponderação.

Nessa etapa, o nível de degradação do elemento estrutural, isoladamente, tem seu Grau de Deterioração do Elemento (Gde) determinado por meio da equação 2.

$$Gde = Dmáx\left[1 + \frac{\sum_{i=1}^{m} D(i) - Dmáx}{\sum_{i=1}^{m} D(i)}\right] \qquad (2)$$

Sendo:

$Dmáx$: Maior grau de dano no elemento;
$D(i)$: Grau de dano de ordem (i);
m: Número de danos detectados no elemento.

Por fim, o Grau de Deterioração de uma família de elementos (Gdf) é calculado por meio da equação 3.

$$Gdf = Gdemáx\left[\sqrt{1+\frac{\sum_{i=1}^{m} Gde(i) - Gdemáx}{\sum_{i=1}^{m} Gde(i)}}\right] \quad (3)$$

Onde:

Gdf : Grau de deterioração de uma família de elementos;
$Gdemáx$: Grau de deterioração máxima do elemento
$Gde(i)$: Grau de deterioração do elemento de ordem (i).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo desenvolvido por Gonçalves (2011) avaliou marquises de concreto armado e verificou que algumas marquises analisadas indicaram ausência de armadura negativa, enquanto outras indicaram insuficiência dessas armaduras com erros provenientes da fase de construção ou incorreto posicionamento das armaduras. Os resultados apontaram a necessidade de intervenções imediatas. Da mesma forma, uma estrutura de concreto armado de um estádio de futebol foi investigada por Mendonça et al. (2014), sendo que a aplicação do método permitiu identificar o estado de degradação provocado pelas manifestações patológicas presentes na estrutura, resultando em um dano global de 148,53 e apontando o estado crítico da obra avaliada, havendo necessidade de uma inspeção emergencial.

Pereira (2014) avaliou o estado de degradação de reservatórios de um sistema de abastecimento. A aplicação de a metodologia GDE, juntamente de ensaios não destrutivos *in loco* desse estudo, tornou possível o desenvolvimento de um plano de prioridade de intervenções nas estruturas inspecionadas de acordo com o grau de deterioração determinado. O Laboratório de Pesquisa Ecológica e Educação Científica Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo (CCET) da Universidade Estadual de Goiás, também teve sua avaliação com a aplicação do GDE. No estudo desenvolvido por De Oliveira et. al (2018), alguns elementos obtiveram grau de deterioração Gde < 15, grau de dano considerado aceitável, necessitando apenas de algumas medidas de manutenção preventiva. Em outros casos o grau de deterioração do elemento foi Gde > 15, havendo, então, a classificação do grau de dano em médio, alto ou crítico. Machado (2018) avaliou dois edifícios habitacionais com o método, sendo que em ambos os edifícios foi constatado um alto grau de deterioração da estrutura, com valor de 49 no primeiro e 45 no segundo, exigindo que sejam feitas intervenções em curto prazo, período de até 1 ano. Já Santana et. al (2019) se propuseram a quantificar as condições estruturais de duas estruturas residenciais submetidas à ação do fogo. Os resultados indicaram prioridade de reparos e recuperação dos cabos de protensão da laje situada no pavimento térreo da estrutura atingida pelo incêndio. Na ordem de criticidade, as vigas assumiram a segunda posição, seguidas pelas lajes da cobertura. Por fim, os pilares ficaram classificados na última posição quanto à necessidade de intervenção.

Paula e Costa (2020) voltaram seu foco de estudo em um complexo de uma torre de 28 pavimentos na cidade de Goiânia – Goiás. Como resultado a pesquisa apontou que 29% das manifestações patológicas eram de nível baixo, sem necessidade de intervenção, enquanto 71% dos danos eram de nível crítico, exigindo uma rápida manutenção para conservar a funcionalidade e segurança dos usuários, no entanto, ressaltou-se a limitação do método na atribuição de fatores com notas pré-fixadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou identificar pontos positivos e negativos da aplicação do método GDE/UnB utilizado em diferentes estudos. Ao longo do tempo, o método tem sido aplicado em pesquisas voltadas a diferentes sistemas de concreto armado. Estruturas de marquises foram o foco de Gonçalves (2011), apontando diretrizes quanto à necessidade de priorização de recuperação, além das possibilidades de origem dos danos. Mendonça et al. (2014) utilizaram o método para avaliar a estrutura de um estádio de futebol, com alto valor do dano global obtido nos resultados, concluíram a necessidade de reparos urgentes, em função do estado crítico da obra inspecionada. Por outro lado, Paula e Costa (2020) observam que o método possui critérios de cálculo e notas pré-estabelecidas para os tipos de elementos, danos e fatores de intensidade, não permitindo diferentes interpretações, limitando-se aos danos as notas já fixadas. Na perspectiva do método como importante ferramenta na tomada de decisões, com a investigação conduzida por Oliveira et. al (2018) foi possível identificar elementos com baixos e elevados graus de dano, ressaltando a importância do método ao considerar o impacto da individualidade dos elementos componentes da estrutura. Machado (2018) apresenta resultados que orientam quanto à necessidade de intervenção, apontando que método pode ser um recurso de apoio na tomada de decisões e reparos de estruturas de concreto armado. Já o foco de estudo de Santana et.al (2019) voltou-se à avaliação do estado de degradação de uma estrutura danificada pela ação de um incêndio, sendo que com a aplicação do GDE o estudo pôde classificar em ordem de prioridade e urgência quais elementos estruturais necessitavam de reparos.

Em suma, os fatores de intensidade e de ponderação já determinados no método, restringem outras possibilidades de danos e de intensidade de suas ações aos valores já estabelecidos, não permitindo outras atribuições, sendo assim, um ponto negativo do método. No entanto, os pontos favoráveis do método se destacam, pois os parâmetros de quantificação do grau de deterioração de elementos isolados consideram as manifestações mais frequentes de danos, sua evolução e influência de fatores externos na estrutura onde se insere. Dessa forma, pode ser de grande contribuição em manutenções periódicas, na determinação de prioridades das ações necessárias ao cumprimento da vida útil prevista e na redução de custos de eventuais intervenções.

REFERÊNCIAS

BOLDO, P. **Avaliação quantitativa de estruturas de concreto armado de edificações no âmbito do Exército Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002. 295p

CASTRO, E. K. de.; **Desenvolvimento de Metodologia para Manutenção de Estruturas de Concreto Armado.** 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Brasília, Brasília, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37057>. Acesso em: 09 de out. de 2021

DE OLIVEIRA, Francielly Djanirade; MOREIRA, Laércio Breno; DAMACENO Josué Régio; TEIXEIRA Thyego D'abbadia Silva; DA SILVA Juliano Rodrigues. A estrutura da UEG (CCET): projeto, execução, Intervenções e proposta de estratégias para Manutenção (prédios adjacentes). **Revista Mirante, Anápolis** (GO), v. 11, n. 8, dez. 2018.

EUQUERES, P. **Metodologia de inspeção de pontes de concreto armado.** Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia Civil, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2011. 168 p.

GONÇALVES, M. O. **Marquises de concreto armado da cidade de Viçosa – MG: manifestações patológicas, inspeção e avaliação de grau de deterioração**. Viçosa, 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa,2011.

FONSECA, R. P. **A estrutura do Instituto Central de Ciências: Aspectos históricos, científicos e tecnológicos de projeto, execução, intervenções e propostas de manutenção.** Dissertação de Mestrado em Estruturas e Construção Civil, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. 213 p.

KLEIN, D., GASTAL, F., CAMPAGNOLO, J. L. & SILVA FILHO, L.C.P. Critérios adotados na vistoria de obras de arte. In: JORNADAS SUL-AMERICANAS DE ENGENHARIA ESTRUTURAL, 25., Porto Alegre, 1991. **Anais** [...] Porto Alegre, 1991

LOPES, Benedito Arruda Ribeiro. **Sistema de manutenção predial para grandes estoques de edifícios: estudo para inclusão do componente estrutura de concreto**. Brasília, DF, Brasil, 1998.

MEDEIROS, J. A. F, SÁ, M; FILHO, J; ANJOS, M. Avaliação da estrutura do estádio Manuel Leonardo Nogueira, em Mossoró/RN, por meio da metodologia GDE/UnB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO, 56., Natal, 2014.**Anais** [...] Natal, 2014.

PEREIRA, H. W. B. **Identificação das condições gerais de conservação nos reservatórios integrantes do sistema de abastecimento de água de Natal**. Natal, 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola de Engenhariam Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MACHADO, Gabriel Leal. **Avaliação da estrutura de duas edificações irregulares de uso misto a partir da utilização do método GDE (grau de deterioração do elemento).**

PAULA, Danielle Santiago de; COSTA, Josemilson Queiroz. **Análise das Metodologias para a Classificação e Priorização de Solução de Manifestações Patológicas**. 2020.

VERLY, Rogério Calazans. **Avaliação de metodologias de inspeção como instrumento de priorização de intervenções em Obras de Arte Especiais.** 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PATRIMÔNIO INVENTARIADO DE SANTA CRUZ DO SUL-RS

Uma investigação sobre a incidência de manifestações patológicas nas fachadas

Raquel Simoní Hirsch dos Passos
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
simoniraquel@outlook.com

Maitê Moreira
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
maitermoreira@gmail.com

Mauren Aurich
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
maurich.ufpel@gmail.com

Ariela da Silva Torres
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
arielatorres@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: patrimônio; manifestações patológicas; fachadas; conservação.

RESUMO

A cidade de Santa Cruz do Sul se localiza no Centro do estado do Rio Grande do Sul, a 153 km da capital Porto Alegre, e tem os primeiros registros de sua povoação em torno de 1849, com a vinda de imigrantes em sua maioria germânicos. Seu desenvolvimento econômico foi pautado na agricultura e na industrialização, com destaque para a beneficiação do tabaco.

A arquitetura da cidade, através de suas edificações residenciais, comerciais, industriais e religiosas, conta um pouco desta história e figura como símbolo da identidade e cultura local. Por isso, a Prefeitura Municipal busca proteger esta memória edificada através de um inventário, que conta atualmente com 53 imóveis e monumentos, inventariados em três diferentes níveis: A, B e C, em ordem decrescente de proteção.

O objetivo do presente trabalho é colaborar para a conservação deste patrimônio através do resultado que virá a ser obtido a partir de análise de manifestações patológicas em fachadas, aplicando métodos de avaliação e inspeção. Outro objetivo é averiguar se a ferramenta *Street View* do *Google Maps*, utilizada para análise, é aplicável para verificar a evolução das manifestações patológicas ao longo do tempo.

A metodologia consistiu em realizar uma investigação inicial (levantamento histórico e conhecimento da lista completa dos 53 imóveis inventariados) e após, a coleta das imagens pelo *Street View* (dos anos de 2011 e 2019). As variáveis determinadas para seleção das edificações foram: ser uma edificação

(não só fachada, ou monumento, ou praça); não estar em terreno fechado ou onde o *Street View* não alcance; não ter sua fachada predominantemente oculta por vegetação ou mobiliário urbano e a fachada ter dimensões, de altura e comprimento, que permitam o uso das imagens sem estarem distorcidas.

Dentre o número de 53 patrimônios, 48 seriam passíveis de análise, contudo uma destas está em ruínas. Das edificações restantes, quatro não atendem ao quesito altura, que são as Igrejas Católica e Evangélica e os Colégios Dom Alberto e São Luís. Então a seleção considerou a visibilidade dos edifícios pela ferramenta *Street View*, onde apenas uma edificação não possui imagens relativas aos anos de 2011 e 2019, o Palacinho, sede da Prefeitura. Outras três edificações não eram visíveis pela câmera da ferramenta, mesmo possuindo imagens dos anos de interesse, pois se localizam dentro de lotes com empecilhos visuais e/ou distantes do alinhamento predial. Outro quesito de seleção da amostra foram obstáculos visuais como árvores e mobiliário urbano identificados em frente a 16 edificações nas imagens de ambos os anos. Após esta filtragem, chegou-se ao número de 23 edificações que podem ser avaliadas.

A próxima etapa do levantamento consiste em identificar as edificações quanto ao seu ano de construção, nível de inventário (A, B ou C) e localização. A partir disso, como parte da metodologia de pesquisa, será feito o levantamento fotográfico *in loco* para, posteriormente, realizar a análise das manifestações patológicas presentes nas fachadas das edificações, através do uso do método de Mapa de Danos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Heleniza et al. **Inventário do Patrimônio Arquitetônico:** área central urbana de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2003. Disponível em: <https://issuu.com/arquitetunisc/docs/ipa_scs>. Acesso em 21 set 2021.

COSTA, Carlos Gabriel. "Imigração alemã e fumicultura: a colônia de Santa Cruz (RS) no Período Imperial brasileiro". **Spartacus**. Revista eletrônica dos discentes de História – UNISC. Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/edicoes.html>. Acesso em 07 out 2021.

PASQUALOTTI, Fernanda. **Aplicação de métodos de análise do estado de degradação em Fachadas de Edificações com Interesse Histórico em Santo Ângelo/RS.** Projeto de qualificação de Mestrado – UFPEL. Pelotas, 2021.

Prefeitura de Santa Cruz do Sul. **Mapa VII – Patrimônio Histórico**. Disponível em: <https://www.santacruz.rs.gov.br/pd/Mapa_VII-Patrimonio_Historico.pdf>. Acesso em 07 out 2021.

TELLES, C.D.M. **Inspeção de fachadas históricas: Levantamento de materiais e danos de argamassas**. 2010. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo, 2010.

ROOFTOP FARMING COMO PRÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Anandha Dewes Escobar
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
anandhadewes@outlook.com

Júlia Maria Neutzling
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
juliaschulz05@gmail.com

Eduardo Grala da Cunha
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
eduardograllachunha@yahoo.com.br

Celina Maria Britto Correa
Universidade Federal de Pelotas | Brasil
celinagrittocorrea@gmail.com

Linha Temática:
( ) 1. Gráfica Digital e Cidadania
( ) 2. Percepção e Avaliação da Cidade
( ) 3. Urbanismo Contemporâneo e Territórios
( ) 4. Teoria, História, Patrimônio e Crítica dos Espaço Públicos
(x) 5. Conforto, Tecnologia e Sustentabilidade na Cidade

Palavras-chave: agricultura urbana; hortas urbanas; rooftop farming; telhados verdes; coberturas vegetadas

INTRODUÇÃO

As cidades nunca abrigaram tantas pessoas, nem tão grande número de atividades. Ao longo do processo de formação dos centros urbanos, as cidades transformaram-se em parasitas da paisagem, em enormes organismos drenando o mundo para o seu sustento e energia: inexoráveis consumidoras e causadoras de poluição (ROGERS, 2015). As características do ambiente construído, onde o concreto se sobrepõe ao terreno natural e à vegetação, evidencia maiores divergências entre o urbano e o rural, considerado tradicionalmente como o fornecedor de alimento para as populações. Contraposta a essa realidade, a conjuntura contemporânea compreende a necessidade de reintegrar, de forma sustentável, atividades no meio físico e social que aproximem homem e natureza. O engajamento das cidades em direção à sustentabilidade é apoiado pela Nova Agenda Urbana (ONU, 2017) e pelos objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030. A Nova Agenda prevê que as cidades e os assentamentos humanos irão “proteger, conservar, restaurar e promover seus ecossistemas, água, habitats naturais e biodiversidade, minimizar o seu impacto ambiental e mudar para padrões de consumo e produção sustentáveis” (ONU, 2017).

A agricultura urbana pode ser uma alternativa na adoção de práticas sustentáveis de segurança alimentar, entendida como a produção de alimentos e plantas medicinais, pela família ou comunidade, para seu próprio sustento, cujo excedente pode ser comercializado localmente. (COUTINHO; COSTA, 2011).

Por outro lado, os telhados verdes fazem parte das soluções baseadas na natureza (NBS) para neutralizar problemas ambientais e socioeconômicos associados à expansão urbana e às alterações climáticas. Aproveitando o espaço existente no topo dos edifícios, os telhados verdes, também chamados de coberturas vegetadas, podem apoiar a transição das cidades à circularidade e resiliência (CALHEIROS, 2021). Quando a cobertura plana de uma edificação serve de substrato de cultivo de alimentos é denominada "*rooftop farm*".

Esse trabalho tem como objetivo apresentar exemplos de *Rooftop Farmings* localizados em diferentes locais no mundo, e em diferentes escalas, destacando a integração social que promovem, a efetivação da cidadania e os aspectos ligados à produção e ao consumo de alimentos, para que sejam um convite à reflexão e à tomada de consciência a respeito de práticas de desenvolvimento urbano sustentáveis.

Rooftop farm

A cobertura vegetada é "[...] um sistema construtivo que consiste em uma cobertura vegetal feita com grama ou plantas e pode ser instalado em lajes ou sobre telhados convencionais e proporcionam conforto térmico e acústico nos ambientes internos." (SILVA, N. C., 2011, p.13). Entretanto, seja sob a ótica social, seja sob o viés econômico, as coberturas vegetadas além de viabilizar uma expansão de área de uso, podem possibilitar o cultivo de alimentos sobre a área edificada. Essa prática é denominada '*Rooftop Farming'* e pode ser entendida como uma ação de agricultura urbana sobre as edificações. A possibilidade de cultivo de alimentos sobre as edificações tem uma benéfica atuação nas condições ambientais urbanas, na medida em que considera uma ampla comunicação entre conforto, qualidade de vida e reeducação alimentar. Este estudo reflete sobre a possibilidade das edificações através de seus telhados verdes poderem atender de forma potencial uma demanda crescente de alimentos frescos e também melhorar a qualidade de vida das pessoas urbanas, contribuindo com benefícios ambientais, como a purificação do ar, agindo como um reservatório de dióxido de carbono e local para gerenciamento de águas pluviais. "É uma infraestrutura de inovação, com possibilidade de conferir oportunidade a áreas negligenciadas e de difícil manutenção, dotando-as de zonas de lazer, espaços de articulação, convívio, acrescentando valor às cidades e à saúde dos habitantes" (TEIXEIRA, 2016, p. 23).

METODOLOGIA

O método que embasa o desenvolvimento desse trabalho foi a busca bibliográfica através de consulta web pelos termos "*Rooftop farming*", "Hortas urbanas em coberturas", "Huertos urbanos sobre azoteas". Foram selecionados 12 exemplos publicados – sob os preceitos de atender à prática de cultivo de alimentos em coberturas, e dispor de informações suficientes e necessárias para a análise.

Para critérios de avaliação, análise e comparação, foram considerados aspectos de:

- Localização: viabilizar uma análise inicial da capacidade de adaptação climática da prática.
- Extensão: compreender o desenvolvimento, aplicação e acessibilidade dos exemplos em diferentes dimensões.
- Público alvo: explorar a integração da prática com o corpo social, a fim de analisar a viabilidade de ser compreendida também como método de inclusão e meio para confirmação da cidadania.

- Princípio ideológico: identificar o incentivo de desenvolvimento da proposta de cada projeto, para entender o sucesso da prática, para além das vantagens meio ambientais já conhecidas, que o uso das coberturas vegetadas pressupõe.

Dessa forma, apresenta-se nesse recorte, o estudo de três aplicações de *rooftop farming:* i) *Nature Urbaine,* em Paris; ii) Telhado Verde, em São Paulo; e iii) Telhado Eco Produtivo – Semeando Novos Horizontes, em Recife, uma vez que essas apresentam diferentes e relevantes respostas diante dos parâmetros avaliativos relativos ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado do processo desenvolvido, de análise e comparação de três projetos implementados de rooftop farming, apresentam-se os tópicos de interesse de cada um.

A primeira rooftop farming analisada foi a 'Nature Urbaine', situada em Paris. A cidade tem como característica climática estações bem definidas e temperaturas moderadas, aspectos do clima temperado. Até o momento da pesquisa, o complexo, localizado no topo do centro de exposições 'Paris Expo Porte de Versailles', representava a maior aplicação do método, "[...] cobrindo uma área de aproximadamente 14.000 m², é a maior fazenda no telhado do mundo e tem produção diária de aproximadamente 1000 kg de frutas e vegetais, graças ao trabalho de cerca de 20 jardineiros que usam apenas métodos biológicos." (SAYIGH; TROMBADORE, 2021, p. 39-40).

Com a proposta de viabilizar a alimentação saudável, acessível e livre de agrotóxicos, o projeto, com função também de abastecer o restaurante do edifício, tem como resultante de produção a comercialização dos alimentos aos habitantes e comércio local. No que tange à relação direta da população com a área de atividade, essa horta urbana oferece visitas educacionais, workshops e eventos destinados à agricultura urbana. Não obstante, é ofertado o aluguel de lotes na área, para que os habitantes cultivem ou participem ativamente do processo de produção do próprio alimento.

O segundo objeto de estudo é o 'Telhado Verde', em São Paulo. A cidade apresenta um clima definido como subtropical úmido, com altas médias pluviais e estações definidas. Com uma área de 8.000 metros quadrados, a iniciativa surgiu como alternativa para reduzir a quantidade de lixo enviada ao aterro sanitário, diminuir a emissão de carbono produzida pelo transporte e garantir um descarte ecologicamente correto do lixo orgânico gerado na praça de alimentação do Shopping Eldorado. A proposta era transformar a matéria orgânica em adubo, e com esse, desenvolver o cultivo de hortaliças, legumes e verduras na cobertura do empreendimento.

> O shopping tem um gasto aproximado de 12 mil reais por mês para manter o projeto e pretende ampliá-lo, pois a projeção feita é que em cinco anos as taxas para se enviar todo esse lixo para o aterro sanitário superem o valor gasto na compostagem. Aproximadamente 300 mil refeições são servidas mensalmente, gerando, junto com os demais materiais de descarte do shopping, cerca de 300 toneladas de lixo por mês. Desse total, 25% é reciclado através da reciclagem tradicional ou da compostagem (HENRIQUES JÚNIOR, 2018, pg. 56).

Todo o processo, separação, e cultivo da horta é responsabilidade dos colaboradores e funcionários do shopping, grupo ao qual também são destinados os produtos, assim, todos os alimentos produzidos são dispostos aos que participam do processo. Referente à comunicação direta do público com o projeto, além da visitação agendada, a visita virtual é possibilitada através do *Google Street View.*

O terceiro exemplo analisado é o 'Telhado Eco Produtivo', em Recife. A cidade conta com o clima tropical, com radiação solar intensa, o que propicia temperaturas elevadas durante todo o ano. O trabalho desenvolvido no bairro São José pela ONG Comunidade do Pequenos Profetas (CPP) - responsável por atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social -, fica situado na cobertura do casarão sede da organização. A associação entre a necessidade de introduzir uma alimentação saudável aos integrantes e furtos constantes às dependências foi responsável pela inciativa, "[...] é um projeto inovador, pensado em 2015 após uma série de arrombamentos na sede do projeto Comunidade Pequenos Profetas que resultaram em roubos de equipamentos e prejuízo financeiro de mais de 47 mil reais" (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 312)

O cultivo e manutenção dos 400 metros quadrados é de responsabilidade dos jovens atendidos, de suas famílias e também dos responsáveis pela ONG, "[...] é uma organização não governamental que atende anualmente mais de 1000 crianças e adolescentes em situação de fragilidade social" (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 309). Todavia, trata-se de um projeto comunitário e, dessa forma, a participação não é restrita. Ademais à participação social sobre a produção, ainda é possível a visitação agendada ao projeto.

Além de atuar sobre a segurança alimentar e nutricional com a produção de alimentos e aulas de gastronomia orgânica, o projeto visa garantir que comunidades com baixo índice de desenvolvimento em Recife tenham acesso à informação, práticas da produção orgânica e cuidados com o meio ambiente.

> [...] fornece alimentação saudável, oficinas educativas e oportunidades para crianças e adolescentes que vivem em situação de risco no centro da cidade poderem por meio das atividades que acontecem no Telhado Verde ter a chance de aproximação com a natureza e conhecimento sobre o meio ambiente e sobre alimentos orgânicos, visando a prática e a teoria, o projeto aplica conceitos da Ecoalfabetização utilizando o Telhado Eco Produtivo como instrumento principal. (SILVA, M. A., 2020, p. 107).

O conhecimento e instrução permite que esse público seja responsável também pelo planejamento e venda dos orgânicos excedentes em feiras. Dessa forma, é evidente a significativa melhora da autoestima, qualidade de vida e inclusão e efetivação social dos envolvidos.

Análise dos tópicos de interesse	Nature Urbaine	Telhado Verde	Telhado Eco Produtivo
Localização e clima	Paris, França. Clima Temperado	São Paulo, Brasil. Clima Sub-tropical umido	Recife, Brasil. Clima Tropical
Extensão	14.000 m²	8.000 m²	400 m²
Público alvo e responsáveis	População em geral pelo comercio. Agricultores contratados	Associados e funcionários para ambos.	Integrantes da ONG e voluntários para ambos.
Princípio ideológico	Alimentação saudável acessível	Descarte ecologicamente correto do lixo orgânico	Reeducação e instrução alimentar e de produção

Quadro 1: Dados de cada projeto sobre os critérios avaliativos. Fonte: Autores, 2021.

Com uma síntese das informações exploradas sobre as aplicações, o quadro 1 apresenta dados que respondem de forma prática às categorias definidas como método de análise. Assim, contribui com a compreensão de adaptação do método em diferentes escalas territoriais e situações climáticas e da viabilidade tanto como responsabilidade de funcionários contratados quanto de voluntários, além da análise sobre os resultados benéficos a diferentes questões, sejam elas sociais, econômicas ou ambientais.

CONCLUSÕES

Esse estudo, ao considerar a imprescindível introdução de práticas inovadoras e de desenvolvimento sustentável na solução dos complexos problemas urbanos, lança um olhar cuidadoso sobre os exemplos ou aplicações de rooftop farming, como uma chamada à reflexão sobre as potencialidades desses projetos de horta sobre uma cobertura plana, em diferentes escalas e com diferentes propósitos. Dessa forma, observa-se que propiciam, além do cuidado ambiental, do progresso qualitativo populacional e da retomada de práticas agrícolas nos centros urbanos, a valorização e desenvolvimento da relação benéfica entre os ambientes humano e natural.

O crescimento acelerado das áreas urbanas trás vários desafios, como o aumento dos estressores ambientais e demanda massiva por alimentos. Além disso, muitos moradores urbanos estão enfrentando problemas devido à falta de espaço para vegetação. Onde a vida das pessoas é dificultada e há escassez de solo e de terra para cultivar plantas, a horta e a jardinagem na cobertura é, em si, um caminho em direção à sustentabilidade.

Ao considerar as informações obtidas pela pesquisa, verifica-se que as práticas de rooftop farming atendem ao tripé da sustentabilidade, seus aspectos social, ambiental e financeiro – em diferentes âmbitos de execução. Ademais, além de viabilizar o desempenho ambiental também proposto pelos telhados ajardinados convencionais, com a elaboração desse estudo, conclui-se que a prática do cultivo de alimentos sobre coberturas tem amplo espectro e participação direta em i) questões sociais, favorecendo a inclusão, a qualidade de vida e a evolução de conhecimentos e habilidades; e ii) econômicas, possibilitando a introdução de novos atores no mercado de trabalho, pela inserção ou progressão da fonte de renda, e afetando assim, a economia em demais setores.

Há um provérbio chinês que diz: "Todos nós somos agricultores por nascimento". Cultivar vegetais e plantas para nós mesmos é consertar as nossas próprias almas.

REFERÊNCIAS

CALHEIROS, C.S.C., STEFANAKIS, A.I. "Green Roofs Towards Circular and Resilient Cities". **Circular Economy and Sustainability** (2021) 1:395–411 https://doi.org/10.1007/s43615-021-00033-0.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. "Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade". **Revista Geografias,** 81-97. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322.

HENRIQUES JÚNIOR, R.C. **Telhados verdes**: Usos e perspectivas. Monografia (Especialização em Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados ao Ambiente Construído) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

OLIVEIRA, D. M.; SOUZA, A. C. R. **O consumo colaborativo no contexto socioeconômico de vulnerabilidade social:** o caso da comunidade Pequenos Profetas. Simpósio sobre sustentabilidade. Recife, 2020.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta.** São Paulo: Editora G. Gili, Ltda, 2015.

SAYIGH, A; TROMBADORE, A. **The Importance of Greenery in Sustainable Buildings**. Brighton: Springer International Publishing, 2021.

SILVA, M. A**. Análise da implementação dos telhados verde como estratégia para cidades sustentáveis:** Um estudo da cidade do Recife, Pernambuco. Monografia (Tecnóloga em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, 2020.

SILVA, N. C. **Telhado verde:** Sistema Construtivo de maior eficiência e menor impacto ambiental. Monografia (Especialização em Construção Civil) – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

TEIXEIRA, D. C. **Hortas Urbanas**: O contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas e (re)qualificação da cidade. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016.

UNITED NATIONS. **New urban agenda.** General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 23 December 2016. A/RES/71/256 Acessado em: 26/07/2021. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_256.pdf.